UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Ciências Econômicas
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Programa de Pós-Graduação em Economia

Marcos Taroco Resende

A ATUAÇÃO DA CEPAL DURANTE O REGIME AUTORITÁRIO DE PINOCHET (1973-1990) E SUAS MUTAÇÕES INSTITUCIONAIS, INTELECTUAIS E PROFISSIONAIS

Belo Horizonte

2025

Marcos Taroco Resende

A ATUAÇÃO DA CEPAL DURANTE O REGIME AUTORITÁRIO DE PINOCHET (1973-1990) E SUAS MUTAÇÕES INSTITUCIONAIS, INTELECTUAIS E PROFISSIONAIS

Tese apresentada ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Economia.
Área de Concentração: História Econômica, Economia Política e História do Pensamento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Suprinyak

Belo Horizonte

2025

Ficha Catalográfica

R433a
2025

Resende, Marcos Taroco.
A atuação da CEPAL durante o regime autoritário de Pinochet (1973-1990) e suas mutações institucionais, intelectuais e profissionais [manuscrito] / Marcos Taroco Resende – 2025.
329 f.: il.

Orientador: Carlos Eduardo Suprinyak.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.
Inclui bibliografia e apêndices.

1. Nações Unidas – Comissão Econômica para a América Latina – Teses. 2. Chile – História – Golpe de estado – 1973 – Teses. 3. Economia –Teses. I. Suprinyak, Carlos Eduardo, 1982-. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. III. Título.

CDD: 330.15

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG – 047/2025
Leonardo Vasconcelos Renault - CRB6 2211

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

A ATUAÇÃO DA CEPAL DURANTE O REGIME AUTORITÁRIO DE PINOCHET (1973-1990) E SUAS MUTAÇÕES INSTITUCIONAIS, INTELECTUAIS E PROFISSIONAIS

MARCOS TAROCO RESENDE

Tese de Doutorado defendida e aprovada, no dia 12 de maio de 2025, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Prof. Carlos Eduardo Suprinyak (The American University of Paris e CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Prof. Matheus Assaf (Universidade de São Paulo)

Prof. Luiz Felipe Bruzzi Curi (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Profa. Elisa Klüger (Université Aix-Marseille)

Prof. Alexandre Mendes Cunha (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Prof. Juan Jesús Morales Martín (Universidad Católica Silva Henríquez)

Belo Horizonte, 12 de maio de 2025.

Documento assinado eletronicamente por **Juan Jesús Morales Martín**, **Usuário Externo**, em 14/05/2025, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Suprinyak**, **Usuário Externo**, em 15/05/2025, às 12:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Matheus Assaf Cosendey**, **Usuário Externo**, em 21/05/2025, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Luiz Felipe Bruzzi Curi**, **Professor do Magistério Superior**, em 26/05/2025, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Elisa Klüger**, **Usuária Externa**, em 27/05/2025, às 09:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Mendes Cunha**, **Professor do Magistério Superior**, em 29/05/2025, às 21:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4172418** e o código CRC **273019F8**.

À minha mãe Aparecida e ao meu irmão Ricardo.
À Vicentina e Francisco (*in memorian*).
À Tia Letinha.
A todos chilenos e estrangeiros cujos direitos humanos foram violados durante a ditadura.

AGRADECIMENTOS

Um sonho, em vários sentidos. Assim posso definir este momento de conclusão da tese de doutorado. Um sonho porque é a cristalização de um desejo que se iniciou tão logo que ingressei no curso de Ciências Econômicas, em 2013. Um sonho de concluí-lo em Belo Horizonte, local de tantas batalhas por minha vida e de sofrimento para a minha família, que ao final os momentos tristes sempre se converteram em soluções, em vitórias. Um sonho de cursar o doutorado na UFMG, uma universidade pública de excelência pela qual sempre fui atraído. Um sonho, este mais recente, de ser orientado pelo professor Carlos. Todos esses processos só foram possíveis devido à ação e proteção de Deus em minha vida, que nos momentos de mais dificuldades, me abençoou e abriu os caminhos.

Agradeço o apoio primordial da minha mãe Aparecida e do meu irmão Ricardo por acreditar neste longo trajeto, torcendo em cada vitória e me aconselhando e apoiando incondicionalmente nos momentos difíceis. Sem vocês, não seria possível. À minha mãe, agradeço também por, mesmo com todas as dúvidas e angústias, apoiar a realização do meu doutorado sanduíche no Chile. Minha gratidão a minha namorada Cleidineia, que foi uma verdadeira companheira, que esteve do meu lado em cada segundo, me amou e me incentivou a seguir meus sonhos, apesar das ausências incontornáveis que eles acarretariam. Agradeço também a toda minha família, tias, tios, primos, primas que sempre torceram por mim. Não poderia deixar de mencionar também os importantes amigos de longa data que me apoiaram e torceram por mim. Em especial, destaco a Tia Letinha, efetivamente uma segunda mãe, que em incontáveis vezes me acolheu, bem como Luana, Samuel, Bruninho e Rosi pela amizade.

Agradeço ao professor Carlos Eduardo Suprinyak pela maravilhosa orientação e apoio em todos os momentos durante a pesquisa. Seus ensinamentos, revisões, reflexões e críticas contribuíram decisivamente para o amadurecimento e a conclusão do trabalho. Além disso, me fez crescer muito como pesquisador nesses quatro anos. É uma inspiração como professor, profissional e pessoa, sempre muito pontual, empático e apoiador. Agradeço à CAPES, pela bolsa de pesquisa que me deu a tranquilidade necessária durante o desenvolvimento da tese. Minha gratidão ao CEDEPLAR, instituição plural e de excelência. Agradeço aos professores, cujas disciplinas fortaleceram meu conhecimento teórico e prático da realidade econômica e social e me brindou com uma infraestrutura robusta. Finalmente, agradeço a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Economia, por me conceder auxílios financeiros para participação de eventos importantes no Brasil e no exterior para receber comentários sobre os resultados parciais da pesquisa. Finalmente, agradeço a(o)s secretários do Programa de Pós Graduação em Economia pela agilidade e prontidão para resolver os problemas, e a todos

funcionários da UFMG e da Faculdade de Ciências Econômicas, por possibilitar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao escrever a tese percorri um caminho tortuoso e, por vezes, solitário. Certamente, essas dificuldades foram minimizadas devido aos debates dos meus trabalhos realizados no grupo de estudo da "Área 3", que contribuíram para a reflexão de diferentes partes e fases da pesquisa, exercendo ainda um papel de apoio emocional e intelectual durante a pandemia. Aprendi muito também com o debate sobre os trabalhos dos outros membros. Agradeço aos professores Alexandre Cunha, Luiz Bruzzi, Leo de Deus e Michele Bee. Cabe fazer uma menção importante também aos tantos colegas que participaram das discussões, mas cujas interações não se restringiram ao grupo. Agradeço a Fágner, Isadora, Ana Paula, Júlia, Rafael, Ivan, Ian, Henrique, Marco Paulo, Vinicius, João e Estevam. Em particular, agradeço a Fágner e Isadora, companheiros da "HPE latino-americana", pelo processo de aprendizado coletivo sobre diferentes dimensões da pesquisa acadêmica e da temática sobre a América Latina. Finalmente, agradeço aos amigos do CEDEPLAR, minha querida amiga Juliana, além de Stela, Valéria, Ezequiel e Vicente. Agradeço também ao querido amigo professor Múcio, grande incentivador e exemplo para a escolha da carreira acadêmica, que me apoiou de várias formas neste percurso. Também sou grato aos professores Ivan e Saraiva, pelo contínuo apoio, e aos colegas da UNIFAL-MG, em particular Renata, Olga, Thiago, Herick, Bruno, Janaína, Dimitri e Lora que torceram e compartilharam minhas angústias durante a reta final de redação da Tese.

A pesquisa me levou a caminhos, como morar no exterior, que até então concebia como inalcançáveis, por representar uma grande superação em termos pessoais. Surpreendente mesmo foi o tempo e a intensidade com o qual esse processo revelou-se. Agradeço a CAPES, que por meio do Programa CAPES Print, me concedeu a bolsa de estudos que fez o sonho de conhecer o Chile ser possível. Minha estadia em Santiago foi uma etapa fundamental na minha pesquisa, e levarei sempre em minha memória e em meu coração os aprendizados socioculturais e acadêmicos que experimentei neste país tão encantador. Agradeço profundamente ao professor Juan Jesús Morales Martín, quem desde o início se mostrou entusiasmado com meu projeto e com a possibilidade de ser meu supervisor no doutorado sanduíche em Santiago. Juan foi um excelente supervisor, me ajudando a refletir sobre as diferentes dimensões do meu objetivo da pesquisa, das metodologias aplicadas e auxiliando no acesso a arquivos e bibliotecas e no estabelecimento de contatos com acadêmicos da história e da realidade econômica e social chilena. Além disso, Juan foi efetivamente um grande amigo e parceiro para todas as horas. Sempre atencioso e atento às vicissitudes da vida pessoal para a melhor adaptação, Juan e sua esposa Pilar, a quem também agradeço, me ofereceram uma inestimável fonte de apoio.

Também agradeço à Universidade Católica Silva Henriquez (UCSH), instituição que me acolheu e me encantou por levar consigo a história e o legado de Cardeal Raúl Silva Henríquez na denúncia do autoritarismo e na defesa dos direitos humanos. Especialmente, agradeço a Javiera Díaz Pérez, quem desde o início das tratativas do doutorado sanduíche, cuidou de todos os trâmites burocráticos necessários e me acompanhou de perto nesse processo. Também de forma muito particular, agradeço a Escola de Sociologia da UCSH e aos professores Justino Gomez de Benito, Patrício Olivera, Andrea Bahamondes e Manuel Pineda, que me receberam de braços abertos, me ajudando a refletir sobre minha pesquisa, apontando possíveis caminhos e desafios. Para além disso, fizeram os nossos almoços especiais, nos quais sempre havia muito debate sobre a realidade econômica, política e social do Chile atual. Por fim, mas não menos importante, quero deixar registrado meu agradecimento à Maureen, secretária da Escola, que sempre foi muito eficiente e sempre disposta a ajudar. Sou imensamente grato também a pessoas que moraram comigo neste período tão importante. À Silvia Cerda e Nicólas Perez, anfitriões, pela hospitalidade, amizade e relação de confiança mútua construída. Agradeço por todos os momentos e ensinamentos que me ajudaram a emergir no idioma, em sua versão chilena e nas idiossincrasias nacionais, como bem define Silvia. Estendo meus agradecimentos às queridas amigas e companheiras Camila Sabaté e Nathaly.

Durante o processo de pesquisa em Santiago, pude contar com a ajuda de muitas pessoas que facilitaram meu trabalho. Minha gratidão a toda equipe da Biblioteca da CEPAL, em particular a Fábian Barros, por me propiciar acesso total ao acervo do Arquivo Prebisch e da Sala CEPAL, bem como pelas conversas sempre profícuas que me ajudaram conhecer mais ainda a história da CEPAL. Agradeço a Erika Tello Bianchi e José Miguel Tapia da Universiadad Católica del Norte, que gentilmente me enviaram por correio dois volumes do livro “Cincuenta años de historia de Chile, vistos desde la Revista Mensaje”. No Archivo Nacional do Chile, pude contar com a extrema ajuda de Renier Muñoz Gutiérrez, quem se esforçou para encontrar e disponibilizar os documentos que necessitava. Minha gratidão a Macela Arias e Nelson Adriazola pela recepção e auxílio respectivamente na Biblioteca Nicanor Parra da Universidad Diego Portales e Nelson Adriazola. Por fim, sou extremamente agradecido a Jessica Alejandra Morales Pérez, do Archivo General Histórico del Ministerio de Relaciones Exterior de Chile, que cuidadosamente me ofereceu toda a infraestrutura necessária para acesso aos documentos que me interessava e se atentou às minhas dúvidas e necessidades. Por fim, agradeço ao Ministério de Relações Exteriores do Chile por disponibilizar os documentos solicitados por meio do Portal da Transparência.

I always thought that the link between the ECLAC secretariat and the domestic environment in Chile was much too strong. It had a tremendous influence on what the institution was doing... on what it was thinking […] *This is something that hasn't been studied or even talked about* […] *one probably could write a very interesting essay about how domestic affairs in Chile influenced ECLAC, much more than how ECLAC influenced Chile*.

Gert Rosenthal, 2001.

RESUMO

Embora as ideias econômicas da CEPAL sejam um dos principais temas na área de História do Pensamento Econômico na América Latina, a historiografia tem prestado pouca atenção ao impacto que o contexto ao redor de sua sede no Chile exerceu sobre a produção intelectual e as atividades da instituição. Em particular, a atuação da CEPAL no regime de Pinochet permanece largamente inexplorada. Visando preencher essa lacuna, esta tese de doutorado foca em compreender a influência do regime autoritário chileno sobre a Comissão e sua atuação frente à ascensão dos *Chicago Boys*. Os resultados da pesquisa demonstram a complexidade da situação vivida institucional e politicamente pela Comissão. Apesar de seu vínculo com as Nações Unidas, precisou equilibrar-se entre a repressão do regime e a necessidade de prestar assistência a projetos do governo chileno. A CEPAL não se comportou como uma ilha burocrática desconexa do seu entorno. Pelo contrário, atuou na defesa dos direitos humanos no país e exprimiu, ainda que às vezes cautelosamente, críticas às políticas econômicas neoliberais dos *Chicago Boys*. Seria uma caricatura caracterizar a CEPAL, do ponto de vista institucional, como oposição ao regime. Entretanto, seus economistas atuaram como opositores por meio da inserção no debate público em redes criadas por setores progressistas ao redor da Igreja Católica, das quais também participavam outros grupos influentes de oposição. As conexões construídas entre a CEPAL e o mundo social católico de oposição basearam-se em afinidades eletivas entre as críticas realizadas pelos economistas da CEPAL em relação aos efeitos distributivos das políticas econômicas e as preocupações sociais advindas da doutrina social da Igreja. Este trabalho também revelou uma grande heterogeneidade entre os estilos teóricos e profissionais dos economistas da Comissão, que se manifestou na convivência de uma geração associada às ideias clássicas do estruturalismo com outra, cada vez mais influente, que surgia no processo de americanização da Economia na América Latina. Essa heterogeneidade se expressava em diferentes posturas em relação ao pensamento estruturalista tradicional e às políticas neoliberais da ditadura. Finalmente, a influência do contexto chileno sobre a CEPAL contribuiu para alterar sua própria face. Seus economistas, principalmente os da nova geração, construíram uma sociabilidade intelectual e política com o *think tank* CIEPLAN, que não só serviu como forma de oposição, mas também estimulou a reflexão e aprendizados da instituição sobre as políticas neoliberais, tornando-se uma das fontes do surgimento do neoestruturalismo no final dos anos 1980

Palavras-chave: CEPAL; Chicago Boys; ditadura chilena; neoestruturalismo; americanização da Economia.

ABSTRACT

Although economic ideas of CEPAL are one of the leading research topics in the history of economics in Latin America, the literature has paid scarce attention to how the context surrounding its headquarters in Chile shaped the Comission's intellectual production and activities. More specifically, the role of CEPAL during the Pinochet regime remains largely unexplored. This PhD Thesis aims to contribute to the literature by comprehending the influence of the Chilean authoritarian regime on CEPAL and its positions regarding the rise of the Chicago Boys. The results demonstrate the Commission's complex institutional and political situation at the time. Despite being a United Nations agency, it needed to equilibrate between the regime's repression and the need to assist technically with the projects of the Chilean government. CEPAL did not behave as a purely bureaucratic island disconnected from its surroundings. On the contrary, it acted in defense of human rights in the country and criticized, even if sometimes cautiously, the Chicago Boys' neoliberal economic policies and reforms. It would be caricatural to characterize CEPAL, from an institutional point of view, as opposition to the regime. However, its economists acted as opposition through their insertion within political networks in public debate created by the progressive sectors of the Catholic Church, from which other leading opposition groups also participated. CEPAL and the opposition catholic social world built connections based on elective affinities between the criticisms made by CEPAL economists concerning the distributive effects of economic policies and the social concerns arising from the Church's social doctrine. The work also revealed a significant heterogeneity between the theoretical and professional styles of the Commission's economists, manifested in the coexistence of a generation associated with the classical structuralist economic ideas and another, increasingly influential, that emerged in the process of Americanization of economics in Latin America. This heterogeneity was expressed in different positions regarding traditional structuralist thought and the dictatorship's neoliberal policies. Finally, the influence of the Chilean context on CEPAL ultimately changed its face. Its economists, especially those of the new generation, developed an intellectual and political sociability with the think tank CIEPLAN, which not only served as a form of opposition to the regime but also stimulated the institution's reflection and learning about neoliberal policies, becoming one of the sources for the emergence of neostructuralism in the late 1980s.

Keywords: CEPAL; Chicago Boys; chilean dictatorship; neo-structuralism; americanization of economics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Divisões administrativas da CEPAL 45
Figura 2 - Sumário do Estudio Económico de América Latina de 1956..... 50
Figura 3 - Sumário do Estudio Económico de América Latina de 1972..... 51
Figura 4 - Sumário do Estudio Económico de 1978 52
Figura 5 - Número de páginas dos Estudios Económicos de América Latina dedicadas à análise da situação econômica de cada país, 1973-1990..... 53
Figura 6 - Títulos e palavras-chave dos "Estudos Especiais" dos Estudios Económicos de América Latina, 1968-1990 54
Figura 7 - Sumário do Panorama Económico, 1978 77
Figura 8 - Informações sobre a política de preços da revista Mensaje, 1975-1987. 198
Figura 9 – Capas diversas da revista Mensaje, de 1975 e 1983 200
Figura 10 – A típica estrutura dos sumários da Mensaje 201
Figura 11 – As denúncias das violações aos direitos humanos e do problema da fome na Mensaje .. 202
Figura 12 - Os efeitos distributivos das políticas econômicas retratados na revista *Mensaje*..... 202
Figura 13 - As percepções de Sergio Molina sobre o fracasso econômico de Allende ilustradas pela revista Mensaje..... 210
Figura 14 - Quando chegará a primavera econômica? 214
Figura 15 – A representação da Mensaje da denúncia de Aníbal Pinto ao irrealismo do consumo conspícuo na sociedade chilena..... 221
Figura 16 - O tratamento de choque, as crianças e o chileno desempregado 222
Figura 17 - A representação do trabalho e da família 228
Figura 18 - Sumários da Revista da CEPAL nº 34 e da Colección Estudios CIEPLAN nº 23 277

SUMÁRIO

1. **INTRODUÇÃO** 12

2. **A CEPAL ENTRE A REPRESSÃO, AS RESTRIÇÕES INSTITUCIONAIS E AS AVALIAÇÕES DO MODELO ECONÔMICO CHILENO** 22

2.1 A simbiose entre as dimensões institucional e política na história da CEPAL 23

2.2 A discussão historiográfica sobre as diferentes dimensões da Comissão durante o governo Allende e a ditadura de Pinochet 34

2.3 As encruzilhadas institucionais da CEPAL: repressão, atuação na defesa dos direitos humanos e cooperação técnica com o governo chileno 38

2.4 O foco no caso chileno e os primeiros anos: da caracterização do novo modelo econômico ao tratamento de choque (1973-1975) 49

2.5 Os posicionamentos defensivos da CEPAL e as críticas à abertura comercial e ao endividamento externo (1976-1981) 61

2.6 Repercussões da crise da dívida externa de 1982 na exacerbação da crítica cepalina (1982-1984) 70

2.7 A acentuação do foco de curto prazo e a transição à democracia (1985-1990) 76

2.8 Considerações parciais 79

3. **HETEROGENEIDADE E TRANSIÇÃO INTELECTUAL NA CEPAL: PENSAMENTO ECONÔMICO E PROFISSIONALIZAÇÃO** 82

3.1 O estruturalismo latino-americano e a americanização da Economia 83

3.2 O lugar institucional e intelectual de Raúl Prebisch na CEPAL durante as décadas de 1970 e 1980 95

3.3 O estruturalismo no pensamento econômico de Aníbal Pinto e sua influência na CEPAL durante a década de 1970 104

3.4 A americanização da Economia por meio da ascensão dos estudos macroeconômicos de Andrés Bianchi e Joseph Ramos na Divisão de Desenvolvimento Econômico 114

3.5 A *sui generis* renovação do estruturalismo de Osvaldo Sunkel 126

3.6 As contribuições de Fernando Fajnzylber para a nova face da CEPAL 141

3.7 Considerações parciais 156

4. **A OPOSIÇÃO DOS ECONOMISTAS DA CEPAL À DITADURA NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES COM A IGREJA CATÓLICA DO CHILE** 160

4.1 O pensamento econômico católico e as diferentes faces e tensões do progressismo católico na América Latina e no Chile (1945-1973) 161

4.2 O mundo social católico de oposição: as interfaces entre a Igreja Católica e a oposição à ditadura de Pinochet 176

4.3 Os vínculos dos economistas da CEPAL com o *Instituto Latinoamericano de Doctrina y Estudios Sociales* (ILADES) e o *Instituto Chileno de Estudios Humanísticos* (ICHEH). 185
4.4 A revista *Mensaje* durante a ditadura chilena: história, historiografia e estrutura .. 196
4.5 As posições dos economistas da CEPAL no debate público por meio da revista *Mensaje* (1973-1982) 206
4.6 As respostas à maturação e à crise do modelo econômico chileno nas páginas da *Mensaje* 218
4.7 Considerações parciais 231
5. **A SOCIABILIDADE INTELECTUAL E POLÍTICA ENTRE OS ECONOMISTAS DA CEPAL E DA CIEPLAN: DA OPOSIÇÃO AO NEOESTRUTURALISMO** 234
5.1 Aspectos historiográficos do campo dos economistas e a ascensão da CIEPLAN no Chile autoritário 236
5.2 A literatura sobre a CEPAL entre o estruturalismo, o neoliberalismo e o neoestruturalismo 243
5.3 O alvorecer da relação entre CEPAL e CIEPLAN na segunda metade da década de 1970..... 250
5.4 A dupla filiação de Aníbal Pinto e Joseph Ramos e o olhar da CEPAL sobre o caso chileno 253
5.5 A resposta da CEPAL aos temas da reforma financeira e abertura comercial 260
5.6 Os laços entre a CEPAL e a CIEPLAN como fonte para o surgimento do neoestruturalismo ao final da década de 1980 270
5.7 Considerações parciais 279
CONSIDERAÇÕES FINAIS 282
REFERÊNCIAS 287
Entrevistas realizadas e critérios de seleção 287
Arquivos e bibliotecas consultados 287
Fontes documentais 288
Bibliografia 306

1. INTRODUÇÃO

A aplicação das políticas neoliberais pelos *Chicago Boys* durante o regime autoritário de Pinochet (1973-1990) se tornou um paradigma nas últimas décadas, que é mobilizado de diferentes formas.[1] De um lado, a experiência é concebida como um "modelo" por aqueles que defendem as virtudes do liberalismo econômico em função do dinamismo da economia chilena entre a década de 1990 e o fim da década de 2010. De outro lado, para os críticos, a implementação do neoliberalismo estaria na origem de uma dinâmica profunda de aumento da concentração de renda e das desigualdades sociais, silenciada por muito tempo, que irrompeu com toda força nas grandes manifestações de outubro de 2019, que ficaram conhecidas como *estalido social*.

Seja qual for a interpretação, parece evidente que o caráter simbólico da experiência advém das características radicais e *sui generis* dessas políticas e da magnitude de seus resultados, exaustivamente analisadas pela literatura (FOXLEY, 1983; TEICHMAN, 2001; ANGELL, 2002; FFRENCH-DAVIS, 2018), que condicionam a realidade econômica e social chilena até os dias atuais. A radicalidade das políticas e das reformas econômicas aplicadas em um ambiente autoritário pode levar à falsa impressão de que o debate público sobre questões econômicas estava totalmente interditado. Essa imagem parece ser reforçada devido ao modo pelo qual os *Chicago Boys* ascenderam à vida pública chilena e conduziram as decisões econômicas sob o regime autoritário. Entre o início dos anos 1960 — quando retornaram ao Chile — e 1973, o grupo de economistas expandiu de maneira notável sua influência na Universidade Católica, onde atuavam como professores. Eles promoveram — não sem resistência de alunos e outros docentes — uma "revolução" no Instituto de Economia da universidade. Como afirmam Valdés (1995) e Gárate (2012), algumas das ações importantes para isso foram a alteração drástica dos currículos, novas formas de avaliação e o aumento no ritmo das aulas.

Para fortalecer e enraizar suas ideias na sociedade chilena durante a ditadura, os *Chicago Boys* desenvolveram mecanismos de defesa, assimilação e difusão das ideias liberais. Entre

[1] Os *Chicago Boys* foram um grupo de jovens economistas chilenos enviados para realizar estudos de pós-graduação em Economia na Universidade de Chicago no contexto da assinatura de um convênio em 1956 entre a universidade americana e a Pontifícia Universidade Católica do Chile. Valdés (1995, p. 136) contabiliza que, entre 1956 e 1961, um total de vinte e seis jovens estudantes chilenos foram enviados a Chicago. Este acordo é um exemplar específico e uma exceção no leque maior de iniciativas implementadas no contexto da Guerra Fria para a modernização das ciências sociais na América Latina. Ao contrário do Chile, alguns trabalhos sobre a Argentina e Brasil — por exemplo, Biglaiser (2009) e Suprinyak e Fernández (2021) — enfatizam as diferenças e singularidades dos acordos, que não resultaram na hegemonia de algum ponto de vista ideológico. Para o caso das universidades colombianas, ver Guiot-Isaac (2024).

1976 e 1980, período que correspondeu ao maior dinamismo da economia chilena, o grupo ganhou grande popularidade, participando de uma série de entrevistas e colunas em vários jornais chilenos, principalmente no *El Mercúrio* (VALDÉS, 1995, p. 36).

No debate público, esses economistas criticavam o processo de substituição de importações e o estatismo enraizado no país desde a década de 1930, defendiam a superioridade de uma economia de mercado e o papel subsidiário do Estado, exaltavam o status científico da teoria econômica que preconizavam, e finalmente, desqualificavam qualquer intento de críticas, concebidas por eles como manifestações políticas de grupos de interesse (VALDÉS, 1995). Além disso, importantes economistas como Milton Friedman e Friedrich Hayek visitaram o país durante a ditadura, conferindo legitimidade à condução da política econômica (CALDWELL; MONTES, 2015; MONTES, 2016; EDWARDS; MONTES, 2020). As estratégias de expansão da influência dos *Chicago Boys* se intensificaram a partir do surgimento do *Centro de Estudios Públicos* (CEP), um *think thank* criado pelos economistas com o apoio de empresários e militares em 1980. Esta instituição, inspirada nas ideias de Hayek, atuou na defesa filosófica, teórica, política e cultural do modelo econômico implementado no país. As principais estratégias institucionais para a divulgação desse ideário foram a criação e edição da revista *Estudios Públicos*, publicação de livros e organização de eventos acadêmicos. Dentre estes, a participação na conferência regional da *Mont Pelérin Society* no Chile em 1981 (JARA, 2019a; 2019b).

Há algum tempo, como será explicitado mais adiante, a historiografia sobre a ditadura chilena vem rejeitando o pressuposto segundo o qual, em função da repressão e do ambiente autoritário, as discussões econômicas e as críticas aos *Chicago Boys* se encontravam interditadas, apontando a existência de importantes fissuras no interior do governo e de espaços onde economistas possuíam relativa liberdade de atuação a proteção, além do financiamento de fundações e organismos internacionais. Seguindo essa perspectiva, concebendo a CEPAL como outro exemplo desses espaços de relativa liberdade, a tese propõe investigar sua atuação durante o regime autoritário chileno.

O interesse na compreensão do papel da CEPAL se justifica porque um marco distintivo dos *Chicago Boys* era o contraste das suas ideias e práticas profissionais em relação ao legado estruturalista da Comissão. Valdés (1995) se baseia em arquivos da *International Cooperation Administration* (ICA) — precursora da *Agency* for *International Development* (AID) — para formular a tese de que, através do referido convênio, houve um deliberado processo de transferência ideológica das ideias econômicas dos Estados Unidos para o Chile, com o objetivo de contrapor internamente a influência das teorias do desenvolvimento econômico formuladas

pela CEPAL.[2] Em um mesmo sentido, Fajardo (2002, p. 213) sintetiza: "*the raison d'être of the Chicago Boys was to knock the cepalinos out of what had become an almost hegemonic position in Latin America, especially in Chile*". Esse explícito ataque à influência da CEPAL decorreu do papel fundamental da Comissão para a institucionalização das ciências sociais e do campo e da profissão dos economistas na América Latina e no Chile, país de sua sede (DEVÉS, 2000; GABAY, 2008; MONTECINOS, 2009).

Mas de que maneira a CEPAL reagiu a esse ataque? Se a literatura sobre os *Chicago Boys* e sobre a ditadura chilena não oferece uma resposta adequada para essa pergunta, um caminho natural seria buscá-la na historiografia sobre a história e o pensamento econômico da CEPAL. A indicação de algumas das intepretações mais clássicas sobre o tema nos ajuda a explicitar como esse caminho, apesar de oferecer elementos importantes, também deixa uma série de interrogantes sobre o papel da Comissão neste contexto. Na sua clássica periodização sobre as fases do pensamento da CEPAL, Bielschowsky (2000, pp. 57-88) enfatiza que a Comissão assumiu um papel de "resistência numa luta ideológica internacional" contra uma "nova ortodoxia" e os impactos das experiências monetaristas das ditaduras latino-americanas, em particular no Chile. Em sua visão, "entre 1973 e 1989, a sede da CEPAL no Chile perdia aquilo que havia sido até então um de seus principais ativos, o poder de convocatória da intelectualidade latino-americana" (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 46). Love (1996, pp. 262-263) também chamou atenção para o impacto das experiências neoliberais na América Latina sobre a influência da CEPAL na região: "*Four countries in which the military held power for long periods — Brazil, Argentina, Chile, and Uruguay - were particularly influenced by the monetarist economics of the Chicago school".*

Para além dessas análises gerais que tocam ocasional e superficialmente na relação entre a CEPAL e o contexto chileno, há outros tantos trabalhos que se aprofundam um pouco mais na consideração de elementos específicos da atuação da Comissão durante a ditadura. De um lado, há autores que apontam as dificuldades atravessadas pela CEPAL no período e suas diferentes formas de resistência. Coviello (2017; 2019) demonstra que, em função das dificuldades políticas e intelectuais decorrentes da ditadura de Pinochet, houve até mesmo negociações visando uma possível transferência da sede de Santiago para Buenos Aires, que terminou por não se concretizar. De maneira correlata, Rosenthal (2004) enfatiza como Enrique

[2] Uma importante advertência realizada pelo autor é que apenas a USAID tinha por objetivo combater as ideias estruturalistas. Não era este o caso da Fundação Ford que, entre 1962 e 1973, financiou projetos e bolsas de pesquisa da Faculdade de Economia da Universidade do Chile, dominada pelo pensamento da CEPAL, em magnitude superior aos recursos destinados ao Instituto de Economia da Universidade Católica (VALDÉS, 1995).

Iglesias, Secretário Executivo da CEPAL (1972-1985), trabalhou após o golpe para manter a integridade física e evitar a expulsão dos membros da CEPAL do país.[3] Além disso, o autor assinala que a Comissão se posicionou contrariamente às abruptas e indiscriminadas aberturas comercial e financeira promovidas pelo regime Pinochet. Já em sua biografia sobre Raúl Prebisch, Dosman (2008) aponta o papel importante do economista argentino como diretor da *Revista da CEPAL*. Para ele, a revista foi um espaço democrático essencial para que os economistas da CEPAL e outros publicassem seus trabalhos. Assim, a Comissão teria contribuído para superar o "*worst period of the Pinochet dictatorship*" (DOSMAN, 2008, p. 475). De outro lado, essas dificuldades também produziram adaptações. Em um estudo recente, Fajardo (2024) ressalta como, mesmo em um contexto político tão movediço, Iglesias liderou grandes transformações institucionais e intelectuais na CEPAL, que introduziram maior preocupação com políticas de curto prazo e outros temas alinhados com as diretrizes e ideias do FMI, incorporando mais propostas de liberalização da economia em seu discurso econômico.

Em síntese, apesar de existir uma literatura extensa sobre a CEPAL que aponta possíveis caminhos, esta é ainda insuficiente para compreender a atuação da instituição e de seus economistas sob o regime autoritário chileno em suas múltiplas dimensões. De um lado, grande parte da literatura consiste em análises gerais, que passam de forma superficial por este capítulo marcante na história da região como se fosse apenas mais um elemento a explicar a mudança ocorrida no pensamento cepalino nas décadas de 1970 e 1980, sem adentrar nos condicionantes concretos que influenciaram o trabalho da Comissão nesse período. De outro lado, os poucos trabalhos que sublinham de maneira mais específica a relação entre a CEPAL e o contexto nacional chileno oferecem análises temática e temporalmente circunscritas, que não logram reconstituir um quadro razoavelmente coerente e sistemático das complexidades inerentes à atuação da Comissão durante a ditadura chilena.

É exatamente essa problemática que inspirou a pesquisa que se cristaliza nesta tese. Seu objetivo é analisar a atuação da CEPAL frente à expansão das ideias econômicas liberais e das políticas econômicas monetaristas aplicadas durante o regime autoritário chileno. Mais explicitamente, podemos expressar nosso problema de pesquisa da seguinte maneira: Como a CEPAL reagiu ao contexto do regime autoritário chileno e quais foram as respostas intelectuais formuladas por seus economistas para resistirem à ascensão dos *Chicago Boys*?

[3] A fonte original desta afirmação é uma entrevista concedida por Enrique Iglesias ao *Oral History Collection of the United Nations Intellectual History Project* (IGLESIAS, 2001), reproduzida *ad nauseam* pela literatura (ROSENTHAL, 2004; MONTECINOS, 2009; KLÜGER, 2017). Em entrevista a Bielschowsky (2000), Iglesias repete que o período foi de "resistência".

Antes de avançarmos, julgamos necessário esclarecer desde já dois aspectos. Em primeiro lugar, apesar de apontar a existência de interações eventuais entre os *Chicago Boys* e os economistas da CEPAL, a tese não reivindica a existência de um "debate econômico" entre eles. A fim de evitar repetições desnecessárias, dada a extensa bibliografia existente sobre o grupo de economistas chilenos formados na Universidade de Chicago, centraremos nossa análise sobre a atuação da CEPAL à luz da historiografia sobre os *policymakers* do governo Pinochet e sobre a ditadura chilena. Em segundo lugar, ressaltamos que a atuação da CEPAL neste contexto foi multifacetada e recheada de nuances, o que não permite nenhuma identificação unívoca da Comissão como simplesmente um grupo de oposição à ditadura.

A originalidade da tese é caracterizada pelo preenchimento de uma importante lacuna da literatura no que diz respeito à atuação da CEPAL durante o regime autoritário chileno e seus impactos nas mudanças institucionais e nas ideias econômicas da Comissão. As contribuições da tese dialogam com alguns nichos da historiografia contemporânea do pensamento econômico. Em primeiro lugar, representa um aporte aos estudos que investigam a atuação da Comissão em contextos nacionais (COVIELLO, 2017; FAJARDO, 2022), bem como aqueles que enfatizam os impactos do funcionamento institucional da CEPAL sobre as ideias desenvolvidas pela Comissão (HODARA, 1987; ROSENTHAL, 2004; DOSMAN, 2008). Finalmente, a partir da atuação da CEPAL, em seu nível institucional, e de seus economistas, no contexto do caso chileno, a pesquisa contribui com novas evidências e interpretações sobre o surgimento do neoestruturalismo, cuja história vem mobilizando de forma crescente os historiadores do pensamento econômico (BIELSCHOWSKY, 2000; VITAGLIANO, 2004; RODRÍGUEZ, 2009; BETETA; MORENO-BRID, 2012; BÁRCENA; PRADO, 2015; MALLORQUÍN, 2017; BOIANOSVKY, 2019).

Em segundo lugar, a tese realiza contribuições às pesquisas sobre a atuação dos economistas em contextos autoritários. Em sua introdução a um número especial dedicado ao tema, D'Onofrio e Serra (2020) consideram que há uma concentração de estudos voltados à Europa Ocidental e ao regime Pinochet no Chile. Embora tal diagnóstico seja correto, tais estudos tendem a se concentrar na história e na influência dos *Chicago Boys*, com menos referências a outros economistas civis (FONTAINE, 1988; DÉLANO; TRANSLAVIÑA, 1989; VALDÉS, 1995; HUNEEUS, 2007; GÁRATE, 2012; RESENDE, 2019; EDWARDS, 2023) e aos membros da *Corporación de Estudios para Latinoamérica* (CIEPLAN), o principal grupo de economistas de oposição à ditadura (SILVA, 1991; HUNEEUS; CUEVAS; HERNÁNDEZ, 2014; PURYEAR, 2016; MORALES; GARBER, 2017; GÁRATE, 2020; GARBER, 2020; MORALES; MONASTERIO, 2020). Esse diálogo com a historiografia sobre a atuação de

economistas em regimes autoritários ocorrerá tanto a partir dos trabalhos que enfocam principalmente os debates de política econômica (HEREDIA, 2004; VICENTE, 2011; ANDRADA; BOIANOVSKY, 2020) quanto a literatura sociológica que enfatiza a relevância das fundações filantrópicas, como a Fundação Ford e outras instituições internacionais, para a garantia da legitimidade e proteção intelectual frente a contextos repressivos (PURYEAR, 2016; MORALES, 2016; FERNÁNDEZ; SUPRINYAK, 2019; D'ONOFRIO; SERRA, 2020; SUPRINYAK; FERNÁNDEZ, 2022). A tese dialogará com essas literaturas tanto ao abordar os posicionamentos da CEPAL face à implementação das políticas econômicas da ditadura do Chile, quanto mostrando como sua vinculação às Nações Unidas foi importante para proteger e legitimar o trabalho intelectual dos economistas cepalinos, embora dentro de certos limites.

O trabalho também dialogará com a historiografia que investiga a formação do campo dos economistas e a profissionalização da Economia enquanto disciplina acadêmica na América Latina, incluindo a ascensão dos economistas aos cargos estatais (LOUREIRO, 1997; HEREDIA, 2015; BIGLAISER, 2009; MONTECINOS, 2009, KLÜGER, 2017). Esta literatura tem destacado a importância da CEPAL enquanto impulsionadora desses processos nas primeiras décadas do pós-guerra, bem como a maior influência da academia norte-americana na definição do estilo profissional dos economistas latino-americanos a partir da década de 1970. Entretanto, tais trabalhos não analisam como os conflitos e tensões entre esse novo estilo profissional e os padrões até então prevalecentes na América Latina impactaram as atividades no interior da CEPAL, o que será explorado nesta tese.

Em termos de sua abordagem metodológica, essa tese pode ser definida como uma reconstrução histórica, apoiando-se nas contribuições da história intelectual e da Sociologia do Conhecimento Científico. Pelo menos desde a década de 1970, os historiadores do pensamento econômico vêm alimentando uma controvérsia sobre o estilo de produção de conhecimento e os caminhos institucionais mais apropriados para a disciplina. Para esboçar o enfoque metodológico do trabalho, contextualizamos que, durante boa parte do século XX, muitos economistas utilizaram a história do pensamento econômico como "reconstrução racional", isto é, focando na análise da estrutura interna das teorias econômicas e sua evolução ao longo do tempo (BLAUG, [1962] 1985).[4] Este estilo, que minimiza a importância dos contextos históricos, está atrelado a uma concepção da ciência econômica como *hard science*, supondo que o progresso científico se manifesta em uma fronteira do conhecimento que cristaliza todas

[4] Embora a obra *History of Economic Analysis* de Joseph Schumpeter (1954) tenha ganhado notoriedade como exemplo dessa abordagem, esta era uma prática utilizada por vários outros economistas como, por exemplo, Jacob Viner. Simultaneamente, outras abordagens foram desenvolvidas. Para detalhes do processo ver Goodwin (2008).

as teorias econômicas historicamente provadas como verdadeiras. Dessa forma, a história do pensamento econômico serviria para buscar os "acertos" e os "erros" dos autores do passado à luz da teoria econômica moderna (ARIDA, [1983] 2003).

Há uma variação da reconstrução racional que não envolve a suposição da existência de uma fronteira do conhecimento científico, no sentido de que as teorias econômicas influentes no presente são aquelas que superaram suas rivais no passado (BOULDING, 1971; KURZ, 2006) Neste tipo de reconstrução racional, baseada em uma concepção *soft science* de ciência, funde-se teoria e história, reconhecendo que os conceitos e teorias elaborados pelos economistas no passado ainda podem fornecer elementos para enfrentar os problemas econômicos no presente (ARIDA, 1983). Em contraposição à essas duas formas de reconstrução racional, outros pesquisadores, com mais força a partir do final do século XX, progressivamente defenderam e aplicaram em seus trabalhos um estilo denominado "reconstrução histórica". As reconstruções históricas se baseiam na ideia de que as teorias elaboradas pelos economistas do passado devem ser entendidas a partir dos contextos históricos, políticos e intelectuais que as condicionaram, sem se preocupar com suas contribuições potenciais à teoria econômica atual (WINCH, 1962; SAMUELS, 1974; BACKHOUSE; TRIBE, 2018). As reconstruções históricas visam historicizar as ideias econômicas, isto é, concebê-las a partir de seu tempo, lugar e contexto, sem subordiná-las às preocupações do presente (MARCUZZO, 2008; BIANCHI, 2018).

A análise do nosso objeto de pesquisa — a atuação da CEPAL durante o regime autoritário chileno — consiste justamente no entendimento das ideias econômicas produzidas no âmbito da Comissão a partir de um contexto histórico específico. Dessa forma, entendemos que as reconstruções racionais não são capazes de capturar as especificidades do nosso objeto. Traçar a evolução das ideias estruturalistas da CEPAL *per se* ou buscar nelas inspirações para a discussão dos debates econômicos contemporâneos é uma prática consagrada e legítima na historiografia sobre o pensamento econômico da Comissão, mas que deixa pouco espaço para averiguar as múltiplas dimensões de sua atuação em contextos nacionais. Assim, devido à natureza da problemática que inspira a tese, nossa abordagem metodológica repousa em uma reconstrução histórica das ideias e da atuação da CEPAL no âmbito da realidade econômica, social, intelectual e política de um contexto histórico específico, o do regime autoritário chileno.

Tendo em vista as diferentes dimensões inerentes ao objeto de pesquisa, consideramos que a resposta ao nosso problema de pesquisa pode ser decomposta em um conjunto de perguntas auxiliares: Como foi a dinâmica das relações entre a ONU e a CEPAL e o regime autoritário chileno? Podemos considerar que a CEPAL foi uma oposição à ditadura? Quais eram

as restrições e os graus de liberdade dos quais a instituição dispunha naquele contexto? Como os membros da Comissão avaliaram as políticas econômicas produzidas pelos *Chicago Boys* ao longo do tempo? Houve a proposição de medidas alternativas? De que forma o processo de "americanização" da Economia afetou a organização e a produção intelectual da instituição? Qual foi a relevância de seus economistas no cenário intelectual chileno e junto à opinião pública? Houve a formação de redes profissionais, intelectuais e pessoais com outras instituições no contexto da ditadura chilena? Como a análise do caso chileno impactou as mudanças intelectuais da CEPAL a longo prazo?

A fim de responder o problema geral e essas perguntas específicas, a tese foi estruturada, para além desta introdução, em mais quatro capítulos que foram baseados tanto no diálogo com diferentes tipos de historiografia quanto no uso de um amplo conjunto de fontes primárias, tais como relatórios institucionais, atas e outros documentos internos da CEPAL, textos de seus economistas publicados no âmbito da Comissão e em outros espaços fora dela, documentos de diferentes órgãos do governo chileno, artigos e documentos de economistas e instituições que se vincularam com os economistas da CEPAL, entrevistas e correspondências, entre outros.[5] Cada um dos capítulos iniciará com uma breve introdução na qual especificaremos os argumentos gerais, a abordagem e as fontes utilizadas. Além disso, os capítulos em geral são compostos por duas seções iniciais que visam posicionar a discussão dentro das historiografias pertinentes. A única exceção é o capítulo 3, que possui apenas uma seção de caráter historiográfico. Após as seções iniciais, os capítulos serão seguidos de aproximadamente cinco seções nas quais desenvolveremos o argumento central, sendo finalizados com uma seção de considerações parciais na qual retomaremos os argumentos principais, articulando-os com os capítulos anteriores e posteriores.

No capítulo 2, reconstituiremos a atuação pública da Comissão durante a ditadura como um produto institucional e político. Em outras palavras, analisaremos como a dinâmica das relações entre a instituição o regime autoritário chileno foi marcada por complexidades que envolviam conflitos com as Nações Unidas, ataques de variados tipos à instituição e seus membros, a atuação da CEPAL na defesa dos direitos humanos no país, a cooperação técnica em vários projetos do governo chileno e, finalmente, a atenção especial dedicada à condução

[5] As 16 entrevistas com ex-economistas, sociólogos e funcionários da CEPAL, intelectuais de outros centros de pesquisa independentes e pesquisadores sobre a temática foram aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFMG, CAAE: 77302424.4.0000.5149. As transcrições foram finalizadas em novembro de 2024. Embora apenas dois interlocutores tenham escolhido o anonimato, decidimos anonimizar todas as entrevistas — representando-as com as letras do alfabeto, de A a P — para preservar suas identidades, uma vez que se trata de um conjunto restrito e conhecido de entrevistados. Uma lista completa dos critérios de seleção dos entrevistados se encontra nas referências.

da política econômica do regime Pinochet, sobre a qual a Comissão realizou abrangentes avaliações. Sobre este último aspecto, voltaremos nosso olhar aos documentos e relatórios institucionais que não continham identificação autoral, o que permitirá identificar quais ideias, propostas e críticas eram consideradas apropriadas para carregarem a assinatura institucional da Comissão, bem como as alterações sofridas por esse conteúdo 'institucional' ao longo do tempo.

Já no capítulo 3, concentraremos nossa atenção nos aspectos internos do funcionamento da Comissão durante as décadas de 1970 e 1980. Como reflexo da crise do pensamento econômico estruturalista e das dificuldades inerentes aos contextos internacional, latino-americano e chileno, mostraremos a grande heterogeneidade intelectual e profissional que caracterizava o quadro de economistas no interior da CEPAL. Havia uma convivência entre distintas gerações de economistas. Alguns personagens tinham uma grande afinidade com as ideias cepalinas clássicas das décadas de 1950 e 1960 enquanto outros eram claramente influenciados por fontes teóricas derivadas do processo de "americanização da Economia". A análise empreendida no capítulo destacará múltiplos aspectos que se conectam à trajetória intelectual e profissional de cada economista, mas também à dinâmica de poder em torno das suas posições institucionais, bem como a conflitos e propostas de mudança na orientação da instituição. Dessa forma, analisaremos em cada caso as principais ideias desenvolvidas durante as décadas de 1970 e 1980, os posicionamentos frente à expansão das ideias e políticas neoliberais na América Latina em geral e no caso chileno em particular, as percepções a respeito do legado das ideias mais antigas da Comissão, as posições institucionais, o tipo de renovação intelectual proposta para o futuro da Comissão e, finalmente, seus estilos teóricos e profissionais. A partir dessa análise, será possível formar um extenso mosaico de combinações entre esses diferentes elementos, demonstrando a heterogeneidade existente na CEPAL. A partir do apontamento de certos tipos de renovação do pensamento econômico cepalino que prosperaram em detrimento de outros, o capítulo evidenciará como a Comissão passou por uma transição intelectual na qual uma nova geração substituiu os economistas estruturalistas mais antigos, impactando as mudanças da orientação oficial da instituição e, consequentemente, a própria forma de conceber o caso chileno.

Em conjunto, esses dois capítulos servirão para caracterizar a Comissão por diferentes ângulos, demonstrando como a CEPAL era uma instituição permeada por heterogeneidade, conflitos e dilemas, na qual o contexto chileno era um condicionante profissional e intelectual relevante. Os últimos dois capítulos versarão, com mais profundidade, sobre como os

economistas da CEPAL desenvolveram relações orgânicas com o contexto chileno, em particular com grupos de oposição ao regime.

No capítulo 4 veremos que, embora a CEPAL não possa ser identificada institucionalmente como oposição, para além das críticas realizadas em trabalhos no âmbito da Comissão, seus economistas também se inseriram no debate público em instituições e meios de imprensa fomentados pela Igreja Católica do Chile, frequentadas igualmente por outros grupos de oposição. Mostraremos como, neste contexto, os economistas da CEPAL e atores e grupos católicos que impulsionavam essas redes construíram relações de natureza política baseadas em afinidades eletivas, nas quais as críticas dos economistas da Comissão atendiam a preocupações com os impactos distributivos das políticas neoliberais do regime sobre os mais pobres. Finalmente, no capítulo 5, apresentaremos as relações de alguns membros da CEPAL com a Corporación de Estudios para Latinoamérica (CIEPLAN), um *think thank* reconhecido como principal grupo de oposição às políticas dos *Chicago Boys*. Evidenciaremos como essas instituições estabeleceram uma sociabilidade intelectual e política estreita, expressa em uma rede de contatos institucionais e interpessoais. Essa relação se manifestou em diversas críticas às políticas e reformas econômicas do regime Pinochet, fonte de reflexões e aprendizados que alimentaram as tentativas de construção de uma nova abordagem para o desenvolvimento econômico da América Latina, que viria eventualmente a desembocar na formulação do neoestruturalismo no fim da década de 1980.

Ao final desta trajetória, espera-se que a tese ofereça um quadro abrangente das diferentes restrições, nuances, dilemas, condicionantes e possibilidades de atuação da CEPAL durante o regime autoritário chileno, que não minimize seu papel devido à dimensão institucional da Comissão nem tampouco simplifique sua posição como oposição ao regime. Embora haja uma extensa literatura focada na influência intelectual da Comissão e nos grandes conceitos e teses formulados pelos mais célebres economistas latino-americanos nas décadas de 1950 e 1960, o presente estudo contribuirá para evidenciar as disputas e transformações intelectuais e institucionais ocorridas no interior de uma CEPAL ainda pouco conhecida, influenciada significativamente pelo contexto chileno e ocupada por algumas figuras com as quais os historiadores do pensamento econômico não estão familiarizados. Essa perspectiva é de suma importância para compreender como a atuação desses economistas condicionou os caminhos seguidos quanto os descartados pela instituição desde então.

2. A CEPAL ENTRE A REPRESSÃO, AS RESTRIÇÕES INSTITUCIONAIS E AS AVALIAÇÕES DO MODELO ECONÔMICO CHILENO

O objetivo deste capítulo é analisar a atuação pública da CEPAL no contexto do regime autoritário chileno. O argumento do capítulo é que, a despeito das restrições institucionais impostas por seu vínculo à Organização das Nações Unidas (ONU), a Comissão atuou de forma crítica às políticas econômicas implementadas pelos *Chicago Boys*. Mesmo vivendo um quadro complexo de tensões e dilemas — que envolvia, de um lado, a repressão e o repúdio às suas ideias, e de outro, a necessidade de prestar cooperação técnica a determinados projetos do governo chileno — a instituição realizou críticas importantes à condução da política econômica do regime, seja usando uma linguagem cuidadosa ou mobilizando um discurso contundente, sobretudo nos momentos de crise econômica.

Para tornar mais inteligível este argumento, nas primeiras duas seções discutimos como a historiografia da CEPAL observa as relações e tensões entre as dimensões institucional e política da Comissão em diferentes momentos da sua história, bem como as contribuições e os limites da literatura a respeito dessa relação no contexto da ditadura chilena. Na seção três, evidenciamos a repressão sofrida pela Comissão e sua atuação na defesa dos direitos humanos de seus funcionários e de outras instituições internacionais em Santiago. Além disso, estabelecemos um contraste com o exercício de suas funções burocráticas, ao prestar assistência técnica a projetos da ditadura chilena. No restante do capítulo, analisamos concretamente como essas diferentes dimensões impactaram os posicionamentos públicos da CEPAL durante o regime autoritário chileno por meio de relatórios institucionais.

Para embasar a análise, atrelado ao manejo da bibliografia pertinente, mobilizamos uma série de fontes documentais. Em primeiro lugar, utilizamos informes anuais e bianuais produzidos pela Secretaria Executiva da CEPAL e enviados ao Conselho Econômico e Social da ONU. Esses documentos são utilizados para a compreensão de algumas questões urgentes, dilemas e necessidades institucionais que acompanharam a produção dos relatórios. Essas fontes também são úteis para a compreensão de como a CEPAL se relacionou, do ponto de vista de suas funções burocráticas, com as ditaduras latino-americanas em geral, e do Chile em particular. Em segundo lugar, são utilizados documentos e notas verbais de correspondência entre o Secretário Executivo da CEPAL, o uruguaio Enrique Iglesias, e o Ministério de Relações Exteriores do Chile. Essas fontes são importantes para estabelecer o clima de tensões entre a CEPAL e o governo chileno e demonstrar a repressão sofrida pela Comissão e sua atuação na defesa dos direitos humanos durante o regime autoritário. Por fim, usamos os relatórios

institucionais de conjuntura para a avaliação das políticas econômicas chilenas (principalmente os *Estudios Económicos* e *Panoramas Económicos*), além de entrevistas. Tomamos as avaliações da política econômica presentes nesses relatórios como evidência dos graus de liberdade ou da relativa autonomia institucional que a CEPAL possuía naquele contexto. Em outras palavras, avaliamos a atuação pública na sua face institucional por meio da identificação de quais ideias, propostas e críticas eram legítimas a ponto de carregarem a assinatura da Comissão.

2.1 A simbiose entre as dimensões institucional e política na história da CEPAL

A CEPAL é um dos temas mais estudados e pesquisados na área de História do Pensamento Econômico na América Latina (atraindo atenção também da comunidade internacional) e conta com uma ampla historiografia. Apesar de que o estabelecimento concreto de ligações entre ideias e políticas econômicas seja uma tarefa desafiadora, em parte porque as próprias ideias da Comissão sofreram mutações ao longo do tempo, a literatura tende a concordar que as ideias cepalinas influenciaram, em diferentes graus, os projetos de desenvolvimento e as políticas de suporte à industrialização e integração regional até a década de 1980 (CARDOSO, 1977; KAY, 1989; RODRÍGUEZ *et al*, 1994; LOVE, 1996; 2005; ROSENTHAL, 1996; 2004; BIELSCHOWSKY, 2000; 2009 VITAGLIANO, 2004; PAIVA, 2006; BÁRCENA; PRADO, 2019). Grande parte da literatura sobre a história da Comissão tem focado na análise sistemática da sua produção intelectual e contribuições teóricas para o entendimento do fenômeno do (sub) desenvolvimento econômico, apontando as transformações externas e internas ocorridas desde sua criação em 1948 até o tempo presente.

Alguns trabalhos, por exemplo, ressaltam a existência de um grau de originalidade nas formulações teóricas cepalinas do limiar da década de 1950. Defendendo de maneira enfática as contribuições teóricas da Comissão, Kay (1989) argumenta que a CEPAL possuía críticas contundentes à teoria neoclássica do centro — em particular às teorias clássicas do comércio internacional e o teorema da equalização dos preços de fatores de Paul Samuelson[6] — que teria

[6] Em seu clássico 'International Trade and the Equalisation of Factor Prices', Samuelson (1948) argumenta que — mesmo na ausência de perfeita mobilidade de fatores de produção – em condições de livre comércio e na inexistência de grandes disparidades nas dotações de fatores, se cada país se especializasse na exportação dos bens em que possuísse relativamente menores custos de produção (vantagens comparativas) e abundância dos seus fatores de produção (e importasse aqueles bens cujos fatores produtivos fossem relativamente mais caros e escassos), haveria uma completa convergência das remunerações dos fatores nas diferentes partes do mundo, e por consequência nos níveis de renda. Assim, para o autor, o comércio de bens pode ser considerado um substituto perfeito para a mobilidade de fatores de produção, no sentido de que produziria os mesmos resultados. Dessa

pouco a oferecer para a compreensão das realidades periféricas. Diagnosticando um alto grau de ruptura em relação à teoria neoclássica, o autor aponta que a CEPAL "*aimed to construct an alternative autochthonous analysis*" (p. 25), cuja originalidade residia na introdução de conceitos como centro-periferia e heterogeneidade estrutural.[7]

Essa originalidade é corroborada por outros trabalhos, ainda que de maneira mais moderada. Devés (2000b) mostra que o conceito de centro-periferia já era usado por Raúl Prebisch antes da sua entrada na CEPAL, em seus textos escritos durante as décadas de 1930 e 1940, que foram influenciados pela sua condução do Banco Central argentino em um contexto de restrições comerciais e financeiras. Também aponta que, antes mesmo da formulação das ideias cepalinas sobre heterogeneidade estrutural, Arthur Lewis já havia desenvolvido noções semelhantes, de maneira independente, ao identificar um setor moderno e outro de subsistência. Já Cardoso (1977) argumenta que a originalidade da CEPAL decorre da ressignificação de ideias para um novo contexto, atuando como uma geradora de ideologias orientadas para a prática política, isto é, transformando ideias e conceitos em um conjunto de políticas para a promoção da industrialização. Para ele, no âmbito teórico, a originalidade da CEPAL é mais implícita do que explícita, porque mesmo absorvendo influências de clássicos, neoclássicos, marxistas e keynesianos, a Comissão não se preocupava em realizar diálogos explícitos com a teoria econômica, uma vez que estava "*placed under constraint by its politico-institutional position — after all, it is an inter-governmental organ*" (CARDOSO, 1977, p. 40).

Mesmo que a Comissão não tenha explicitado seus diálogos com a teoria econômica, a instituição não estava isolada das dinâmicas disciplinares da Economia e dos seus debates. Assim, outra dimensão importante da CEPAL, dentro da qual seu próprio pensamento e suas contribuições devem ser contextualizados, refere-se ao seu nascimento atrelado aos primórdios do processo de institucionalização da Economia do Desenvolvimento como campo científico autônomo no pós-guerra. Reforçando a percepção de Cardoso (1977), os trabalhos de Alacevich (2018) e Alacevich e Boianovsky (2018) enfatizam o caráter essencialmente aplicado desse campo, cujas ideias e debates não possuíam alto grau de abstração teórica, concentrando-se nas realidades das distintas regiões subdesenvolvidas. Alacevich (2018) destaca que, apesar do surgimento de escolas de pensamento originais na periferia, as pesquisas da Economia do

forma, Samuelson qualificou, por meio de uma demonstração formalizada, o conhecido modelo de Heckscher e Ohlin (H-O), segundo o qual haveria equalização apenas parcial das remunerações de fatores.

[7] Além disso, Boianovsky (2023) enxergou as influências das ideias desenvolvidas simultaneamente por Prebisch e Hans Singer — consultor da ONU — na produção de modelos teóricos por Edmar Bacha e Lance Taylor na década de 1970.

Desenvolvimento tiveram suas origens principalmente em instituições do Norte, em particular nas universidades dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha.

O nascimento da Economia do Desenvolvimento deve ser entendido no contexto do pós-guerra, em particular das reconfigurações geopolíticas envolvendo a ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica em substituição à Grã-Bretanha e o fim dos grandes impérios europeus, que resultaram na independência de vários países marcados por instabilidades políticas, econômicas e sociais, que se tornariam áreas de disputa de influência durante a Guerra Fria. Para Alacevich (2018), os esforços de reconstrução da Europa, especialmente do Leste Europeu, foram importantes para o nascimento das ideias e instituições relacionadas à temática do desenvolvimento econômico. Por exemplo, Paul Roseinstein-Rodan, que foi presidente do grupo econômico do *Royal Institute of International Affairs* (*Chatham House*), sintetizou as ideias discutidas na instituição no clássico 'Problems of Industrialisation of Eastern and South-Eastern Europe' (1943). Uma série de outras instituições criadas como parte da arquitetura supranacional do pós-guerra se juntaram a esses esforços, tais como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

Essa incursão inicial na historiografia é importante pois revela que a CEPAL é um objeto complexo, que possui múltiplas dimensões imbricadas: a institucional, no sentido de que sua atuação derivava dos esforços de reconstrução do pós-guerra no âmbito da ONU, cujas regras formais guiavam os trabalhos da Comissão; a política, dada a grande influência das suas ideias nos projetos de industrialização e integração regional na América Latina; a intelectual, no sentido de produção de ideias econômicas voltadas para a compreensão e a transformação de uma realidade específica; a profissional, pois embora a produção de "conhecimento teórico" não seja o objetivo específico da Comissão, suas ideias e propostas dialogam com a dinâmica disciplinar da Economia e com sua comunidade acadêmica.

Dentre essas variadas dimensões que estão irremediavelmente interrelacionadas, este capítulo explora especialmente as duas primeiras, isto é, as relações e tensões entre a burocracia e a política. Isto não implica a desconsideração das dimensões intelectual e profissional, que também aparecem ao longo do argumento, ainda que com menos detalhes. A escolha se deve à natureza do ângulo analítico proposto neste capítulo: em que medida e de que forma a CEPAL, enquanto instituição, se posicionava no ambiente autoritário chileno. As dimensões intelectual e profissional serão sistematizadas e aprofundadas nos demais capítulos da tese.

Como alguns trabalhos evidenciam, a produção das ideias e propostas cepalinas ocorreu em um contexto institucional que impunha determinadas funções e regras burocráticas, dado o

papel da Comissão como órgão das Nações Unidas projetado para entender os problemas do desenvolvimento latino-americano e contribuir para solucioná-los, a partir de determinadas diretrizes institucionais. Para Rosenthal (2004), o mero pertencimento à ONU, com sua aura de autoridade moral e imparcialidade, concedia à CEPAL um amplo grau de independência, mais do que qualquer outro organismo regional. Entretanto, em função dos objetivos da instituição e da participação ativa dos governos, inclusive nas reuniões bianuais (chamadas de Períodos de Sessões), "*the institution owed its raison d'être to its member states*" (ROSENTHAL, 2004, p. 174).

O clássico trabalho de Hodara (1987, p. 186), analisando a história institucional da CEPAL a partir da influência de Raúl Prebisch, lembra que a Comissão tem nos Estados-membros seus principais "clientes", os quais eram fonte de legitimidade dos estudos produzidos no âmbito da instituição. Em um mesmo sentido, Bielschowsky (2000, p. 17) enfatiza que, apesar da produção de ideias influentes, a CEPAL "nunca foi uma instituição acadêmica, e [...] seu público-alvo são os *policy makers* da América Latina", necessitando dialogar com governos tanto de inclinação à esquerda quanto à direita do espectro político. Vitagliano (2004, p. 48), também evidencia a natureza da CEPAL como uma "instituição de foco conjuntural", que deve "lidar com problemas imediatos e precisa dar respostas a partir de contextos apresentados segundo um quadro de acontecimentos factuais" (p. 27). Esses trabalhos explicitam, de imediato, a existência de uma esfera institucional que não pode ser desconsiderada na análise da atuação da CEPAL na região e de sua produção de ideias e propostas em qualquer período histórico.

Devido à natureza institucional da Comissão, manifestada na necessidade de busca de apoio e legitimidade junto aos governos, a literatura tende a considerar que suas publicações possuíam uma linguagem propensa a evitar conflitos e gerar consenso. Bielschowsky (2000, p. 25) assinala que, apesar da forte oposição do Departamento de Estado dos Estados Unidos à criação da CEPAL não ter "impedido a difusão do pensamento cepalino, é provável que explique o tom quase sempre cauteloso com que as ideias eram redigidas". Nessa mesma perspectiva, Hodara (1987) enxerga a ligação com as Nações Unidas como uma fonte fundamental de proteção contra críticas. Assim, a Secretaria Executiva da CEPAL utilizava deste expediente "*para emitir opiniones 'inocentes' que presuntamente no afectaban ni al ethos académico ni a los intereses tangibles de una clase*" (HODARA, 1987, p. 37). Vigorava, assim, a "*diplomacia del lenguaje*" (p. 194). Esse conceito se refere a um estilo de escrita formal e cauteloso que visava transparecer neutralidade em suas análises e recomendações, em conformidade com as regras institucionais e os objetivos da Comissão. Medeiros (2021c) ilustra

o funcionamento dessas regras institucionais ao salientar divergências entre Celso Furtado e Raúl Prebisch na CEPAL durante a década de 1950, relacionadas à tentativa de Furtado de publicar seus estudos de forma independente – demanda repudiada por Prebisch, que também supervisionava os relatórios quanto à neutralidade de suas recomendações.

A partir desses trabalhos, tomados em conjunto, pode-se extrair elementos importantes comumente negligenciados em histórias sobre o pensamento econômico estruturalista da CEPAL e sua contribuição às teorias do desenvolvimento econômico. Trata-se dos condicionantes institucionais do funcionamento da Comissão como uma organização que possui objetivos específicos e todo um ordenamento jurídico-normativo que especificam funções burocráticas e determinam, em algum grau, seu raio de ação (HODARA, 1989). O primeiro elemento é que a Comissão possui a obrigação de realizar estudos e prestar assistência técnica aos diferentes governos de seus Estados-membros, independentemente de inclinações políticas ou afinidades ideológicas. Em segundo lugar, em decorrência disso, seus documentos tendem a expressar uma linguagem cuidadosa, de modo a não criar atritos ou conflitos, evocando a suposta imparcialidade da ONU em prol da superação do subdesenvolvimento.

Ainda que essas características destacadas pela literatura sejam importantes para evitar que a dimensão institucional seja subestimada, deve-se também atentar que, a despeito do cuidado no discurso empregado nos documentos oficiais, tanto a Comissão quanto seus economistas e cientistas sociais foram influenciados pelas variadas mudanças de contexto político externo e interno que se manifestaram no palco latino-americano, bem como mobilizaram ideias e forças políticas em apoio aos projetos inspirados nos ideais cepalinos de industrialização para a superação do subdesenvolvimento da América Latina. Essa crescente influência sobre o desenvolvimento latino-americano e as mudanças no clima político e ideológico da região, por vezes hostis aos postulados centrais da CEPAL, trouxeram à tona novas modalidades de simbiose entre burocracia e política na história da Comissão. Em suma, a dimensão política esteve historicamente ligada à atuação da instituição na região.

Uma dessas manifestações ocorreu no próprio plano discursivo. Hodara (1987) divide, do ponto de vista institucional, a história da CEPAL em duas fases. A primeira, de fim dos anos 1940 até o início da década de 1960, é chamada de etapa de "seita".[8] Nela, uma equipe muito coesa sob a liderança carismática de Prebisch formulava um discurso particular, alheia à

[8] A segunda, discutida a seguir, é a chamada *tecnoburocrática,* que se inicia no início da década de 1960, após a saída de Prebisch para a *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD).

linguagem universal das Nações Unidas, que foi apropriado pelos governos da região, alcançando assim ressonância política. Nas palavras do autor:

> *Las Naciones Unidas conformaron una organización compleja que impuso medidas específicas y "racionales" para evaluar actos y personas, además de sistemas transnacionales de jerarquía fincados formalmente en la preparación (expertise) del funcionario, registros pormenorizados y homogéneos de los diferentes tipos de foros, rituales de control y obediencia, rigideces deliberadas y rasgos conexos. Prebisch y la CEPAL se distanciaron, en el arranque de la organización, de este modelo burocrático sin lesionar el respeto ceremonioso a las normas vigentes* (HODARA, 1987, p. 31).

De modo a apresentar a questão em termos mais concretos, recorremos ao trabalho de Bianchi (2003) sobre a retórica de Raúl Prebisch nos primeiros textos da CEPAL. O argumento da autora baseia-se na comparação de dois escritos fundamentais de Prebisch: de um lado, o célebre texto intitulado *El desarrollo latinoamericano y algunos de sus principales problema*s (PREBISCH, 1949), chamado por Albert Hirschman de "manifesto latino-americano";[9] de outro, a parte introdutória do *Estudio Económico de América Latina* de 1949, publicado em 1951 (CEPAL, 1951). Mobilizando a relação orador-auditórios e diferentes elementos discursivos, a autora argumenta que, no caso do Manifesto, Prebisch escreveu para um público composto principalmente por homens de negócios e funcionários da região, que já estavam convencidos da necessidade da industrialização na América Latina. Por isso, expôs uma linguagem denunciadora das "doutrinas" liberais do comércio internacional, utilizou a primeira pessoa do plural ("nós") como forma de se inserir no discurso, e proclamou enfaticamente a industrialização latino-americana. Já no *Estudio Económico* — destinado a um público estrangeiro, composto por economistas de formação predominantemente neoclássica e funcionários internacionais — o autor atenuou a crítica às "teorias" (não doutrinas) do comércio internacional e escreveu na terceira pessoa do singular, sugerindo neutralidade no discurso. Este traço é reforçado pelo anonimato institucional do texto. Além disso, a recomendação da industrialização é polida, expressa sob uma intenção "não normativa" e como extensão natural das discussões teóricas e dos dados estatísticos apresentados.

Atrelada a este aspecto da linguagem política dos cepalinos, há a questão da influência das relações intergovernamentais sobre a atuação da Comissão. Diversos trabalhos destacam como a CEPAL cultivou redes formais e informais com os governos latino-americanos,

[9] Conforme Bielschowsky (2000, p. 26), o manifesto foi a primeira tarefa de Raul Prebisch à frente da CEPAL, como introdução ao *Estudio Económico*, relativo ao ano de 1948.

sobretudo nas décadas de 1950 e 1960, o que facilitou a disseminação de suas ideias sobre planejamento econômico e industrialização na região.

De acordo com Rosenthal (2004, p. 171), a Secretaria Executiva da CEPAL, embora tentasse transparecer imparcialidade, tinha no próprio exercício das suas funções uma "*strong propensity to involve leading personalities in working groups, which facilitated the exchange and dissemination of ideas and ended up giving the interested personalities, who were usually linked to their respective governments, a sense of ownership*". Hodara (1987, p. 182) também destaca a "socialização política" entre os funcionários da CEPAL e dos governos durante sua primeira fase, até o início da década de 1960, enfatizando as redes e os vínculos criados entre eles, que formaram e retroalimentaram interpretações comuns sobre os problemas do desenvolvimento latino-americano e influenciaram a formulação de políticas na região.

Como exemplo disso, pode-se citar a influência da Comissão na formulação dos planos de desenvolvimento do Brasil durante o último governo de Getúlio Vargas (1951-1954), instrumentalizada no grupo misto CEPAL-Banco Nacional de Desenvolvimento Económico (BNDE), cujos frutos seriam fundamentais para a concepção e execução do planejamento econômico e industrialização propostas pelo Plano de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) (LOUREIRO, 1997; KLÜGER, 2017; FAJARDO, 2022). Destacando a importância da CEPAL no fomento da integração regional, Devés (2000b) pontua os contatos governamentais nos marcos de uma rede intelectual mais ampla que a CEPAL promoveu, contratando funcionários de diversas nacionalidades, fundando sedes em diferentes países, estabelecendo relações por meio de autoria de livros, reuniões com intelectuais, convênios com instituições acadêmicas e culturais, etc.

Dessa forma, pode-se observar como as dimensões institucional e política estão imbricadas na atuação pública da CEPAL. A discussão até aqui se concentrou, sobretudo, na década de 1950, quando havia, nas palavras de Hodara (1987), "afinidades eletivas" entre as ideias da CEPAL e as necessidades dos governos latino-americanos em torno dos projetos de desenvolvimento liderados pelo Estado. Entretanto, a partir da década de 1960, os problemas econômicos, políticos e intelectuais, tanto no plano externo quanto na América Latina, criaram novos desafios para a simbiose entre burocracia e política, que se refletiram na produção de ideias e no funcionamento institucional da Comissão.

Vale ressaltar que, em tese, a "missão institucional" da CEPAL envolvia assessoramento e assistência técnica aos governos, independentemente do seu regime político ou da sua inclinação ideológica. Fajardo (2022, p. 63) destaca que os esforços de integração regional da CEPAL envolveram um amplo diálogo, até mesmo com regimes autoritários: "*Urquidi and*

Prebisch paid several visits to democratic Costa Rica and revolutionary Guatemala, as well as to authoritarian Nicaragua and an uninterested Honduras, all in the name of 'quiet diplomacy' to create consensus and set the agenda".

Isso não exclui o fato de que o envolvimento direto com ditaduras criava tensões entre os membros da CEPAL. São bem conhecidas as consequências do afastamento de Prebisch para integrar a assessoria econômica do governo ditatorial da *Revolución Libertadora* que derrubou Juan Domingo Perón na Argentina em 1955. Desse envolvimento direto resultou a elaboração do *Informe preliminar acerca de la situación económica argentina* (conhecido como *Plan Prebisch*), que propunha uma série de medidas consideradas ortodoxas (alinhadas à agenda do Fundo Monetário Internacional) contra o modelo de industrialização conduzido pelos governos peronistas, tais como desvalorização cambial, restrições fiscal e monetária, etc. Sua ligação com essa ditadura resultou em conflitos com outros cepalinos, deteriorando a imagem de Prebisch na Argentina (DOSMAN, 2008; MEDEIROS, 2021c; FAJARDO, 2022). Já na década de 1960, temos um exemplo de pressão política exercida por um Estado-membro, desta vez contra as ideias produzidas no Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES).[10] Dosman (2008) indica que Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado iniciaram um trabalho analisando o papel das empresas transnacionais na América Latina, o que levou Roberto Campos — Ministro do Planejamento durante o governo Castelo Branco (1964-1967) e primeiro presidente da ditadura militar brasileira — a ameaçar cortar o financiamento do Brasil à instituição. Vale lembrar que a participação das empresas estrangeiras na economia brasileira e a remessa de lucros ao exterior eram questões controversas no debate econômico e político brasileiro às vésperas do golpe de 1964 (FONSECA, 2004; MESQUITA, 2014).

Esses acontecimentos evidenciam como as questões políticas colidiam, por vezes, com as regras formais da instituição. Por outro lado, se na década de 1950 existiam afinidades eletivas que impulsionavam os projetos de industrialização e facilitavam os contatos entre a CEPAL e os governos, a proliferação de novos governos militares nas décadas de 1960 e 1970, frequentemente críticos aos trabalhos da Comissão, afetava a viabilidade e influência das suas ideias. Este último argumento deve ser contextualizado nos marcos das dificuldades enfrentadas pela CEPAL em decorrência dos problemas do modelo de substituição de importações e do clima ideológico decorrente da Guerra Fria, materializada na influência da Revolução Cubana sobre a atuação diplomática dos Estados Unidos. Como exemplos importantes para explicitar a

[10] O ILPES foi criado como órgão dependente da CEPAL em 1962 no âmbito da Aliança para o Progresso, com o objetivo de formar técnicos capacitados para o planejamento econômico e social dos países da América Latina. Raúl Prebisch foi o primeiro Diretor da instituição entre 1962 e 1973.

tensão entre burocracia e política, podemos ressaltar as pressões que acometeram a CEPAL em decorrência de seu envolvimento na Revolução Cubana e na Aliança para o Progresso.

Segundo Fajardo (2022), a ligação da CEPAL com o governo revolucionário cubano decorreu de uma missão solicitada por Regino Boti e Felipe Pazos, que trabalharam na CEPAL na primeira metade da década de 1950. Esses economistas participaram da produção do manifesto político da Revolução, as teses do Movimento Revolucionário de 26 de Julho. Posteriormente, assumiram respectivamente os cargos de Ministro da Economia e Presidente do Banco Central. Boti e Pazos acreditavam que a CEPAL poderia contribuir com a experiência de planejamento em Cuba. Apesar dos receios e traumas oriundos de seu envolvimento com a ditadura militar argentina em 1955, Prebisch respondeu positivamente à solicitação, mostrando-se, ao lado de Furtado, otimista com a revolução, que prometia romper a lógica centro-periferia e criar um modelo para o restante da América Latina. Prebisch decidiu, assim, enviar uma missão à Cuba liderada por Juan Noyola Vázquez, inicialmente com o objetivo de prestar assistência técnica à modernização da indústria do açúcar.

As ligações, entretanto, não pararam por aí. Além de cooperar com o instituto estatístico nacional, Prebisch enviou o chileno Jorge Ahumada para participar das discussões sobre a reforma agrária no país. A participação da CEPAL na revolução criou constrangimentos diplomáticos frente aos Estados Unidos e aos próprios funcionários da Comissão. O envolvimento cada vez maior de Noyola Vázquez com o processo revolucionário cubano criou conflitos com Prebisch, resultando em declarações públicas de Noyola contra o economista argentino e a CEPAL, culminando em sua saída em 1960. No campo diplomático, as pressões do Departamento de Estado dos Estados Unidos, que acusava a CEPAL de nutrir hostilidades ao seu país, fizeram Prebisch encerrar a missão cubana. Tal desfecho, ocasionado por pressões políticas, não deixou de fraturar a Comissão institucionalmente: "*Because the Caribbean nation remained formally a member, by aborting the mission, the Commission had symbolically renounced to a part of Latin America*" (FAJARDO, 2022, p. 116).

Trata-se de um exemplo que ajuda a reforçar a existência de tensões entre burocracia e política no âmbito da CEPAL. Por um lado, para além de uma responsabilidade institucional, a assistência a Cuba era uma manifestação da rede de contatos intergovernamentais cultivada pela Comissão, e expressava, conforme Fajardo (2022), anseios dos seus membros pela representatividade da experiência em termos do pensamento econômico cepalino. Por outro lado, os conflitos decorrentes do clima ideológico da região e a franca ofensiva política dos Estados Unidos sacudiram a Comissão, que não pôde se arraigar em suas funções institucionais para continuar a missão no país.

Ao mesmo tempo, a instituição acolheu com entusiasmo e surpresa a iniciativa de John F. Kennedy ao lançar a Aliança para o Progresso em 1961, pois explicitava várias ideias e propostas que a CEPAL desenvolvera na década anterior e que haviam encontrado resistência por parte dos Estados Unidos, como a diversificação da estrutura produtiva, criação de mecanismos de estabilização de preços de matérias-primas e programas de cooperação financeira externa (FAJARDO, 2022). [11] Institucionalmente, a CEPAL formava parte da estrutura operacional do programa, conjuntamente com a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nesse contexto, a Aliança para o Progresso financiou, ao lado de recursos dos países-membros e do BID, a criação do Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES), em 1962, que ajudou a difundir as técnicas de planejamento econômico e as ideias cepalinas na região (FAJARDO, 2012, p. 157). Não obstante, a lentidão de sua implementação com escassa cooperação externa, aliada à diminuição da influência de Prebisch e da CEPAL no seu seio, causou um rápido desencanto com a proposta da Aliança para o Progresso. Isso levou a uma radicalização maior de Prebisch em sua ênfase na necessidade de "reformas estruturais" para a desobstrução da industrialização latino-americana.[12]

A descontinuação do apoio à Revolução Cubana inclinou a Comissão para o guarda-chuva institucional e político da Aliança para o Progresso. Mesmo assim, as regras institucionais não foram suficientes para evitar conflitos entre os economistas da Comissão. Além disso, Fajardo (2022) enfatiza que o envolvimento da CEPAL com a Revolução Cubana e a Aliança para o Progresso terminou por generalizar, perante os intelectuais da esquerda marxista, a noção de que a Comissão se opunha à mudança social e fora capturada pelos interesses dos Estados Unidos. Na perspectiva da autora, isso representou o início da perda de influência da Comissão na região, capitaneada pelas formulações críticas da teoria da

[11] Segundo Pollock (1978), tendo se oposto à criação da CEPAL em 1948 devido às preocupações de duplicação de tarefas em relação a Organização dos Estados Americanos (OEA), os Estados Unidos na década de 1950 agiram de maneira abertamente crítica ao funcionamento e à "Doutrina da CEPAL". Para o autor, isso é explicado pelo contexto geopolítico da relação entre Estados Unidos e América Latina desde a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial. Na perspectiva dos países latino-americanos, havia um crescente desconforto com a influência e a falta de apoio da potência hegemônica aos problemas econômicos da região, cuja lógica a recém-criada Organização dos Estados Americanos apenas reproduziria. Por outro lado, existia a expectativa de que a CEPAL talvez fosse um local em que os países da América Latina teriam mais voz. Da perspectiva dos Estados Unidos, a Comissão não estava totalmente alinhada aos esforços da Guerra Fria e poderia servir para a reprodução de hostilidades dos países da região contra os EUA. Ademais, suas ideias eram vistas como infundadas pela academia estadunidense e perigosas pelos homens de negócios, devido ao temor de que a ênfase no processo de substituição de importações impactasse as exportações das manufaturas dos Estados Unidos e afetasse o estímulo à entrada de capitais das firmas norte-americanas.

[12] Em função desse contexto turbulento, como recorda Devés (2000a), Prebisch e a CEPAL começam a destacar a importância dos aspectos sociais para a compreensão do desenvolvimento, no que se convencionou chamar de Sociologia do Desenvolvimento, a partir das contribuições de José Medina Echavarría.

dependência. Esses dois episódios importantes, a Revolução Cubana e a Aliança para o Progresso, servem para evidenciar como a CEPAL não se manteve alheia aos acontecimentos políticos da região, ainda que isso causasse dilemas e conflitos entre as funções institucionais e políticas no seu interior.

À luz do contexto econômico e político turbulento das décadas de 1960, 1970 e 1980, a obra de Hodara (1987) discute importantes questões e mudanças institucionais que afetaram a CEPAL. Para ele, trata-se da fase *tecnoburocrática ou eclesiástica* da Comissão, na qual o impulso criativo e organizador de Prebisch perdeu fôlego com sua saída para a *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD), o que implicou na diminuição da energia e influência na região. Para o autor, a CEPAL tornou-se uma instituição que crescentemente "*aceptaba plenamente los critérios jerárquicos y formales de las Naciones Unidas al tiempo que cultivaba una exégesis de los textos originales crecientemente repetitiva*" (HODARA, 1987, p. 74).

Na avaliação do autor, os trabalhos da Comissão perderam criatividade teórica, retomando os *insights* dos textos originais produzidos nas décadas anteriores porém sem avanços significativos que oferecessem aos governos da América Latina novas ideias para enfrentar os desafios conjunturais dos anos 1970. Para ele, "*la organización 'tecnoeclesiástica' estaba imponiendo su propia lógica. Lo importante cedió a lo urgente; lo sustantivo, a las consideraciones administrativas, y el ritmo de innovaciones se desaceleró notablemente*" (HODARA, 1987, p. 76). Também problemáticos eram o caráter genérico dos documentos emitidos pela CEPAL nesse período, assim como a generalização da América Latina como categoria analítica, sem suficiente diferenciação entre os distintos países.

Uma transformação fundamental que explica parcialmente o declínio institucional e intelectual da Comissão refere-se à própria dinâmica disciplinar das ciências sociais em geral, e da profissionalização da Economia como disciplina acadêmica (COATS, [1992] 2005; FOURCADE, 2006; MONTECINOS, 2009). Uma das consequências dessa transição foi o surgimento de uma nova geração de profissionais que criaram seus próprios centros de pesquisa independentes, os *think tanks* (PURYEAR, 2016). Conforme descreve Hodara (1987, p. 185), "*los centros nacionales de ciencias sociales elevaron su nível y principiaron a enviar números apreciables de graduados a grupos académicos de excelencia en Europa y en Estados Unidos. El monopólio intelectual e interpretativo de CEPAL-ILPES se quebrantó relativamente*". Para o autor, estes novos profissionais latino-americanos traziam olhares, teorias, problemas e evidências empíricas que desafiavam os postulados da Comissão. Como argumentado acima, essa conexão das ideias da CEPAL – apesar do seu caráter de organismo internacional – com a

dinâmica disciplinar da Economia será importante para entender a reação da CEPAL à ascensão dos *Chicago Boys* no Chile, um dos subprodutos mais conhecidos desse processo.[13]

À medida que nos aproximamos do período de interesse da tese, faz-se necessário reorientar a revisão da historiografia de modo a ilustrar como a literatura concebe as mudanças institucionais e políticas da CEPAL em sua relação com o contexto do Chile, em particular durante o governo de Salvador Allende (1970-1973) e nos anos do regime autoritário chileno.[14]

2.2 A discussão historiográfica sobre as diferentes dimensões da Comissão durante o governo Allende e a ditadura de Pinochet

Em relação ao governo Allende, existem trabalhos que mostram a profunda incidência dos acontecimentos políticos no Chile sobre as atividades da CEPAL. Dosman (2008) evidencia isso em relação às eleições que dividiram o país em 1970:

> *the possibility of Allende's victory had polarized the country, and the heavily Chileanized ILPES and ECLA were split into four hostile camps: the largely middle-class Latin economists were equally divided between Allende's UP and Frei's Christian Democrats; the secretaries, women from the Chilean upper class, solidly supported the anti-Allende Conservative opposition; clerks, waiters, and casual help from the lower-middle class were determined Allende supporters; and the non-Latin international professionals stayed out of the national political struggle, content with buying farms and vineyards with their hard-currency salaries. The national ideological struggle pervaded the entire UN compound with active campaigning for the rival political parties.* (DOSMAN, 2008, pp. 519-521)

Como ressalta Fajardo (2022), o experimento de transição socialista em um regime democrático, "a via chilena do socialismo" tentada pelo governo da Unidade Popular de Salvador Allende, teve assessoria econômica direta dos teóricos da dependência que haviam se exilado no Chile após o início da ditadura brasileira em 1964 e trabalhado no *Centro de Estudios Socio-Económicos* (CESO) da Universidade do Chile: Teotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra. Dentre os membros direta e indiretamente ligados à CEPAL, havia divisões. Por um lado, Prebisch era contrário ao processo político estimulado por Allende e realizou diversas críticas à reforma agrária radical, à nacionalização do cobre e outros aspectos da

[13] Ainda que possamos, no presente capítulo, explicitar algumas das consequências mais aparentes desse processo no interior da instituição – em especial a emergência de novos temas e a ênfase na discussão conjuntural de curto prazo – esse aspecto será sistematizado e aprofundado nos próximos capítulos.

[14] É importante notar que, embora a etapa *tecnoburocratica* alcance a década de 1980, de forma que os problemas institucionais e políticos descritos estejam sobrepostos ao período do regime militar chileno, há poucas indicações por parte do autor sobre como Enrique Iglesias, Secretário Executivo da CEPAL entre 1972 e 1985, enfrentou esses problemas. Hodara (1987) tende a elogiá-lo isoladamente em vários pontos do livro, enfatizando que, em seu mandato, os problemas da instituição foram relativamente atenuados.

política econômica, preferindo uma proposta realmente reformista, como a do governo democrata-cristão de Eduardo Frei (1964-1970) (DOSMAN, 2008, p. 465-466). Por outro lado, alguns cepalinos deixaram a instituição e entraram na equipe econômica do novo governo, casos de Pedro Vuscovic, Gonzalo Martner e Carlos Matus (FAJARDO, 2022, pp. 188-189). Klüger (2017) cita que outros proeminentes economistas cepalinos – Maria da Conceição Tavares e José Serra, que trabalharam na CEPAL, no ILPES e na *Escuela de Estudios Económicos Latinoamericanos* (ESCOLATINA) da Universidade do Chile – também participaram da assessoria econômica do governo Allende.

No que diz respeito à atuação da CEPAL durante o regime de Pinochet, existe uma escassa historiografia que aponta a existência de contribuições importantes, ainda que de maneira esparsa e apenas superficial. De um lado, em relação aos desafios no plano do pensamento econômico, Bielschowsky (2000), Vitagliano (2004) e Rodríguez (2009) mencionam o regime chileno, ao lado de outras ditaduras do Cone Sul, como um elemento adicional que explica a mudança no pensamento cepalino nas décadas de 1970 e 1980. Além disso, esses autores posicionam a CEPAL como crítica a uma "ortodoxia neoliberal" muitas vezes "exógena" e "internacional", identificada com o receituário do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, o que acaba por obscurecer possíveis interações específicas com os *Chicago Boys*. De outro lado, Kay (1989), Valdés (1995) e Rosenthal (2004) especificam a ofensiva dos *Chicago Boys* contra o pensamento estruturalista. Esses trabalhos, com exceção de Rosenthal, não apresentam um detalhamento maior de como a CEPAL reagiu àquele contexto, seja no plano político ou no plano das ideias.

Entretanto, para além da adequação da CEPAL a uma nova realidade no plano das ideias econômicas, deve-se salientar os condicionantes institucionais por trás dessas mudanças. Ao conceder seu relato de observador-participante, Andrés Bianchi (2000) — diretor da *División de Desarrollo Económico* da CEPAL entre 1975 e 1989 e Secretário Executivo Adjunto em 1989 — reforçou aspectos já adiantados por Hodara (1987). Para Bianchi, a Comissão passava por grandes problemas na década de 1970, como a perda de originalidade e nível técnico dos membros da instituição, análises generalizantes sem substantivas diferenciações nacionais, concentração excessiva em análises de estrutura e foco nos condicionantes externos. Além do nível técnico, um outro problema decorria da própria representação geográfica dos funcionários, em sua maioria economistas da Argentina e do Chile: "*en la sede de Santiago había poquísimos brasileños y brillaban por su ausencia los colombianos, mexicanos, peruanos, venezolanos y centroamericanos*" (p. 44). Um tal viés geográfico influenciava, para o autor, nas percepções das possibilidades de crescimento da economia latino-americana.

Para contornar os problemas das análises generalizantes da CEPAL, Bianchi descreve como o Secretário Executivo Enrique Iglesias[15] teria efetuado uma série de mudanças na produção de documentos, estatísticas e relatórios no interior da instituição, com a reestruturação dos *Estudios Económicos de América Latina* e a criação de novas publicações, de modo a ampliar as informações estatísticas e focar nas políticas de curto prazo. Conforme testemunho de Enrique Iglesias ao *United Nations Intellectual History Project*, isso era um imperativo de sobrevivência da CEPAL, visando maior respeitabilidade perante o "mundo novo que estava chegando da economia ortodoxa", além de outros organismos internacionais e da opinião pública (IGLESIAS, 2001, tradução nossa). Assim, como enfatiza também Andrés Bianchi, o foco em temas como inflação e endividamento externo respondia a uma necessidade institucional:

> *habría sido difícil explicar que, siendo la CEPAL la Secretaría de un organismo intergubernamental, ella no estuviese en condiciones de ofrecer a los gobiernos de sus Estados Miembros recomendaciones de políticas capaces de hacer frente a los acuciantes problemas que representaban el agravamiento del desequilibrio externo y de la inflación y las fuertes caídas que al mismo tiempo sufrían los niveles de producción y empleo.* (BIANCHI, 2000, pp. 49-50)

Trata-se de uma dimensão que esse trabalho visa salientar: a interligação entre os condicionantes políticos de uma instituição que enfrentava a hostilidade do regime autoritário que governava o país da sua sede, e suas funções burocráticas de assistência conjuntural que deveriam ser exercidas mesmo que os governos dos Estados-membros fossem ditaduras, promotoras de ideias contrárias às da própria instituição. Como em outros momentos da história da CEPAL, o cumprimento das funções institucionais não restringiu a influência dos contextos políticos nacionais sobre a Comissão, bem como sua própria interferência sobre eles.

[15] Enrique Iglesias nasceu em 1931 no norte da Espanha, oriundo de uma família de camponeses que imigrou para o Uruguai na década de 1930. Entre 1949 e 1953, formou-se na carreira de Contador Público na *Facultad de Ciencias Económicas y Administración* da *Universidad de la Republica de Uruguay*, onde tomou contato com a teoria neoclássica e com as ideias cepalinas, principalmente através do professor Luis Faroppa. Entre 1961 e 1967, ocupou o cargo de Diretor da *Comisión de Inversiones y Desarrollo Económico* (CIDE), formulando o primeiro plano de desenvolvimento do Uruguai. Em 1967, tornou-se o primeiro presidente do Banco Central do país. Em meados da década de 1960 foi convidado para participar do Conselho Consultivo do ILPES, tornando-se presidente em 1968, com o apoio de Prebisch. Em 1969, iniciou sua carreira internacional viajando a Washington para participar de um grupo de estudo sobre os bancos na década de 1970, liderado por Prebisch. Em 1971, com ampla mobilização de Prebisch, substituiu Carlos Quintana como Secretário Executivo da CEPAL (1967-1971), permanecendo no cargo entre 1972 e 1985. Neste ano, com o retorno da democracia no Uruguai, assumiu o Ministério de Relações Exteriores, onde permaneceu até 1988. Entre 1988 e 2005, atuou como Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (IGLESIAS, 2001).

Um aspecto importante em contextos autoritários diz respeito à segurança e integridade das pessoas e da instituição como um todo. A esse respeito, vale retomar a análise de Joseph Hodara, para quem a vinculação às Nações Unidas

> *imprime legitimidad transnacional y un conjunto de privilegios e inmunidades que emana de la calidad de 'servidores públicos internacionales' de sus miembros. En el ambiente turbado de América Latina estas prerrogativas tienen implicaciones no sólo en el status social: suelen salvar vidas humanas. En este sentido, la CEPAL es una ciudadela de refugio político.* (HODARA, 1987, p. 191)

Apesar disso, a blindagem política conferida pela ONU não era absoluta, ainda que maior do que no caso das universidades e intelectuais chilenos. Como alguns trabalhos ressaltam, a repressão fez parte do cotidiano da CEPAL nos primeiros anos da ditadura. Rosenthal (2004, p. 117) enfatiza as dificuldades que os membros da instituição enfrentaram após o golpe militar de 11 de setembro de 1973. De acordo com o autor, os primeiros anos do novo secretário Enrique Iglesias "*were dedicated to preserving the integrity of the secretariat and even to avoiding its expulsion from Chile*". Bielschowsky (2000), também baseando-se nos relatos de Iglesias, enfatiza o senso de "sobrevivência" da CEPAL no plano político decorrente da ascensão do governo Pinochet. Relembrando que vários cepalinos trabalharam no governo Allende, Dosman (2008, p. 464) aponta que a CEPAL "*was now marooned in a hostile capital, with some of its staff declared persona non grata by the military*".

Se, por um lado, a CEPAL era atacada pelo regime de Pinochet e sua ligação com a ONU pressupunha ao menos a aparência de imparcialidade, por outro, a própria natureza institucional da Comissão lhe concedia relativa autonomia e a possibilidade de um senso crítico sobre as transformações ocorridas no país. Nessa perspectiva, Morales (2012) parte da vida e da obra de José Medina Echavarría, que retornou ao Chile em 1975, para caracterizar a tensão entre burocracia e política como uma contradição histórica permanente na ONU e na CEPAL, com implicações para o papel crítico desta perante as ditaduras:

> *El pensamiento crítico fue posible en un lugar como la CEPAL, a pesar de su ambigüedad institucional durante aquellos años. Recordemos que los representantes de las dictaduras latinoamericanas en la ONU tomaban decisiones sobre el programa de trabajo de la CEPAL. Además cuando lo requerían pedían a sus funcionarios asesoramiento en programas de desarrollo* […] *La posición institucional [de Echevarría] fue contradictoria entre una postura personal a favor de la democracia a la vez que trabajaba para un organismo internacional dependiente económicamente de países latinoamericanos que en ocasiones no fueron democráticos* [...] *No obstante estas limitaciones, aquel organismo internacional, siguiendo su tradición democrática, no abdicó de su 'vocación crítica' respecto a los gobiernos militares de la región. Criticar a la ideología tecnocrática era criticar a los gobernantes y economistas de los Estados autoritarios.* (MORALES, 2012, p. 850)

Burocracia, repressão, política, proteção institucional e crítica. Em síntese, as reflexões das últimas duas seções à luz da historiografia sobre a CEPAL e alguns de seus aspectos durante a ditadura militar chilena trazem elementos essenciais que dão base, do ponto de vista metodológico, à discussão a ser realizada no restante do capítulo. Nesse sentido, analisamos concretamente como a CEPAL foi afetada pela repressão, atuou na defesa dos direitos humanos no Chile, cooperou com projetos do governo chileno e avaliou as políticas econômicas dos *Chicago Boys*. Sua atuação pública nesse contexto deve ser entendida a partir da sua complexidade enquanto instituição, isto é, da imbricação entre as dimensões institucional, política e intelectual.

2.3 As encruzilhadas institucionais da CEPAL: repressão, atuação na defesa dos direitos humanos e cooperação técnica com o governo chileno

Após o golpe que assassinou o presidente Salvador Allende, a repressão do regime impactou diversos grupos sociais e instituições da sociedade chilena, como sindicatos, trabalhadores, movimentos sociais e universidades. Nem mesmo as instituições multilaterais, que em tese possuíam maior proteção, escaparam ilesas à repressão da ditadura, como ocorreu com o notório caso da *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* (FLACSO), que precisou criar sua sede em Buenos Aires (MORALES; GARBER, 2018). Esse clima de repressão e insegurança também afetou as atividades da CEPAL, que naquele contexto sofreu perseguições e mobilizou sua condição de instituição internacional vinculada à ONU para atuar como um escudo para muitos funcionários internacionais perseguidos pelo regime.

Para compreender a atuação da CEPAL nesse contexto, é necessário considerar as relações conflituosas entre o regime autoritário chileno e a Organização das Nações Unidas. Um dos primeiros organismos das Nações Unidas a reagir às violações dos direitos humanos no Chile foi a Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada em 1919 e incorporada à ONU em 1946. Após denúncias de sindicatos, a OIT instituiu a *Fact-Finding and Conciliation Commission on Freedom of Association* para analisar o que ocorria no Chile. Essa comissão, após visita ao país entre 28 de novembro e 19 de dezembro de 1974, produziu um relatório que constatou a violação dos direitos humanos e sindicais, como demissões massivas, execuções, torturas, desaparições e prisões de trabalhadores e dirigentes sindicais (ILO, 1975).

Paralelamente, a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas começou a investigar os crimes ocorridos no país. Frente às denúncias de diversas organizações mundo

afora, no dia 6 de novembro de 1974, a Assembleia Geral da ONU emitiu sua primeira resolução condenatória contra a ditadura chilena (VIANCOS, 1990). Dadas as respostas insatisfatórias do governo sobre o tema, em fevereiro de 1975, a Comissão de Direitos Humanos da ONU instituiu o *Ad hoc Working Group on the Situation of Human Rights in Chile*, presidido pelo paquistanês Ghulam Ali Allana (UNITED NATIONS, 1976). Ainda que o governo chileno tenha acordado a criação do grupo, às vésperas da primeira missão ao país, no dia 4 de julho de 1975, quando os membros já estavam em Lima se preparando para embarcar rumo a Santiago, Pinochet não permitiu a sua entrada no país. Esse movimento foi seguido pela emissão da segunda resolução condenatória pela Assembleia Geral das Nações Unidas. A proibição da entrada da missão no Chile se repetiria no ano seguinte (VIANCOS, 1990, pp. 37-39).

As tensões entre a organização multilateral e o governo chileno, que já vinham subindo de tom desde a instauração do grupo pela Comissão de Direitos Humanos da ONU, atingiram seu ápice em 1978. Após o grupo destinado a analisar a situação dos direitos humanos no Chile emitir seu quinto informe e a Comissão de Direitos Humanos e condenar o regime Pinochet pela quarta vez (FUNDACIÓN PATRICIO AYLWIN AZÓCAR 1978, p. 1; VIANCOS, 1990), Pinochet reagiu visceralmente, qualificando a última decisão como "agressão internacional" e convocando um Plebiscito onde a população supostamente decidiria

> *si respalda el Presidente de la República en la defensa de la dignidad de Chile y reafirmar la legitimidad del Gobierno para encabezar soberanamente nuestro proceso constitucional, o si en cambio apoya la resolución de las Naciones Unidas y su pretensión de imponernos desde el exterior nuestro futuro destino* (FUNDACIÓN PATRICIO AYLWIN AZÓCAR, 1978, p. 1).

Em meio a questionamentos dos procedimentos eleitorais e denúncias internas e externas, a opção "Sim", de apoio ao governo, venceu o Plebiscito de 4 de janeiro de 1978 com 75% dos votos, contra 20,2% da opção "Não", a favor da resolução da ONU (HUNEEUS, 2007, p. 87). Em dezembro de 1978, as Nações Unidas concederam um prêmio à Igreja Católica chilena — na pessoa de Raúl Silva Henríquez, Arcebispo de Santiago (1961-1982), Cardeal do Chile (1962-1983) e símbolo da resistência da Igreja à ditadura (HUNEEUS, 2007; GÓMEZ *et al*, 2012) — pelas ações da *Vicaría de la Solidariedad* na proteção dos direitos humanos no Chile (VALDÉS, 1990).[16] O tema dos direitos humanos seguiu como um ponto de conflito

[16] No fim de 1973, em conjunto com igrejas protestantes, Raúl Silva Henríquez criou o Comitê Pro-Paz, com o objetivo de oferecer proteção jurídica às vítimas e encontrar os desaparecidos (GÁRATE, 2012). Após Pinochet exigir a extinção da instituição em 1975, o cardeal criou a *Vicaría de la Solidariedad*, que continuou o trabalho de proteção das vítimas da ditadura até 1993 (SCHNOOR, 2019, s.d).

entre as Nações Unidas e a ditadura, o que levou a Comissão de Direitos Humanos da ONU a emitir 16 resoluções condenatórias contra o regime autoritário chileno (VIANCOS, 1990).

As instituições multilaterais ligadas à ONU em Santiago desempenharam um papel importante de proteção em meio à repressão no imediato pós-golpe. Morales e Garber (2017, p. 151) enfatizam que a CEPAL e o ILPES colaboraram ativamente no processo de remoção do país de perseguidos pela ditadura, encaminhando-os, por exemplo, a embaixadas. Apesar dos relativos graus de liberdade das instituições multilaterais, o golpe impactou mesmo assim as atividades da CEPAL, cujos funcionários sofreram diversas violações de direitos humanos por parte do regime autoritário chileno.

Após o golpe, a Comissão suspendeu suas atividades até o dia 19 de setembro de 1973. Relembrando o dia do golpe, interlocutores entrevistados pela pesquisa relembraram os sentimentos mais imediatos daquela manhã. Um ex-economista da CEPAL revela que "*Hubo una gran preocupación y se veía la gente muy nerviosa. Todo el mundo nunca se había imaginado una cosa así en Chile*" (ENTREVISTA F). Já um ex-funcionário relata o desconhecimento sobre a magnitude dos eventos: "*nos mandaron a todos para casa, teníamos que salir de acá. Había estallado recién esta cosa en el centro, porque aquí llegaban, no es como ahora, que el teléfono, que la fotografía, nada de eso existía*" (ENTREVISTA E). Dois dias depois, a Secretaria Executiva da CEPAL publicou em seu boletim interno uma nota enfatizando a atenção às normas de conduta e segurança da Comissão e do *Certificado del Ministerio de Relaciones Exteriores* que concedia imunidade aos funcionários internacionais (SECRETARÍA EXECUTIVA DE LA CEPAL, 1973, s.d).

O caso mais emblemático e conhecido de violação de direitos humanos dos funcionários da Comissão envolveu o espanhol Carmelo Soria, funcionário do Centro Latino-Americano de Demografia (CELADE)[17], que foi assassinado no dia 15 de julho de 1976, causando grande comoção internacional.[18] Enrique Iglesias (2013) relata o caso de dois estudantes bolivianos mortos na noite do golpe, e também de outro funcionário do CELADE: Fernando de la Cruz Olivares Mori, militante do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR). Mesmo diante de advertências de que gozava de imunidade internacional, os militares da Marinha levaram-no

[17] O CELADE foi criado como organismo das Nações Unidas em 1957, mas passou a fazer parte do "sistema CEPAL" em 1971. Em 1997, o CELADE se tornaria a *División de Población* da CEPAL. No dia 15 de julho de 1976, Carmelo Soria, militante do Partido Comunista Espanhol, foi encontrado morto próximo de seu automóvel no canal El Carmen, como registrado na investigação contida no terceiro relatório do *Ad hoc Working Group on the Situation of Human Rights in Chile* (UNITED NATIONS, 1976, p. 55).

[18] Para uma análise detalhada do caso e das tentativas de imputá-lo como suicídio, ver o testemunho de Hernán Moreno Poblete, Comissário da *Brigada de Homicidios da Policía de Investigaciones* (PDI), que participou do caso (POBLETE, 2013).

supostamente para ser interrogado no Ministério da Defesa Nacional. Ele permanece desaparecido até os dias atuais (MEMORIA VIVA, 2010).

As hostilidades da ditadura chilena contra os funcionários da CEPAL assumiram outras formas em casos menos conhecidos. Em 1976, um mês antes da morte de Soria, outros membros já vinham sendo espionados e vigiados. Em resposta a uma consulta do Subsecretário de Relações Exteriores, Coronel do Exército Enrique Valdés Puga, sobre alguns funcionários da CEPAL de nacionalidade russa e cubana — Enrid Alayes, Francisco León, Nikolai Poliakov, Frida Poliakov e Eugeni Kossarev (REPÚBLICA DE CHILE, 1976a) — a DINA identificou "*antecedentes sospechosos*" e propôs suas saídas do Chile, categorizando alguns deles como agentes do Comitê de Segurança do Estado da Rússia (KGB) (REPÚBLICA DE CHILE, 1976b, p. 1). As comunicações entre os Ministérios de Relações Exteriores e Interiores também evidenciam que Pedro Alejandro Castillo Yañez, Médico Demógrafo do CELADE, foi detido pelas autoridades chilenas em 1981 (REPÚBLICA DE CHLE, 1981).

Frente a este cenário desafiador, Enrique Iglesias, mobilizando a legitimidade e os recursos institucionais e simbólicos da CEPAL e das Nações Unidas, foi um ativo defensor dos direitos humanos durante a ditadura chilena. Diferentes interlocutores relatam que o Exército do Chile tentou entrar na CEPAL em busca de armas no dia do golpe, mas que Iglesias advertiu que se tratava de uma violação do acordo entre a CEPAL e o governo do Chile, fazendo-os recuar (ENTREVISTAS A e F).[19] De maneira diplomática, Iglesias teve um papel fundamental na gestão junto ao governo chileno, em interlocução com o Ministério de Relações Exteriores, para exercer pressão contra a violação dos direitos humanos não somente dos funcionários da CEPAL ou de instituições ligadas a ela, que compunham o "sistema CEPAL",[20] mas também de outras instituições multilaterais sediadas em Santiago.

Em dezembro de 1976, atuou pressionando o Ministério de Relações Exteriores a restituir os direitos políticos de Norberto González, economista argentino da CEPAL, uma vez que seu nome aparecia em um *Bando* de setembro de 1973.[21] Outro caso importante foi o de Juan Enrique Pamjean, funcionário do CELADE preso no dia 6 de janeiro de 1976, a respeito do qual Iglesias pediu esclarecimentos relembrando a proteção aos funcionários e às instituições outorgada pelo Convênio entre o governo do Chile e a CEPAL (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE CHILE, 1976a). Em resposta, o Ministério de Relações

[19] Respectivamente ex-economistas da CEPAL e da CIEPLAN. Entrevistas concedidas ao autor.
[20] O sistema CEPAL é composto por instituições que estão em sua órbita, como o ILPES e o CELADE.
[21] *Bando* é o nome dado a documentos divulgados pelas autoridades militares em meios não oficiais, como no *El Mercúrio* e em rádios, que continham orientações diversas à população civil e normas penais (ARANEDA, 2020).

Exteriores informou que Pamjean se encontrava detido no centro Cuatro Álamos, justificando sua prisão como "*jefe de uma cédula del ex-partido comunista y que servía de enlace con el Comité Central del Partido Comunista en la clandestinidad*" (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE CHILE, 1976b).

Fernando Olivares, Carmelo Soria, Pedro Alejandro Castillo Yañez, Juan Enrique Pamjean. Chama atenção o fato de que diversos funcionários cujos direitos humanos foram violados pertenciam ao CELADE. Embora houvesse sido integrado ao sistema CEPAL em 1971, nesse momento a sede da instituição estava situada na rua José Miguel Infante nº 9, na comuna de Providencia — ou seja, ainda não havia sido transferida para o edifício sede da CEPAL na Av. Dag Hammarskjöld nº 3477, na nobre comuna de Vitacura. Sua localização um tanto distante da sede da CEPAL, e mais próxima à dinâmica do centro da cidade de Santiago, tornava a instituição mais vulnerável. A atuação de Iglesias em favor de perseguidos pelo regime também se deu por ocasião da prisão de Juan Eduardo Araya, da Organização Panamericana de Saúde. Entretanto, o governo chileno respondeu que não o reconhecia como funcionário internacional, apontando os limites de sua imunidade. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, essa imunidade ocorreria somente por "*actos ejecutados em su capacidade oficial*", apontando que na residência do funcionário foram encontrados "*elementos de caracter subversivo*" (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE CHILE, 1980).

Para além da gravidade dos casos em si, esses diálogos demonstram como a imunidade dos funcionários internacionais, advinda do acordo entre as Nações Unidas e o governo chileno para a criação da CEPAL, era questionada e flexibilizada ao sabor das circunstâncias por parte do governo chileno. Se a natureza institucional da CEPAL e das Nações Unidas não significava proteção absoluta, ainda assim possibilitava uma maior autonomia relativa na atuação da Comissão. Essa blindagem institucional foi mobilizada por um grupo da sociedade civil na luta em defesa dos direitos humanos no Chile. No dia 14 de junho de 1977, 26 familiares de presos desaparecidos — 24 mulheres e 2 homens que faziam parte da *Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos* (AFDD) — adentraram pacificamente a sede da CEPAL, anunciando uma greve de fome por tempo indefinido, exigindo informações sobre seus familiares e a criação de uma nova comissão de investigação do tema dos direitos humanos, depois do grupo da ONU ter tido dificuldades para entrar no país (CARVALHO, 1977).

A ocupação da sede da CEPAL e as reinvindicações dos grevistas exigiram intervenção direta do austríaco Kurt Waldheim, Secretário Geral das Nações Unidas (1972-1981), que conseguiu colocar fim à greve no dia 23 de junho após um acordo com Pinochet, no qual o presidente chileno se comprometeu a investigar de forma específica e sem retaliações as

reinvindicações em três meses. Vencido esse prazo, o governo enviou um documento sobre o caso à CEPAL por meio do Ministério de Relações Exteriores, negando qualquer prisão dos familiares. A resposta foi qualificada por Kurt Waldheim como insatisfatória (SILVA, 1977).

Esses antecedentes numerosos não eram casos isolados, senão sintomas dos conflitos que existiam entre a ditadura e a CEPAL, sempre conduzidos diplomaticamente por Enrique Iglesias. Como evidência da ofensiva sistemática contra a Comissão, em ata secreta do dia 5 de novembro de 1973, a Junta Militar, encabeçada por Augusto Pinochet, e o Ministério de Relações Exteriores decidiram aumentar a hostilidade contra a FLACSO e a CEPAL. Em relação à primeira, concebida como uma organização marxista, aumentariam os esforços para eliminar a sede do Chile. Quanto à CEPAL, o ataque foi igualmente explícito: "*Ya se han eliminado 15 funcionarios, pero debe continuarse la limpieza*" (REPÚBLICA DE CHILE, 1973, p. 1).

Para além dessa sinalização de "limpeza" em 1973, um parecer emitido pelo Diretor Jurídico Hernán Rios de Marinon no dia 10 de abril de 1979 evidencia que houve uma consulta por parte do Diretor de Política Multilateral sobre possíveis disposições legais aplicáveis a nomeações de funcionários chilenos por parte da CEPAL e da FLACSO. Em outras palavras, vislumbrava-se a possibilidade de não aceitar contratações de funcionários chilenos. Em resposta, o diretor jurídico afirmou que, ao contrário do caso da FLACSO cujo acordo havia sido denunciado, o governo chileno não poderia ter nenhuma ingerência sobre as nomeações da Comissão, uma vez que as prerrogativas e imunidades do convênio com a CEPAL se aplicavam igualmente aos funcionários chilenos (REPÚBLICA DE CHILE, 1979, p. 1).[22]

A própria continuidade da CEPAL em Santiago foi questionada. Em uma entrevista recente, Iglesias (2013, s.d) afirma que houve "*presiones políticas para sacar a la CEPAL de Chile, con ofertas de acogida en otros países. Me opuse siempre, dejando claro que solo lo promovería en caso de que no pudiéramos funcionar*". Baseado em entrevistas e documentos primários, Coviello (2017; 2019) elucida que o terceiro governo de Perón na Argentina (1973-1974) solicitou assistência técnica da CEPAL em 1973 para a elaboração do *Plan Trienal para la Reconstrucción y la Liberación Nacional, 1974-1977*. Como continuidade dessa cooperação, a Argentina fez uma oferta à Comissão para a mudança da sua sede para Buenos Aires, prometendo toda a infraestrutura necessária. Embora a ONU resistisse à proliferação de sedes

[22] Em 1979, o acordo que permitia o funcionamento da FLACSO foi suspenso. A instituição só continuou a funcionar graças à proteção outorgada pela *Academia de Humanismo Cristiano* (AHC), instituição criada pela Igreja Católica em 1975 para proteger intelectuais afetados pela repressão do regime. A partir de então, a FLACSO se tornou um centro de pesquisa independente (BRUNNER; BARRIOS, 1987, p. 135; PURYEAR, 2016, p. 64).

nacionais, a iniciativa resultou na criação de um escritório em Buenos Aires. As entrevistas realizadas pelo autor deixam claras as motivações decorrentes do contexto político chileno. Para Alfredo Calcagno, "*Formamos una sede porque iba a ser útil acá y también para que Pinochet viera que teníamos adónde ir si nos quería echar*" (COVIELLO, 2019, p. 12).

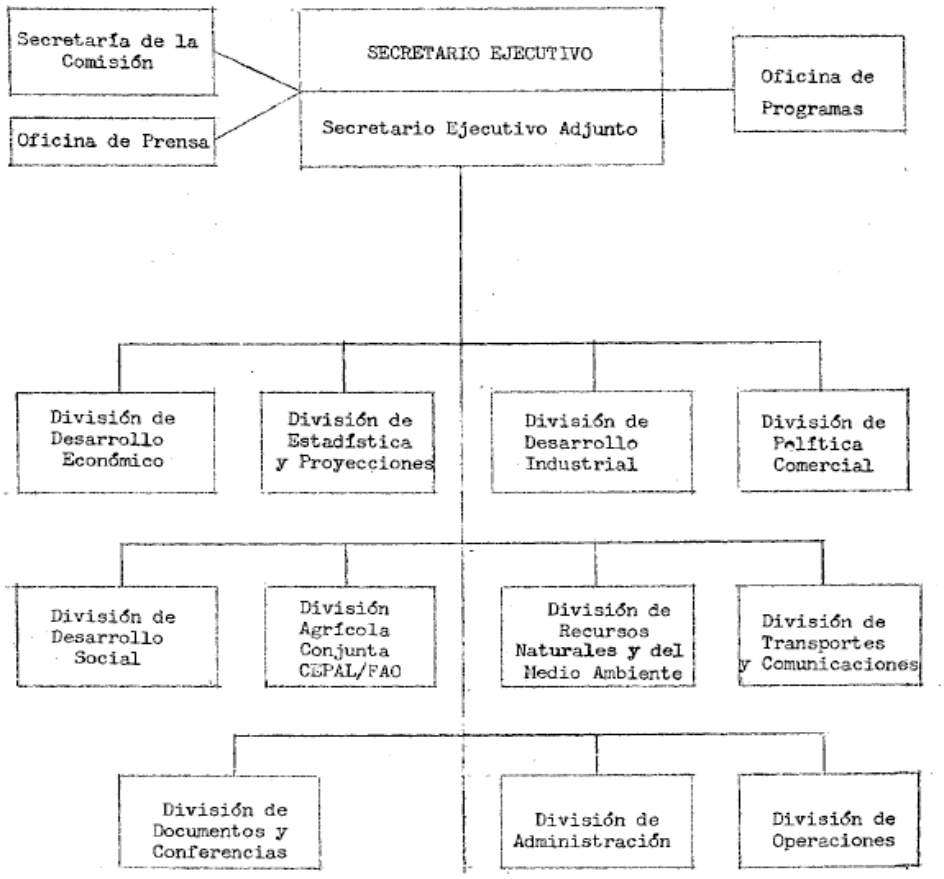
As atividades intelectuais da Comissão tampouco escapavam de supervisão. A publicação em 1973 de um artigo crítico à ditadura chilena pelo professor estadunidense Laurence Birns, que se apresentava como funcionário da Comissão, causou constrangimentos junto ao governo chileno.[23] Em nota diplomática ao Ministro de Relaciones Exteriores, Iglesias explicou que, entre janeiro e maio de 1973, Birns havia realizado consultorias para a CEPAL com base em "*investigación teórica en áreas de su especialidad en nada vinculadas a los problemas concretos de Chile*" e que, portanto, suas opiniões não comprometiam a CEPAL (IGLESIAS, 1973, p. 1). Sobre o mesmo episódio, em carta a Gabriel Valdés Subercaseaux — Subsecretário Geral do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) entre 1971 e 1981 — Iglesias mencionou as pressões do governo chileno, que "*sistematicamente me hace notar los artículos cada vez que aparecen por ahí*" (IGLESIAS, 1974, p. 1). Além disso, o sociólogo argentino da CEPAL Jorge Graciarena foi espionado por participar de seminários da FLACSO, ao lado de intelectuais como José Joaquín Brunner, Enzo Faletto, Tomas Molian e Alejandro Foxley (MINISTERIO DE DEFENSA DE CHILE, 1982, p. 3).

As evidências apresentadas anteriormente demonstram a tentativa de fragilização institucional da CEPAL. Ao mesmo tempo, devido a sua natureza institucional, a CEPAL possuía um grau de autonomia maior — ainda que não absoluto — em relação aos acontecimentos políticos do país, quando comparada a universidades e intelectuais independentes. Apesar da repressão, a instituição continuou prestando seus serviços burocráticos aos seus "clientes", os governos latino-americanos, fossem eles democracias ou ditaduras. A seguir ilustramos como, ao mesmo tempo em que as ditaduras do Cone Sul criticavam e desafiavam o pensamento econômico da CEPAL (LOVE, 1996), a Comissão cooperou com diversos projetos dos regimes autoritários do Brasil, da Argentina, do Uruguai e do Chile. Como veremos, a complexidade e as nuances das relações entre a CEPAL e o regime autoritário chileno tornam problemática a categorização unívoca da Comissão, do ponto de vista institucional, como oposição ao regime de Pinochet.

[23] Laurence Birns era professor de ciência política na *New School for Social Research*. Durante os anos 1973 e 1974, Birns publicou diversos artigos na imprensa dos Estados Unidos denunciando a violação dos direitos humanos no Chile e analisando a situação do país do ponto de vista econômico, político e social (BIRNS, 1974).

Desde logo, é preciso ter em conta que a CEPAL era uma instituição complexa, cujo trabalho, do ponto de vista das atividades exercidas, não pode ser reduzido aos seus mais conhecidos economistas. Como ilustrado na Figura 1, a Comissão contava com diversas divisões para o cumprimento das suas atividades. Essas divisões atuavam de diferentes formas.

Figura 1 - Divisões administrativas da CEPAL



Fonte: CEPAL (1973b, p.3).

No caso do Brasil, a *División de Desarrollo Social* cooperou com o planejamento da cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, e com programas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1973. Nesse mesmo ano, a *División de Política Comercial* fez reuniões com o governo brasileiro para analisar experiências de políticas de fomento a exportações não tradicionais (CEPAL, 1974b, pp. 3-5). Já em 1977, a *División de Transportes y Comunicaciones* prestou assistência técnica ao planejamento de transportes no Estado de Minas Gerais (CEPAL, 1977b, p. 22) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para a gestão de ferrovias e portos (CEPAL, 1984b, p. 150). Entre 1981 e 1984, o informe também indicou o "*Asesoramiento en la formulación de políticas de industrialización para la Región del Nordeste*" e o apoio da CEPAL ao "*Fortalecimiento del sistema de*

planificación" dos Estados de Minas Gerais e Piauí (CEPAL, 1984b, p. 72). Ademais, o acordo entre o governo e a Comissão para manutenção do Escritório do Rio de Janeiro foi renovado, sendo este transferido para Brasília em convênio com o IPEA (CEPAL, 1977b, p. 47). Nesse período, a CEPAL e o IPEA desenvolveram pesquisas sobre o sistema financeiro nacional, formação de recursos humanos e desigualdades regionais no país (CEPAL, 1976b, p. 35).

No caso das ditaduras da Argentina e do Uruguai, de inspiração liberalizante, predominaram ações destinadas à produção de informações estatísticas e análises de curto prazo. Entre 1977 e 1978, o ILPES colaborou com uma pesquisa demográfica da *Dirección de Estadísticas* da Província de Misiones (CEPAL, 1978b, p. 34). Além disso, a *División de Desarrollo Económico* executou o chamado *Subprograma 240.6: análisis de corto plazo*, parte do *Programa 240: Cuestiones y políticas de desarrollo*, com os governos da Argentina e do Uruguai, "*cuyo objetivo era él mejoramiento de la información para el corto plazo y el desarrollo de metodologías para el análisis y seguimiento de la coyuntura*" (CEPAL, 1981b, p. 19). Após o golpe que instalou a ditadura uruguaia em junho de 1973, a *División de Desarrollo Industrial* da CEPAL enviou em novembro de 1974 um assessor regional em desenvolvimento industrial para os temas de pesquisa e transferência tecnológica (CEPAL, 1975b, p. 21). Em 1978, a CEPAL organizou juntamente ao Banco Central do Uruguai um seminário sobre políticas cambiais, realizado em Montevidéu (CEPAL, 1980b). Além disso, entre 1976 e 1979, a *División de Estadística y Proyecciones* colaborou com o processamento dos censos e pesquisas familiares (CEPAL, 1976b, p. 24; 1980b, p. 29).

Em relação ao caso do Chile, a Comissão cooperou em diferentes projetos, tanto em assuntos relacionados aos transportes quanto prestando apoio à provisão de informações estatísticas e ao planejamento administrativo do Estado. Em 1974, a *División de Recursos Naturales y del Medio Ambiente* da CEPAL colaborou com a *Comisión Nacional de Investigación Científica y Tecnológica* (CONICYT) para a organização de um seminário sobre as consequências da crise energética (CEPAL, 1974b, p. 22). Além disso, a CEPAL colaborou com *a Dirección de Turismo* do *Ministerio de Economia, Fomento y Reconstrución*, em uma missão ao Departamento de Arica para recuperar objetos artísticos valiosos dos séculos XVI e XVII (PINOCHET, 1975, p. 369). Ainda, a *División de Transportes y Telecomunicaciones* da CEPAL assinou um convênio com o Ministério de Transportes do Chile para estabelecer um projeto do Banco Mundial para implementação de um sistema computadorizado de informações sobre transporte marítimo, o qual seria dirigido pela Universidade Católica e supervisionado pela CEPAL (CEPAL, 1975b, p. 41). Como antecedente desse projeto, o Ministro de Relações Exteriores do Chile, Patrício Carvajal (1974-1978), solicitou a Enrique Iglesias em setembro de

1974 a colaboração da Comissão em um projeto de racionalização do sistema de transporte marítimo entre Chile e Bolívia (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE CHILE, 1974). Além disso, a pedido do governo chileno, a *División de Transportes y Comunicaciones* "*colaboró en la redacción del proyecto que modifica la ley de marina mercante chilena*" (CEPAL, 1977b, p. 22). Em meados dos anos 1980, a Comissão firmou um convênio com o governo para executar "*un proyecto destinado a estudiar la eficiencia institucional y económica del sistema chileno de transporte*", financiado pelo Banco Mundial (CEPAL, 1984b, p. 49).

No que diz respeito às informações estatísticas, capacitação técnica e planejamento, a *División de Estadística y Proyeciones* da CEPAL ofertou aulas no *Instituto Nacional de Estadística de Chile* para a realização do censo nacional (CEPAL, 1977b, p. 32). O ILPES colaborou com a *Oficina de Planificación Nacional* (ODEPLAN) na formulação do *Plan Anual 1977*, do *Programa de Emergencia 1977* e do *Plan de Desarrollo 1978-1981* (CEPAL, 1977b, p. 65). Finalmente, entre 1984 e 1986, a CEPAL, juntamente ao PNUD, preparou um *Seminario sobre Planificación y Gestión Municipal* no Chile e prestou assistência à *Secretaría Regional de Planificación y Coordinación* (SERPLAC) da Região Metropolitana de Santiago e das Municipalidades de Las Condes e Quinta Normal (CEPAL, 1984b, p. 25).

Além disso, vários órgãos e ministérios do governo chileno participaram de eventos e reuniões organizadas pela ou na CEPAL. Em 1974, a CONICYT apoiou a CEPAL no *Inventario de los Problemas del Medio Ambiente em América Latina* (PINOCHET, 1975, p. 290). O *Ministerio de Relaciones Exteriores* participou de uma reunião sobre desertificação em 1978 na CEPAL (PINOCHET, 1978, p. 49). Ainda em 1978, especialistas da *Empresa de Ferrocarriles* participaram de estudos no âmbito do projeto implementado pela *Asociación Latinoamericana de Ferrocarriles* (ALAF), pela CEPAL e pelo BIRD, que visava melhorar a organização logística e financeira da ferrovia que ligava Arica a La Paz (PINOCHET, 1978, p. 378; CEPAL, 1977b, p. 22). Em 1979, o *Ministerio de Transportes y Telecomunicionaciones* participou de uma reunião na sede da CEPAL, na qual houve a adesão do Chile ao Convênio Aduaneiro do *International Transit Road* (ITR) (PINOCHET, 1980, p. 432).

É possível perceber algumas diferenças quanto à natureza das colaborações técnicas, a depender do país. Enquanto, no caso brasileiro, as assistências técnicas circunscreveram temas caros ao desenvolvimentismo — como a industrialização, planejamento de estados e cidades, sistema financeiro, desigualdades regionais e estudos sobre as exportações não tradicionais — no que diz respeito aos governos uruguaio e argentino, que iniciaram suas experiências neoliberais respectivamente em 1974 e 1976, a colaboração da CEPAL se concentrou mais em temas relacionados à conjuntura econômica, às políticas de curto prazo e informações e

pesquisas estatísticas. Em relação ao regime autoritário chileno, fica claro que a instituição prestou assistência técnica em temas concernentes à reestruturação administrativa de órgãos nacionais e subnacionais do Estado chileno, ao passo que as iniciativas institucionais da Comissão se orientaram a projetos específicos do setor de transporte.

O mais importante é que essas interações institucionais entre a CEPAL e a ditadura chilena foram desenvolvidas em projetos isolados e por divisões da Comissão que não possuíam o mesmo porte e prestígio da *División de Desarrollo Económico*. Em termos de porte, enquanto a Divisão de Desenvolvimento Econômico contava com 13 funcionários em 1972, as divisões de *Transportes y Comunicaciones* e *Recursos Naturales y Medio Ambiente* possuíam, respectivamente, 5 e 6 funcionários. Já a *División de Estadística y Proyeciones*, que também dispunha de 13 funcionários em seu quadro orgânico no mesmo ano (CEPAL, 1973b, p. 152), abastecia todas as outras divisões com dados estatísticos. No que diz respeito ao prestígio, conforme Klüger (2017, p. 63), a Divisão de Desenvolvimento Econômico da CEPAL era "o centro do pensamento sobre teoria do desenvolvimento e planejamento na organização". Ao longo da trajetória da Comissão, diversos economistas estruturalistas de alto prestígio ocuparam o cargo de diretor da divisão, tais como Celso Furtado (1950-1957), Jorge Ahumada (1958-1961), Pedro Vuskovic (1970) e Aníbal Pinto (1970-1979). Além de ter sido o espaço de elaboração das técnicas de programação econômica na década de 1950, a divisão era a responsável pela produção dos principais relatórios de análise econômica da CEPAL, em particular o *Estudio Económico de América Latina*.

Em suma, fica claro a partir dessas iniciativas que a CEPAL, no cumprimento de suas funções burocráticas, prestou assistência técnica a vários governos autoritários da região, mesmo aqueles cujas ideias econômicas e políticas eram diametralmente contrárias às defendidas pela Comissão. Isso mostra a importância de levarmos em conta a face institucional da Comissão para uma compreensão mais nuançada da atuação da CEPAL durante o regime autoritário chileno. Subjacente à imagem aparente dos grandes economistas que elaboraram as ideias econômicas estruturalistas ou as ideias dominantes em cada etapa histórica da CEPAL, existia um corpo técnico cujo trabalho não necessariamente estava amparado na necessidade de articulação com as grandes teses teóricas cepalinas. Essa característica pode ter sido mais acentuada durante as décadas de 1970 e 1980 em função da crise e das transformações em curso no pensamento da CEPAL e da necessidade da instituição se aproximar da extensa gama de temas propostos pelas Nações Unidas face aos dilemas globais.

Nessas divisões menos conhecidas, o trabalho do economista e de outros funcionários era mais diretamente voltado à assistência técnica no âmbito de problemas administrativos,

organizacionais, de formação de recursos humanos, de logística etc. Em sentido contrário, conforme indicado no *Informe de la Dependencia Común de Inspección* das Nações Unidas na CEPAL, ressaltando a tarefa de reflexão econômica, o trabalho da Divisão de Desenvolvimento Econômico podia ser dividido em três categorias: 1) a análise das tendências atuais dos países da região; 2) o estudo do desenvolvimento econômico de longo prazo da América Latina, seus obstáculos e políticas necessárias para superá-los; 3) estudo dos problemas dos países de menor desenvolvimento na região (ILIC; JHA; SOKIRKIN, 1970, p. 20). Ainda que suas ações estivessem ligadas às necessidades dos governos, à diferença das demais, essa divisão era caracterizada por uma visão mais analítica dos modelos e políticas de desenvolvimento econômico, adotando um grau maior de abstração intelectual e teórica.

2.4 O foco no caso chileno e os primeiros anos: da caracterização do novo modelo econômico ao tratamento de choque (1973-1975)

Em meio à repressão e à necessidade de colaboração técnica da CEPAL com a ditadura do Chile, durante as décadas de 1970 e 1980, a Comissão se manteve atenta às transformações econômicas e sociais produzidas pelo regime autoritário. As avaliações da CEPAL da política econômica do governo foram divulgadas principalmente nos *Estudios Económicos de América Latina*, cuja primeira edição teve como introdução o clássico *El desarrollo latinoamericano y algunos de sus principales problema*s (PREBISCH, 1949).

Ao longo do tempo, o documento passou por alterações relevantes de formato, conteúdo e escopo. Até o início dos anos 1960, como ilustrado na Figura 2, análises sobre as políticas econômicas dos países eram enxutas e diferenciadas a partir das tendências gerais da América Latina nos setores produtivos, comércio internacional e balanço de pagamentos, aspectos cruciais do estruturalismo na década de 1950 (RODRÍGUEZ, 2009).

Figura 2 - Sumário *do Estudio Económico de América Latina* de 1956[24]

INDICE DE MATERIAS

Primera Parte

LAS TENDENCIAS ECONOMICAS EN AMERICA LATINA DURANTE 1956

	Página
NOTA IMPORTANTE	2
Capítulo I. TENDENCIAS DEL CRECIMIEMTO ECONÓMICO	3
I. Tendencias generales	3
1. Ritmo de crecimiento	3
2. Evolución del sector externo	5
3. La composición de las importaciones y la actividad económica	6
4. La política de estabilización, la producción y la demanda interna	6
5. La inversión, el ahorro interno y el capital extranjero	7
6. La relación producto-capital	8
7. El producto bruto por sectores	9
II. Tendencias en algunos países	10
1. Argentina	10
2. Bolivia	11
3. Brasil	14
a) Tendencias de la demanda	14
b) Tendencias de la producción	15
4. Colombia	15
5. Chile	17
6. México	19
Capítulo II. COMERCIO EXTERIOR. LAS EXPORTACIONES	22
I. Introducción	22
II. El mercado de productos básicos en los años recientes	23
III. Evolución de la relación de precios del intercambio	24
IV. Cambios en el destino de las exportaciones	25
V. Análisis del mercado de los principales productos	26
1. Café	26
2. Cacao	27
3. Azúcar	28
4. Trigo	29
5. Algodón	30
6. Lanas	30
7. Cobre	31
8. Estaño	32
9. Petróleo	33
Anexo. EL IMPACTO DE LA CRISIS DEL MEDIO ORIENTE SOBRE EL ABASTECIMIENTO SUDAMERICANO DE PETROLEO Y DERIVADOS	34
1. El abastecimiento sudamericano de petróleo y derivados	34
2. Volumen y origen de las importaciones de petróleo y derivados de los países sudamericanos deficitarios	35
3. Efectos de la crisis del Medio Oriente sobre el abastecimiento y costos del petróleo y derivados.	35

Fonte: *Estudio Económico de América Latina* (1956).

Em 1968 foi introduzido um espaço chamado *La situación económica por países*, dedicado exclusivamente à análise anual das políticas econômicas em cada país**.** Entre 1968 e 1975, como apresentado na Figura 3, um típico *Estudio Económico* era composto por seções de aproximadamente dez páginas dedicadas à situação de cada país, em meio à predominância de estudos especiais produzidos pela CEPAL sobre a inserção internacional da economia latino-americana ou algum tema da conjuntura.

[24] Devido ao grande detalhamento de seções no sumário dos relatórios entre 1948 e 1968, exemplificamos apenas pela primeira página do sumário do *Estudio Económico* de 1956.

Figura 3 - Sumário do *Estudio Económico de América Latina* de 1972

ÍNDICE

Página

CONTENIDO 1

Primera Parte

ASPECTOS SOBRESALIENTES DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA EN 1972

1. Tendencias generales 3
2. Los principales sectores de la producción 4
3. Los precios internos 11
4. El sector externo 12
5. El balance de pagos de América Latina 20
6. Tendencias recientes del comercio y de la afluencia de capitales 23
7. El comercio latinoamericano 25

Segunda Parte

EVOLUCIÓN POR PAÍSES

Argentina 33
Barbados 40
Belice 44
Bolivia 47
Brasil 52
Colombia 58
Costa Rica 63
Chile 71
Ecuador 77
El Salvador 85
Estados Asociados de las Indias Occidentales 92
Guatemala 94
Guyana 103
Haití 106
Honduras 111
Jamaica 118
México 123
Nicaragua 134
Panamá 142
Paraguay 148
Perú 154
República Dominicana 159
Trinidad y Tabago 164
Uruguay 169
Venezuela 174

Tercera Parte

ESTUDIOS ESPECIALES

EVOLUCIÓN Y PERSPECTIVAS DE LOS PROCESOS DE PLANIFICACIÓN EN AMÉRICA LATINA

Página

INTRODUCCIÓN 181

I. ANTECEDENTES DE LA PLANIFICACIÓN EN AMÉRICA LATINA 182

1. Medio en que se desenvolvió 182
2. Principales funciones y tareas que se encomendaron a los mecanismos de planificación 183

II. LOS PRIMEROS INTENTOS DE PLANIFICACIÓN 185

1. Antecedentes generales 185
2. Limitaciones e insuficiencias de los procesos de planificación . . . 186
3. Logros y realizaciones de la planificación 188

III. SUGERENCIAS Y RECOMENDACIONES 190

1. Consideraciones generales 190
2. Los mecanismos nacionales 190
3. La cooperación internacional 192

LA MINERÍA EN AMÉRICA LATINA Y SU EVOLUCIÓN RECIENTE

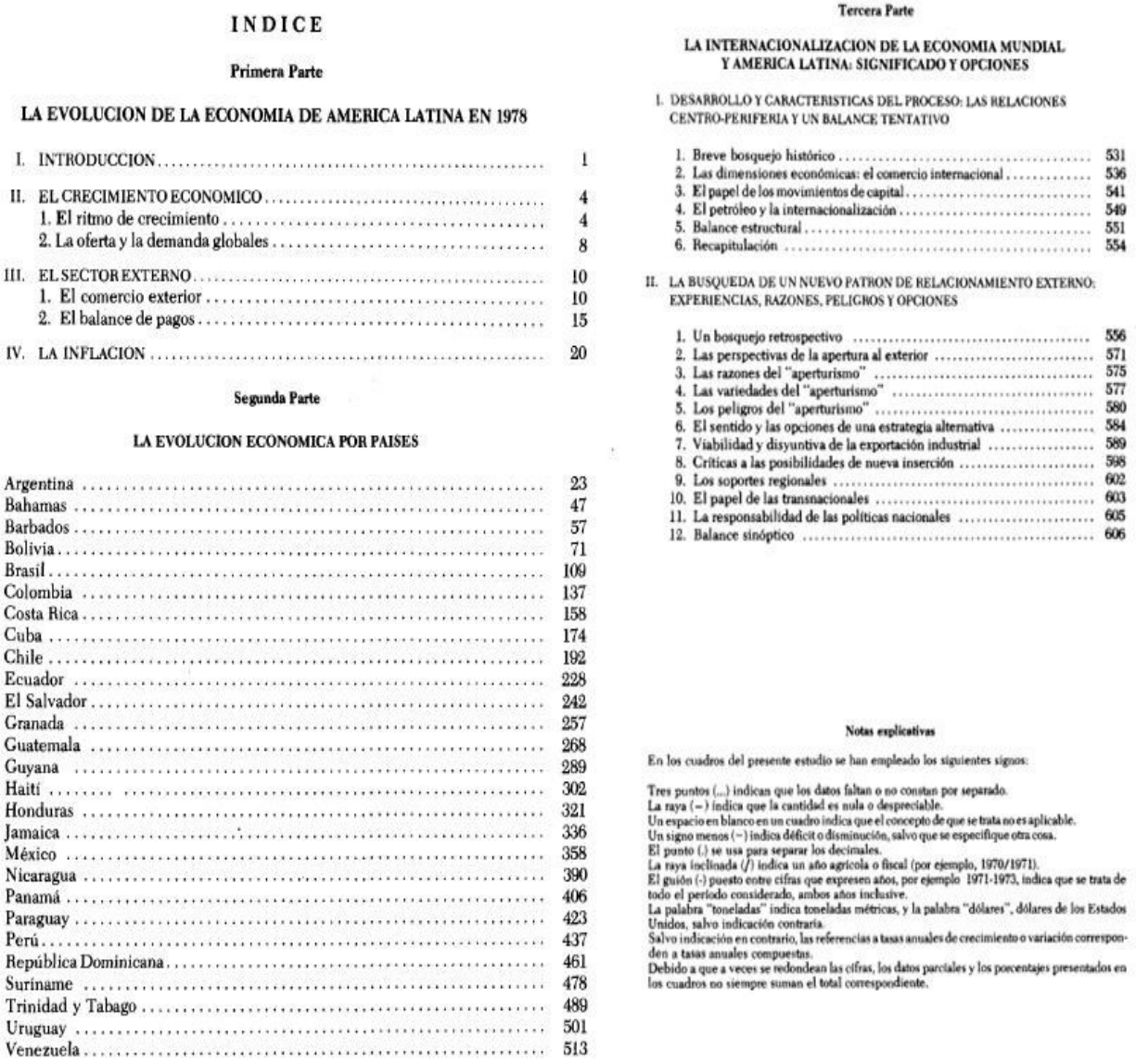
1. Importancia económica de la minería 194
2. Reservas y recursos minerales conocidos 196
3. Producción minera 197
4. Exportaciones mineras 200
5. Consumo interno 201
6. Grado de integración vertical de la producción minera 202
7. Capacidad de ocupación 206
8. Inversiones 207
9. Evolución de los precios internacionales de los minerales de interés regional 209
10. Aspectos jurídicos y administrativos 211
11. Algunas posibilidades para acelerar el desarrollo de la minería . . 213

LA PRODUCCION Y EL CONSUMO RECIENTES DE ENERGÍA EN AMÉRICA LATINA

Fonte: *Estudio Económico de América Latina* (1972).

A partir de 1975, o relatório assumiu paulatinamente uma padronização mais clara. Como pode ser visto na Figura 4, o documento geralmente era iniciado por um capítulo que estudava a evolução da economia latino-americana em cada ano. Este normalmente era seguido, com variação de ordem, por um capítulo sobre a evolução interna de cada país. Por último, um estudo especial voltado a algum tema emergente da conjuntura latino-americana.

Figura 4 - Sumário do *Estudio Económico* de 1978



INDICE

Primera Parte

LA EVOLUCION DE LA ECONOMIA DE AMERICA LATINA EN 1978

I. INTRODUCCION 1

II. EL CRECIMIENTO ECONOMICO 4
1. El ritmo de crecimiento 4
2. La oferta y la demanda globales 8

III. EL SECTOR EXTERNO 10
1. El comercio exterior 10
2. El balance de pagos 15

IV. LA INFLACION 20

Segunda Parte

LA EVOLUCION ECONOMICA POR PAISES

Argentina 23
Bahamas 47
Barbados 57
Bolivia 71
Brasil 109
Colombia 137
Costa Rica 158
Cuba 174
Chile 192
Ecuador 228
El Salvador 242
Granada 257
Guatemala 268
Guyana 289
Haití 302
Honduras 321
Jamaica 336
México 358
Nicaragua 390
Panamá 406
Paraguay 423
Perú 437
República Dominicana 461
Suriname 478
Trinidad y Tabago 489
Uruguay 501
Venezuela 513

Tercera Parte

LA INTERNACIONALIZACION DE LA ECONOMIA MUNDIAL Y AMERICA LATINA: SIGNIFICADO Y OPCIONES

I. DESARROLLO Y CARACTERISTICAS DEL PROCESO: LAS RELACIONES CENTRO-PERIFERIA Y UN BALANCE TENTATIVO

1. Breve bosquejo histórico 531
2. Las dimensiones económicas: el comercio internacional 536
3. El papel de los movimientos de capital 541
4. El petróleo y la internacionalización 549
5. Balance estructural 551
6. Recapitulación 554

II. LA BUSQUEDA DE UN NUEVO PATRON DE RELACIONAMIENTO EXTERNO: EXPERIENCIAS, RAZONES, PELIGROS Y OPCIONES

1. Un bosquejo retrospectivo 556
2. Las perspectivas de la apertura al exterior 571
3. Las razones del "aperturismo" 575
4. Las variedades del "aperturismo" 577
5. Los peligros del "aperturismo" 580
6. El sentido y las opciones de una estrategia alternativa 584
7. Viabilidad y disyuntiva de la exportación industrial 589
8. Críticas a las posibilidades de nueva inserción 598
9. Los soportes regionales 602
10. El papel de las transnacionales 603
11. La responsabilidad de las políticas nacionales 605
12. Balance sinóptico 606

Notas explicativas

En los cuadros del presente estudio se han empleado los siguientes signos:

Tres puntos (...) indican que los datos faltan o no constan por separado.
La raya (–) indica que la cantidad es nula o despreciable.
Un espacio en blanco en un cuadro indica que el concepto de que se trata no es aplicable.
Un signo menos (–) indica déficit o disminución, salvo que se especifique otra cosa.
El punto (.) se usa para separar los decimales.
La raya inclinada (/) indica un año agrícola o fiscal (por ejemplo, 1970/1971).
El guión (-) puesto entre cifras que expresen años, por ejemplo 1971-1973, indica que se trata de todo el período considerado, ambos años inclusive.
La palabra "toneladas" indica toneladas métricas, y la palabra "dólares", dólares de los Estados Unidos, salvo indicación contraria.
Salvo indicación en contrario, las referencias a tasas anuales de crecimiento o variación corresponden a tasas anuales compuestas.
Debido a que a veces se redondean las cifras, los datos parciales y los porcentajes presentados en los cuadros no siempre suman el total correspondiente.

Fonte: *Estudio Económico de América Latina* (1978).

Como reflexo da maior preocupação da Comissão com as políticas de curto prazo, é perceptível pela Figura 5 que, a partir de 1975, os capítulos dedicados à situação econômica de cada país cresceram de forma substancial. Isso é condizente com o relato de Andrés Bianchi — Diretor da *División de Desarrollo Económico* da instituição entre 1981 e 1989 — que afirma que, nesse ano, Enrique Iglesias promoveu a reestruturação do *Estudio Económico*, visando dar maior ênfase às notas conjunturais sobre os países e à qualidade dos dados estatísticos (BIANCHI, 2000). Isso pode ser corroborado pelos Informes Anuais de meados da década de 1970 (CEPAL, 1978b, 1980b). No documento relativo ao período entre 1978-79, argumenta-se que a disponibilidade crescente de informações estatísticas permitiu a ampliação das análises

sobre os países e que "*se ha asentado el propósito de dedicar todos los años atención preferente a los países en que han ocurrido acontecimientos de mayor relieve*" (CEPAL, 1980b, p. 13).

Figura 5 - Número de páginas dos *Estudios Económicos* de América Latina dedicadas à análise da situação econômica de cada país, 1973-1990

País/ano	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	Acumulado
Chile	12	15	40	35	36	37	34	37	43	39	39	41	39	43	39	37	35	35	636
Brasil	11	6	28	30	30	29	22	31	47	41	53	41	35	37	37	35	38	37	588
México	14	16	22	31	31	33	31	35	41	41	35	35	35	35	33	33	35	39	575
Paraguai	7	5	12	9	11	16	13	21	55	59	47	43	49	57	35	35	37	33	544
Perú	10	13	18	18	26	25	24	25	35	45	45	28	31	37	35	39	43	39	536
Argentina	18	17	24	25	25	26	24	25	27	25	25	35	34	35	37	35	41	39	517
Bolívia	19	8	18	18	21	39	17	17	31	43	33	29	31	31	31	33	33	33	485
Venezuela	13	10	18	16	27	18	19	25	30	28	37	26	33	31	33	36	40	33	473
Uruguai	10	6	18	16	16	13	17	19	23	23	29	72	31	37	37	33	31	31	462
Colômbia	12	7	14	20	29	22	26	25	33	33	31	27	27	27	31	31	33	31	459
Costa Rica	8	8	15	17	22	17	22	27	48	27	27	29	27	29	27	31	33	29	443
Nicarágua	9	7	11	14	20	17	28	31	25	25	25	35	29	35	35	33	29	29	437
Equador	15	7	17	13	9	15	18	23	29	31	37	29	27	31	29	25	27	27	409
Panamá	9	8	14	18	19	18	18	19	21	19	21	21	27	35	39	35	33	33	407
Guatemala	8	7	14	21	20	22	20	23	25	23	29	27	25	29	25	29	29	29	405
Honduras	8	7	12	16	17	16	16	16	25	25	23	25	33	35	31	25	31	29	390
El Salvador	8	7	13	15	21	16	18	19	25	23	25	27	25	29	23	25	29	25	373
República Dominicana	7	6	13	10	19	18	18	21	21	21	23	27	29	31	27	25	27	23	366
Cuba	0	0	0	0	0	19	14	17	19	29	37	35	35	35	33	33	37	0	343
Haití	8	5	9	10	16	20	19	17	19	19	19	23	23	21	21	25	27	27	328
Jamaica	4	4	12	17	20	23	25	57	21	0	0	0	0	0	0	0	0	0	183
Trinidade e Tobago	6	4	17	16	24	13	11	36	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	144
Guiana	5	4	13	10	13	14	11	15	21	0	0	0	0	0	0	0	0	0	106
Barbados	5	4	11	10	13	15	14	15	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	104
Suriname	0	0	0	18	12	12	11	15	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	85
Bahamas	0	0	11	9	10	11	9	13	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	78
Granada	0	0	11	10	9	12	0	19	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	76
Dominica	0	0	0	0	0	0	0	0	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13
Belize	3	0	0	0	0	0	0	0	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12
Antígua e Barbuda	0	0	0	0	0	0	0	0	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11
Estados Associados das Índias Ocidentais	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Total	233	181	405	442	516	536	499	643	778	619	640	655	625	680	638	633	668	601	9992

Fonte: Elaboração própria com base nos *Estudios Económicos de América Latina* entre 1973 e 1990.

É fundamental notar que, durante o período do regime militar no Chile, a CEPAL concedeu maior atenção relativa ao caso chileno em seus *Estudios Económicos*, produzindo um total de 636 páginas, 48 a mais que o segundo colocado (Brasil) e 61 a mais que o terceiro (México). Esse número também foi expressivo se comparado à atenção dispensada aos países que estavam implementando políticas econômicas similares ao Chile no período: 119 páginas a mais em relação ao caso argentino e 174 em relação ao uruguaio (FIGURA 5).

Esse foco nas políticas de curto prazo se refletiu na mudança quantitativa e qualitativa dos estudos especiais. Conforme a Figura 6, do ponto de vista quantitativo, ocorreu uma

paulatina diminuição, que culminou na extinção desses tipos de estudos entre 1985 e 1989, quando houve o crescimento ainda maior das análises individuais dos países. A CEPAL publicou importantes estudos especiais entre o fim da década de 1960 e o início dos anos 1970, sobre temas como relações centro-periferia, planejamento econômico, estilos de desenvolvimento, e mudança social. A partir da segunda metade da década de 1970 e durante os anos 1980, as alterações qualitativas podem ser observadas na crescente atenção dedicada a assuntos urgentes da conjuntura latino-americana, como inflação, política cambial, endividamento externo, renegociação da dívida externa e estudos específicos sobre países.

Figura 6 - Títulos e palavras-chave dos "Estudos Especiais" dos *Estudios Económicos* de América Latina, 1968-1990

Ano	Títulos dos estudos especiais	Palavras-chave nas subseções dos estudos especiais
1969	La relación de precios del intercambio en América Latina	Precios y valores unitários; evolución por países; posición relativa de América Latina en el mercado mundial.
	Evolución reciente del transporte marítimo latinoamericano	Comércio exterior; flota mercante; regulación; balance de pagos.
	La distribuición del ingreso en América Latina	Estructura de distribuicón del ingreso; variaciones dentro de la región.
1970	La expansión de las empresas transnacionales y su gravitación en el desarrollo latinoamericano	Distribuicón regional y sectorial; financiamiento; filiales estadounidenses.
	Evolución y perspectivas de las relaciones entere América Latina y Comunidad Económica Europea	política comercial; modalidades de cooperación; acuerdos preferenciales
	Evolución y perspectivas de las exportaciones de América Latina al Japón	Mercado japonés; política comercial de Japón; cooperación financiera y técnica; matérias primas; manufacturados
1972	Evolución y perspectivas del proceso de planificación en América Latina	Mecanismos de planificación; limitaciones y insuficiência del proceso de planificación; cooperación internacional
	La minería en América Latina y su evolución reciente	Reservas y recursos minerales conocidos; producción; consumo; exportaciones; evolución de los precios internacionales.
	La producción y el consumo recientes de energía en América Latina	Consumo total; indústria del petróleo; participación del Estado; tendencias internacionales
1973	Centro y periferia: la negociación sobre nuevas bases	¿Confrotación o consenso?; crisis monetaria.
	El cambio social en America Latina em comenzios de los años setenta	Estilos nacionales de desarrollo; Estado; distribuición del ingreso; heterogeneidad estructural; modernización dependiente.
1974	La inflación mundial y la América Latina	Diagnósticos; terapéuticas; inflación importada; mecanismos de propagación; instrumentos de la política económica.
1975	America Latina y la transicón a un nuevo orden económico internacional	Responsabilidades y incógnitas de los países centrales; periferia; encrucijada del estilo de crescimento actual.
1976	Cambios y tendencias en el proceso de industrialización de America Latina	Declinación de la importância relativa del Cono Sur; concentración de la producción en los países más grandes.
1977	Cambios y tendencias principales del comercio mundial en los años setenta	Nuevo patrón de exportaciones industriales; variación de la estructura de exportaciones de la periferia.
	Tendencias y cambios de la inversión de las empresas internacionales en los paises de desarrollo y particularmente en América Latina	Tendencias y distribuición de la inversión directa en la América Latina; el caso de las empresas estadounidenses.
1978	La internacionalización de la economía mundial y America Latina: significados y opciones	Centro-periferia; movimentos de capitales; petróleo; razones, variedades y peligros del aperturismo; políticas nacionales.
1980	El desarrollo económico de Jamaica y Trinidad y Tobago en los años setenta	Actividade económica; producción manufacturera; desempleo; deuda externa; FMI; inflación; indicadores fiscales.
1982	La política cambiaria y los procesos de renegociación de la deuda externa	Devaluaciones; sistemas cambiarios; inestabilidad cambiaria; reprogramación de la deuda externa; el papel del FMI.
1983	Restricción financiera, transferencia de recursos y renegociaciones	Costo del crédito externo; entrada neta de capitales; renegociación de la deuda externa.
1984	La evolución de la economía y la política económica en Uruguay en el periodo 1981-1984	Política económica; actividade económica; inflación; déficit público; desequilíbrio monetário; endeudamiento de las empresas.

Fonte: Elaboração própria com base nos *Estudios Económicos de América Latina* entre 1968 e 1990.

Evidentemente, o fato do Chile ter inspirado maior atenção relativa por parte dos economistas da CEPAL pode estar relacionado à maior disponibilidade de informações estatísticas e bibliográficas decorrente da localização da sede em Santiago. Entretanto, em linha com nossa hipótese interpretativa, isso também decorreu da atuação da CEPAL no contexto nacional chileno, marcada pela problematização das políticas liberalizantes, e da influência que os acontecimentos no Chile exerceram sobre as atividades da Comissão. Vale relembrar uma questão discutida na seção inicial deste capítulo: o desequilíbrio existente na CEPAL, nesse período, entre profissionais oriundos do próprio Chile e da Argentina em relação a outras nacionalidades (HODARA, 1987; BIANCHI, 2000). Esse fato ajuda a explicar o grande interesse pelos acontecimentos socioeconômicos do país desde os primeiros anos da ditadura militar chilena. Na discussão que segue, analisamos as seções dos *Estudios Económicos* dedicadas à situação econômica do Chile, atrelando-as à reconstituição da história da ditadura com o auxílio da literatura especializada. Além disso, procuramos relacioná-las ao "espírito" dos relatórios, identificado por meio dos principais estudos especiais.

Nos primeiros meses após o golpe, o *Estudio Económico* de 1973 enfatizou que, para além da conjuntura internacional, movimentada pelo choque do petróleo e pela inflação global, o Chile "*fue uno de los pocos países en el que los acontecimientos internos constituyeron el factor decisivo*" (CEPAL, 1973a, p. 176). Considerou-se que os acontecimentos políticos e sociais a partir de 11 de setembro repercutiram no funcionamento da economia chilena, pois "*las circunstancias generales y la orientación de la política económica experimentaron un cambio considerable*" (p. 176). Para além da descrição da recessão econômica de 4,1% e dos desequilíbrios fiscais, monetários e externos, percebeu-se um esforço de caracterizar a nova estratégia econômica do regime de Pinochet, que se baseou em uma declaração de Fernando Léniz — engenheiro civil, empresário, ex-executivo do *El Mercúrio* e Ministro da Economia entre o fim de 1973 e início de 1975 — no Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP), em 1974. A CEPAL interpretou que, para o Ministro, que era politicamente próximo dos *Chicago Boys*, a política econômica do regime valorizaria o papel das "*fuerzas del mercado y la empresa privada en la promoción del proceso de desarrollo. Por ello dejó de ser objetivo fundamental de la acción económica la transferencia al Estado de la propiedad y el manejo de un conjunto amplio de actividades*" (pp. 185-186).

Já no *Estudio Económico* de 1974, as críticas às políticas das "autoridades econômicas" apareceram de forma mais integrada. Isto porque, no estudo especial intitulado *La inflación mundial y la América Latina*, discutiu-se o mal-estar teórico em torno do problema da

estagflação, que se articulou com a análise da inflação no Chile.[25] Neste estudo, a Comissão analisou o impacto do fenômeno sobre a "crise de diagnósticos, terapias e perspectivas," bem como a relevância da "inflação importada" para a América Latina.

No que diz respeito à crise de diagnósticos, o documento citou o artigo 'Worldwide Stagflation' (1974), de Paul Samuelson, que cunhou o termo "*crisis of monistic explanations*" para destacar o fim de uma suposta explicação causal e única para o fenômeno inflacionário. A CEPAL, assim, mobilizou a legitimidade acadêmica de um economista do centro para criticar explicações únicas e universais sobre as causas da inflação. Em função disso, o documento enfatizou a importância do enfoque latino-americano que explicava a inflação a partir de um amplo leque de causas estruturais, atreladas aos desequilíbrios da estrutura produtiva e à inserção subordinada das economias periféricas no sistema econômico internacional. Mesmo reconhecendo que os fatores estruturais da periferia não eram os mesmos do centro, o documento se apoiou na autoridade de Paul Samuelson para enfatizar sua importância:

> *Sería largo — y posiblemente pedante — hacer mención de los numerosos cientistas sociales que han insistido en la significación de esos aspectos desde hace tiempo en los países centrales, aunque no pueda decirse que, hasta ahora, hayan tenido demasiado eco en los niveles dirigentes y en los académicos. La inclinación* […] *no se circunscribe a los autores de orientación más o menos afín. El profesor Paul Samuelson, que navega por distintas aguas, en un artículo citado antes, marca el acento de su análisis sobre los 'cambios estructurales profundos tanto aquí como en el extranjero que han originado un nuevo sesgo inflacionario'*. (CEPAL 1974a, p. 5)

A escolha da citação de Samuelson pode estar relacionada a diversos fatores. O economista estadunidense exercia um papel importante na reflexão frente à crise da estagflação. Para Boianovsky (2021), a estagflação — termo que Samuelson introduziu no vocabulário econômico dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que Gunnar Myrdal o fazia para a audiência europeia — foi o principal motivo pelo qual Samuelson teria abandonado a síntese

[25] Esse fenômeno surgiu em princípios da década de 1970 e expressava a existência simultânea de altos níveis de inflação e desemprego, o que fugia das teorizações e convicções dos macroeconomistas no pós-guerra. A "estagflação" colocava sérios limites ao arcabouço teórico do keynesianismo e sua instrumentalização na formulação das políticas econômicas, generalizadas durante os anos dourados do capitalismo (1947-1973) (HOBSBAWM, 1995). Nesse período, o keynesianismo, capitaneado pela síntese neoclássica, baseava-se sobretudo no modelo IS-LM e na chamada Curva de Phillips, que propunha a existência de um *trade-off* (uma relação negativa) entre inflação e desemprego. Conforme Hall (1989), uma das implicações da teoria keynesiana é que a intervenção governamental era uma ferramenta poderosa para correção das instabilidades econômicas, mediante fundamentalmente o manejo da demanda agregada via uma política fiscal contracíclica. Assim, tal como parecia ser confirmado empiricamente nas décadas de 1950 e 1960, seria possível reduzir os níveis de desemprego, tendo como contrapartida uma maior tolerância à inflação. Tal como discutiremos no próximo capítulo, em função dessa crise, surgiram várias escolas de pensamento econômico que enfatizavam a importância das expectativas inflacionárias, tais como os monetaristas, os novos keynesianos, os novos-clássicos e os pós-keynesianos (HALL, 1989; MANKIW, 1990; SICSÚ, 2022).

neoclássica, abordagem da qual foi um dos principais difusores, enfatizando a necessidade da busca por novas ferramentas e teorias. Além disso, apesar de Samuelson ter se formado na Universidade de Chicago, sua carreira se notabilizou pela difusão do keynesianismo no *Massachusetts Institute of Technology* (MIT). O MIT desenvolveu uma tradição neoclássica de pensamento diferente de Chicago. Enquanto os economistas de Chicago trabalhavam com modelos teóricos simples, baseados em mercados perfeitos com grande ênfase na teoria de preços, aos quais retornavam após o confronto com a realidade (REDER, 1982), os modelos econômicos do MIT eram mais complexos e pressupunham mercados imperfeitos, possuindo maior sensibilidade aos dados empíricos em sua instrumentalização (CHERRIER, 2014; HALSMAYER, 2014).

É fundamental esclarecer que, apesar do *Estudio Económico* em questão referir-se ao ano de 1974, ele foi publicado em setembro de 1975, após a visita de Friedman ao país, em março, e o início do tratamento de choque, em abril. Portanto, em um momento em que as ideias de Milton Friedman influenciavam a condução da política econômica dos *Chicago Boys* com a opção do regime pelo tratamento de choque (discutido a seguir), a CEPAL mobilizou a autoridade de um rival acadêmico de Friedman, que possuía prestígio equivalente, como recurso argumentativo para a defesa do enfoque da inflação estrutural. Nos anos seguintes, conforme Boianovsky (2021), Paul Samuelson se tornaria extremamente crítico à ditadura chilena e à influência da Escola de Chicago no país, conceituando-o como um "capitalismo fascista", categoria utilizada também para descrever a ditadura do Brasil.[26]

A "crise de diagnósticos" à qual alude a CEPAL estaria, na perspectiva do *Estudio Ecónomico* de 1974, imbricada em uma "crise de terapias". A Comissão analisou detidamente duas diretrizes gerais para o controle da inflação: a keynesiana e a monetarista. Na avaliação da "terapia keynesiana" entendeu-se que, no fundo, não havia uma contemplação específica de como lidar com o problema da inflação, uma vez que uma de suas hipóteses básicas era a subutilização dos fatores de produção, e o clássico manejo do *trade-off* entre inflação e desemprego mostrou sinais de esgotamento no início da década de 1970. No que tange à "terapia monetarista", o documento sublinhou que seu principal problema "*reside en su*

[26] Isso implicou na rejeição da noção de Friedman de que as liberdades econômicas e políticas estão necessariamente conectadas, tal como o próprio Samuelson entendia nos anos 1930 sob a influência de Chicago. Para ele, as reformas econômicas implementadas no Chile só foram possíveis devido às condições únicas de extrema repressão política e restrição das liberdades civis e individuais, o que era impossível e indesejável para o caso dos Estados Unidos e outras economias (BOIANOVSKY, 2021). Em uma entrevista concedida no Peru em 1980, Samuelson endereçou esses argumentos ao Ministro da Fazenda, Sergio de Castro, condenando o experimento do regime: "*en el Chile de Pinochet, Sergio de Castro experimenta un capitalismo fascista*" (MONTES, 2016, p. 159).

valorización del control de la oferta de dinero como principal herramienta antinflacionaria" (CEPAL, 1974a, p. 13). Na avaliação crítica da Comissão, isso seria verdade somente se a autoridade monetária tivesse todo o poder na determinação dos meios de pagamento da economia — hipótese que não se sustenta na realidade — ou pudesse controlar todas as pressões que são sancionadas, no linguajar da teoria estruturalista da inflação, pelos "mecanismos de propagação".

Na análise do problema da inflação do Chile, que ainda permanecia no nível de 375% ao ano em 1974, o documento criticou os escassos resultados "*a pesar de la prioridad asignada a los esfuerzos por contenerla*" (p. 252). Articulado com a percepção de que existiam múltiplas causas da inflação e rejeitando as explicações monocausais do tipo monetarista, a Comissão avaliou que as pressões inflacionárias no Chile eram relacionadas a quatro grandes aspectos: 1) o ciclo de alta de preços de 1972 e 1973; 2) a inflação importada do resto do mundo; 3) um forte componente de "inflação corretiva", ocasionada pela política de liberalização dos preços; 4) reajuste da taxa de câmbio. Ao considerar esses fatores, a Comissão enfatizou que a culpa pela inflação não seria exclusivamente dos condicionantes externos, pois "*si bien los primeros dos factores estaban fuera de la órbita de las autoridades, los otros, en cambio, se desprenden de la estrategia general puesta en práctica*" (p. 252). Desta forma, o documento enfatizou os impactos da liberalização dos preços e do reajuste da taxa de câmbio, que estavam na esfera decisória dos economistas do governo, sobre o recrudescimento da inflação. Se, de um lado, a "inflação corretiva" e a desvalorização cambial eram objetivos importantes para o reestabelecimento dos preços relativos e do equilíbrio macroeconômico, por outro, eles incidiriam sobre o aumento da inflação. Assim, "*en la definición del dilema parece haber privado más el primer orden de consideraciones […] queda abierto a discusión si los movimientos tácticos fueron los más apropiados*" (p. 252).

Mesmo criticando a estratégia do governo e o modesto resultado no combate à inflação, o documento mostrou que havia controvérsias sobre os caminhos que deveriam ser seguidos:

> *Si para unos ellas pecaron por no tratar de moderar los poderosos impulsos que venían de años recientes y que había redoblado la coyuntura internacional, para otros, el meollo de la cuestión reside en que no se adoptó un tratamiento drástico, que cortara de raíz el potencial inflacionario acumulado. Considerada la intensidad del fenómeno y la dimensión de las incógnitas que abre cualquiera de esos criterios, no debe extrañar que la política haya vacilado en resolverse de un modo tajante por alguno de ellos* (CEPAL, 1974a, pp. 252-253).

Essa última citação adquire um significado especial se considerarmos o debate econômico entre gradualismo e tratamento de choque, que tomou a América Latina e teve o

Chile como um dos seus principais palcos.[27] Para entender isso no contexto do regime autoritário chileno, vale ressaltar que a hegemonia dos *Chicago Boys* na formulação das políticas econômicas não foi imediata. Para Vergara (1984) e Pollack (1999), no período entre 1973 e 1975, não havia por parte da Junta Militar e dos grupos que a rodeavam um consenso a respeito do conteúdo específico das transformações a serem perseguidas, o que gerou um programa econômico eclético e ambíguo. As políticas econômicas nesse período inicial foram aplicadas por alguns militares e engenheiros, preocupados em minimizar os custos sociais em termos de crescimento e desemprego para não deslegitimar o governo. Por causa disso, essas políticas foram identificadas como gradualistas na literatura (FONTAINE, 1988; VALDÉS, 1995; POLLACK, 1999; GÁRATE, 2012). Essa orientação, adotada durante os dois primeiros anos, foi severamente criticada pelos *Chicago Boys*, que defendiam um tratamento mais drástico da inflação e a introdução de reformas econômicas de longo prazo que viabilizassem o papel do mercado na definição dos preços relativos.

Consciente desse debate, que estava então em pleno vigor no Chile, o relatório da CEPAL — embora tentasse sinalizar neutralidade na apresentação da controvérsia — possuía posicionamentos mais alinhados ao gradualismo, incluindo uma crítica à desconsideração dos efeitos da liberalização dos preços na própria realimentação da inflação. Isso também é ilustrado pela constante preocupação com os ascendentes níveis da taxa de desemprego no país, que cresceu de 7% para 10% entre 1973 e 1974 (p. 254). Outra evidência neste sentido é que o *Programa de Trabajo* para 1976 e 1977, contido no Informe Anual das atividades da CEPAL entre 1974 e 1975, cita que o *Estudio Ecónomico* de 1974 pôs ênfase no processo inflacionário dos países da América Latina, observando "*las medidas destinadas a impedir las distorsiones provocadas por la inflación y a permitir su contención gradual*" (CEPAL, 1975c, p. 15). Isso

[27] Este debate se referia ao horizonte temporal no qual a redução da inflação deveria ser alcançada, à priorização relativa de objetivos e custos da política econômica e consequentemente ao uso mais moderado ou não dos instrumentos anti-inflacionários. Os defensores do gradualismo argumentavam que a inflação deveria ser reduzida de forma gradual, a fim de minimizar os impactos sobre o desenvolvimento econômico (crescimento econômico, emprego e setores produtivos). Já os que advogavam pelo tratamento de choque enfatizavam que o descenso rápido da inflação deveria ser um objetivo prioritário da condução da política econômica. Para uma exploração sistemática das duas posições, à luz da experiência da implementação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) (1964-1967) no Brasil, ver o trabalho clássico de Simonsen (1970). Conforme demonstrado nos capítulos 1 e 6 de Simonsen (1970) e em Pastore e Almonacid (1975) — que argumentaram que a proposta gradualista, ao colocar o crescimento como um objetivo prioritário ao lado da estabilização, tendia a gerar um viés inflacionário na economia — este debate aproximava as posições monetaristas e estruturalistas devido à incorporação do componente da inflação de custos, do papel das expectativas e dos mecanismos institucionais de indexação na análise das propostas da estabilização. Há, em geral, uma pré-associação entre a política de tratamento de choque e a Universidade de Chicago, devida em grande parte à própria experiência chilena sob o regime de Pinochet (KLEIN, 2007). Além disso, o tratamento de choque era recomendado por instituições multilaterais como o FMI desde a década de 1950.

demonstra que a Secretaria Executiva da Comissão sinalizou como objetivo explícito a diminuição gradual da inflação.

O ano de 1975 foi um dos mais marcantes da ditadura militar chilena em termos de alteração das diretrizes da política econômica, que daria início à consolidação do modelo econômico chileno e da influência dos *Chicago Boys* no governo. Neste momento, o já referido debate existente no interior do governo se resolveu, com a interferência de Augusto Pinochet, em favor dos partidários do tratamento de choque, com a aprovação do *Programa de Recuperación Económica* de 24 de abril de 1975. O objetivo do plano era combater a inflação, com cortes de grande magnitude nos gastos do governo e nos investimentos públicos. Além disso, visava lidar com os problemas do balanço de pagamentos. O plano foi implementado por Jorge Cauas — engenheiro civil pela Universidade do Chile, Mestre em Economia pela Universidade de Columbia e Ministro da Fazenda entre 1974 e 1976 — e pelos *Chicago Boys*, com notoriedade para Sergio de Castro, que passou a ocupar o Ministério da Economia (1975-1976), substituindo Fernando Léniz (POLLACK, 1999). Frente ao cenário externo desfavorável e à implementação dos cortes dos gastos públicos, o PIB e a produção industrial recuaram respectivamente 17% e 26%, com deterioração da taxa de investimento e elevação do desemprego (FFRENCH-DAVIS, 2010, p. 64)

A Comissão observou que, a despeito da influência do cenário externo, as escolhas de política econômica repercutiram, mais uma vez, na exacerbação da crise no Chile que, ao lado da Argentina, notabilizaram-se como as economias de pior desempenho na região, devido à "*preocupación dominante por los problemas de la inflación y el balance de pagos, lo cual, por derivación, relegó radicalmente la relativa a las posibilidades de crecimiento* (CEPAL, 1975a, p. 8). A notoriedade do caso chileno decorreu da magnitude da deterioração da atividade econômica (p. 165). A instituição apontou o *Programa de Recuperación Económica* como um dos grandes motivos da crise de 1975:

> *el gobierno empezó a aplicar en mayo un Programa de Recuperación Económica,* […] *las autoridades económicas redujeron fuertemente los gastos fiscales, introdujeron cambios en el sistema impositivo* […] *Estas medidas se complementaron con un estricto control de los desembolsos de las empresas públicas* […] *Esta intensa disminución de la demanda del sector público reforzó los efectos depresivos provenientes del exterior y contribuyó a acentuar la contracción que la economía venía experimentando ya desde comienzos del año* (CEPAL, 1975a, p. 167).

Essa posição crítica em relação aos efeitos recessivos da política fiscal nos fornece mais evidências de que a Comissão, naqueles anos, considerava mais apropriadas as posições gradualistas. O *Estudio Económico* de 1976, em uma breve resenha dos anos anteriores, entrou

mais a fundo nessa questão, relacionando os resultados econômicos do país às escolhas da política econômica de 1975, identificada como "estritamente ortodoxa" (p. 148). Tais políticas, por sua vez, respondiam a um plano rígido orientado por princípios de cunho teórico e filosófico liberais:

> *¿Habría sido posible, aun con el volumen tan reducido de importaciones, haber conseguido niveles más altos de actividad y empleo?* […] *la política económica no se planteó esa duda y posibilidad porque su espectro de objetivos se limitó a los problemas del equilibrio externo y de la inflación.* […] *Combinarlos, por otra parte, habría involucrado profundas rectificaciones de la orientación oficial en Chile. Desde luego, habría requerido una mayor participación de la esfera pública y criterios definidos y discriminatorios en cuanto a la asignación de las divisas hacia fines que hubieran conjugado el mayor efecto activador* […] *Ambas condiciones parecen antagónicas con la filosofía general de la política económica* (CEPAL, 1976a, pp. 148-149).

Em resumo, nos primeiros anos do regime militar chileno, a CEPAL se posicionou criticamente contra a política econômica dos *Chicago Boys*. Os relatórios criticaram a condução do tratamento de choque e seus impactos sobre o crescimento e o desemprego, bem como apontaram a relevância das decisões internas e da filosofia econômica do regime para os problemas do país. Entretanto, na segunda metade da década de 1970, os posicionamentos da Comissão assumiram uma postura mais ambígua, devido à melhora geral dos indicadores econômicos da economia chilena. Assim, os documentos da instituição se concentraram em pontos mais específicos no cenário interno, ao passo que elevaram o tom da crítica em relação à abertura comercial e financeira promovida pelos *Chicago Boys*.

2.5 Os posicionamentos defensivos da CEPAL e as críticas à abertura comercial e ao endividamento externo (1976-1981)

A inflexão de 1975 foi seguida de um período simbólico no qual os *Chicago Boys* possuíram hegemonia na formulação e implementação radical das políticas econômicas liberais. Entre 1976 e 1981, o regime alcançou seus melhores resultados econômicos, com um rápido e intenso crescimento econômico, diminuição significativa da inflação, atração de capitais estrangeiros e recuperação dos salários reais (FOXLEY, 1983; ANGELL, 2002; FFRENCH-DAVIS, 2010). Para ilustrar, o crescimento econômico entre 1976 e 1981, medido pelo PIB, foi em média de 7,2% ao ano, ao passo que a inflação em 1980 cedeu para 35% (VALDÉS, 1995, pp. 25-27). Em termos práticos, a política econômica se orientou pela continuidade da política fiscal austera e a valorização da taxa de câmbio decorrente da aplicação do enfoque

monetário do balanço de pagamentos.[28] Por fim, mas não menos importante, neste período cristalizou-se a maioria das reformas econômicas da ditadura chilena, que ficaram conhecidas como *siete modernizaciones*: reforma trabalhista, da previdência, agricultura, saúde, educação, justiça e administrativa. Todas essas iniciativas e a Constituição de 1980, implementada pelo regime, faziam parte dos esforços para a criação de uma nova institucionalidade — encapsulada no termo "democracia protegida" — fundada em decisões tecnocráticas (BARAONA, 1978; HUNEEUS, 1998).

A CEPAL mostrou-se sensível à conjuntura e reconheceu o melhor momento da economia chilena em termos de crescimento econômico e diminuição dos desequilíbrios fiscais e monetários. Porém, no apanhado geral, os *Estudios Económicos* publicados entre 1976 e 1981 expressaram reservas em relação à baixa taxa de investimento e aos níveis de desemprego. Nesse período, os documentos assumiram um padrão relativamente homogêneo em termos de tom e conteúdo. A seguir, ilustramos a forma "típica" com que eram feitas as reservas em relação ao desemprego e à baixa taxa de investimento:

> *El coeficiente de inversión se mantuvo, en cambio, a un nivel muy bajo. No obstante que la formación bruta de capital fijo se elevó 18%, su participación en el producto continuó siendo del orden de 10%, fracción bastante menor que la habitual antes de la depresión de 1975 y equivalente a menos de la mitad del correspondiente promedio latinoamericano* (CEPAL, 1977a, p. 178).

> *A pesar de la marcada expansión de la actividad económica global y de la significativa alza que tuvo el sector de la construcción, la situación ocupacional continuó siendo muy negativa. En efecto, en el Gran Santiago la tasa de desempleo abierto se redujo apenas de 14% en 1978 a 13.6% en 1979, completándose así cinco años en que por lo menos uno de cada siete miembros de la fuerza de trabajo careció de ocupación* (CEPAL, 1979a, p. 191).

Se, no início do governo, a CEPAL demonstrou preocupação com a baixa taxa de investimento da economia e com a elevada taxa de desemprego devido à queda da atividade

[28] Com importantes antecedentes nos trabalhos de Jacques Jacobus Polak publicados sob os auspícios do FMI nas décadas de 1950 e 1960 (POLAK, 1957; POLAK; BOISSONNEAULT, 1960), o enfoque monetário do balanço de pagamentos — formulado pelos professores da Universidade de Chicago Jacob Frenkel e Harry Gordon Johnson (JOHNSON; FRENKEL, 1976; JOHNSON, 1977) — concebe o balanço de pagamentos como um fenômeno essencialmente monetário, isto é, seus desequilíbrios são reflexos das mudanças na dinâmica de oferta e demanda por moeda que, por sua vez, são influenciadas pelas próprias políticas monetária e creditícia de um dado país. Por meio dessa abordagem, argumenta-se que, em uma economia aberta, sem déficit fiscal e com câmbio fixo, há convergência entre as taxas de inflação interna e externa e também entre as taxas de juros. Na América Latina, o enfoque monetário do balanço de pagamentos foi aplicado como estratégia anti-inflacionária na segunda metade da década de 1970 no Chile, no Uruguai e na Argentina em função dos vínculos de economistas com a academia estadunidense (PABLO, 1999). Essas políticas envolveram desvalorizações da taxa de câmbio inferiores à inflação (no Chile desde 1976) e adoção do câmbio fixo (a partir de 1979 no caso chileno). Para uma apreciação crítica dessas aplicações, ver Ramos (1989).

produtiva, a partir de 1976 os documentos abordam a questão a partir de outro ângulo, mais "defensivo". Mesmo com altos níveis de crescimento do PIB, o desemprego era criticado por seus níveis elevados, ainda que houvesse diminuições relativas, e os investimentos pelos seus níveis baixos, mesmo com aumentos relativos. Descrevemos esse comportamento como "defensivo" porque a margem de críticas às políticas econômicas do regime diminuiu, tornando-se mais pontuais. Este período representa o início de mudanças institucionais na CEPAL que se aprofundariam no início da década de 1980. Segundo Rosenthal (2004, p. 178), ao mesmo tempo em que a CEPAL se identificava com seu passado e resistia às ideias de Milton Friedman, "*it could not come up with an alternative to the new orthodoxy, so it found refuge in addressing specific policy questions rather than trying to tackle the big picture*".

Na segunda metade da década de 1970, a CEPAL paulatinamente problematizou o endividamento externo das economias latino-americanas. No caso chileno, identificou que, entre 1976 e 1981, houve um aumento da vulnerabilidade externa decorrente da tentativa de integração à economia internacional, o que levou a déficits em conta corrente e aumento do endividamento externo (CEPAL, 1976a-1981a). A questão da dívida externa, de fato, era uma preocupação institucional. No 18º *Período de Sesiones* da CEPAL, em abril de 1979, na cidade de La Paz, uma das delegações sugeriu que a CEPAL analisasse com maior profundidade o problema da dívida externa, dada a relevância crescente do tema nas economias da região. Em resposta, a Secretaria Executiva da CEPAL afirmou que já havia um projeto sendo desenvolvido no interior da instituição sobre assuntos monetários e financeiros, com especial atenção ao endividamento externo (CEPAL, 1980b, pp. 70-71). Isso demonstra, de forma clara, uma das dimensões importantes da CEPAL, de "instituição com foco conjuntural", como denomina Vitagliano (2004). Também ajuda a evidenciar que as mudanças no pensamento e nos temas privilegiados pela instituição estavam condicionadas pelas próprias demandas dos países que eram assistidos pela Comissão.

Em relação às reformas estruturais de longo prazo, os *Estudios Económicos* tenderam, de um lado, a identificar, em função da implementação das reformas, o conteúdo mais específico do que seria a nova "estratégia de longo prazo" preconizada pelo governo militar. Anualmente, descrevia-se, sem análises profundas, a quantidade de empresas privatizadas e o valor arrecadado pelo governo. As medidas específicas do *Plan Laboral* e da reforma do sistema de pensões também foram exaustivamente descritas, porém não analisadas (CEPAL, 1979a, pp. 194-195). Uma atitude bem diferente ocorreu com o tema da abertura comercial, cujos efeitos eram analisados para o caso chileno e também pela produção de estudos especiais. De acordo com Rosenthal (2004, p. 212), no tema da abertura comercial, a CEPAL se

caracterizou na segunda metade da década de 1970 por um "*gradualist and even cautious approach* [...] *at odds with the shock treatment being prescribed by more orthodox economists*" do Cone Sul.

No caso da abertura comercial, a linguagem e o tom claramente destoam, por exemplo, em um estudo especial do *Estudio Económico* de 1978, intitulado *La internacionalización de la economía mundial y América Latina: significados y opciones* (CEPAL, 1978a). Este extenso estudo tratou do tema da "internacionalização" que, na América Latina, manifestou-se de maneira concreta, dentre outras dimensões, nas chamadas políticas *aperturistas*, que promoviam a progressiva abertura comercial das economias. O estudo especial demonstrou um espírito combativo. Parecia haver uma percepção real de ameaça da conjuntura à CEPAL, não somente no plano das ideias e de seus postulados, mas também do ponto de vista da influência na formulação das políticas econômicas. Neste sentido, havia uma explícita inclinação institucional contra "*algunas líneas de pensamiento y praxis que han adquirido gran significación en el último tiempo en América Latina y fuera de ella*" (CEPAL, 1978a, p. 575). Isso se torna mais claro quando o relatório identifica concretamente o que chama de variantes do *aperturismo*, isto é, abordagens alternativas no processo de abertura comercial:

> *El uno, sin intención peyorativa, podría definirse como ideológico; el otro, en cambio, es de índole más bien pragmática.* […] *el cuadro latinoamericano del último tiempo, podría decirse que la experiencia de los países sureños (Chile, Argentina y Uruguay) se acerca a la primera variedad y que Colombia y Brasil, al igual que otros de la región, están más próximos de la segunda.* (CEPAL, 1978a, p. 577)

A posição ideológica caracterizava-se fundamentalmente pelo fato de que a abertura comercial fazia parte de uma mudança estrutural mais profunda da economia, isto é, "*se encuentra inserta en un contexto de amplitud mucho mayor —'totalizante', como se acostumbra decir — y constituye, en verdad, sólo un fragmento de un reajuste que abarca prácticamente todas las dimensiones de la realidad social*" (CEPAL, 1978a, p. 577). Nesta posição, a industrialização e o desenvolvimento eram submetidos à lógica das vantagens comparativas e dos mecanismos de mercado. Além disso, notabilizar-se-ia pela ruptura em relação ao passado da industrialização nesses países com foco no mercado interno, com a transição completa para um estilo de desenvolvimento *hacia afuera*, "*que se acompaña del diseño de un 'tipo ideal' alternativo*" (pp. 577-578).

Para esse "tipo ideal", é citada como inspiração a Economia Social de Mercado da Alemanha no pós-guerra, mas ponderando que muitas das suas características não correspondiam ao tipo ideal pensado. Termo cunhado pelo economista Alfred Muller-Armack,

a Economia Social de Mercado refere-se, em um contexto de generalização do *welfare state* na Europa, às políticas econômicas de corte liberal — controle do gasto público, privatizações, flexibilização das regras trabalhistas, regulação para manutenção da competição — implementadas por Ludwig Erhard, Ministro da Economia (1949-1969) e Chanceler da República Federal da Alemanha (1963-1966). O termo "social" possuía um sentido particular, tratando-se não somente dos problemas sociais e da pobreza, mas sim de coesão social e autonomia humana contra os poderes públicos e privados da sociedade que feriam as liberdades individuais. Esse modelo econômico foi influenciado intelectual e politicamente pelo ordoliberalismo, que surgiu após a Grande Depressão e criticou, em particular, o planejamento econômico após a ascensão do Nazismo na Alemanha (PTAK, 2009; FÈVRE, 2021).[29] Os ordoliberais, por meio de suas formulações que envolviam uma complexa mistura de elementos do Direito e da Economia, defenderam a existência de um Estado forte em um sentido particular de promoção da regulação, de forma a garantir e estruturar a economia de mercado, baseada na competição e na ordem social.

Muitas vezes ofuscado pela tradicional e caricatural associação entre o pensamento econômico alemão e o intervencionismo, o ordoliberalismo é tomado por parte da literatura como uma das fontes da construção do "pensamento coletivo neoliberal" após a Segunda Guerra Mundial, uma vez que alguns de seus grandes nomes, como Wilhelm Röpke e Alexander Rüstow (exilado na Turquia e depois na Suiça), participaram da reflexão transnacional sobre a crise do liberalismo e sua necessidade de reformulação — junto aos economistas britânicos da *London School of Economics* (LSE), aos economistas austríacos e aos economistas de Chicago (PLEHWE, 2009; PAT, 2009; BURGIN, 2012). Evidenciando a heterogeneidade do movimento neoliberal, Plewhe (2009) e Pat (2009) apontam como especificidade dessa variante— em relação, por exemplo, à Escola de Chicago — sua atitude mais crítica frente à concentração de poder das empresas e dos monopólios.

As ideias econômicas do ordoliberalismo circularam na América Latina desde meados do século XX por meio do financiamento de instituições filantrópicas alemãs, com notoriedade para a fundação *Konrad Adenauer Stiftung*, que pertence ao Partido Democrata-Cristão da

[29] De acordo com Fèvre (2021), o termo ordoliberalismo foi cunhado em 1950 pelo economista Hero Moeller, em alusão ao jornal *Ordo*, fundado por membros da Escola de Freiburg – Walter Eucken e Franz Böhm – em 1948, que contava como editores importantes intelectuais liberais do entreguerras, como Wilhelm Röpke, Alexander Rüstow e Friedrich A. Lutz. O termo também teria dois outros sentidos. Em primeiro lugar, expressa a existência de diferentes dimensões da vida social que dão coesão à sociedade. Em segundo lugar, distingue a "ordem positiva" da "ordem natural", emanada no Iluminismo.

Alemanha.[30] Em seu amplo estudo sobre a influência do ordoliberalismo na América Latina, Bárzaga (2013) entende que, apesar de algumas diferenças, o neoliberalismo estadunidense e o ordoliberalismo compartilhavam tolerâncias, simpatias e uma aliança na promoção das ideias de livre mercado na região, as quais não excluíam a possibilidade de eventuais ajustes por meio da intervenção estatal. Essa aliança teria encontrado uma convergência na implementação das reformas econômicas dos *Chicago Boys* durante o regime Pinochet. Ainda que haja espaço para aprofundar esse argumento, mostrando como esses economistas combinavam elementos específicos da tradição de Chicago às inspirações advindas do ordoliberalismo alemão, existem evidências de que os *Chicago Boys* foram realmente influenciados pela experiência alemã no pós-guerra. No prólogo do *El Ladrillo*, escrito em 1990, Sergio de Castro destaca: "*El modelo de una economía social de mercado propuesto para reemplazar lo existente tenía coherencia lógica y ofrecía una posibilidad de salir del subdesarrollo*" (DE CASTRO, 1992, p. 12). Além disso, a Alemanha é citada ao lado de Japão, Espanha, Dinamarca e Brasil como casos exitosos de desenvolvimento econômico (p. 24). Para além dessas menções *ex post*, o termo "economia social de mercado" também era utilizado nos discursos da época da ditadura, como no caso de uma declaração do então Ministro da Economia Sergio de Castro ao *La Patria* em 1975 (DE CASTRO, 1978).

Explicita-se, dessa forma, como os relatórios da CEPAL se posicionavam contra o enfoque ideológico do *aperturismo*, a partir não apenas dos desacordos com respeito à formulação das políticas econômicas, mas também devido às ideias que orientavam essas políticas. No estudo em questão, a Comissão se posicionou contra a abordagem ideológica adotada pelo Chile, aproximando-se do chamado enfoque pragmático, que tinha como principal característica a ausência de uma ruptura radical em relação à industrialização substitutiva de importações e também de uma visão que submetesse a abertura a um processo de mudança mais global da política econômica. Seriam exemplos desse enfoque os casos de Brasil e Colômbia, nos quais, na perspectiva do estudo, havia tentativas de combinação entre elementos de substituição de importações e promoção das exportações.

É necessário contextualizar algumas mudanças institucionais ocorridas na CEPAL durante a preparação do *Estudio Económico* de 1978. A partir de 1977, após o *17º Período de Sesiones da CEPAL*, realizado na Cidade de Guatemala, a Comissão iniciou, no âmbito do Programa 240*: Planificación, Proyeciones y Políticas del Desarrollo*, estudos mais

[30] Ramírez (2019) e Klein (2013) evidenciam isso para o caso brasileiro através da constatação do apoio financeiro de instituições alemãs para o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) e também no pensamento econômico de Roberto Campos.

aprofundados sobre as políticas econômicas de alguns países latino-americanos, iniciando pelo Equador a partir dos princípios da indústria petroleira no país em 1972 e seguindo para Colômbia, Peru e Venezuela (CEPAL, 1978b, p. 8). Entre 1978 e 1979, período de referência da publicação do *Estudio Económico* de 1978, o Programa 240 foi renomeado para *Cuestiones y políticas de desarrollo*. Em seu subprograma 240.2: *Elaboración de estratégias y políticas*, a CEPAL iniciou a análise da "*nueva estrategia de desarrollo económico, adoptada por los países del Cono Sur durante la segunda mitad del decenio de 1970*" (CEPAL, 1981b, p. 17), centrando em um primeiro momento nos casos de Argentina, Chile e Uruguai, e finalmente Brasil.[31] Assim, além de acompanhar a conjuntura, a CEPAL se debruçou sobre as experiências neoliberais para discutir a abertura comercial na região, posicionando-se contra a experiência chilena.

A rejeição ao *aperturismo ideológico* apontava os "perigos do *aperturismo*". Primeiramente, o documento citou que o privilégio concedido aos investimentos em atividades exportadoras e à a demanda externa se fazia em detrimento do mercado interno. Por isso, tais políticas deveriam criar formas de compensar os efeitos sobre os setores produtivos para aumentar a demanda nas atividades ligadas ao mercado interno. Além disso, o *aperturismo* tendia a aumentar a distância entre os preços dos produtos comercializados internamente. Neste último ponto, para além de criticar o *aperturismo* em termos gerais, como mandaria a diplomacia da linguagem, personifica-se a crítica, em uma nota de rodapé, ao *Chicago Boy* Rolf Lüders (CEPAL, 1978a, p. 583). Como recurso argumentativo para reforçar a crítica aos preços elevados, toma-se uma declaração de um defensor do *aperturismo* ao jornal *La Tercera,* na qual este reconhece a elevação dos preços no Chile após a abertura comercial, superando inclusive os preços internacionais. Trata-se de uma escolha deliberada. Mas por que Rolf Lüders, e não outro?

No ano anterior, Lüders havia publicado um artigo intitulado *La Comisión Económica para a América Latina: sus políticas y su influéncia* no periódico *Estudios de Economía* do Departamento de Economia da Universidade do Chile. A partir de textos disponibilizados por Enrique Iglesias, realizou uma avaliação extremamente crítica da estratégia de substituição de importações, justificada pelas ideias da CEPAL, e das suas propostas de política comercial. O autor propôs uma série de medidas alternativas voltadas à diminuição da proteção tarifária

[31] O foco nesses países tomaria cada vez mais a atenção da Comissão, em especial da *División de Desarrollo Económico*. No Informe Bianual entre 1984 e 1986, a Comissão registrou a continuidade da "*análisis y evaluación del estilo de desarrollo neoliberal*", comparando as experiências de Chile, Argentina e Uruguai (CEPAL, 1986b, p. 9). Esse estudo foi publicado sob o título *Estabilización y liberalización económica en el Cono Sur (*RAMOS, 1984a), e será discutido com mais detalhe nos próximos capítulos.

(LÜDERS, 1977).[32]Ademais, Lüders destacou a importância da CEPAL na geração de interesse em temas econômicos por parte dos latino-americanos: por causa desse pioneirismo, segundo ele, suas ideias teriam sido facilmente aceitas sem considerações críticas. Avaliando as mudanças ocorridas na profissão até a década de 1970, o autor celebrou que os governos agora possuíam seus "*proprios y capaces asesores económicos*," tornando desnecessário aceitar "*un modelo único, estrecho, como el que sostuvo la CEPAL en sus años iniciales*" (pp. 76-77). Em suma, as críticas direcionadas pelo autor às ideias cepalinas, assim como a autoafirmação da melhora da profissão de Economia na América Latina e na assessoria aos governos, podem ter contribuído para o modo como o relatório decidiu polemizar com o *Chicago Boy*.

De todo modo, a preferência pela posição pragmática é relevante pois reflete um movimento de renovação e adaptação ao contexto que cercava a Comissão. O combate às ideias do enfoque ideológico foi articulado a uma tentativa de construção de uma nova agenda que, sem jogar fora o passado, fortalecesse a industrialização e o desenvolvimento da América Latina:

> *resulta obvio que la corriente pragmática — por el hecho mismo de serlo — no ha llegado a perfilar un cuerpo teórico comprensivo y definido sobre la materia* […] *Sin embargo, no podría subestimarse la valiosa contribución al mismo contenida en los estudios y proposiciones sobre planificación* […] *La vertiente ideológica puede no desconocer la complejidad del asunto, pero sus inhibiciones son despejadas por la valorización de un criterio-guía inequívocamente rector, cual es la confrontación con los estándares internacionales, que en lo esencial están determinados por las productividades y precios vigentes en las economías centrales. La mayor o menor competitividad respecto a ese punto de referencia determinaría la 'economicidad' o 'eficiencia' de las actividades consideradas. La equiparidad con esos niveles justificaría su existencia; las desventajas comparativas, su extinción.*
> *Naturalmente, la versión extrema de esa lógica darwiniana nunca se ha dado en la realidad, pero sería erróneo subestimar su gravitación pasada y presente en los círculos afines de adentro y fuera de la región.* (CEPAL, 1978a, p. 579)

Essa citação é de suma importância por dois motivos. De um lado, por associar a posição ideológica a uma "lógica darwiniana", argumento reforçado também por outras expressões mais assertivas, como "extremismo ideológico ortodoxo" (p. 586) ou a noção de que a industrialização substitutiva passara a ser vista como um "pecado original" da América Latina (p. 587). De outro lado, por valorizar os estudos de planejamento econômico na região, nas quais "*la 'mano invisible' o el dictamen absoluto de las fuerzas del mercado han quedado relegadas al limbo de las abstracciones seudo-académicas*" (CEPAL, 1978a, p. 586).

[32] O diagnóstico das distorções do processo de substituição de importações e as propostas do autor estavam em consonância com o *El Ladrillo*, documento formulado pelos *Chicago Boys* antes do golpe e que influenciou na elaboração das políticas e reformas do governo autoritário (DE CASTRO, 1990).

Não é possível afirmar com confiança porque as outras reformas econômicas não receberam a mesma atenção por parte da CEPAL que a abertura comercial: talvez porque teriam impactos mais claros apenas no longo prazo, o que impediria uma avaliação em um relatório conjuntural, ou porque várias delas estavam sendo aplicadas de forma pioneira, o que tornava difícil sua análise para o quadro técnico da instituição. Entretanto, o foco na abertura comercial é justificável. Do ponto de vista das mudanças das ideias econômicas, encontramos ali uma ponte que conecta um tema emergente prioritário na formulação das políticas econômicas dos países da região com a crise teórica pela qual passava a CEPAL, por meio do conceito de "estilos de desenvolvimento", em plena discussão no período (ROSENTHAL, 2004; RODRÍGUEZ, 2009; MEDEIROS, 2021a). Em outras palavras, discutir o tema era fundamental porque ele representava um desafio que colocava em xeque os pilares teóricos tradicionais da CEPAL, associados desde a década de 1950 à importância da substituição de importações, ao papel do Estado e ao protecionismo.

O tema possuía íntima relação com o processo de industrialização, cuja discussão acerca dos seus limites e obstáculos produziu autoavaliações e renovações na década de 1960 que revalorizavam e discutiam mais profundamente aspectos como concentração de renda, heterogeneidade estrutural (persistente mesmo com a industrialização), utilização de tecnologia poupadora de mão-de-obra, insuficiência da demanda e dos investimentos. Além disso, esses trabalhos passaram a apontar com mais força a necessidade de consideração das dimensões sociais e políticas, a importância das reformas estruturais, os problemas e as consequências do protecionismo para a debilidade da industrialização latino-americana e a relevância da integração comercial e estímulo às exportações (PREBISCH, [1963] 2000; CARDOSO; FALETTO, [1969] 1970; PINTO, 1965; 1970; SERRA; TAVARES, [1972] 1983).

Dessa forma, a crítica política e o desafio profissional e intelectual do exterior, em toda a América Latina e no próprio país da sua sede, tornou o tema da abertura comercial incontornável. A fim de evitar os extremos do *aperturismo*, a Comissão propôs uma "estratégia alternativa", que concebia a abertura comercial não como ruptura, mas sim "*como la prosecución por cauces más propicios e históricamente necesarios de la industrialización*" (CEPAL, 1978, p. 586). Alguns aspectos da reflexão — políticas de estímulo às exportações, novas modalidades de intervenção do Estado, ponderação entre os papéis do Estado e do mercado, e clareza dos objetivos econômicos e sociais das políticas públicas — relembram as ideias contidas nos trabalhos de Fernando Fajnzylber na década de 1980 (FAJNZYLBER, 1983; 1990), que influenciaram a posição institucional da CEPAL nos anos 1990, consagrada nos

documentos *Transformación productiva con equidad* (CEPAL, 1990) e *Equidad y transformación productiva: un enfoque integrado* (CEPAL, 1992).

Entretanto, seria prematuro afirmar ligações mais concretas. O estudo especial e a busca por uma "estratégia alternativa", nesse momento, refletiram as angústias e a resposta de uma instituição historicamente localizada na segunda metade da década de 1970, cujos caminhos não estavam dados de antemão. É notório que a proposta alternativa da década de 1970 possui uma ênfase combativa, afirmando que o caminho da industrialização substitutiva não estava obsoleto. Já nos trabalhos de Fajnzylber e na CEPAL neoestruturalista dos anos 1990, a crítica ao passado industrializante e ao protecionismo seria mais clara, com maior destaque para o papel da abertura comercial na estratégia de desenvolvimento econômico, viável não só pela indústria, mas também por meio de setores nos quais há vantagens comparativas, como a agricultura e os serviços (BIELSCHOWSKY, 2009; LOVE, 2005). Além disso, na posição adotada pela CEPAL na década de 1990, houve mais espaço para as reformas liberalizantes, a necessidade de manter os equilíbrios macroeconômicos básicos e uma elaboração específica da concepção de um novo papel do Estado orientado para objetivos sociais e de distribuição de renda.[33]

2.6 Repercussões da crise da dívida externa de 1982 na exacerbação da crítica cepalina (1982-1984)

No início da década de 1980, o cenário de desequilíbrios no balanço de pagamentos e o processo explosivo de endividamento externo associado aos juros internos elevados mostrava cada vez mais seus limites, desembocando em uma severa crise econômica a partir do final de 1981. De acordo com Angell (2002, p. 305), 431 empresas — dentre elas a importante *Compañía Refinadora de Azúcar de Viña del Mar* (CRAV) — quebraram no Chile, levando o governo a intervir em quatro financeiras e quatro bancos. Em 1982, assim como em 1975, o país experimentou uma impressionante recessão, na magnitude de 14% do PIB, que a consagrou como a maior recessão da América Latina naquele ano – o declínio médio do PIB na região, à guisa de comparação, foi de 3,2% (FFRENCH-DAVIS, 2010, p. 18).

Segundo Ffrench-Davis (2010), a crise dividiu o período da ditadura militar em dois subperíodos, marcando o fim da aplicação rápida e integral da política econômica ortodoxa,

[33] Para uma opinião de Fajnzylber sobre o que há de comum e diferente nas propostas neoestruturalistas e neoliberais, consultar uma entrevista do economista reproduzida na *Revista da CEPAL* (FERNÁNDEZ, 1994).

que teria caracterizado o período de 1973 a 1981 — fase denominada de "neoliberalismo puro" — em contraste com o decênio final do governo Pinochet, durante o qual, apesar da manutenção das linhas gerais liberalizantes, houve um maior pragmatismo com adoção de políticas econômicas "heterodoxas" visando a recuperação da atividade econômica e o alívio da restrição interna. A ruptura da política econômica foi simbolizada pela demissão de Sergio de Castro — considerado líder intelectual dos *Chicago Boys* e um dos mais poderosos Ministros da Fazenda (1976-1982) da história do país (VALDÉS, 1995; CLAVEL; PÁEZ, 2007) — por defender a continuidade da valorização cambial e a diminuição dos salários dos trabalhadores, algo politicamente inviável (FONTAINE, 1988). Algumas medidas implementadas após 1982 incluíram o forte aumento de gastos em programas municipais de emprego (*Programa de Empleo Mínimo* - PEM, *Programa de Ocupación para Jefes de Hogar* – POJH), sucessivas desvalorizações reais do câmbio, aumento das tarifas de importação, interferência nos preços dos produtos agrícolas, subsídios para exportações, nacionalização da dívida privada externa (a dívida externa nas mãos do governo passou de 30% em 1981 para 86% em 1987) e regulação do sistema financeiro (FFRENCH-DAVIS, 2010, p. 117).

A crise de 1982 também foi um marco na história política do regime. Condições fundamentais para a mudança na política econômica foram a crescente mobilização popular, a reorganização da oposição civil e os inúmeros protestos sociais em 1982 e 1983. Conforme Huneeus (2007), o regime perdeu sua legitimidade, que era assentada no aparente sucesso do modelo econômico aplicado no final dos anos 1970. Com a crise, exauriu-se o projeto de que o modelo econômico e a nova institucionalidade emanada na Constituição de 1980 criariam uma ordem política autoritária que prepararia a "transição" para um regime democrático, de forte apelo tecnocrático, após a presumível vitória de Pinochet no Plebiscito em 1988.

A crise repercutiu em muitos protestos, desde a classe média que havia apoiado o golpe até os grandes movimentos organizados pelos sindicatos e líderes de oposição. O regime permitiu o retorno do exílio de políticos, principalmente da Democracia Cristã (DC). A censura à imprensa foi retirada por um período, do qual se aproveitaram líderes de oposição para ocupar espaços nas rádios e jornais. Ademais, houve permissão de eleições para os órgãos representativos do movimento estudantil e de associações profissionais, nas quais a oposição também avançou. Também se formou a coalizão de partidos de centro-direita Aliança Democrática, liderada pelo PDC, que teria um papel importante na articulação pela redemocratização. A Igreja Católica manteve seu notável papel de oposição aos crimes de direitos humanos cometidos pelo regime. Além disso, os economistas do centro de pesquisa independente *Corporación de Estudios para Latinoamérica* (CIEPLAN) publicaram uma série

de artigos e livros criticando o modelo econômico chileno (ANGELL, 2002; HUNEEUS, 2007).

Esse contexto de avanço da oposição em meio à crise de 1982 permitiu que a CEPAL realizasse críticas cada vez mais contundentes à condução da política econômica governamental, tanto no tocante à origem da crise quanto às respostas aos seus efeitos. No *Estudio Económico* de 1981, a CEPAL abordou timidamente o fim do otimismo com a economia chilena, sem deixar transparecer que suas posições também faziam parte do debate:

> *por una parte, la actividad económica llevaba cuatro años creciendo a un ritmo medio de casi 8.5%* […] *Lo más importante tal vez era que aparentemente se habían absorbido ya los efectos disociadores* […] *asociados con la nueva estrategia de desarrollo* […] *Por cierto, no faltaban apreciaciones críticas, que, por ejemplo, ponían en duda la solidez de la expansión económica, y especialmente las posibilidades de crecimiento futuro, invocando los bajos coeficientes de inversión fija que se habían registrado a partir de 1974. Sin embargo, a fines de 1980, la duda más inquietante se refería al equilibrio externo.* (CEPAL, 1981a, p. 317)

Ainda que de forma polida, essa descrição de duas leituras sobre a política econômica, contrastando uma mais otimista e outra que colocava em dúvida a solidez da economia, não é desproposital. A CEPAL sistematicamente defendeu, em estudos anteriores, pontos e questões que coincidiam com as avalições "não otimistas": o custo da abertura comercial, a baixa taxa de investimento e a preocupação com o equilíbrio externo. Seguindo na demonstração de um certo otimismo que logo se desfez pela imposição da realidade econômica da crise, a Comissão elucidou esse ponto para os crescentes desequilíbrios externos:

> *como también las reservas internacionales netas se elevaron considerablemente* […] *y como las exportaciones de mercaderías y servicios aumentaron a la muy alta tasa de 29%, era posible relativizar la preocupación por el desequilibrio externo e incluso argumentar que lejos de representar un problema, el creciente déficit de la cuenta corriente del balance de pagos era un síntoma de la pujanza de la economía, que lógicamente atraía capital extranjero.* (CEPAL, 1981a, pp. 318-320)

Essa citação é relevante pois, ainda que o relatório não mencione explicitamente, possui claras ligações com as interpretações expressas em julho de 1981 por Sergio de Castro, então Ministro da Fazenda, no documento *Exposición sobre el estado de la Hacienda Pública de 1981* (DE CASTRO, 1981). Para Fontaine (1988, pp. 155-156), "*el Ministro de Hacienda recurre a la habilidad polémica de Jaime Guzmán y formula un planteamiento político doctrinario inusual en esta clase de documentos*". Para fortalecer o argumento de que houve um diálogo

implícito do estudo da CEPAL com as declarações de Sergio de Castro, ilustramos um dos trechos principais da defesa do câmbio fixo e da "relativização do déficit em conta corrente":

> *este déficit constituye precisamente el reflejo y la medición del ahorro externo que hemos sido capaces de hacer ingresar al país. No lograr este ahorro externo nos obligaría a crecer menos, o hacerlo a costa de una fuerte disminución del actual nivel de vida de los chilenos. Por consiguiente, no puede caber duda de que el déficit en cuenta corriente generado en las condiciones antes descritas resulta altamente beneficioso para el país* (DE CASTRO, 1981a, pp. 23-24).

Assim como na crise de 1975, o *Estudio Económico* de 1982 reconheceu que, embora uma série de fatores externos como a deterioração dos termos de troca, aumento do preço do petróleo e elevação abrupta da taxa de juros internacional haviam contribuído para a eclosão dessa crise na economia chilena, ainda assim "*su inusitada severidad obedeció principalmente a dos profundos desequilibrios que se habían venido gestando en años anteriores, y a la forma vacilante y parcial en que la política económica procuro corregirlos"* (CEPAL, 1982a, p. 287). O primeiro dos desequilíbrios citados era o risco cambial associado à política de câmbio fixo desde 1979 e ao grande desequilíbrio em conta corrente do balanço de pagamentos. Ao contrário do otimismo exalado por Sergio de Castro em 1981, entendia-se que "*era obvio que no podía esperarse que el ahorro externo prosiguiera cubriendo en el futuro saldos negativos de esa magnitud*" (p. 287). O segundo desequilíbrio relevante para explicar a crise era que, apesar da abertura financeira, as taxas de juros reais internas permaneceram elevadas, onerando empresas e bancos.

A crítica da Comissão à inflexibilidade defendida por Sergio de Castro em relação à política cambial ganha mais evidências no documento de 1982. A CEPAL criticou a posição das "autoridades econômicas" até meados do ano em manter a política de câmbio fixo e se mostrou consciente de outro debate que acontecia no país naquele momento: a discussão em torno do atraso cambial e da necessidade de desvalorizar a taxa de câmbio real, que alcançou até mesmo o interior do grupo dos *Chicago Boys* e seus aliados. Essa controvérsia foi resolvida por Augusto Pinochet em favor dos defensores da desvalorização cambial, ao demitir Sergio de Castro em abril de 1982 e promover a desvalorização real do câmbio (FONTAINE, 1988):

> *Por una parte, las autoridades económicas tendían a minimizar la magnitud del rezago cambiario y atribuían el grueso del déficit de la cuenta corriente a causas externas* […] *Conforme a su interpretación, el rezago cambiario existente se debía fundamentalmente a una inflexibilidad hacia la baja de los precios internos, causada, básicamente, por la política salarial* […] *este diagnóstico recomendaba mantener la política cambiaria y eliminar el 'piso' y la indización salarial* […]

> *Esta alternativa deflacionista era duramente criticada por los que consideraban que la dimensión del rezago cambiario era muy importante (del orden de 30% a 50%) y que, en consecuencia argumentaban que, de seguirse la política del ajuste automático preferido por las autoridades económicas, se requerían varios años de la inflación negativa para que se pudiera elevar el tipo de cambio real a un nivel adecuado. Por otra parte, lo que sustentaban esta posición tendían a atribuir la inflexibilidad hacia la baja de los precios, no tanto a los elevados costos unitarios de la mano de obra* […] *sino a los elevadísimos costos financieros. Conforme a este diagnóstico, mientras la tasa de interés real fuese alta* […] *los costos financieros no bajarían y, por ende, tampoco lo harían los precios.* (CEPAL, 1982a, p. 289)

Para além de descrever o debate, o relatório mostrou insatisfação com a abordagem do governo chileno, argumentando que escolha da via "deflacionista" durante o primeiro semestre de 1982 teria contribuído para o agravamento dos problemas financeiros e da recessão. O documento caracterizou como parciais as respostas voltadas a atacar isoladamente cada um dos problemas — desequilíbrio externo (no início do ano), crise do setor bancário (em meados do ano) e queda da atividade econômica (no fim). A crítica foi que a política econômica nunca tentou resolver os três problemas de forma "simultânea e integrada" (CEPAL, 1982a, p. 289).

No que se refere ao combate aos efeitos recessivos, o *Estudio Económico* de 1982 criticou a inoperância do governo na formulação de uma estratégia para elevar o nível de atividade interna. Embora no ano de 1982 tenha sido registrado o maior déficit público desde 1974, a Comissão criticou a omissão do governo em promover uma política fiscal anticíclica. Conforme expresso no documento, o déficit ocorreu principalmente pela queda da atividade econômica e, consequentemente, da arrecadação. Por outro lado, os gastos se mantiveram constantes em termos reais devido aos reajustes automáticos proporcionados pelos programas de emergência de empregos PEM e POJH, assim como os relacionados à transição para o novo regime previdenciário. Nesse cenário, criticou-se "*la sujeción del gobierno, al menos durante la mayor parte del año, a la teoría y práctica del 'ajuste automático' y su renuencia a seguir una política de gasto público decididamente anticíclica"* (pp. 322-324). Havia um de senso de urgência em responder à conjuntura, o que se expressava nas decisões institucionais no interior da Comissão. Concomitantemente aos esforços da CEPAL em aprofundar as análises de curto prazo, o subprograma 240.5: *Análisis económico de largo plazo "fue eliminado por razones de baja prioridade*" (CEPAL, 1981b, p. 13).

A CEPAL acompanhou de perto, nesses anos, o comportamento das variáveis macroeconômicas relacionadas ao déficit público, aos saldos comerciais e ao endividamento externo, à luz dos acordos do governo chileno com o FMI: o primeiro no dia 10 de janeiro de 1983 e o segundo apenas três dias depois, em função da intervenção do governo nos bancos privados chilenos (CEPAL, 1982a; 1983a). O relatório adotou um tom descritivo com respeito

a esses acordos, indicando as metas do nível máximo de queda de reservas e expansão do crédito interno, inflação, crescimento, etc. Nas entrelinhas, pode-se observar um trecho de interesse:

> *El límite a la expansión de crédito, en cambio, sí significaba una restricción severa, pues representaba un aumento nominal de la emisión de solo poco más de 10%, correspondiente a la diferencia entre la expansión del crédito interno y la caída prevista de las reservas. Dicho incremento era compatible con las metas de 20% de inflación y de 4% de crecimiento económico global sólo en el caso que la demanda de dinero siguiera bajando. Sin embargo, este último, suponía a su vez, una continuada pérdida de confianza en el peso, o insuficiente credibilidad en la meta de inflación postulada, o ambas cosas a la vez. Por ende, en la medida que restableciera la confianza en el peso o en la meta de inflación, la demanda por dinero crecería, creando así problemas de liquidez y frenando, por ende, la recuperación económica*. (CEPAL, 1983a, p. 303)

A citação demonstra como a CEPAL adentrava na articulação dos argumentos técnicos inerentes aos programas de ajuste propostos para a economia chilena, com preocupação acerca dos seus efeitos sobre o crescimento econômico e a inflação. Essa era, aliás, uma preocupação institucional da CEPAL no período. Conforme registrado em um Informe Bianual em meados da década, a *División de Desarrollo Económico*, no marco do agora Programa 10: *Cuestiones y Políticas de Desarrollo* (antigo Programa 240), preocupava-se em propor alternativas "*heterodoxas, pero realistas*" para negociar a dívida externa por meio de um ajuste externo com o menor custo possível sobre a atividade econômica e a distribuição de renda (CEPAL, 1986b, pp. 9-10). Essa preocupação também se manifestou na publicação de dois estudos especiais consecutivos nos *Estudios Económicos* de 1982 e 1983, intitulados *El proceso de renegociación de la deuda externa* (CEPAL, 1982a) e *Restricción financiera, transferencia de recursos y renegociaciones de la deuda externa* (CEPAL, 1983a).

No primeiro deles, a CEPAL se posicionou de forma abertamente crítica ao papel que o FMI vinha desempenhando no contexto da crise do endividamento externo latino-americano, apontando "*deficiéncias importantes en el desempeño de esta institución*" (CEPAL, 1983a, p. 89). Dentre esses problemas, destaca-se a avaliação crítica da CEPAL no tocante ao "*paradigma que guía las políticas de ajuste del FMI*", que se aplica aos diferentes países de maneira uniforme. Para além disso, a CEPAL apontou que os acordos propostos pela instituição "*parecen favorecer especialmente las medidas destinadas a garantir el pago de los acreedores extranjeros, a expesas del crecimiento*" (p. 89), induzindo queda das importações e da atividade econômica. O documento também citou que as políticas de ajuste derivadas do paradigma do FMI tendem a restringir a atividade do setor público, com vistas a estimular o setor privado. Na percepção da Comissão, "*en muchos casos el sector público es la única entidad capaz de*

estimular la recuperación; sin embargo, se trata precisamente del agente económico más reprimido por la política del Fondo" (p. 91)

A partir de 1984, condicionada pelo alívio propiciado pelos créditos do FMI e pela reestruturação da dívida externa junto aos bancos comerciais, a recuperação da economia chilena se iniciou com o aproveitamento da capacidade ociosa, alívio da restrição externa, desvalorização cambial e expansão das exportações e da demanda agregada, além de outras medidas de caráter mais pragmático, como o aumento da proteção tarifária e incentivos setoriais. Tais medidas foram aplicadas pelo Ministro da Fazenda Hernán Büchi — que seria o candidato oficial da ditadura nas eleições presidenciais de 1989, aprofundando o "neoliberalismo pragmático" no Chile a partir de 1985 (FFRENCH-DAVIS, 2010; MORALES; MONASTERIO, 2020) — resultando em maiores taxas de crescimento até o fim da ditadura em 1989, porém sem alterar o caráter regressivo da distribuição de renda. Esses anos finais da ditadura chilena se refletiram nos documentos da CEPAL por um foco ainda maior nas políticas de curto prazo, na forma de descrições exaustivas e carentes de significativa sistematização crítica.

2.7 A acentuação do foco de curto prazo e a transição à democracia (1985-1990)

Para concluir este capítulo, analisamos como a CEPAL acompanhou os últimos anos da política econômica do Chile sob a ditadura. Neste período de melhores ventos na economia chilena, à semelhança do que ocorreu entre 1976 e 1980, os relatórios da CEPAL tornaram-se extremamente descritivos, com foco nas variáveis econômicas de curto prazo. Se, entre 1976 e 1980, ainda havia alguma tentativa de sistematização sobre os problemas da abertura comercial e endividamento externo, os relatórios a partir de 1985, em função da inexistência de estudos especiais, voltaram-se aos altibaixos das variáveis econômicas de curto prazo, com grande foco no acompanhamento das metas propostas pelo FMI.

A acentuação do foco de curto prazo da CEPAL encontrou expressão na criação de uma nova publicação para a análise da conjuntura econômica, o *Panorama Económico*, que se somou aos tradicionais *Estudios Económicos*. Essa nova série de documentos, iniciada em 1985, foi mais uma iniciativa da Secretaria da CEPAL voltada para prover dados estatísticos e análises, agora com periodicidade mais frequente. O objetivo do *Panorama Económico* era descrever "*los rasgos básicos de la evolución económica de los principales países de la región durante el primer semestre del año, sobre la base de las estadísticas coyunturales más recientes*" (CEPAL, 1986c, p. 9). Conforme a Figura 7, a estrutura desse documento era

bastante simples. Após iniciar com um apanhado geral da região, selecionavam-se alguns países para análise mais detalhada, seguido de quadros estatísticos. Não há grande variação no tamanho das seções dedicadas aos diferentes países, que oscilavam entre 8 e 11 páginas.

Figura 7 - Sumário do *Panorama Económico*, 1978

AMERICA LATINA 5
La inflación 7
El sector externo y la transferencia de recursos 8
El peso de la deuda 10
Cuadros estadísticos y gráficos 11
ARGENTINA 16
Gráfico y cuadros estadísticos 18
BRASIL 24
Gráfico y cuadros estadísticos 26
COLOMBIA 32
Gráfico y cuadros estadísticos 34
CHILE 39
Gráfico y cuadros estadísticos 41
ECUADOR 49
Cuadros estadísticos 51
MEXICO 54
Gráfico y cuadros estadísticos 56
PERU 63
Gráfico y cuadros estadísticos 65
URUGUAY 71
Gráfico y cuadros estadísticos 73
VENEZUELA 79
Cuadros estadísticos 81

Fonte: Elaboração própria com base no *Panorama Económico de América Latina* (1988).

Conforme já adiantado, os *Estudios Económicos* entre 1985 e 1990 assumem um tom exaustivamente descritivo, sem grandes avaliações ou críticas em um plano analítico mais geral. Os relatórios continuaram a acompanhar temas como crescimento, inflação, desemprego e, principalmente, contas públicas e dívida externa. Em 1985, apontou-se a redução da taxa de crescimento econômico e o aumento relativo da inflação. Por outro lado, o relatório destacou a redução do déficit público após o aumento em 1984 derivado da política expansionista do governo: "*el déficit corriente del gobierno general se redujo del equivalente de 3% del producto interno bruto en 1984 a 1% de éste en 1985*" (CEPAL, 1985a, p. 286). Ademais, o *Panorama Económico de 1985*, de forma sucinta, expressou as melhoras do setor externo e o avaliou de acordo com as previsões da equipe econômica do governo:

> *El avance con respecto a 1984 fue, en cambio, notorio en el sector externo, sí bien los resultados alcanzados fueron inferiores a los previstos […] no obstante que la baja de 12% de las importaciones ocurrida en ese lapso fue sólo algo inferior a la de 13.2% prevista inicialmente, el excedente comercial acumulado hasta agosto ascendió a 500 millones de dólares (cuadro 10). Este monto, aunque muy superior al registrado en 1984, implica que no se podrá alcanzar el superávit de poco más de 1 000 millones de dólares que las autoridades habían esperado alcanzar al término del año.* (CEPAL, 1985c, p. 40)

A avaliação da conjuntura a partir de metas econômicas do governo e do FMI se tornou uma característica importante neste período, por meio da qual a CEPAL reconheceu a melhora de vários indicadores da economia chilena. O *Estudio Económico* de 1986 registrou que a economia chilena superou todas as metas propostas pelo Fundo, apresentando "*el mejor desempeño de los últimos año*s" (CEPAL, 1986a, p. 263). Para além da elevação do PIB e dos investimentos públicos, da redução da inflação e do desemprego, destacou que "*también en el caso del programa de ajuste que se acordó con el Fondo Monetario las metas fueron en general cumplidas con holgura*," com aumento maior do que previsto nas reservas internacionais e redução do déficit público (p. 263). Já no *Panorama Económico*, relativo ao primeiro semestre, a CEPAL identificava a melhora da situação externa e a diminuição do desemprego (CEPAL, 1986c). Isso mostra como o foco da CEPAL nas políticas de curto prazo da ditadura chilena se acentuou, haja visto que tanto a avaliação anual quanto a do primeiro semestre partiam dos mesmos parâmetros econômicos.

Para evitar repetições desnecessárias, dado que os aspectos ressaltados anteriormente são uma característica sobressalente também nos relatórios dos anos seguintes, procuramos finalmente enfatizar como a CEPAL retratou, em seus relatórios, a transição democrática no Chile. Após a vitória das forças democráticas no Plebiscito de 1988, no ano seguinte Patricio Aylwin, da *Concertación de los Partidos por la Democracia* — uma coalizão de centro-esquerda, encabeçada pela DC e pelo Partido Socialista — venceu o candidato apoiado por Pinochet, Hernán Büchi (HUNEEUS, 2007).

Também de forma descritiva, os relatórios da CEPAL se limitaram a discutir a transição para a democracia do ponto de vista da política econômica de curto prazo, chegando a detalhamentos mensais. No momento da transição, as últimas medidas do regime autoritário se destinaram a desaquecer a atividade econômica com aumento das taxas de juros, uma vez que a expansão da demanda agregada dos anos precedentes provocou pressões inflacionárias (CEPAL, 1989c; 1990c). Neste sentido, o *Estudio Económico* de 1990 observou que a transição gerou expectativas e apreensões nos agentes econômicos: "*por un lado se esperaban mejorías*

salariales y sociales, al tiempo que el sector empresarial plantaba sus temores respectos de eventuales modificaciones de fondo al modelo de política económica vigente" (CEPAL, 1990a, p. 176). Em função disso, as "novas autoridades econômicas" continuaram o processo de ajuste por meio de uma política fiscal contracionista, e ademais, o Banco Central independente começava a operar, aumentando o aperto da política fiscal. Além disso, o documento enfatizou a nova característica da política de consensos e acordos entre os diferentes grupos políticos e setores da sociedade e as reformas trabalhistas e fiscais propostas pelo novo governo, para equilibrar a barganha salarial e elevar os gastos sociais.

2.8 Considerações parciais

Em suma, a análise desse capítulo mostrou que a Comissão não se comportou como uma ilha meramente burocrática alheia ao contexto econômico, político e social ao seu redor. A instituição posicionou-se de forma crítica frente aos principais debates econômicos que marcaram o regime. Apesar disso, seria errôneo categorizar a CEPAL, em sua dimensão propriamente institucional, como oposição à ditadura chilena. Na verdade, a Comissão mobilizou seus recursos institucionais e sua relativa autonomia decorrentes da vinculação com as Nações Unidas para enfrentar os desafios políticos e intelectuais do contexto chileno. Por um lado, defendeu-se da repressão promovida pela ditadura chilena e atuou na defesa dos direitos humanos dos funcionários da própria instituição e de outras instituições internacionais em Santiago. Por outro lado, por meio de suas várias divisões, prestou cooperação técnica a determinados projetos de um dos seus mais controversos "clientes", o governo chileno.

A tentativa de equilíbrio entre cautela e autonomia também se observa na avaliação das políticas econômicas implementadas pelos *Chicago Boys* no Chile. Em determinados momentos — quando havia melhora nos indicadores econômicos, como entre 1976-1980 e 1985-1989 — a instituição apresentou tímida e descritivamente a aplicação e os resultados das políticas econômicas do regime Pinochet, sem explicitar seus desacordos. Apesar dessa linguagem polida, os relatórios institucionais produzidos entre 1973 e 1990 se inseriram nos principais debates acerca das políticas econômicas do país, posicionando-se de forma aprofundada, principalmente em momentos de recessão econômica, como em 1975 e 1982. Essa variação de tom e ênfase dos relatórios institucionais da Comissão qualifica a extensão da diplomacia da linguagem como traço necessário dos seus documentos. Embora possa ser uma característica geral da instituição, ela não se manifestava de maneira uniforme em todos os

momentos, uma vez que a Comissão tinha certo grau de autonomia para elevar o tom em determinadas conjunturas.

Dessa forma, mesmo reconhecendo os impactos do cenário externo desfavorável sobre a economia chilena nas décadas de 1970 e 1980, a CEPAL reiterou em inúmeras oportunidades os determinantes internos relacionados às escolhas dos *Chicago Boys*, como, por exemplo, nas decisões que aumentaram a "inflação corretiva" em 1973-1974. Além disso, em 1975, a CEPAL enfatizou a responsabilidade do *Programa de Recuperación Económica*, implementado por Jorge Cauas e pelos *Chicago Boys*, pela queda abrupta do PIB no país e todas suas consequências para os setores produtivos, com a elevação do desemprego e deterioração das condições sociais. Assim, a Comissão se mostrou consciente do debate entre os defensores do tratamento de choque e do gradualismo, posicionando-se claramente em favor dessa última orientação.

Essa crítica conjuntural ao tratamento de choque efetuado pelo regime foi associada pelas análises da Comissão a uma escolha ideológica, que teria aderido a princípios filosóficos que, agarrando-se excessivamente ao objetivo anti-inflacionário, não admitiam moderação dos instrumentos da política econômica. Ligada a essa questão dos posicionamentos ideológicos a serem combatidos, a CEPAL identificou em seus relatórios, implícita ou até mesmo nominalmente, os ministros ou pessoas próximas ao governo cujas ideias estavam sendo criticadas. No primeiro caso, basta recordarmos do diálogo direto com as interpretações do Ministro da Fazenda Sergio de Castro em seu otimismo com respeito à manutenção da política de câmbio fixo em 1981, as quais foram interpeladas pelas advertências da CEPAL quanto à vulnerabilidade externa e ao processo de endividamento da economia chilena. Além disso, a instituição incorporou em seus relatórios os debates sobre a necessidade da desvalorização cambial que dividiu o país e os próprios *Chicago Boys* no interior do governo. No segundo caso, com respeito ao tema da abertura comercial, o *Chicago Boy* Rolf Lüders, que havia publicado um artigo crítico às ideias da CEPAL, foi citado como defensor do *aperturismo ideológico* que estaria sendo implementado no Chile. Por fim, cabe ressaltar o papel da CEPAL em monitorar e criticar os programas de ajuste da dívida externa promovidos pelo FMI no início da década de 1980, inclusive criticando os elementos teóricos que guiavam sua formulação e afirmando que o Fundo defendia os interesses dos bancos privados estadunidenses.

Nessa primeira camada analítica, é inevitável que se forme, em algum grau, uma imagem simplificada da atuação da instituição. Os momentos de maior passividade ou intensificação das críticas às políticas econômicas do regime devem ser entendidos nos marcos das próprias mudanças institucionais, profissionais e intelectuais pelas quais passava a

Comissão. É preciso destacar que as avaliações das políticas econômicas e as ideias publicadas nos relatórios não necessariamente formavam um corpo analítico e teórico, ainda mais porque, longe de seus anos de maior pungência intelectual e influência política, a CEPAL passava por um processo de crise e renovação do seu pensamento. Visando contornar essa limitação inerente ao ângulo proposto e às fontes utilizadas nesse primeiro capítulo, no capítulo 3 analisaremos como a Comissão apresentava uma grande heterogeneidade no seu corpo de economistas e funcionários, em termos de pensamento econômico e estilos profissionais.

3. HETEROGENEIDADE E TRANSIÇÃO INTELECTUAL NA CEPAL: PENSAMENTO ECONÔMICO E PROFISSIONALIZAÇÃO

Se no capítulo anterior as análises conjunturais de políticas econômica apareciam cristalizadas em relatórios institucionais sem identificação de autoria, a perspectiva do presente capítulo é de analisar a construção da Comissão em um determinado momento histórico a partir de seus atores e grupos. Assim, o objetivo deste capítulo é compreender a CEPAL a partir de um ângulo analítico que privilegia as ideias econômicas e os estilos profissionais dos economistas que formavam parte do seu quadro técnico nos anos 1970 e 1980. Nesse sentido, o capítulo se concentra em identificar a circulação de diferentes ideias econômicas e perspectivas teóricas no interior da instituição, bem como os distintos estilos profissionais de seus membros.

O argumento a ser desenvolvido é que, durante as décadas de 1970 e 1980, o quadro técnico da CEPAL apresentava grande heterogeneidade teórica e profissional. Essa característica era uma manifestação das tensões relacionadas à crise, aos impasses e à redefinição do pensamento econômico cepalino. Apesar da existência de múltiplas ideias e estilos profissionais diversos, a CEPAL das décadas de 1970 e 1980 atravessou um período de transição, no qual uma nova geração de economistas — com pós-graduação nos principais departamentos de Economia dos Estados Unidos, dotada de um estilo profissional particular e com *expertise* em novos temas e métodos — paulatinamente ocupou os principais postos institucionais da Comissão, contribuindo para alterar suas ideias sobre desenvolvimento econômico e adaptá-las às novas condições econômicas e políticas.

Para apresentar esse argumento, na primeira seção fundamentamos a discussão sobre a profissionalização e a americanização da Economia como disciplina acadêmica, realizando um panorama histórico/conceitual. Contrastaremos as transformações da profissão dos economistas nos Estados Unidos e na Europa com relação à América Latina, bem como discutiremos em que medida pode-se falar de um estilo profissional cepalino e quais seriam suas características. No restante do capítulo apresentamos a heterogeneidade intelectual e profissional da CEPAL, analisando diferentes atores importantes da instituição, bem como os conflitos e as aproximações existentes entre eles. Essa incursão também busca apresentar de que forma os diferentes autores se posicionavam frente ao contexto autoritário chileno.

Tentamos abarcar o máximo de personagens e temas possíveis para formar uma visão global a respeito da heterogeneidade intelectual e profissional da CEPAL e suas mudanças ao longo do tempo. Obviamente, dada a existência de múltiplos atores no interior da Comissão,

optamos por focar em alguns dos economistas mais relevantes nesse momento, tais como Raúl Prebisch, Aníbal Pinto, Andrés Bianchi, Joseph Ramos, Osvaldo Sunkel e Fernando Fajznylber. Sem dúvidas, qualquer escolha envolve algum grau de arbitrariedade. Entretanto, buscamos minimizá-lo por meio da combinação de dois critérios: 1) relevância institucional, definida a partir de cargos-chave na estrutura hierárquica da CEPAL; 2) relevância intelectual, em termos de influência exercida no interior da Comissão.

Assim, Raúl Prebisch foi escolhido porque é claramente o grande pai intelectual do estruturalismo da CEPAL, que retornou à instituição em uma fase diferente da sua carreira. Já no caso de Aníbal Pinto, mesclamos os dois critérios. Referência do pensamento cepalino desde os anos 1950, Pinto trabalhou na Comissão no nosso período de interesse como Diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico, considerada a mais importante. Andrés Bianchi e Joseph Ramos, que tomaram a dianteira da divisão após a saída de Pinto, foram escolhidos para representar a nova geração de economistas que adentra a instituição no período, desempenhando importante influência em suas mudanças de orientação. Finalmente, Osvaldo Sunkel e Fernando Fajnzylber entram na nossa história como produtores de sínteses que são assimiladas como capazes de renovar decididamente o pensamento da CEPAL.

Nesta análise, no caso de intelectuais sobre os quais já exista uma historiografia consolidada, recorreremos ao auxílio da bibliografia especializada para apresentar suas principais contribuições teóricas nas décadas de 1970 e 1980 à luz da sua obra como um todo, realçando as mudanças ao longo do tempo. Já nos numerosos casos de membros da CEPAL mais jovens ou menos conhecidos que não contam ainda com uma literatura específica, colocamos um peso maior sobre a análise das suas trajetórias pessoais, acadêmicas e profissionais. Em ambos os casos, articulamos essas análises com a atividade profissional dos autores no âmbito da CEPAL, destacando suas principais publicações, os temas trabalhados e o estilo de argumentação. Ao contrário do primeiro capítulo, neste segundo capítulo da tese mobilizamos uma série de fontes nas quais há identificação autoral, como textos da *Revista da CEPAL*, os *Caduernos de la CEPAL*, estudos monográficos e livros e artigos assinados pelos diferentes autores. Além disso, utilizamos documentos primários como correspondências e entrevistas.

3.1 O estruturalismo latino-americano e a americanização da Economia

Nesta seção inicial, visamos estabelecer um marco histórico e conceitual que auxilie na compreensão da heterogeneidade dos estilos teóricos e profissionais existentes no interior da

CEPAL nas décadas de 1970 e 1980. Para isso, inicialmente recapitulamos os diferentes momentos da constituição da Economia como uma disciplina e profissão na Europa e nos Estados Unidos, discutindo conceitos como "disciplina", "profissão" e "profissionalização". Em particular, nosso foco é na ascensão e consolidação de um estilo profissional inspirado nos padrões da academia estadunidense após a década de 1950, baseado na utilização de modelos matemáticos e técnicas econométricas. Esse estilo, associado em um grau importante mas não exclusivamente à teoria neoclássica, definiria crescentemente os padrões da profissão em nível global, fomentando também respostas e adaptações específicas em diferentes contextos nacionais. Em seguida, contrastamos esse estilo com o praticado pelos economistas da CEPAL durante as décadas de 1950 e 1960, que se caracterizava por uma combinação específica entre teoria e análise histórica. Nas décadas seguintes, conforme veremos no restante do capítulo, ao lado da difusão de novas ideias econômicas formuladas nos Estados Unidos, houve a penetração desse estilo americanizado no interior da Comissão, passando a coexistir com o estilo profissional estruturalista e ocasionando disputas. Esses processos geraram uma grande heterogeneidade teórica e profissional no quadro dos economistas da instituição e os resultados dessas disputas contribuíram para a transição intelectual experimentada pela CEPAL no período.

Buscando traçar o desenvolvimento histórico da Economia como uma profissão, A.W. Coats ([1992] 2005) enfatiza que, embora nos séculos passados houvesse "escolas de pensamento econômico", ou movimentos intelectuais que se identificavam como especialistas em questões econômicas, diferenciando-se dos homens práticos, não havia elementos suficientes para distingui-los claramente como um grupo profissional específico. Resistente a oferecer uma definição, o autor traz elementos que apontam para a existência de dimensões interna e externa das profissões. Na primeira, um grupo profissional se diferencia de outros profissionais e homens práticos a partir de uma cultura ou "ideologia profissional", isto é, um conjunto de valores, regras, convenções, uma linguagem especializada, conhecimentos tácitos e padrões de comportamento. Os elementos externos se relacionam ao seu reconhecimento público como um grupo distinto, com diplomas, qualificações específicas, certos patamares de remuneração, determinados espaços de trabalho e status social (COATS, [1992] 2005, pp. 215-216).

Embora Coats considere que uma profissão possui uma lista de características que distinguem um grupo social dos leigos, a profissão é um fenômeno complexo e dinâmico, no qual a dimensão externa é fundamental. Nesse sentido, a profissionalização seria o processo por meio do qual recursos profissionais específicos e escassos, como conhecimento e competências

especializadas, convertem-se em recompensas econômicas, espaços exclusivos no mercado, prestígio e status social (p. 215). Para o autor, foi somente entre o fim do século XIX e o início do século XX que se iniciou um processo de profissionalização da Economia na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. É neste momento que se pode começar a falar da constituição, entre economistas, de uma profissão no sentido sociológico. Mais concretamente, a profissionalização se manifestou não somente em mudanças intelectuais relacionadas à disciplina — com a ascensão do Marginalismo e a substituição da "Economia Política" pela "Economia" — mas também institucionais, com a generalização do ensino por meio do maior do papel das universidades na formação de economistas, a adoção de uma linguagem específica e a criação de novos cursos, revistas e associações dedicados exclusivamente à Economia (TRIBE, 2021).

Fica claro, portanto, que a profissão se refere a um processo mais amplo na sociedade, ainda que os elementos internos da disciplina sejam importantes fatores constitutivos. Ainda que o autor não seja explícito, cabe esclarecer que, do ponto de vista conceitual, referimo-nos à "disciplina" para expressar o conjunto de ideias, métodos e valores do campo de conhecimento científico sobre as discussões econômicas. Dessa forma, o termo "disciplinarização", no contexto do século XX, expressa a dimensão propriamente acadêmica da profissão. Embora seja didaticamente útil separar os elementos "internos" e "externos" para fins conceituais, essas duas dimensões da profissão estão intrinsicamente ligadas e são influenciadas pelas transformações dos contextos históricos nacionais e globais, em suas dimensões política, econômica, intelectual, social e cultural (COATS [1992] 2005; MORGAN, 2003].

Apesar de Coats também mostrar essa interligação, Morgan (2003) explicita mais sistematicamente a ligação entre os contextos históricos e a disciplina, argumentando que os desenvolvimentos da teoria econômica e dos seus ferramentais analíticos devem ser interpretados à luz dos contextos históricos e ideologias que exerceram marcada influência no desenvolvimento da profissão durante o século XX. Para a autora, até o fim do século XIX, os economistas tradicionalmente apresentavam seus argumentos de forma verbal, com escasso uso da matemática ou da estatística. Nas primeiras décadas do século XX, houve um significativo aumento de investigações empíricas e mensuração dos fenômenos econômicos a partir de várias abordagens, dentre as quais a econometria, que dava seus primeiros passos. Para Backhouse (2008), o entreguerras foi marcado pelo pluralismo, isto é, o surgimento de um amplo leque de abordagens sem que nenhuma delas se tornasse dominante.

Como mostra Morgan (1990) em outro trabalho, uma das formas mais influentes de estudo dos ciclos econômicos era por meio da recompilação de dados por longos períodos, tal como realizada por economistas como Clément Juglar, Wesley Mitchell e Warren Persons. As abordagens desses autores se caracterizavam pela tentativa de descrição de aspectos específicos e detalhados dos diferentes ciclos econômicos, sem a preocupação primária de oferecer uma definição, realizar generalizações e formular teorias – o que ficou conhecido mais tarde como "*measurement without theory*". Para a autora, os trabalhos desses economistas receberam o nome de "economia estatística", a qual diferenciava-se, naquele contexto, dos esforços paralelos em prol da econometria, cujo maior destaque eram os trabalhos de Jan Tinbergen durante as décadas de 1920 e 1930. Diferentemente da economia estatística, a econometria enfatizava a utilização das teorias dos ciclos econômicos como ponto de partida, representando-as por modelos econométricos simples que buscavam determinar as relações de correlação e causalidade entre as diferentes variáveis econômicas.

O uso da matemática para expressar teorias e formalizar argumentos econômicos e a construção de modelos decolou rapidamente após a Segunda Guerra Mundial, quando a modelagem assumiu um papel central na profissão, com a consolidação do paradigma neoclássico nos Estados Unidos. Morgan (2003) utiliza o termo "Economia como engenharia" para evidenciar como a Economia progressivamente se tornou uma ciência baseada em ferramentas, tecnologias e modelos, o que também impactou na atuação prática dos economistas como *policymakers*. Em sua perspectiva, mais que desenvolvimentos internos da "ciência normal", fatores históricos e políticos foram essenciais para a adoção em larga escala dessas ferramentas técnicas. As duas guerras mundiais e a Grande Depressão, por exemplo, impulsionaram a adoção do planejamento econômico e de um conhecimento especializado que visava tornar as economias menos instáveis, fazendo com que economistas passassem a ser cada vez mais empregados nas estruturas governamentais, de onde impulsionaram o desenvolvimento de métodos estatísticos e de otimização (MORGAN, 2003; BACKHOUSE, 2008). [34]

Esse processo gerou uma significativa diferença de conteúdo e estilo profissional com respeito à Economia Política, composta por um conjunto de doutrinas e políticas econômicas expressas de forma verbal. Para a autora, "*Twentieth-century economists viewed their*

[34] Apesar da grande mangnitude deste fenômeno e de sua importância para a definição da economia como disciplina e profissão na segunda metade do século XX, tratou-se de um processo complexo, gradual e que não seguiu necessariamente uma trajetória linear. Como evidência disso, ver o estudo de Assaf (2022) sobre os departamentos de Economia de Stanford e Berkely nos Estados Unidos e a disseminação da economia matemática para o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) no Brasil.

measurement formulas, mathematical and statistical methods, and modeling tools as more 'advanced,' more properly scientific, than the words and verbal arguments of the nineteenth century" (p. 287). De forma predominante no pós-guerra, com base nos pressupostos e teorias da economia neoclássica, economistas passaram a adotar um estilo de argumentação baseado na formalização matemática e na utilização de técnicas econométricas, que com seus signos de tecnicidade e cientificidade, eram usados tanto para formalizar teorias e explorar novos desenvolvimentos teóricos "puros" quanto para trabalhos de aplicação empírica nas estruturas governamentais e no setor privado.[35]

Com enfatiza Backhouse (2008), um importante impulso para a matematização foi dado por uma série de economistas estadunidenses e imigrantes europeus que participaram da *Cowless Commission for Research in Economics* que permaneceu em Chicago entre 1938 e 1955. Foram desenvolvidas ferramentas estatísticas de estimação de modelos para lidar com os dados econômicos e testá-los à luz de teorias e hipóteses. Este foi o caso, por exemplo, de Tjalling Koopmans, que a partir de seus trabalhos econométricos, criticou a forma do trabalho empírico de Mitchel e outros que estudavam os ciclos econômicos a partir da coleção sistemática de dados, dando origem à controvérsia *measurement without theory* em 1947. Nos anos 1940, a econometria produzida na *Cowless Commission* se identificava mais com a macroeconomia keynesiana, uma vez a abordagem walrasiana não oferecia pistas suficientes para lidar com o trabalho empírco. As complexidades inerentes às estimações das equações simultâneas do modelo walrasiano levaram a inúmeros problemas, o que contribuiu para que a partir da década de 1950 os trabalhos da comissão se voltassem mais para a teoria da demanda baseada na formalização e na otimização (MIROWSKY; HANDS, 1998).

De fato, a microeconomia neoclássica foi um terreno fértil para a formalização "pura". Em seu popular *Foundations of Economic Analysis* (1947), Paul Samuelson modelou a definição de Lionel Robbins sobre a ciência econômica — o estudo do comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos que têm usos alternativos — como um problema de otimização matemática com restrições que poderia ser resolvido pelo multiplicador de Lagrange. Denominando esse processo de "Revolução Formalista" e lamentando que a modelagem tenha se tornado um fim em si mesmo, Blaug (2003) encontra nas abordagens de Kenneth Arrow e Gérard Debreu sua maior expressão. Munidos de grande sofisticação

[35] Essas características unificadoras da profissão dos economistas na segunda metade do século XX não devem obscurecer as diferenças existentes no interior do paradigma neoclássico, como discutido em Mirowski e Hands (1998). Ademais, neste período foram elaborados trabalhos com diferentes perspectivas sobre o uso da matemática por autores como Von Neumann, Morgenstern, Samuelson, Solow, Tjalling Koopmans e Gérard Debreu (ASSAF, 2022).

matemática, Arrow e Debreu (1954) provaram a existência de um equilíbrio geral para uma economia competitiva, demonstrando que havia uma solução (um vetor de preços) que satisfazia simultaneamente todas as múltiplas equações do modelo (todos os mercados da economia). A partir deste trabalho, todo um conjunto de pesquisas seria realizado nas décadas seguintes buscando demonstrar a estabilidade e a unicidade deste equilíbrio.[36]

Como já afirmamos, o trabalho empírico também mudou significativamente com relação às iniciativas da primeira metade do século XX. Ao lado da *Cowless Commission*, o MIT foi um importante vetor de transformação (MIROWSKY; HANDS, 1998) Além de sua contribuição para a formalização abstrata da microeconomia, Samuelson foi um símbolo dessa mudança também por meio de seus trabalhos aplicados à macroeconomia. Segundo Backhouse (2014), Samuelson entendia que o comportamento macroeconômico não podia ser concebido como a agregação do comportamento otimizador individual e que a formulação de políticas macroeconômicas demandava outros tipos de ferramentas analíticas. No âmbito do MIT, Samuelson e Robert Solow dedicaram esforços à compreensão do fenômeno do crescimento econômico por meio de modelos econométricos simples, que serviam como um teste para a construção de modelos mais complexos que poderiam ser usados na formulação de políticas econômicas (BOIANOVSKY; HOOVER, 2014; HALSMAYER, 2014).

Baseado em Morgan (2003) e à luz desses exemplos, podemos distinguir duas dimensões na história do desenvolvimento da profissão. A primeira se refere ao "conteúdo", isto é, às alterações das ideias econômicas e proposições de políticas daí derivadas. A segunda diz respeito ao seu "estilo" de argumentação, isto é, o modo de representação dos argumentos. Essas duas dimensões possuem tanto ligações intrínsecas quanto autonomias parciais. De um lado, o estilo americanizado de argumentação não era simplesmente cosmético. Nos Estados Unidos, as teorias neoclássicas e os modelos se articularam progressivamente, na medida em que a formalização dos modelos dependia cada vez mais dos pressupostos neoclássicos. De outro lado, as ferramentas e os modelos econométricos também foram usadas em conjunto com outros referenciais teóricos. Para ilustrar este último ponto, a autora cita a aplicação das matrizes de insumo-produto, elaboradas por Wassily Leontief na década de 1930, para analisar

[36] Essa abordagem mais abstrata demonstra a crescente influência da disciplina matemática sobre a Economia no pós-guerra. Weintraub (2012) evidencia isso pela trajetória de Debreu, que nos anos 1940 foi diretamente influenciado em sua formação na *Ecole Normale Superieure* na França por um grupo de matemáticos, envoltos em um clube secreto chamado Bourbaki. O objetivo desses matemáticos era transformar o ensino e a pesquisa na área por meio da elaboração de um livro focado no rigor e na lógica, evitando discussões filosóficas e problemas aplicados. Essas ideias ganhariam novos adeptos dentro da *Cowles Commission*, sediada inicialmente na Universidade de Chicago, onde Debreu passou a trabalhar na década de 1950. Como exemplos, podemos citar seu Diretor, Tjalling Koopmans, John Chipman e Murray Gerstenhaber.

as relações entre setores produtivos para fins de planejamento econômico na União Soviética nos anos 1960.

Essas considerações são importantes porque nos fornecem elementos para analisar as mudanças no interior da CEPAL dos anos 1970 e 1980 não somente em termos do pensamento econômico, mas também em relação aos estilos profissionais que orientaram a apresentação dos argumentos econômicos. As referidas duas relações entre teoria econômica e estilos profissionais são importantes na análise da América Latina. A primeira adquire um significado especial porque, após a Segunda Guerra Mundial, ocorreu um processo de americanização da Economia, isto é, "*American methods of advanced training, theories and techniques, intellectual values and professional standards have become increasingly acknowledged and adopted throughout the world*" (COATS, [1992] 2005, p. 219). Já a segunda relação, que expressa um grau de autonomia do estilo profissional americanizado em relação à economia neoclássica, ressalta as possibilidades de resistência e adaptação desse estilo a outras tradições teóricas, a depender das condições presentes nos diferentes contextos nacionais.

A perspectiva da segunda relação é particularmente importante. Explicando a diferenciação anteriormente indicada entre a esfera intelectual do processo — o pensamento econômico — e a prática dos economistas — os estilos profissionais — Fourcade (2009) demonstra como as ideias econômicas neoclássicas, dominantes nos Estados Unidos, e o estilo de seus economistas, baseado na modelagem matemática e nas técnicas econométricas, não penetraram da mesma forma e com a mesma intensidade na Europa devido à existência de estruturas institucionais, políticas e culturais próprias, no âmbito das quais a profissão historicamente desenvolveu-se em cada país.[37] Na Grã Bretanha, formou-se uma ortodoxia em torno das ideias de Keynes e uma agenda de pesquisa em Economia votada para temas como pobreza e a compatibilidade entre distribuição de renda e eficiência econômica. Além disso, a matemática não constitui em geral o núcleo fundamental das pesquisas dos economistas

[37] Ao contrário dos Estados Unidos — onde houve uma relativa descentralização da formação universitária e a identidade e autoridade do economista se relacionou com um conjunto de habilidades em teoria econômica, matemática e econometria obtidas em um PhD, que os legitimaram para dominar o mercado privado e o setor público — na Grã-Bretanha as condições sociais foram vistas como uma preocupação desde o século XIX. Os "assuntos econômicos" não eram vistos como monopólio intelectual dos economistas, mas sim de um conjunto de profissionais, como jornalistas, políticos e homens de negócios influentes, formados nas universidades de elite de Oxford e Cambridge, que tradicionalmente concentravam a formação dos economistas. Dessa forma, a função pública no Estado adquiriu uma visão mais generalista, por meio da qual há ainda uma severa disputa entre os tecnocratas tradicionais e os economistas especialistas que absorveram o estilo americanizado dos Estados Unidos. No caso francês, uma especificidade foi que o treinamento dos economistas ocorreu de forma fragmentada em órgãos do Estado, em comunhão com as *grandes écoles*, e não nas universidades. Isso definiu em grande parte a identidade dos economistas na França. Nesses órgãos, economistas, engenheiros e advogados dividiram a mesma formação. No pós-guerra, o predomínio foi dos engenheiros, que utilizaram ferramentais estatísticos e econométricos, orientadas a resolver problemas práticos da administração pública (FOURCADE, 2009).

britânicos, sendo usada de maneira parcimoniosa. O estilo americanizado difundiu-se limitadamente em universidades como Essex, Warwick e a *London School of Economics*. Já na França, desenvolveram-se escolas de pensamento econômico influentes, à revelia da ortodoxia neoclássica, como a escola da regulação francesa. Muitas dessas escolas dificilmente seriam reconhecidas dentro do escopo da ciência econômica conforme praticada na academia norte-americana. Ademais, desenvolveu-se um grande pluralismo metodológico, abarcando desde economistas com perspectivas mais históricas e institucionais até aqueles que mobilizam o ferramental da modelagem neoclássica.[38]

Esse marco histórico/conceitual do desenvolvimento da profissão em termos globais nos dá bases para analisar a disseminação e o impacto da americanização da Economia na América Latina, e especificamente no Chile e no interior da CEPAL. A seguir, ao percorrer as especificidades históricas da profissão na região, enfatizamos o papel da CEPAL nesse processo, a difusão da "americanização" e os conflitos e efeitos daí resultantes. A situação da profissão na América Latina apresenta contrastes importantes com o quadro descrito acima. Diferentemente do cenário europeu, em que havia uma tradição secular de Economias Políticas (PAULA; CERQUEIRA; ALBUQUERQUE, 2007), durante todo o século XIX, os poucos cursos especificamente dedicados à Economia Política nos países da região eram lecionados por professores das áreas de Direito, Contabilidade e Engenharia (LOUREIRO, 1997).

Enquanto a institucionalização da Economia nos EUA e na Europa iniciou-se no final do século XIX, as primeiras faculdades de Economia no Brasil foram fundadas apenas nas décadas de 1930 e 1940. Podemos exemplificar isso pelos casos da Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo (Escola de Comércio Alvares Penteado) (1932), a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEARJ) (1938), o Centro de Estudos Econômicos da FGV (1946) e a Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG (1948) (PAULA, 2017; 2019). No caso do Chile, a *Facultad de Comercio y Ciencias Económicas* da Universidade Católica foi fundada em 1924. Já em 1934, a *Escuela de Comercio y Economía Industrial* da Universidade do Chile foi criada por Pedro Aguirre Cerda, presidente eleito pela coalizão de centro-esquerda "Frente Popular" em 1938 (MONTECINOS, 2009).[39]

[38] Abordando o mesmo tema, Morgan (2003) oferece outros exemplos no quadro europeu. Mesmo com a progressiva aceitação dos padrões acadêmicos norte-americanos, na Itália continuaram existindo importantes grupos marxistas. Já na Holanda e na Noruega, os economistas mantiveram-se preocupados respectivamente com a justiça social e o planejamento econômico, à luz dos legados Tinbergen e Ragnar Frisch.

[39] A faculdade da Universidade Católica tinha um menor prestígio em relação à Universidade do Chile até o fim da década de 1960, quando os *Chicago Boys* ali se tornaram professores, alterando drasticamente os currículos com ênfase em teoria de preços e economia monetária (GARÁTE, 2012). A Escola de Economia da Universidade de Chile tornou-se um lugar importante do pensamento crítico, abrigando a *Escuela de Estudios Económicos*

Segundo Montecinos (2009), no início da década de 1950, o Chile era o país da América Latina em que a Economia havia alcançado o nível mais alto de consolidação profissional, devido a vários fatores. O país tinha um ambiente propício ao desenvolvimento das atividades acadêmicas, pois era caracterizado por uma tradição democrática, contava com abundante financiamento público e diversos acordos de intercâmbio com universidades estrangeiras (MONTECINOS, 2009; GARÁTE, 2012). Conforme Gabay (2008), a CEPAL produziu um impacto importante na constituição e transformação das ciências sociais latino-americanas nas décadas de 1950 e 1960. Para Montecinos (2009), a instalação da CEPAL em Santiago foi um marco fundamental, pois suas ideias e estilo profissional penetraram intensamente nas universidades chilenas, atraindo estudantes, professores e economistas da região e do restante do mundo. A Comissão contribuiu assim para a institucionalização da Economia, organizando programas de treinamento para um número significativo de economistas, atraindo economistas estrangeiros como consultores e visitantes e rompendo com os cursos tradicionais que vinculavam a Economia a áreas correlatas.

Uma indagação importante para nossos propósitos é: Em que medida os economistas da CEPAL, nas décadas de 1950 e 1960, constituíram um estilo profissional próprio da América Latina, associado às ideias estruturalistas da Comissão? Bielschowsky (2000) oferece importantes pistas, separando em camadas analíticas diferentes a "teoria estruturalista" e o método "histórico-estruturalista". Segundo o autor, o enfoque histórico é uma característica fundamental das ideias cepalinas: por meio da sua articulação com a abstração teórica, busca-se compreender a natureza e a dinâmica da condição periférica dos países latino-americanos. Para o autor, a especificidade do método cepalino é o uso da história, o que permite distanciar-se das rigidezes teóricas:

> Em outras disciplinas das ciências sociais, como a lingüística e antropologia, onde o "estruturalismo" se origina, este tipicamente correspondeu a um instrumental metodológico sincrônico ou a-histórico. Diferentemente, na análise econômica cepalina o estruturalismo é essencialmente um enfoque orientado pela busca de relações diacrônicas, históricas e comparativas, que presta-se mais ao método "indutivo" do que a uma "heurística positiva". (BIELSCHOWSKY, 2000, pp. 20-21)

Em sua perspectiva, desse método nasceram grandes interpretações da história econômica latino-americana por meio dos trabalhos de Celso Furtado, Adolfo Ferrer e Aníbal Pinto. Embora considere que o método histórico-estrutural da CEPAL possua grande

Latinoamericanos (ESCOLATINA), criada em 1957, e mais tarde, durante o governo Allende, os "dependentistas" vinculados ao *Centro de Estudios Socio-Económicos* (CESO) (FAJARDO, 2022).

originalidade, o autor admite paralelos importantes com o institucionalismo, pela ênfase em situar os mercados e agentes econômicos em situações históricas específicas, ressaltando as imperfeições do mercado. Ainda que Bielschowsky (2000) não fale de um estilo profissional mas sim de um "método" cepalino, assim como a modelagem matemática e as técnicas econométricas definiram o estilo profissional dos economistas dos EUA, interpretamos que, além de um método, o uso da história e sua articulação com a abstração teórica constituíram um elemento distintivo do estilo profissional dos economistas da CEPAL, que exerceu significativa influência sobre a profissão na América Latina durante as décadas de 1950 e 1960.

No início do capítulo anterior, vimos como diferentes autores concordam que devemos tomar cuidado para não exagerar sobre o grau de originalidade presente no pensamento econômico da CEPAL.[40] Assim como no caso das ideias econômicas, o estilo profissional cepalino também se desenvolveu à luz da disseminação de métodos ou preocupações metodológicas externas. Boianovsky (2015) mostra como os economistas da Comissão, nos anos 1950 e 1960, dialogaram com os debates acerca da relação entre estrutura e história presentes na obra de autores como o historiador francês Fernand Braudel e o antropólogo Claude Lévi-Strauss. Além disso, os economistas cepalinos também utilizaram matrizes insumo-produto de Leontief para o estudo e a elaboração de técnicas de planejamento econômico.

Dado nosso propósito de explorar a heterogeneidade intelectual e profissional da CEPAL durante os anos 1970 e 1980, outro esclarecimento se faz necessário: não queremos com isso negar a existência de algum grau de heterogeneidade também dentro da CEPAL clássica. Fajardo (2022), por exemplo, enfatiza que, em princípios dos anos 1950, não havia um consenso entre os economistas cepalinos sobre a explicação e o combate ao fenômeno inflacionário. Prebisch tendia a favorecer diagnósticos e concepções mais próximos das propostas do FMI, o que gerava conflitos com Celso Furtado, Aníbal Pinto e Noyola Vázquez, que tinham visões mais atreladas às causas estruturais. Mas apesar dessas diferenças, a literatura tende a concordar que, sob a liderança de Prebisch, os economistas da Comissão progressivamente desenvolveram um corpo de ideias relativamente coerente para a

[40] Conceitos semelhantes aos que compuseram o que se convencionou chamar de pensamento estruturalista estavam sendo discutidos simultaneamente por outros autores do período, como Hans Singer e Arthur Lewis. Havia também uma ampla gama da trabalhos produzidos sobre os países do Leste Europeu, África e Ásia no âmbito da nascente Economia do Desenvolvimento. Para os trabalhos clássicos produzidos nos anos 1940 e 1950 por autores como Paul Rosenstein-Rodan, Ragnar Nurkse, Albert Hirschman e Arthur Lewis, dentre outros, ver Agarwala e Singh (2000).

interpretação dos problemas do subdesenvolvimento latino-americano (CARDOSO, 1977; HODARA, 1989; RODRÍGUEZ, 2009; FAJARDO, 2022).

Podemos aplicar o mesmo raciocínio à questão dos estilos profissionais dos economistas da CEPAL. Ainda que autores como Celso Furtado, Osvaldo Sunkel, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto tenham empregado abordagens metodológicas distintas para analisar as articulações entre estrutura e processo histórico, Boianovsky (2015) concorda que o estruturalismo latino-americano se caracterizou pelo uso extensivo da história. Em outras palavras, a mobilização da história em combinação com a teoria econômica foi um elemento distintivo do estilo profissional dos economistas da CEPAL nas décadas de 1950 e 1960. Assim, quando nos referimos à heterogeneidade intelectual e profissional da CEPAL nas décadas de 1970 e 1980, longe de negar as diferenças existentes nos primeiros anos da Comissão, queremos indicar um quadro mais agudo de heterogeneidade, produto das críticas ao estruturalismo formuladas tanto por dependentistas quanto por *Chicago Boys*, mas também da autorreflexão dos economistas estruturalistas face às insuficiências de suas teorias em um novo contexto.

Para entender esse processo, voltamos à história da profissionalização da Economia na América Latina, com foco no processo de americanização. No contexto da Guerra Fria, a emulação dos padrões científicos da academia norte-americana foi fomentada por agências de política externa dos Estados Unidos e também por fundações filantrópicas, como a Ford e a Rockefeller. Esse processo foi aprofundado a partir da década de 1960 por meio de iniciativas como a Aliança para o Progresso, desenhada para se contrapor à influência da Revolução Cubana (FAJARDO, 2022, pp. 118-123). O Chile recebeu 14% do total de recursos destinados pelo programa à região, mesmo possuindo menos de 4% da população total (MONTECINOS, 2009, p. 143).

Os programas de assistência técnica implementados pelos Estados Unidos junto aos países latino-americanos envolveram uma série de mecanismos para o fortalecimento da profissão na região: convênios entre universidades para envio de estudantes de pós-graduação ao exterior, visitas de professores para treinamento dos docentes e alunos locais, criação de programas de pós-graduação, etc. Apesar dos esforços iniciados nos anos 1950, foi somente nas décadas de 1960 e 1970 que vieram a surgir as primeiras pós-graduações em Economia na América Latina. Há uma crescente historiografia que estuda esses processos de profissionalização e americanização, tanto em sua dimensão acadêmica quanto governamental (VALDÉS, 1995; LOUREIRO, 1997; HEREDIA, 2008; BIGLAISER, 2009; MARKOFF; MONTECINOS, 2009; KLÜGER, 2017; FERNÁNDEZ; SUPRINYAK, 2019; SUPRINYAK; FERNÁNDEZ, 2021).

As transformações resultantes ocasionaram conflitos e tensões com o estruturalismo cepalino e outras abordagens utilizadas pelas ciências sociais na América Latina. Fourcade (2006) enfatiza que, após a Segunda Guerra Mundial, formou-se uma extensa rede de complexas ligações transnacionais entre atores e instituições comandadas pelos Estados Unidos, refletindo assim a expansão e dominação das práticas e dos valores profissionais oriundos deste país. Assim como no caso da americanização da Economia na Europa, a autora entende que a transnacionalização envolve o que ela chama de "destruição criativa", por meio da qual se difunde um conjunto particular de normas, conceitos, linguagens e ferramentas metodológicas — uma 'jurisdição', em suas palavras — que encontra práticas profissionais locais, redefinindo e reconstruindo a profissão na periferia. O encontro entre essas práticas estrangeiras e locais frequentemente produziu conflitos abertos. Montecinos (2009) destaca os impactos do convênio entre a Universidade de Chicago e a Pontifícia Universidade Católica do Chile sobre a profissionalização da Economia no Chile, e também a existência de conflitos entre o estilo profissional inscrito na "americanização" e o da CEPAL. Conforme a autora:

> *The 1960s was a period of heated curricular debates. Gaping cleavages within the profession mirrored and reinforced broader ideological battles and the growing polarization of party politics. As the Chicago school became established, on the left, students and professors demanded more radical approaches to the study of economic development. Those recently returned from graduate schools in the US argued that the judicious use of neoclassical ideas and sophisticated technical instruments should complement CEPAL-style structuralism, then the dominant theoretical view.* (MONTECINOS, 2009, p. 168)

Esses embates entre diferentes estilos profissionais e visões políticas também tiveram repercussões no interior da Faculdade de Economia da Universidade do Chile, um dos locais mais influenciados pelo pensamento da CEPAL. Como resultado disso, em 1972, a faculdade se dividiu: de um lado, a *Facultad de Economia Política*, contando com o CESO como um de seus departamentos; de outro, a *Facultad de Ciéncias Economicas y Administrativas*, que agrupava os opositores de Allende (ZALDÍVAR, 2009, p. 205; CADERNAS, 2015, p. 132). Como analisado por Zaldívar (2009, p. 205), "*Eran dos escuelas, forjadas de dos tipos profesionales diferentes, destinados a ser los constructores de dos países distintos*".

Apesar dos conflitos, a difusão da americanização também promoveu sínteses ao ser recebida pelos economistas latino-americanos influenciados pelas ideias econômicas e pelo estilo profissional estruturalista. A relevância deste olhar analítico pode ser ilustrada pelo trabalho de Carvalho (2019), que discute o surgimento e desenvolvimento da hipótese da inflação inercial na América Latina, que teve sua gênese na ideia de inflação estrutural desenvolvida pela CEPAL no contexto do debate entre estruturalistas e monetaristas na década

de 1950. Naquela época, os argumentos analíticos eram formulados e apresentados discursivamente, sem recorrer à formalização matemática. Entretanto, nas décadas de 1970 e 1980, apropriando-se do ferramental analítico dos economistas dos Estados Unidos e da Europa, economistas heterodoxos passaram a traduzir essas ideias em modelos formalizados e matematizados, reduzindo assim o escopo e a profundidade das concepções sobre a dimensão "estrutural" da inflação. As análises sobre a inflação transitaram de uma concepção ancorada nas especificidades históricas e institucionais de uma economia periférica, como demarcado pelos estruturalistas da década de 1950, para outra cada vez mais atrelada aos mecanismos de reajuste e indexação de salários analisados pelos "neoestruturalistas".

Em suma, a perspectiva adotada neste capítulo não requer retraçar em detalhes a história da penetração do estilo profissional americanizado na América Latina e das disputas que ensejou no campo da Economia, tema que já conta com abundante produção historiográfica. De forma mais modesta, nosso objetivo é compreender a heterogeneidade existente no interior da CEPAL das décadas de 1970 e 1980 não somente em termos de ideias econômicas, mas também no que diz respeito à convivência – aos embates, adaptações e sínteses – entre esses diferentes estilos profissionais: um deles advindo da formalização matemática e dos modelos econométricos originários dos Estados Unidos, o outro da tradição estruturalista da CEPAL, na qual a história desempenhava um papel central. Nesse sentido, reforçamos a importância de ter em conta tanto às ligações entre teorias e estilos profissionais, como seus espaços de relativa autonomia.

3.2 O lugar institucional e intelectual de Raúl Prebisch na CEPAL durante as décadas de 1970 e 1980

Para demonstrar a heterogeneidade existente dentro da CEPAL, iniciamos nosso percurso por Raúl Prebisch. Após uma breve contextualização biográfica e historiográfica, focada nos últimos anos do autor na CEPAL, analisamos alguns de seus textos com um triplo objetivo. Em primeiro lugar, caracterizar a singularidade do seu pensamento no período e expor suas ideias fundamentais. Em segundo lugar, evidenciar o papel que o autor atribuía à história na sua compreensão sobre o capitalismo periférico. Por último, mostrar de que forma o autor se posicionava em relação ao autoritarismo e a difusão das ideias neoliberais, em particular para o Chile. Finalmente, refletimos sobre seu estilo intelectual e profissional, bem como o lugar e a influência que Prebisch e suas ideias tinham na CEPAL no período.

Raúl Prebisch nasceu em 1901. Estudou Economia na Universidade de Buenos Aires entre 1918 e 1922. No ano seguinte, tornou-se Professor de Economia Política, permanecendo no cargo até 1948, quando ingressou na CEPAL. Entre 1930 e 1943, Prebisch exerceu diversos cargos burocráticos no Estado argentino, no Ministério da Fazenda e no *Banco de la Nación*. Criou o Banco Central do país em 1935, dirigindo a instituição até 1943, quando deixou o cargo devido a conflitos com o presidente Juan Domingo Perón. Prebisch foi o mais influente Secretário Executivo da CEPAL (1950-1963), sendo um dos idealizadores e fundadores do ILPES. Em 1964, assumiu o cargo de Secretário Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), ganhando projeção e prestígio internacional tanto no sistema das Nações Unidas quanto no meio acadêmico. Após aposentar-se de sua carreira executiva, Prebisch voltou a Santiago, onde fundou e dirigiu a *Revista da CEPAL* entre 1976 e 1986, ano de sua morte. Antes de seu falecimento, em 1983, retornou à Argentina para se tornar assessor econômico do presidente Raúl Alfonsín, no primeiro governo democrático após a última ditadura militar (1976-1983) (CEPAL, 2024b; DOSMAN, 2008).

Em uma autoavaliação retrospectiva sobre as mudanças de seu pensamento, Prebisch concebeu esse período final como a quinta e última etapa de sua trajetória intelectual, isto é, o resultado de uma longa maturação de suas ideias que respondeu aos contextos políticos e sociais que vivenciou[41] e que transformaram totalmente seu pensamento em relação à sua juventude, quando "*creía firmemente en las teorías neoclásicas*" (PREBISCH, 1987, p. 1).[42] Podemos estabelecer dois grandes marcos na vida de Prebisch nesse momento, que remetem a um processo de reelaboração das ideias do autor. O primeiro é o seu trabalho à frente da *Revista da CEPAL*. Nela, Prebisch divulgou uma série de artigos que, segundo ele, eram uma tentativa de síntese "*de un trabajo de más largo aliento sobre el capitalismo periférico*" (PREBISCH, 1976, p. 7). O segundo marco se refere à publicação, em 1981, da sua última grande obra, *Capitalismo Periférico, Crisis y Transformación* (PREBISCH, 1981a).

[41] A primeira etapa teria ocorrido entre a saída do Banco Central em 1943 e a entrada na CEPAL, quando refletiu sobre seu período como *policymaker* em torno dos limites das teorias neoclássicas na América Latina. A segunda ocorreu entre 1948 e o fim dos anos 1950, período no qual propôs categorias para compreender o subdesenvolvimento e políticas de industrialização para enfrentá-lo. A terceira faz jus ao início dos anos 1960, quando reconheceu os limites da substituição de importações e propôs a integração regional, além de focar no estudo da distribuição da renda e da inflação. Na quarta, no âmbito da UNCTAD, teria orientado suas ideias à cooperação internacional, evidenciando interesses comuns dos países centrais e periféricos (PREBISCH, 1987).

[42] Essas fases rígidas devem ser tomadas com cautela. Apesar de assinado por Prebisch, como esclarecem Medeiros e Bruzzi (2024, p. 148), esse artigo foi escrito por Adolfo Gurrieri, sociólogo e secretario da *Revista da CEPAL*. Essa divisão em etapas, que se tornou dominante na historiografia, foi desafiada pelos autores, que mostraram que, ao traduzir um texto do economista alemão Adolph Wagner em 1919 para a *Revista de Ciéncias Económicas* de sua universidade, Prebisch selecionou trechos em que o economista criticava os benefícios do livre comércio e omitiu a defesa do autor do método dedutivo do neoclassicismo.

Em "*Crítica al capitalismo periférico*", Prebisch (1976) argumentou que o capitalismo, em condições periféricas, é caracterizado por um conjunto de assimetrias e disparidades. Para ele, a penetração das técnicas produtivas disseminadas do centro capitalista, incompatíveis com a estrutura produtiva periférica, gerava concentração da geração e apropriação do excedente econômico nos estratos sociais de maior renda.[43] Na visão do autor, a difusão das técnicas produtivas fortalecia o poder político nas mãos dos estratos superiores de renda, que na condição de detentores dos meios produtivos, possuíam maior capacidade de captar o excedente econômico. Isso se manifestaria na instauração de uma sociedade imitativa dos padrões de consumo europeus e norte-americanos, impactando o meio ambiente. Com efeito, haveria uma inclusão limitada dos estratos médios de renda devido à industrialização e à expansão de serviços, deixando de fora uma grande massa da população, ocupados em empregos de baixa produtividade, com remunerações e níveis de consumo igualmente baixos. Segundo Prebisch, o impulso inicial da acumulação de capital aumentava a produtividade e a renda principalmente dos estratos intermediários, que terminavam adquirindo certo poder político que ele denomina como gremial. Este seria o processo de "democratização". Em resposta à essa dinâmica, os estratos superiores de renda, além da elevação dos preços, tendiam a apelar a mecanismos que envolvem o uso da força para deter o processo de democratização.

Desde logo, é possível perceber um tom mais ácido nas proposições de Prebisch. Em seu estudo sistemático sobre essa última etapa do pensamento de Prebisch, Medeiros (2021b) enfatiza importantes mudanças em relação à produção intelectual precedente. Segundo o autor, Prebisch radicalizou sua crítica, abandonando seus diagnósticos e propostas reformistas para a América Latina. Ele teria adotado um tom mais ensaístico em seus textos, contrastando com a diplomacia da linguagem utilizada nos documentos burocráticos ao longo da sua carreira, o que teve por consequência uma crítica mais aberta ao poder dos países centrais e ao impacto das empresas transnacionais. Hodara (1988) coincide com essa análise, concebendo que o *Capitalismo periférico* foi uma produção independente do autor e representou uma ruptura em relação às suas ideias passadas, sem amarras institucionais e sem preocupações com a audiência, especialmente dos governos. Já Di Filippo (2021, p. 260) concebe que Prebisch tornou explícita uma convicção que sempre teve: que uma teoria do desenvolvimento não pode ser construída em termos estritamente econômicos, devendo correlacioná-los à estrutura de poder.

[43] Prebisch (1978, p. 169) definiu excedente económico como "*aquella parte del fruto de la mayor productividad que, debido a la gran heterogeneidad de la estructura socioeconómica no se difunde entre la gran masa de la fuerza de trabajo y queda en manos de los propietarios de los medios de producción*".

Prebisch propôs que seria necessária uma transformação completa das bases do capitalismo periférico e a construção de um novo sistema, resultante da síntese entre princípios do capitalismo e do socialismo. Entretanto, conforme ressaltam Hodara (1988) e Medeiros (2021b), em seu artigo "*Hacia una teoría de la transformación*" (1980), Prebisch apresentou orientações ambíguas sobre esse processo de criação do novo sistema, cujos caminhos estavam abertos. Reconhecendo a dificuldade de uma tarefa de tal monto, Prebisch ofereceu alguns princípios gerais. O Estado, por meio do planejamento econômico, seria fundamental para promover novas formas de democratização da propriedade — aumentando a participação dos trabalhadores e fortalecendo as médias e pequenas empresas — e de geração e distribuição do excedente econômico, bem como para alterar a estrutura de poder da sociedade, diminuindo o controle dos estratos superiores de renda.

Suas conclusões nutriam-se também dos resultados das transformações impulsionadas pela Unidade Popular no Chile. Durante o governo Allende, Prebisch discordou dos rumos tomados na construção da "via chilena do socialismo", como a nacionalização do cobre e a reforma agrária, devido ao envolvimento muito direto das massas, preferindo o projeto reformista do governo de Eduardo Frei (DOSMAN, 2008). Agora, com uma postura mais radical, em carta a Benjamín Hopenhayn, Prebisch (1976b, p. 1) declarou que "*Chile se ha perdido la gran oportunidad histórica de construir el socialismo con autenticidad*", que no caso do capitalismo periférico, não consistiria em alcançar um meio termo, e sim uma síntese entre os "*elementos fundamentales de la filosofía liberal y el socialismo*".

A produção intelectual de Prebisch também foi influenciada pelo vigoroso retorno da ortodoxia em ditaduras militares na América Latina, e em particular no Chile. No último ano do governo Allende, Prebisch e a CEPAL haviam sidos culpabilizados pelo tradicional jornal *El Mercurio* pela crise econômica do país.[44] Conforme Dosman (2008), Prebisch sentia grande apego ao Chile; os anos da ditadura no país foram caracterizados por ele como uma longa noite, cruel e escura, tornando-se uma fonte de preocupação constante com violações dos direitos humanos, que poderiam afetar seus amigos e sua esposa Adelita. Prebisch também tinha suas contradições. Isso pode explicar por que enviou uma carta a Raúl Sáez, que se tornara Ministro de Coordenação Econômica do governo Pinochet, fazendo um paralelo entre a entrada de Sáez no governo chileno e seu período no governo ditatorial argentino de 1955. Prebisch contou que

[44] Além de um editorial de abril em que criticava abertamente Prebisch e a CEPAL (DOSMAN, 2008), em maio o jornal reproduziu a crítica do senador Pedro Ibañez às "*mal intencionadas y ridículas teorías económicas*" de Prebisch e à suposta legitimação do marxismo do governo Allende devido ao envolvimento de membros da CEPAL (EL MERCURIO, 1973). Em julho, foi publicada uma nota de uma cidadã argentina não identificada, na qual condenava as acusações à Prebisch (AUTORA NÃO IDENTIFICADA, 1973).

as medidas drásticas propostas por ele, embora inicialmente aprovadas, foram esquecidas em favor de interesses políticos e eleitorais. Assim, desejou a Sáez que "*el pueblo chileno y quienes lo orientan no caigan en errores semejantes que serían funestos para el país en la obra de reconstrucción que se ha comenzado*" (PREBISCH, 1973).[45]

Influenciado pelo contexto político e social chileno, Prebisch se mostrou um árduo crítico do liberalismo econômico e do monetarismo, associando-os ao autoritarismo. Para ele, o caráter imitativo do capitalismo periférico se manifestava não somente em termos de técnicas produtivas e padrões de consumo, mas também no que se refere a "*sus ideas y sus ideologías*" (PREBISCH, 1976, p. 8). Em um plano avaliativo dessas teorias, apontou a incapacidade da teoria neoclássica de compreender a realidade periférica. Seriam, em sua perspectiva, "*teorías que se formulan en abstracto, muy lejos de la estructura socioeconómica*" (PREBISCH, 1978a, p.169), não reconhecendo um fenómeno estrutural como a apropriação do excedente e tampouco considerando as relações de poder. Em suas formulações teóricas, Prebisch concebeu o fenômeno do autoritarismo como o resultado do poder, por meio do uso da força, dos estratos superiores de renda em resposta ao acirramento dos conflitos em torno da captação do excedente econômico. Prebisch denunciou repetidamente que os princípios da teoria neoclássica eram usados para atender interesses políticos dominantes, principalmente em contextos autoritários. Para ele:

> *las teorías económicas no suelen aceptarse únicamente por su valor intrínseco, sino por responder a intereses y aspiraciones de quienes tienen la gravitación necesaria para imponerlas. Así, cuando se acude al empleo de la fuerza para enfrentar la crisis del sistema, las condiciones se tornan favorables a la aplicación de ciertos principios del liberalismo económico.* (PREBISCH, 1978a, p.171)

No artigo "*Las teorías neoclásicas del liberalismo económico*" (1979), o autor sistematizou ainda mais essa visão. Para ele, seria inegável o valor ético e moral do liberalismo político, que historicamente lutou contra a concentração de poder e defendeu a liberdade individual (PREBISCH, 1979c, p.188). Observando a experiência dos centros, assinala que "*los mecanismos de la democracia representativa funcionan con toda regularidad y que se respetan efectivamente los derechos humanos*" (pp. 189-190). No entanto, no contexto da América Latina, o capitalismo periférico "*sólo puede subsistir a la larga con el naufragio de los derechos*

[45] Prebisch também trocou correspondência com Jorge Cauas, adversário de Sáez e representante do outro lado do debate entre gradualismo e tratamento de choque no Chile (PREBISCH, 1978b). Apesar do radicalismo encontrado nos textos de Prebisch desse período, Medeiros (2021b) mostra como, durante seu retorno à Argentina em 1983 para assessorar o presidente democraticamente eleito Raúl Alfonsin, sua atuação prática privilegiou um caminho reformador. Prebisch enfatizou a necessidade de políticas de controle da inflação e redução do déficit público, entrando em embates com outros membros da equipe econômica que prezavam por uma política de rápidos aumentos salariais. Também liderou uma missão a Washington, firmando o acordo com o FMI em 1984.

humanos y la consagración de la inequidad social". Articulando o conteúdo teórico com a práxis política, Prebisch identificou a influência das ideias do liberalismo, reformuladas e transmitidas à periferia devido à existência de uma "*pléyade de economistas latinoamericanos que, adoctrinados en ciertas escuelas de los centros, tratan ahora de aplicar sus enseñanzas a la praxis del desarrollo periférico*" (p. 172). De forma semelhante ao *Estudio Económico* de 1978, Prebisch criticou a influência da "economia social de mercado". Na visão do autor, o fato de que "*Discurren ahora ciertos economistas liberales de la periferia acerca de la economía social de mercado*" seria uma "*nueva prueba de la dependencia intelectual que predomina en nuestras tierras*" (p. 173). O espírito combativo de Raúl Prebisch às ideias neoliberais, que se proliferavam em meio às ditaduras latino-americanas, fica ainda mais claro em dois artigos publicados na *Revista da CEPAL* em princípios da década de 1980.

Em seu "*Diálogo acerca de Friedman y Hayek*" (1981), Prebisch expôs seus desacordos com o pensamento econômico desses dois autores e suas implicações políticas por meio de diálogos fictícios com seus seguidores. Identificou o caráter persuasivo das ideias de Friedman, porém julgou se tratar de uma reprodução das ideias neoclássicas do século XIX. Essas ideias penetraram na periferia por meio das "*nuevas generaciones que salen de las universidades, de los Estados Unidos, especialmente de aquella donde predica Milton Friedman*" (PREBISCH, 1981b, p. 161). Por isso, além da crítica científica, Prebisch decidiu "*seguir el mismo tono de divulgación*" (p. 162).[46]

Em seus diálogos artificiais, Prebisch (1981b) criticou Friedman por considerar que o poder dos sindicatos criava distúrbios no sistema econômico, causando ineficiência. Em sentido semelhante, criticou Hayek por argumentar que a democracia apresentava, por vezes, um risco à liberdade econômica, uma vez que a vontade da maioria, estimulada pelas políticas de redistribuição de renda do Estado, tendia a violar o funcionamento livre do mercado, resultando em crise econômica e autoritarismo. Ambos apoiavam-se nesses argumentos para estabelecer limites aos mecanismos democráticos. Criticando essa ideia, Prebisch considerava que, antes de supostas violações do equilíbrio econômico por parte dos sindicatos, havia grupos poderosos e privilegiados que captavam o excedente econômico e se utilizavam do autoritarismo para

[46] É interessante contrastar o resultado final do diálogo desenvolvido no texto — no qual Prebisch parece ter conseguido colocar dúvidas na cabeça dos seguidores de Friedman e Hayek — com um episódio narrado por um *Chicago Boy*, que teria ocorrido em Washington no início dos anos 1970: "*me viene a ver Raúl* […] *Y me dijo que 'quiero entenderlo a usted. ¿Por qué no me da una oficina acá y estemos algunos días discutiendo el modelo mío que supuestamente'... Y vino y estuvimos con él conversando, los que estábamos ahí, que eran muchos Chicagos. Y yo realmente llegué al convencimiento que él no nos entendía, que no nos entendía*" (ENTREVISTA C).

preservá-lo. Em um tom de desabafo, declarou veementemente ao final do artigo sua repulsa às ideias econômicas dos autores e suas consequências políticas autoritárias:[47]

> *¡Comprenda Milton Friedman! ¡Compréndalo también Friedrich von Hayek! Un proceso genuino de democratización se estaba abriendo paso en nuestra América Latina, con grandes dificultades y frecuentes retrasos. Pero su incompatibilidad con el régimen de acumulación y distribución del ingreso conduce hacia la crisis del sistema. Y la crisis lleva a interrumpir el proceso, a suprimir la libertad política; condiciones propicias para promover el juego irrestricto de las leyes del mercado. Tremenda paradoja la de ustedes. Exaltan la libertad política y los derechos individuales. ¿Pero no advierten que en estas tierras periféricas la prédica de ustedes sólo puede fructificar suprimiendo esa libertad y violando esos derechos? Tremenda paradoja y tremenda responsabilidad histórica* […] *¡Inconmensurable es el mal que con su dogma están haciendo!* (PREBISCH, 1981b, p. 182)

Já em seu "*Monetarismo, aperturismo y crisis ideológica*" (1982), Prebisch insiste que a inflação é resultado da luta distributiva entre diferentes extratos sociais, que encontra resposta na elevação dos preços. Para Prebisch, o "instrumento monetário", no âmbito do monetarismo, possui um papel central na defesa do excedente por parte dos proprietários de meios de produção através da contração das remunerações dos trabalhadores e aumento do desemprego. Este papel excludente das teorias liberais também se expressaria no caso do *aperturismo* comercial e financeiro, que seria uma renovação das teorias que historicamente subordinaram a periferia na antiga divisão internacional do trabalho. Nestes novos tempos, essas teorias serviriam para subordinar a industrialização aos interesses das empresas transnacionais e dos bancos do centro e para legitimar ajustes que penalizavam o crescimento e o emprego.

Apesar da severa crítica ao monetarismo, Prebisch pensava que o liberalismo era uma filosofia útil na construção de uma nova sociedade: "*Que el liberalismo se haya adulterado en el proceso del desarrollo capitalista de la periferia no podría ser en modo alguno un justificativo válido para sacrificar todo lo que significa*" (PREBISCH, 1979c, p. 192). Para Prebisch, não se deve cobrar do mercado o que ele não pode oferecer. O mercado não possui horizonte temporal e social e tampouco pode alterar os problemas distributivos. O autor considerou que os mecanismos de mercado eram meios eficientes de transmitir as informações no sistema econômico (PREBISCH, 1976, p. 17), e por essa razão, dentro de um novo sistema que estabelecesse novas lógicas de convivência e decisões coletivas a respeito da geração e apropriação do excedente, o mercado poderia se converter em um instrumento aliado. Essa apreciação do liberalismo se associa ao já referido caminho proposto por Prebisch para a

[47]A atitude de Prebisch envolvia também uma dimensão de prestígio profissional. Como deixou transparecer em correspondência com Alfonso Santa Cruz, Prebisch, cujo nome foi duas vezes indicado ao Prêmio Nobel, considerou que o "escândalo" de Milton Friedman ter vencido o prêmio em 1976 "*es igual que aquel otro de haber dado a Hayek la mitad del premio junto a Gunnar Myrdal*" (PREBISCH, 1976a, p. 1).

transformação do capitalismo periférico, uma vez que deveria combinar elementos do liberalismo e do socialismo.[48]

A discussão a respeito da produção intelectual de Prebisch nas décadas de 1970 e 1980 coloca em evidência uma inflexão em relação aos decênios passados, com notável radicalização. Prebisch empreendeu uma grande reformulação teórica-conceitual neste período, passando a adotar novas categorias e definições. Nesta incursão, preservou em linhas gerais um conjunto de temas e preocupações do estruturalismo, bem como a importância da história para a análise das contradições do capitalismo periférico. Tentou também ir além das categorias econômicas, incorporando explicitamente as relações de poder internas e externas, e a tensão entre democratização e autoritarismo, como indissociáveis do funcionamento do sistema econômico.

A crítica implacável de Prebisch ao monetarismo não se confunde com sua apreciação geral do liberalismo enquanto filosofia política. Seus ataques se direcionam particularmente às ideias propagadas pelas novas gerações de economistas formados nos centros acadêmicos norte-americanos e que ganhavam influência nas políticas econômicas da região. Prebisch criticou as teorias neoclássicas por seu estilo formalizado, incapaz de captar as especificidades do capitalismo periférico. Para ele, o neoclassicismo, ao buscar o rigor e desdenhar "*los que llamaban, en aquellos tiempos pasados, economistas literarios, lograron descartar de sus razonamientos elementos importantes de la realidad social y política, de la realidad cultural y también del desenvolvimiento histórico de las colectividades*" (PREBISCH, 1979c, p. 172).

Enfrentando essa crítica, Prebisch manteve sua tradição de apresentação de argumentos de maneira verbal. Embora seus textos tenham se baseado em uma complexa interação entre os conceitos, Prebisch não prescindiu da história para a compreensão da formação e dos problemas do capitalismo periférico (PREBISCH, 1978; 1985). Para ele, o desenvolvimento histórico do capitalismo criou uma crescente disparidade entre centro e periferia em termos de capacidade tecnológica, seja quando seu desenvolvimento era voltado para fora, seja quando se voltou para

[48] Este tema suscita debates a respeito das influências teóricas do autor. Hodara (1988, p. 602) entende que, no seu *Capitalismo periférico*, Prebisch tinha um "hálito utópico" influenciado por uma gama eclética de referências intelectuais: desde o trabalhismo inglês de John Strachey, passando por neomarxistas como Lukács, Gramsci, E. Mandel e a Escola de Frankfurt, as teorias do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein, e chegando até mesmo ao socialismo utópico de W. Godwin e Saint Simon. O autor não propõe que Prebisch de fato conhecia as obras desses autores, mas sim que assimilou suas ideias indiretamente a partir dos contatos que teve na CEPAL e com diferentes audiências. Criticando a fragilidade desse pressuposto do ponto de vista de uma história intelectual, Medeiros (2021b) aponta as influências intelectuais de Prebisch em seu círculo social mais íntimo, tais como Celso Furtado,[48] José Medina Echavarría, Adolfo Gurrieri, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Aníbal Pinto e Osvaldo Sunkel. Não é o propósito da tese adentrar neste debate, mas é importante reter que Prebisch reformulou seu pensamento em bases conceituais bastante heterogêneas.

a industrialização deliberada. Essa dinâmica histórica se expressaria, na fase mais recente, por meio do papel que as empresas transnacionais exerciam na manutenção dos problemas da estrutura social da periferia (PREBISCH, 1978; 1982c). Assim, o estilo profissional de Prebisch se manteve mais associado a uma tradição estruturalista, formulando seus argumentos verbalmente e ressaltando o papel da história na conformação das sociedades periféricas.

A associação de Prebisch com a CEPAL é, com razão, marcada principalmente por sua contribuição nos anos 1950 e 1960. Mas qual era o lugar que Prebisch e suas ideias ocupavam no interior da CEPAL durante os anos 1970 e 1980? Argumentamos que, apesar de seu prestígio internacional e do respeito que conservava no interior da CEPAL, Prebisch não ocupava um lugar institucional proeminente na Comissão, assim como suas ideias não eram mais capazes de exercer um papel de liderança intelectual, como havia ocorrido nas décadas de 1950 e 1960.

Um condicionante importante para entender o lugar de Prebisch na CEPAL é sua amizade com Enrique Iglesias, Secretário Executivo da CEPAL entre 1972 e 1985. Dosman (2008) evidencia que Prebisch mobilizou seu prestígio em Washington para emplacar Enrique Iglesias como substituto de Carlos Quintana como Secretário Executivo. Como relata Iglesias (2001), a criação da *Revista da CEPAL* foi motivada por sua relação com Prebisch: "*Cuando él se va de ILPES, yo le ofrezco la asesoría permanente y Director de la Revista de la CEPAL, cosa que creamos entre otras cosas para darle a él un espacio*". Prebisch agora estava livre de quaisquer funções executivas e responsabilidades institucionais, podendo abordar os temas que bem entendesse, sem o perigo dos governos pedirem sua cabeça (DOSMAN, 2008). O personalismo de Prebisch na revista também é indicado por outro ex-economista da Comissão, que afirma que "*Ahí escribió lo que le daba la gana con la gente que él quería*" (ENTREVISTA P).

No que se refere ao lugar Prebisch em meio às mudanças pelas quais a instituição passou nas décadas de 1970 e 1980, sua imagem é disputada pelos entrevistados. De um lado, um ex-sociólogo da CEPAL via um choque geracional, com a chegada de novos economistas que queriam mudar tudo, sem consideração com o pensamento de Prebisch (ENTREVISTA I). No mesmo sentido, um ex-economista da CEPAL defende que, apesar do grande respeito, as novas gerações abandonaram complemente sua linguagem: "*nunca más hablaron del centro, de periferia y hablaron de competitividad, era competitividad sistémica. Ellos eran sistémicos, entonces la competitividad, la noción de competitividad era que competía el país y el país competía a lo largo de todo su sistema*" (ENTREVISTA P). De outro lado, um ex-economista da CEPAL argumenta que Prebisch era ponderado, defendendo-o em diferentes oportunidades de críticas em relação a sua formação em Economia nos Estados Unidos (ENTREVISTA M).

Em suma, as mudanças observadas em Prebisch nesse período respondem mais à sua própria dinâmica de redefinição intelectual e reflexão pessoal sobre sua trajetória do que a algum compromisso em buscar um novo caminho intelectual para a Comissão. Dotado ainda de muito prestígio, a produção teórica de Prebisch não possuiria influência mais do que marginal nos rumos da instituição a partir de então. Reflexo da heterogeneidade intelectual e profissional ali existente, as novas contribuições de Prebisch representavam uma posição minoritária no período. Suas reflexões encontraram um veículo propício na *Revista da CEPAL*, que oferecia mais graus de liberdade do que os relatórios institucionais da instituição. Ainda assim, os trabalhos de Prebisch permitem entrever como determinadas críticas encontradas nos *Estudios Económicos* da década de 1970 — como à "economia social de mercado" e ao "*aperturismo*" — circulavam mais amplamente no interior da instituição. Explicar como chegaram a se manifestar nos relatórios conjunturais da Comissão requer uma exploração mais aprofundada sobre a heterogeneidade do quadro técnico da CEPAL e as posições de poder no seu interior.

3.3 O estruturalismo no pensamento econômico de Aníbal Pinto e sua influência na CEPAL durante a década de 1970

Seguimos nossa análise sobre a heterogeneidade intelectual e profissional existente entre os principais membros da CEPAL com o caso de Aníbal Pinto. Um dos mais renomados economistas latino-americanos, participou da geração da CEPAL que lançou as principais teorias e categorias do estruturalismo durante as décadas de 1950 e 1960. Seguindo uma estrutura semelhante à seção anterior, analisamos as continuidades e os novos caminhos percorridos pelo autor no âmbito da CEPAL das décadas de 1970 e 1980, bem como seus posicionamentos em relação ao contexto chileno. Além disso, analisamos as características do estilo teórico e profissional do autor e seu papel intelectual e institucional no interior da Comissão.

Aníbal Pinto Santa Cruz nasceu no Chile em 1919 e se formou em Direito pela Universidade do Chile e em Finanças pela *London School of Economics*, entre 1948 e 1951. Ingressou na CEPAL em 1953 (FAJARDO, 2022). Entre 1960 e 1965, atuou como Diretor da subsede do ILPES no Rio de Janeiro. Em Santiago, entre 1965 e 1971, foi professor da *Escuela Latinoamericana para Graduados* (ESCOLATINA), e Diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico da CEPAL entre 1970 e 1979. Em 1980, tornou-se Consultor Principal da instituição e Diretor da revista *Pensamiento Iberoamericano*, financiada pelo Instituto de

Cooperação Iberoamericana (ICE) da Espanha e pela CEPAL. No ano seguinte, associou-se como pesquisador à CIEPLAN e à FLACSO. Em 1987, assumiu a direção da *Revista da CEPAL* e se aposentou das Nações Unidas, vindo a falecer em 1996 (UNIVERSIDAD DE CHILE, 2022). Klüger (2017, pp. 71-72) destaca que Pinto possuía atributos sociais e culturais importantes devido à inserção da sua família na vida política chilena. Ele era bisneto e neto de dois ex-presidentes chilenos, respectivamente Francisco Antonio Pinto (1827-1829) e Aníbal Pinto Garmendia (1876-1881). Além disso, possuía laços pessoais com Hernán Santa Cruz, diplomata que desempenhou um papel fundamental na criação da CEPAL. Com ampla base cultural, Pinto, sob a influência da CEPAL, formulou ao longo de sua vida sua própria visão dos problemas do subdesenvolvimento latino-americano.

Nas décadas de 1950 e 1960, Pinto foi fundamental na elaboração das ideias da CEPAL. Publicou, por exemplo, a primeira crítica sistemática das políticas propostas pelo FMI para o combate à inflação (SERRA, 1998). Além disso, juntamente com Juan Noyola Vásquez e Osvaldo Sunkel, desenvolveu a tese da inflação estrutural, que enfatizava os sucessivos estrangulamentos externos e a rigidez da oferta agrícola como elementos determinantes da inflação nos países latino-americanos (BIELSCHOWSKY, 2000; FAJARDO, 2022).

Aníbal Pinto também foi autor de importantes livros sobre a história econômica chilena, como *Chile: um caso de desarrollo frustrado* (1959) e *Chile: una economia difícil* (1965). No primeiro, analisando a história econômica do Chile entre meados do século XIX e a primeira metade do século XX, argumentou que, apesar do país ter experimentado as condições ideais dos preceitos liberais clássicos, não houve elevação da produtividade geral e nem diversificação das suas forças produtivas. Já no segundo trabalho, analisou as dificuldades do processo de substituição de importações no país. Para Serra (1998, p. 3), essas obras expressam características fundamentais do autor: "Aníbal Pinto esteve à vontade na apreciação crítica da ortodoxia, pois sempre se debruçou na análise histórica e na análise comparada de processos de desenvolvimento. Além disso, nunca deixou de prestar muita atenção à interação do desenvolvimento econômico com a política e a sociedade".

Outra contribuição seminal de Aníbal Pinto foi a tese da heterogeneidade estrutural, desenvolvida na década de 1960, principalmente em "*Naturaleza e implicaciones de la heterogeneidad estructural de la América Latina*" (1970). O autor apontou que a difusão do progresso técnico gerava a coexistência de setores de alta e baixa produtividade em um mesmo país e região, contribuindo para a concentração de renda. Para Valenzuela Feijóo (2022), a noção de heterogeneidade estrutural, que expressa para o interior da economia nacional os termos da análise do sistema centro-periferia da CEPAL, foi a principal contribuição de Aníbal

Pinto para o estruturalismo. Essa tese constatava que a industrialização reproduzia em novos formatos a velha heterogeneidade da estrutura produtiva, não sendo capaz de eliminar o dualismo estrutural (MEDEIROS, 2021a).

Essa foi uma das múltiplas respostas que os intelectuais latino-americanos deram ao contexto de crise e estagnação do início da década de 1960, a partir do qual paulatinamente reconhecia-se que a industrialização deliberada, além de não pavimentar o caminho para o desenvolvimento econômico, acentuava os típicos problemas da periferia, como baixa produtividade, utilização de tecnologias poupadoras de trabalho, pobreza e exclusão social. Como discute Bielschowsky (2000), para além do influente *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina: um enfoque estruturalista* (1966), de Celso Furtado — que já havia deixado a CEPAL em 1959 — surgiram outras teses importantes no interior da Comissão, como "Por uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano", de Raúl Prebisch (1963), e o clássico *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, desenvolvido pelos sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1969). Além disso, também ganhou força em Santiago a teoria da dependência de cunho marxista, elaborada por intelectuais exilados como André Gunner Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini.

De um lado, Prebisch argumentava que as economias latino-americanas tinham problemas crônicos como insuficiência de poupança e uso de tecnologias intensivas em capital, o que gerava uma insuficiência na acumulação de capital. A solução seria, portanto, a alteração da distribuição de renda por meio de reformas sociais, em particular a reforma agrária. De outro lado, Cardoso e Faletto enfocam que a especificidade histórica do subdesenvolvimento advinha da relação entre, de um lado, as alterações na estrutura produtiva dos países periféricos, e de outro, as mudanças nas estruturas de poder, investigando a vinculação entre seus diferentes grupos sociais dominantes com os grupos do centro em cada momento histórico, que se expressam em relações de dominação, alianças e subordinação (CARDOSO; FALETTO, [1969] 1970). Pinto era crítico das teorias da dependência, especialmente devido a sua ênfase em determinantes externos oriundos de um passado distante. Como mostra Fajardo (2022, p. 177), "*Aníbal Pinto criticized Frank for using dependency as a narrative of 'original sin' that doomed Latin America to underdevelopment ever since 'Christopher Columbus departed from Palos de Moguer*'."

Para Bielschowsky (2000, p. 43), os trabalhos de Prebisch, Cardoso e Faletto, e a tese da heterogeneidade estrutural de Aníbal Pinto expressavam uma agenda política semelhante, de reforma do capitalismo, descartando o caminho da revolução proposto pelos teóricos da dependência. Apesar dessa semelhança, a tese da heterogeneidade estrutural se afasta do

estagnacionismo. Conforme indica Medeiros (2021a), Pinto negava a existência de condições estruturais que bloqueassem o dinamismo econômico das economias latino-americanas. Pelo contrário, propunha uma relação mais complexa entre diferentes camadas da estrutura produtiva (estratos tecnológicos com diferentes níveis de produtividade) e a distribuição de renda.[49] Em síntese, durante os anos 1950 e 1960, Aníbal Pinto se mostrou um personagem central na elaboração (e reformulação) teórica do pensamento cepalino, mobilizando uma perspectiva intrinsicamente histórica dos problemas do subdesenvolvimento latino-americano.

Já nas décadas de 1970 e 1980, Pinto se tornou Diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico (1970-79) e um dos propositores do conceito de *estilos de desarrollo*, apresentado em seu "*Notas sobre los estilos de desarrollo en América Latina*" (1976). Como assinala Medeiros (2021a), a trajetória desse conceito não é linear, tendo sido adotado por diferentes autores — como Oscar Varsavsky, Pedro Vuskovic, Eric Calcagno, Pedro Sainz, Charles Rollins — que utilizavam a noção de estilos para se referirem a conceitos correlatos como sistema, estrutura, política econômica, etc. Embora não tenham sido seus criadores, o debate em torno do conceito ganhou maior sofisticação por meio dos trabalhos de Pinto e Jorge Graciarena, Diretor Adjunto da Divisão de Desenvolvimento Social. Medeiros (2021a) ainda contextualiza que diversos eventos históricos contribuíram para o florescimento da discussão, como a percepção de que a retomada do crescimento no final dos anos 1960 — por exemplo, o "milagre econômico" do Brasil — era "perversa", a proliferação das ditaduras, o paulatino reconhecimento da heterogeneidade ds países latino-americanos e os esforços da ONU para criar enfoques mais interdisciplinares.

Nesse contexto, o conceito de estilos surgiu como desdobramento da tese da heterogeneidade estrutural. Para afastá-lo das acepções de sistema e estrutura, Pinto atribuiu ao conceito de sistema um alto grau de generalidade, podendo ser definido como capitalismo ou socialismo. Já a estrutura referia-se à classificação dos países entre desenvolvidos e subdesenvolvidos. Dessa forma, existiriam alguns tipos de economias: capitalista industrializada, capitalista subdesenvolvida, socialista desenvolvida e socialista

[49] Expressão dessas diferenças é que, no mesmo período, Furtado em seu *Subesenvolvimento e estagnação na América Latina: um enfoque estruturalista* (1966) constatou a "tendência à estagnação" da América Latina com foco na insuficiência da demanda devido à utilização de tecnologia poupadora de trabalho no processo de industrialização (BIELSCHOWSKY, 2000). Poucos anos depois, Tavares e Serra publicaram "Além da estagnação" (1973), no qual, à luz do dinamismo da economia brasileira na segunda metade da década de 1960, argumentaram que a concentração de renda se mostrava funcional para a continuidade da acumulação de capital, baseada em setores modernos apoiados pelo Estado e pelo capital estrangeiro. Pinto foi uma grande referência para Tavares e Serra, tendo sido o segundo diretor do Centro CEPAL-BNDE, onde Tavares trabalhava no início da década de 1960, e principalmente durante o exílio deTavares e Serra no Chile, a partir de 1964 (KLÜGER, 2017). Por isso, não surpreende a influência do autor nas ideias contidas no texto, reconhecida por seus discípulos em diferentes oportunidades (TAVARES; SERRA, p. 152; SERRA, 1998, p. 6).

subdesenvolvida. Em cada uma dessas situações, a experiência histórica mostraria um modo concreto de funcionamento, correspondendo assim a múltiplos estilos de desenvolvimento.

Pinto (1976, p. 104) definiu estilos de desenvolvimento como "*la manera en que dentro de un determinado sistema se organizan y asignan los recursos humanos y materiales con el objeto de resolver los interrogantes sobre qué, para quiénes y cómo producir los bienes y servicios*". Para ele, um estilo de desenvolvimento é formado por dois conjuntos de características que interagem entre si por meio de causalidade cumulativa. Em primeiro lugar, uma base estrutural, que se refere à organização da estrutura produtiva, isto é, à composição setorial do produto e do emprego, os diversos estratos tecnológicos e o tipo de relacionamento externo. Em segundo lugar, os fatores dinâmicos, que respondem ao nível e à composição da demanda bem como à distribuição de renda. Ao analisar o estilo de desenvolvimento prevalecente na América Latina, Pinto enfatizou que "uma estrutura produtiva concentrada e heterogênea contribuiu para a formação de um padrão distributivo centrado no consumo das classes altas e médias altas" (MEDEIROS, 2021a, p. 97).

Em suma, o autor estabeleceu nexos entre a estrutura produtiva e o padrão da distribuição de renda, com influências recíprocas: além da base produtiva condicionar a forma específica da estrutura da demanda e da distribuição de renda, os fatores dinâmicos podem reforçar ou alterar as características da base estrutural. A discussão sobre estilos de desenvolvimento evidencia como Pinto se tornou um autor fundamental na redefinição do pensamento estruturalista da CEPAL. Conforme Bielschowsky (2000), o pensamento da CEPAL na década de 1970 ficaria marcado por essa discussão, a partir da qual a CEPAL buscava enfatizar outros "estilos" que contemplassem melhor distribuição de renda.

Esse ângulo analítico ancorado nas relações entre a estrutura produtiva e a distribuição de renda também se fez presente em novos recortes temáticos, como pode ser observado na análise empreendida no artigo "*Metropolización y terciarización: malformaciones estructurales en el desarrollo latinoamericano*" (PINTO, 1984). Para o autor, o sobredimensionamento metropolitano e a terceirização espúria — empregos precários e informais de baixa produtividade no setor de serviços — eram fenômenos devidos à estrutura concentrada dos fatores produtivos, da renda e do poder. Conforme enfatiza Pinto (1984, p. 17), "*parece evidente que las transformaciones de las estructuras del empleo y la producción, la concentración metropolitana y las relaciones del universo agrario con el urbano, han tenido una repercusión profunda en la distribución del ingreso, el ritmo y la modalidad de crecimiento y el relacionamiento externo*". Ao contrário de orientar a estrutura produtiva para a produção de bens básicos que atendessem os grandes contingentes populacionais, a concentração de renda

produziu uma estrutura produtiva voltada à oferta de bens e serviços incompatíveis com os níveis de renda das economias periféricas.

Em seus artigos, Pinto também lidou com os grandes dilemas e desafios do pensamento econômico da CEPAL. Em "*Falsos dilemas y opciones reales en la discusión latinoamericana actual*" (1978), expressou seu descontentamento com os termos dos debates em curso na América Latina. Em relação ao primeiro falso dilema, Mercado versus Estado, argumentou que, em qualquer economia capitalista ou socialista, o Estado é um ator fundamental, que condiciona o mercado e é por este condicionado. Por trás dos mecanismos de mercado, da "soberania do consumidor" e de suas "necessidades", existem relações de poder. Segundo Pinto (1978, p. 31), na periferia, os fatores que justificam a necessidade de intervenção do Estado vão muito além das simples "imperfeições" reconhecidas pelo "dogma" liberal. Para ele, Prebisch acertou quando disse que o mercado carece de horizonte temporal, social e histórico, o que é corroborado pelas discussões sobre a destruição ambiental à época. Por isso, as transformações necessárias deveriam ser conduzidas primordialmente pelo Estado, o que não exclui a possibilidade de que algumas delas possam ser coordenadas com o mercado.

Além disso, segundo o autor, reconhecer os excessos do protecionismo não implicava defender a liberalização comercial míope, e que o debate deveria caminhar em direção a um "protecionismo esclarecido", uma proteção racional combinada com os benefícios da inserção externa. No terceiro tema, as vantagens comparativas, Pinto sublinhou que a concepção sobre as atividades produtivas se baseia no critério dos padrões internacionais que "*justificaría su existencia; las 'desventajas comparativas' su extinción. Se trata, por cierto, de la versión extrema de una lógica 'darwiniana'*" (pp. 37-39). Faria mais sentido pensar em termos de vantagens adquiridas, conceito que não toma as condições de um país como dadas, o que seria confirmado pelo caso japonês. Finalmente, assinalou a confusão existente nas propostas da ortodoxia, que presumem que os críticos defendem a autarquia. Ao contrário das propostas ortodoxas, que incentivam o consumo de bens importados, a abertura deveria fortalecer e diversificar a estrutura produtiva nacional, combinando substituição de importações e promoção de exportações, como ocorria no Brasil à época.

Os escritos de Pinto sempre adotaram uma atitude francamente crítica às ideias ortodoxas, característica essa também presente durante as décadas de 1970 e 1980. Como bem capta Valenzuela Feijóo (2020, p. 78), "*polemizar con el monetarismo ortodoxo*" era seu esporte favorito. Em seu "*El desafío ortodoxo y las ideas de Medina Echavarría*", Pinto (1988, p. 94) recorreu às ideias sociológicas e ao legado de José Medina Echavarría como recurso argumentativo contra a ofensiva da "ortodoxia monetarista". Na sua visão, as ideias do

sociólogo eram importantes porque, muito além da caricatura dos economistas ortodoxos, Echavarría estudou o Estado "realmente existente", cuja ação reformadora do capitalismo assumiu um caráter dinâmico a partir do século XIX, salvando o sistema da crise de 1929 e constituindo o *welfare state* europeu. À luz disso, apontou as debilidades da noção de "Estado subisidário", que propõe a redução do gasto público e a privatização das empresas estatais.

A utilização de certos termos polêmicos, como "lógica darwiniana", e a construção dos argumentos anteriores de Aníbal Pinto remetem diretamente aos *Estudios Económicos*, que estava sob sua coordenação. Sua participação direta na elaboração dos relatórios institucionais da Comissão no período pode ser exemplificada, mais uma vez, por meio do estudo especial publicado no *Estudio Económico* de 1978 intitulado "*La internacionalización de la economía mundial y América Latina: significados y opciones*" (CEPAL, 1978a). Conforme discutido no capítulo anterior, neste documento a CEPAL, utilizando uma linguagem contundente, sistematizou suas críticas ao processo de internacionalização e ao "*aperturismo ideológico*" dos casos do Chile, Argentina e Uruguai, além de identificar o *Chicago Boy* Rolf Lüders como representante desse enfoque. Esse estudo foi elaborado por Aníbal Pinto, que o publicou na *Revista da CEPAL* em duas partes (PINTO, 1979; 1980). Como principal responsável pela elaboração do relatório, Pinto fez valer suas visões críticas. Isso demonstra como as ideias institucionalmente legítimas que apareciam nos *Estudios Económicos* sob a assinatura da CEPAL eram também expressão da circulação de ideias no interior da Comissão e de suas estruturas internas de poder. Essa discussão, publicada nos documentos institucionais e na *Revista da CEPAL*, não era considerada apropriada para reuniões com Estados-membros da Comissão, pela possibilidade de constrangimentos políticos.[50] A personalização da crítica do monetarismo em Rolf Lüders também ocorreu no artigo "*Falsos dilemas*", no qual Pinto (1978, p. 78) apresenta uma declaração do "economista ortodoxo" para o jornal *La Tercera de la Hora* como exemplo da "visão celestial" do mercado, que não compreendia as assimetrias de poder existentes na sociedade por trás do conceito de "soberania do consumidor."

A discussão sobre o pensamento econômico de Aníbal Pinto até agora nos mostra como, do ponto de vista teórico, o autor desenvolveu contribuições importantes. Rejeitando enfaticamente o monetarismo, adotava uma visão realista, buscando conciliar o estruturalismo latino-americano das décadas de 1950 e 1960 com os novos contextos e as críticas recebidas

[50] Em uma carta de Prebisch a Aníbal Pinto em 1981, o economista argentino elogiou a discussão sobre o *aperturismo* elaborada pelo autor que faria parte do discurso de Enrique Iglesias em uma reunião em Montevidéu. Porém, advertiu que talvez "*no sea el lugar más adecuado para lanzar expresiones como las suyas*". Além disso, contou-lhe que também queria abordar o tema "*con mi habitual circunspección oratoria*" (PREBISCH, 1981c).

pela CEPAL. Uma renovação intelectual dessa natureza poderia resultar em várias combinações, mais ou menos alinhadas às categorias e ao ideário estruturalista tradicional. Nosso argumento é que Pinto escolheu um caminho de renovação ainda muito ligado às ideias clássicas da CEPAL.

O autor defendeu incansavelmente a relevância das ideias da CEPAL ao discutir diferentes problemáticas do subdesenvolvimento da América Latina. Por exemplo, ao apontar o fenômeno da metropolização, assinalou que sua origem se devia à penetração do progresso técnico, argumentando que "*La CEPAL le prestó atención a este aspecto desde sus primeros documentos y la interpretación de las dificultades que encuentra ese proceso ha estimulado mucha reflexión teórica e investigación empírica en esa institución*" (PINTO, 1984, p. 17). Além disso, ao discutir como o protecionismo pós-Grande Depressão gerou barreiras e tarifas excessivamente altas que foram conservadas pelo protecionismo intencional para a industrialização, Pinto enfatizou que diversos documentos da CEPAL nos anos 1950 reconheciam isso e propunham sua racionalização, o que não invalida "*la tesis proteccionista general, que tiene fundamentos sólidos y bien conocidos*" (PINTO, 1978, p. 36).

Esse papel de porta-voz da importância das ideias da Comissão pode ser explicitado também em dois outros textos, destinados a audiências distintas. Em "*Centro—periferia e industrialización. Vigencia y cambios en el pensamiento de la CEPAL*" (1983), escrevendo para acadêmicos e *policymakers*, Pinto ressaltou como o pensamento cepalino fora alterado de acordo com novos quadros históricos e problemas que envolviam o sistema internacional e a periferia. A renovação necessária deveria estar alinhada à "*conservación y vigencia de muchas de las ideas fuerza sustentadas desde los albores de la actividad cepalina*" (PINTO, 1983, p. 1046). Já no documento intitulado "*La CEPAL: escenarios y perspectivas*" (1982), produzido para discussão no interior da Comissão, Pinto analisou as razões por trás da perda de influência e status institucional que a CEPAL tinha na sua etapa "fundacional". Frente à formação por parte da ortodoxia monetarista de um "*esquema alternativo y desafiante*", de natureza global, mas com grande presença no Cone Sul, o autor reafirmou suas convicções na adequação do enfoque cepalino, "*en lo esencial*", às novas condições históricas: "*Estoy convencido que la concepción cepalina continua siendo el único cuerpo coerente de orientación y práxis que está disponible*" (PINTO, 1982, p. 15). Ainda assim, expôs seu descontentamento com qualquer tipo de "*romanticismo fundamentalista*", no sentido de apego ao pretenso "*cuerpo sagrado*" de ideias e práxis cepalinas.

Sua crítica ao monetarismo e a defesa da relevância das ideias seminais cepalinas está intrinsicamente relacionada ao seu estilo profissional, que se mantém, no período, ligado ao estruturalismo latino-americano. Como expressa um *Chicago Boy*, interlocutor da pesquisa:

> *Pinto atacó muy fuertemente al grupo de Chicago. O sea, no tanto a nosotros, a los chilenos, pero a los americanos. Y le daba mucho a la teoría económica, porque como la teoría económica de Chicago era más formal, que en verdad se expresaba más formal que lo que Aníbal Pinto estaba acostumbrado a hacer* (ENTREVISTA C).

No estilo profissional de Aníbal Pinto, expresso em seus trabalhos sobre história econômica e também em suas análises sobre o desenvolvimento econômico, a história desempenhava um papel fundamental na compreensão das sociedades periféricas. Ao analisar os aspectos gerais do método do autor, Valenzuela Feijóo (2022, p. 81) enxerga semelhanças entre Pinto e os economistas clássicos, como Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill, no sentido de identificação de variáveis estruturais estratégicas e análise de seus entrelaçamentos com a dinâmica do desenvolvimento. Em suma, o enfoque estrutural do autor era dinâmico e buscava o concreto. Porém, "*como los tiempos reales no son más que la expresión de las mutaciones o cambios que experimentan los fenómenos, la temporalidad o dinámica que Pinto maneja nos remite a los ritmos o tempos con que el sistema económico se va modificando*" (VALENZUELA FEIJÓO, 2002, p. 85). Daí surge a importância da história. Pinto historicizava seus conceitos e observava as mudanças estruturais da economia, de uma fase histórica a outra, com foco nas alterações do padrão de acumulação e no estilo do capitalismo subdesenvolvido — por exemplo, do modelo primário-exportador para a industrialização baseada no mercado interno, da substituição de importações ao padrão de industrialização exportadora, e deste para o neoliberal — identificando as características de cada fase e os fatores que contribuíram para sua alteração.

Chegamos ao ponto de indagar qual era o papel intelectual e institucional que o autor exercia na CEPAL nas décadas de 1970 e 1980. Apesar de que Pinto e Prebisch fossem próximos e apresentassem convergências em sua preocupação com os problemas da estrutura produtiva, o consumo desenfreado e a crítica ao monetarismo e ao *aperturismo*, suas atitudes intelectuais e seus lugares institucionais na CEPAL eram completamente distintos. Do ponto de vista intelectual, enquanto Prebisch ponderava as contradições do capitalismo periférico, elaborando uma proposta de transformação integral, o economista chileno se tornou um dos guardiões do pensamento econômico cepalino, tratando de adaptá-lo às novas condições históricas, mas sempre enfatizando que as contribuições e as propostas da CEPAL ainda eram um guia válido de interpretação e intervenção na realidade periférica. Institucionalmente, ao

contrário de Prebisch, Pinto exerceu uma posição de influência durante a década de 1970 na condição de Diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico, na qual era responsável pela elaboração do principal produto da instituição, os *Estudios Economicos*. Assim, podemos entender por que essa publicação conjuntural empregava uma linguagem contundente em certos momentos, refletindo as críticas ácidas de Pinto ao monetarismo, ao *aperturismo* e ao caso chileno, além de propor a combinação de substituição de importações com promoção de exportações. Sua influência também se manifestou na constante presença de estudos especiais sobre temas caros ao pensamento estruturalista. Nos anos 1980, Pinto também deixou suas funções executivas para assumir a *Revista Pensamiento Iberoamericano*, logo ocupando o lugar de retiro de Prebisch como Diretor da *Revista da CEPAL* em 1986.

A figura de Pinto como, ao mesmo tempo, um grande representante do pensamento estruturalista da CEPAL e promotor da adaptação aos novos problemas latino-americanos é confirmada por um ex-economista da instituição: "*era como el gran padre de la familia. Aníbal era una persona que era muy consciente de la gran construcción de la CEPAL, pero que también se daba cuenta que había ciertos vacíos*" (ENTREVISTA M). Essa consciência intelectual também se expressava em meio aos embates intergeracionais no interior da CEPAL. Nos agradecimentos de seu *Capitalismo periférico*, Prebisch (1981, p. 9) reconheceu o papel de Aníbal Pinto: "*Ha sido ingente su aportación intelectual y su influencia sobre nuevas generaciones de economistas. ¡Sabe dialogar con viejos y jóvenes*!".

Diversos entrevistados assinalaram que, no interior da CEPAL, havia uma grande divisão entre aqueles que defendiam o legado e a preservação das ideias estruturalistas mais clássicas da Comissão, denominados de "defensores da fé" ou tradicionais, e aqueles que buscavam sua adaptação e mudanças face à nova realidade econômica e social, que levavam o nome de "modernizadores". As repercussões dessa divisão serão aprofundadas nas seções seguintes, porém cabe enfatizar que coube a Pinto um papel de mediador entre os grupos. Segundo um ex-economista da Comissão, ele "*era una persona muy admirada por los guardianes de la fe, pero también supo dialogar y entenderse con los modernizantes*" (ENTREVISTA K). Em um texto já discutido, Pinto (1982c, p. 18) exerceu esse papel ao tratar cautelosamente e oferecer caminhos para resolver "*la polémica — lavarda o aberta — dentro de* '*la casa*'" sobre os nexos entre industrialização e abertura comercial. Para o autor, era possível encontrar "espaços de consenso" porque havia coincidências em vários aspectos, tais como a necessidade de um processo de industrialização, a importância da expansão das transações com o exterior – seja para impulsionar as substituições de importações (*desarrollo*

hacia adentro) ou para dinamizar as exportações (*desarrollo hacia afuera*) – a relevância do papel do Estado e a desejada participação dos investimentos estrangeiros.

Em resumo, Aníbal Pinto foi um personagem central no enfrentamento da crise intelectual que a CEPAL atravessou na década de 1970. O autor representou uma voz que reconhecia a necessidade de redefinição do pensamento da CEPAL, mas também enfatizava a importância das ideias seminais da instituição. Como dito anteriormente, essa combinação entre fontes teóricas e estilos profissionais diferentes admitia múltiplas combinações; no caso de Pinto, o pêndulo se direcionava mais ao estruturalismo do que às concessões críticas. Fruto e reflexo da heterogeneidade intelectual e profissional da CEPAL, outras respostas a esse desafio também viriam à tona. Como discutiremos na próxima seção, algumas destas respostas, formuladas por economistas cuja formação estava associada a programas de pós-graduação dos Estados Unidos, influenciaram decisivamente a alteração da orientação geral da Comissão a partir do início da década de 1980.

3.4 A americanização da Economia por meio da ascensão dos estudos macroeconômicos de Andrés Bianchi e Joseph Ramos na Divisão de Desenvolvimento Econômico

Apesar do papel de Aníbal Pinto para preservar e reatualizar o instrumental analítico da CEPAL, ficava cada vez mais claro o divórcio entre os contextos econômicos e políticos, de um lado, e as ideias e enfoques analíticos da Comissão, por outro. O agravamento da conjuntura econômica internacional do início dos anos 1980 coincidiu com a substituição de Pinto na Direção de Desenvolvimento Econômico por Andrés Bianchi, funcionário da Comissão desde 1975. Em 1982, Joseph Ramos também seria contratado como Subdiretor.[51] Sob a direção de Bianchi e a atuação de Ramos, ocorreu o aprofundamento do foco dos *Estudios Económicos* nas políticas de curto prazo, o que se manifestou em uma progressiva escassez de estudos especiais até 1985, quando desapareceram por completo.

A seguir, analisamos os papéis desses economistas a partir dos mesmos aspectos problematizados nas seções anteriores. Entretanto, em função da não existência de uma historiografia sobre esses economistas e da imagem progressivamente mais clara que vem se formando sobre nosso objeto de estudo a partir das seções anteriores, realizamos algumas

[51] A escolha do foco em Bianchi e Ramos se deve a suas posições institucionais mais influentes, e também porque seus trabalhos articulam uma gama maior de temas. O economista estadunidense Robert Devlin (1979; 1981; 1989), funcionário da divisão entre 1975 e o final dos anos 1980, também realizou importantes estudos sobre bancos internacionais e endividamento externo. Analisar sua contribuição, entretanto, significaria repetir vários argumentos.

adaptações. Discutimos os dois casos conjuntamente. Primeiramente, analisamos a trajetória biográfica, intelectual e profissional dos autores, apontando elementos que evidenciam o peso relativamente menor das ideias da CEPAL na conformação das suas ideias econômicas. Em seguida, apresentamos os principais trabalhos publicados por eles, analisando suas problematizações acerca das políticas liberalizantes e do caso chileno. Ao final, discutimos mais concretamente como seus estilos teóricos e profissionais se manifestaram nesses trabalhos.

A ascensão desses economistas na CEPAL deve ser compreendida no âmbito dos dilemas enfrentados pelo Secretário Executivo Enrique Iglesias nos contextos das décadas de 1970 e 1980. Como discutido no capítulo anterior, ele contornou uma complexa trama em relação à ditadura chilena, que envolvia a defesa dos direitos humanos e a cooperação técnica com o governo. Intelectualmente, o desafio também era enorme, em função das críticas dos teóricos da dependência, dos economistas liberais e de novos acadêmicos e centros de pesquisa surgidos na região. Iglesias (1993, 2001) define esse período pela busca de um "novo paradigma" que pudesse garantir a sobrevivência e relevância da CEPAL. Para enfrentar essa tarefa, destaca os papéis de Manuel Balboa, Pinto e Bianchi no processo de introdução de novos temas.

Devemos entender a referência simultânea a Pinto e Bianchi como reflexo da heterogeneidade que existia na CEPAL durante os anos 1970 e 1980 e também como manifestação da crise de seu pensamento, uma vez que os autores, embora compartilhassem a mesma tarefa — atualizar o pensamento da Comissão — possuíam concepções que apontavam em direções diferentes. Navegando um contexto complexo tanto no âmbito global quanto na América Latina e no Chile, coube a Enrique Iglesias intermediar, distribuir poderes e demarcar posições em meio às disputas entre duas gerações no âmbito da CEPAL, processo no qual os mais jovens progressivamente — ainda que não totalmente — se sobrepuseram à geração anterior em termos de influência. Iglesias possuía os atributos necessários para essa tarefa, com ampla habilidade política e diplomática, deferência aos grandes nomes cepalinos, especialmente Prebisch, e um amplo leque de contatos nos Estados Unidos devido à sua carreira no setor público e privado. Segundo o autor, "*empezamos a incursionarse en ese tema, tratando de conciliar la nueva economía que se venía la ortodoxia económica naciente con los principios fundamentales de la heterodoxia pasada*" (IGLESIAS, 2001).

Nosso argumento é que Bianchi e Ramos eram representantes de uma nova geração de economistas com pós-graduação nos Estados Unidos, inseridos no processo mais amplo de americanização da Economia. Apesar de alguma influência, seus referenciais teóricos e estilos profissionais não eram informados nem exclusiva nem determinantemente pelo estruturalismo

cepalino, mas sim pelos novos debates macroeconômicos das décadas de 1970 e 1980, originados a partir da contestação do keynesianismo da síntese neoclássica, e pelos padrões acadêmicos dos Estados Unidos. Carregando esses atributos profissionais, esses economistas foram importantes para a transição intelectual que a CEPAL atravessou no período.

Andrés Bianchi Larre nasceu em 1935 em uma família chilena de classe média na cidade de Valdivia, tendo estudado no Instituto alemão *Carlos Andwanter*. Formou-se em *Ciencias Jurídicas y Sociales* pela Universidade do Chile entre 1954 e 1958. Em função do seu interesse cada vez maior pela economia, ao invés de fazer o curso completo de *Ingeniería Comercial*, optou por cursar um programa de economia e estatística no *Centro Interamericano de Estadísticas Económicas y Financieras* (CIEF), instituição da Organização dos Estados Americanos (OEA). Entre 1959 e 1963, cursou o Mestrado em Economia com uma bolsa Fulbright na Universidade de Yale, onde passou aos estudos de Doutorado, porém sem concluir a tese (BIANCHI, 2000; ALDUNATE, 2020). Em seu retorno, primeiramente lecionou no CIEF e se tornou o segundo Diretor do *Programa Regional del Empleo para América Latina y el Carib*e (PREALC), entre 1971 e 1973 (ILO, 1993).

Já Joseph Rafael Ramos Quiñones nasceu em 1938 em uma família portorriquenha imigrante nos Estados Unidos. Graduou-se em Engenharia Elétrica em 1960 e obteve o doutorado em Economia em 1968 pela Universidade de Columbia. Entre 1968 e 1971, com bolsa da Fundação Ford, foi professor no Instituto de Economia da Universidade do Chile, lecionou na ESCOLATINA, participou de estudos econômicos do *Instituto de Humanismo Cristiano* e foi pesquisador da FLACSO. Entre 1972 e 1981, foi economista do PREALC, onde fez parte da equipe comandada por Bianchi nos primeiros anos (RAMOS, 2011).

Em 1988, Bianchi se tornou Secretário Executivo Adjunto, segundo mais alto cargo na hierarquia da CEPAL, abaixo somente do novo Secretário Executivo, Gert Rosenthal. Bianchi deixaria a CEPAL para se tornar o primeiro presidente do Banco Central autônomo do Chile, entre 1989 e 1991 (BIANCHI, 2000; ALDUNATE, 2020). Ramos permaneceu como subdiretor até 1990, continuando sua carreira na CEPAL no cargo de Diretor da Divisão de Desenvolvimento Produtivo e Empresarial entre 1992 e 1998 (RAMOS, 2011).

Diferentemente de Prebisch e Pinto — que nasceram nas duas primeiras décadas do século XX em famílias tradicionais respectivamente da Argentina e do Chile — Bianchi e Ramos tinham origens familiares mais modestas. Enquanto o amplo acesso de Prebisch e Pinto a capitais políticos e intelectuais das elites contribuiu para a entrada precoce desses economistas nos primeiros anos da CEPAL, as origens socais de Bianchi e Ramos os afastaram parcialmente,

tanto do ponto de vista geográfico como profissional, da esfera de influência da Comissão na década de 1950.

Vivendo em Valdívia nos anos 1940, Bianchi se mudou para Santiago em princípios da década de 1950, iniciando o curso de Direito na Universidade do Chile em 1954 (ALDUNATE, 2020). Esse curso, como nos relata um ex-economista da CEPAL, contava com uma disciplina de Economia Política ministrada por Alberto Baltra e outra de Política Econômica ministrada por Felipe Herrera, nas quais havia contatos preliminares com as ideias da CEPAL (ENTREVISTA M). Mas esse contato ocasional não chamou a atenção do autor para o ideário cepalino. Em função disso, escolheu cursar o programa do CIEF, baseado fundamentalmente em matemática e estatística, em detrimento do curso de *Ingeniería Comercial*,[52] no qual a influência intensa das ideias da Comissão se faria incontornável. Apenas um ano depois de se formar na Escola de Direito, Bianchi ingressou no Mestrado em Economia na Universidade de Yale. Portanto, seu primeiro contato sistemático com discussões econômicas mais aprofundadas ocorreu durante seu treinamento em uma universidade norte-americana, o que contribuiu para a formação de referências teóricas e estilo profissional amparado nos padrões acadêmicos dos Estados Unidos.

No caso de Ramos, os motivos de seu distanciamento das ideias da CEPAL são mais óbvios. Vivendo nos Estados Unidos, ingressou na carreira universitária no curso de Engenharia Elétrica no fim da década de 1950. No Prefácio de seu livro autobiográfico, Ramos (1991b, p. 9) descreve com desalento a conclusão do seu curso de engenharia em 1960, afirmando que o terminou porque não sabia o que fazer. Já nos anos 1960, após um "*desierto de siete años*", período no qual sua fé cristã despertou sua sensibilidade à pobreza e ao desenvolvimento econômico, decidiu estudar Economia. Em suas palavras, "*fue afirmando em mí la certeza de que la manera privilegiada de amar el prójimo en la segunda mitad del siglo XX era apoyando el desarrollo económico, social y político del Tercer Mundo*" (p. 10).

Em Columbia, Ramos desenvolveu sua tese de doutorado — orientado inicialmente pelo professor polonês Stanislav Wellisz e depois por Jacob Mincer — na área de desenvolvimento econômico, na temática do emprego na América Latina. Seu objeto de tese envolveu um fenômeno apontado pela CEPAL, desenvolvido principalmente por Zygmunt Slawinsk entre 1963 e 1968 (LOVE, 2005, p. 108), que indicava como a industrialização latino-americana, ao contrário do ocorrido em países desenvolvidos, não incrementou proporcionalmente o emprego

[52] *Ingeniería Comercial* é o título outorgado aos formados em Economia e Administração de Negócios no Chile desde 1935 na Universidade do Chile e 1942 na Universidade Católica (MONTECINOS, 2009).

manufatureiro devido à lenta absorção das indústrias, levando pelo contrário ao surgimento de um setor terciário de baixa produtividade (RAMOS, 1970). Durante a elaboração da tese, inspirado pelo processo de *Revolución en Libertad* do governo de Eduardo Frei (1964-1970), Ramos desembarcou no Chile, aprofundando-se nas ideias da CEPAL. Apesar da aproximação, sua tese de doutorado *Labor and Development in Latin America* (1970) submeteu a referida concepção da Comissão sobre o emprego ao escrutínio crítico da análise empírica.

Em sua tese, ainda que tenha usado contribuições da CEPAL sobre o desemprego estrutural e o desemprego disfarçado, o autor criticou a concepção da Comissão sobre a lentidão do emprego industrial e a subocupação laboral pelo setor terciário, argumentando que a introdução da tecnologia moderna elevou a demanda por trabalho qualificado, aumentando a qualidade do emprego industrial na América Latina. Assim, ao contrário da CEPAL — que focava na acumulação de capital como principal meio de assimilação da tecnologia moderna — o autor interpretou que o emprego cumpria um papel fundamental como um componente do próprio processo de desenvolvimento econômico, por meio da aquisição de habilidades, aumentando o investimento em capital humano na economia (RAMOS, 1970, p. 232).

Podemos colocar em evidência o significante apelo empírico derivado da formação em Columbia, que se reverbera na verificação e refutação de uma teoria da CEPAL à luz de conceitos que estavam em voga nos Estados Unidos. Em suma, Bianchi e Ramos possuíam trajetórias particulares, a partir das quais ascenderam a espaços e tomaram contato com referências intelectuais distintas do ideário cepalino. A despeito de algum contato com as ideias da CEPAL, mais forte no caso de Ramos, seus condicionantes profissionais, sociais e políticos conformaram uma visão a partir de outros referenciais teóricos, dentro dos quais a pós-graduação em universidades norte-americanas foi um atributo fundamental.

Diversamente da maioria dos outros membros da instituição discutidos nesse capítulo, e apesar de sua amizade com Prebisch, Bianchi não publicou nenhum artigo na *Revista da CEPAL* entre 1973 e 1990.[53] Apesar disso, sob sua Direção, a Divisão de Desenvolvimento Econômico publicou importantes trabalhos institucionais sobre temas centrais da década de 1980. Bianchi também promoveu o diálogo da CEPAL acerca desses temas com audiências variadas, tanto no universo acadêmico quanto das instituições multilaterais. Já Ramos publicou

[53] Prebisch o convidou em 1974 para escrever um dos primeiros artigos da futura *Revista da CEPAL* (PREBISCH, 1974a). Também repassou a Iglesias as preocupações de Bianchi com a demora na oficialização da sua nomeação como membro da CEPAL e das Nações Unidas (PREBISCH, 1974b).

um importante estudo monográfico sobre as políticas neoliberais no Cone Sul (RAMOS, 1984a)[54] e teve uma participação mais ativa na *Revista da CEPAL*, assinando diversos artigos.

Sob a assinatura institucional da Divisão de Desenvolvimento Econômico, foram publicados estudos sobre dívida externa, abertura comercial e políticas de ajuste nos *Cuadernos de la CEPAL*, uma nova publicação criada em 1975 para permitir um diálogo mais direto com os governos e a opinião pública (CEPAL, 1975d). Em seu conjunto, esses textos foram uma resposta institucional, capitaneada por Andrés Bianchi, aos problemas e desafios decorrentes da crise da dívida externa, propondo um ajuste que tomasse em conta o crescimento econômico e a equidade social (CEPAL, 1984c; 1984d; 1986c). Para Bianchi, esses estudos "*contribuyeron a llenar un vacío importante en los planteamientos de la CEPAL y ayudaron, asimismo, a que ese mensaje fuese más relevante para los gobiernos de la región*" (BIANCHI, 2000, p. 50).

Apesar de que esses documentos fossem assinados pela Divisão de Desenvolvimento Econômico, a influência de Bianchi ao redirecionar o foco da instituição para as políticas econômicas de curto prazo é evidente não somente pelo seu cargo diretivo, mas também pela divulgação de seus trabalhos em diferentes fóruns, tornando-se ele a face mais pública da CEPAL em relação a esses temas. Em 1985, Bianchi organizou um livro sobre os processos de ajuste e estabilização no âmbito da crise da dívida externa latino-americana, no qual, além de publicar partes de um documento da CEPAL (CEPAL, 1984d), contou com a participação de outros economistas da divisão. No prólogo, argumentou que a solução para a crise passava por fatores que não estavam sob o controle dos formuladores de política econômica, tais como a recuperação do comércio internacional e das fontes de financiamento e a redução do protecionismo dos países desenvolvidos. Do ponto de vista interno, considerou que os custos poderiam ser menores se os instrumentos de política econômica fossem conduzidos de maneira mais seletiva e pragmática (BIANCHI, 1985).

Bianchi também apresentou as ideias contidas nos documentos institucionais em espaços associados às ideias liberais. Por exemplo, participou de um seminário sobre o tema da dívida externa na América Latina no *think tank* chileno *Centro de Estudios Públicos* (CEP) em 1986.[55] No referido evento, apresentou um texto intitulado "*América Latina: crisis económica y ajuste externo*" (1986), que também foi republicado na revista da instituição (BIANCHI,

[54] Sua audiência foi ampliada nos anos seguintes com a transformação do estudo em livros em inglês e espanhol, respectivamente *Neoconservative Economics in the Southern Cone of Latin America, 1973-1983* (1986) e *Política económica neoliberal en países del Cono Sur de América Latina, 1974-1983* (1989).

[55] O CEP foi criado em 1980 pelos *Chicago Boys*, com apoio de empresários e militares. Barrera (2019a; 2019b) realça que o centro de pesquisa, inspirado nas ideias de Hayek, atuou na defesa filosófica, política e cultural do modelo econômico implementado no país por meio da criação da revista *Estudios Públicos*, publicação de livros e organização de eventos acadêmicos.

1986b). No mesmo ano, apresentou o trabalho "*El proceso de ajuste en América Latina, 1981-1986*" no Simpósio sobre Programas de Ajuste Orientados a Crescimento, organizado pelo Banco Mundial e pelo FMI (BIANCHI; DEVLIN; RAMOS, 1987). Isso demonstra como Bianchi, dotado de prestígio junto à comunidade de economistas chilenos e americanos e capaz de comunicar-se a partir dos termos e categorias do debate macroeconômico dos anos 1970 e 1980, capitaneava a mudança de audiência e linguagem da Comissão.

As políticas neoliberais, em particular do Chile, influenciaram de forma importante as reflexões de Bianchi e Ramos. Entretanto, ao contrário de Prebisch — que radicalizou sua crítica ao monetarismo — e Pinto — que possuía uma avaliação francamente negativa das políticas liberais e dos *Chicago Boys* — devido às suas próprias trajetórias profissionais, Bianchi e Ramos eram mais sensíveis às críticas do segundo acerca do primeiro.

Bianchi, Devlin e Ramos (1986) argumentam que, apesar da importância do contexto externo, as políticas macroeconômicas do Chile e do Uruguai apresentaram deficiências, por manterem por um período prolongado uma política de câmbio fixo em um contexto de apreciação em termos reais. Este seria "*un ejemplo claro de lentitud u obstinación de la política económica frente a los hechos*" (BIANCHI et al, 1986, p. 290). Os autores descreveram a política cambial chilena de 1982, com diversas alterações no regime cambial em poucos meses — desde o câmbio fixo, passando pelo câmbio livre e chegando a um regime preferencial para pagamento da dívida externa — como outro exemplo de incoerência e instabilidade (p. 291)

Nesta tarefa de se debruçar sobre as políticas neoliberais, Ramos desempenhou um papel ainda mais fundamental. Em janeiro de 1984, publicou um estudo monográfico intitulado *Estabilización y liberalización económica en el Cono Sur*, no qual realizou uma sistematização crítica das políticas econômicas — "neoliberais", no linguajar do documento[56] — do Chile, da Argentina e do Uruguai. Tratava-se de um estudo gerado a partir de uma decisão institucional da Secretaria Executiva da CEPAL, em 1980, que decidiu que "*dada la influencia que estaban adquiriendo algunos postulados del neoliberalismo en varios países de la región, era importante proceder a una evaluación de este enfoque*" (RAMOS, 1984a, p. 1).[57] O autor explicitou a importância de Andrés Bianchi, agradecendo-o "*por haberme confiado este estudio tan apasionante y su insistencia en 'aterrizar', en dejar de lado la especulación pura y volver*

[56] Ramos identificou como inspiração do pensamento neoliberal a nova macroeconomia, a Escola de Chicago, a escola de decisões públicas de James Buchanan e Gordon Tullock, e Hayek (RAMOS, 1984a, p. 18).
[57] Embora o autor afirme que a decisão se deu em 1980, conforme discutido no primeiro capítulo, o início da análise das experiências liberais do Cone Sul remonta a 1978 (CEPAL, 1981b, p. 17).

siempre a lo empírico" (p. 12). Para além da crítica, Ramos também admitia que os diagnósticos neoliberais tinham alguma razão e que suas propostas poderiam ser úteis.

Essa percepção da relação entre Estado e mercado e do manejo mais moderado dos instrumentos de política econômica à luz das lições daquele contexto foi maturada por Ramos ao longo da década de 1980. Ao final da década, isso se expressou cabalmente em seu "*La planificación y el mercado durante los próximos diez años en América Latina*", no qual argumentou que, apesar da importância do papel estatal para o crescimento dos países no pós-guerra, os maiores problemas desse período ocorreram em áreas de responsabilidade do Estado, como manutenção dos equilíbrios macroeconômicos e distribuição de renda, ou então por sua omissão, como o sobre-endividamento privado na década de 1970 (RAMOS, 1987). Projetando a próxima década, defendeu que o Estado deveria focar na preservação dos equilíbrios macroeconômicas básicos e cuidar do equilíbrio externo (p. 160).

Bianchi compartilhava de uma concepção similar sobre as necessidades da renovação do pensamento cepalino. Para o autor, esses novos estudos contribuíram para que na CEPAL "*se aceptara de manera más generalizada la idea de que la manutención de los equilibrios macroeconómicos fundamentales no era una mera obsesión de los monetaristas, sino que constituía en rigor una condición esencial*" para a retomada do desenvolvimento econômico e da melhoria das condições sociais (BIANCHI, 2000, p. 51). Os apontamentos do autor também incluíam a questão da abertura ao exterior e das possibilidades de exportação dos países latino-americanos, à luz das experiências dos tigres asiáticos. Para um dos nossos interlocutores, "*Ese fue el gran cuestionamiento y a Bianchi le costó mucho* […] *Había mucha oposición, gente consideraba que el pensamiento tradicional se había violado*" (ENTRVISTA B). Essa convicção levou Bianchi a estreitar laços com Mitsuhiro Kagami, um funcionário japônes na CEPAL durante este período, desenvolvendo trabalhos comparativos sobre a América Latina e a Ásia ao longo da década de 1980 (BIANCHI; MITSUHIRO; MUÑOZ, 1989).

O reconhecimento de que as ideias da CEPAL tinham insuficiências reverberou em crescentes avaliações positivas do autor sobre o caso chileno ao final da década de 1980 e início de 1990. Em 1989, Andrés Bianchi saiu da Comissão para ingressar no conselho de cinco membros do recém-formado Banco Central independente, tornando-se seu primeiro presidente. Ele foi escolhido como quinto membro neutro após um acordo realizado entre o governo Pinochet e a oposição, após a vitória de Patricio Aylwin nas eleições de 1989, no qual cada parte indicou dois membros. Para Huneeus (2007, p. 440), sua escolha ocorreu porque contava com a simpatia do regime devido às suas opiniões sobre a importância da disciplina fiscal. Essa passagem não é surpreendente se considerarmos as ideias do autor e sua facilidade de trânsito

entre instituições e economistas ortodoxos. Em seu discurso de posse, destacou a importância do consenso existente no país em torno da preservação dos equilíbrios macroeconômicos básicos da economia chilena. Para o autor, a experiência latino-americana e chilena mostrava como era fácil perder o controle desses equilíbrios e difícil retomá-los. A manutenção do seu controle seria uma "*condición necesaria, aunque por cierto no suficiente, para alcanzar un desarrollo rápido, persistente y equitativo*" (BIANCHI, 1989, p. 3107).

A discussão precedente revela os papéis de Ramos e Bianchi nas mudanças do pensamento econômico da CEPAL, a partir da sistematização das políticas de ajuste da dívida externa e da crítica às políticas neoliberais da região, em particular no Chile. Diferentemente do pensamento econômico de Aníbal Pinto — no qual o referencial teórico cepalino ainda era, em grande medida, um guia válido de leitura da realidade, e a industrialização comandada pelo Estado um imperativo para o desenvolvimento econômico — a perspectiva desses economistas era de uma incorporação mais sistemática dos aprendizados das políticas econômicas aplicadas no Cone Sul e das críticas realizadas pelos economistas liberais ao estruturalismo latino-americano.

No início da seção, apresentamos como Bianchi e Ramos desenvolveram suas ideias e seus estilos profissionais, em diferentes graus, fora da órbita exclusiva das ideias cepalinas. Isso possibilitou, em um contexto de debilitação e questionamento das ideias da Comissão, oferecer uma resposta específica para a análise de novos temas urgentes na conjuntura latino-americana. Para finalizar a seção, discutimos como essa resposta derivou de uma *expertise* advinda da pós-graduação em Economia em universidades norte-americanas, que possibilitou a discussão desses temas a partir da ótica dos debates macroeconômicos das décadas de 1970 e 1980 e sua inserção no debate regional sobre a natureza inercial da inflação.

O descompasso entre realidade e teoria nos anos 1970, causado pelo surgimento de pressões inflacionárias na dinâmica dos "anos dourados" e acentuado sobremaneira pelos choques do petróleo e pelo fim do câmbio fixo, ensejou uma discussão aflorada sobre a Curva de Phillips, que ao lado do modelo IS/LM eram os dois principais instrumentos analíticos que sustentavam as políticas de controle da demanda agregada. Em função dessa crise, as expectativas dos agentes econômicos passaram a ocupar o centro do debate sobre a Curva de Phillips, em particular com a ascensão das abordagens monetarista e novo-clássica. Nesse momento, Friedman incluiu as expectativas microeconômicas no modelo da Curva de Phillips, dando origem à sua versão aceleracionista na qual a relação entre inflação e desemprego seria positiva no longo prazo. Para o autor, as expectativas dos agentes econômicos são adaptativas, isto é, projetam sobre o futuro sua experiência com a inflação do período anterior, sofrendo de

ilusão monetária no curto prazo.[58] Sua conclusão foi que uma política monetária expansionista tem como efeito de longo prazo apenas a elevação da inflação, sem afetar a produção (CARLIN; SOSKICE, 1990).

Os novos clássicos, como Thomas Sargent, Robert Lucas e Neil Wallace, radicalizaram o papel das expectativas no modelo. Inspirando-se nas formulações de John Muth na década de 1960, consideravam que as expectativas seriam racionais, isto é, os agentes econômicos utilizariam de maneira eficiente as informações disponíveis e as distribuições de probabilidades sobre os possíveis eventos, não errando sistematicamente suas previsões e antecipações dos efeitos das políticas econômicas (AMORIM, 2002). Assim, não seriam surpreendidos por políticas monetárias repetitivas que tentassem reduzir o desemprego abaixo do seu nível natural. Portanto, os agentes econômicos seriam capazes de responder ao maior nível de inflação efetiva por meio de maiores salários nominais, o que tornava a política monetária expansionista ineficaz no aumento da produção (MANKIW, 1990; CARLIN; SOSKICE, 1990).

Nos documentos publicados sob a direção de Bianchi, especialmente em "*Crisis económica y políticas de ajuste, estabilización y crecimiento*", ficou evidenciado um diálogo com os principais debates teóricos da macroeconomia associados ao papel das expectativas:

> *uno de los problemas centrales de la teoría macroeconómica actual consiste en explicar la proporción en que la desaceleración de la demanda afecta a los precios o a la producción* […] *dicha proporción depende tanto de las políticas adoptadas para lograr la estabilización del nivel de precios como de las expectativas inflacionarias.* […] *si ellas coinciden con la meta inflacionaria que está implícita en la política monetaria y fiscal, la desaceleración en la demanda agregada nominal recaerá predominantemente sobre los precios. En cambio, en la medida en que haya una diferencia sustancial entre las expectativas inflacionarias del público y la meta inflacionaria* […] *la desaceleración de la demanda afectará también la producción y causará una recesión.* (CEPAL, 1986c, p. 62)

A influência do debate macroeconômico das décadas de 1970 e 1980 se manifestou no ponto central do documento, que foi evidenciar a possibilidade de redução da inflação sem incorrer em uma recessão se a política econômica considerasse as expectativas dos agentes econômicos. Embora discordassem com respeito à natureza das expectativas, Friedman e os novos-clássicos concordavam quanto à importância de especificar regras de conduta da autoridade monetária para controlar as expectativas e combater a inflação sem efeitos sobre as

[58] O raciocínio que explica isso é que como os trabalhadores não percebem aumentos na oferta monetária, definem seus salários nominais com base na inflação passada, concebendo que seus salários reais são superiores ao que efetivamente são nas condições do presente, aumentando sua oferta de trabalho. Além disso, as firmas não sofrem de ilusão monetária, percebem que o salário real é menor, expandindo as contratações, o que faz a taxa de desemprego cair abaixo do seu nível natural e o produto real aumentar no curto prazo. Porém, no longo prazo os trabalhadores reformulam suas expectativas e demandam maiores salários, aumentando novamente o desemprego (CARLIN; SOSKICE, 1990).

variáveis reais (recessão). Friedman se posicionou contra a discricionariedade da política monetária, especificando uma regra geral fixa para o longo prazo que preservaria a oferta monetária constante, para reduzir a transmissão das expectativas para a inflação a cada repactuação dos contratos (FERRARI FILHO, 1996). Para o autor, como no curto prazo há divergência entre as inflações esperada e efetiva, uma política monetária restritiva, baseada na taxa de juros, tendia a reduzir o produto real e aumentar a taxa de desemprego, sem diminuir imediatamente a inflação. Nesse sentido, a indexação da economia poderia reduzir os custos das políticas de estabilização sobre o produto e emprego (CUNHA, 2000; CORAZZA; KREMER, 2003). Os novos-clássicos, a partir da teoria dos jogos, argumentavam que mesmo quando o governo objetivava combater a inflação, possui incentivos para surpreender os agentes e tentar diminuir o desemprego. Daí a necessidade de fixação de regras rígidas que impossibilitassem a discricionariedade nas políticas monetárias e fiscais. O anúncio de um programa de combate à inflação que possua credibilidade induziria o ajuste das expectativas, resultando em inflação baixa sem aumento do desemprego (MANKIW, 1990; CUNHA, 2000).

Na perspectiva do documento, "l*a reducción de la intensidad del proceso inflacionario no requiere disminuir la producción ni exige que ocurran cambios fundamentales en las variables reales de la economía*" (CEPAL, 1986c, p. 61). Para afirmar essa possibilidade teórica e empírica, o documento recorreu ao artigo de Thomas Sargent intitulado "*The end of four big inflations*" (1981), no qual o autor usou as experiências do fim das hiperinflações da Alemanha, Áustria, Hungria e Polônia após a Primeira Guerra Mundial, apontando a importância das regras com a criação de bancos centrais independentes, que impediram que o Estado usufruísse de políticas fiscais e creditícias discricionárias. Isso teria forçado os governos a financiarem suas dívidas junto aos agentes privados, que o condicionaram à credibilidade da política fiscal do governo, o que acabou atuando sobre as expectativas e reduzindo a inflação (SARGENT, 1981, p. 16).

A mobilização dos debates macroeconômicos do momento não ocorria, porém, sem adaptação. Pelo contrário, havia uma atenção ao debate econômico da região sobre a natureza inercial da inflação na década de 1980. Em função dos fracassos dos planos de estabilização amparados pelo financiamento do FMI nos anos 1980, diversos economistas, sobretudo na Argentina e no Brasil, formularam teorias que enfatizavam o componente inercial dos processos inflacionários, advindos dos mecanismos formais e informais de indexação que perpetuavam os níveis inflacionários dos períodos anteriores. Muitos desses economistas proporiam toda uma sorte de planos de estabilização que envolviam diferentes instrumentos, principalmente

congelamento de preços e salários e reformas monetárias, atrelados em diferentes graus a políticas fiscais e monetárias restritivas (ARIDA, 1986; CUNHA, 2000; CARVALHO, 2019).[59]

O documento propôs que que todo plano de combate à inflação deveria conjugar em diferentes proporções — a depender da duração e da intensidade do processo inflacionário — políticas de controle da demanda, correção dos preços relativos e administração das expectativas. Em inflações persistentes e que se aceleram rapidamente, dever-se-ia eliminar o componente inercial por meio do controle das expectativas inflacionárias, conciliando com a redução da demanda e das pressões de custos. Em inflações agudas e que sobem rapidamente, a correção de preços seria menos importante que o controle da demanda e das expectativas (como propõe o monetarismo). No caso de inflações ocasionais, seria fundamental corrigir preços relativos e controlar a demanda, para que não surgissem expectativas inflacionárias e práticas de indexação.

Embora o documento pareça filiar-se aos postulados novos-clássicos, não é possível defini-lo com precisão. As referências à teoria macroeconômica são escassas, pois não se trata de um artigo acadêmico, mas sim de um documento institucional que busca ser inteligível para diferentes audiências. Ao contrário de Sargent, o documento enfatiza que o controle das expectativas é mais eficiente em um caso específico: inflações persistentes e que se aceleram bruscamente. Como mostra Carvalho (2019), uma importante fonte de influência na discussão sobre inflação inercial na América Latina foram os modelos novos-keynesianos — que enfatizavam as rigidezes de preços e salários para contrastar a convicção dos novos-clássicos no ajustamento automático dos mercados — que economistas brasileiros trataram de conciliar com aspectos do estruturalismo latino-americano.[60]

Joseph Ramos aborda as teorias macroeconômicas mais explicitamente. Em seu "*La macroeconomía neokeynesiana vista desde el Sur*" (1989b), enfatiza que a teoria das expectativas racionais é relevante porque oferece a possibilidade teórica de diminuir a inflação sem recessão. Entretanto, destaca uma série de problemas: não basta um anúncio de um novo plano para que os agentes econômicos creiam no governo e reajustem suas expectativas; os ajustes no Sul são de maior alcance e mais difíceis de antecipar como prevê a teoria; o público

[59] No caso da Argentina, foi o caso dos economistas Robert Frenkel e Guillermo Rozenwurcel, ligados ao CEDES. Já no Brasil, notabilizaram-se de um lado os economistas da PUC do Rio de Janeiro, como Francisco Lopes, Persio Arida e André Lara Resende, e de outro, Luiz Carlos Bresser-Pereira e Yoshiaki Nakano, vinculados à Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (ARIDA, 1986; CUNHA, 2000; CARVALHO, 2019). Na Argentina, foi implementado o Plano Austral, em 1985, durante o governo de Raúl Alfonsín (1983-1989). No Brasil, foi aplicado o Plano Cruzado, em 1986, no governo de José Sarney (1985-1990).

[60] Mesmo que Bianchi tenha se formado na Universidade de Yale, onde Tobin era um dos grandes nomes, não há evidências de sua influência no documento.

desconfia dos anúncios, gerando rigidezes nas expectativas (do tipo adaptativas) até que percebam os resultados. Além disso, a escassa credibilidade dos governos na região torna mais provável que o governo mude as regras após o anúncio para atender as expectativas do público, gerando assim os custos recessivos da estabilização. Em sua perspectiva, os modelos novo-keynesianos seriam mais adequados para explicar a segmentação dos mercados no Sul.

As considerações anteriores demonstram como, no âmbito da Divisão de Desenvolvimento Econômico da CEPAL, Andrés Bianchi e Joseph Ramos assimilaram os conceitos e as discussões dos novos debates macroeconômicos das décadas de 1970 e 1980, propostos pelos monetaristas, novos-clássicos e novos-keynesianos. É importante esclarecer que a característica singular do processo encabeçado por esses economistas não foi a articulação da CEPAL com a teoria macroeconômica corrente, uma vez que os economistas estruturalistas da Comissão nos anos 1950 e 1960 também assimilavam, apropriavam e adaptavam as discussões macroeconômicas do centro — por exemplo de Keynes, Schumpeter e Kalecki — para formular as grandes ideias do estruturalismo latino-americano. O fundamental foi que Bianchi e Ramos assimilaram uma versão específica da macroeconomia, forjada na direção contrária à ordem intervencionista do pós-guerra, da qual a CEPAL e suas ideias foram subprodutos.

Essas novas ideias apropriadas por Bianchi e Ramos representavam um tipo específico de conhecimento econômico produzido nos Estados Unidos, adaptado por esses economistas tanto para intervir nas especificidades do debate regional sobre a importância da inflação inercial e do controle das expectativas quanto para oferecer uma resposta institucional da Comissão aos novos desafios contextuais. A entrada de economistas que possuíam um estilo profissional derivado da formação em universidades norte-americanas contribuiu para a introdução de novos temas e ideias, que transformariam o pensamento econômico da Comissão por meio da combinação do legado estruturalista com os debates macroeconômicos das décadas de 1970 e 1980.[61]

3.5 A *sui generis* renovação do estruturalismo de Osvaldo Sunkel

[61] Na CEPAL, havia outros economistas que compartilhavam estilos teóricos e profissionais similares aos de Bianchi e Ramos e que foram importantes para as mudanças da orientação da CEPAL no longo prazo, como, por exemplo, Carlos Massad e Roberto Zahler. Para os propósitos do capítulo, acreditamos que os casos de Bianchi e Ramos já são suficientemente ilustrativos para mostrar a heterogeneidade da Comissão. Zahler e Massad serão importantes protagonistas dos dois próximos capítulos.

Se é verdade que, a partir do início dos anos 1980, uma nova geração de economistas com formação nos Estados Unidos ganhou proeminência intelectual e institucional no interior da CEPAL, e que ao incorporar discussões sobre as políticas macroeconômicas de curto prazo, contribuíram para a alteração da orientação da Comissão, outros tipos de renovações intelectuais também se demonstrariam influentes na redefinição e modernização do pensamento cepalino, particularmente as de Osvaldo Sunkel e Fernando Fajnzylber. Nesta seção, analisamos o caso de Sunkel, que ao partir de uma posição intelectual semelhante à de Prebisch e Pinto nas décadas de 1950 e 1960, trilhou um caminho singular para o estruturalismo nos decênios seguintes.

Osvaldo Sunkel nasceu em 1929 em uma família de origem alemã e estudou Economia e Administração na Universidade do Chile, sob a influência de Pinto, tornando-se professor da *Facultad de Ciencias Económicas y Administrativas* em 1955. Sunkel se vinculou à CEPAL como estudante do curso de desenvolvimento econômico em 1952, a convite de Jorge Ahumada. Em função do seu desempenho, recebeu uma bolsa de pós-graduação das Nações Unidas para estudar na *London School of Economics* (LSE). Sunkel não concluiu sua formação devido a desacordos com a visão de ciência econômica do então diretor da Escola de Economia, Lionel Robbins, voltando-se aos temas do desenvolvimento e integrando-se como funcionário da CEPAL em 1956 (ENTREVISTA L). Foi diretor do escritório da Comissão no Brasil entre 1959 e 1961, atuando a partir de 1962 como professor dos cursos de capacitação do ILPES.

Em 1968, deixou a CEPAL para ajudar na fundação do *Instituto de Estudios Internacionales* da Universidade do Chile. Desde então, alcançou grande prestígio acadêmico, publicando livros e lecionando em universidades dos Estados Unidos e da Europa. Em função do golpe no Chile e da intervenção na universidade, aceitou o convite do economista britânico Dudley Seers para trabalhar no *Institute of Development Studies* da Universidade de Sussex, permanecendo aí vinculado até 1986 (TRAVIÑO, 2000). Retornou à CEPAL em 1978, quando assumiu o cargo de Coordenador da *Unidad de Desarrollo y Medio Ambiente* e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) até 1987. Após sua aposentadoria em 1989, criou o *think tank Corporación de Investigaciones para el Desarrollo* (CINDE) e se afiliaria novamente à Universidade do Chile. Sunkel permaneceu vinculado à CEPAL de duas formas. Em 1987, substituiu Aníbal Pinto como Diretor da revista *Pensamiento Iberoamericano*, cargo que ocuparia até 1998. Ademais, foi Assessor Especial do Secretário Executivo da CEPAL (1988-2002) (CEPAL, 2024a). Em 1992, seria incorporado à *Academia Chilena de Ciencias Sociales*, *Políticas y Morales* (BÁRCENA; TORRES, 2019).

Uma das mais importantes contribuições analíticas de Sunkel nos anos 1950 foi o enfoque da inflação estrutural, abordagem elaborada ao lado de Pinto, Noyola Vázquez e Furtado. Para Boianovsky (2019), a formulação do enfoque foi um definidor da primeira etapa do seu pensamento econômico. Fajardo (2022) contextualiza que, longe de uniforme, o desenvolvimento dessa abordagem pela CEPAL foi permeado por conflitos entre os cepalinos na década de 1950. Prebisch possuía uma visão sobre as causas e o tratamento da inflação mais coincidente com os postulados do FMI, segundo a qual a inflação se devia ao excesso de demanda. Além disso, considerava existir um forte componente de custos na inflação latino-americana, derivado dos aumentos salariais acima da produtividade. Em sentido contrário, criticando Prebisch e como resposta à missão Klein-Saks no Chile em 1955, Noyola Vázquez enfatizava o caráter estrutural da inflação, ligado à posição subordinada da América Latina na economia global, chamando atenção para os impactos da tendência de deterioração dos termos de troca e para a baixa elasticidade da oferta de alimentos agrícolas sobre a dinâmica inflacionária.

Em seu texto "*La inflación chilena: un enfoque heterodoxo*" (1958), Sunkel argumentou que a inflação crônica do Chile não podia ser compreendida à luz das teorias e planos de estabilização convencionais. Suas causas profundas estariam relacionadas aos "*problemas básicos del desarrollo económico, en las características estructurales que presenta el sistema productivo de dichos países*" (SUNKEL, 1958, p. 571). Sunkel distinguiu as "pressões inflacionárias", isto é, suas causas fundamentais, dos "mecanismos de propagação", que permitem a perpetuação e aceleração do processo inflacionário. Para o autor, as pressões estruturais estavam relacionadas à baixa elasticidade da oferta agrícola e à restrição externa. Já os mecanismos de propagação se relacionariam à tentativa dos trabalhadores, dos empresários e do Estado de se apropriarem de parcelas maiores da renda nacional. Para Fajardo (2022), ao diferenciar fatores estruturais e mecanismos de propagação — salientando a relevância do aspecto monetário da inflação — Sunkel produziu uma nova síntese dos embates entre Prebisch e Noyola Vázquez sobre a inflação estrutural.

As contribuições de Sunkel nas primeiras duas décadas da Comissão põem em relevo como foi um dos importantes artífices do estruturalismo cepalino para a interpretação do subdesenvolvimento da América Latina. Se Prebisch, com seu "manifesto latino-americano", deu o impulso inicial para a reflexão cepalina, uma série de outros intelectuais desenvolveram ideias e novos conceitos que tentavam ampliar seu escopo. Embora essa ampliação nem sempre tenha sido harmônica, as novas categorias eram formuladas em referência às originais, o que conferia um grau importante de complementaridade (CARDOSO, 1977). Assim, deterioração

dos termos de troca e substituição de importações — elaboradas por Prebisch e incorporadas por Furtado — a tese da heterogeneidade estrutural — formulada por Aníbal Pinto — e o enfoque estruturalista da inflação — desenvolvida principalmente por Noyola Vázquez e Sunkel — formavam um corpo sistemático de ideias razoavelmente coerentes entre si.

Passamos agora à elucidação da renovação *sui generis* do pensamento estruturalista introduzida por Sunkel nas décadas de 1970 e 1980. Argumentamos que ele operou um tipo de renovação que não pode ser reduzida à de Prebisch — que radicalizou suas ideias quando já não se encontrava em posições institucionais de destaque — nem à de Pinto — que se posicionou como uma espécie de guardião, reafirmando a validade do pensamento estruturalista — e tampouco aos estudos macroeconômicos de Bianchi e Ramos, que realizavam uma síntese que concedia mais espaço às críticas monetaristas do estruturalismo. Tornando o quadro da CEPAL mais complexo, concebemos que a síntese de Sunkel é marcada por uma mescla de elementos dessas três posições. Em um primeiro momento, na passagem entre as décadas de 1970 e 1980, aproximou-se de temas e perspectivas similares aos que marcaram sua geração de estruturalistas, especialmente Prebisch e Furtado. Já ao final dos anos 1980, mesmo conservando elementos do estruturalismo, incorporou sistematicamente a ênfase nos estudos macroeconômicos da nova geração de economistas na sua proposta neoestruturalista.

Sunkel retornou à Comissão em 1978 para dirigir o projeto "*Estilos de desarrollo y medio ambiente en América Latina*" (CEPAL/PNUMA). Em 1979, organizou um seminário na instituição, cujos trabalhos foram publicados na forma de livro (SUNKEL; GLIGO, 1980). No artigo "*La interacción entre los estilos de desarrollo y medio ambiente en América Latina*" (1980), Sunkel sistematizou as relações entre os estilos de desenvolvimento e o meio ambiente tanto no nível conceitual quanto no plano histórico. Em sua discussão conceitual, argumentou que o meio ambiente — entendido como o espaço natural que compõe a biosfera, isto é, o conjunto de elementos naturais e as transformações artificiais produzidas pelo homem — é indissociável do desenvolvimento econômico. De um lado, a biosfera condiciona as possibilidades de desenvolvimento devido à exigência da apropriação dos recursos naturais, como os alimentos necessários à reprodução da força de trabalho ou as fontes de energia necessárias às fábricas e à infraestrutura das cidades. De outro, a dinâmica econômica altera a biosfera porque, além da exploração, ela é o destino final de descarte de tudo aquilo que foi transformado no processo produtivo, consumido e desperdiçado.

Mantendo a interpretação histórica da CEPAL, calcada no esquema centro-periferia, Sunkel enfatizou que a expansão do capitalismo para as colônias envolveu a difusão do seu tipo de relação com a natureza, baseado na exploração intensiva de produtos agrícolas e minerais

para satisfazer os mercados consumidores dos centros e obter lucros. Adquire especial significado para o autor a fase do pós-guerra, que ele denomina de "capitalismo transnacional", um "estilo ascendente" caracterizado pela tendência de homogeneização global dos processos produtivos e comerciais, dos padrões tecnológicos, das pautas de consumo, e valores culturais de acordo como o estilo de vida existente nos Estados Unidos. Esse fenômeno impactava o sistema econômico da periferia, por exemplo, por meio do uso intensivo de capital e de fontes de energia, o consumo desenfreado gerando desperdício de recursos e produtos em escalas inimagináveis e causando problemas como contaminação do solo, poluição e catástrofes naturais. Além disso, a modernização do campo contribuía para a destruição do solo e dos ecossistemas e para a expulsão da mão-de-obra para as grandes cidades, caracterizadas por uma precária infraestrutura e ocupação privilegiada das melhores áreas por uma minoria.

Ainda que Sunkel não tenha delineado propostas específicas para a construção de um estilo de desenvolvimento alternativo com foco na dimensão ambiental, entendia que o Estado e o planejamento econômico seriam cruciais nos desafios vindouros. Conforme Sunkel (1980a, pp. 61-62), o Estado não deveria ser "*simplemente un aparato legitimizador y reproductor de las fuerzas del mercado, sino, por el contrario, una institución que refleje adecuadamente los intereses de corto y largo plazo de los sectores mayoritarios de la población*". Como diretrizes gerais, propôs que o Estado deveria garantir o acesso e a educação da população para a adequada utilização dos recursos ambientais, incorporar o conhecimento das ciências naturais em suas políticas públicas e buscar estilos de desenvolvimento alternativos ao difundido desde o Norte.

Interpretamos que os esforços teóricos de Sunkel eram similares aos que levaram outros economistas cepalinos da sua geração — tais como Prebisch, Pinto e Furtado — a incorporar novas temáticas e perspectivas à teoria do desenvolvimento da América Latina. Todavia, entendemos que, para compreender a posição de Sunkel no início da década de 1980, convém fazer preliminarmente uma separação. De um lado estavam Prebisch e Furtado, que em função de suas experiências intelectuais e pessoais, não mais usavam as ideias clássicas da CEPAL como chaves interpretativas da realidade. De outro estava Pinto, que partia da abordagem cepalina do desenvolvimento como instrumento ainda potente para a interpretação da realidade, visando atualizá-la à luz dos desafios emergentes das décadas de 1970 e 1980.

A posição de Sunkel é particular. As perspectivas elaboradas por ele em "*La interacción*" podem ser ligadas a Pinto pela própria utilização do conceito de "estilos de desenvolvimento". Por meio deste conceito, Pinto diagnosticava um estilo de desenvolvimento baseado em uma estrutura produtiva heterogênea e no consumo das classes médias e altas, que respondiam a uma estrutura de demanda desigual (devido à concentração de renda) e níveis

diferentes de progresso técnico. Embora essas conclusões gerais sejam apropriadas por Sunkel, ainda assim há diferenças fundamentais. Em primeiro lugar, apresenta uma discussão muito mais elaborada sobre a difusão dos padrões de consumo do centro para a periferia e a transnacionalização como fenômeno que reforça essa dinâmica. Em segundo lugar, Sunkel relaciona de maneira mais sistemática essa difusão dos padrões de consumo com seus impactos ambientais, aspecto que não é discutido por Pinto.

É preciso reforçar que tais diferenças não eram simplesmente cosméticas. O comentário de Aníbal Pinto sobre a versão de "*La interacción*" publicada na *Revista da CEPAL* (SUNKEL, 1980b) nos oferece importantes pistas sobre isso. Nele, o autor diz tentar fazer comentários "*aplicando criterios cepalinos, aunque lógicamente ellas no sean en su totalidad reflejo exacto del pensamiento de la institución*" (PINTO, 1980). Pinto celebrou a tentativa de Sunkel de incorporar este novo tema aos estilos de desenvolvimento e transnacionalização, mas ressalvou que o meio ambiente é de tamanha importância que talvez extrapole e não se adeque às categorias de estrutura e sistema, próprias do conceito de estilos de desenvolvimento. Sugeriu também que um leitor desatento poderia interpretar a perspectiva do livro com um excessivo catastrofismo, recomendando equilibrá-la em consonância com o "otimismo crítico da CEPAL", que reconhecia os avanços na matéria nos últimos decênios. Podemos evidenciar como Pinto, falando em nome da tradição da CEPAL, instiga Sunkel — outro grande nome do estruturalismo — a tornar sua perspectiva mais "cepalina". Para além das reservas de Pinto, acreditamos que a tentativa de tratar o meio ambiente a partir do enfoque dos estilos de desenvolvimento também era parte de um esforço de atualização da "tradição estruturalista".

As divergências entre os autores também se evidenciaram no campo da história econômica da América Latina e do Chile. Em "*Chile: un caso de desarrollo frustrado*" (1959), Pinto estudou a formação histórica da economia chilena para mostrar as raízes de seus problemas e criticar as teorias liberais.[62] Na década de 1980, Sunkel e sua esposa, a historiadora Carmen Cariola, publicaram um livro intitulado *Un siglo de historia económica de Chile, 1830 y 1930: dos ensayos y una bibliografía* (1982), no qual criticam Pinto por afirmar que a indústria do salitre era exclusivamente voltada para fora, isto é, sem encadeamentos suficientes para a geração de um mercado interno na economia chilena. Ao contrário, os autores argumentaram que o salitre tinha um impacto importante na criação de centros urbanos, expansão da rede

[62] Para Love (2005, p. 111), o livro de Pinto fazia parte de um movimento maior de publicação de estudos sobre a história econômica dos países latino-americanos à luz da interpretação e periodização histórica da CEPAL, que incluiu por exemplo *La economía argentina* de Aldo Ferrer (1963) e *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado ([1959] 2007). Ver Coutinho (2007) para uma análise detalhada de como Celso Furtado construiu seu modelo de interpretação da economia brasileira desde a colonização até o século XX.

ferroviária e multiplicação da renda e emprego para o restante da economia (BARCENA; TORRES, 2019; PÉREZ CALDENTEY, 2022).

A discussão desenvolvida por Sunkel neste primeiro momento parece aderir mais às perspectivas de Prebisch e Furtado, que também já haviam se descolado do esquema original da CEPAL. Como já discutimos, Prebisch estava dedicado nesse período a analisar os impactos da penetração de técnicas produtivas e padrões de consumo imitativos sobre a degradação do meio ambiente, a capacidade de apropriação do excedente econômico por parte dos estratos superiores de renda e a deterioração das condições de vida das massas. As similaridades temáticas entre os autores são claras com respeito aos impactos da difusão dos padrões de consumo sobre a periferia latino-americana e seus danos ambientais.

Não se trata de coincidências. Segundo Medeiros (2021b, p. 143), Prebisch colaborou com o projeto dirigido por Sunkel e incorporou progressivamente a dimensão ambiental nos últimos anos de sua vida. Evidência dessa ligação é que Prebisch apresentou no seminário organizado por Sunkel o texto "*Biosfera y desarrollo*", que compôs a obra *Estilos de desarrollo* (PREBISCH, 1980a) e foi também publicado na *Revista da CEPAL*. Prebisch denunciou que a exploração irracional dos recursos naturais, por meio da difusão dos padrões de consumo e das técnicas produtivas das transnacionais, impactaram severamente a biosfera, na forma de esgotamento dos recursos energéticos não renováveis, contaminação da água e poluição do ar (PREBISCH, 1980b). O contato entre os autores foi significativo. Como demonstra uma correspondência datada de 24 de agosto de 1979, Prebisch comunicou a Sunkel que terminara a revisão do seu texto "*de acuerdo con sus deseos*" e que as modificações "*en gran parte se deben a sus críticas y sugerencias*" (PREBISCH, 1979a, s.d).

Preocupações semelhantes às de Prebisch e Sunkel também mobilizaram as reflexões de Celso Furtado nos anos 1970 e 1980. Uma crescente historiografia vem demonstrando como Furtado — influenciado pela experiência do exílio — incorporou no seu quadro teórico-conceitual categorias e ideias como mimetização (imitação) dos padrões de consumo dos centros e seus impactos ambientais, dependência cultural, transnacionalização, criatividade e relações de poder (CUNHA; BRITTO, 2018; BIANCONI; COUTINHO, 2019; SILVA, 2020; MEDEIROS, 2021c; VIANA; PELEGRINI, 2024). A importância da dimensão ambiental do desenvolvimento econômico é notória em sua obra *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974), que reuniu trabalhos realizados pelo autor desde 1972 (SILVA, 2020, p. 13). Em seu livro, o autor se inspirou em um relatório intitulado *The Limits to Growth*, publicado em 1972 pelo Clube de Roma, que apontava que a generalização do modelo de desenvolvimento dos países ricos para os mais pobres teria consequências catastróficas para o meio ambiente devido

à degradação dos recursos naturais não renováveis. Apesar de concordar com a relevância da discussão acerca dos impactos ambientais, Furtado não concordava com o pressuposto dos autores de que seria possível a generalização dos padrões de consumo. Este seria um mito, inconcebível devido à condição dependente dos países subdesenvolvidos (SILVA, 2020; MEDEIROS, 2021c).

Para o autor, a industrialização na periferia teve como característica essencial o uso do excedente econômico para as massivas importações do exterior. Esse processo, exacerbado pelo papel das empresas transnacionais, fomentou a transferência dos padrões de consumo sofisticados do centro capitalista para os países subdesenvolvidos. Por detrás desse mecanismo de "modernização" das pautas de consumo havia o que ele chamou de "dependência cultural", que teve como consequência a criação de uma estrutura produtiva heterogênea na qual a acumulação de capital — ensejada a partir da adoção de tecnologias compatíveis com o nível de renda dos centros — perpetuaria a concentração de renda e os problemas sociais (CUNHA; BRITTO, 2018; BIANCONI; COUTINHO, 2019; SILVA; 2019; MEDEIROS, 2021c).

Ainda que os canais de influência recíproca entre os autores necessitem ser mais esclarecidos, a literatura traz apontamentos importantes. Parece haver consenso de que Furtado foi pioneiro em tratar sistematicamente esses temas. Bianconi e Coutinho (2019) e Medeiros (2021c) assinalaram que, na elaboração de seu *Capitalismo Periférico*, Prebisch incorporaria uma série de aspectos de Furtado. Além disso, a literatura dá conta do caráter crescentemente multidisciplinar das ideias dos três autores, que participaram do debate sobre a teoria da dependência na América Latina (DOS SANTOS, 2000). Bárcena e Torres (2019) e Pérez Caldentey (2022) veem a incorporação de aspectos da dependência no pensamento de Sunkel, especificamente em sua análise do capitalismo transnacional, cuja atuação redefinia de forma dinâmica as relações entre os países centrais e periféricos. Dos Santos (2000, p. 10) concorda com Blomström e Hettne (1990) em que os trabalhos de Furtado, Prebisch e Sunkel constituem uma das vertentes da teoria da dependência, caracterizada pela descoberta dos "limites de um projeto de desenvolvimento nacional autônomo". Silva (2020) igualmente enfatiza a existência de uma teoria da dependência de características singulares na obra de Furtado. Foge dos propósitos desta tese entrar neste debate, mas as conclusões da literatura nos ajudam a reforçar a aproximação de Sunkel às discussões de Furtado e Prebisch.

Há ainda elementos contextuais que não podem passar despercebidos. A agenda ambiental era um tema central na década de 1970, que suscitou interesse de vários intelectuais por sua relação com o desenvolvimento econômico. Prebisch (1980a) destacou a importância do relatório do Clube de Roma por apresentar um tema urgente. Para Medeiros (2021b), o

documento colocou em relevo a importância dos problemas ambientais, levando o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas a organizar, em julho de 1972, a Conferência Internacional do Meio Ambiente em Estocolmo, Suécia, considerada um marco na defesa da agenda ambiental. Foi a partir desta conferência que a ONU resolveu criar uma instituição dedicada à temática ambiental, o PNUMA, que em parceria com a CEPAL desenvolveria o projeto dirigido por Sunkel. Sua posição institucional em um projeto diretamente vinculado à agenda ambiental tornou mais concreta sua entrada na discussão no tema, aproximando-se das ideias de Furtado e Prebisch. Em entrevista, Sunkel recorda que, embora fosse um tema novo para ele, uma das razões para aceitar o convite foi estar convencido de que seus estudos sobre a transnacionalização eram importantes para abordar a relação entre meio ambiente e desenvolvimento econômico (TRAVIÑO, 2000, p. 24).

Mas ainda que Sunkel se houvesse aproximado de Furtado e Prebisch no início dos anos 1980, a publicação de "*El desarrollo desde dentro*: *un enfoque neoestructuralista para la América Latina*" (SUNKEL, 1991; 1993) — produzido no âmbito do *think tank* CINDE e financiado pelo *International Development Research Centre* (IDRC) do Canadá — marcaria uma inflexão significativa nas ideias do autor. Na introdução do livro, intitulada *Towards a Neostructuralist Synthesis* e escrita em parceria com Joseph Ramos, explicitam-se os contornos básicos da proposta de um novo modelo de desenvolvimento para a América Latina. Ao invés do *desarrollo hacia adentro*, os autores propõem a estratégia de *desarrollo desde dentro*. O objetivo da proposta seria a criação de um mecanismo endógeno de acumulação de capital e de geração de progresso técnico, porém não mais orientado *a priori* para a substituição de importações. O foco central da estratégia estaria do lado da oferta e envolveria qualidade, flexibilidade e eficiência no uso dos recursos produtivos, desenvolvimento tecnológico, espírito inovador, criatividade e capacidade de organização, austeridade e competitividade internacional. "Desenvolvimento desde dentro" significava um conjunto de esforços internos para alcançar o desenvolvimento num mundo mais globalizado (RAMOS; SUNKEL, 1993).

Essa estratégia de desenvolvimento foi concebida pelos autores como uma síntese entre o estruturalismo cepalino e o pensamento "neoconservador" na América Latina. Apesar de considerarem a abordagem neoconservadora dogmática e ideológica, Ramos e Sunkel (1993, pp. 5-6) enfatizaram que o neoconservadorismo "*served as a much needed reminder of the virtues of the market, the price system, private initiative, fiscal discipline, and an outward-oriented development strategy*". Em sua perspectiva, o estruturalismo também havia incorrido em vários problemas, como uma intervenção estatal idealizada, protecionismo exagerado,

pessimismo acentuado quanto às possibilidades de exportação e insuficiente reconhecimento da importância dos problemas monetários, financeiros e outros desequilíbrios de curto prazo.

Dadas as limitações financeiras e organizacionais do Estado, seu papel na estratégia de desenvolvimento desde dentro deveria ser diferente. Sua função empresarial, isto é, o controle das empresas públicas para a produção de bens, seria menos importante. As intervenções estatais se dariam por meio de critérios como seletividade, descentralização, despolitização e avaliação dos benefícios e custos da intervenção. As funções mais essenciais seriam definir a estratégia econômica geral a ser perseguida, harmonizar as iniciativas e buscar consenso entre diferentes atores para a execução das políticas públicas, prover bens públicos, manter equilíbrios macroeconômicos básicos, criar as condições para aumentar a competitividade da economia e corrigir as imperfeições do mercado (RAMOS; SUNKEL, 1993, pp. 18-19).

Verificam-se aqui importantes diferenças com respeito às ideias de Sunkel de princípios da década de 1980. Em primeiro lugar, naquele momento ainda havia um grau maior de apego às ideias cepalinas, como o conceito de estilos de desenvolvimento. Além disso, preocupou-se com os efeitos da difusão do progresso técnico sobre a estrutura produtiva periférica, analisou os efeitos da transnacionalização sobre a economia latino-americana, e conservou um papel maior para o Estado. Sunkel e Ramos, entretanto, afastaram-se consideravelmente desse quadro analítico. Se, no livro de 1980, a preocupação maior era com os impactos externos sobre os países latino-americanos, o desenvolvimento desde dentro se caracterizava por uma ênfase pronunciada nos determinantes internos para o desenvolvimento econômico. Em segundo lugar, enquanto Sunkel (1980a) incorporava a dimensão ambiental na discussão sobre os estilos de desenvolvimento da CEPAL, Ramos e Sunkel (1993), apesar de resgatar elementos do estruturalismo, colocam ênfase maior sobre as políticas macroeconômicas de curto prazo, como controle da inflação e equilíbrio fiscal e monetário, derivados da assimilação dos debates macroeconômicos das décadas de 1970 e 1980. Em uma entrevista a Jesús Treviño, Sunkel reconheceu a importância dessa nova ênfase. Para ele, a tolerância do estruturalismo com a inflação e outros desequilíbrios nas décadas de 1950 e 1960 decorreram da margem de manobra que as políticas econômicas industrializantes possuíam devido à escassa liberdade de movimentos de capitais. Ao contrário, a integração atual do sistema financeiro não mais permitia os "desvios" porque "*Sin equilibrio macroeconómico tenemos inflación, desequilíbrio externo, desbandada de capitales*" (TREVIÑO, 2000, pp. 18-19).

Finalmente, as concepções sobre o papel do Estado e o planejamento econômico em ambos os livros também diferem. No primeiro, eram vistos como instrumentos inquestionáveis na construção de um novo estilo de desenvolvimento que coloque no seu devido lugar a questão

ambiental. Já na segunda obra, a importância do Estado é reconhecida de maneira mais acanhada e qualitativamente distinta. Ao contrário das intervenções consideradas exageradas do passado, a atuação do Estado deveria ser restrita, levando em conta "*the virtues of formulating a more consensual proposal on the new role of the state, encompassing traditional development thinking as well as less radical neoconservative viewpoints*" (RAMOS; SUNKEL, 1993, p. 16). Sunkel também declarou não ter "*nada personal contra las privatizaciones. No creo que el tema sea privatizar o no privatizar. Creo que el tema es regular*" (TREVIÑO, 2000, p. 21).

Os traços de descontinuidade no pensamento econômico de Sunkel entre o início e o final da década de 1980 também são confirmados pelo autor, que declarou que "*a mediados de los 80s me di cuenta que era necesaria una reformulación del estructuralismo; abandoné temporalmente el medioambiente para escribir Desarrollo desde Dentro*" (TREVIÑO, 2000, p. 24). Explicar essa inflexão em intervalo tão curto é desafiador. Nossa interpretação é que as posições institucionais do autor contribuíram para essa alteração. Em um primeiro momento, no início da década de 1980, a direção de um projeto da CEPAL sobre meio ambiente ajuda a explicar sua aproximação às ideias de Furtado e Prebisch. Já no final da década de 1980, incorporou em maior medida as ideias liberalizantes então em voga.

As transformações das suas percepções sobre o neoliberalismo e a política econômica da ditadura do Chile constituíram simultaneamente um elemento explicativo e uma manifestação de suas mudanças intelectuais. Em seu artigo "*Pasado, presente y futuro de la crisis económica internacional*" (1984), em consonância com sua agenda de pesquisa no início da década de 1980, Sunkel articulou suas análises sobre o caráter do capitalismo na periferia com a crítica ao monetarismo e a problemática da dívida externa, enfatizando que o desenvolvimento econômico "*y la superación de la dependencia no se podrá lograr mediante la incorporación masiva de un estilo transnacional de desarrollo de tipo consumista-individualista*" (SUNKEL, 1984, p. 105). Pelo contrário, seria necessário a adaptação de estilos de vida, consumo e tecnologias, em consonância com a preservação do meio ambiente.

Assim como Prebisch havia sugerido, Sunkel denunciou que as políticas monetaristas propõem a redução da intervenção estatal "*para dejar que el mercado — o sea los principales grupos económicos— funcionen lo más libremente posible*" (p. 87). A acidez da crítica de Sunkel também se fez evidente em sua análise do caso chileno. Para ele, a propagação das ideias monetaristas e da Escola de Chicago assumiu um caráter extremo nos países do Cone Sul, procurando "*imponer el capitalismo financiero transnacional*" (p. 82). Ao contrário do que se tornaria uma marca importante do seu neoestruturalismo mais adiante, o autor argumentou que

era necessário priorizar "*la expansión del empleo y la actividad económica, así como en una redistribución del ingreso, más que en una excesiva preocupación por los equilibrios monetarios y financieros*" (pp. 105-106). Conforme discutido anteriormente, apesar da crítica comum ao monetarismo entre a antiga e a nova geração de economistas da CEPAL, cada autor concebia as políticas neoliberais de maneira particular quando se tratava da incorporação de seus elementos e proposição de alternativas. Enquanto Prebisch e Pinto as criticavam severamente com limitadas concessões, Bianchi e Ramos se mostravam mais abertos a incorporar várias de suas críticas ao estruturalismo original, assim como algumas das suas propostas. As evidências anteriores reforçam nosso argumento de que, no início dos anos 1980, Sunkel se manteve alinhado ao que estavam pensando os economistas de sua geração, como Prebisch, Pinto e Furtado.

Já na década de 1990, em seu texto "*La consolidación de la democracia y del desarrollo em Chile*" (1992) — seu discurso de posse na *Academia Chilena de Ciencias Sociales, Políticas y Morales* — Sunkel reconheceu os êxitos da economia chilena. Apesar de criticar profundamente as políticas neoliberais durante os anos 1970, reconheceu as "*rectificaciones fundamentales e impostergables en aspectos claves de la política económica*" durante o período do "neoliberalismo pragmático" pós-crise de 1982 (SUNKEL, 1992, p. 41). A avaliação positiva de Sunkel sobre a estratégia exportadora da ditadura é digna de reprodução:

> *El éxito logrado en los últimos años por la economía chilena en los mercados internacionales se ha basado, por una parte, principalmente en el reconocimiento de la necesidad imprescindible de pasar de una estrategia de desarrollo hacia adentro a otra de inserción en una nueva realidad internacional, que ya se percibía claramente en esa época. Y por otra parte, en establecer un marco apropiado de condiciones macroeconómicas, mirar con mayor confianza y ampliar el papel del mercado y los agentes económicos privados, y lograr un gran esfuerzo de innovación empresarial. Llevar a cabo este impostergable cambio de orientación fue, a mi juicio, la función más importante que cumplió la política económica del gobierno militar*. (SUNKEL, 1992, p. 42)

Como propostas para consolidar a transição democrática e o desenvolvimento econômico chileno, o autor recomendou sua estratégia de "desenvolvimento desde dentro". O Chile deveria passar a se preocupar mais com projetos de médio e longo prazo, especialmente o aprofundamento da sua inserção externa para enfrentar o "*desafío irrenunciable de participar en una sociedad mundial que se globaliza aceleradamente*" (p. 42). Neste sentido, seria importante criar mecanismos de incentivo à inovação empresarial, focando-se principalmente nas médias e pequenas empresas, gerar processos de aprendizado e transferência de tecnologia, conquistar novos mercados, modernizar os setores produtivos, diminuir a informalidade,

explorar os recursos ambientais renováveis de maneira sustentável, e finalmente, aumentar a participação de bens de maior valor agregado e tecnológico na pauta de exportações.

Em relação ao estilo profissional de Sunkel, apesar de principalmente calcado no método histórico-estrutural, não se restringiu unicamente a ele. A discussão mais abrangente sobre os aspectos definidores do método foi realizada por Sunkel no livro *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo* (1970), em coautoria com Pedro Paz. Para os autores, o pressuposto mais importante do método era que tanto o objeto quanto a reflexão teórica da ciência econômica são historicamente determinados. A teoria econômica convencional — neoclássica e keynesiana — possuía severas limitações para a interpretação da realidade latino-americana em função das suas premissas, arsenais teóricos e utilização do método dedutivo. Devido a sua formação histórica particular, havia "*la necesidad de una teoría específica para el caso de América Latina*" (SUNKEL; PAZ, 1970, p. 81).

Para os autores, o método histórico-estrutural seria aquele no qual a história é compreendida através de uma teoria que possui um caráter totalizante, que consiga captar as especificidades de uma determinada realidade histórica e explicar suas partes (estruturas) bem como suas interações e seu processo de mutação ao longo da história. Nas palavras dos autores:

> *Una parte nunca puede ser explicada en forma aislada, sino por sus relaciones con el todo; así, por ejemplo, no se puede explicar la especialización de la economía latinoamericana sin considerar un centro que, al industrializarse, condiciona el modo de ser de la periferia; y aun dentro de un país, no se pueden aprehender las características de una región sin relacionarla con el proceso global de desarrollo. Tampoco se puede destacar o analizar el sistema económico de una sociedad como un proceso en sí, sólo podemos comprenderlo y por lo tanto concebirlo, en su interacción con el todo social.* (SUNKEL; PAZ, 1970, p. 95)

Para Boianovsky (2009), há algo de particular nas concepções do autor sobre o método histórico-estrutural, que diz respeito à necessidade de formalizá-lo. Durante a década de 1950, Sunkel se manteve fiel à tradição antiga, apresentando seu "esquema analítico" da inflação de forma verbal. Entretanto, a partir da década de 1960, incursionou na tentativa de formalizar o estruturalismo. Como evidência, Boianovsky (2019) elenca que Sunkel teria sido influenciado, a partir do contato com Schumpeter na LSE na década de 1950, pela diferenciação que o autor fez entre "visão" — um estágio anterior, no qual haveria um esforço analítico de verbalizar, nomear, ordenar e relacionar alguns elementos de explicação da realidade — e "modelos científicos", resultado do amadurecimento e sistematização do esforço anterior na forma de uma teoria. Por isso, chamava sua interpretação sobre a inflação estrutural de "esquema" e não de "modelo". Haveria assim, na perspectiva de Sunkel, uma teoria do desenvolvimento na América Latina a ser "*instrumentada, formalizada y enriquecida; para ello es preciso utilizar,*

entre otras cosas, el instrumental teórico existente" (SUNKEL; PAZ, 1970, p. 97). Ademais, Sunkel se interessou pelo modelo de Harrod-Domar e também celebrou a tentativa de Lance Taylor de conferir uma expressão mais matematizada ao estruturalismo nos anos 1980 (BOIANOVSKY, 2019, p. 90). Assim, o neoestruturalismo pode ser visto como o resultado final da "*larga búsqueda de Sunkel de una estrategia de modelización macroeconómica estructural*" (p. 91).

Apesar das evidências levantadas sobre essa busca de Sunkel por maior formalização do estruturalismo latino-americano, Boianovsky (2019) não explica convincentemente a contra evidência de que, em co-autoria com Pinto, Sunkel escreveu um artigo intitulado "*Latin American Economists in the United States*" (1966), no qual criticaram o formalismo da teoria econômica, a importação de métodos analíticos dos Estados Unidos e a influência da academia estadunidense na formação dos estudantes latino-americanos. Segundo os autores, a tentativa desses economistas — cada vez mais influentes na formulação das políticas econômicas dos governos — de aplicarem sem adaptações a teoria econômica ensinada nesses centros resultava em erros frequentes na condução das políticas econômicas.

Os autores enfatizaram a relevância do trabalho analítico e do rigor científico, mas criticaram a crescente identificação desses critérios com "*mathematical modes of expression*" (PINTO; SUNKEL, 1966, p. 82). Pelo contrário, nem todos os problemas podem ser tratados matematicamente, e o método matemático não é o único dotado de rigor. Para Pinto e Sunkel, esses problemas eram fundamentais nos países subdesenvolvidos:

> *These considerations would have minor importance if it were not that in Latin America basic statistical information-the fundamental element of all useful quantitative analysis-is incomplete* […] *Besides, the fundamental problems of development are extraordinarily complex; they include variables of heterogeneous structure whose behavior is not possible to define clearly and elements that introduce discontinuities in the economic processes* […] *For these and other reasons, what can be submitted to mathematical treatment is either very concrete and specific or very general and abstract-and therefore largely irrelevant*. (PINTO; SUNKEL, 1966, p. 83)

A partir dessa discussão, podemos evidenciar que, ao contrário de Pinto — que permaneceu quase ininterruptamente vinculado à CEPAL entre 1953 e 1987 — Sunkel, em função de sua inserção nos círculos acadêmicos do Norte, desenvolveu um estilo profissional que, embora calcado no método histórico-estrutural, inclinava-se para um maior diálogo com a nova geração de economistas latino-americanos, em particular dos chilenos.

Durante os anos 1960, Sunkel foi professor da Universidade Católica durante três anos, tendo contato com os *Chicago Boys* e também com os economistas do que viria a ser a

Corporación de Estudios para Latinoamérica (CIEPLAN).[63] Como ilustra um economista da CIEPLAN que foi seu aluno na Universidade Católica, havia uma certa admiração geracional: "*para mí era uno de los grandes pensadores* [...] *Yo era muy joven, pero él era unos ocho años mayor que yo*" (ENTREVISTA A). Outro economista contextualizou que Sunkel, ao lado de Sergio Molina e Álvaro García, foi contratado como professor porque "*el programa de la Católica era muy criticado por ser extremadamente conservador. Y la Fundación Ford, que financiaba el programa, les exigió a ese programa que contrataron un par de profesores de otro pensamiento*" (ENTREVISTA L). Em resumo, esse estilo profissional mais aberto e o contato maior com as novas gerações de economistas contribuiu para sua atualização nas discussões sobre desenvolvimento econômico ao final da década 1980, o que se cristalizou no livro *Desarrollo desde dentro*, no qual incorporou as discussões sobre políticas de curto prazo emanadas dos novos estudos da CEPAL.

Este argumento pode ser reforçado se relacionado à análise da relevância intelectual e institucional de Sunkel no interior da CEPAL. Um primeiro aspecto que devemos enfatizar é que, similarmente a Prebisch e diferentemente de Pinto, Sunkel não possuía uma posição institucional diretiva, isto é, não estava em um cargo que o obrigasse a contribuir diretamente para os rumos institucionais da Comissão. Neste sentido, um economista que trabalhou na CEPAL no período destacou que "*Sunkel a esta altura no era muy importante…* […] *Tal vez era un asesor regional de algún tipo, pero no estaba en ninguna División"* (ENTREVISTA B). Isso é um aspecto importante se relembrarmos que a posição de Prebisch como Diretor da *Revista da CEPAL* possuía um caráter mais simbólico devido ao seu peso intelectual. Igualmente, Pinto perdeu a Direção de Desenvolvimento Econômico em 1979 para uma emergente geração de economistas com formação nos Estados Unidos para ocupar as direções da revista *Pensamiento Iberoamericano* e, após a morte de Prebisch, a *Revista da CEPAL*. Sunkel, após desenvolver o projeto sobre desenvolvimento e meio-ambiente, substituiu Pinto na *Pensamiento Iberoamericano*. De forma sintética, havia uma progressiva perda de influência diretiva dessa geração mais antiga de economistas estruturalistas que ainda permanecia na CEPAL.

Apesar de que sua posição institucional não implicasse influência decisória, o peso intelectual de Sunkel na CEPAL era inquestionável. Outro entrevistado apontou esse aspecto: "*Los que se quedaron ahí fueron Sunkel y Aníbal Pinto, que estaban respetados como hombres que estudiaban* […] *la relación centro-periferia*" (ENTREVISTA P). O autor tentava manter-

[63] No capítulo 5, mostraremos como as relações entre a CEPAL e a CIEPLAN foram importantes para o surgimento do neoestruturalismo, e como os vínculos de Sunkel com esses economistas foram um dos canais desse processo.

se atualizado nos debates sobre desenvolvimento econômico, transitando de um projeto sobre um tema novo, que não guardava relação com as ideias tradicionais da CEPAL, para a incorporação sistemática das políticas de curto prazo em sua síntese neoestruturalista. Mantendo-se vinculado à instituição em cargos mais simbólicos, a capacidade de influência de Sunkel nos rumos da CEPAL derivava-se mais pela sua força intelectual. Porém, como vimos no caso de Prebisch e Pinto, o peso intelectual não era uma condição suficiente. A diferença é que as ideias de Sunkel estavam mais alinhadas à nova estrutura de poder no interior da Comissão. Sua proximidade com a nova geração de economistas e a alteração de sua linguagem contribuíram para tornar suas ideias mais atraentes. Um ex-economista da instituição, por exemplo, afirmou que ele "*fue otra personalidad similar a Aníbal Pinto, que no llegó a ser defensor de la fe. Era un tipo que supo adecuarse al cambio. Y él sobrevivió bien e hizo un aporte importante a la institución*" (ENTREVISTA K). Já outro economista, ao ser questionando sobre os autores neoestruturalistas, restringiu: *"Fajnzylber. Sunkel no. […] Sunkel es un viejo estructuralista que después empezó a cambiar un poco y trató de disfrazarse de neoestructuralista, y que para mi gusto lo hizo mal porque él tenía un perfil estructuralista, Sunkel, pero él quería seguir estar activo"* (ENTREVISTA P).

Em síntese, no mosaico de tipos de renovação do pensamento cepalino nas décadas de 1970 e 1980, que conjugavam diferentes graus de combinação entre as ideias estruturalistas e aquelas advindas da teoria macroeconômica do centro durante as décadas de 1970 e 1980, o tipo de renovação propiciada por Sunkel não tinha o grau de aderência e compromisso com as ideias estruturalistas tradicionais que caracterizavam a posição de Pinto. O autor estava mais aberto à incorporação sistematicática das discussões dos estudos macroeconômicos desenvolvidos pela nova geração de economistas da CEPAL. Sunkel foi uma figura capaz de conferir legitimidade às políticas macroeconômicas de curto prazo e reciclá-las em uma proposta que tinha suas raízes nas grandes ideias cepalinas do passado.

3.6 As contribuições de Fernando Fajnzylber para a nova face da CEPAL

Ao longo deste capítulo, demonstramos que existia uma heterogeneidade importante no quadro de economistas da CEPAL, que se manifestava em diferentes propostas de renovação do pensamento econômico cepalino, com diferentes graus de continuidade com a tradição estruturalista e de incorporação das críticas ou de outras influências teóricas. Nesta última seção, seguindo uma estrutura semelhante aos casos anteriores, analisamos o tipo de renovação proposto por Fernando Fajnzylber, que seria o maior responsável pela nova face da CEPAL

durante a década de 1990. Como veremos, o caso de Fajnzylber possui especificidades em relação aos autores discutidos até aqui.

Fajnzylber nasceu em Santiago no ano de 1940. Oriundo de uma família de classe média imigrante judia de origens polonesa e russa, ingressou no curso de Engenharia Civil Industrial na Universidade do Chile em 1958 (TORRES, 2006). Em sua época universitária, foi influenciado pelo clima progressista no Chile. Ao mesmo tempo, nos idos de 1962, realizou uma viagem de estudos para conhecer *in loco* a experiência de industrialização japonesa, visitando diversas plantas industriais. Para Torres (2006), essa experiência influenciou seu pensamento e despertaria o desejo pela comparação entre as industrializações do Japão e da América Latina. No início dos anos 1960, Fajnzylber se tornou docente do *Departamento de Ingeniería Industrial* do *Centro de Planificación* (CEPLA). Entre 1965 e 1966, em função de seu trabalho de conclusão da graduação, realizado alguns anos anteriores, sobre a aplicação da programação linear ao sistema elétrico do Chile, Fajnzylber recebeu uma bolsa para estudar planejamento econômico no *Centre d'Études des Programmes Économiques* (CEPE), em Paris (PAIVA, 2006; TORRES, 2006).

Cabe antecipar um contraste entre a formação em Economia obtida por Fajnzylber na França e o tipo de formação nos Estados Unidos experimentada por outros economistas da CEPAL nas décadas de 1970 e 1980. Nesta época, o ambiente econômico e político francês se caracterizava pela influência das ideias sobre o planejamento econômico, em particular da noção de planificação indicativa instrumentalizada a partir da criação do *Commissaire au Plan* (Comissariado do Plano) após a Segunda Guerra Mundial. Tratava-se de um organismo de estudos de planejamento econômico, cujo primeiro Comissário foi Jean Monnet. Sem qualquer esforço de teorização prévio, a planificação indicativa ocorria por meio de estudos setoriais sistemáticos, a partir dos quais se apontavam os objetivos de produção para cada um dos setores associados a um conjunto de políticas e medidas de auxílio para cumpri-los. Neste tipo de planejamento, conservava-se um grande espaço para o mercado, isto é, a liberdade, as potencialidades e os riscos inerentes às decisões dos empresários e consumidores (DURANTEZ, 1962; GOROSTIZA; JIMÉNEZ, 2008).

Com demonstra Fourcade (2009), uma especificidade da profissão no país foi o notável papel desempenhado pelos engenheiros a partir do pós-Segunda Guerra Mundial. A autora argumenta que, ao contrário dos Estados Unidos — onde a demanda por economistas no contexto do maior intervencionismo estatal foi preenchida pelas universidades — na França os

tipos de conhecimento fornecidos pelas universidades eram considerados inadequados,[64] sendo necessário que os órgãos administrativos do Estado — em comunhão com as *grandes écoles*, instituições especializadas na formação de uma elite de profissionais para os cargos públicos— produzissem seus próprios tecnocratas, por meio do treinamento em economia e estatística de engenheiros, matemáticos e advogados. Para essa tarefa, o Estado francês impulsionou escolas específicas entre as décadas de 1940 e 1960, como a *École Nationale de la Statistique et de l'Administration Économiques* (ENSAE), a *École Nationale d'Aministration* (ENA) e, finalmente, a instituição onde estudou Fernando Fajnzylber, o *Centre d'Etude des Programmes Économiques* (CEPE). Fourcade (2006, pp. 206-207) define o objetivo do CEPE como "*provide continuing education to the technocrats and practitioners in the public administration, turning them into economists or, more specifically, economic technicians*". Em um mesmo sentido, com define um economista de um *think tank* que trabalhou na CEPAL, a instituição ensinava às "*personas de las universidades francesas sobre cómo hacer desarrollo económico y planificación económica*" (ENTREVISTA D).

Essa infraestrutura específica e a influência dos engenheiros contribuiu para moldar um padrão profissional francês particular no pós-guerra, com o qual Fajnzylber tomou contato. Ao contrário do estilo estadunidense, o economista na França era visto mais como um intelectual generalista do que um profissional dotado de determinados princípios teóricos e metodológicos. Os "engenheiros-economistas" produziam pesquisas no interior do Estado orientadas a resolver problemas de política econômica por meio do uso de instrumentos econômicos e estatísticos, previsões com base em modelos econométricos, colocando em segundo plano as pesquisas em teoria econômica formal e abstrata à moda do neoclassicismo (FOURCADE, 2009).[65]

A partir de 1968, Fajnzylber trabalhou como consultor por três meses para a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) em um projeto no Paraguai, sendo contratado logo depois para realizar estudos sobre sistema industrial, exportações e empresas transnacionais no escritório da CEPAL no Brasil. No contexto de agudização da repressão devido à instauração do Ato Institucional nº 5, continuou a analisar a

[64] A França enfrentou um lento processo de autonomização da Economia frente a outras ciências sociais até a década de 1950. Entre o fim do século XIX e início do século XX, a Economia foi dominada e influenciada por professores de Direito, que tinham aversão ao uso da matemática e à abstração científica. Ademais, os historiadores da Escola dos Annales realizaram importantes contribuições nesse período, impulsionando o campo da história econômica. O uso da matemática era restrito à tradição de "cálculo econômico" por matemáticos, como Augustin Cournot e León Walras, sem impactos significativos no mainstream da profissão no país (FOURCADE, 2009).

[65] Para a autora, o processo de internacionalização da disciplina na França ocorreu com mais força a partir da década de 1970, quando houve uma maior interação, formação de redes e treinamento nas universidades norte-americanas, o que repercutiu internamente na emulação de alguns padrões da profissão nos EUA, como publicação em *journals*, pesquisas econômicas mais "puras" e formalizadas em algumas universidades e órgãos administrativos, etc.

experiencia brasileira desde Santiago. Porém, a vitória de Salvador Allende nas eleições de 1970 lhe causou grande impacto, decidindo deixar a instituição para trabalhar como Diretor de Programação da *Secretaría Ejecutiva de Relaciones Económicas Externas* do Banco Central do Chile (SEREX), onde era responsável pela administração do setor externo.

Em função do golpe em setembro, Fajnzylber se exilou no México, onde se vinculou a instituições acadêmicas e organismos internacionais. Foi coordenador dos programas de pesquisa do *Centro de Investigación y Docencia Económicas* (CIDE), ampliando suas análises sobre as empresas transnacionais para o caso mexicano e adentrando em temas como estratégias industriais, transferências tecnológicas e estudos comparativos entre as industrializações japonesa e latino-americana. A partir de 1976, assumiria vários cargos no sistema Nações Unidas, trabalhando com temas como a indústria de bens de capital e desenvolvimento industrial. Em 1984, após a suspensão da proibição de sua entrada no Chile, Fajnzylber retornou à CEPAL em Santiago, ingressando na Divisão Conjunta CEPAL/ONUDI de Indústria e Tecnologia. Três anos depois, com a chegada de seu amigo Gert Rosenthal como Secretário Executivo, seria alçado ao posto de diretor da divisão. Em 27 de dezembro de 1991, faleceu prematuramente devido a um ataque cardíaco quando dançava na festa de aniversário de casamento de Roberto Zahler (TORRES, 2006).

Desde princípios dos anos 1970, Fajnzylber trabalhou com temas relacionadas às empresas transnacionais, ao protecionismo e à industrialização latino-americana. Em seu "A empresa internacional na industrialização da América Latina" (1976), diferenciou o protecionismo na região em comparação com o Japão e os países socialistas. Para ele, enquanto nestas últimas experiências o protecionismo recaía sobre, respectivamente, as empresas japonesas e as estatais, na América Latina o protecionismo favorecia as empresas transnacionais, dominantes nos principais setores produtivos. Além disso, ao contrário dos outros dois casos, onde a adaptação das tecnologias era estimulada, o protecionismo latino-americano favorecia os produtos finais e o uso tecnológico sem adaptações. Como implicação, as filiais na América Latina utilizavam tecnologias obsoletas, organizavam-se em torno de oligopólios com grandes remessas de lucro para o exterior e possuíam um foco excessivo no mercado interno em detrimento das exportações.

Fajnzylber ampliaria notavelmente essas ideias em sua obra monumental intitulada *La industrialización trunca de América Latina* (1983). O caráter truncado da industrialização na região se referia ao diagnóstico de que se tratava de uma industrialização deformada, recheada de especificidades como escassa absorção das populações urbana e rural, concentração de renda, pequena parcela da produção industrial destinada às exportações, insuficiente

desenvolvimento da indústria de bens de capital, precária articulação entre os setores industrial e agrário e debilidade da vocação industrial dos grupos empresariais. Este último aspecto era essencial na visão do autor. Para ele, a escassa vocação industrial era caracterizada pela falta de atributos "schumpeterianos" de liderança. Em outras palavras, não haveria um grupo dirigente empresarial capaz de liderar o setor industrial, realizar inovações tecnológicas e competir nos mercados internacionais. Em função disso, um problema central da industrialização da região seria a debilidade na construção de um núcleo endógeno "*capaz de incorporarse en el proceso de dinamización tecnológico, que es la condición necesaria para penetrar y mantenerse en el mercado internacional*" (FAJNZYLBER, 1983, p. 358).

Essa convicção sobre a precariedade da vocação industrial e do núcleo endógeno se integra a duas outras dimensões da visão geral do autor: a generilização das empresas transnacionais na América Latina e os aprendizados que poderiam ser retirados do caso da industrialização do Sudeste Asiático, em particular do Japão. Fajnzylber enfatizou que a presença indiscriminada das empresas transnacionais oligopolistas na América Latina como vetores da imitação dos padrões de consumo — fazendo referência a Prebisch — contribuiu para gerar uma estrutura produtiva ineficiente em favor da produção de bens que eram incompatíveis com a renda e as reais necessidades da população. Com isso, enquanto essas empresas oligopolistas eram fontes dinâmicas de inovação tecnológica nos países de origem, na América Latina as filiais cumpriam a função de produzir lucros para amortizar os gastos prévios das primeiras. Dessa forma, as empresas transnacionais inibiriam o desenvolvimento de inovações tecnológicas, contribuindo para o atraso do desenvolvimento da indústria de bens de capital.

Essas várias dimensões problemáticas apontadas por Fajnzylber são informadas por seu enfoque comparativo com respeito à industrialização tardia do Sudeste Asiático. No caso japonês, a atuação das empresas transnacionais esteve submetida ao controle dos grupos industriais nacionais e do Estado, que articularam um projeto de longo prazo baseado na aprendizagem tecnológica em um contexto de reserva de mercado e busca pela inserção internacional. O Estado japonês implementou o que o autor chamou de "protecionismo para a aprendizagem", no qual havia uma forte proteção nas indústrias química, metalmecânica, automotriz, de petróleo e de automação, em uma estratégia de melhoria da eficiência produtiva interna e integração seletiva entre as indústrias. No caso da América Latina, pelo contrário, vigorava um "protecionismo frívolo", caracterizado por uma proteção indiscriminada, privilegiando a proteção da indústria de bens de consumo em detrimento da indústria de bens

de capital e de empresas estrangeiras cujas perspectivas de longo prazo estavam mais relacionadas aos países de origem do que articuladas com as condições da América Latina.

A partir desse estudo, propôs diretrizes para a reestruturação do setor industrial, voltado para uma "Nova Industrialização", que reconhecia os problemas do passado mas apostava nas potencialidades da região. A Nova Industrialização, ao contrário da concepção neoliberal de eficiência — baseada nas vantagens comparativas estáticas, de curto prazo — se assentava em um conceito de eficiência atrelado ao crescimento elevado e às criatividades individual e coletiva, que seriam essenciais para o surgimento do núcleo endógeno de dinamização tecnológica. A criatividade consistiria no desenvolvimento generalizado de vários processos nos âmbitos econômico, político, social e cultural: o estímulo a lideranças empresariais e incentivo à inovação, o estabelecimento de diálogo e compromissos entre dirigentes empresariais, trabalhadores e o Estado, busca por conhecimento internacional, criação e fortalecimento de instituições públicas voltadas à pesquisa científica e tecnológica, bem como maior atenção à pesquisa tecnológica no nível das empresas.

O fato de que *La industrialización* tenha sido desenvolvida no âmbito de um projeto conjunto entre a NAFINSA e a ONU sobre bens de capital (TORRES, 2006, p. 50) condicionou Fajnzylber a se deter na análise pormenorizada dos problemas da industrialização latino-americana, adentrando em especificidades setoriais e nas suas interrelações. Apesar disso, o autor esboçou preliminarmente aspectos conceituais que marcariam sua reflexão ao final da década de 1980, como a comparação sistemática das industrializações da América Latina e do Sudeste Asiático, a relação entre progresso técnico e competividade, o estímulo às exportações, a diminuição do protecionismo, a importância da pesquisa tecnológica induzida pelo Estado, e a necessidade de diminuição dos conflitos entre capitalistas e trabalhadores.

Essas ideias se tornaram um quadro conceitual mais articulado no final dos anos 1980. No artigo "*Competitividad internacional: evolución y lecciones*", Fajnzylber (1988, p. 13) definiu a competitividade, um fenômeno de médio e longo prazo, como a "*capacidad de un país para sostener y expandir su participación em los mercados internacionales, y elevar simultáneamente el nivel de vida de su población. Esto exige el incremento de la productividad y, por ende, la incorporación de progreso técnico*". Contrastando o tipo de inserção internacional dos países desenvolvidos e da América Latina, o autor introduziu o conceito de "competitividade autêntica" para se referir ao caso dos primeiros, que conseguiram elevar sua competitividade e manter os níveis de vida da população (SUZIGAN; PAIVA, 2004). Já os

países latino-americanos se enquadravam na "competitividade espúria" porque combinaram elevação das exportações com redução do nível de renda.[66]

Com foco na questão da competitividade e na incorporação do progresso técnico, o autor buscou fatores explicativos para as experiências de aumento da competitividade do sistema industrial do Japão e da Alemanha, em contraste com o declínio da competitividade dos Estados Unidos. Dentre esses fatores, destaca-se a definição de prioridades na alocação de financiamento dos investimentos pelos estados japonês e alemão e pelos bancos, em comparação com o papel do mercado de capitais no caso dos Estados Unidos. Em segundo lugar, chamou atenção para o impacto positivo sobre o aumento da produtividade de relações menos conflitivas entre gerentes e trabalhadores, do aumento dos recursos destinados à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e da melhoria do sistema educacional. Além disso, haveria uma tendência a que os países com menor dotação de recursos naturais apresentassem sistemas industriais mais complexos e maiores níveis de competitividade (casos de Japão e Alemanha). Entretanto, o autor enfatizou que o caso da Itália poderia ser estimulante para os países latino-americanos, pois decorreu da incorporação do progresso técnico em pequenas e médias empresas dos setores tradicionais, como a indústria têxtil, vestuário e calçados. Por fim, elencou a importância do manejo dos instrumentos de política econômica e da esfera institucional. Para Fajnzylber, o caso japonês era eloquente no sentido de demonstrar a importância das estratégias nacionais uma vez que o Estado japonês, articulado com os grupos empresariais do país, além de estimular a exportação dos produtos típicos do padrão tecnológico norte-americano, criou restrições de crédito para sua rápida difusão interna e fomentou a industrialização em setores que detinham maior capacidade de incorporação do progresso técnico.

Outro momento decisivo na construção das ideias econômicas do autor foi a elaboração de "*Industrialización en América Latina*: *de la 'caja negra' al 'casillero vacío*'", já como Diretor da Divisão CEPAL/ONUDI de Indústria e Tecnologia.[67] Nesse documento de transição, baseado em dados de crescimento médio e distribuição de renda de vários países latino-americanos entre 1970 e 1985, Fajnzylber (1990c, pp. 11-12) argumentou que nenhum país da América Latina conseguiu simultaneamente apresentar um crescimento do PIB *per capita* maior que 2,4% ao ano e manter uma distribuição equitativa da renda na razão de 0,4 - isto é,

[66] Neste caso, medidas como a desvalorização da moeda e créditos subsidiados e o aproveitamento de vantagens comparativas — mão-de-obra barata, disponibilidade de recursos naturais — apesar de gerarem lucros para as empresas e poderem melhorar a situação no balanço de pagamentos, não tem relação direta com a competitividade do país como um todo, pois não estimulam a incorporação do progresso técnico (FAJNZYLBER, 1988).

[67] Bielschowsky (2000) e Paiva (2017) enxergam que *La industrialización* e este texto lançaram reflexões para a organização da etapa subsequente do pensamento cepalino, nos anos 1990.

que 40% da população de menor renda tivesse uma renda equivalente à dos 10% mais ricos. Dessa forma, os problemas da industrialização da região seriam representados pela existência desse *casillero vacío* (conjunto vazio), expressão utilizada para designar uma matriz formada na vertical pela distribuição de renda e na horizontal pelo crescimento econômico.[68] Na perspectiva do autor, essa situação lamentável não poderia ser atenuada com o argumento de que somente países desenvolvidos alcançaram esse patamar de crescimento com equidade. Os casos de Coreia do Sul, Espanha, Portugal, Iugoslávia, Hungria e Israel desmentiriam isso. Argumentou Fajnzylber (1990c, p. 14) que "*El casillero vacío estaría vinculado directamente con lo que podría llamarse la incapacidad para abrir la "caja negra" del progreso técnico*".

No capítulo 3 do texto, o autor desenvolveu pela primeira vez um marco analítico em torno das retroalimentações entre crescimento e equidade. Para ele, uma melhor distribuição de renda favoreceria a austeridade do padrão de consumo, importante para inibir a imitação exagerada dos padrões de consumo por parte dos grupos mais ricos. Isso favoreceria o crescimento devido ao estímulo ao consumo interno e principalmente ao investimento. Por consequência, o crescimento econômico propiciaria as condições de incorporação de novas máquinas e equipamentos, aumentando a competitividade industrial. Além disso, esse processo tenderia a gerar um processo de aprendizagem tecnológica, que poderia se refletir em uma maior participação no comércio internacional, fortalecendo o crescimento econômico. Mas as retroalimentações se dariam também entre competitividade internacional e equidade. Para Fajnzylber, a competitividade contribuiria para a equidade na medida em que favorece a criação de pequenas e médias empresas, a qualificação da mão-de-obra, o crescimento do emprego e das remunerações e a universalização da saúde e da educação básicas. Reciprocamente, a equidade seria um requisito central na manutenção da competitividade internacional.

Já como coordenador do documento "*Transformación productiva con equidad: la tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el Caribe en los años noventa*" (CEPAL, 1990), Fajnzylber alcançaria o ápice das suas formulações, lançando as diretrizes fundamentais da estratégia oficial da CEPAL para a década de 1990. O documento, com forte conteúdo programático, propunha que os países latino-americanos crescessem em um contexto de maior equidade social. Para tanto, seria fundamental uma abertura comercial gradual e seletiva e uma

[68] De um lado, alguns países — como Brasil, Colômbia, México, Paraguai e Panamá — sustentaram um crescimento econômico superior a 2,4%, mas apresentam uma razão da distribuição de renda inferior a 0,4. Estes seriam os "dinâmicos desarticulados". Por outro lado, havia casos — como da Argentina e do Uruguai — que lograram manter um razoável grau de equidade social, porém apresentaram crescimento insatisfatório. E por último, havia aqueles países que conjugaram baixo crescimento econômico e baixo grau de equidade social (Chile, Bolívia, Peru, Haiti, Venezuela e Guatemala) (FAJNZYLBER, 1990c, pp. 11-12).

inserção internacional que estimulasse a competitividade autêntica. Por meio dessa estratégia, seria possível o *catching up* tecnológico pelos setores de ponta da economia, como a informação e a microeletrônica. A abordagem, além de enfatizar o papel central da indústria na incorporação do progresso técnico, ressaltou como fundamental a criação de vínculos com setores baseados nos recursos naturais e os serviços.

Seria necessário alterar o papel do Estado, sem necessariamente reduzi-lo, reorientando seus esforços para políticas tecnológicas setoriais que estimulassem a incorporação do progresso técnico à estrutura produtiva heterogênea via, por exemplo, investimentos em capital humano. Conferiu também grande importância à articulação entre os agentes econômicos e as instituições públicas e privadas na condução das pesquisas tecnológicas, enfatizando a relevância da concertação social, isto é, da geração de acordos políticos e democráticos para a elaboração e execução de políticas públicas eficazes. O Estado deveria garantir a eficiência do sistema econômico e a manutenção dos equilíbrios macroeconômicos, exercendo um papel ativo na execução de políticas sociais focalizadas na parcela mais pobre da população e nos problemas ambientais (RODRÍGUEZ *et al*, 1994; BIELSCHOWSKY, 2000; 2009).

Em síntese, as ideias econômicas de Fajnzylber durante os anos 1970 e 1980 se caracterizaram pela análise incessante sobre os problemas do padrão de industrialização e do desenvolvimento da América Latina. O autor, inspirado na comparação com a experiência internacional, em particular do Sudeste Asiático, ressaltou que o principal problema da industrialização residia na incapacidade de incorporação do progresso técnico e na construção de um núcleo endógeno de tecnologia, para alçar mais firmemente as economias nos mercados internacionais. Esse diagnóstico pormenorizado adquiriu uma face analítica muito mais definida ao longo dos anos, com a construção de todo um sistema de relações retroalimentadas entre crescimento econômico, competitividade, incorporação do progresso técnico e equidade, culminando nos anos 1990 em uma nova agenda da CEPAL, que envolveria a discussão sobre os efeitos positivos da abertura comercial e a importância do papel do Estado no desenvolvimento tecnológico, no investimento em capital humano e na focalização de políticas públicas, bem como a preocupação com a preservação dos equilíbrios macroeconômicos. Mas de que forma essas ideias se comparavam a outros tipos de renovação do pensamento cepalino? Para responder essa indagação, começamos pelo entendimento das posições de Fajnzylber em relação ao ideário neoliberal e à experiência do modelo econômico chileno para torná-la mais clara quando discutirmos seu estilo teórico e profissional.

Conforme discutido nas seções anteriores, havia uma influência recíproca entre os rumos tomados pelas ideias dos economistas cepalinos e a forma pela qual se posicionavam em

relação à difusão das ideias neoliberais em geral e durante a ditadura militar chilena em particular. Apesar do acordo entre os economistas da instituição sobre os efeitos problemáticos das políticas neoliberais, o tipo de resposta intelectual e a incorporação de certas ideias tradicionalmente associadas à abordagem liberal era diverso, desde o papel extremamente crítico de Prebisch e Pinto, passando pela gradual aceitação de algumas políticas por parte de Sunkel, e chegando ao reconhecimento dos relativos êxitos das políticas neoliberais chilenas e à incorporação sistemática de certas críticas oriundas do ideário neoliberal por parte de Bianchi e Ramos.

Em Fajnzylber, também se pode articular a construção teórica com sua postura sobre as ideias neoliberais e a política econômica do regime autoritário chileno. Em diferentes oportunidades, o autor se mostrou extremamente crítico acerca das políticas neoliberais chilenas. Inclusive, em sua perspectiva, a proposta de "Nova Industrialização" representava simultaneamente um reconhecimento dos problemas do processo de substituição de importações e um enfrentamento à corrente neoliberal na América Latina (FAJNZYLBER, 1983). Segundo o autor, os diagnósticos neoliberais de que a ineficiência era causada pela intervenção do Estado e pelo protecionismo eram desmentidos pelas experiências do Sudeste Asiático, enquanto que as políticas econômicas neoliberais aprofundavam as mazelas do padrão de industrialização da região. Nesta ótica, o autor dedicou uma seção de *La industrialización* exclusivamente à análise do caso chileno, enfatizando seus impactos devastadores: redução do crescimento econômico e dos investimentos, aumento do desemprego, ascensão dos intermediários financeiros e destruição do precário empresariado industrial nacional e da sua pequena capacidade de competição. Assim, o modelo econômico chileno teria intensificado "*las carencias sociales que el modelo industrial precedente era incapaz de satisfacer, con la agravante de introducir 'cambios estructurales' que tienden a erosionar la ya precaria creatividad de los agentes económicos y sociales internos*" (FAJNZYLBER, 1983, p. 266).

É interessante notar a comparação realizada pelo autor entre os projetos "modernizantes" dos regimes autoritários do Chile e do Brasil sob a égide do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Em seu entendimento, enquanto o projeto brasileiro se inspirava no caso do Japão, assentado no desenvolvimento industrial acelerado de vários setores, em particular de bens de capital, o projeto modernizador chileno significava simplesmente a "desindustrialização" aspirando voltar ao modelo econômico vigente na América Central antes de 1940. Para Fajnzylber, ao contrário do Chile, o regime autoritário brasileiro estimulou a geração de esforços inovadores e criativos internos.

No final da década de 1980 e inícios da década de 1990, após a gestão pragmática de Hernán Büchi e concluída a transição à democracia, Fajnzylber apresentava um tom bem mais ameno e positivo sobre a economia chilena, apontando os êxitos e as potencialidades para o crescimento econômico. Em seu "*El desafío económico y social de Chile*" (1990), apoiando a proposta de crescimento com equidade do novo governo democrático de Patricio Aylwin, enfatizou que, apesar dos problemas ainda a serem resolvidos, a estratégia poderia se fundamentar em certos "ativos", como o nível de educação satisfatório da força de trabalho, a abundância de recursos minerais, florestais, pesqueiros e agrícolas, o boom exportador recente, um Estado eficiente com contas fiscais equilibradas e, finalmente, a modernização empresarial.

Essa percepção da economia chilena à época foi articulada com uma visão crítica sobre a história do país. Fajnzylber (1990b, p. 1) fez um contraste entre o dinamismo da economia chilena na segunda metade da década de 1980 e as instabilidades econômicas e a "ideologização política" advindas dos distintos experimentos econômicos dos 25 anos precedentes. O mesmo tipo de atitude crítica aos efeitos da politização foi retomado no texto intitulado "*Chile y los mercados mundiales: estrategias para una plena inserción*", que apontou a necessidade de "*subordinar los conflictos internos al propósito de perfeccionar la inserción internacional*" (FAJNZYLBER, 1991, p. 32) por meio da elevação das exportações baseadas na incorporação do progresso técnico, nos recursos naturais e nas normas de sustentabilidade ambiental. O autor também saudou que os diferentes grupos da sociedade chilena estivessem crescentemente chegando a um consenso em torno da estratégia de crescimento com equidade, em particular "*sobre la necesidad de mantener una baja inflación y una gestión económica prudente, así como en torno de la importancia de promover las exportaciones y participar del vigor del comercio internacional*", bem como redirecionar o foco aos grupos mais pobres da sociedade (p. 2).

A comparação com o caso brasileiro é, novamente, um importante parâmetro do pensamento do autor. Se, no início da década de 1980, os esforços de industrialização do Brasil pareciam promissores, os resultados vistos desde uma perspectiva mais longa e com um quadro analítico mais bem definido levaram à reavaliação da experiência brasileira. Em seu artigo "*Apertura, progreso técnico y competitividade*", Fajnzylber (1990a) ressaltou que, a despeito do destaque do padrão tecnológico brasileiro dentre os países da América Latina, o país apresentava um elevado grau de desigualdade e exclusão social. Comparando Brasil, Espanha e Coréia do Sul, enfatizou o menor grau de abertura da economia brasileira, o baixo nível de incorporação do progresso técnico e diminuição da produtividade. Em relação à incorporação do progresso técnico, Fajznylber também enxergou uma inferioridade da economia brasileira

mobilizando indicadores como a participação privada nos gastos em ciência e tecnologia, a produtividade total dos fatores, qualificação de mão-de-obra e nível educacional, e a participação dos produtos de alto conteúdo tecnológico na pauta de exportações. Além disso, enquanto Brasil, Espanha e Coréia do Sul experimentaram uma situação de "competitividade autêntica" na década de 1970, a economia brasileira testemunhou uma associação entre o aumento da competitividade e a estagnação dos padrões de vida na década de 1970.

Pode-se observar, dessa forma, como Fajnzylber percebia positivamente a evolução da economia chilena no final dos anos 1980, mostrando-se otimista quanto ao seu futuro a partir da estratégia de crescimento com equidade do governo democrático. O aspecto mais interessante a ser ressaltado é que, na visão de Fajnzylber, a economia chilena é aquela que parecia estar mais próxima das visões expressas em seus trabalhos analíticos sobre a importância da abertura comercial, inserção internacional por meio das exportações baseadas em recursos naturais, incorporação do progresso técnico, controle dos equilíbrios macroeconômicos e necessidade de acordos políticos para a realização de políticas públicas.

Ainda que a posição de Fajnzylber fosse similar à de Sunkel como construtor do neoestruturalismo, não pode ser reduzida aos posicionamentos deste último. Sunkel, um grande formulador do estruturalismo latino-americano, passou por uma inflexão intelectual nas quais as críticas ao monetarismo e à política econômica chilena do início da década de 1980 se transformaram em avaliações positivas no final da década. Embora chegasse a um ponto similar ao de Sunkel — de crítica ao neoliberalismo e formulação de uma alternativa — o caso de Fajnzylber não pode ser discutido nos mesmos termos. Extremamente crítico do neoliberalismo, o tipo de síntese do autor não era uma mescla entre o estruturalismo e o monetarismo no sentido atribuído a Sunkel. O tipo de renovação introduzido pelo autor torna-se mais inteligível se correlacionado ao seu estilo teórico e profissional.

Ao estudar as influências teóricas que moldaram seu pensamento, Torres (2006, p. 60) argumenta que, em sua juventude, como no caso de outros de jovens chilenos que viveram a década de 1960, ele foi influenciado pelo marxismo de "caráter contextual", sem implicações em termos de elaboração de teorias ou análises econômicas. Ao contrário de outros economistas da CEPAL, como Prebisch, Pinto e Sunkel, as ideias econômicas de Fajnzylber se desenvolveram de forma paralela com alguns pontos de intersecção eventuais com o pensamento cepalino. Vale lembrar que sua primeira vinculação com a CEPAL ocorreu somente no fim dos anos 1960 e por um lapso temporal breve, uma vez que uma série de eventos afetaram a trajetória do autor, desde a saída para o governo Allende em 1972 até o exílio. Para Torres (2006), o foco do autor se ateve mais ao estudo do processo de industrialização na

América Latina (à luz da experiência do Sudeste Asiático) do que nas implicações das ideias cepalinas, como a deterioração dos termos de intercâmbio. Em sua interpretação, "*Este distanciamiento se haría mucho más notorio en la última fase de su producción*" (p. 61).

De fato, apesar de similaridades quanto ao uso de conceitos e categorias dos estruturalistas, os significados e as implicações da análise de Fajnzylber eram diferentes. Como vimos anteriormente, o economista chileno citou Prebisch para se referir aos impactos dos padrões de consumo nos países latino-americanos. Porém, enquanto Prebisch enfatizava os padrões de consumo e seus impactos na distribuição de renda, Fajnzylber apontava a imitação principalmente da estrutura produtiva (TORRES, 2006). O próprio significado de progresso técnico, para o autor, era diferente do conceito usado na CEPAL: deixou de ser entendido como algo externo, que se materializa nas máquinas e equipamentos, derivado da concepção da CEPAL, para ser concebido como um processo no interior das empresas, que envolve a criação de novos bens e técnicas produtivas, inovações, aspectos organizacionais e capacidade de adaptação das empresas (RODRÍGUEZ, 2009; RODRÍGUEZ *et al*, 1994).

Essa nova concepção pode ser explicada pela influência de Schumpeter e da literatura neoschumpeteriana nas ideias econômicas de Fajnzylber. De acordo com Torres (2006), o autor extraiu de Schumpeter a perspectiva de que as empresas são agentes inovadores, o que se expressou na relação entre o papel das empresas transnacionais que fomentariam processos de destruição criadora e a precária liderança empresarial na América Latina. Rodríguez (2009, p. 504) também enfatiza que a noção de progresso técnico no pensamento de Fajnzylber aderiu ao "enfoque neo-schumpeteriano" em ascensão, evidenciado também pelo uso de categorias de corte neo-schumperiano no *Transformación productiva con equidad* (CEPAL, 1990).

Essas influências teóricas também nos ajudam a caracterizar seu estilo profissional singular. Embora, do ponto de vista geracional, Fajnzylber estivesse mais próximo da nova geração de economistas da CEPAL, sua trajetória profissional foi significativamente diferente. Enquanto Bianchi e Ramos cursaram pós-graduação em Economia em universidades norte-americanas, onde tiveram contato com os principais debates macroeconômicos da época, Fajnzylber trilhou outra trajetória acadêmica e profissional. Sua formação em Engenharia Civil Industrial lhe conferiu boa capacitação técnica em estatística e principalmente no funcionamento dos processos industriais no interior das plantas. Apesar de que a formação universitária *per se* não lhe conferiu contato com as grandes discussões sobre economia, ela contribuiu para conformar sua visão, atuando como uma porta de entrada para as discussões sobre desenvolvimento econômico e industrialização. Isso explica por que seu interesse na pós-

graduação, ao contrário de outros jovens de sua geração, não foi capturado pelo processo de americanização da Economia.

Assim, ao contrário de outros representantes da nova geração que fizeram pós-graduação em Economia e focaram nos debates correntes da macroeconomia, a experiência de Fajnzylber no ambiente político e intelectual francês, particularmente a ideia de planejamento indicativo, foi fundamental para a conformação de sua visão sobre o desenvolvimento econômico, os aspectos técnicos de diferentes indústrias, as relações econômicas entre os setores, a importância da harmonia entre os grupos sociais, a necessidade de determinar funções mais gerais e delimitadas para a ação do Estado, bem como a naturalização da importância das forças de mercado.

Torres (2006) assinala que as obras de Fajnzylber tinham um forte ao método indutivo, partindo dos dados para a análise teórica e enfim para as recomendações de política econômica. O autor mesclou uma série de ferramentas advindas de várias áreas como engenharia, economia, estatística e programação. Chegou a usar modelos econométricos em determinados momentos — por exemplo, em seu estudo em parceria com o IPEA sobre o sistema industrial brasileiro no início da década de 1970 — mas suas principais ferramentas de análise eram a estatística descritiva e a análise gráfica.[69] Como expressão desse método, no final da década de 1980, toda a discussão de Fajznbylber sobre incorporação do progresso técnico, competitividade e equidade se traduz em um modelo de crescimento endógeno, ainda que não formalizado como era comum entre os economistas a essa altura.

Em suma, tendo como antecedentes essas experiências, o economista chileno desenvolveu seu estilo teórico e profissional sem apego especial seja ao estruturalismo cepalino, seja às tendências da academia estadunidense. Seu estilo profissional foi uma mescla de vários elementos. Utilizou extensamente as ferramentas estatísticas e de análise de dados decorrentes da formação em engenharia e dos tipos de trabalhos técnicos realizados para órgãos multilaterais, sem aderir, entretanto, à formalização matemática e aos modelos econométricos típicos da profissão durante as décadas de 1960 e 1970. Do ponto de vista teórico, o autor não se filiou às ideias clássicas do estruturalismo latino-americano, no sentido de tomá-las como categorias centrais em suas análises. Seu pensamento econômico bebeu de várias fontes,

[69] Torres (2006) enfatiza as "coincidências" entre a visão neoschumpeteriana de Fajnzylber — ao ressaltar a importância da diferenciação de produtos, da inovação tecnológica e do capital — e os economistas acadêmicos representantes dos modelos de crescimento endógeno, como Romer, Lucas e Krugman.

tomando contato com as ideias de planejamento indicativo, o estilo profissional dos "engenheiros-economistas" na França e às ideias neo-schumpeterianas.

Como último momento da análise, visamos compreender a influência intelectual e institucional de Fajnzylber no interior da CEPAL. Do ponto de vista institucional, o economista chileno se vinculou ocasionalmente à instituição — entre 1968 e 1972 e depois em 1985-1991 — em projetos específicos vinculados a outras instituições multilaterais, como a ONUDI. Em outras palavras, não estava inserido em cargos ou divisões influentes do ponto de vista das mudanças da orientação da Comissão. Fajnzylber era um membro estranho às principais dinâmicas institucionais da CEPAL até sua chegada do exílio em 1985, quando ingressou na Divisão Conjunta CEPAL/ONUDI de Indústria e Tecnologia, tornando-se seu diretor em 1988. Neste momento, os embates intergeracionais no interior da CEPAL já haviam se resolvido.

Simultaneamente à morte de Prebisch, à aposentadoria de Pinto e à modernização do pensamento de Sunkel, proliferavam economistas da nova geração em posições de poder, que já haviam alterado a orientação da Comissão rumo a considerações mais abertas aos equilíbrios macroeconômicos básicos, à abertura comercial, à liberalização financeira e à possibilidade de uma menor intervenção estatal na economia. A ascensão da importância intelectual de Fajnzylber neste momento pode ser associada à chegada de Gert Rosenthal para substituir Enrique Iglesias como Secretário Executivo da Comissão. Rosenthal, Diretor da subsede da CEPAL no México e grande amigo de Fajnzylber, abraçou as ideias do economista chileno como um enfoque renovador capaz de dar impulso à CEPAL.

Devido às disputas intergeracionais existentes na CEPAL, a figura de Fajnzylber igualmente é motivo de controvérsia. De um lado, vários economistas colocam-no como o grande líder intelectual da Comissão, sobretudo na década de 1980. De acordo com um ex-economista da CEPAL, Fajnzylber deu às ideias originais de Prebisch e da CEPAL "*un enfoque mucho más moderno, le diría, y más actualizado*" (ENTREVISTA K). Em um mesmo sentido, outro economista – que avalia que a CEPAL "*había transformado en una iglesia*" devido à falta de renovação – enfatizou que Fajnzylber foi um intelectual capaz de reconstruir *"el espíritu de los estudios de Prebisch, pero totalmente modernizado y adaptado al mundo del siglo XXI*" (ENTREVISTA M).

Mas havia também uma parte dos economistas da instituição descontentes com os novos rumos sob sua influência e que viam as ideias desenvolvidas por Fajnzylber mais como uma ruptura do que como continuidade da tradição prebischiana. Dois interlocutores, mais apegados às ideias originais de Prebisch, trouxeram evidências dessa insatisfação. Um sociólogo que trabalhou na CEPAL afirmou que, no que concerne às disputas no interior da Comissão,

"*Fajnzylber está in between*", tendo boas relações com as antigas e novas gerações, mas cumprindo um papel fundamental no "*nuevo grupo, porque Rosenthal lo quiso presentar como que era el gran economista nuevo*, *'Prebisch fue, ahora estamos en otra cosa'*" (ENTREVISTA I). Já um outro economista, como vimos na seção sobre Prebisch, assinalou seu desconforto com as mudanças conceituais e de linguagem operadas no final da década de 1980 por Gert Rosenthal e Fernando Fajnzylber. Para o entrevistado, eles "*abandonaron el lenguaje de Prebisch completamente [...] nunca más hablaron del centro, de periferia y hablaron de competitividad, era competitividad sistémica. Ellos eran sistémicos [...] la noción de competitividad era que el país competía a lo largo de todo su sistema*" (ENTREVISTA P).

3.7 Considerações parciais

Em síntese, o presente capítulo evidenciou como a crise do pensamento econômico cepalino nas décadas de 1970 e 1980 se manifestou concretamente na existência de uma pujante heterogeneidade teórica e profissional no quadro de economistas da instituição. Este ponto de vista nos oferece um ângulo privilegiado para capturar as nuances das relações entre a crise do pensamento estruturalista e os processos mais amplos que afetavam as ideias econômicas e a profissão dos economistas na América Latina, comumente apontados como fatores que contribuíram para o declínio da influência do pensamento da CEPAL. De forma específica, muito mais do que exógenos, os referidos processos se entrelaçaram dinamicamente aos condicionamentos intelectuais e institucionais internos da Comissão em meio ao contexto da ditadura militar chilena, contribuindo para a transição intelectual das ideias cepalinas.

Se, no capítulo 2, verificamos alterações institucionais e mudanças da orientação da Comissão associadas à interpretação do caso chileno — em direção à progressiva ênfase nos equilíbrios macroeconômicos e discussões sobre políticas monetárias, fiscais e de liberalização comercial e financeira — as evidências levantadas no presente capítulo demonstram como essa transição manifesta nos relatórios institucionais era expressão da heterogeneidade teórica e profissional existente no interior da CEPAL e de como suas disputas foram resolvidas ao longo do tempo. A CEPAL atravessou um período de transição intelectual e profissional no qual as grandes ideias estruturalistas das décadas de 1950 e 1960 — que formavam um corpo de ideias relativamente articulado entre si — deram lugar a um período de indefinição nas décadas de 1970 e 1980. Como reflexo disso, no interior da Comissão conviviam duas gerações de economistas com estilos teóricos e profissionais diferentes, o que implicava posicionamentos

também distintos a respeito do legado das ideias cepalinas assim como estratégias de renovação particulares.

De um lado, Prebisch deu às suas ideias estruturalistas um caminho singular de renovação teórica sem qualquer ambição de disputar a orientação geral da Comissão, ao passo que Aníbal Pinto encarnou uma missão de defesa e atualização das ideias estruturalistas ao contexto das décadas de 1970 e 1980. Ao mesmo tempo, surgiu uma nova geração de economistas advindos do processo de americanização da Economia — cujos maiores representes eram Andrés Bianchi e Joseph Ramos — que não tinham firmes laços com as ideias cepalinas do passado e propunham um tipo de renovação que deveria incorporar necessariamente a ênfase nos equilíbrios macroeconômicas básicos, nas políticas econômicas de curto prazo e nas reformas comerciais e financeiras.

Essa nova geração adquiriria crescente poder institucional e influiria nas mudanças do pensamento econômico cepalino, com a incorporação de várias ideias associadas ao monetarismo e a outras escolas da macroeconomia dos anos 1970 e 1980. Simultaneamente, um representante da antiga geração – Osvaldo Sunkel – passou por uma inflexão intelectual em meados da década de 1980, propondo sua agenda neoestruturalista como um vetor para a legitimação dos estudos macroeconômicos, contribuindo para naturalizar a ideia de que políticas de curto prazo, abertura comercial e financeira, e a redefinição do papel do Estado eram elementos que poderiam ser incorporados à orientação da CEPAL sem que isso comprometesse o "pensamento estruturalista".

De maneira pioneira, e por outra via em termos de trajetória teórica e profissional, Fernando Fajnzylber transformaria progressivamente seus estudos comparativos sobre as industrializações latino-americana e do Sudeste Asiático em um quadro teórico-conceitual de referência, contribuindo decisivamente para a formulação do neoestruturalismo. Em suma, a transição das ideias da CEPAL rumo ao neoestruturalismo correspondeu à ascensão de determinados tipos de renovações em detrimento de outros no interior da instituição. Em particular, a geração de economistas com formação nos Estados Unidos pavimentou um caminho importante para as mudanças do pensamento econômico da Comissão. Entretanto, em função dos problemas urgentes da dívida externa experimentados por esses economistas no limiar da década de 1980, seus estudos macroeconômicos não foram capazes de oferecer por si só um modelo alternativo de desenvolvimento econômico. Seria por meio dos trabalhos de Fajnzylber e Sunkel que se constituiria a nova face da CEPAL, em torno de um novo modelo de desenvolvimento, com ligações mais explícitas com as ideias cepalinas do passado, mas que

incorporavam e naturalizavam os elementos reivindicados pelos estudos macroeconômicos da nova geração de economistas.

À luz disso, pode-se explicar melhor por que as avaliações sobre a política econômica do regime autoritário chileno contidas nos relatórios institucionais da CEPAL oscilaram entre posições críticas em determinadas conjunturas — como nas crises de 1975 e 1982 — e um caráter mais descritivo e mesmo elogioso, por exemplo, na segunda metade da década de 1980. Para além da esfera institucional que condicionava a linguagem e o espaço de crítica da Comissão, a heterogeneidade entre os economistas da CEPAL também tinha grande significância. Dessa forma, autores como Prebisch, Pinto e Sunkel elaboraram críticas ácidas à difusão das políticas neoliberais na experiência chilena, sobretudo na década de 1970. Já autores pertencentes às novas gerações de economistas, ainda que também criticassem o monetarismo e a política econômica da ditadura, eram mais sensíveis às críticas do monetarismo acerca do estruturalismo, reconhecendo os aspectos positivos da situação da economia chilena.

Até este ponto da tese, a relação entre a CEPAL e o contexto autoritário chileno foi apreendida como desdobramento da caracterização da Comissão enquanto instituição historicamente determinada, seja pela sua face pública ou pela heterogeneidade intelectual e profissional existente em seu interior. Embora os capítulos tenham tido objetivos diferentes, as discussões realizadas apontam para uma distinção importante. Enquanto no capítulo 2 observamos que seria simplificador identificar a CEPAL, do ponto de vista institucional, como oposição à ditadura, o presente capítulo evidencia que, no interior da instituição, os economistas tinham liberdade de realizar críticas ao modelo econômico do regime, com variações de tom e ênfase, o que pode ser interpretado como uma forma de oposição. Para tornar esse aspecto mais claro e trazer à tona novas nuances da atuação da Comissão durante a ditadura, é preciso ir além e investigar as vinculações dos seus economistas com outros grupos e espaços sociais no Chile.

No segundo momento da tese, os capítulos 4 e 5 continuarão a mesclar — com diferentes ênfases — dimensões discutidas nos dois primeiros capítulos: atuação pública, mudanças institucionais, heterogeneidade, pensamento econômico e americanização da Economia. De maneira concreta, os últimos dois capítulos versarão sobre como os economistas da CEPAL desenvolveram relações orgânicas com o contexto chileno de forma mais ampla, em particular com grupos de oposição ao regime. No capítulo 4, veremos como alguns economistas da CEPAL desenvolveram relações com um conjunto de atores intelectuais e políticos ligados à Igreja Católica do Chile, em outra forma de oposição à condução da política econômica do regime. Já no capítulo 5, apresentaremos as relações de alguns membros da CEPAL, principalmente (mas não exclusivamente) da nova geração de economistas, com o *think thank*

Corporación de Estudios para Latinoamérica (CIEPLAN), reconhecido como principal grupo de economistas de oposição às políticas dos *Chicago Boys*. Mostraremos como essas duas instituições construíram uma sociabilidade intelectual e política estreita a partir da crítica ao modelo econômico chileno que serviu como base para a criação do neoestruturalismo no fim da década de 1980.

4. A OPOSIÇÃO DOS ECONOMISTAS DA CEPAL À DITADURA NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES COM A IGREJA CATÓLICA DO CHILE

Neste capítulo, abordamos questões discutidas nos capítulos anteriores — como os posicionamentos da CEPAL em relação à política econômica do regime, a heterogeneidade teórica e profissional e a importância do contexto chileno para a instituição e as reflexões dos seus economistas — por outro ângulo, analisando como alguns economistas da Comissão participaram ativamente do debate público no contexto autoritário. O argumento geral do capítulo é que, embora a nível institucional, a CEPAL não pudesse ser caracterizada como oposição ao regime político chileno, alguns economistas da Comissão atuaram como opositores à ditadura a partir da sua inserção em redes de oposição, formadas por vasos comunicantes entre a Igreja Católica e outros grupos políticos e intelectuais. Esses economistas se envolveram com um conjunto de atores, grupos, instituições e meios de comunicação associados à Igreja Católica e ao PDC, dividindo espaço com outros importantes intelectuais de oposição do país. Mostraremos que, apesar de estimuladas por afinidades eletivas no plano intelectual, as relações estabelecidas eram de natureza essencialmente política.

As afinidades eletivas entre a CEPAL e os grupos católicos diziam respeito principalmente à análise dos efeitos distributivos das políticas econômicas do regime, por exemplo, em termos de desemprego, pobreza, deterioração das condições sociais e concentração de renda. Entretanto, os tipos de argumento utilizados variavam segundo a vinculação prévia ao espectro político da Igreja e as diferentes gerações de economistas que passaram pela Comissão. Aqueles que já tinham algum contato prévio com a doutrina social da Igreja — geralmente democratas-cristãos e economistas da nova geração — tendiam a mesclar reflexões de cunho ético e político com análises derivadas de seus trabalhos na CEPAL sobre as concepções do modelo neoliberal, políticas econômicas de curto prazo e outros temas que surgiam na conjuntura. Já os economistas da geração mais antiga canalizavam as ideias por eles elaboradas na Comissão para a discussão sobre os efetivos distributivos das políticas econômicas do governo Pinochet.

Para estruturar esses argumentos, na primeira seção, discutiremos aproximações entre o pensamento católico e o pensamento econômico, a difusão e apropriação das ideias católicas na América Latina e no Chile, em particular após o Concílio Vaticano II, e suas aproximações e tensões com as ideias marxistas. Além disso, mostraremos como as ideias econômicas da CEPAL eram mobilizadas por grupos religiosos e movimentos políticos católicos na região. Na segunda seção discutiremos, em um plano mais concreto, a atuação da Igreja durante a ditadura

chilena e suas relações com espectro político de oposição, que originou o que chamamos de "mundo social católico de oposição", isto é, espaços de interseção entre setores progressistas da Igreja Católica e a oposição ao regime. As seções seguintes destinam-se a mostrar a inserção e as críticas dos economistas da CEPAL nesses espaços. Ao final, como de praxe, apresentaremos considerações parciais deste capítulo à luz dos anteriores.

Cabe esclarecer que não objetivamos analisar as relações dos economistas da CEPAL com todos os grupos e instituições de oposição à ditadura. Restringimos a análise a um conjunto de atores, instituições e meios de imprensa sob a proteção da Igreja Católica e da Democracia Cristã. Isso exclui os numerosos centros acadêmicos independentes criados por democratas-cristãos e intelectuais da esquerda que foram importantes naquele contexto.

Essa escolha foi motivada por várias razões. Em primeiro lugar, porque as instituições que privilegiamos neste capítulo eram alguns dos principais espaços onde os economistas da CEPAL encontravam intelectuais e políticos de diferentes tendências. Em segundo lugar, a análise do envolvimento de alguns economistas da Comissão com essas redes católicas de oposição demonstra uma outra forma pela qual seus economistas se posicionavam contra as políticas econômicas da ditadura e outro canal de influência do contexto chileno sobre a instituição. Em terceiro lugar, uma análise pormenorizada da ligação direta com os numerosos *think tanks* chilenos seria impraticável, dentro do escopo desta tese, devido à quantidade de centros de pesquisa e de atores intelectuais envolvidos. Finalmente, como já indicado, no capítulo 5 abordaremos a relação da CEPAL com um *think tank* democrata-cristão particularmente relevante, a CIEPLAN. Para além do apoio na literatura, o capítulo se baseia em uma série de fontes primárias, como publicações dos economistas da CEPAL nos centros acadêmicos e revistas de oposição ligados à Igreja e à DC, documentos institucionais, correspondências e entrevistas.

4.1 O pensamento econômico católico e as diferentes faces e tensões do progressismo católico na América Latina e no Chile (1945-1973)

Antes de nos debruçarmos sobre o nosso objeto, nesta seção contextualizamos o universo intelectual mais amplo de formulação e difusão do pensamento católico no século XX. Em especial, discutimos suas manifestações em movimentos religiosos, políticos e intelectuais na América Latina, em particular no Chile, e sua articulação com as ciências sociais na região. Nosso objetivo é evidenciar as discussões intelectuais que animariam posteriormente a atuação da Igreja e dos grupos sob sua influência durante a ditadura chilena e analisar como

determinadas questões econômicas e políticas aproximavam o pensamento católico das ideias da CEPAL.

A historiografia identifica a existência de uma longa tradição de reflexões católicas sobre problemas econômicos. Para Almodovar e Teixeira (2008, p. 63), foi entre o final do século XIX e a metade do século XX — em países como França, Bélgica, Itália e Alemanha — que houve o amadurecimento, de forma mais estruturada, do pensamento econômico católico, isto é, "*a set of ideas originating in different hierarchical streams, but always and permanently subject to the church's verdict about its exactness*". Essas ideias estavam contidas, de um lado, nos documentos oficiais, principalmente nas encíclicas papais que compõem a doutrina social da Igreja — um conjunto de ensinamentos morais a seus fiéis sobre as diferentes dimensões da vida em sociedade; de outro lado, em documentos não autorizados e às vezes destoantes da visão oficial, produzidos pelos laicos (cristãos que não fazem parte do clero), que tentam aplicar a doutrina social da Igreja a problemas econômicos específicos.

O rápido desenvolvimento do pensamento econômico católico inspirou-se na chamada "questão social", referente às péssimas condições de vida da classe trabalhadora na Europa. Insatisfeitas com o capitalismo liberal e abominando o socialismo, as encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931), respectivamente dos Papas Leão XIII e Pio XI, abordaram sistematicamente o tema. Embora reafirmassem a importância da propriedade privada, ancoradas no princípio da subsidiariedade,[70] criticavam as condições de vida dos trabalhadores, a competição desenfreada e a concentração de renda do capitalismo. A Igreja valorizou o trabalho como atividade humana e enfatizou os interesses comuns entre capital e trabalho, advogando pelo respeito dos capitalistas aos direitos trabalhistas e às reinvindicações não violentas por parte dos trabalhadores (ALMODOVAR; TEIXEIRA, 2008; TEIXEIRA, ALMODOVAR, 2008). No período entreguerras, a doutrina social da Igreja foi apropriada de diferentes maneiras pelo pensamento econômico católico e pelos movimentos políticos na Europa. A seguir, discutimos alguns exemplos importantes.

Uma dessas apropriações foi o corporativismo, uma iniciativa que buscava uma "terceira via", que propunha que a solução da questão social passava pela organização da sociedade em grupos. Para Pinto (2017), o corporativismo é, em seu âmbito social, um sistema de representação de interesses em poucas categorias que articulam suas demandas ao Estado e

[70] Com origens filosóficas na Antiguidade, esse princípio foi utilizado em *Rerum Novarum* como uma diretriz para que os governos respeitassem a dignidade humana e a sociedade civil, ajudando as famílias mais pobres, mas não aniquilando sua liberdade. Já *Quadragesimo Anno* lhe deu uma conotação mais explícita, defendendo o equilíbrio de competências entre Estado e sociedade, no sentido de preservação da iniciativa e autonomia das famílias, organizações econômicas e governos locais (TANCREDO, 2005; POLLARD, 2017; SANTOS, 2018).

são controladas por este. No âmbito político, é um sistema de representação baseado em organizações, como sindicatos trabalhistas e patronais e associações profissionais que substituem completa ou parcialmente o modelo de democracia representativa focada no indivíduo e no parlamento. Originada na Alemanha, França, Áustria e Bélgica no final do século XIX, essa doutrina cultivava um fascínio pelas corporações medievais, sob o argumento de que, após sepultá-las, o capitalismo não criou outra estrutura que protegesse os seres humanos.

O corporativismo influenciou não somente as ditaduras europeias, como Mussolini na Itália (1922-1943), Salazar em Portugal (1933-1974) e Franco na Espanha (1939-1975). Os regimes democráticos também progressivamente inseriram estruturas corporativas complementares à representação parlamentar (PINTO, 2017).[71] Um dos principais autores corporativistas no pensamento econômico católico foi o economista e jesuíta alemão Heinrich Pesch, que propôs um novo sistema, um organismo moral, baseado na solidariedade e no bem comum, protegido pelo Estado, que conectaria as diferentes organizações (ALMODOVAR; TEIXEIRA, 2008)[72]. Apesar da rejeição simultânea do liberalismo e do socialismo compartilhada pelo corporativismo solidário de Pesch e pelo fascismo, Misner (2015) adverte que não houve nenhuma justificativa fascista na teoria deste autor e de outros da época, que rejeitavam formas autoritárias de governo.[73]

Outra tentativa de terceira via foi o movimento democrata-cristão. Em meados do século XIX, esse termo era empregado para designar uma oposição a atitudes paternalistas de grupos católicos conservadores em relação às lutas dos trabalhadores. Em outra encíclica de Leão XIII, intitulada *Graves de communi re* (1901), o Papa relacionou o termo a ações assistenciais para melhorar as condições de vida dos trabalhadores. No início do século, o movimento autonomizou-se em relação à Igreja, originando partidos como, por exemplo, o *Partito Popolare Italiano* (PPI) (1919), *Partido Social Popular* (PSP) na Espanha (1922) e o *Parti Démocratie Populaire* (PDP) na França (1924). A breve experiência desses partidos, suprimidos pelo fascismo, dificulta a generalização de suas propostas. Todavia, o caso italiano pode ilustrar o espírito da época. O PPI propunha um Estado que evitasse a centralização e

[71] Para exemplos de sua influência na América Latina durante os anos 1930 e 1940, ver Pinto e Finchelstein (2019).
[72] Para uma análise detalhada do pensamento econômico, político e religioso de Pesch, ver Dalboni (2024).
[73] No âmbito da doutrina social da Igreja, Pollard (2017) não enxerga indícios de argumentos corporativistas em *Rerum Novarum*. Já Pio XI, de fato, defendeu uma solução corporativista, ao argumentar em prol da construção de novas formas de organização econômica e social e apontando como inspiração o modelo das guildas medievais. Todavia, como esclarece Dalboni (2024), isso não significava a retificação do corportativismo fascista uma vez que o corporativismo de inspiração cristã (com forte influência de Pesch) era contrário ao controle excessivo do Estado.

respeitasse os indivíduos e suas organizações, mas que defendesse a liberdade de organização sindical, o fortalecimento da legislação trabalhista e da proteção social (MISNER, 2015).

Na década de 1930, o filósofo francês Jacques Maritain tentou encontrar um novo modo de relação dos cristãos com o mundo moderno, uma nova cristandade. Reconhecendo a autonomia do Estado frente à Igreja, o autor propôs uma síntese entre o humanismo do Renascimento e a visão teocêntrica da Idade Média, que se expressaria em um novo humanismo integral (cristão), a partir do qual os seres humanos, organizados e inspirados pelos princípios cristãos, seriam capazes de agir sobre o secular para atingir o bem comum e construir um mundo plural, antitotalitário e cristão (SCHALLENMUELLER, 2011; MISNER, 2015). Como veremos adiante, as ideias do filósofo influenciariam o ressurgimento dos partidos democratas-cristão na Europa no pós-guerra e também na América Latina, especialmente no Chile.

Outra resposta importante foi o movimento *Économie et Humanisme*, liderado pelo padre dominicano Louis-Joseph Lebret, na França, durante a década de 1940. Lebret nasceu em 1897 em um vilarejo próximo ao porto de Saint-Malo. Após ter iniciado uma carreira na Marinha e finalizado seus estudos em engenharia, matemática e economia, decidiu seguir a vida religiosa. Nos anos 1920, ao identificar que a causa da pobreza dos pescadores de Saint-Malo era a indústria pesqueira japonesa na região, fundou uma cooperativa de produção e distribuição, que resultou em uma federação nacional de iniciativas similares. Após perceber a deturpação de seu projeto pelo governo Vichy após a invasão alemã, Lebret fundou o *Centre d'Économie et Humanisme* em Lyon, com o objetivo de formar pesquisadores e realizar pesquisas empíricas, por meio de observações sistemáticas e entrevistas, com vistas a identificar as necessidades básicas dos pobres e de seus bairros (BOSI, 2012; PEDROSO, 2024).

A partir de 1945, com o fim do regime Vichy, a instituição realizou pesquisas em várias cidades francesas para o Ministério de Reconstrução e Urbanismo, que realizava o planejamento urbano para a reconstrução do país (BOSI, 2012). A partir das suas experiências, Lebret desenvolveu o que chamou de "Economia Humana", referindo-se aos seus esforços de construir uma disciplina a partir das contribuições de diferentes ciências sociais. A Economia Humana envolvia o estudo sistemático de diferentes dimensões da realidade social, a categorização das necessidades humanas em ordem hierárquica e o progressivo melhoramento da condição humana. Seu horizonte de maneira alguma confundia-se com o estilo de vida norte-americano. Pelo contrário, o desenvolvimento era concebido a partir dos recursos econômicos, aspectos culturais e possibilidades inscritos em cada realidade (PEDROSO, 2024).[74]

[74] Apesar de apropriar-se do conceito de mais-valia do marxismo, Lebret não aderiu à luta de classes como método de transformação da sociedade. Escolhendo um caminho reformista, o autor propôs que a base de ação dos

Sendo importantes essas formulações para enfrentar a questão social, o pós-guerra pintou um quadro ainda mais complexo que a Igreja Católica precisava enfrentar. Muitas expectativas foram criadas sobre o desenvolvimento global, e particularmente do Terceiro Mundo, em função do acordo de Bretton Woods, da criação da ONU, da recuperação europeia, da descolonização dos países africanos e asiáticos e das discussões sobre a economia do desenvolvimento (CAMACHO, 2017). Ao encarar essas questões, as ideias da Igreja Católica e o pensamento econômico católico sofreram uma profunda inflexão.

Um personagem central nesse novo contexto foi o Papa João XXIII, a partir de 1958. Em sua *Mater et Magistra* (1961), defendeu que o trabalho e sua remuneração não podiam ser submetidos exclusivamente às leis do mercado — sendo necessário incorporar critérios de justiça e igualdade — e apoiou a organização e a luta dos trabalhadores (em um espírito de solidariedade entre capital e trabalho) e o fortalecimento da proteção social (TEIXEIRA; ALMODOVAR, 2008). Ademais, enfatizou a importância da distribuição de renda, condenou o imperialismo e propôs a solidariedade para enfrentar a desigualdade entre nações. O Papa condicionou a propriedade privada à sua função social, defendendo a intervenção estatal para aumentar a produção, especialmente na inexistência de mercados e para inibir a ação de grupos poderosos. Já em *Pacem in Terris* (1963), defendeu a pequena propriedade rural e a criação de cooperativas (WANDERLEY, 2009; SCHALLENMUELLER, 2011).

Para a inflexão nos posicionamentos da Igreja, a realização do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) cumpriu um papel notável.[75] Convocado por João XXIII e finalizado, após sua morte, pelo Papa Paulo VI, o concílio objetivava redefinir a posição da Igreja frente ao mundo moderno e unir os cristãos (WANDERLEY, 2009). Para Dussel (1992) e Wanderley (2009), o Concílio Vaticano II deu origem à chamada "Igreja dos pobres",[76] que representava um posicionamento mais enfático da Igreja e um convite à ação dos laicos frente à situação dos pobres, principalmente nos países subdesenvolvidos. Os documentos divulgados ao final do concílio, principalmente o *Gaudium et spes*, exprimiram críticas às grandes distâncias entre

trabalhadores fosse a cooperação via comunidades de base para reivindicar participação nos lucros e cogestão às empresas e fortalecimento da legislação trabalhista e políticas de distribuição de renda ao Estado (BOSI, 2012).

[75] Os concílios são um período de reuniões para as quais a Igreja Católica convoca todos os bispos do mundo para decidir sobre questões e conflitos acerca da doutrina social da Igreja frente a novos contextos. Desde a Antiguidade, a Igreja reconhece 21 concílios, sendo que na época moderna — depois do Concílio de Trento (1537-1545) — havia acontecido apenas o Concílio Vaticano I, entre 1869 e 1870, convocado pelo Papa Pio IX (A12, 2023).

[76] Termo usado por João XXIII antes do inicio do concílio: "*La Iglesia se presenta, para los países subdesarrollados, tal como es y quiere ser: como la Iglesia de todos y, particularmente, la Iglesia de los pobres*" (TOMAYO, 1989, p. 38).

ricos e pobres, à fome, ao analfabetismo e às disparidades entre os países (VILLAREAL, 2018).[77]

Na esteira desse espírito, a encíclica *Populorum Progressio* (1967) do Papa Paulo VI — que em 1966 confiou sua redação à Lebret, que se tornara uma das principais referências para os textos do Vaticano (BOSI, 2012) — demarcou reflexões mais explícitas sobre o problema do subdesenvolvimento a partir de uma perspectiva cristã. Para Ríos (2007) e Camanho (2017), o aspecto central da encíclica foi a revisão do conceito de desenvolvimento, que não poderia ser reduzido à dimensão material do crescimento. Neste sentido, o Papa defendeu um "desenvolvimento integral", no qual o ser humano era o fim e o agente transformador por meio de suas capacidades e solidariedade. A encíclica foi um chamado global em prol da promoção do desenvolvimento, da ajuda aos países pobres e do enfrentamento das desigualdades sociais. Além de novamente condicionar a propriedade privada à sua utilidade para o bem-estar coletivo e defender a incorporação do sentido social na ação de empresários e governos, também criticou o livre comércio denunciando, como Prebisch, as consequências das bruscas variações dos preços dos produtos primários e defendendo o planejamento, a reforma agrária e a industrialização.

O panorama precedente nos oferece perspectivas importantes. Em primeiro lugar, apesar de desenvolvidas sobre bases filosóficas e intelectuais distintas, podemos identificar interseções históricas entre a Economia e o catolicismo, caracterizadas pela combinação de argumentos morais e econômicos. Em segundo lugar, as interpretações e apropriações laicas da doutrina social da Igreja foram instrumentos poderosos para a construção de projetos políticos. Em terceiro lugar, a condenação moral às más condições dos trabalhadores, à pobreza e aos problemas sociais — e mais recentemente ao subdesenvolvimento — foram tópicos centrais das reflexões católicas. Finalmente, a problematização de assuntos econômicos sob uma ótica católica equilibrou-se em uma linha tênue entre a condenação do socialismo e a crítica do capitalismo. Essas questões assumiram contornos singulares e alguns desdobramentos não esperados na América Latina.

A partir da década de 1960, abriu-se uma nova etapa de atuação da Igreja na América Latina, particularmente voltada à intervenção pastoral na realidade social, que foi coordenada pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM). Um marco histórico importante para isso foi a organização da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín

[77] Esses novos posicionamentos da Igreja se relacionavam à incorporação paulatina das ciências sociais. Como afirma um pesquisador interlocutor da pesquisa, o Concílio Vaticano II "*significó legitimar las ciencias sociales como recurso para lo que era la interpretación de la realidad dentro de la Iglesia*" (ENTREVISTA F).

no ano de 1968, que contou com a presença de Paulo VI, que havia encarregado aos bispos latino-americanos a tarefa de aplicar as ideias discutidas no encontro.[78] Esta conferência ratificou a mensagem da Igreja sobre os pobres e o subdesenvolvimento, defendendo uma práxis da Igreja latino-americana em prol das mudanças sociais, tendo em conta as especificidades da região (VILLAROEL, 2018).

A recepção dessas ideias nos movimentos religiosos e políticos da América Latina foi heterogênea. Ainda que as mensagens das diferentes encíclicas e do Concílio Vaticano II fossem tentativas de oferecer uma crítica ao capitalismo sem ultrapassar a fronteira para o socialismo, historicamente execrado pela Igreja, alguns segmentos da Igreja e laicos interpretaram o discurso da Igreja no sentido inverso: o socialismo era um meio efetivo de superar o subdesenvolvimento e a pobreza e construir um continente e um mundo mais justo. Ainda que muitos grupos pudessem ser encaixados na descrição acima, concentramos nossa exposição inicial na Teologia da Libertação, por sua influência amplamente reconhecida. Nascida e promovida no interior do CELAM entre o final dos anos 1960 e o início da década de 1970 (DUSSEL, 1992), com uma difusão importantes nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBS),[79] seu intelectual mais proeminente foi o teólogo peruano Gustavo Gutierréz. Também destacamos o uruguaio Juan Luis Segundo e os brasileiros Rubem Alves, Hugo Assmann, Leonardo Boff e Clodovis Boff. As reflexões desses autores nasceram da tomada de consciência de que a doutrina tradicionalmente formulada na Europa era estéril frente à realidade da região (DUSSEL, 1992; TAMAYO, 1992).

Para Tamayo (1989), a Teologia da Libertação encarava a salvação como um processo de libertação integral em um contexto concreto. Neste sentido, afastando-se da assistência paternalista via caridade, essa teologia propunha que os pobres — em um espírito de solidariedade — e sua libertação constituíam respectivamente sua base e seu objetivo. Esse foco também era justificado biblicamente: na atuação de Deus frente ao sofrimento dos oprimidos, tornando-se Ele, no corpo de Jesus, pobre e libertador dos pobres, prometendo-lhes uma vida plena em seu Reino. Retomando conceitos de Marx, como luta de classes e exploração, e amparando-se intelectualmente nas versões marxistas da Teoria da Dependência, esses teólogos

[78] Nos encontros do concílio, os bispos latino-americanos foram liderados por Dom Hélder Câmara, um dos fundadores e secretário-geral da Conferência Nacional de Bispos Brasileiros (CNBB) e um dos vice-presidentes do CELAM, e pelo chileno Manuel Larraín, inicialmente vice-presidente e logo presidente do CELAM (1963-1966). Em minoria, ao invés de concentrarem em debates teológicos, dominados pelos europeus, eles focaram nas discussões pastorais da Igreja, introduzindo a temática do subdesenvolvimento (SCHALLENMUELLER, 2011).

[79] Criadas no início da década de 1960 no Chile, as CEBs foram grupos organizados em torno de igrejas em zonas periféricas das cidades e capelas nas áreas rurais, cujos encontros se destinavam à leitura do evangelho e ações pastorais, isto é, proposição de iniciativas de cunho social para a comunidade, como por exemplo a alfabetização popular, construção de creches e escolas (FREITAS; NORONHA, 2023).

criticavam a exploração e a dependência econômica às quais os países latino-americanos foram submetidos desde suas colonizações, bem como a pobreza e a exclusão social delas resultantes, que foram agravadas pelo desenvolvimentismo (SANTOS, 2000; LÖWY, 2016).

Apesar de sua importância, não devemos superestimar a influência da Teologia da Libertação, dado que foi crescentemente interditada tanto pelas ditaduras militares quanto pela Igreja a partir dos anos 1970, de modo que seu prestígio se restringiu principalmente ao Brasil e à Nicarágua.[80] De maneira correlata, não é possível reduzir todo o espectro progressista da Igreja Católica na América Latina a essa forma específica de apropriação das ideias católicas. Löwy (2016, p. 74) enfatiza que a Teologia da Libertação foi um dos resultados de um movimento social e religioso muito mais amplo e heterogêneo na América Latina, o "Cristianismo da Libertação" — iniciado na década de 1950 e fortalecido pelo Concílio Vaticano II — que envolveu padres, bispos, diferentes ordens religiosas, movimentos laicos e políticos, sindicatos, camponeses, CEBs, etc. Essa perspectiva é fundamental por apontar a existência de um leque de iniciativas, atores e movimentos políticos católicos que se apropriavam de outros referenciais teóricos das ciências sociais que não o marxismo. Sem a pretensão de esgotar esse espectro político/religioso, a seguir demonstramos como as ideias econômicas da CEPAL foram um referente intelectual importante para alguns desses grupos na América Latina e no Chile nos anos 1950 e 1960.

É um fato aceito pela literatura que o progressismo católico na América Latina, além de receber as influências do catolicismo social europeu, desenvolveu relações intrínsecas com as ciências sociais da região. Como já dito, a Teologia da Libertação se nutriu das contribuições da Teoria da Dependência elaborada por teóricos marxistas. Como já discutido, a Teoria da Dependência — ainda que inspirada no esquema centro-periferia da CEPAL e formulada parcialmente dentro da instituição por Cardoso e Faletto — foi uma reação crítica aos limites das ideias cepalinas. Os teóricos marxistas criticavam a CEPAL por legitimar a etapa de revolução "democrático-burguesa", promovida pela aliança entre a burguesia nacional e a esquerda comunista que seguia as orientações da III Internacional Comunista (SANTOS, 2000). Em sentido correlato, a literatura parece concordar que a Teologia da Libertação foi uma radicalização em relação a uma "Teologia do Desenvolvimento" nos anos 1950. Esta última

[80] Nas estruturas regionais da Igreja, a Teologia da Libertação começou a ser atacada a partir da Assembleia Geral do CELAM (que passou a ser controlado por bispos conservadores), ocorrida em Sucre (1972). No plano internacional, João Paulo II ativou uma grande campanha contra os teólogos da libertação na década de 1980 (DUSSEL, 1992, p. 404; VALÉRIO, 2012). No Brasil, continuou encontrando blindagem institucional na CNBB. Já na Nicarágua, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), inspirada na Teologia da Libertação e na Revolução Cubana, realizaram uma revolução socialista em 1979 (SILVA, 2006; LÖWY, 2016).

apoiava o desenvolvimentismo e era influenciada pelas ideias da CEPAL e do movimento Economia e Humanismo (DUSSEL, 1992, p.385; LÖWY, 2016, p. 249; VALÉRIO, 2012, p. 90).

Discutir a questão nesses termos envolve algum grau de simplificação, uma vez que, conforme aponta Valério (2013), uma série de situações intermediárias coexistiam na prática. Contudo, essas duas vertentes possuíam concepções divergentes de como construir um mundo mais justo à luz do catolicismo: no primeiro caso, por meio da superação do capitalismo e construção do socialismo, e no segundo por meio de reformas sociais ou busca por terceiras vias. Além disso, suas articulações com as ciências sociais diferiam: o marxismo em geral e a Teoria da Dependência, de um lado, e as ideias de Jacques Maritain, o movimento Economia e Humanismo e a CEPAL, de outro.

Embora o movimento Economia e Humanismo tenha surgido antes da criação da CEPAL, as ideias de Lebret e da Comissão se aproximaram nos anos 1950 e 1960. Pedroso (2024) demonstra essa convergência a partir de Celso Furtado. Segunda a autora, apesar das diferenças teóricas e metodológicas,[81] Furtado e Lebret criticavam o neoclassicismo e a teoria das vantagens comparativas, concebiam o subdesenvolvimento como um processo específico e não como uma etapa e criticavam as respostas tradicionais às secas no Norte, defendendo o planejamento e a industrialização da região. Outros autores sugerem uma influência da CEPAL sobre Lebret, devido às visitas deste último à América Latina a partir do final dos anos 1940 (BOSI, 2012). Para Schallenmueller (2011) e Godoy (2016), nos livros *Dinâmica concreta do desenvolvimento* e *O drama do século XX*, ambos de 1960, Lebret aplicou o instrumental cepalino à análise do subdesenvolvimento da América Latina sob uma perspectiva humanista. Em relação ao segundo, Fuser (1985) aponta a importância da ideia da CEPAL de "pontos de estrangulamento" para sua análise sobre as insuficiências de transportes, energia e progresso técnico, bem como sobre desequilíbrios setoriais e ausência de mercado interno. Além disso, o autor mobilizou a análise da deterioração dos termos de troca e sua interligação com a inflação.

Na América Latina, podemos evidenciar a influência da CEPAL no próprio CELAM que, antes de promover a Teologia da Libertação, bebia da fonte cepalina. Segundo Dussel (1992, p. 228), em uma reunião ordinária em Mar del Plata, em 1966, ainda prevaleciam o "*ideal de la nueva cristiandad, de interpretaciones procedentes de la CEPAL (en lo económico)*

[81] Partindo de um sentido ético-religioso, Lebret concebia o desenvolvimento como um processo integral que envolvia valores civilizatórios e o atendimento das necessidades mínimas dos mais pobres. Já Furtado compreendia o fenômeno como um processo de mudança na estrutura produtiva e disseminação do consumo dos grupos de alta renda para os menos abastados. Além disso, para enfrentar os problemas do Nordeste, enquanto Lebret preferia a coordenação de centros de pesquisas, Furtado defendia um órgão central de planejamento (PEDROSO, 2024).

y de la Democracia Cristiana (en lo político)". Um processo semelhante aconteceu no Brasil com a CNBB, que influenciava o CELAM. Embora posteriormente uma parte da instituição tenha aderido à Teologia da Libertação, nos anos 1950 e 1960, a partir da influência da CEPAL e de Lebret, a CNBB apoiou o desenvolvimentismo no Brasil. Conforme Godoy (2016; 2020), a instituição encarnou um "desenvolvimentismo católico" que apoiou a industrialização impulsionada pelo Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, colaborando para a implementação de políticas urbanas a partir das técnicas de planejamento urbano elaboradas por Lebret. Fuser (1985) identifica nos documentos da instituição claras referências ao ideário cepalino, como a indicação dos "entraves" ao desenvolvimento e do "atraso da agricultura" e a ênfase na importância do planejamento econômico, da industrialização e dos investimentos estatais em infraestrutura.

Essa radicalização de atores e instituições ao longo do tempo é um fenômeno possível do campo intelectual e político. Para nossos propósitos, trata-se de exemplos importantes que demonstram como, além do marxismo, o referencial teórico cepalino era apropriado, mobilizado e combinado com outras influências do pensamento católico para interpretar e agir sobre a realidade. Assim, parece-nos fazer sentido indicar a existência de "afinidades eletivas", tanto no plano intelectual quanto no plano das relações políticas, entre economistas da CEPAL e alguns grupos católicos comprometidos com a luta social que não aderiam à perspectiva revolucionária. Isto quer dizer que, em determinados contextos, mesmo considerando as diferenças teóricas e de objetivos, havia ideias e propostas de interesse mútuo em ambas as partes.

Se, no Brasil, as ideias cepalinas gravitaram em torno do maior órgão da Igreja, no Chile, durante o mesmo período, sua influência foi exercida diretamente sobre a Democracia Cristã (DC). Suas ideias atraíram também outros grupos, como segmentos da ordem jesuíta, além de atores importantes, como Raúl Silva Henríquez, Arcebispo de Santiago e Cardeal do Chile (1961-1983). Para finalizar a seção, contextualizamos as diferentes recepções das ideias católicas bem como as fissuras produzidas tanto na Igreja quanto no PDC devido à radicalização ideológica no final dos anos 1960 e início dos anos 1970.

Criado oficialmente em 1957, a gênese do PDC remonta a um processo complexo de divisões e fusões partidárias a partir da criação da Falange Nacional em 1938, como dissidência do Partido Conservador (HUNEEUS, 2003). Após um lento processo, nos anos 1950 e 1960 a DC ganharia um lugar de destaque no cenário político chileno. Ao lado do enfraquecimento do catolicismo tradicional e do Partido Conservador, até então partido mais identificado com a Igreja, a liderança de Eduardo Frei também contribuiu para a ascensão da DC em função da sua

capacidade de mobilizar as massas e articular a doutrina social da Igreja a propostas concretas em temas econômicos e sociais (MOULIAN, 2006). Entre 1964 e 1970, o governo Frei implementou um processo profundo de mudanças das bases econômicas e sociais no Chile sob o lema "*Revolución en Libertad*". O Estado aprofundou a industrialização, estabelecendo, por exemplo, as telecomunicações e a petroquímica e diversificando as exportações industriais. O governo democrata-cristão se notabilizou pela implementação de um programa de reformas estruturais, com destaque para a reforma agrária, a sindicalização dos trabalhadores rurais e o início da nacionalização do cobre (FFRENCH-DAVIS, 2003; MOULIAN, 2006). Apesar da distribuição de renda e dos efeitos dinamizadores das reformas, o final do governo Frei foi marcado pela polarização política devido à elevação da inflação e diminuição da velocidade das reformas, levando ao fortalecimento da esquerda revolucionária (FFRENCH-DAVIS, 2003).

Tanto as referências do catolicismo social europeu quanto as ideias econômicas da CEPAL foram fundamentais para a formulação e implementação dessa estratégia econômica. Em relação às primeiras, assim como nos países europeus no pós-guerra — onde a concepção de "nova cristandade" de Maritain inspirou ações mais autônomas dos partidos democratas-cristãos em relação à Igreja — as ideias do autor foram essenciais para a Falange Nacional (MOULIAN, 2006). Para além da influência originária de Maritain, a irradiação do movimento Economia e Humanismo encontrou o PDC no Chile. Na década de 1950, Lebret visitou o Chile, sendo bem acolhido pela CEPAL, por Prebisch e por democratas-cristãos como Jacques Chonchol, Eduardo Frei, e até mesmo por Salvador Allende (BOSI, 2012). Segundo Jacques Choncol — que ocupou a direção do Instituto de Desenvolvimento da Agricultura (INDAP) durante o governo Frei — o essencial da proposta elaborada pela DC para superar a contradição entre a acumulação de capital pura e suas desconsiderações éticas em relação às necessidades das massas mais pobres do continente "estava claramente contido nos estudos de Lebret e na prática de Economia e Humanismo" (BOSI, 1994, p. 249).

No que diz respeito à influência das ideias cepalinas, é possível recorrer a várias evidências, tanto no âmbito da literatura quanto na dimensão dos protagonistas. Em primeiro lugar, devemos relembrar que, no contexto da Revolução Cubana e da Aliança para o Progresso, a CEPAL deslocou sua agenda para as reformas estruturais (agrária, urbana, tributária, bancária etc.) destinadas a eliminar os entraves e os efeitos indesejáveis da política de substituição de importações dos anos 1950, particularmente relacionados com a distribuição de renda (BIELSCHOWSKY, 2000; GABAY, 2008; MEDEIROS, 2021b). Assim como as reformas de base do Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado durante o governo João Goulart (1961-1964), as reformas do governo Frei representavam esse clima ideológico mais amplo e a

influência das ideias da CEPAL com vistas a superar a crise da industrialização e melhorar a distribuição de renda.[82] Nesse contexto, Huneeus, Cuevas e Hernández (2014, p. 13) enfatizam a tradição de cooperação entre a CEPAL, o ILPES e os dirigentes do PDC e do Partido Socialista (PS), relembrando que o programa do governo de Eduardo Frei (1964-1970) foi elaborado pelo economista cepalino Jorge Ahumada e que, durante o processo de implementação das modernizações da "*Revolución en Libertad*", recrutaram-se diversos membros dos organismos internacionais.

Na dimensão dos protagonistas, é possível verificar a importância das ideias cepalinas para a DC e o governo Frei. Choncol citou a importância das ideias da CEPAL para tornar mais concretos os ideários cristãos estimulados por Lebret: "Faltavam-nos ainda instrumentos analíticos e conceituais mais rigorosos para entender a dinâmica do capitalismo na América Latina. Foi a CEPAL, sob o magistério de Raul Prebisch, que nos ajudou a pensar em termos de desenvolvimento do mercado interno via industrialização" (BOSI, 1994, p. 249). Analisando a capacidade de Eduardo Frei de formular propostas econômicas e sociais específicas, Moulian (2016, p. 250) assinalou que "*En ese terreno Frei se convierte en el portavoz de las teorías de la CEPAL*". Similarmente, Dosman (2008, p. 447) considera que "*President Eduardo Frei and his government were Prebisch's closest political allies in Latin America, representing his ideal of developmentalism*". Ademais, Sérgio Molina — Ministro da Fazenda (1964-1968), presidente do Banco Central (1964-1967) e vice-presidente executivo da CORFO (1968-1970) — explicitou em entrevista que suas ações no Ministério da Fazenda tinham "*una vinculación bastante directa*" com as ideias da CEPAL (SILVA, 2014, s.d). Após o fim do governo, Molina foi contratado pelo ILPES em 1971 — com indicação de Raúl Prebisch e financiamento da Fundação Ford — para escrever sobre sua experiência no governo, o que resultou no livro *El proceso de cambio en Chile* (1972).

Por impulsionar um programa de reformas coerente e amplo, em nome da doutrina da Igreja, a DC atraiu outros grupos progressistas católicos. Segundo Schnoor (2019), tanto a hierarquia da Igreja — estimulada pelas alianças entre a Igreja e os partidos democratas-cristãos mundo afora — quanto os jesuítas mantiveram relações estreitas com o PDC e o governo Frei. A Igreja apoiou Frei defendendo a reforma agrária e criticando, por meio de cartas pastorais, as ideias do candidato do Partido Conservador Jorge Alessandri. Ainda no início dos anos 1960, a Igreja se adiantou no tema promovendo, por meio de Raúl Silva Henríquez e Manuel Larraín, uma reforma agrária em suas terras em Talca e em Santiago.

[82] Para uma análise da política econômica e do Plano Trienal do governo João Goulart, ver Lessa (1981).

No que tange aos jesuítas, Schnoor (2019) destaca que o *Centro Bellarmino* contribuiu decisivamente para a vitória do PDC nas eleições de 1964, endossando a ideia de justiça social e criticando o comunismo. Uma figura central de influência sobre a DC foi o jesuíta belga Roger Vekemans, que também exerceu grande influência no catolicismo social chileno a partir da década de 1950.[83] Nas décadas de 1950 e 1960, o Chile recebeu a influência direta de padres franceses e da Bélgica, principalmente de Lovaina, que traziam debates das ciências sociais e experiências de atividades pastorais que estavam realizando na Europa junto a trabalhadores e grupos vulneráveis (ENTREVISTA J). Vekemans redigiu números da revista jesuíta *Mensaje* em 1962 e 1963, nos quais alterou o sentido do termo "revolução". O jesuíta afastou o termo da Revolução Cubana, ressignificando-o como "reforma" e "mudanças estruturais", o que diminuiu os temores da população com relação ao lema *Revolución em Libertad*.

A atração dos jesuítas pelo conjunto de reformas do governo Frei influenciadas pela CEPAL não foi acidental. Como assinala Gómez de Benito (1995), havia muitas coincidências entre os diagnósticos e as propostas da CEPAL e o trabalho desenvolvido pelos jesuítas, liderados por Roger Vekemans, no *Centro Bellarmino*, no *Centro de Desarrollo Social y Económico en América Latina* (DESAL) e na revista *Mensaje*, de onde difundiam as ideias do humanismo cristão. Indicando também as pesquisas sobre desenvolvimento econômico e social do DESAL, Valério (2012) ressalta que a instituição foi um "equivalente católico" da CEPAL, pois assessorava o CELAM e as diferentes conferências episcopais na América Latina. Ainda segundo o autor, Vekemans era próximo ao desenvolvimentismo. Em um sentido parecido, Dussel (1992, p. 415) conceitua o autor como pertencendo ao "*desarrollismo eclesial*".

Embora não haja evidências que permitam falar em influência direta no caso desses grupos que foram atraídos pelo governo Frei, consideramos que, dentro do contexto das décadas de 1950 e 1960, havia afinidades eletivas entre a CEPAL e os jesuítas em relação aos temas de subdesenvolvimento, pobreza e exclusão social. Com o passar do tempo, o clima de radicalização ideológica que afetava o restante da América Latina também se manifestou no Chile. Esse processo atingiu o coração da DC. Como qualquer partido, o PDC tinha diferentes tendências em seu interior. Ademais, sua característica de partido de centro o tornava suscetível a diferentes influências teóricas e ideológicas. A partir do final dos anos 1960, o partido experimentou grandes debates internos, que resultaram em fissuras. Conforme Moyano e Tamayo (2024), para além da vertente "oficialista" — militantes próximos à Frei que apoiavam

[83] Fundador de centros de pesquisas sociais, como o *Centro de Investigación y Acción Social* (CIAS) em 1957, o *Centro Bellarmino* em 1960 e o *Centro de Desarrollo Social y Económico en América Latina* (DESAL) no mesmo ano (SCHNOOR, 2019).

o reformismo desenvolvimentista de seu governo — havia duas outras correntes em desacordo: 1) a "rebelde", que exigia mudanças mais radicais de rompimento com o capitalismo ou a busca de um "socialismo comunitário" como alternativa ao capitalismo e ao socialismo; 2) a "terceirista", que apesar de ter posições similares, não partia para o confronto.

Durante as discussões sobre alianças para as eleições de 1970, Rodomiro Tomic, apoiado pelos rebeldes e terceiristas, propunha uma aliança com os partidos de esquerda baixo a tese "*Unidad social y política del Pueblo*". Essa tese foi combatida pelos "oficialistas", defensores do "caminho próprio" da DC via *Revolución en Libertad*. Embora Tomic tenha sido indicado como candidato, prevaleceu a tese do caminho próprio. Em função disso, um grupo de políticos rompeu com o partido para fundar o *Movimiento de Acción Unitaria* (MAPU), aproximando-se do marxismo. O MAPU se articularia com o Partido Socialista e o Partido Comunista para formar a Unidade Popular (UP). Após Tomic perder as eleições no terceiro lugar, em 1971, terceiristas romperam com a DC e se articularam com dissidentes do MAPU para formar a *Izquierda Cristiana* (IC), juntando-se à UP (MOYANO; TAMAYO, 2024).

O reformismo do governo Frei gerou descontentamentos não somente no interior da DC, mas também nas fileiras da Igreja. Esses setores, já sob influência da Teologia da Libertação, concebiam como insuficientes os esforços da Igreja em apoio às reformas sociais dada a magnitude dos problemas da realidade latino-americana, propondo o aprofundamento das mudanças. Neste contexto, em 1968, um grupo chamado "Igreja Jovem" ocupou a catedral de Santiago, exigindo maior proximidade da Igreja com os setores populares (GÓMEZ DE BENITO, 1995; VILLAROEL, 2018). Atraídos pela ascensão do governo Allende, o movimento mais radical surgido nesse momento foi o "*Cristianos por el Socialismo*", criado em setembro de 1971 e liderado por sacerdotes jesuítas como Pablo Richard, Gonzalo Arroyo e Ronaldo Muñoz. Como enfatiza Löwy (2016, p. 136), os membros desse grupo "deram um passo mais à frente ao tentar uma síntese ou fusão do cristianismo com o marxismo. Falamos aqui de uma corrente cristã incorporada ao movimento revolucionário". No ano seguinte, realizaram em Santiago um Congresso Internacional dos Cristãos para o Socialismo, do qual nenhum bispo chileno (alta hierarquia) participou, o que evidencia as fissuras na instituição (VILARROEL, 2018).

Pode parecer estranho, em um primeiro momento, que há pouco estivéssemos nos referindo aos jesuítas como um grupo atraído pelo reformismo da DC — e que também tinham afinidades eletivas com a CEPAL — e que agora nominemos alguns jesuítas como criadores de um movimento ligado ao marxismo e à Teologia da Libertação. Mas assim como a Igreja em geral comportava divisões importantes, suas partes também são heterogêneas. Além de Gonzalo

Arroyo — que trabalhou no centro de pesquisa jesuíta *Instituto Latinoamericano de Doctrina y Estudios Sociales* (ILADES) — há inúmeros outros exemplos de teólogos da libertação jesuítas, inclusive um dos mais famosos, o uruguaio José Luis Segundo (CHAOUCH, 2007).[84] Ademais, durante a década de 1970, os jesuítas apoiaram as rebeliões populares na Nicarágua e em El Salvador (LÖWY, 2016). As ideias marxistas de Arroyo foram combatidas intensamente por outros padres jesuítas no ILADES, em particular por Roger Vekemans e pelo padre francês Pierre Bigó, fundador da instituição. Conforme Valério (2012, p. 31), enquanto Arroyo e o alemão Franz Hinklammert se aproximaram da UP, Vekemans e Bigó "se mantiveram na linha desenvolvimentista, apegados à Doutrina Social da Igreja, ao projeto da Democracia Cristã".

Para além de um conflito local, a literatura entende que Vekemans exerceu um papel fundamental na campanha internacional contra a Teologia da Libertação. Dussel (1992, p. 383) evidencia isso indicando um documento elaborado por teólogos alemães. Do mesmo modo, Chaouch (2007, p. 101) aponta que Vekemans foi "*inspirador de la primera instrucción de la Congregación por la Doctrina de la Fe sobre la teología de la liberación*" do Papa João Paulo II. Ao contrário da reação matizada encontrada em meio aos diferentes grupos jesuítas, a rejeição de Raúl Silva Henríquez à Teologia da Libertação foi bastante categórica. Para Villaroel (2018), enquanto representante máximo da hierarquia católica no país, o Cardeal reagiu veementemente contra a difusão do marxismo no interior da Igreja. Quando da ocupação da Catedral de Santiago, entrou em contato com o ministro do interior da época, que colocou suas forças policiais à disposição. Além disso, recusou o convite para participar do congresso dos *Cristianos por el Socialismo* por desaprovar a atitude de inserir a Igreja na luta marxista pela revolução na América Latina.

O objetivo dessa seção foi enfatizar antecedentes intelectuais importantes para o nosso objeto nas ideias católicas de maneira geral, e também no contexto chileno nas décadas anteriores ao golpe. Nessa reconstituição, identificamos mais concretamente os grupos e atores católicos que dialogavam com a CEPAL e captamos elementos que colocam na devida perspectiva a relação desenvolvida entre os economistas da Comissão e setores da Igreja durante a ditadura chilena. Em primeiro lugar, essa relação não foi fortuita. Mesmo partindo de matrizes e tradições filosóficas e intelectuais distintas, havia pontos em comum, no plano

[84]Para as aproximações e tensões entre teólogos da libertação e jesuítas, ver Chaouch (2007). Outros exemplos citados pelo autor são Víctor Codina, Ignacio Martín-Baró, Fernando Cardenal, Ignacio Ellacuría, José González Faus, Rutilio Grande, Joao Batista Libânio, Rolando Muñoz, Alberto Parra, Juan Carlos Scannone, Jon Sobrino, Pedro Trigo, Luis del Valle. Valério (2012, p. 63) ainda lembra do holandês Franz Vanderhoff.

intelectual, entre o pensamento econômico da CEPAL e as ideias católicas. No plano concreto das ações políticas, também havia uma agenda comum em relação ao subdesenvolvimento, aos problemas sociais, à pobreza etc. Daí a relevância da noção de "afinidades eletivas". Em segundo lugar, essa importância das ideias da CEPAL como fonte para o universo católico levou a apropriações e reações por parte de diferentes grupos. Nas décadas de 1950 e 1960, as ideias cepalinas influenciaram diretamente a DC, que articulava a agenda da Comissão às ideias de Maritain e Lebret. Com força política progressista, atraiu os jesuítas e atores-chave como Raúl Silva Henríquez. Tendo em vista esses elementos, na próxima seção buscaremos compreender como o contexto mais específico da ditadura chilena estruturava as relações entre os economistas da CEPAL e esses segmentos da Igreja, apontando como tiveram um papel fundamental de oposição, posicionando-se diretamente contra o regime em espaços criados ou apoiados pela Igreja Católica, que também serviam a outros grupos intelectuais de oposição.

4.2 O mundo social católico de oposição: as interfaces entre a Igreja Católica e a oposição à ditadura de Pinochet

Nesta seção, analisamos a atuação da Igreja Católica do Chile e de determinados grupos católicos sob sua influência durante a ditadura e a criação de um conjunto de espaços que serviram à reorganização e fortalecimento da oposição, o qual denominamos "mundo social católico de oposição". A Igreja Católica no Chile é conhecida pelo seu papel protagonista na defesa dos direitos humanos durante a ditadura chilena. No fim de 1973, em articulação com igrejas protestantes, o Cardeal Raúl Silva Henríquez criou o *Comité de Cooperación para la Paz en Chile* (COPACHI), com o objetivo de oferecer assistência jurídica às vítimas e encontrar os desaparecidos (GÁRATE, 2012). Essa iniciativa foi atacada recorrentemente pelo regime, por meio de perseguições a padres e também pela via diplomática, solicitando ao Vaticano a retirada do Cardeal de seu cargo (HUNEEUS, 2007; GÓMEZ et al, 2012). Em novembro de 1975, o comitê foi extinto após pressões de Pinochet (1975, s.d), que o acusou de ser um "*medio del cual se valen los marxistas-leninistas para crear problemas que alteran la tranquilidad ciudadana*". O Arcebispo acatou a exigência, mas em 1976 solicitou ao Papa Paulo VI a criação da *Vicaría de la Solidariedad*, que reuniu advogados, padres, assistentes sociais, trabalhadores e familiares de desaparecidos, que seguiram protegendo as vítimas da ditadura até 1993.

Essa atitude contestadora da Igreja também ocorreu no Brasil. Embora tenha apoiado o golpe contra o governo João Goulart, após seus quadros serem perseguidos pela repressão, a Igreja assumiu uma posição crítica a partir de 1968, expressando a influência de bispos como

Dom Hélder Câmara e Dom Paulo Evaristo na CNBB e das ações das CEBs (DUSSEL, 1992; PODRÁS, 2015). [85] Já no caso argentino, grupos vinculados a uma tradição católica antiperonista bloquearam a atuação dos setores progressistas. Assim, o envolvimento na luta pelos direitos humanos ocorreu, com hesitação, apenas no final da ditadura. As relações Igreja-Estado se caracterizaram pela omissão e cumplicidade (PODRÁS, 2015).

Como nesses casos, a cúpula da Igreja no Chile apoiou o golpe contra Allende. Segundo Podrás (2015, pp. 85-86), o governo da Unidade Popular foi interpretado como uma ameaça a valores importantes — como hierarquia, ordem, família e pátria — e a ditadura como uma necessidade frente à subversão e à violência. Nos primeiros anos, a Conferência Episcopal do Chile, o nível hierárquico mais alto da Igreja, fez um "jogo duplo": apoiando a ruptura institucional, de um lado, e criticando as violações dos direitos humanos, de outro (PODRÁS, 2015). Com o decorrer do tempo, entretanto, grupos identificados com o Concílio Vaticano II se fortaleceram. O Episcopado chileno apoiava a agenda dos direitos humanos, mas se incomodava com sua proximidade com a esquerda. Entretanto, a partir de 1977, devido à institucionalização do regime, a personificação em torno de Pinochet e a maior clareza sobre as consequências da aplicação do modelo neoliberal, o Episcopado chileno tornou-se uma voz ativa em prol dos pobres, oprimidos e vítimas da ditadura (PODRÁS, 2015). Além disso, criticou o projeto de institucionalização do regime, a Doutrina da Segurança Nacional e os efeitos da implementação do ultraliberalismo (CANCINO, 2001). A partir de então, a tendência que defendia uma posição mais crítica da Igreja com relação à ditadura foi dominante, e a instituição passou a ser vista como contaminada pelo comunismo (PODRÁS, 2015, p. 87).

A heterogeneidade de posturas no interior da Igreja também se refletia nos segmentos laicos. No campo progressista, destacamos a importância dos membros da DC. Sendo um partido heterogêneo, como vimos na seção anterior, o PDC também mostrou suas ambiguidades. Após o golpe, houve posicionamentos divergentes. No dia 12 de setembro, Patricio Aylwin, presidente da agremiação, justificou o golpe, responsabilizando Allende. No dia seguinte, um conjunto de 13 políticos proeminentes (o Grupo dos 13), com destaque para Bernardo Leighton e Radomiro Tomic, emitiram uma declaração condenando o golpe, responsabilizando a extrema esquerda e a direita e demonstrando receio com o autoritarismo (ORTEGA, 1992; HUNEEUS, 2016). Apesar das diferenças, para Ortega (1992, p. 44), a

[85] Podrás (2015, p. 84) contabiliza que em 1975 e 1981 havia, respectivamente, 50 mil e 80 mil CEBs espalhadas pelo Brasil. Ao final da ditadura, havia mais de 120 mil CEBs (DUSSEL, 1992, p. 400). Ligadas ao sindicalismo e à esquerda, as CEBs tiveram uma grande importância na reorganização da sociedade civil durante a ditadura e na redemocratização do país, contribuindo para a formação do Partido dos Trabalhadores (PT).

direção do partido assumiu uma posição inicial de "compreensão". Já Tamayo e Moyano (2024) definem sua postura como "independência crítica e ativa", em sentido diverso de uma "oposição frontal", conforme defendido pelo "Grupo dos 13". Inicialmente, o partido permitiu a cooperação de seus membros com a equipe econômica do governo.[86] Todavia, quando seus meios de comunicação passaram a ser censurados, seus membros atacados e o partido finalmente proibido em 1977, o PDC passou definitiva e declaradamente à oposição (HUNEEUS, 2016).[87]

Como representante das perspectivas conservadoras, o movimento mais influente foi o *gremialismo*, originado em organizações estudantis nos anos 1960, inspirado em uma ideologia corporativista idealizada a partir do franquismo na Espanha (1936-1975) (VERGARA, 1984). Tratava-se de uma manifestação local da tradição corporativista católica, discutida na seção anterior. O *gremialismo* foi impulsionado a partir da liderança intelectual de Jaime Guzmán, maior ideólogo do regime e principal elaborador da constituição chilena de 1980, que era contrário às reformas do Concílio Vaticano II e à atuação progressista da Igreja na América Latina (HUNEEUS, 2007).[88] Segundo Huneeus (1998), para além da sua contribuição à ideologia autoritária, os *gremialistas* foram decisivos para a implementação do modelo econômico. Próximos aos *Chicago Boys*, os *gremialistas* adentraram a *Oficina de Planificación Nacional* (ODEPLAN) — sob a liderança de Miguel Kast — onde realizaram estudos sobre a focalização de gastos públicos em políticas sociais e a aplicação de reformas econômicas em áreas como o mercado de capitais, comércio, educação, saúde e agricultura.

No espírito do enérgico envolvimento da Igreja Católica na vida pública chilena, segmentos progressistas da Igreja contribuíram para contornar as dificuldades do período por

[86] Andrés Sanfuentes assumiu a Direção de Orçamentos. Já Álvaro Bordon e José Luis Zabala assumiram cargos no Banco Central. Carlos Massad e Jorge Cauas adentraram a assessoria do governo. Cauas, após renunciar sua militância, assumiria o Ministério da Fazenda em 1975 enquanto Massad trabalharia na CEPAL. Álvaro Bordón, ao ser indicado para presidente do Banco Central (1977-1981), foi expulso do PDC (ORTEGA, 1992, pp. 45-46).

[87] Um(a) pesquisadora (a) interlocutor(a) da pesquisa relembra que a posição do partido se alterou fundamentalmente "*cuando expulsan a Renán Fuentealba a los 1974 y la DINA trata de matar a Leighton*" (ENTREVISTA G).

[88] Em sua obra sobre o pensamento político de Jaime Guzmán, Cristi (2000) defende a continuidade das ideias conservadoras do autor em torno dos conceitos de autoridade e liberdade, que se mesclaram nos variados contextos que vivenciou. Durante o governo Frei, Guzmán relacionou a noção de autoridade a valores como ordem e hierarquia, tendo como ideal um Estado autoritário ao modo franquista. Já a liberdade se definia pela defesa da propriedade privada e do capitalismo, articulada ao princípio da subsidiariedade. No início da ditadura, Guzmán assimilou o pensamento de Hayek em questões como a crítica à intervenção do Estado, as tendências totalitárias da democracia e a identificação da liberdade à economia de mercado. Isto reforçou sua ênfase na autoridade, que possibilitaria a criação de uma "nova institucionalidade" que protegeria a liberdade individual. Já após a aprovação da Constituição de 1980, que definiu um ritmo controlado para a transição democrática do país, o autor desenvolveu um conceito de democracia instrumental (em contraposição a uma concepção participativa) e restringida, amparada por uma autoridade forte. Essa concepção estava atrelada tão somente ao sufrágio universal, que legitimaria a autoridade. Porém, seu exercício se daria de forma alheia à representação política.

meio da readequação do aparato institucional existente ou pela criação de instituições e veículos de imprensa que pudessem oferecer algum alívio a uma sociedade severamente afetada pela repressão do regime. Esses novos espaços possibilitaram a muitos intelectuais e políticos que encontrassem trabalho e desenvolvessem suas atividades de oposição. Simultaneamente, iniciativas de laicos vinculados a partidos políticos foram apoiadas pela Igreja. A este subconjunto específico de membros do clero e laicos, e também às instituições e veículos de imprensa criadas por eles, referimo-nos como "mundo social católico de oposição". Este termo denota uma intersecção entre os setores progressistas da Igreja, de um lado, e grupos intelectuais e políticos de oposição, de outro. A seguir, tornamos seu significado mais concreto.

Os responsáveis pela criação desses espaços foram os mesmos grupos e atores católicos progressistas, apontados na seção anterior, que tinham afinidades eletivas com a CEPAL: a DC, os jesuítas[89] e Raúl Silva Henríquez. Uma das principais iniciativas foi a revitalização do ILADES, que foi palco da disputa entre Gonzalo Arroyo e Pierre Bigó no final dos anos 1960. Segundo Fernández (2012, p. 24), a instituição foi fundada em 1965 pelo Padre Bigó, seu primeiro diretor, em uma reunião no âmbito do Concílio Vaticano II e com o apoio do CELAM, na qual se decidiu pela criação de um centro de reflexões sobre a doutrina social da Igreja articulado com as ciências sociais, sob a responsabilidade do *Centro Bellarmino*. Durante a ditadura chilena, o ILADES, sob a direção do sacerdote jesuíta Renato Poblete — opositor ao movimento *Cristianos por el Socialismo* (SCHNOOR, 2019) — foi um espaço de proteção para estudantes, professores e pesquisadores, realizando seminários, cursos e conferências. Uma das principais atividades desde sua criação, a instituição seguiu formando profissionais para atuar a serviço da doutrina social da Igreja através da Licenciatura de *Ciencias del Desarrollo*, em convênio com a Universidade Católica de Lovaina, por meio do qual os egressos ingressavam nos cursos de doutorado da universidade belga. Em 1987, em convênio com a Universidade de Georgetown (EUA) e financiamento da fundação *Konrad Adenauer*, o ILADES criaria um Mestrado em Economia, focado em políticas sociais. Como efeito dessa parceria, surgiu a revista *Análisis Económico* em 1985 (FERNÁNDEZ, 2012).[90]

Outra iniciativa fundamental foi a criação da *Academia de Humanismo Cristiano* (AHC), fundada por Raúl Silva Henríquez em 1975, que ademais de assegurar espaço a cientistas sociais expulsos das universidades, concedeu status legal e financiamento, via

[89] Os jesuítas historicamente tiveram uma extensa infraestrutura a sua disposição. No caso chileno, Devés (2010, p. 125) assinala que dispunham de um "*alto nivel de profesionalismo y de recursos de la orden jesuita, la mayor potencia intelectual cristiana de América latina, de muy lejos*".

[90] Em 1997, o ILADES se tornaria a Universidade Alberto Hurtado.

Fundação Ford, para vários centros de pesquisa independentes — *think tanks* — estudaram os impactos socioeconômicos das políticas do regime (SILVA, 1991). A AHC chegou a empregar mais de 300 pessoas, das quais aproximadamente 200 eram pesquisadores, divididos em 6 programas de pesquisa, como o *Programa de Economía del Trabajo* (PET), o *Grupo de Investigaciones Agrarias* (GIA) e o *Programa de Investigación en Derechos Humanos* (PDH). Ademais, quando em 1979 o regime proibiu o funcionamento da FLACSO, a AHC lhe concedeu natureza jurídica para seguir funcionamento como *think tank*. O impacto da AHC na opinião pública chilena foi enorme, por meio da publicação de mais de 150 livros, seminários e círculos de estudos (PURYEAR, 2016, p. 65). Conforme destaca Puryear (2016), a atuação da AHC foi fundamental uma vez que a Igreja era a única instituição autorizada pelo regime a realizar reuniões e fazer publicações sem censura prévia.

O mundo social católico de oposição também englobava uma série de revistas. Um dos espaços mais relevantes foi a revista *Mensaje*, fundada em 1951 pelo padre jesuíta Alberto Hurtado. A revista jesuíta alcançou grande audiência. Puryear (2016, p. 51) assinala que, durante a ditadura, a *Mensaje* "*fue la única revista con una visión crítica de la realidad nacional que se podía encontrar en los quioscos*". Em 1976, outra importante revista foi criada, a *Agencia de Prensa de Servicios Informativos* (APSI). Figueiredo (2023) contextualiza que sua criação ocorreu após a dissolução do Comitê Pró-Paz, quando Raúl Silva Henríquez e o Vigário Cristián Precht estimularam o envio de projetos a instituições que antes financiavam o comitê na França e da Bélgica. Ainda segundo a autora, criada para veicular notícias internacionais, a revista se transformou progressivamente em veículo de divulgação crítica de assuntos nacionais. No mesmo ano, a AHC criou a revista *Análisis*, primeiro veículo a publicar cartas de exilados, principalmente antigos membros e apoiadores da UP (BIBLIOTECA NACIONAL DE CHILE, 2024a). Ademais, o programa de direitos humanos da AHC idealizou e criou a *Revista Chilena de Derechos Humanos*. Fora do mundo social católico de oposição, também havia revistas de oposição como, por exemplo, a *Qué Pasa*. Criada por grupos empresariais que apoiaram o golpe, passou a criticar pontualmente o regime a partir de 1975, caracterizando-se como "semi-oposição" (HUNEEUS, 2007, p. 58).

Um último elemento fundamental que nutria o mundo social católico de oposição era a Democracia Cristã. A ditadura lançou uma campanha massiva de repressão, especialmente contra o Partido Comunista (PC), o Partido Socialista (PS) e o MAPU. Além de terem sido lançados à clandestinidade, muitos dos seus militantes foram assassinados ou buscaram o exílio (PURYEAR, 2016). Já o PDC, que esteve na oposição ao governo Allende, inicialmente foi apenas suspenso, podendo manter seu status legal e sua estrutura de comunicação (HUNEEUS,

2016). Esse papel central se deveu aos recursos externos e internos de que dispunha. Externamente, o apoio da *Christlich Demokratische Union Deutschlands* (CDU),[91] da Alemanha, garantiu a continuidade dos volumosos financiamentos da fundação *Konrad Adenauer*. Internamente, o maior recurso da DC era sua proximidade com a Igreja, crucial para atrair militantes. Sendo o maior partido político chileno, a DC contou com uma razoável infraestrutura institucional para difundir suas ideias na década de 1960, incluindo o centro de pesquisas *Instituto de Estudios Políticos* (IDEP), o jornal *La Prensa*, a rádio *Balmaceda* e a revista *Ercilla*. Militantes do partido eram também proprietários da revista *Política y Espíritu* (HUNEEUS, 2007; 2016). Ademais, havia a *Corporación de Promoción Universitaria* (CPU), criada na década de 1960 e ligada ao PDC, que estimulava o debate sobre o ensino superior no Chile (BRUNNER; BARRIOS, 1987; PUREYAR, 2016; HUNEEUS, 2016).

Durante a ditadura, sua infraestrutura se transformou. A CPU se manteve e o IDEP foi fechado, dando lugar ao *Instituto Chileno de Estudios Humanísticos* (ICHEH), fundado em 1974 pelo político da DC Claudio Orrego. Para Puryear (2016, p. 56), Orrego decidiu extinguir o IDEP devido à possibilidade de intervenção dos militares, criando então o ICHEH juntamente com o cientista político Genaro Arriagada e dois economistas: Mario Zañartu — jesuíta e doutor em Economia pela Universidade de Columbia — e Ramón Downey. Na visão do autor, o ICHEH foi a "*primera respuesta institucional de intelectuales políticamente comprometidos a las drásticas restricciones al pensamiento y el debate crítico que imponía el régimen*". Durante a ditadura, a instituição foi financiada em sua totalidade pela fundação *Konrad Adenauer*.

A revista *Política y Espíritu* e a rádio *Balmaceda* seguiram funcionando até suas proibições, respectivamente, em 1975 e 1976. Diante dessas ausências, empresários ligados ao partido criaram a *Cooperativa*, que se tornaria a principal rádio chilena. Já em 1977, um grupo de democratas-cristãos criou a revista *Hoy* para suceder a *Ercilla*, que foi comprada por grupos empresariais apoiadores do regime (HUNEEUS, 2007, p. 257). A criação da *Hoy*, que seguiu uma linha editorial de oposição, contou com o apoio de Raúl Silva Henríquez, que articulou seu financiamento junto à fundação holandesa *Katholieke Organisatie voor Medefinanciering van Ontwikkelingsprogramma's* (BIBLIOTECA NACIONAL DE CHILE, 2024b).[92]

Ainda que nem sempre projetados necessariamente para fins de oposição — casos dos centros e revistas criados antes de 1973 e da AHC, cujo objetivo primário era oferecer proteção a intelectuais — esses espaços foram ocupados por vários intelectuais de oposição, de onde puderam desenvolver suas pesquisas acadêmicas, criticar a ditadura, estabelecer diálogos e

[91] União Democrata Cristã, em tradução livre.
[92] Organização Católica para o Cofinanciamento de Programas de Desenvolvimento, em tradução livre.

angariar forças políticas. Foi justamente no âmbito de alguns desses espaços de debate público que os economistas da CEPAL atuaram para realizar suas críticas ao regime autoritário chileno. Antes de evidenciar esse processo, contextualizamos os principais grupos intelectuais de oposição ligados aos partidos políticos, enfatizando a relevância desses espaços para suas ações.

Compreender a oposição à ditadura passa inevitavelmente pelos condicionamentos e a atuação da DC. Tamayo e Moyano (2024) elucidam que, durante os anos 1980, o partido se movimentou progressivamente rumo à abertura de possibilidades de alianças com outros partidos. A DC envolveu-se em importantes coalizões de oposição, como a *Alianza Democrática* — lançada em 1983, na qual compôs com o Partido Liberal (PL), o Partido Radical (PR) e uma corrente moderada do PS — e o *Acuerdo Nacional para la Transición a la Plena Democracia* de 1985, proposto pelo Cardeal Francisco Fresno (sucessor de Silva Henríquez), assinado com alguns partidos de direita além de PS, IC e MAPU. Com o fracasso desses acordos, concebidos a partir de uma estratégia "rupturista" que contava com as mobilizações sociais para dar fim à ditadura, a partir de 1986 o cálculo político da DC se voltaria à busca de uma saída "jurídico-política", na qual a transição seria negociada com os militares dentro da institucionalidade criada pela Constituição de 1980. Desse processo, no âmbito das alianças para o Plebiscito de 1988, surgiu a *Concertación de Partidos por la Democracia*. Liderada pelo PDC, a coalizão elegeria Aylwin como presidente nas eleições do ano seguinte.

Conforme Puryear (2016), esse processo de transformação da DC foi alavancado pela reflexão intelectual de distintos profissionais afiliados ao partido em diferentes *think thanks*, como, por exemplo, a CIEPLAN e o *Centro de Estudios del Desarrollo* (CED). Os economistas da CIEPLAN, liderados por Alejandro Foxley, realizaram uma campanha nacional, enfatizando a importância de uma nova atitude de negociação com o governo e a geração de consensos entre os diferentes setores sociais para alcançar a governabilidade. Criado por Gabriel Valdés em 1981, o CED, sob a direção de Edgardo Boeninger, realizaria uma série de ações a partir de 1985 buscando o resgate da confiança entre intelectuais e políticos dos diferentes setores políticos, incluindo as Forças Armadas, por meio do diálogo sobre as políticas públicas e como construir uma economia e democracia estáveis.

Simultaneamente, o espectro político da esquerda experimentou mudanças substanciais. Puryear (2016) assinala que, após o golpe, a esquerda chilena experimentou uma profunda crise ideológica e reorganização das suas ideias por meio de uma autorreflexão em torno de questões como os fracassos da estratégia da Unidade Popular, significados da ruptura democrática e da violência, convicções políticas e históricas. Aos traumas internos, somaram-se fatores como o contato com as ideias da socialdemocracia europeia a partir das experiências de exílio, além

dos problemas e da crise definitiva do socialismo real no Leste Europeu. Para o autor, abandonando a revolução e abraçando a reforma política, passaram a circular na esquerda um maior apego à democracia enquanto fim em si mesmo, deixando para trás a noção de que a democracia era um instrumento de controle da burguesia e um meio transitório para alcançar o socialismo.

Nesse espírito de reflexão, ocorreu um processo que a literatura chama de "socialismo renovado" ou "renovação socialista". Do ponto de vista da dinâmica dos partidos políticos, seu início ocorreu em 1979, quando surgiu dentro do Partido Socialista (PS) uma facção denominada "Convergência Socialista", liderada por Carlos Altamirano, em contraposição aos políticos mais tradicionais. Esse grupo reunificaria o partido em 1983, sobre a base do que ficou conhecido como "Partido Socialista renovado". A partir de então, o que era nome de uma facção partidária passou a denominar uma política de alianças do PS. A Convergência Socialista incorporou intelectuais de outros partidos, especialmente do MAPU e da IC, mas também ex-membros do MIR (PURYEAR, 2016; MOYANO, 2010; 2011; 2016; NAVARRO, 2016). A literatura concorda que o principal grupo intelectual para a transformação do socialismo no Chile foram os sociólogos e cientistas políticos da FLACSO, particularmente Manuel Antonio Garretón, José Joaquín Brunner, Tomás Moulian e Norbert Lechner, muitos dos quais eram dirigentes da Convergência Socialista, vinculados ao MAPU (MOYANO, 2010).[93]

É bem documentado na historiografia que esses intelectuais e políticos da DC e dos partidos de esquerda aproveitaram os espaços abertos pela Igreja Católica para desenvolver suas atividades acadêmicas, difundir suas ideias contrárias à ditadura e trabalhar com grupos de distintas visões. Durante a ditadura chilena, o ILADES agiu diretamente sobre os impactos das políticas neoliberais. Por meio do *Departamento de Investigación y Acción Laboral* (DIAL), promoveu capacitação técnica a trabalhadores, camponeses, microempresários, cooperativas e empresas de autogestão. Esse suporte envolveu a blindagem institucional para receber recursos de ONGs para apoiar projetos de trabalhadores (FERNÁNDEZ, 2012). Destacando sua relevância para os intelectuais de oposição, um interlocutor enfatizou que "*ILADES era uno de los lugares permitidos para la oposición porque existía de antes*" (ENTREVISTA B).

Os programas da AHC também foram fundamentais para a oposição, promovendo, por exemplo, um seminário semi-clandestino que visava estimular um debate entre as ideias do PDC e do MAPU, do qual participaram políticos e intelectuais como Aylwin, Boeninger,

[93] Alguns pesquisadores entrevistados também destacaram isso (ENTREVISTAS J, N e O). De forma emblemática, um deles afirmou que a "*FLACSO fue el rincón del pensamiento de la transición, de la autocrítica a lo que ocurrió en tiempos de Allende, es decir, la autocrítica a la transición al socialismo*" (ENTREVISTA J).

Germán Correa, Garretón, Eduardo Palma, Orrego e Moulian (PURYEAR, 2016, p. 63). Além da AHC, "*el ICHEH realizó una silenciosa pero importante labor en los años más duros de la dictadura*", promovendo encontros para debater os temas dos direitos humanos e publicando textos que exaltavam a tradição democrática chilena (HUNEEUS, 2016, p. 260).

Dentro do ICHEH, os jesuítas também criaram o *Centro de Investigaciones Socioeconómicas* (CISEC), onde Mario Zañartu, diretor da instituição, coletava e divulgava dados para contrastar a manipulação da ditadura. Schnoor (2019, p. 329) complementa que Zañartu "*abrió un espacio donde pudiera articularse la oposición, sobre todo la demócratacristiana*". Para além de convocar personalidades da DC como Eduardo Frei e Aylwin, Zañartu convidou intelectuais de esquerda como Faletto e Moulian para elaborar informes sobre temas como saúde, educação e economia (PURYEAR, 2016). As revistas também eram espaços por excelência para a atuação dos intelectuais de oposição. Na APSI, além da colaboração de jornalistas estrangeiros, trabalhavam pessoas ligadas à *Vicaría de la Solidaridad*, ao *Arzobispado de Santiago* e aos partidos políticos. Finalmente, a revista *Mensaje* publicou diversos trabalhos não somente dos economistas da CIEPLAN (SILVA, 1991; MAILLET *et al*, 2016), como também de intelectuais do PS e do MAPU.

Em resumo, como resultado de iniciativas de Raúl Silva Henríquez, dos jesuítas e de determinados atores do PDC, o mundo social católico de oposição era composto por uma série de espaços distintos. Esses espaços foram ocupados por um conjunto de intelectuais democratas-cristãos e socialistas para realizar críticas à ditadura, debater suas plataformas políticas e se aproximar de outros grupos opositores, o que possibilitou o fortalecimento da oposição à ditadura. Nas próximas seções, mostraremos como os economistas da CEPAL também participaram dessas redes. Ainda que não fossem os principais protagonistas da oposição, a análise das próximas seções contribui para evidenciar seus papéis como opositores, e aprofundar as nuances das relações dos economistas da CEPAL com o contexto chileno.

Ao apontar a existência de relações entre alguns economistas da CEPAL e o mundo social católico de oposição durante a ditadura chilena, precisamos também refletir acerca dos mecanismos subjacentes que levaram tais vínculos a serem constituídos. Quais fatores estimulavam a participação dos economistas da Comissão nesses espaços públicos? Dadas as alterações no pensamento da CEPAL e no seu quadro de economistas, em que medida as afinidades eletivas, tanto no plano intelectual quanto político, criadas entre a DC e a CEPAL nos anos 1950 e 1960 ainda eram relevantes nesse novo contexto? Essas relações expressavam algum esforço de convergência teórica ou possuíam apenas uma natureza política voltada a enfrentar as dificuldades do contexto autoritário? Como a heterogeneidade intelectual e

profissional da CEPAL influiu nos tipos de crítica realizados pelos economistas da Comissão? Esse conjunto de questões guia as próximas seções.

4.3 Os vínculos dos economistas da CEPAL com o *Instituto Latinoamericano de Doctrina y Estudios Sociales* (ILADES) e o *Instituto Chileno de Estudios Humanísticos* (ICHEH)

Para analisar as conexões entre a CEPAL e o mundo social católico de oposição, focamos inicialmente nas relações de alguns economistas da Comissão com centros de pesquisa de ciências sociais ligados à reflexão de cunho católico, particularmente o jesuíta *Instituto Latinoamericano de Doctrina y Estudios Sociales* (ILADES) e o *Instituto Chileno de Estudios Humanísticos* (ICHEH), ligado à DC. A fim de organizar a exposição, iniciaremos com a análise do vínculo entre Enrique Iglesias e o ILADES, prosseguiremos para a análise da participação de Joseph Ramos no ICHEH e terminaremos com os laços de Roberto Zahler com o ILADES. Isso se justifica porque os autores escreveram em diferentes momentos: Iglesias no início da ditadura, quando sua face definitiva ainda estava se constituindo; Ramos no momento de apogeu do regime autoritário em termos econômicos e políticos; Zahler no contexto dos desdobramentos da severa crise de 1982. Essas diferentes ocasiões condicionaram os temas e as formas pelos quais os três economistas se posicionaram no debate público.

Uma das publicações importantes do ILADES no período autoritário foi o livro *Problemática del Desarrollo Económico* (1977). A obra foi resultado de palestras de especialistas em um curso sobre desenvolvimento econômico realizado pela Área Econômica do ILADES em 1976, que era liderada por Mario Zañartu. O objetivo do livro foi oferecer aos cristãos, complementando a doutrina social da Igreja, subsídios para a compreensão dos dilemas da realidade econômica e social: "*Es importante para un cristiano tomar posición frente a la problemática del desarrollo económico* […] *La suerte del prójimo, que es el término de la relación de amor del cristiano, se juega en buena medida en el desarrollo de la estructura productiva en la que está inserto*" (ZAÑARTU, 1977, p. 9). Essa obra é relevante para a análise porque contou com um texto de Enrique Iglesias intitulado "*Perspectivas del desarrollo económico en América Latina*" (1977). A relação de Iglesias com setores progressistas da Igreja Católica possui outros antecedentes importantes. Em sua atuação como defensor dos direitos humanos, discutida no capítulo 2, Iglesias se vinculou à Igreja e à Raúl Silva Henríquez:

> *No había tema más importante para una comisión regional que la seguridad de su gente* […] *y estoy muy contento que salvamos a miles de personas y mantuvimos además el único espacio independiente en Chile para hablar con la gente. Muy acompañado por el apoyo de algunas figuras importantes* […] *como el Cardenal Raúl*

> *Silva Henríquez que fue para mí un hombre muy importante porque me acompañó mucho en ese período ... trabajamos mucho juntos. Yo lo apoyaba en sus cosas, en la creación de la Vicaría de la Solidaridad y tantos problemas. Y me vinculo muy intensamente con la Iglesia. Tuvo un gran apoyo* […] *yo me integré mucho a la vida política y social de Chile* (IGLESIAS, 2001, min. 106-107).

A proximidade entre Iglesias e Silva Henríquez se manifestou, por exemplo, no convite ao cardeal para proferir suas bençãos no evento de comemoração de 30 anos da CEPAL, em 1978. Como pode ser apreciado nos trechos selecionados, seu discurso enfatizou a defesa dos oprimidos e a cooperação internacional, tarefa para a qual a CEPAL era importante:

> *Hoy nos reunimos para celebrar este acontecimiento que ha tenido tantas proyecciones y ha hecho tantas realizaciones para bien de nuestros pueblos* […] *Te agradecemos, Señor, porque has hecho nacer en el corazón de hombres de bien el deseo de ayudar a los pueblos más débiles para que puedan realizar sus anhelos de paz en la búsqueda de completo desarrollo. Te damos gracias por los éxitos alcanzados por las Instituciones benéficas y por los diversos organismos de desarrollo que de aquí han surgido* […] *Danos, Señor, la victoria sobre el funesto principio de que el lucro y la utilidad son la base y la regla del derecho, y de que la fuerza crea el derecho; principios que hacen inconsistente toda relación internacional con gran daño de los Estados, que no quieren o no pueden tener otra fuerza que el derecho y la justicia* (SILVA HENRÍQUEZ, 1978, p. 282).

Essa proximidade de Iglesias com grupos progressistas da Igreja é reforçada por sua vinculação com o ILADES. No curso que resultou no livro, o autor dividiu espaço com um pequeno grupo de renomados intelectuais católicos e de oposição do país, como o jesuíta Mario Zañartu, o democrata cristão Edgardo Boeninger e o membro da CIEPLAN Oscar Muñoz. Ao realizar um panorama sobre os êxitos e os problemas do desenvolvimento econômico da América Latina entre o pós-guerra e os anos 1970, Iglesias argumentou que a substituição de importações contribuiu para o progresso econômico da região, ainda que tenha gerado heterogeneidade na estrutura produtiva, concentração de renda e elevação da pobreza.

O texto foi marcado por uma aguda conotação institucional. Segundo Iglesias (1977, p. 37), "*Los planteamientos que se expresan a continuación no tienen pretensión de originalidad, y en grande medida, han sido desarrolladas en la secretaría de la CEPAL*". Dados os conflitos tanto da Igreja como da CEPAL com a ditadura, Iglesias não poderia se manifestar no ILADES de maneira abertamente crítica, uma vez que era impossível, aos olhos do regime, separar suas atividades pessoais e sua função executiva. Como figura central da CEPAL, o cuidado na redação do seu texto deveria ser similar ao praticado nos documentos da Comissão. Apesar da aura institucional-informativa, as ideias elaboradas pelo autor possuíam ressonâncias políticas

quando consideramos o contexto chileno desafiante no período, particularmente no tema do Pacto Andino.[94]

O tema incomodava os *Chicago Boys* mesmo antes de adentrarem o governo. Evidência disso é que *El Ladrillo*, escrito entre 1969 e 1973, já contemplava a necessidade de "*reestudiar los tratados de integración regional y muy en especial el Pacto Andino*" (DE CASTRO, 1990, p. 82). O Ministro da Fazenda Sergio de Castro, responsável pelas negociações com os outros países, realizou uma campanha pública contra o acordo, condenando as ineficiências nos sistemas de preços e no comércio exterior produzidas pela substituição de importações (DE CASTRO, 1976; CLAVEL; PAZ, 2007). Para ele, o nível de proteção excessiva (via Tarifa Comum), as normas restritivas ao investimento estrangeiro e a ênfase no planejamento setorial impediriam o país de ter seu próprio modelo de desenvolvimento. Com cisões desde o início da ditadura, os ânimos afloraram em 1976, o que culminou na retirada do país do acordo no dia 30 de outubro.

Embora não se refira explicitamente ao Pacto Andino, as ideias de Iglesias possuíam implicações para o contexto chileno. Iglesias (1977) considerava que uma manifestação fundamental da crise estrutural era o processo de "internacionalização" e a aplicação do modelo de *desarrollo hacia afuera* — como ocorria no Chile — no qual o fluxo de importações não era contrabalançado por uma elevação sustentada das exportações, causando desequilíbrios no balanço de pagamentos e endividamento externo. Para contornar o problema, propôs a integração comercial e o controle das empresas transnacionais. Neste sentido, a América Latina deveria combinar a substituição de importações, articulada com os esforços de integração regional, com medidas destinadas a elevar sistematicamente as exportações.[95]

O tema da cooperação internacional, conforme vimos na primeira seção, foi largamente tratado pela doutrina social da Igreja no pós-guerra. Defendido pela CEPAL, o Pacto Andino interessava aos grupos católicos chilenos e em particular a Raúl Silva Henríquez. Durante um seminário realizado em Lima, em 1976, em sua intervenção sobre o tema "*La Iglesia y el proceso de integración andina*", Silva Henríquez ([1976] 1982, p. 260) se posicionou em defesa da integração regional contra o "nacionalismo estreito" alimentado pela ideologia da Segurança Nacional. O cardeal destacou a importância dos organismos internacionais para o cumprimento

[94] O Pacto Andino — assinado em 1969 por Bolívia, Colômbia, Equador e Peru, com incorporação da Venezuela em 1973 — visava criar um mercado comum entre os países andinos com o objetivo de desobstruir o processo de substituição de importações. O acordo foi inspirado pelo espírito da integração comercial, assentada nos estudos da CEPAL, que estimulou a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) em 1960.
[95] Iglesias tornou-se um símbolo da defesa da integração comercial nos anos 1970. A título de exemplo, no mesmo ano fez um extenso pronunciamento na sede da ALALC, em Montevidéu (IGLESIAS, 1976b).

da missão da Igreja na América Latina, afirmando que a integração regional era central para a promoção da paz, a superação da pobreza e o alcance do desenvolvimento. De maneira particular, endossou a ênfase da CEPAL em políticas de distribuição de renda focadas no acesso dos mais pobres à saúde, educação e moradia. Ademais, considerou "*inaceptable, desde el punto de la ética cristiana, abrir las puertas de los Estados latino-americanos para que los grandes ganadores sean los países desarrollados o las firmas transnacionales*" (p. 251).

Em sentido semelhante, no documento "*La evolución del pensamiento de CEPAL: consideraciones éticas*", os professores do ILADES argumentaram que a construção do mercado comum regional era um meio eficaz de promoção do desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos. Além disso, o planejamento seria fundamental para reorientar a estrutura da economia para a produção de bens com uso intensivo de mão-de-obra, respeitando assim o direito ao trabalho e atendendo às necessidades dos mais pobres (ILADES, 1975). A instituição também criticou a influência das empresas transnacionais, que além de se apropriarem dos principais setores econômicos, difundiam um modelo de sociedade baseada no consumo, derrubando regimes democráticos que ameaçavam seus interesses.

Em resumo, a relação de Iglesias com o ILADES, apesar do tom cuidadoso, demonstra a canalização de ideias desenvolvidas na CEPAL, que também encontravam ressonâncias na agenda dos setores progressistas da Igreja, para o debate público chileno sobre temas politicamente espinhosos para a ditadura. Ainda com algum grau de cuidado, outros economistas cepalinos polemizaram de forma mais incisiva, criticando aspectos e efeitos das políticas econômicas neoliberais dos *Chicago Boys*, bem como suas concepções filosóficas e políticas. Um caso ilustrativo neste sentido foram os posicionamentos de Joseph Ramos. Como indicado no capítulo 3, o economista estadunidense foi atraído pela experiência progressista do governo Eduardo Frei. Em sua autobiografia intelectual, *Mas allá de la economía más acá de la utopía* (1991), Ramos filiou seus esforços teóricos à uma concepção de "terceira via" para o desenvolvimento econômico, inspirada no humanismo cristão, que combinava o repúdio ao socialismo com o reconhecimento dos problemas do capitalismo.

Durante a ditadura, Ramos vinculou-se com instituições ligadas à Igreja Católica. Foi professor de "Introdução à Macroeconomia" e "História Econômica da América Latina" no programa de mestrado oferecido pelo ILADES na década de 1980 (RAMOS, 2011, p. 3). Além disso, participou do Comitê Editorial da revista *Análisis Económico* desde sua criação, da qual Carlos Massad — economista da CEPAL e democrata-cristão — foi um dos diretores (ILADES, 1986; 1990). Já sob a égide do ICHEH, Ramos publicou — em coautoria com Marcelo Figueroa — o texto intitulado "*La relación entre crecimiento económico y régimen político: la*

experiencia latino-americana" (1981). Os autores trataram de uma problemática particular na visão neoliberal, segundo a qual os governos democráticos eram suscetíveis a pressões de setores produtivos organizados e grupos de interesse, e por isso produziam políticas econômicas ineficientes. Em outras palavras, os autores visaram combater a tese, influente na América Latina, de que o crescimento econômico sustentado era incompatível com o regime político democrático.[96] Essa tese postulava como pré-condição para o crescimento um governo imune a pressões, condição satisfeita pelas ditaduras, que seriam capazes de implementar políticas econômicas de maneira eficiente, integral e rápida.

Essa publicação de Ramos tem uma clara relação com o contexto vivenciado por ele no início dos anos de 1980. O texto foi escrito em um momento no qual já estava evidente a obra econômica e política do regime. Amparado no aparente sucesso do modelo, o regime aprovou uma nova institucionalidade nos marcos da Constituição de 1980, elaborada por Jaime Guzmán, com o objetivo de criar uma "democracia protegida", baseada na tecnocracia, que garantiria a blindagem do modelo econômico frente a possíveis pressões políticas do futuro. A ideia de incompatibilidade entre democracia e crescimento econômico estava enraizada nas concepções ideológicas dos *Chicago Boys*, ao menos desde *El Ladrillo* (DE CASTRO, 1992). Durante a ditadura, esses economistas disseminaram a ideia de que a ordem democrática impunha restrições ao funcionamento eficiente da economia e exaltaram as condições autoritárias como pré-condição do sucesso do modelo econômico.[97] Nesse contexto, Ramos mobilizou sua expertise na ciência econômica para criticar o paradigma chileno de associação entre crescimento econômico e autoritarismo.

---

[96] Gilman (2003) mostra que, ao contrário dos primórdios da teoria da modernização à la Rostow, nas quais a democracia era um objetivo explícito, ao longo da década de 1960 seus teóricos passaram a justificar as ditaduras militares. Em um projeto particular, concebido pelo Departamento de Estado dos EUA e desenvolvido no *Center for International Studies* do MIT, o sociólogo Daniel Lerner defendeu a expansão das tecnologias de comunicação, para evitar o radicalismo das massas por meio da alteração de suas referências culturais, levando-as a tomar contato com os símbolos políticos e econômicos da modernidade e abandonar os tradicionais. Baseado em uma concepção elitista de democracia, as massas deveriam ser conduzidas por uma elite de cientistas sociais bem-preparados. Já o cientista político Lucian Pye analisou que os líderes políticos dos países do Terceiro Mundo tinham transtornos de personalidade em função da não superação dos conflitos com seus pais (colonizadores). Como democracias "imaturas", tornavam-se mais suscetíveis à influência comunista. Frente às dificuldades de penetração das mídias de comunicação e à alternativa cubana, os autores passaram a ver ditaduras militares como forma de alcançar a modernização mais rapidamente. Lerner considerava que os militares representavam a "elite de cientistas sociais" idealizada por ele. Pye argumentou que os militares não sofriam das psicopatologias típicas das sociedades pós-coloniais e de seus líderes, sendo dotados de uma identidade bem definida, legitimidade, disciplina e organização, atributos que lhe davam a capacidade necessária para implementar o progresso econômico desses países.

[97] Grande parte do documento foi destinado a relacionar o lento crescimento econômico do Chile no pós-guerra ao processo de substituição de importações e à intervenção estatal, que teria causado ineficiências no sistema econômico ao privilegiar setores e grupos de pressão e politizar os trabalhadores (DE CASTRO, 1992). Segundo Valdés (1995, p. 30), Sergio de Castro declarou em 1976 que "*a person's actual freedom can only be ensured through an authoritarian regime that exercises power by implementing rules for everyone*".

Ramos e Figueroa (1981) recorreram à evidência empírica de 19 países latino-americanos entre 1945 e 1975, utilizando métodos estatísticos e econométricos para demonstrar a ausência de correlação entre diferentes regimes políticos e crescimento econômico. Após realizarem 82 regressões lineares tendo como variável dependente o crescimento econômico e como independentes outras variáveis econômicas e o regime político, constataram que apenas em cinco casos a variável política foi significativa – em três deles de maneira negativa, e em dois positiva. À luz dessas evidências, os autores argumentaram que não existia um *trade-off* entre crescimento econômico e democracia. Independente do regime político, o mais importante seria a implementação de políticas econômicas reformistas. Extrapolando os resultados, Ramos e Figueroa (1981, p. 6) enfatizaram que o regime político deveria ser uma escolha da "comunidade" de um dado país, de forma independente das questões econômicas. Em um contexto no qual o Chile se tornara conhecido pela associação entre crescimento econômico e ditadura, dizer que tal vínculo não existia não constituiu um mero exercício intelectual e técnico. Os autores questionaram a ordem autoritária, abrindo a possibilidade de pensar alternativas à ditadura. Ademais, a afirmação de que a escolha do regime político deveria ser uma decisão da população aponta para a importância de fazer aflorar um mecanismo básico da democracia: a participação popular.

Embora em menor medida que Iglesias, os autores também apresentaram alguns cuidados na exposição dos seus argumentos. Deixaram claro, por exemplo, que sua análise não implicava necessariamente a defesa da democracia como regime político adequado. Assinalamos também a importância da escolha metodológica no tratamento da relação entre democracia, ditadura e crescimento econômico. A utilização de técnicas estatísticas e econométricas, em ascensão na academia estadunidense, pode ser vista como estratégia para conferir à sua contribuição credenciais mais "objetivas" e "científicas".[98] De fato, a repressão e a censura eram preocupações recorrentes dos intelectuais do ICHEH. Como assinala Puryear (2016, p. 58), alguns autores da instituição publicavam sob pseudônimo e algumas publicações eram distribuídas com cuidado por redes informais. A despeito desses cuidados, que poderiam ser usados como prova da neutralidade dos autores frente à repressão, compreendemos que o trabalho representou uma crítica severa ao regime autoritário.

[98] Esta estratégia encontra correspondências importantes em outros contextos. Conforme Morgan e Rutherford (1998) e Morgan (2003), no contexto do macartismo nos EUA nos anos 1940 e 1950, vários economistas se viram obrigados a formular seus argumentos utilizando a linguagem matemática e técnicas aplicadas, visando evitar a perseguição nas universidades e a identificação como comunista.

A postura crítica às concepções dos neoliberais chilenos sobre a democracia como sistema político se repetiria, agora sem grandes adaptações de forma e conteúdo, na intervenção pública de Roberto Zahler em um contexto de grandes contestações ao regime Pinochet. Nascido em 1948, Zahler formou-se em *Ingeniería Comercial* pela Universidade do Chile e obteve mestrado e doutorado em Economia pela Universidade de Chicago (ROJAS, 2014, p. 92).[99] Trabalhou na CEPAL entre 1978 e 1989 ocupando vários cargos, entre eles o de Assessor Regional Principal em Política Monetária e Financeira (PNUD/CEPAL) com foco em temas como sistema financeiro internacional, endividamento externo, política monetária, reformas financeiras e políticas neoliberais (BANCO CENTRAL DE CHILE, 2022). Pertencente à nova geração de economistas da Comissão, ao lado de Ramos, Zahler era militante da Democracia Cristã. Simultaneamente ao trabalho na CEPAL, Zahler participou do ILADES, onde publicou um texto intitulado "*El neoliberalismo en una versión autoritária*", como parte do livro *Del liberalismo al capitalismo autoritario: Contribución de ILADES al "objetivo general" de las orientaciones pastorales 1982/85 de la Conferencia Episcopal de Chile* (1983). A obra da instituição jesuíta foi financiada pela fundação *Konrad Adenauer* e pelo ICHEH, ligadas à DC.

Como o subtítulo deixa claro, a obra foi uma reflexão intelectual da instituição para contribuir de maneira concreta às Orientações Pastorais da Conferência Episcopal do Chile. Como discutimos na seção anterior, após haver adotado posições ambíguas no início da ditadura, a partir de 1977 a Conferência passou a tecer críticas ao regime chileno. Publicadas desde 1968, as orientações pastorais eram documentos promulgados pela Assembleia Plenária da instituição, por meio da qual os bispos davam a conhecer aos cristãos suas visões sobre diversos assuntos, sendo também instrumentos de planejamento para as ações pastorais da Igreja. As "Orientações Pastorais de 1982/1985", produzidas em meio ao grande avanço da oposição à ditadura e à abertura das perspectivas de redemocratização em função da crise de 1982, expressaram um posicionamento ácido dos bispos com respeito aos efeitos das decisões da ditadura sobre os mais pobres e os perseguidos políticos (SANHUEZA; SEÚLVEDA, 2009, p. 129).

Nesse espírito contestatório, Zahler (1983) criticou profundamente os problemas inerentes à "cosmovisão" do neoliberalismo "autoritário" aplicado ao Chile, atacando especialmente os *Chicago Boys* e suas ideias divulgadas no *El Mercúrio* e no então recém-criado *Centro de Estudios Públicos* (CEP). Zahler concebia o neoliberalismo como uma ideologia que, a partir de uma visão economicista, propunha um projeto de transformações

[99] Título outorgado aos graduados em Economia e Administração de Negócios no Chile desde 1935 na Universidade do Chile e 1942 na Universidade Católica (MONTECINOS, 2009).

radicais em todos os âmbitos da sociedade que iriam no sentido contrário aos valores éticos e morais do humanismo e da democracia. Criticando os *Chicago Boys* por se aproveitarem das suas credenciais profissionais para disseminar as ideias neoliberais, assinalou que "*es un error teórico y factual la identificación del neoliberalismo con la ciencia económica moderna*" (ZAHLER, 1983, p. 14). Na sua visão, o desenvolvimento da ciência econômica não é um "patrimônio" de nenhum movimento político ou ideológico, podendo ser utilizada por diferentes plataformas políticas.

Zahler mesclou de forma particular sua formação como economista, derivada dos padrões acadêmicos dos Estados Unidos, suas concepções políticas, advindas do pertencimento ao PDC, e suas visões éticas, baseadas nos princípios da doutrina social da Igreja. Sua perspectiva como economista e democrata-cristão o levou a não desconsiderar totalmente o modelo neoliberal. Para ele, do ponto de vista econômico, o neoliberalismo caracterizava-se por uma grande coerência interna em suas proposições: algumas das suas críticas ao estatismo eram válidas e sua concepção sobre o indivíduo maximizador poderia ser útil como guia para a elaboração de políticas públicas. Apesar disso, havia limitações e aspectos questionáveis, como a desconsideração das vantagens da economia mista e o mito da associação entre capitalismo, mercado e privatização. Segundo o autor, as privatizações se referiam genericamente à transferência de empresas públicas ao setor privado; no caso chileno, elas causaram uma grande concentração de riqueza e patrimônio. Zahler entendia o mercado como um instrumento valioso na alocação de recursos e que poderia ser utilizado nas economias mistas, com a existência de empresas estatais, empresas privadas e de autogestão.

Mas as críticas de Zahler não se restringiram aos aspectos econômicos do neoliberalismo chileno. O autor articulou a dimensão econômica com reflexões políticas e morais que continham um alto grau de abstração, considerando que o neoliberalismo contradizia em muitos sentidos a visão e os princípios humanistas cristãos. Um problema grave do ideário neoliberal era sua concepção extrema de que os seres humanos são racionais e maximizadores. Para o autor, ao levar ao extremo essa noção, os neoliberais depreciavam uma qualidade humana fundamental, a propensão à solidariedade. Seria necessário, portanto, abandonar o homem idealizado e focar no homem concreto, de modo a buscar um pressuposto mais realista que equilibrasse o egoísmo e a solidariedade.

Outra questão importante na crítica ao modelo neoliberal chileno se referia à relação entre liberdade econômica e liberdade política. Sua avaliação era de que a ênfase neoliberal na liberdade econômica, que conduziria à liberdade política, era equivocada. Um exemplo ilustrativo neste sentido seriam os esforços dos *Chicago Boys* e dos *gremialistas* em dar um

caráter constitucional às bases do modelo neoliberal. Neste sentido, Zahler (1983, p. 39) enxergou uma contradição fundamental: "*es muy difícil sostener que si el consumidor es capaz de elegir 'racionalmente' entre la enorme variedad de alternativas que le ofrece el menú del mercado [...] no pueda elegir entre cuatro proposiciones políticas claramente diferenciadas*".

Zahler aproveitou o contexto de crise da ditadura para, assim como Ramos e Figueroa (1981), formular uma crítica à leitura dos *Chicago Boys* que atrelava a insuficiência do crescimento econômico ao intervencionismo e à democracia. Ao contrário dessa abordagem, para Zahler, a instauração de um regime autoritário não diminuía as pressões, mas somente reordenava os grupos sociais elegíveis para exercê-las, principalmente os ricos e poderosos. Invertendo a lógica do modelo neoliberal — que parte da concepção de um sistema econômico desejável e dele deriva toda a estrutura política e institucional — Zahler propôs que a primeira tarefa seria definir um modelo político que consagrasse os objetivos econômicos, sociais e culturais, os valores éticos, a participação e a distribuição do poder. Somente depois seria possível escolher um modelo econômico coerente com esses objetivos da sociedade.

Essa análise inicial reforça algumas conclusões alcançadas no capítulo 2. Os economistas vinculados à CEPAL eram mais propensos a se manifestar de maneira mais aberta e ácida com respeito à política econômica em momentos de crise do regime, seja no interior da CEPAL ou em centros de pesquisa do mundo social católico de oposição. Para tanto, era fundamental ocupar espaços que ofereciam blindagens institucionais — as Nações Unidas no primeiro caso, e a Igreja Católica e a filantropia no segundo — em contextos de crise econômica e política do regime, quando a legitimidade do governo diminuía e a oposição aumentava suas articulações. Com efeito, os economistas da CEPAL exerceram um papel de oposição no âmbito dessas redes do mundo social católico de oposição. Eram opositores na qualidade de intelectuais, cujas esferas de reflexão não se restringiam aos seus trabalhos técnicos na CEPAL, mas que dele retiravam ideias e proposições para serem mobilizadas no debate público: desde as implicações da análise de Iglesias para o contexto do Pacto Andino, passando pela relação entre democracia e crescimento econômico discutida por Ramos até a crítica dos pressupostos filosóficos e das consequências do neoliberalismo à moda chilena, realizada por Zahler.

No final da última seção, indagamos se os tipos de afinidades eletivas construídas nos anos 1950 e 1960 entre a CEPAL e a DC ainda permaneciam relevantes em meio ao novo contexto pós-1973, uma vez que o pensamento econômico da CEPAL havia se transformado. Também interrogamos se as relações construídas entre os economistas da CEPAL e o mundo social católico de oposição eram motivadas por questões teóricas ou de ordem política, voltadas a enfrentar os desafios decorrentes do contexto autoritário chileno. Antes de abordar essas

questões, é necessário relembrar que, nas décadas de 1950 e 1960, os grupos religiosos e a DC mobilizavam as ideias da Comissão como forma de intervir sobre a realidade do subdesenvolvimento a partir de ideais católicos e políticos derivados das concepções de Maritain e Lebret. Nos anos 1970 e 1980, além do fato de que o corpo relativamente articulado de categorias da CEPAL tenha se dissipado em meio à crise vivenciada pelo pensamento estruturalista — na qual a tradição cepalina convivia ao lado de novas abordagens — o clima progressista deu lugar a um contexto autoritário, no qual a ação política desses grupos não mais ambicionava propor e reformar, mas sim sobreviver e resistir.

Nosso argumento é que, em um contexto radicalmente diferente, as afinidades eletivas foram reconstruídas sob novos formatos, que combinavam preocupações tradicionais com novas questões. De um lado, como vimos nesta seção, preocupações compartilhadas tanto pela CEPAL quanto pela Igreja no pós-guerra — condições sociais dos mais pobres, concentração de renda e riqueza, os problemas dos mecanismos de mercado e das teorias liberais, integração comercial — voltaram à tona e continuaram centrais nos argumentos dos economistas cepalinos nesses espaços do mundo social católico de oposição. Por este ângulo, pode-se apontar algum grau de continuidade. De outro lado, nos anos 1950 e 1960, as soluções para esses problemas típicos do subdesenvolvimento, formuladas pela CEPAL e endossadas pelos grupos católicos reformistas, passavam por um conjunto de ideias — como planejamento econômico, industrialização e reforma agrária — que, diametralmente oposto à ideologia adotada pelo regime autoritário, não estava mais no horizonte político desses grupos.

Dessa forma, mais do que o selo de pertencimento ao pensamento econômico cepalino tradicional, o importante era que as ideias tivessem vinculação direta com os acontecimentos da ditadura, particularmente com as consequências distributivas das políticas neoliberais. Dito de outro modo, as afinidades eletivas nesse novo contexto basearam-se tanto em preocupações tradicionais da CEPAL quanto em contribuições mais recentes, voltadas à análise de políticas de curto prazo ou novas temáticas da conjuntura. Isso nos ajuda a responder a segunda questão. A despeito de aproximações intelectuais, suas conexões ganhavam força e sentido no plano da política como crítica ao regime autoritário chileno.

As avaliações do pensamento da CEPAL por parte do ILADES ilustram os pontos de contato e as tensões próprias dessas afinidades eletivas. Para o sacerdote jesuíta Renato Poblete, diretor do ILADES, "*la concepción del desarrollo de la CEPAL tiene muchas coincidencias con la concepción que deriva de la ótica social cristiana, del pensamiento social de la Iglesia*" (ILADES, 1975, p. III). Para o ILADES, a rejeição da CEPAL à estratégia *hacia afuera* devido às injustiças inerentes à divisão internacional do trabalho, assim como a proposição de um

desenvolvimento autônomo, eram coincidentes com as conclusões da Conferência de Medellín (1968). Contudo, as ideias e as políticas da CEPAL, em função de sua natureza intergovernamental, permaneciam no plano dos princípios gerais. Assim, o ILADES propôs que seria necessário substituir a "ética dos princípios" por uma "ética das alternativas", que deveria ser informada por um juízo ético sobre a distribuição dos custos sociais, pela construção de um novo homem e de uma nova sociedade, pela reorientação da produção às necessidades básicas e pela valorização do trabalho. Assim, o desenvolvimento integral envolveria "*un cambio cualitativo, una mutación valórica individual y grupal, aspecto del que CEPAL jamás ha hecho mención*" (p. II).

Para a compreensão mais detida das relações entre a CEPAL e o mundo social católico de oposição, devemos distinguir duas situações importantes, que reaparecerão ao longo do capítulo. A primeira diz respeito a economistas da Comissão, como Iglesias, que não pertenciam previamente ao espectro político progressista ligado à Igreja Católica. Como tinham escasso contato com as ideias católicas, seu envolvimento surgiu mais claramente como subproduto do contexto político. A segunda situação envolve economistas cepalinos que já pertenciam ao universo católico ou democrata-cristão e que utilizavam, implícita ou explicitamente, argumentos éticos e políticos derivados das ideias da doutrina da Igreja e/ou da democracia cristã. Por exemplo, embora Ramos tenha utilizado técnicas econométricas, seu trabalho representou implicitamente uma crítica ao autoritarismo e valorização da democracia. Já Zahler mesclou seus conhecimentos como economista da CEPAL à convicção democrata-cristã sobre a relevância da economia mista e a reflexões éticas sobre o neoliberalismo do ponto de vista do humanismo.

Em suma, nessa seção mostramos como esses economistas cepalinos atuaram como opositores à ditadura ao se inserirem nas redes do mundo social católico de oposição. As críticas formuladas por esses autores bebiam, a depender do caso, da produção intelectual da CEPAL e/ou das reflexões éticas e políticas de cunho católico, que se conectavam apenas na medida necessária para a crítica à ditadura. Essas considerações preliminares, ainda calcadas em uma pequena amostra, constituem chaves-analíticas que serão aprofundadas nas próximas seções, abarcando outros espaços do mundo social católico de oposição, em particular a revista jesuíta *Mensaje*. Nesse percurso, ainda suscitaremos novas questões, tais como os fatores que levaram esses economistas a se envolverem no debate público e os impactos da heterogeneidade intelectual e profissional da Comissão sobre os tipos de crítica formuladas pelos seus economistas.

4.4 A revista *Mensaje* durante a ditadura chilena: história, historiografia e estrutura

Embora o ILADES e o ICHEH tenham sido palcos importantes para a inserção dos economistas da CEPAL no debate público, a revista *Mensaje* foi o principal veículo responsável pela divulgação de seus posicionamentos sobre a política econômica durante a ditadura. Devido à sua centralidade, dedicamos essa seção para caracterizá-la e analisá-la como uma fonte histórica. Ao lidar com jornais, Vella (2009) indica a necessidade de um exame cerrado de três elementos: 1) a estrutura institucional ou o contexto social em que o jornal se insere, seus proprietários, organização interna, linha editorial, influências ideológicas e as relações de poder da sociedade; 2) o formato, isto é, layout, gráficos, fonte, imagens, propagandas, etc.; 3) o conteúdo dos textos. Ainda que a *Mensaje* não seja um jornal, a importância desses elementos para o caso das revistas pode ser corroborada pelo trabalho de Figueiredo (2023) sobre a revista *Apsi*. Guiados por esses elementos, nesta seção contextualizamos a revista afim de compreender os condicionantes das publicações dos economistas da CEPAL.

A revista *Mensaje* possuía um viés explícito. Controlada pela Companhia de Jesus, seu objetivo era a orientação aos cristãos por meio de reflexões sobre o contexto econômico, político, social e cultural do Chile e do mundo. Seu fundador, Padre Alberto Hurtado, no primeiro editorial da revista em 1951, definiu seu lema como "*El mensaje cristiano frente al mundo de hoy*", fazendo alusão à mensagem que Jesus trouxe à Terra, na busca de um "*mundo mejor, más justo, más fraternal*" (HURTADO, 1951, p. 1). Durante a ditadura, a *Mensaje* sofreu episódios de repressão. Seus textos e os intelectuais que nela publicavam eram monitorados. Evidência disso é que, em 1982, a *Central Nacional de Inteligencia* (CNI) — instituição criada em 1977 para substituir a DINA — produziu um memorando sobre as atividades da FLACSO, no qual listou como parte dos antecedentes suspeitos de José Joaquín Brunner sua participação em eventos comemorativos dos 30 anos da revista *Mensaje* (CNI, 1982, p. 2). O fato mais grave ocorreu em 1985, quando seu então Diretor, Renato Hevia, foi preso sob a acusação de ter insultado o governo e colocado em perigo a ordem pública (SCHNOOR, 2019, p. 339). Além disso, a ditadura denunciou a comentarista de cinema Filma Canales pela mesma razão. Nesses episódios, solicitou-se à justiça a suspensão da revista (MENARES; BELMAR; LEIVA, 2015, p. 441).

Superando esses constrangimentos, a *Mensaje* foi publicada ininterruptamente em 10 edições anuais, com periodicidade predominantemente mensal.[100] Ao todo, a partir do golpe até

[100] As duas primeiras edições de cada ano eram bimestrais, com publicações em fevereiro e abril.

março de 1990 — ocasião da posse do presidente democraticamente eleito Patricio Aylwin — foram 166 edições consecutivas. Incluindo todas as edições de 1973 e 1990, Valdés, Varas e Diáz (2010, p. 544) estimam 11.000 páginas em 179 edições. Schnoor (2019, pp. 396-397) mostra que o número médio de impressões das edições cresceu significativamente, partindo de 47.500 cópias em 1973, alcançando 76.900 em 1975 e 149.040 em 1977 (seu ápice), antes de chegar a 92.460 em 1984. Esses números são ainda mais importantes se considerarmos a média de 58.500 cópias em 1969, em um contexto notadamente mais favorável (governo Frei). Os assinantes anuais mais que dobraram, de 2.245 em 1973 para 5.010 em 1980, reduzindo-se então para 3.800 em 1984. Houve um leve crescimento do número de assinaturas estrangeiras, de 583 em 1973 para 620 em 1984, tendo como ponto máximo 735 assinaturas em 1981 (SCHNOOR, 2019, p. 397).

Apesar deste último dado ser importante para indicar sua circulação internacional, o front interno era o fundamental para a revista, o que pode ser confirmado por uma análise de suas agências de distribuição. A impressão era realizada nos *Salesianos* (provavelmente no Colégio Salesiano). [101] No período, houve uma nítida redução da sua distribuição internacional.[102] Por outro lado, a revista alcançou uma extensa e estável rede de distribuição no Chile, principalmente em editoras religiosas, mas também comerciais. Entre 1973 e 1981, para além de Santiago, a *Mensaje* era vendida em média em dez cidades do extremo Norte ao extremo Sul do país. As cidades mais frequentes foram Arica, Antofagasta, Valparaíso, Viña del Mar, Quilpue, Talca, Chillán, Concepción, Temuco, Coyahaique, Valdívia e Puerto Montt. Outras menos frequentes foram, por exemplo, Iquique, Rancagua, Los Angeles, Linares, San Bernardo e Punta Arenas.

Para a plena compreensão da estrutura da *Mensaje* e seu impacto na opinião pública chilena, é necessário analisar outros componentes da organização da revista. Toda produção editorial tem um público-alvo, o qual condiciona diversos aspectos da edição, como temas, preços e apresentação gráfica. Por se tratar de uma revista destinada a orientar a conduta dos cristãos, a audiência mais evidente eram os católicos, mas não exclusivamente. Schnoor (2019) enfatiza que seus leitores pertenciam às classes médias e altas do país. Apesar disso, a autora assinala que "*Se formaban grupos de lectura de la revista en diversos sectores, como en algunas*

[101] O local de impressão passou a ser publicado somente a partir de dezembro de 1984. As informações sobre agências nacionais estão disponíveis até a edição nº 336, de janeiro-fevereiro de 1985. Já sobre as estrangeiras somente até a edição nº 318, de maio de 1983. As informações foram descontinuadas por razões desconhecidas.

[102] Enquanto, no início de 1973, seus exemplares eram vendidos em vários países — Argentina, Colômbia, Equador, Peru, Porto Rico, EUA, República Dominicana e Venezuela — após o golpe, a distribuição se restringiu à Colômbia, Equador, Peru e República Dominicana. Entre 1975 e 1977, a distribuição alcançou somente Equador e Peru, e entre 1979 e 1983, Peru e México.

comunidades de base, para leer juntos y comentar los artículos, con lo que se abría el acceso a la revista a quienes tenían dificultad para comprenderla" (p. 32).

Apesar de não ser uma iniciativa oficial da revista, tratava-se de um mecanismo importante que demonstra a disseminação das suas ideias junto a setores mais pobres da sociedade. É necessário destacar que os editores da revista[103] também fizeram esforços para alcançar o público menos abastado, oferecendo 50% de desconto para a assinatura anual de estudantes universitários entre 1973 e 1981. Sem o voluntarismo das redes informais, a efetividade dessa política pode ter sido limitada. Além da dificuldade em compreender a linguagem, podem ter pesado os custos para adquiri-la. Como pode ser visto na Figura 8, os preços dos exemplares e das assinaturas anuais cresceram, tanto em termos nominais quanto reais, significativamente mais para o mercado nacional do que para o internacional.

Figura 8 - Informações sobre a política de preços da revista Mensaje, 1975-1987.

ano	Edição nacional em preços correntes	Assinatura nacional em preços correntes	Edição nacional em pesos constantes (1975=100)	Assinatura nacional em preços constantes (1975=100)	Taxa de variação real do preço da edição nacional	Taxa de variação real da assinatura nacional	IPC	Edição para venda no exterior (US$)	Edição para venda no exterior em pesos chilenos (1975=100)	Assinatatura estrangeira (US$)	Assinatura estrangeira em pesos chilenos (1975=100)
1975	5	45	5	45,00	-	-	380%	1	0,204	12	2,444
1976	9	80	2,73	24,28	-45,37%	-46,04%	229,48%	1	0,023	12	0,279
1977	24	216	3,63	32,63	32,73%	34,39%	100,91%	1,50	0,011	14	0,098
1978	32	310	3,43	33,19	-5,49%	1,73%	41,08%	1,50	0,005	18	0,061
1979	51	509	4,10	40,94	19,71%	23,33%	33,13%	2,50	0,005	25	0,054
1980	60	510	3,56	30,27	-13,17%	-26,05%	35,49%	2,50	0,004	25	0,038
1981	90	800	4,44	39,51	24,79%	30,50%	20,20%	-	-	28	0,035
1982	120	1100	5,40	49,46	21,39%	25,18%	9,84%	-	-	28	0,025
1983	120	1100	4,24	38,84	-21,48%	-21,48%	27,35%	-	-	28	0,013
1984	140	1200	4,12	35,35	-2,66%	-8,98%	19,85%	-	-	28	0,008
1985	160	1500	3,60	33,78	-12,63%	-4,43%	30,80%	-	-	28	0,004
1986	190	1800	3,58	33,87	-0,78%	0,26%	19,68%	-	-	28	0,003
1987	230	2100	3,61	32,98	1,04%	-2,62%	19,81%	-	-	28	0,002

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos das páginas da revista *Mensaje*.

Notas: 1) Os dados foram extraídos da primeira edição de cada ano. As edições de 1988 e 1989 estavam indisponíveis para consulta. Os outros dados preenchidos com o símbolo – representam informações não disponíveis; 2) Assinatura anual nacional e preço da edição nacional expressos em pesos constantes de 1975 (com IVA incluído). A tabela se inicia em 1975 porque o peso chileno substituiu a antiga moeda, o escudo, a partir de setembro desse ano. A edição nº 273, de outubro, foi a primeira precificada em pesos chilenos; 3) O deflacionamento foi realizado com base no Índice de Preços ao Consumidor (IPC) extraídos do Banco Central de Chile: https://si3.bcentral.cl/siete/ES/Siete/Canasta?idCanasta=4HLYI1171739. 4) Assinatura anual (para Estados Unidos e Europa) e preço de exemplar para venda no exterior expressos em dólares correntes; 5) Os dados da taxa de câmbio nominal do dólar estadunidense com relação ao peso chileno foram extraídos do Banco Mundial: https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators.

[103] Durante o período, a *Mensaje* contou com 5 diretores, todos padres jesuítas: Hernán Larraín, até setembro de 1974, Fernando Montes entre fins de 1974 e meados de 1975, Sérgio Zañartu, até o início de 1978, Renato Hevia, entre 1978 e 1989, e finalmente, José Arteaga, até março de 1990 (SCHNOOR, 2019, p. 396).

A razão mais óbvia para isso era a diferença significativa entre a inflação interna e externa. Em um contexto de dificuldades de distribuição no exterior e crescimento lento da demanda externa em contraste com a grande demanda e extensa rede de distribuição no mercado nacional, a estrutura de custos da revista era principalmente em moeda nacional, em salários e fretes. Como as receitas internacionais representavam apenas uma pequena parte do total, afastava-se a necessidade de reajustes abruptos dos preços externos. Dessa forma, a revista demonstrou uma contínua capacidade de reajuste real dos preços internos em vários anos. Em outros anos, quando não foi possível reajustá-los acima da inflação, uma parte considerável da inflação foi repassada aos consumidores. Essa política de preços estava interligada ao foco nas classes médias e altas, capazes de absorver os crescentes custos da publicação e a perdas inflacionárias. Evidência disso é que, apesar dos constantes reajustes, conforme vimos, as impressões da revista se elevaram abruptamente no período.

Em resumo, mesmo em um contexto repressivo, devido à blindagem institucional oferecida pela Igreja, a revista *Mensaje* atingiu grande audiência na sociedade chilena, alcançando números expressivos de impressões e distribuição nos mais variados rincões do país, o que fez dela um dos principais veículos da oposição à ditadura. Embora lida por estrangeiros, seu foco era o contexto nacional por meio da influência sobre as classes médias e altas, especialmente católicas. Apesar da centralidade deste público-alvo, a revista também chegava, direta ou indiretamente, em alguns setores populares, como as CEBs e estudantes. Sua postura crítica e a proteção da Igreja podem ter favorecido um público maior e mais diversificado e a criação de vínculos com grupos de oposição.

Uma vez discutidas sua história, seu papel durante a ditadura, a ligação com grupos sociais, seu funcionamento interno e público-alvo, uma caracterização adequada da revista não pode prescindir de uma investigação acerca do seu formato. Essa análise reforça algumas ideias já discutidas nas seções anteriores e fornece evidências sobre as manifestações da linha editorial da revista. Conforme ilustrado na Figura 9, as capas, primeiro elemento de um número típico da revista, possuíam cores variadas e destacavam os temas mais importantes com uma fonte maior na parte superior ou no centro. Já os temas secundários eram representados por letras menores mais abaixo ou nos cantos. A edição da revista tentava persuadir o leitor com imagens de impacto, ilustrando os problemas econômicos e políticos do país e apelando para a sensibilidade social católica em relação aos temas da pobreza e da desigualdade social.

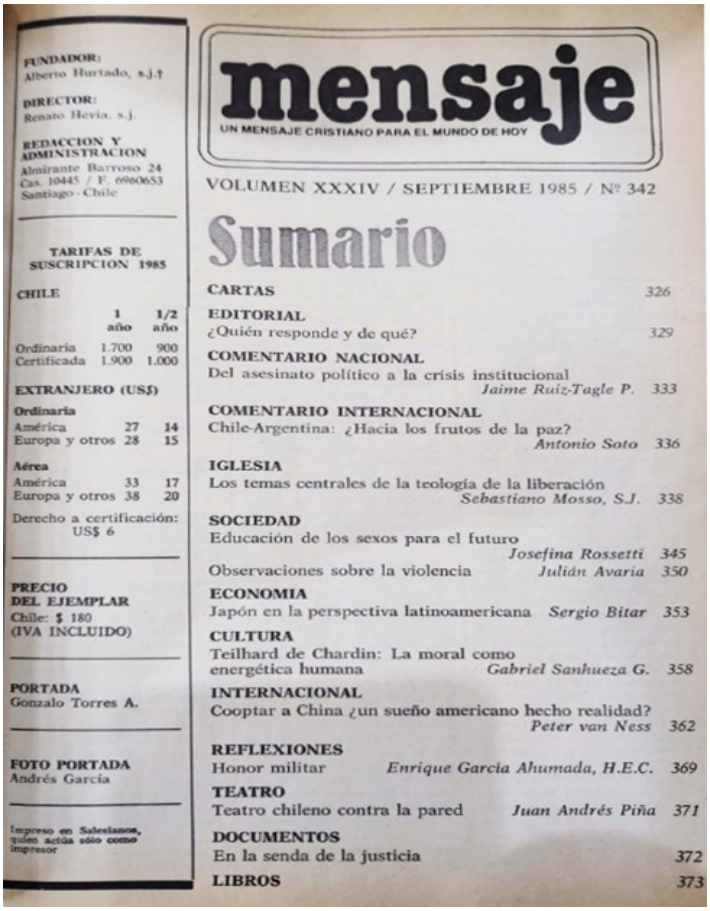
Figura 9 – Capas diversas da revista *Mensaje*, de 1975 e 1983

Fonte: Elaboração própria com base nas imagens extraídas das revistas.[104]

Nas páginas seguintes, como se pode observar na Figura 10, a revista exibia um sumário — junto dos nomes dos editores, preços e agências de distribuição — e uma seção de cartas enviadas pelos leitores. Logo depois, com alguma variação da ordem, apareciam o editorial e seções denominadas "comentários nacionais" e "comentários internacionais". Em seguida eram incluídas certas temáticas, que variavam conforme a edição, como "Igreja", "sociedade", "economia", "cultura", "sócio-política", "educação", "cinema", "teatro" e "televisão". Por fim, as edições eram concluídas com a publicação de algum documento dos bispos chilenos, latino-americanos ou do Papa, e a divulgação de livros recebidos pela revista, por vezes da CIEPLAN, do PET, da FLACSO e da CEPAL. A extensão mais comum dos textos publicados na revista era de aproximadamente cinco páginas.

[104] Do lado esquerdo superior para o lado direito inferior: Edições de número 217 de março-abril de 1975; 316 de janeiro-fevereiro de 1983; 317 de março-abril de 1983; 319 de junho de 1983; 322 de junho de 1983 e 323 de julho de 1983. Com exceção das edições 217 e 316, as demais imagens foram extraídas do Archivo Jaime Guzmán.

Figura 10 – A típica estrutura dos sumários da *Mensaje*



FUNDADOR:
Alberto Hurtado, s.j.†

DIRECTOR:
Renato Hevia, s.j.

REDACCION Y ADMINISTRACION
Almirante Barroso 24
Cas. 10445 / F. 6960653
Santiago - Chile

TARIFAS DE SUSCRIPCION 1985

CHILE

	1 año	1/2 año
Ordinaria	1.700	900
Certificada	1.900	1.000

EXTRANJERO (US$)

Ordinaria

América	27	14
Europa y otros	28	15

Aérea

América	33	17
Europa y otros	38	20

Derecho a certificación: US$ 6

PRECIO DEL EJEMPLAR
Chile: $ 180
(IVA INCLUIDO)

PORTADA
Gonzalo Torres A.

FOTO PORTADA
Andrés García

Impreso en Salesianos, quien actúa sólo como impresor

mensaje
UN MENSAJE CRISTIANO PARA EL MUNDO DE HOY

VOLUMEN XXXIV / SEPTIEMBRE 1985 / Nº 342

Sumario

CARTAS 326

EDITORIAL
¿Quién responde y de qué? 329

COMENTARIO NACIONAL
Del asesinato político a la crisis institucional
Jaime Ruiz-Tagle P. 333

COMENTARIO INTERNACIONAL
Chile-Argentina: ¿Hacia los frutos de la paz?
Antonio Soto 336

IGLESIA
Los temas centrales de la teología de la liberación
Sebastiano Mosso, S.J. 338

SOCIEDAD
Educación de los sexos para el futuro
Josefina Rossetti 345
Observaciones sobre la violencia *Julián Avaria* 350

ECONOMIA
Japón en la perspectiva latinoamericana *Sergio Bitar* 353

CULTURA
Teilhard de Chardin: La moral como energética humana *Gabriel Sanhueza G.* 358

INTERNACIONAL
Cooptar a China ¿un sueño americano hecho realidad?
Peter van Ness 362

REFLEXIONES
Honor militar *Enrique García Ahumada, H.E.C.* 369

TEATRO
Teatro chileno contra la pared *Juan Andrés Piña* 371

DOCUMENTOS
En la senda de la justicia 372

LIBROS 373

Fonte: Elaboração própria a partir da edição nº 342 de setembro de 1985.

Assim como nas capas, os editores da *Mensaje* intervinham nos artigos dos autores convidados de uma maneira particular, representando os argumentos com imagens que amplificavam o tom crítico e persuasivo dos textos. As imagens reproduzidas na Figura 11 explicitam sua linha editorial. A revista denunciou sistematicamente as violações de direitos humanos no Chile, dando voz aos movimentos sociais organizados dos familiares dos chamados "detidos desaparecidos". Além disso, a publicação encarnou o espírito do Concílio Vaticano II em torno da agenda de defesa dos mais vulneráveis, persuadindo o leitor católico — mas também aqueles grupos da sociedade comprometidos com a luta pela justiça social e pelo fim do autoritarismo — por meio do retrato de temas sociais, como a fome. A edição abordava esses temas de forma crua, mobilizando imagens de crianças, mulheres, famílias pobres, etc.

Figura 11 – As denúncias das violações aos direitos humanos e do problema da fome na *Mensaje*

Fonte: Imagens extraídas respectivamente de Canales (1980, p. 482) e Lappes e Collins (1980, p. 641).

A economia era um tema incontornável, sobre o qual a linha editorial da revista também se expressava com força. Extremamente críticos dos efeitos das políticas econômicas dos *Chicago Boys*, como ilustrado na Figura 12, os editores frequentemente atrelavam suas críticas aos rostos dos principais ministros do regime. Além disso, ilustravam os efeitos distributivos e a deterioração das condições de vida dos mais pobres, em termos do aumento do desemprego, da pobreza e da desigualdade social e da diminuição dos salários e benefícios sociais, processos que se manifestavam em níveis de consumo inalcançáveis para a maior parte da população.

Figura 12 - Os efeitos distributivos das políticas econômicas retratados na revista *Mensaje*

Fonte: Imagens extraídas de Brunner (1982, p. 424), Mill (1977, p. 463) e Piñera e Meller (1977, p. 567).

Outro elemento visual importante da revista são os anúncios dos seus patrocinadores, que apresentaram consideráveis alterações quantitativas e qualitativas. Entre 1973 e 1977, as edições apresentavam poucos anúncios, motivo pelo qual era comum encontrar campanhas para atrair mais anunciantes. A maioria desses anúncios eram de eventos, cursos e publicações de outras instituições vinculadas à Igreja, como o ILADES, AHC, Editora Salesiana, Universidade Católica do Chile, editoras e livrarias religiosas, etc. Quase não havia, por outro lado, anúncios de empresas.[105] Havia um pequeno guia profissional, que não alcançou 15 anúncios até 1977, composto majoritariamente por médicos. A partir de 1978, os anúncios de outras instituições ligadas à Igreja seguiram, sendo incorporados outros veículos da oposição, como a Rádio Cooperativa e as revistas *Apsi*, *Análisis* e *Hoy*, além de numerosas propagandas sobre as publicações da CIEPLAN. As propagandas de empresas aumentaram e se diversificaram, incluindo agora restaurantes, escolas de inglês e de formação de secretárias, empresas de eventos, turismo e de móveis, fábricas de máquinas de escrever, bancos e financeiras cooperativas, o jornal francês *Le Monde diplomatique* e, inclusive, a empresa de automóveis Suzuki. Finalmente, o guia profissional cresceu substancialmente, alcançando 80 anúncios em agosto de 1980, entre hospitais, clínicas, médicos, enfermeiras, dentistas, contadores, advogados, corretores de imóveis, psicólogas, professores de inglês, etc.

Além de reforçar a ligação com as classes médias, os anúncios de distintos profissionais liberais e pequenos empresários evidenciam os esforços dos editores pela sobrevivência financeira da publicação. A revista foi afetada pelas próprias transformações que criticava, particularmente pelas pautas de consumo de luxo da sociedade. A ênfase em temas como pobreza e desigualdade social contrastava com anúncios de artigos de luxo. Um leitor percebeu essa contradição em uma carta em junho de 1981: "*me chocó un poco dos avisos restaurantes, obviamente de lujo. Me parece que no caen bien con lo que pretende su revista*" (DONNELLY, 1980, s.d). Finalmente, essas fontes revelam as relações amplas da revista com a sociedade chilena e a manutenção de vínculos com outros espaços do mundo social católico de oposição.

Direcionada oficialmente à orientação dos cristãos para a interpretação da realidade, a discussão precedente evidencia que o papel público da revista foi maior. Sua linha editorial de crítica ao autoritarismo, às violações dos direitos humanos e às desigualdades eram pautas básicas com as quais outros segmentos sociais, instituições, intelectuais e políticos de diferentes espectros políticos se identificavam, seja na condição de leitores, seja como autores dispostos

[105] Destacamos uma empresa de artesanato de cobre e outros minerais, chamada *huimpalay* — que patrocinou a revista praticamente durante todo o regime — e a companhia aérea *Canadian Pacific*, e ainda sob o governo Allende, a editora *Quimatú* e *Caja Central de Ahorros y Préstamos*, instituição de previdência do Estado.

a contribuir com a revista. Neste sentido, usufruindo da blindagem institucional e da legitimidade propiciada pela Igreja, a revista foi um espaço importante de atração de diferentes grupos de oposição, como os sociólogos e cientistas políticos da FLACSO, os economistas da CIEPLAN e outros profissionais de diferentes *think tanks.* É a partir desta chave analítica, de construção de uma agenda comum entre as motivações da linha editorial da revista e os interesses de outros intelectuais de oposição, que devemos compreender a construção das afinidades eletivas entre os economistas da CEPAL e a revista.

Para explicitar as motivações dessa construção, contextualizamos a importância dos "temas econômicos" para a revista. Valdés *et al* (2010, pp. 548-549) estimaram que, entre 1973 e 1990, foram escritos 358 artigos por 182 autores, totalizando 1.630 páginas (5,6% do total de páginas publicadas pela revista). Do ponto de vista temático, definindo 16 áreas a partir dos códigos JEL com um dígito, os artigos sobre "macroeconomia e economia monetária" representaram 20,45% das publicações da área, com um pico de 26,36% entre 1979 e 1984. Os dois temas seguintes em importância foram "economia do trabalho e demografia" (12,32%) e "economia da saúde, educação e bem-estar" (10,36%). Em quarto lugar aparece "economia do desenvolvimento, mudanças tecnológicas e crescimento", ainda que o peso relativo dessa temática tenha sido o segundo maior entre 1973 e 1978, com 15,69%, diminuindo progressivamente a partir de então até chegar a 5,56% entre 1985 e 1990 (p. 550). Desagregando os dados a partir dos códigos JEL com três dígitos, os autores evidenciaram que os cinco temas mais relevantes entre 1973 e 1990 foram: "Política macroeconômica, objetivos de políticas, desenho e coerência de políticas, coordenação de políticas" (6,21%); "Emprego, desemprego, salários, distribuição intergeracional de renda, capital humano agregado" (4,80%); "Nível de preços, inflação, deflação" (4,80%); "Relações trabalhador-empregado, sindicatos e negociação coletiva" (4,80%); e finalmente, "Crise financeira" (4,52%) (p. 554).[106]

Essas evidências confirmam a linha editorial da *Mensaje* em assuntos econômicos, inferida anteriormente por meio das imagens. Sendo uma revista ligada aos jesuítas, as preocupações centrais da doutrina social da Igreja a partir do Concílio Vaticano II — em prol dos mais pobres, das remunerações justas e do significado do trabalho na vida humana — manifestavam-se em um interesse em compreender e divulgar as consequências das políticas

[106] Os JEL são códigos alfanuméricos utilizados pelo *Journal of Economic Literature* da *American Economic Association* para dividir a disciplina em subáreas. Inicialmente, as subáreas são identificadas por todas as letras do alfabeto. A isto se referem os autores com "1 dígito". Em cada subárea, categoriza-se assuntos específicos com dois números adicionais. Temos, assim, o que foi denominado de "3 dígitos". Essa análise traz imprecisões devido ao fato de que os códigos JEL atuais podem não representar o que era a "economia" nos anos 1970 e 1980. Além disso, por se tratar de uma publicação transdisciplinar, não é trivial categorizá-los somente como "assuntos econômicos" e em subáreas. Apesar dessas limitações, o esforço dos autores nos traz informações relevantes.

da ditadura sobre os níveis de desemprego, salários, distribuição de renda, condições sociais, poder dos sindicatos, etc. Isso incluía não somente o apontamento dos efeitos distributivos e sociais diretos, mas também de aspectos que os explicam, tais como o desenho das medidas, políticas monetárias e financeiras, as condições de crescimento e as causas e efeitos das crises. Ainda que os artigos fossem um produto da interação entre a revista e os autores, só eram publicados porque legitimados pela edição da revista.

Essas considerações permitem reforçar o que já discutimos na última seção sobre as alterações das afinidades eletivas entre a CEPAL e o mundo social católico de oposição. Embora tenha havido certa continuidade no pensamento da Comissão sobre a distribuição de renda e condições sociais em geral, as ideias importantes para esses grupos católicos não eram necessariamente aquelas formuladas nas décadas anteriores, mas sim ideias ou propostas, fossem antigas ou novas, que pudessem contribuir de alguma forma para a denúncia dos problemas que afetavam os mais pobres no contexto chileno, o que reforça a natureza política da relação. Para fortalecer esse argumento, vale destacar que a relação entre os economistas da Comissão e a *Mensaje* não se iniciou durante a ditadura. Na década de 1960, alguns dos grandes economistas estruturalistas já haviam publicado na revista. No entanto, ao contrário da discussão sobre a política econômica e seus custos distributivos típicos das publicações surgidas durante a ditadura, esses textos mais antigos ressaltavam tópicos fundamentais para o pensamento cepalino da época. Prebisch, por exemplo, escreveu sobre planejamento econômico e democracia (1962), os efeitos da crise latino-americana na Europa (1963) e as repercussões do fim do sistema de Bretton Woods (1972). Aldo Ferrer (1965) discutiu as relações entre desenvolvimento e estratégias de integração comercial. Finalmente, Sunkel (1969) abordou a importância da reforma universitária chilena para impulsionar o espírito crítico para o desenvolvimento do país.

Ainda que Valdés *et al* (2019) identifiquem alguns dos principais protagonistas que colaboraram com a revista durante a ditadura, esse trabalho não avançou na caracterização das trajetórias dos subgrupos de autores e das ideias formuladas por eles. Neste sentido, mostramos a seguir a representatividade dos economistas cepalinos nas publicações de economia da revista. A partir do critério de existência de vínculo profissional com a CEPAL durante o período em análise, encontramos 26 textos escritos por 7 autores.[107] Dentre essas publicações, nove foram

[107] Os textos mantiveram-se disponíveis no repositório institucional da revista até 2023, quando fizemos um levantamento e análises preliminares. No final de 2023, o acesso se tornou restrito aos assinantes. Durante o doutorado sanduíche em Santiago, consultamos na Biblioteca Nacional as edições completas, com exceção dos anos 1988 e 1989, que estavam indisponíveis para restauração.

de Aníbal Pinto, onze — incluindo uma entrevista — de Sergio Molina e três de Sebastián Piñera, em co-autoria. Além disso, encontramos artigos únicos de Enrique Iglesias, Luciano Tomassini, Jorge Méndez e Joseph Ramos. Portanto, se considerarmos os dados de Valdés *et al* (2010, p. 564), 6,70% do conjunto de textos de economia publicados na revista eram de autoria de economistas da Comissão. Trata-se de uma cifra não desprezível. Como ponto de comparação, o principal colaborador da revista, Jaime Ruiz-Tagle, publicou 56 textos (15,64% do total). Já os economistas da CIEPLAN, os segundos maiores contribuidores, publicaram 44 artigos (12,29% do total).[108]

Para analisar a inserção desses economistas da CEPAL no debate público por meio das páginas da *Mensaje*, estruturamos a discussão em duas partes. Na próxima seção, abordaremos o período entre o início do regime autoritário em 1973 até 1982. Na seção seguinte, focaremos nas numerosas respostas que os economistas cepalinos deram à crise econômica e política chilena de 1982. Ao lado da ênfase nessa revista, forneceremos também, na medida do possível, evidências da participação dos economistas da Comissão em outros espaços ainda não discutidos do mundo social católico de oposição.

4.5 As posições dos economistas da CEPAL no debate público por meio da revista *Mensaje* (1973-1982)

No final da seção 4.3, comentamos que havia dois tipos de situações no âmbito das relações dos economistas da Comissão com o mundo social católico de oposição. De um lado, economistas que não pertenciam previamente ao espectro político da Igreja, com escasso contato com sua doutrina social. De outro, aqueles que já estavam envolvidos nos grupos da Igreja ou eram democratas-cristãos, cujos textos podiam ou não utilizar do expediente das reflexões éticas católicas ao desenvolver seus argumentos. Ainda que ambos os casos respondessem às necessidades do contexto autoritário, a primeira situação é mais diretamente um subproduto do contexto enquanto, no segundo caso, as ligações anteriores agem como facilitadoras da inserção no debate público. Essas duas situações voltarão a se repetir no contexto das publicações da revista *Mensaje*, o que nos ajudará a desvendar os mecanismos subjacentes que interconectavam a CEPAL e esses espaços. Durante a primeira metade da ditadura, observamos um grande predomínio do segundo tipo de inserção sobre o primeiro.

[108] Soma de 14 textos de Patricio Meller, 7 de Ernesto Tironi e 5 de Ricardo Ffrench-Davis. Alejandro Foxley e Oscar Muñoz escreveram 6 textos cada, e Jorge Marshall, José Pablo Arellano e René Cortázar publicaram 2 textos cada.

Em relação ao primeiro caso, tivemos a publicação de um texto de Enrique Iglesias intitulado "*Perspectivas acerca del desarrollo en América Latina (Síntesis)*" (1976), uma versão resumida da palestra proferida no ILADES em 1976 que seria publicada como capítulo de livro no ano seguinte (IGLESIAS, 1977). Como já discutimos esse texto na seção 4.3, aqui apenas enfatizamos novamente sua relação com a temática do Pacto Andino: publicado em novembro de 1976, a contribuição de Iglesias apareceu entre um artigo de Ricardo Ffrench-Davis intitulado "*Pacto Andino e libre comercio*", publicado em outubro, e outro de Simón Bello, publicado em dezembro, com o título "*Chile y la Integración latinoamericana: reflexiones a propósito del retiro de Chile del Pacto Andino*".

Conforme visto nas seções anteriores, o pensamento econômico católico nutria um grande interesse pelos problemas dos países subdesenvolvidos e pela cooperação internacional, o que conectava os interesses da *Mensaje* às ideias da CEPAL. Isso pode ser evidenciado pela publicação de uma resenha do membro da CEPAL Luciano Tomassini (1980) sobre o informe final, entregue à ONU em 1980, da "Comissão Independente para Temas de Desenvolvimento Internacional", conhecida como "Comissão Brandt" em referência ao seu presidente Willy Brandt, Prêmio Nobel da Paz e Chanceler da República Federal da Alemanha (1969-1974).

Em um contexto de fracasso das negociações globais, Robert McNamara — Presidente do Banco Mundial — propôs em 1977 a criação de uma comissão independente e não oficial para discutir os problemas dos países subdesenvolvidos e a cooperação internacional. Diferentemente de iniciativas similares do passado, Brandt decidiu que 10 dos 17 membros da comissão seriam representantes do Terceiro Mundo. Da América Latina participaram Eduardo Frei, Rodrigo Botero (ex-Ministro da Fazenda da Colômbia) e Shridath Rampal (ex-Ministro de Relações Exteriores da Guiana). Entretanto, Iglesias, Prebisch e Roberto Campos, ex-Ministro do Planejamento do Brasil, foram convidados para auxiliar os trabalhos (FISCHER, 1981). O relatório final destacou inúmeros problemas das relações globais, mas enfatizou a "mutualidade de interesses", defendendo a cooperação em áreas como assistência financeira, comercial, tecnológica, energia, matérias-primas e crescimento econômico (SANTA CRUZ 2024).

Essas discussões, fundamentais para a CEPAL, tinham um importante significado para Tomassini devido a sua trajetória profissional. Nascido no Chile em 1935, estudou Direito na Universidade do Chile. No início de sua carreira, foi assessor jurídico do *Ministerio de Tierras y Colonización* e professor das universidades Católica e do Chile. Trilhou uma destacada trajetória em órgãos multilaterais, participando da Divisão Jurídica do BID a partir de 1965 e atuando como assessor direto da presidência entre 1976 e 1978. Deixaria a instituição para se

dedicar aos estudos na London School of Economics, e especialmente na Universidade de Georgetown, onde cursou créditos do mestrado em Ciência Política. No início da década de 1970, trabalhando em um *think tank* na Argentina, colaborou com a edição da revista *Estudios Internacionales* da Universidade do Chile. Em meados da década, ingressou na CEPAL, de onde dirigia o *Programa de Estudios Conjuntos sobre las Relaciones Internacionales de América Latina* (RIAL) e fomentaria uma ampla rede de pesquisadores e instituições que resultou em inúmeros eventos e publicações (BID, 2000; VAN KLAVEREN, 2010).

Ao resenhar o relatório da Comissão Brandt, Tomassini (1980) enfatizou que o descuido dos problemas dos países mais pobres por parte dos países desenvolvidos — tanto no imediato pós-guerra quanto no contexto da Guerra Fria — manifestou-se na ação da OPEP de elevar os preços do petróleo. Segundo o autor, este tipo de ação, além de ter um efeito limitado, tornava ainda mais difícil a superação dos problemas do desenvolvimento. Endossando as conclusões do relatório, apontou a existência de uma grande interindependência e de interesses mútuos entre os países do Norte e do Terceiro Mundo,[109] defendendo a alteração das estruturas globais para que fosse possível uma distribuição mais justa das atividades econômicas, das tecnologias e da renda entre os diferentes países. Para além de Tomassini, Prebisch, colaborador da Comissão, também recebeu o documento entusiasticamente.[110]

A publicação por parte dos editores da revista *Mensaje* de uma resenha sobre esses assuntos nos leva a entender que, concretamente, a revista e seu público-leitor se interessavam pela temática. Embora o texto de Tomassini não tenha tratado diretamente do contexto chileno, ainda assim nos serve — ao lado da publicação de Iglesias — como um exemplo claro de como determinadas questões da conjuntura eram incorporadas nas afinidades eletivas entre as reflexões católicas e as ideias da CEPAL. Ao não problematizar o contexto chileno ou fazê-lo de maneira apenas implícita (caso de Iglesias), esses trabalhos constituem uma exceção em relação à participação mais geral dos economistas cepalinos na revista.

Devido à repressão, poucos economistas se aventuraram a criticar o regime abertamente durante a primeira década. O caso mais emblemático de um economista da CEPAL que já tinha afinidade prévia com as ideias católicas foi Sergio Molina Silva, que se tornou um assíduo

[109] O autor cita como exemplos o crescente aumento da exportação de produtos manufaturados dos países pobres nos mercados dos países centrais, acesso ao vultuoso financiamento externo que foi capaz de evitar quedas maiores da atividade econômica, aumento da capacidade de negociação com as transnacionais e dependência cada vez maior dos países do Norte dos recursos naturais do Sul (TOMASSINI, 1980).

[110] Em carta à Brandt logo após a publicação do relatório, Prebisch (1980d, s.d, p. 1) celebrou que o "*report is a great achievement. It is deep, solid and enlightening*". Além disso, em entrevista para a fundação alemã *Friedrich Ebert*, o economista argentino afirmou que o desenvolvimento do Sul tem repercussões positivas sobre toda a economia mundial. O autor também enfatizou que era necessário superar as resistências da opinião pública e dos líderes dos países do Norte e mudar suas estruturas internas (PREBISCH, 1980c; 1982a).

comentador dos rumos da política econômica nas páginas da revista *Mensaje*. Nascido em 1928, Molina finalizou o curso de Engenharia Comercial pela Universidade do Chile em 1950. Iniciou sua trajetória profissional no Ministério da Fazenda do Chile em 1949, ainda no governo de González Videla (1946-1952), sendo contratado para ajudar na criação do Departamento de Estudos do Ministério. Alguns anos depois, já sob sua direção, iniciou-se a elaboração das contas nacionais do país primeira vez (SUNKEL, 2005). Após a experiência no Departamento de Estudos, entre 1954 e 1964, Molina foi o primeiro economista a ocupar o cargo de Diretor de Orçamentos durante o governo de direita de Carlos Ibáñez del Campo (1952-1958) (SUNKEL, 2005).

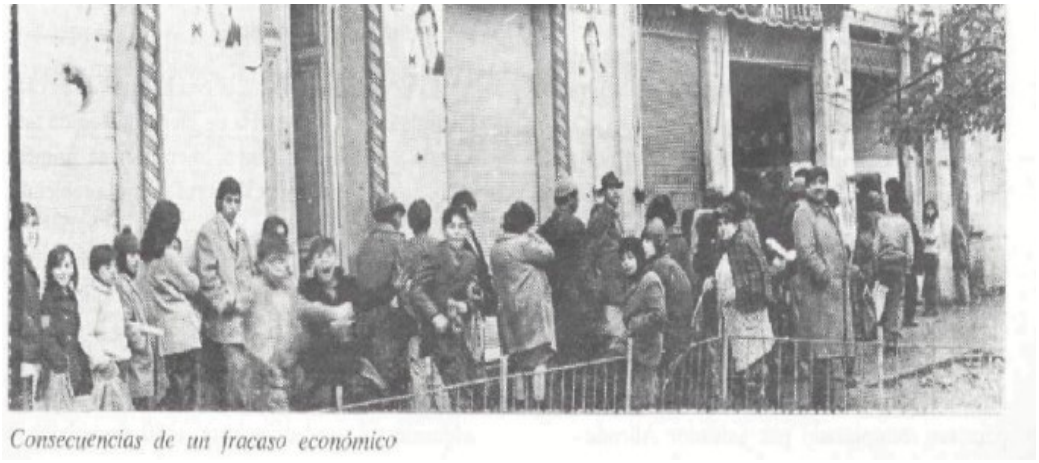
Como já vimos no início do capítulo, Molina tinha uma estreita vinculação com o PDC, aprofundando sua relação com as ideias cepalinas durante o governo Frei. Foi professor do Instituto de Economia da Universidade do Chile durante vários anos na década de 1960. Além disso, ao lado de Osvaldo Sunkel, foi contratado pela Universidade Católica — dominada pelos *Chicago Boys* — no início da década de 1970 devido à pressão da Fundação Ford por mais pluralismo, que impôs como condição para a continuidade do financiamento à instituição a contratação desses economistas (MONTECINOS, 2009, p. 166). No início do período autoritário, como pesquisador do Instituto de Economia da universidade, foi contratado pela ditadura para escrever o primeiro *Mapa de la Extrema Pobreza en Chile* (SILVA *et al*, 1974), financiado pela ODEPLAN. Molina ainda recusou um convite realizado pelo primeiro Ministro da Fazenda do regime, Almirante Lorenzo Gotuzzo, para assumir a Subsecretaria da Fazenda (VALDÉS, 1995, p. 17). Ao término do projeto sobre a extrema pobreza, foi contratado pela CEPAL em 1974 para continuar trabalhando no tema (SILVA, 2014), onde exerceria a função de coordenador do *Proyecto Interinstitucional sobre Pobreza Crítica en América Latina* (1978-1983), um projeto em conjunto entre a CEPAL, o PNUD e a UNICEF (EL DIÁRIO, 1990).

Em suma, Molina era um democrata-cristão progressista, que tinha trânsito tanto nos círculos intelectuais da esquerda quanto nos quadros tecnocráticos do governo militar. Em função de seu prestígio e contatos, tinha a autonomia necessária para se inserir no debate público sem que fosse percebido como uma ameaça. Seu prestígio fez dele um dos principais colaboradores da revista *Mensaje* entre 1973 e 1978. Atrás de Jaime Ruiz-Tagle, que publicou 8 artigos (7,8% do total), Sérgio Molina divide a segunda colocação com Gustavo Lagos e José Aldunate, que publicaram 6 textos cada um (VALDÉS; VARAS; DÍAZ, 2010, p. 563).

Durante o primeiro ano da ditadura, Molina publicou três textos: "*La nueva política económica*", "*Economía: nueva receta para un mal endémico*" e "*Algunos rasgos de la extrema pobreza*". Suas intervenções iniciais assumiram um tom ponderado. No primeiro texto, o autor

criticou os desequilíbrios macroeconômicos causados pela Unidade Popular (UP) e acenou que a mudança do governo fora necessária: "*Chile no podía seguir en la situación intermedia, híbrida y contradictoria exterminada en los últimos tres años*" (SILVA, 1974c, p. 13). Além disso, concebeu as primeiras medidas — restauração dos preços relativos, disciplina social e devolução de empresas estatizadas — como corretas. Como mostra a figura 13, a crítica ao governo Allende foi ilustrada pelos editores da revista *Mensaje* por meio das dificuldades decorrentes do desabastecimento provocado pelos controles de preços.

Figura 13 - As percepções de Sergio Molina sobre o fracasso econômico de Allende ilustradas pela revista *Mensaje*



Fonte: Silva (1974c, p. 14).

Neste primeiro momento, Molina desempenhou um papel pedagógico ao esclarecer interpretações equivocadas das intenções do governo. O autor reconheceu a tendência de instauração de uma "economia de mercado", mas defendeu que não se tratava de um retorno ao sistema liberal clássico porque "*en Chile sigue existiendo un amplio sector socializado de la economía desde el punto de vista de la propiedad del capital*", e medidas como a liberalização dos preços e a desvalorização cambial também favoreciam as empresas que se encontravam nas mãos do setor público (pp. 14-15). Também afirmou que não era justo dizer que o governo estaria revertendo totalmente o processo de estatização, dado que apenas 140 das 300 empresas estatizadas pela UP foram devolvidas (p. 17). Finalmente, o autor demonstrou preocupação com a elevação da taxa de desemprego e os efeitos da perda de poder de compra dos trabalhadores após a rápida liberalização de preços, recomendando o aumento dos gastos assistenciais do governo para contornar essa situação.

Em sua perspectiva, seria de suma importância que o governo protegesse os "*ingresos mínimos familiares*" (p. 18), isto é, que os custos da "normalização econômica" não recaíssem

sobre os trabalhadores. Legitimando as reclamações dos trabalhadores sobre a perda de participação, o autor argumentou que uma distribuição mais equitativa da renda e do poder era fundamental do ponto de vista econômico, mas também ético: "*no pueden desconocerse los derechos de los trabajadores, que van más allá del salario justo y que se relacionan con las características esenciales del ser humano*" (p. 19). Molina analisava os primeiros meses do regime sempre na condicional devido ao fato de que a ditadura se iniciara há pouco tempo. Para ele, a atitude com respeito à participação dos trabalhadores daria "*una característica definitiva en el juicio posterior de la política económica y social del actual Gobierno*" (p. 19). Expressão dessa empatia com o governo é que tinha consciência de que "*las autoridades están preocupadas de este vital problema*" (p.16), citando a proposta do "Estatuto Social da Empresa" e outros estudos elaborados pelo regime.

As avaliações moderadas de Molina no início de 1974 eram condizentes com as posições políticas de apoio inicial do PDC ao golpe militar. A moderação do discurso do autor também deve ser entendida nos termos do contexto da ditadura que vivenciava. Conforme discutido no capítulo 1, este foi um período de indefinição ideológica do regime autoritário chileno, no qual as políticas econômicas implementadas ainda não tinham uma definição clara. Os conflitos em torno da definição da política econômica se davam inclusive na Junta Militar: Gustavo Leigh apoiava as medidas gradualistas enquanto Augusto Pinochet defendia as propostas mais radicais dos *Chicago Boys*. Neste contexto, o Estatuto Social da Empresa, citado por Molina, foi elaborado em 1973 e 1974 pelo General Nicanor Díaz, Ministro do Trabalho e Previdência Social e aliado de Gustavo Leigh, que visava dar mais poder aos trabalhadores nas decisões empresariais e fortalecer a negociação coletiva e a representação sindical (GÁRATE, 2012, p. 193). A preocupação com os custos sociais e a esperança com o Estatuto Social da Empresa são evidências de que Molina estava, nesse momento, sob a influência das posições gradualistas.

Em outro texto escrito em julho de 1974, com uma distância maior do golpe, afastou-se dessa posição empática em relação ao governo, enfatizando os limites impostos pela realidade chilena à constituição da "economia social de mercado". Para Molina (1974b, p. 285), "*los gobernantes o sus ideólogos descuidan la coyuntura o minimizan los obstáculos*". O autor advertiu que os discursos do regime militar e da mídia não deveriam repetir os mesmos erros da Unidade Popular, pois "*no es conveniente aferrarse a teorías rígidas y que el más sofisticado de los modelos es una pobre imitación de la complexa y cambiante realidad*". De forma mais concreta, Molina "cobrou" uma ação firme do governo em relação ao conflito distributivo entre capital e trabalho: "*El Gobierno ha usado su poder para fijar el precio a uno de los factores productivos: el trabajo. Sin embargo, no ha seguido el mismo criterio con la rentabilidad del*

capital" (p. 277). Uma iniciativa para o controle da rentabilidade do capital seria a abertura da concorrência externa, com a devida prudência para não afetar o crescimento econômico, o emprego e a capitalização das empresas. Por fim, defendeu que a redução dos investimentos públicos seria prejudicial porque, além de que os efeitos no controle da inflação não seriam imediatos, provocaria a descapitalização das empresas e a elevação do desemprego.

Em resumo, nesses primeiros artigos, Molina defendeu uma agenda de amortecimento dos efeitos distributivos sobre os trabalhadores, preservação dos níveis de investimento público e relativização do objetivo inflacionário em prol do nível de emprego. A despeito de seu foco nos problemas de curto prazo, o autor criticou abstratamente o modelo econômico neoliberal, que propunha que "*la solución de los problemas de Chile está en la 'privatización' de la economía, que la libre competencia se encargará de la asignación eficiente de los recursos, que la acción del Estado debe restringirse a un mínimo con un carácter eminentemente subsidiario*". Em sua perspectiva, "*Detrás de estas afirmaciones hay un modelo ideológico cuya aplicación ortodoxa puede estar reñida con la historia y la realidad de la sociedad chilena*" (SILVA, 1974b, p. 289). Molina argumentou que o modelo era caracterizado por dois falsos dilemas. Contra o primeiro, que opunha privatização e estatização, assinalou que existiam empresas ineficientes tanto privadas quanto públicas, criticando generalizações. Em relação ao segundo, entre livre concorrência e monopólio, considerou "dogmática" a ideia de que a abertura ao exterior iria promover a livre concorrência (p. 290).[111]

Molina realizou essas críticas mais abstratas ao modelo econômico no contexto do grande embate que aflorava em 1974 entre os defensores do gradualismo e do tratamento de choque. Consciente da influência crescente dos *Chicago Boys* no governo, o autor se contrapôs à disseminação de concepções mais radicais sobre a política econômica defendidas por esses economistas. Uma mudança fundamental das críticas de Sergio Molina ocorreu em 1975, com a resolução do referido debate. Trata-se, como abordado no capítulo 1, de um momento fundamental de ruptura na política econômica do regime autoritário, que marcou a passagem da fase gradualista do regime para a aplicação irrestrita de reformas neoliberais dos *Chicago Boys*. Como contrapartida desse processo e da personificação do regime em torno de Pinochet, houve a derrota de projetos que gravitavam em torno do General Gustavo Leigh. Saíram do governo seus aliados Raúl Sáez, Ministro da Coordenação Econômica, e Nicanor Díaz, que elaborava o Estatuto Social da Empresa (GÁRATE, 2012; RESENDE, 2022).

[111] Resultados preliminares do Mapa da Extrema Pobreza — que indicavam 21% da população em condição de extrema pobreza — foram divulgados no último texto em 1974 (SILVA, 1974a, p. 565).

Nesse novo contexto, o autor publicou dois textos na revista *Mensaje*: "*La economía chilena en la coyuntura internacional*" e "*La encrucijada actual de la política económica*". No primeiro deles, Molina criticou a estratégia do governo de tentar reduzir o desequilíbrio externo em um contexto de liberalização comercial, o que limitaria os instrumentos para redução do déficit em conta corrente apenas à desvalorização da taxa de câmbio, podendo elevar a inflação. Na sua perspectiva, uma estratégia mais promissora passaria pela discriminação das importações por meio de proibições, cotas e redução seletiva de tarifas, visando privilegiar as importações de maior impacto econômico e social ao menor custo de divisas (SILVA, 1975a, p. 4). Em outras palavras, Molina defendia que o Estado chileno utilizasse suas políticas de comércio exterior, obedecendo como critério à expansão do emprego.

O autor também externalizou críticas que colocaram em xeque o funcionamento do modelo econômico. Primeiramente, citou que a abertura comercial não estava logrando os resultados esperados. Em segundo lugar, notou que os custos distributivos estariam recaindo relativamente mais sobre os trabalhadores, o que era condenável do ponto de vista ético: "*hay grupos que se están beneficiando más allá de lo aceptable desde un punto de vista económico y social*" (p. 5). Em terceiro lugar, destacou que os preços se elevaram acima dos custos e da demanda. Essas questões indicavam "*que algo no funciona bien y que el Estado no puede permanecer ajeno a ello por razones puramente doctrinarias*" (p. 5).

Suas críticas apareceram de maneira ainda mais enfática em "*La encrucijada actual de la política económica*", publicado em outubro de 1975. Nele, o autor avaliou a inflexão representada pelo *Programa de Recuperación Económica* de abril. Apesar do reconhecimento da melhoria externa e fiscal, considerou esses resultados como "*precarios e inciertos*" em matéria de estabilização, com severos efeitos sobre a atividade econômica e o emprego (SILVA, 1975b, p. 441). Nesse cenário, argumentou que controle da inflação e crescimento "*no sólo no son antagónicas sino que son complementarias*" (p. 444). Além disso, a redução de 35% nos gastos públicos e 60% nos investimentos estariam conduzindo a uma situação em que "*el aporte del Estado al desarrollo económico y social, como la calidad de los servicios que prestan las instituciones públicas, han bajado a niveles que no pueden sostenerse por mucho tiempo*" (p. 441).

A encruzilhada a que se refere o título do texto consistia no temor da equipe econômica de que a reativação econômica redundasse no aumento da inflação. Para ele, a economia estava em uma situação de elevada capacidade ociosa. Por isso, "*De acuerdo con la ortodoxia Keynesiana resultaría obvio que estimulando la demanda se produciría una reactivación de la economía, sin que ello afectara mayormente a los precios*" (p. 443). Além disso, repetiu o

argumento da importância do Estado para escolher investimentos públicos que não impactassem tanto no gasto de divisas. Os editores da *Mensaje* escolheram representar as insatisfações do autor com as promessas e as consequências da política econômica por meio de uma árvore, seca e sem frutos, reproduzida na Figura 14.

Figura 14 - Quando chegará a primavera econômica?

Fonte: (Silva, 1975b, p. 441).

Ademais, Molina elevou seu tom contra os efeitos distributivos da recessão, ressaltando a extrema desigualdade imperante no país. Segundo o autor:

> *Cuando se dice que todos los chilenos están sufriendo las consecuencias de la recesión económica, se está diciendo una verdad que disfraza la VERDAD.*
> *En efecto, hay grupos en que la crisis que atraviesa el país se refleja en que no se puede cambiar su automóvil por uno más moderno* […] *Finalmente* […] *están aquellos que ya son muchos —¡cerca de dos millones de chilenos! — en que comer en algún día de la semana un poco más que pan y té constituye una excepción* (SILVA, 1975b, p. 443).

Podemos observar uma clara diferença dos posicionamentos do autor — tanto no que se refere à forma quanto ao conteúdo — quando comparamos os textos publicados em 1974 e 1975. Em termos de forma e tom, enquanto nos primeiros havia um grande cuidado com a expressão cordial das críticas — que soavam mais como sugestões para futuras ações do governo — os textos de 1975 expressam impaciência e insatisfação com as políticas governamentais. Em relação ao conteúdo, há uma agenda comum entre os dois conjuntos de textos, que defende que os custos distributivos não recaíssem sobre os trabalhadores e, de maneira correlata, que o objetivo do crescimento econômico não fosse relegado a segundo plano. No entanto, nos textos de 1975, o autor se posiciona veementemente contra diversos aspectos da política econômica da ditadura, desde os princípios e teorias que informavam o

modelo, passando pela abertura comercial e chegando na defesa de uma ação mais decidida do Estado.

Apesar das diferenças de postura de Molina, não seria correto concebê-las como uma ruptura total. O autor se manteve coerente ao defender posições mais pragmáticas por parte do governo. O que se alterou, ao lado do contexto mais amplo do país, foram os condicionantes das instituições que orientavam sua leitura da realidade. Em 1974, observando um contexto de indefinição ideológica da ditadura, trabalhando no projeto do Mapa da Extrema Pobreza em colaboração com a ODEPLAN e alinhando-se à posição da DC, Molina moderou suas críticas, defendendo a proteção do nível de renda e emprego dos mais pobres. Já em 1975, tendo em vista as graves violações dos direitos humanos cometidas pelo regime e vislumbrando-se o projeto de poder permanente de Pinochet, o PDC progressivamente passava à oposição. Além disso, a grave crise econômica de 1975, que conjugou fatores externos e uma radical política de corte de gastos públicos pelos *Chicago Boys*, aumentando os sacrifícios distributivos dos trabalhadores e mais pobres, dava sinais claros de que se havia conformado a fisionomia definitiva do regime.

Outro contexto importante foi que Molina começou a trabalhar na CEPAL no mesmo período, em fins de 1974, momento a partir do qual começou a publicar seus artigos mais abertamente críticos ao regime. Não pretendemos argumentar que seu trabalho na Comissão foi determinante para a mudança de seu tom crítico, dado que sua vinculação à DC era forte. Também não podemos perder de vista que suas propostas se orientavam a partir da visão do catolicismo social, o que se manifestou em uma série de considerações éticas. O que queremos enfatizar é que sua análise dos problemas da economia chilena e a agenda de propostas do autor coincidiram, como vimos no capítulo 2, com os argumentos gradualistas da Comissão expressos nos *Estudios Económicos* de 1973 e 1974: de um lado, em torno das críticas à condução do combate à inflação, à abertura comercial e aos princípios do modelo neoliberal; de outro, em sua ênfase na ação do Estado para a expansão do emprego e da produção por meio da elevação dos investimentos públicos. Neste sentido, o caso de Molina evidencia como, em meio ao contexto autoritário chileno, as afinidades eletivas entre as ideias da CEPAL e a doutrina social da Igreja e da DC continuaram a existir, mas se alteraram para atender às necessidades do momento. Embora as preocupações do autor com os temas distributivos, o papel do Estado e as críticas às políticas ortodoxas possam ser relacionadas ao pensamento cepalino original, suas discussões foram mais específicas e restritas ao terreno da política econômica, abordando a estratégia anti-inflacionária, as consequências da abertura comercial, o modelo neoliberal e o lugar dado ao Estado, etc.

Outro economista que contribuiu para esse processo foi Sebastián Piñera, nascido no Chile em 1949 e oriundo de uma família ligada ao PDC. Seu pai, José Piñera Carvallo, era vinculado ao partido, servindo como embaixador na Bélgica e junto à ONU durante o governo Frei. Simpatizante do PDC, Sebastián se formou em Engenharia Comercial pela Universidade Católica em 1971 e, entre 1973 e 1976, obteve mestrado e doutorado em Economia pela Universidade de Harvard. Além disso, entre 1974 e 1976, trabalhou como consultor para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial. Em 1976, trabalhou na CEPAL no projeto sobre pobreza crítica na América Latina, coordenado por Molina (BIBLIOTECA DEL CONGRESO NACIONAL DE CHILE, 2024, s.d).[112] Escrevendo com outros democratas-cristãos, Piñera combinaria sua *expertise* em Economia, as preocupações com a pobreza decorrentes de sua atuação nesse projeto e seus princípios católicos para criticar as escolhas e os efeitos distributivos das políticas econômicas da ditadura.

No artigo "*¿Es necesaria una desocupación tan alta?*" (1977), Patricio Meller, economista da CIEPLAN, e Piñera criticaram sob diferentes óticas os níveis elevados de desemprego, acima de 15%, após a implementação do tratamento de choque de 1975. Segundo os autores, além de um problema econômico, esse nível de desocupação era injustificável do ponto de vista ético. Para eles, o pleno emprego e as remunerações justas deveriam ser os objetivos prioritários em detrimento dos demais, sejam eles a inflação, a abertura comercial ou os equilíbrios fiscal e monetário. A razão para isso seria, em primeiro lugar, que o mercado de trabalho era um mercado especial, em que os bens transacionados são seres humanos que alcançam sua dignidade e utilidade à sociedade com o trabalho, a partir do qual exercem suas funções como maridos, pais e chefes de família. Em segundo lugar, os critérios de eficiência e as políticas econômicas não eram um fim em si mesmo, devendo referir-se à maximização do bem-estar. Articulando essas concepções éticas, Meller e Piñera (1977) apontaram as falhas do diagnóstico de inflação de demanda e a desconsideração das expectativas dos agentes econômicos e da estrutura oligopolista do país. Como alternativa, propuseram o aumento dos gastos públicos para a reativação econômica e a instituição de controles dos preços.

A parceria entre os dois autores em torno dessa agenda originou uma segunda publicação intitulada "*Pobreza, distribución del ingreso y rol del Estado*". Após detalharem empiricamente a magnitude da pobreza e da desigualdade social causadas pelos cortes de gastos, Piñera e Meller (1977) discutiram sistematicamente o papel redistributivo do Estado.

[112] Piñera se manteve próximo à DC até 1989, quando decidiu ingressar no partido *Renovación Nacional*. Seria eleito Presidente da República em duas oportunidades: 2010-2014 e 2018-2022 (BIBLIOTECA DEL CONGRESO NACIONAL DE CHILE, 2024). Em fevereiro de 2024, faleceu em um trágico acidente de helicóptero.

Para os autores, a economia de mercado obedece ao critério de que as remunerações dos agentes econômicos são iguais às suas produtividades, isto é, às suas contribuições ao processo produtivo. A partir do pressuposto ético de que a distribuição de renda deveria refletir não apenas a produtividade, mas também as necessidades básicas de todas as pessoas, os autores enxergam o Estado como primordial na redução das desigualdades de renda e na diminuição da pobreza por meio de investimentos em saúde, educação, moradia e previdência, e a garantia de uma renda mínima por meio de transferências dos ricos para os mais pobres.

A canalização mais explícita do projeto sobre pobreza para as páginas da *Mensaje* ocorreria no ano seguinte, com a publicação, em co-autoria com Molina, de "*La pobreza en América Latina: evolución histórica y perspectivas futuras*". Com base nos dados da pesquisa, Molina e Piñera (1978, pp. 621-662) estimaram que, entre 1970 e 1977, mesmo com 6,1% de crescimento médio do PIB, o número absoluto de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza saltou de 113 para 122 milhões de pessoas (ainda que a taxa relativa houvesse diminuído de 40% para 33%). Face a esse problema, criticaram a noção tradicional de que o crescimento econômico resolveria o problema da pobreza de forma automática. Seria necessário compreender a superação da pobreza dentro do marco de uma estratégia de desenvolvimento mais ampla. Neste sentido, enfatizaram que a ação do Estado era fundamental para sua erradicação e para realizar mudanças distributivas e redistributivas profundas na estrutura econômica e social: "*es importante reconocer que no existe ninguna fuerza dentro del mecanismo de mercado que automáticamente reoriente los recursos o los frutos del crecimiento hacia la satisfacción de las necesidades de los grupos más pobres*" (p. 623). A pobreza era um tema que suscitava grande interesse tanto na CEPAL quanto na Igreja Católica. Dessa forma, para além de discutir o assunto do ponto de vista econômico, a solução para a pobreza também era considerada pelos autores como "*un mandato moral de obligatoriedad para la comunidad latinoamericana*" (p. 623).

As evidências discutidas até aqui demonstraram a aproximação entre as ideias dos economistas cepalinos e a linha editorial da revista *Mensaje*. De um ponto de vista intelectual, as afinidades eletivas tornavam-se concretas no debate público, principalmente na discussão dos problemas econômicos e sociais decorrentes das políticas econômicas neoliberais, seja de forma direta — pobreza, desigualdade e concentração de renda — ou indireta, isto é, ao analisar as razões por trás da deterioração das condições sociais, como abertura comercial e financeira, novo papel do Estado, estratégias de controle da inflação, princípios que guiam as políticas neoliberais, etc. Dentre os economistas que já pertenciam previamente ao espectro político da Igreja — Zahler, Ramos, Molina, Piñera — observamos que a maioria possuía nacionalidade

chilena (excetuando Ramos), vinculava-se politicamente ou era simpática à DC e pertencia à nova geração de economistas da CEPAL com pós-graduação nos Estados Unidos (com exceção de Molina).

Isso nos leva a um aspecto central da tese: a forte vinculação entre a CEPAL e o contexto chileno. O pertencimento simultâneo desses economistas a esses dois mundos era uma das razões pelas quais os acontecimentos do contexto chileno exerciam influência nas atividades da Comissão, e inversamente, da mobilização das ideias formuladas no interior da CEPAL para intervir no debate público. Relativamente protegidos por seus cargos na CEPAL, os economistas chilenos, ao lado de Joseph Ramos — que já vivia há mais de duas décadas no país — atuaram no debate público para somar esforços de crítica à ditadura e pavimentar um caminho para a democracia. Ao mesmo tempo em que as preocupações decorrentes do contexto chileno condicionavam suas investigações na Comissão, as ideias formuladas por eles no âmbito da CEPAL, à luz dos debates macroeconômicos dos Estados Unidos que carregavam em sua formação, eram mobilizados como chave analítica para interpretar os problemas gerados pelas políticas econômicas do regime.

4.6 As respostas à maturação e à crise do modelo econômico chileno nas páginas da *Mensaje*

Como vimos, durante a década de 1970, o envolvimento dos economistas cepalinos com a *Mensaje* se concretizou, em grande parte, por meio das ações de personagens que já pertenciam ao espectro político da Igreja. Diversamente, nos anos 1980, identificamos a participação de uma geração mais antiga, sem um histórico de reflexões em torno das ideias católicas. Esse fato é relevante para reforçar como as afinidades eletivas entre as ideias cepalinas e católicas estavam submetidas às necessidades do contexto autoritário, e também para explorar outra questão formulada no início do capítulo: como a convivência de gerações diferentes no interior da CEPAL influiu na participação de seus economistas no mundo social católico de oposição?

Um dos personagens centrais foi Aníbal Pinto, que exerceu um papel fundamental contra a propaganda do sucesso do modelo econômico chileno. Como exposto no capítulo 3, Pinto se destacava na CEPAL da década de 1970 pelas suas críticas às políticas econômicas do Chile, seja nos *Estudios Económicos*, publicados em nome da Comissão, ou em artigos de sua autoria na *Revista da CEPAL*. Esses posicionamentos, também externalizados em eventos acadêmicos e publicações no período, consolidaram seu lugar na opinião pública como um grande crítico da ditadura e da influência dos *Chicago Boys*. Para além da aproximação entre

as ideias católicas e da CEPAL nos anos 1950 e 1960, esse papel de um economista com tamanho prestígio pode ter gerado um canal de comunicação direto com os grupos progressistas da Igreja Católica, encontrando na *Mensaje* um meio de ampliar sua audiência junto à opinião pública.

Sua participação na revista no início dos anos 1980 foi notável. Valdés *et al* (2010, p. 563) estimam que os autores que mais publicaram artigos na revista entre 1979 e 1984 foram: 1) Jaime Ruíz-Tagle, com 29 artigos (22,8% do total); 2) Patricio Meller, com 8 textos (6,2%); 3) Oscar Muñoz, José Aldunate e Aníbal Pinto, cada um com 4 textos. Apesar da importância de Aníbal Pinto como um dos maiores colaboradores neste subperíodo, constatamos que os números indicados por Valdés *et al* (2010) foram subestimados: ao invés de quatro publicações, encontramos oito artigos de sua autoria no referido período.[113] Esse número o coloca ao lado de Patricio Meller como o segundo maior colaborador da revista entre 1979 e 1984.

Em 1981, como parte de uma explícita estratégia organizada pelos editores da *Mensaje*, Pinto publicou uma trilogia de textos destinada a criticar o discurso em torno de êxito do modelo econômico, em suas diferentes dimensões. O primeiro artigo, "*El modelo ortodoxo y el desarrollo nacional*", combateu a tese oficial do acelerado crescimento económico. O segundo, "*Apertura al exterior*", analisou a expansão das exportações. Já o terceiro, "*La inflación y el modelo ortodoxo*", desmistificou os êxitos da luta contra a inflação. No ano seguinte, Pinto publicaria ainda mais dois textos: "*Chile-Real y Chile-Ficción*" e "*Razones y sinrazones de la recesión*".[114]

Em comunhão com o espírito dos editores, Pinto encarnou um sentido de missão contra a imagem do modelo econômico. No primeiro texto, argumentou que o regime criou uma imagem positiva sobre o modelo "*gracias al uso o privilegio de ciertos registros estadísticos, la simpatía de círculos afines en el exterior y el cuasi monopolio de los medios de comunicación*" (PINTO, 1981b, p. 104). Também qualificou as estatísticas, argumentando que

---

[113] São eles: "*La inflación y el modelo ortodoxo*" (PINTO, 1981c); "*Apertura al exterior*" (PINTO, 1981a); "*El modelo ortodoxo y el desarrollo nacional*" (PINTO, 1981b); "*Chile-Real y Chile-Ficción*" (PINTO, 1982a); "*Razones y sinrazones de la recesión*" (1982b); uma participação em uma matéria da revista sobre "*políticas socio-económicas a futuro*" (MENSAJE, 1983); "*Consensos, disensos y conflictos en el espacio democratico-popular*" (PINTO, 1983c); e "*Ideas para la reconstrucción del país en democracia*" (PINTO, 1984).

[114] Esse conjunto de textos, como explicitado pelos editores, eram resumos de um trabalho recente do autor. Ainda que a edição da revista não especifique qual, a bibliografia organizada pela Biblioteca da CEPAL sobre o autor demonstra que o primeiro, *El modelo ortodoxo y el desarrollo nacional*, originou-se de uma exposição no Seminário *Democracy in Chile*, organizado pelo *Center of Inter-American Relations* da Fundação Rockefeller, em Bellagio, na Itália, em outubro de 1980 (CEPAL, 1994, p. 56). Além disso, foi posteriormente republicada no *El Trimestre Económico* sob o título *Chile: el modelo ortodoxo y el desarrollo nacional* (PINTO, 1981d, p. 853). Sugerimos que os outros dois textos da trilogia também se originaram dessa exposição, em função de inúmeros trechos idênticos entre os textos e o artigo acadêmico.

o crescimento médio de 7% registrado entre 1977 e 1979 escondia a cifra de 3% entre 1974 e 1979, e também que esses índices estavam distorcidos, uma vez que se baseavam "*o en el año 1973 o en alguno de los que marcan la recuperación tras la depresión deliberada de 1975*" (p. 105).

Revisitando a recente história da ditadura chilena, assim como já havia expresso nos *Estudios Económicos* da CEPAL de 1975 e 1976, foi extremamente crítico em relação ao "*tratamiento de shock monetarista*" de 1975, enfatizando a contribuição da "*receta de Chicago*" para a grave recessão (p. 105). Além disso, combateu a ideia de que o modelo econômico estaria alocando os recursos produtivos mais eficientemente. Tratava-se, em sua visão, de uma crença ideológica nas forças de mercado advinda do "*extremismo ideológico 'a la Chicago'*" (p. 106). A aplicação desse modelo teria gerado uma debilitação da "*vocación desarrollista*" da história econômica chilena (pp. 104-106). Isso teria ocorrido em função da drástica redução das obras públicas e concentração de capitais estrangeiros em aplicações financeiras de curto prazo e não em investimentos produtivos. Em suma, "*la 'estado-fobia' de la visión ortodoxa llevó a una reversión desmedida de esa situación, sin poder crear una alternativa*" (p. 106).

Ao abordar as consequências do "experimento chileno", voltou sua atenção aos temas da construção civil e do consumo, considerados reflexos materiais da constituição de um novo tipo de sociedade com maior concentração de renda e riqueza. Em relação à construção civil, enfatizou que, diferentemente do passado — quando a construção civil atendia às necessidades de moradia da população pobre — durante o regime militar "*domina abrumadoramente (por su alta rentabilidad privada) la construcción residencial y comercial destinada a la minoría de altos ingresos*". Este seria um sintoma da instauração de um modelo assentado no "*consumismo conspicuo"*, propiciado pela valorização cambial e pela abertura comercial (p. 108). Vale lembrar do capítulo anterior que Pinto criticava, acompanhado de Prebisch, a concentração de renda e a formação de uma minoria privilegiada que ascendia a padrões de consumo sofisticados, enquanto a maioria da população subsistia com baixos níveis de consumo.

Canalizada às páginas da *Mensaje* para discutir os impactos distributivos das políticas neoliberais, essa crítica foi o eixo central de seu "*Chile-Real, Chile-Ficción*", no qual Pinto (1982a) denunciou os contrastes acentuados pela ditadura entre o Chile-Real — baseado na deterioração dos níveis de renda e das condições sociais da população — e sua outra face, o Chile-Ficção, criada pelo "*voluntarismo ortodoxo*" de que o país teria alcançado o desenvolvimento econômico, evidente pelos níveis sofisticados de consumo da população de alta renda. Aproveitando o tom de denúncia em relação aos padrões de consumo, conforme

observado na Figura 15, os editores da *Mensaje* ilustraram o Chile-Ficção por meio de barcos de luxo particulares.

Figura 15 – A representação da *Mensaje* da denúncia de Aníbal Pinto ao irrealismo do consumo conspícuo na sociedade chilena

Fonte: Pinto (1982a, p.481).

As críticas elaboradas por Pinto à implementação das políticas dos *Chicago Boys* foram sistemáticas, abarcando a nova inserção externa da economia chilena e os esforços para conter a inflação, temas que, conforme visto no capítulo 2, eram explorados em profundidade em diferentes *Estudios Económicos* sob sua coordenação. Em relação ao primeiro tópico, em "*Apertura al exterior*", Pinto (1981a) relativizou a expansão das exportações, restrita a setores de baixo valor agregado e muito diferente das experiências do Leste Asiático. Como em seus trabalhos na CEPAL, defendeu o processo de substituição de importações, que foi totalmente revertido após a "virada ortodoxa" em 1973, a partir de quando a economia chilena "*conforma lo que hemos denominado en otro lugar como 'aperturismo ideológico'*" (p. 179) – termo cunhado pelo autor para se referir ao caso do Chile tanto no *Estudio Económico* de 1978 (CEPAL, 1978a) quanto em outros de seus trabalhos (PINTO 1979; 1980). Já em "*La inflación y el modelo ortodoxo*", Pinto criticou a lentidão, os resultados modestos e os elevados custos sociais do combate à inflação. Nesse tema, novamente, as posições do autor se alinharam às interpretações dos *Estudios Económicos* de 1974 e 1975. Pinto (1981c, pp. 258-259) assinalou os equívocos da política econômica ao desconsiderar o impacto da "inflação corretiva" em 1973 e 1974 e aplicar o tratamento de choque em 1975, que causaram uma grande recessão e profundos custos distributivos sobre os mais pobres.

De maneira premonitória, essas interpretações alcançaram seu clímax em "*Razones y sinrazones de la recesión*", publicado em 1982, ano em que uma nova grande recessão

confirmava as fragilidades do modelo apontadas pelo autor. Em sua visão, para além do contexto externo, a crise foi resultado da "*exacerbación de la ideología de Chicago*", pois frente aos sinais advindos da crise externa, os *Chicago Boys* seguiram amarrados ao "enfoque monetário do balanço de pagamentos", estimulando o consumo e o endividamento externo e interno. Essa postura dogmática se repetiu no enfrentamento da crise: ao invés de estimular as exportações e controlar o uso das divisas para importações, muitos de seus membros defendiam a diminuição dos salários reais, de modo a reequilibrar as contas externas. Visando influenciar seus leitores, os editores da revista *Mensaje* ilustraram os argumentos do autor apelando para a sensibilidade social católica. A Figura 16 demonstra como a edição do artigo focado no tema da inflação retratou os efeitos do tratamento de choque sobre as crianças e os desempregados.

Figura 16 - O tratamento de choque, as crianças e o chileno desempregado

Fonte: Elaboração do autor com base nas imagens de Pinto (1981c, pp. 258-259).

A profundidade das críticas veiculadas na *Mensaje* deram-lhe acesso a outros espaços do mundo social católico de oposição. Em 1983, Pinto participou de um painel voltado ao estudo da obra de Keynes organizado pelo Círculo de Economia da *Academia de Humanismo Cristiano* (PINTO, 1983d). Iniciado no fim dos anos 1970, o círculo foi um dos primeiros lugares de encontro entre economistas e intelectuais de oposição. Puryear (2016, p. 149) contextualiza que, reunindo periodicamente mais de cinquenta economistas, o espaço "*tuvo un rol comunicacional protagónico cuando eso era muy difícil y permitió a economistas de oposición establecer un conjunto de relaciones que perdurarían*". Pinto participou da

publicação ao lado de um seleto grupo de economistas de oposição que possuíam vínculos semelhantes, como Oscar Muñoz e Patricio Meller da CIEPLAN e Jorge Leiva da AHC.

O caso de Aníbal Pinto reforça como as ideias da CEPAL e as ideias católicas, embora oriundas de fontes teóricas diferentes, aproximavam-se em função das necessidades do contexto da ditadura chilena. O autor canalizou diretamente as ideias desenvolvidas no âmbito da CEPAL para a revista *Mensaje*, o que demonstra novas formas de afinidades eletivas construídas no contexto da ditadura. Por pertencer a uma geração mais antiga de economistas, muitas das ideias discutidas pelo autor eram preocupações tradicionais do pensamento cepalino dos anos 1950 e 1960, tais como vulnerabilidade externa, dinamismo industrial, consumo conspícuo, concentração de renda, desemprego e pobreza. Contudo, diferentemente das décadas anteriores, quando eram referenciadas a um contexto de esforços pela superação do subdesenvolvimento via industrialização, Pinto as ressignificou para a tarefa específica de análise da política econômica da ditadura. Ao lado dessas ressignificações, o autor canalizou temas que eram alvo de suas reflexões recentes, como os problemas da abertura comercial, endividamento externo, a estratégia de combate à inflação, etc. Tanto a ressignificação das ideias mais antigas quanto a análise de novos temas conjunturais eram importantes para demonstrar os problemas e as vulnerabilidades do modelo bem como seus efeitos distributivos, o que era central para a linha editorial da revista *Mensaje*.

De modo a ampliar o mapa de conexões, investigamos outros economistas que não pertenciam previamente ao espectro político da Igreja, tais como Raúl Prebisch e o economista colombiano Jorge Méndez. Embora não tenha publicado na *Mensaje* durante a ditadura, Prebisch não deixou de mostrar sua face no debate público em outros veículos de oposição, como as revistas *Hoy*, do mundo social católico de oposição, e a *Qué Pasa*. Em entrevistas concedidas no final dos anos 1970 — a primeira sobre a relevância da CEPAL ao *Qué Pasa* e a segunda sobre a UNCTAD à *Hoy* — Prebisch (1977; 1979b) transpôs, ainda que de maneira cautelosa, as ideias que estava desenvolvendo para a futura publicação de *Capitalismo Periférico* (1981) para criticar a imitação no Cone Sul dos padrões de consumo dos países centrais e seus impactos na concentração de renda. Como assinalou o autor, referenciando o Papa João Paulo II, esse "caminho consumista" era "*una imitación frenética del consumo de los países desarrollados*" (PREBISCH, 1979b, s.d). Ademais, mobilizou a discussão sobre o processo de "internacionalização", realizada na CEPAL neste momento, para apontar a inadequação das teorias liberais para a compreensão dos problemas da região

Podemos apreciar, desde já, expressões das afinidades eletivas, especialmente em relação às consequências distributivas da implantação da sociedade do consumo. As críticas do

autor às políticas implementadas pelos *Chicago Boys* na imprensa se tornaram mais explícitas no início dos anos 1980,[115] quando já havia publicado seu *Capitalismo Periférico*. De forma similar à revista *Mensaje*, que organizou uma trilogia de artigos críticos de Aníbal Pinto, em julho do mesmo ano a *Hoy* publicou uma sequência de dois artigos de Prebisch expondo suas críticas às ideias de Friedman e Hayek (PREBISCH, 1981d; 1981e). Tratava-se de uma antecipação dos escritos do autor, conforme vimos no capítulo 3, que seriam publicados na *Revista da CEPAL* em dezembro de 1981 sob o título "*Diálogo acerca de Friedman y Hayek: desde el punto de vista de la periferia*" (PREBISCH, 1982c).

Essa transmissão de ideias inéditas de Prebisch a uma revista de oposição reforça que as ideias elaboradas por economistas da CEPAL eram úteis para propósitos de crítica ao regime militar por parte das revistas. A edição dos artigos de Prebisch na revista *Hoy* é eloquente neste sentido. O título do artigo sobre Friedman explora a autoridade de Prebisch para criticar a Escola de Chicago: "*experto de fama internacional, analiza [...] el pensamiento del padre de la Escuela de Chicago*" (PREBISCH, 1981d, p. 33). No que se refere ao texto sobre Hayek, permanece o propósito de contrastar a influência de suas ideias: "*Raúl Prebisch comenta ideas de Friedrich von Hayek, que también tiene seguidores en Chile*" (PREBISCH, 1981e, p. 29).

Embora não tão conhecido quanto Pinto e Prebisch, Jorge Méndez pertencia a uma geração mais antiga da CEPAL, realizando grande parte da sua carreira na instituição. Nascido em Bogotá em 1922, obteve o Doutorado em Economia pela Universidade de Princeton e ocupou cargos em órgãos multilaterais nos anos 1960, por exemplo, como membro do *Comité de los Nueve* da Aliança para o Progresso e Diretor do PREALC entre 1969 e 1970 (ILO, 1993, p. 133). Foi Diretor de Política Comercial da CEPAL entre 1963 e 1965 e Diretor do ILPES entre 1978 e 1982 (JORGE, 1997). Segundo Love (2005, p. 109), Méndez foi escolhido para o cargo no ILPES após consulta a Prebisch. Em agosto, publicou na *Mensaje* um texto intitulado "*La economía, ¿una ciencia social?*", no qual argumentou que os países da América Latina fracassaram em alcançar crescimento econômico e distribuição de renda, o que se relacionaria à atuação dos formuladores das políticas econômicas. Em suas palavras:

> *los economistas-tecnócratas concentran con frecuencia su atención exclusivamente en el comportamiento de variables, macroeconómicas y microeconómicas* […] *Básicamente, ese comportamiento es "neutro" en los aspectos social y ético, pues las*

[115] Isso também ocorreu em outros espaços. Como documenta a revista *Hoy*, Prebisch se envolveu em uma polêmica na conferência da UNCTAD de Montevidéu em 1981. Ao declarar que as ideias neoliberais eram um "*retroceso intelectual*", foi reprendido por Francisco Garcés, diretor do Banco Central do Chile, que realizou diversas críticas à CEPAL na ocasião (PREBISCH, 1981g). Prebisch também criticou as políticas econômicas da ditadura argentina: "*el monetarismo aplicado por Martínez dez Hoz, es una aberración intelectual, que está dejando rastros muy serios en las naciones de América Latina*" (PREBISCH, 1981f)

> *motivaciones económicas de los individuos* […] *son las de maximizar producción o utilidades* […] *Por su parte, los reformadores sociales* [...] *comúnmente adolecen del defecto contrario, esto es, el de ignorar, o no dar suficiente atención al significado económico de sus programas* (MENDEZ, 1982, p. 416).

Direcionando suas críticas ao caso chileno, considerou que "*el caso más extremo de 'tecnocracia-económica' que trató de implantarse en esta última década fue, por supuesto, el 'neoclassicismo', el monetarismo chicaguiano o de Friedman*" (p. 417). Ao invés de derivarem das ideias cepalinas de maneira geral, como nos casos anteriores, as críticas do autor eram um desdobramento direto de um evento realizado na CEPAL apenas alguns meses antes, no qual o autor polemizou com representantes do regime autoritário. Referimo-nos ao *Simposio Internacional sobre Políticas de Desarrollo Social en América Latina y el Caribe durante la década de los ochenta*, organizado pela CEPAL, pelo ILPES e pela UNICEF em abril de 1982.

Antes de prosseguirmos, convém destacar a magnitude do evento e seu significado. A sede da CEPAL recebeu mais de 250 participantes, entre economistas, sociólogos, cientistas políticos, empresários, membros da imprensa, universidades, governos e instituições multilaterais. Participaram membros ligados à Igreja Católica, como Renato Hevia (Diretor da *Mensaje*) e Enrique D'Etigny (vice-presidente da AHC). Estiveram também presentes membros do governo chileno, como Luis Danús Covián (Ministro *Director* da ODEPLAN), ex-ministros como Jorge Cauas (ex-Ministro da Fazenda) e *Chicago Boys* como Pablo Baraona (ex-Ministro da Economia e Presidente do Banco Central) e Rolf Lüders (FRANCO; ZAVALA, 1982, pp. 393-410). A realização deste evento qualifica a interpretação de Bielschowsky (2000, p. 46) de que, após o golpe, "a sede da CEPAL no Chile perdia aquilo que havia sido até então um de seus principais ativos, o poder de convocatória da intelectualidade latino-americana". Apesar da deterioração da sua influência, a Comissão ainda era um espaço capaz de reunir pessoas e propor agendas.

O texto de Méndez, publicado em agosto, possui ligações importantes com um trabalho apresentado no evento, escrito com Álvaro García Hurtado, intitulado "*Consideraciones económicas para la política social y consideraciones sociales para la política económica*". Os autores criticaram a abordagem neoclássica, que "*no toma en consideración las raíces estructurales del problema social em América Latina*" (MÉNDEZ; HURTADO, 1983, p. 194), referindo-se a aspectos enfatizados pelo pensamento estruturalista, como heterogeneidade estrutural, concentração do progresso técnico, pobreza, desemprego estrutural e concentração de renda. Para mudar essa situação, o planejamento do Estado deveria ser focado na elevação da capacidade de consumo dos grupos sociais de menor renda. Esses apontamentos geraram um

embate entre Méndez e Pablo Baraona, que comentou seu trabalho na quarta sessão do Simpósio (CEPAL; ILPES; UNICEF, 1982; FRANCO; ZAVALA, 1983, n.p). Em uma postura defensiva em relação à experiência chilena, repetindo incansavelmente "*en mi país*", Baraona (1983, p. 250) argumentou que o mal funcionamento tanto do mercado quanto dos governos na América Latina se devia às pressões políticas. Ao contrário de Méndez e Hurtado (1983), que enxergavam um papel fundamental do Estado, a perspectiva de Baraona se assentava em uma agenda na qual o Mercado "real" se aproximasse do "Mercado dos livros acadêmicos" e o Estado se tornasse mais "eficiente", de acordo com a visão liberal.[116] Essa agenda liberalizante se manifestou em vários exemplos.

Em relação à educação, afastando-se da necessidade de mudança estrutural proposta pela CEPAL, Baraona argumentou em favor do investimento na educação primária e secundária — proposição baseada na teoria do capital humano — e defendeu a adoção da clássica ideia de Friedman de conceder dinheiro às famílias mais pobres para que escolhessem as escolas privadas dos filhos. Ademais, em contraposição à crítica aos padrões de consumo — realizadas por Pinto, Prebisch, e agora Méndez — para Baraona, o Estado deve respeitar a liberdade de escolha dos mais pobres em consumir os bens que desejarem, como televisões, automóveis, etc. Sintetizando a avaliação do trabalho, identificou uma confusão fundamental "*que es pedirle a la economía más de lo que ella puede dar como ciencia*" (BARAONA, 1983, p. 253).

Este não foi o primeiro "embate" envolvendo um membro do governo durante este evento. Na sessão de inauguração, Méndez (1983, p. 372) teceu um discurso semelhante ao trabalho apresentado, enfatizando que, apesar das novas técnicas analíticas e quantitativas, a teoria econômica estaria na fase descendente do ciclo de contribuição para os problemas reais da economia. Sua exposição foi seguida por um discurso auto afirmativo de Luis Dánus Covián, Diretor da ODEPLAN, sobre a experiência chilena. Em sua visão, "*la experiencia chilena, en los años recientes* [...] *nos ha permitido descubrir algunos de esos grandes mitos que han nublado el análisis en torno a las políticas sociales*" (COVIÁN, 1983, p. 383). Explicando o primeiro "mito", Covián defendeu energicamente os economistas e sua maneira de racionalizar:

> *Se ha tenido pensar que el desarrollo económico y el desarrollo social son antagónicos y que los especialistas en ciencias económicas poco o nada tenían que aportar al desarrollo social* […] *Otros han sostenido que* […] *había que darle prioridad sobre el desarrollo económico. ¡Como si el desarrollo social pudiera lograrse sin costo; pudiera lograrse sin crecimiento!*

[116] Quando discute o Estado, parece inspirar-se na teoria da escolha pública. De acordo com ele, "*se está iniciando el estudio de lo que podríamos llamar de conducta de la burocracia. Esta ciencia debiera aportar muchas luces para explicar por qué el gobierno no ha tomado decisiones correctas*" (BARAONA, 1983, p. 250).

> *De ahí que haya tachado, con mucha facilidad, de 'economicistas' o insensibles a lo social, a aquellos sistemas de gobierno que han tratado de poner el desarrollo económico en su lugar, junto al desarrollo social* (COVÍAN, 1983, p. 383).

O segundo mito se relacionaria à imagem dos governos como eficientes em promover políticas sociais e redistributivas. Ao contrário, para o autor, além de castigarem os mais pobres com o imposto inflacionário, frequentemente não percebiam os custos econômicos dos programas sociais, como fixação do salário mínimo e dos preços de itens básicos, além de tarifas para promover a substituição de importações. Por fim, o último mito representava o Estado centralizador como um bom gerenciador de recursos, o que seria desmentindo pela experiência chilena, na qual a descentralização teria melhorado a eficiência dos sistemas de educação, saúde, previdência social e moradia (COVIÁN, 1983).

A análise anterior revela, em primeiro lugar, a existência de interações conflitivas entre economistas da Comissão e membros do governo chileno e alguns *Chicago Boys* no debate público. A publicação, na revista *Mensaje*, de um artigo derivado tão diretamente dos embates ocorridos em um evento realizado na CEPAL realça ainda mais que as fronteiras entre o mundo social católico de oposição e a Comissão não eram rígidas, e que a crítica à teoria neoclássica e sua miopia social eram elementos apreciados aos olhos da revista como forma de crítica à ditadura.

A repercussão do evento na *Mensaje* pode ser confirmada pela publicação de um artigo de Sérgio Molina — intitulado "*Empleo, remuneraciones y necesidades básicas*" (1982) — baseado no discurso proferido pelo autor na mesma sessão de Méndez e Baraona, sob o título "*Bases para un programa contra la pobreza en un sistema político democrático*" (1983). Neste texto, discutindo seus diagnósticos e propostas para a superação da pobreza, Molina explicitou os pressupostos da sua visão:

> *Aunque no es frecuente que en este tipo de reuniones se explicite el sustento ideológico del participante, he preferido aclarar* […] *Mi fuente de inspiración es el pensamiento socialcristiano sustentado en los evangelios, en la enseñanza social de la Iglesia Católica y en el aporte humanista* […] *Dentro de esta concepción se inserta la opción preferencial por los pobres* […] *los objetivos prioritarios sean el empleo, una digna remuneración del trabajo, y la satisfacción de las necesidades básicas de toda la población* […] (SILVA, 1983, p. 233).

Retendo a mesma chave analítica, seu texto na *Mensaje* criticou os problemas da realidade chilena com inspiração na encíclica *Laborem Exercens* (1981) do papa João Paulo II. Um dos primeiros elementos abordados por Molina foi a importância do trabalho: "*El hombre sin trabajo se degrada ante sí mismo, ante su familia y ante su medio social. Esto es la negación del propósito divino de crear al hombre a su imagen y semejanza*" (SILVA, 1982, p. 470). O

trabalho não poderia ser tratado como uma mercadoria submetida às leis de oferta e demanda. A garantia de trabalho deveria guiar as decisões do governo e das empresas, pois a dignidade do homem "*está por encima de cualquier otra consideración*" (p. 471). Generalizando essa perspectiva para a política econômica, Molina criticou o reducionismo dos economistas em considerar como natural o aumento do desemprego nas políticas anti-inflacionárias: "*La respuesta mecánica del economista es claramente insuficiente, y aun puede ser inmoral y alentar en contra de la dignidad de muchas personas*" (pp. 470- 471).

No caso deste texto de Molina, para além do processo já conhecido de canalização das ideias produzidas na CEPAL para o mundo social católico de oposição, podemos observar um processo inverso, que ainda não havíamos notado de maneira concreta: a transmissão das ideias católicas progressistas para os espaços de discussão no interior da Comissão. Como no caso de outros autores que discutiam os efeitos econômicos das políticas neoliberais, a edição da *Mensaje*, como ilustrado na Figura 17, explorou elementos de sensibilidade social inerentes aos argumentos para a representação do trabalho e da família, elementos centrais na fé católica.

Figura 17 - A representação do trabalho e da família

Fonte: Silva (1982, p. 473).

Para enfatizar essa dimensão ética da economia, Molina mobilizou a autoridade do Papa João Paulo II: "*si aceptamos la autoridad moral del Papa, no podemos menos que cuestionar la aplicación mecánica de las teorías económicas que en su 'cientificismo' pueden prescindir de consideraciones éticas*" (p. 474). Nesta perspectiva, o autor afirmou que governos que afirmam compartilhar dos valores cristãos, mas que não combatem a desigualdade e a pobreza,

estariam contradizendo o cristianismo. Assim como Roberto Zahler, conforme discutido na seção 4.3, o caso de Molina exemplifica um dos tipos de vinculação dos economistas da CEPAL com o mundo social católico de oposição: aquela na qual os autores, já possuindo familiaridade com as reflexões de cunho católico, mesclaram argumentos econômicos e éticos contra a recessão e o desemprego.

Ainda que hajam predominado, na *Mensaje* dos anos 1980, publicações de economistas com estilos teóricos e profissionais mais ligados ao estruturalismo da CEPAL, Ramos também teve a oportunidade de contribuir com a revista, publicando uma resenha do livro "*A medio morir cantando: 13 testimonios de cesantes*" do sociólogo e dramaturgo David Benavente, publicado em Santiago à época pelo *Programa Regional del Empleo para a América Latina y el Caribe* (PREALC). O PREALC foi criado em 1968 no âmbito do Programa Mundial do Emprego da OIT (ILO, 1993).[117] Para Vergara (2022), foi um dos principais espaços dedicados ao tema na América Latina, promovendo estudos técnicos, cursos de capacitação, seminários, assistência técnica aos governos, etc. Os estudos da instituição, sob a direção do economista argentino Victor Tokman, inspiravam-se nas ideias da CEPAL.

Um conceito central criado pelo PREALC foi o de informalidade (LOVE, 2005).[118] Como evidencia Vergara (2022), o termo se originou pela primeira vez em uma missão do PREALC no Quênia, em 1972, influenciada pelas categorias lançadas por Prebisch. Já Love (2005) aponta a inspiração no conceito de heterogeneidade estrutural. Para o autor, as pesquisas sobre informalidade tiveram início com um trabalho conjunto entre o PREALC e o ILPES a partir de 1968, quando Tokman estava vinculado a este último. Vários funcionários que trabalharam no PREALC nas décadas de 1960 e 1970 foram incorporados posteriormente pela CEPAL, como Méndez, primeiro Diretor da instituição (1969-1970), e Andrés Bianchi, seu segundo Diretor (1971-1973). O próprio resenhista do livro, Ramos, trabalhou como economista no PREALC entre 1972 e 1981, antes de ingressar na CEPAL em 1982 (RAMOS, 2011, p. 3).

Durante os anos 1970 e 1980, o PREALC criticou as políticas neoliberais devido aos seus impactos sobre o emprego e a pobreza. Para Vergara (2022, p. 4), os estudos da instituição

[117] Assim como a criação da CEPAL na década de 1940 foi acompanhada da criação de comissões para outras regiões do mundo, o surgimento do PREALC na América Latina ocorreu ao lado de iniciativas voltada para a Ásia e a África, onde foram criados respectivamente o *Asian Regional Team for Employment Promotion* (ARTEP) e *Jobs and Skills Programme for Africa* (JASP) (VERGARA, 2022, p. 14).

[118] Um antecedente importante deste conceito foram os trabalhos de Zygmunt Slawinski junto à CEPAL na década de 1950, que tentou estimar a magnitude da força de trabalho que não declarava ocupação, concretada no setor de serviços e pouca integrada à economia de mercado. Em 1965, chamou as atividades econômicas que empregavam essas pessoas de "economia paralela". Já para Tokman, o setor informal conjugava atividades heterogêneas diretamente integradas ao mercado, com algum potencial de desenvolvimento (LOVE, 2005, pp. 108-109).

representaram uma alternativa "*frente a las posturas más radicales como a las corrientes monetaristas que comenzaban a ganar terreno en la región*". No caso chileno, o PREALC desenvolveu ligações com outros centros de pesquisa, contribuindo também para a crítica ao regime na década de 1970. Tokman (1993, p. 38) contextualiza que o PREALC utilizou os recursos advindos do *United Nations Development Programme* (UNDP) para fortalecer centros de pesquisa, principalmente a CIEPLAN. Dessa parceria resultaram obras críticas às políticas econômicas do governo (CORTÁZAR; FOXLEY; TOKMAN, 1984).

Fruto de suas pesquisas como consultor da instituição, Benavente (1986) conduziu uma série de entrevistas com desempregados de Santiago no ano de 1984, descrevendo os problemas, os dilemas e as consequências sociais, econômicas e espirituais dessa condição. A publicação de um livro detalhando os problemas e dilemas vividos pelos trabalhadores chilenos tem claras implicações para o debate público no país. Para Benavente (1986, p. 11), que anteriormente explorara o tema em peças de teatro e filmes, sua relevância derivava do "*significado que este tema tiene para nosotros los chilenos* [...] *durante la última década*". Além disso, como chancelado por Tokman (1976, p. 9) no prólogo do livro, "*hemos querido abandonar la frialdad de las cifras, de las proyecciones económicas y de los modelos de crecimiento, para interiorizarnos en el mundo de las personas*", para ressaltar os "aspectos humanos" do desemprego e considerar o trabalho uma "necessidade essencial".

Apesar do caráter "não técnico" do livro, sua publicação significava a tradução das pesquisas sobre informalidade do PREALC em uma linguagem mais lúdica. Ao resenhar a obra, Ramos enalteceu sua contribuição para o entendimento das dimensões mais complexas do desemprego para o ser humano. Em sua perspectiva, o desemprego não pode ser reduzido à falta de recursos, dados os arranjos em trabalhos temporários e familiares que compensam a perda de renda. O principal problema seria "*la pobreza espiritual a que conduce: su cuestionado rol social, conflictos matrimoniales, empobrecimiento de relaciones con los hijos, alcoholismo y quiebres psíquicos*" (RAMOS, 1986, p. 318). O desemprego causaria ao ser humano e à sua família perda de autoestima, sentido na vida e aspirações. Assim, podemos observar como Ramos mobilizou suas ideias católicas para criticar um problema econômico e social tão importante quanto o desemprego. Sua publicação também evidencia a criação de laços da CEPAL com outras instituições de Santiago. Havia uma rede de relações interpessoais e interinstitucionais envolvendo o PREALC, a CIEPLAN, os economistas da CEPAL e as instituições do mundo social católico. Ademais, como veremos no próximo capítulo, havia uma grande proximidade entre os economistas da Comissão e da CIEPLAN.

Os elementos discutidos na presente seção corroboraram o argumento de que, por meio desses vasos comunicantes com o mundo social católico de oposição, os economistas da Comissão atuaram de forma opositora às políticas econômicas dos *Chicago Boys*, inserindo-se ativamente no debate público. Predominantes da década de 1980, as publicações de economistas como Iglesias, Pinto, Prebisch e Méndez na revista *Mensaje* apontam a existência de uma relação mais abrangente entre os economistas da Comissão e o mundo social católico de oposição, que não dependia de vínculos prévios com os setores progressistas da Igreja.

4.7 Considerações parciais

Visto em seu conjunto, nesse capítulo argumentamos que, durante a ditadura, os economistas da Comissão atuaram de forma opositora às políticas econômicas dos *Chicago Boys*, inserindo-se ativamente no debate público nas interfaces entre os setores progressistas da Igreja e a oposição ao regime. Essa oposição frequentemente foi associada ao uso de uma linguagem extremamente crítica à condução da política econômica e seus efeitos distributivos. Na revista *Mensaje*, as críticas dos economistas cepalinos tendiam a aparecer de maneira mais direta e livre, ou menos ambígua, quando comparada ao uso da diplomacia da linguagem nos relatórios institucionais, e também menos calcada em padrões acadêmicos, como na *Revista da CEPAL*. As revistas *Mensaje* e *Hoy* utilizaram diferentes estratégias editoriais para amplificar o eco das críticas dos economistas vinculados à Comissão, introduzindo elementos gráficos para tornar seus argumentos mais persuasivos do ponto de vista da sensibilidade social católica, bem como organizando séries de textos que exploravam o prestígio dos autores para criticar as consequências e a fundamentação intelectual do modelo econômico chileno.

Refletindo a heterogeneidade existente na instituição, uma gama variada de economistas da Comissão, de diferentes estilos teóricos e profissionais, mantiveram relações com o mundo social católico de oposição. Alguns deles, como Ramos, Zahler e Piñera, eram resultado do processo recente de americanização da Economia, e também democratas-cristãos com um histórico de reflexão em torno das ideias católicas. A presença simultânea desses economistas em ambos espaços facilitava a aproximação entre esses dois mundos. Para formular suas críticas, esses economistas tendiam a mesclar ideias elaboradas na CEPAL com argumentos éticos derivados do catolicismo social. Ramos utilizou o instrumental analítico da econometria para realizar uma crítica ao autoritarismo com dimensões políticas e éticas, valorizando implicitamente a democracia. Além disso, apontou a chamada “pobreza espiritual” inerente à condição de desemprego, que degradava a vida do ser humano. Zahler uniu suas avaliações das

políticas neoliberais realizadas na Comissão à preferência democrata-cristã por economias mistas. Ademais, criticou os pressupostos filosóficos do neoliberalismo a partir de uma perspectiva cristã, assinalando a contradição entre a ênfase no indivíduo maximizador e o humanismo, que concebe a solidariedade como atributo fundamental do ser humano. Finalmente, Piñera combinou as ideias sobre pobreza e distribuição de renda sobre as quais trabalhava na Comissão — criticando os mecanismos de mercado e enfatizando a função redistributiva do Estado — a concepções éticas que enfatizavam que a resolução da pobreza era uma obrigação moral da sociedade e que os níveis de desemprego provocados pela ditadura eram inaceitáveis de um ponto de vista ético.

Mas também participaram desses espaços economistas pertencentes a gerações mais antigas da CEPAL, como Iglesias, Tomassini, Pinto, Prebisch e Méndez. Com exceção de Tomassini, que não abordou o contexto chileno, a participação dos outros economistas se manifestou mais diretamente na análise dos temas distributivos e fatores relacionados. Apresentando seu argumento de forma mais neutra, Iglesias defendeu a integração comercial, a importância das substituições de importações e o controle sobre as transnacionais, em oposição ao defendido pelos *Chicago Boys* no contexto das discussões sobre o Pacto Andino. Pinto canalizou para as páginas da revista as críticas que já desenvolvia na CEPAL sobre as políticas econômicas chilenas em seus múltiplos aspectos, cobrindo desde temas como inflação, desemprego, abertura comercial, endividamento externo e as escolhas errôneas dos *Chicago Boys* até as concepções ideológicas do modelo neoliberal e as consequências da difusão de padrões de consumo imitativos. Em um sentido semelhante, Prebisch transmitiu suas avaliações críticas elaboradas no âmbito de *Capitalismo Periférico* a respeito dos problemas da abertura comercial, do consumo concentrado nas mãos de uma minoria e do combate ao pensamento neoliberal de Friedman e Hayek. Já Méndez mobilizou as convicções advindas de seu trabalho sobre políticas sociais no interior da Comissão para chamar atenção para as limitações da racionalidade tecnocrática dos economistas, que enfatizavam excessivamente as virtudes do mercado, o que causou debates com economistas vinculados à ditadura.

Como um caso intermediário, tivemos a participação de Molina, que era democrata-cristão mas não pertencia à nova geração, sendo mais próximo do estruturalismo. Durante a ditadura, elevou seu tom de crítica ao regime, avaliando diversos aspectos da política econômica inspirado, em parte, em suas pesquisas sobre a pobreza no âmbito da CEPAL. Em várias oportunidades, o autor fez uso do expediente das ideias católicas, tecendo considerações éticas sobre a política econômica do governo chileno, enfatizando a necessidade de incorporação do juízo ético na escolha de seus instrumentos e de mais respeito aos trabalhadores

por meio de maior participação e remunerações justas. Além disso, Molina denunciou o favorecimento às empresas e o exagerado enriquecimento dos mais ricos.

Um questionamento legítimo sobre a discussão realizada neste capítulo diz respeito à representatividade deste subconjunto de economistas, que protagonizaram as relações com o mundo social católico de oposição, dentro do universo mais amplo da CEPAL. Acreditamos que tentativas de generalização contradiriam os esforços realizados nos outros capítulos da tese, que buscaram enfatizar as diferentes complexidades, nuances e dimensões da atuação da Comissão e de seus economistas durante o regime autoritário chileno. Isto não significa dizer, naturalmente, que se tratava de um subgrupo irrelevante, mas apenas que devemos compreender essas relações dentro do quadro mais geral desenvolvido na tese.

Vários desses economistas, conforme discutido no capítulo 3, eram representativos de posições relevantes no interior da Comissão, tanto no plano institucional quanto intelectual, sendo importantes para as transformações que a CEPAL atravessou no período. Enquanto a CEPAL, do ponto de vista institucional, não pode ser enquadrada na oposição (como vimos no capítulo 2), seus economistas criticavam as políticas neoliberais e o caso específico chileno de várias formas (como visto no capítulo 3). O envolvimento direto nas redes do mundo social católico de oposição, que contavam com o apoio institucional da Igreja, deve ser entendida como mais uma das formas possíveis de realizar a crítica ao regime, que não gerava obviamente adesão universal. Em todo caso, por meio das relações de seus economistas com grupos católicos e com a oposição, foi possível demonstrar a existência de um outro canal importante de influência do contexto chileno sobre a CEPAL. Como mostraremos no próximo capítulo, a relação com a CIEPLAN constituiria outra forma de oposição à ditadura, colocando também em evidência como o contexto chileno impactou nas mudanças do pensamento econômico da instituição.

5. A SOCIABILIDADE INTELECTUAL E POLÍTICA ENTRE OS ECONOMISTAS DA CEPAL E DA CIEPLAN: DA OPOSIÇÃO AO NEOESTRUTURALISMO

No capítulo anterior, constatamos como os economistas da CEPAL se vincularam a espaços do mundo social católico de oposição, participando de uma ampla rede de oposição ao regime autoritário chileno. Neste capítulo, visamos amplificar essa atitude opositora dos economistas da Comissão por meio das relações construídas entre eles e os economistas de uma outra instituição fundamental, a *Corporación de Estudios para Latinoamérica* (CIEPLAN), que agrupava profissionais com pós-graduação em Economia nas principais universidades dos Estados Unidos. Criada em 1976, a CIEPLAN é reconhecida pela literatura como o principal grupo de oposição às políticas dos *Chicago Boys*. Para Morales e Monasterio (2020, p. 142), os economistas da CIEPLAN se tornaram um dos principais núcleos de oposição à ditadura chilena devido à "*afiliación y cercanía de varios de sus miembros con la Democracia Cristiana*". A ligação com a Igreja Católica foi fundamental na difusão dos seus trabalhos na imprensa, como na revista *Mensaje*, "*valiéndose, por supuesto, de la red de difusión, de comunicación política y de solidaridad ofrecida por el Partido Demócrata Cristiano y al amparo de la Iglesia Católica*" (p. 140).

Do ponto de vista metodológico, essa abordagem vincula-se a uma das importantes contribuições de Margarita Fajardo (2022). Mesmo que não discuta a CEPAL durante o regime Pinochet, a autora concebe a Comissão como uma instituição global localizada em Santiago, de onde influenciou a América Latina, mas especialmente o Chile e o Brasil, sendo também condicionada pelos contextos nacionais dos dois países. A CEPAL, ao longo de sua história, teria construído "*a system of both local alliances and vocal opponents*" (p. 16). Neste capítulo, concebemos a CIEPLAN como uma aliada da CEPAL e os *Chicago Boys* como seus oponentes.

Diferentemente do capítulo anterior, demonstraremos não somente como os economistas da CEPAL intervieram no debate público chileno, mas também o sentido inverso da relação: como o contexto da ditadura chilena foi importante para as transformações intelectuais internas da CEPAL, operacionalizadas pela ascensão da nova geração de economistas da Comissão, a qual caracterizamos no capítulo 3. Neste sentido, o argumento do capítulo é que, durante o regime autoritário chileno, os economistas de ambas instituições estabeleceram uma sociabilidade intelectual e política estreita, [119] expressa em redes

[119] Segundo Quevedo (2015), presente nas linguagens europeias desde o início do século XIX principalmente como categoria filosófica, a 'sociabilidade' tornou-se uma categoria sociológica na primeira metade do século XX devido às contribuições dos sociólogos alemães Georg Simmel e Max Weber e do russo-francês Georges Gurvitch.

institucionais e interpessoais que serviram para criticar as políticas liberalizantes e construir uma nova abordagem, que eventualmente veio a ser chamada de neoestruturalismo no fim da década de 1980. O surgimento desse enfoque pode ser dividido em dois processos históricos. Em primeiro lugar, cristalizou um movimento, ainda que não determinado *a priori*, de crítica e absorção de aprendizados das políticas neoliberais por parte dos economistas de ambas as instituições entre meados dos anos 1970 e a primeira metade da década de 1980. Em segundo lugar, expressou um conjunto de esforços conscientes — concentrados em um momento histórico específico, a segunda metade da década de 1980 — para caracterizar o neoestruturalismo. Neste momento, os economistas da CEPAL e da CIEPLAN contribuíram efetivamente com essa tarefa de diferentes formas.

Para a construção desse argumento, dividimos o capítulo em sete seções. Nas duas primeiras, abordamos a historiografia sobre temas importantes que perpassam a relação entre as instituições. Na primeira, à luz dos movimentos mais gerais da América Latina, tratamos as transformações do campo dos economistas no Chile, o surgimento e o papel dos *think tanks* e os diferentes aspectos da literatura sobre a CIEPLAN. Na segunda seção, discutimos as mudanças no pensamento da CEPAL nas décadas de 1980 e 1990, com foco na transição para o neoestruturalismo, abordando suas ideias, origens, semelhanças e diferenças em relação ao neoliberalismo e ao estruturalismo. As quatro seções seguintes se dedicam à análise dos laços entre os economistas da CEPAL e da CIEPLAN, enfatizando os canais e mecanismos pelos quais essa relação foi construída no contexto do regime autoritário chileno, bem como as ideias e propostas compartilhadas entre ambas as instituições. A última seção aborda especificamente o momento dos esforços conscientes para a formulação da abordagem neoestruturalista na segunda metade da década de 1980. Para a construção do argumento do capítulo, mobilizamos documentos institucionais, relatórios e publicações da CEPAL, consultorias da CIEPLAN à CEPAL, publicações na *Revista da CEPAL* e na *Colección Estudios CIEPLAN*, livros e textos de memória dos economistas relevantes e entrevistas.[120]

O termo foi utilizado de diferentes formas. Gurvitch concebeu a sociabilidade como uma categoria útil para a compreensão dos fenômenos macrossociais que se manifestam em grupos e associações particulares e que se interiorizam nos indivíduos, dando sentido às estruturas sociais como a família e outras associações. O conceito de sociabilidade adentrou o campo historiográfico principalmente pelos trabalhos do historiador francês Maurice Agulhon a partir da década de 1970. Na historiografia contemporânea, refere-se à aptidão dos seres humanos em se relacionar com coletivos cujas relações são estruturadas para atingir um objetivo em espaço e tempo determinados (QUEVEDO, 2015, p. 10). No presente capítulo, o termo sociabilidade é utilizado para expressar as ligações entre os economistas da CEPAL e da CIEPLAN ao compartilharem problemas e anseios decorrentes de um contexto histórico particular.

[120] Fontes similares foram utilizadas pelo trabalho de Devés (2000b, p. 230) para as décadas de 1950 e 1960, que identifica uma ampla rede intelectual e internacional construída pela CEPAL ao longo de sua história, destacando que a Comissão estabeleceu acordos, convênios e outros mecanismos de cooperação com instituições acadêmicas

5.1 Aspectos historiográficos do campo dos economistas e a ascensão da CIEPLAN no Chile autoritário

Para entender o contexto no qual os laços entre ambas as instituições foram construídos, reconstituímos as transformações das ciências sociais e do campo dos economistas no Chile autoritário. Para Motta (2015), as políticas universitárias da ditadura do Chile, à semelhança dos casos de Brasil e Argentina, responderam às supostas ameaças do "comunismo" e da "subversão" e foram instrumentalizadas por meio da repressão aos sindicatos e às universidades, professores, movimentos estudantis e militantes de esquerda. O autor entende que, ao contrário do Brasil, onde as universidades públicas faziam parte do projeto desenvolvimentista, no Chile (como na Argentina) ocorreu um enfraquecimento da sua importância, com diminuição dos salários e deterioração da infraestrutura, em favor das universidades privadas.

De acordo com Austin (1997), o sistema universitário do Chile, que era caracterizado por amplo pluralismo curricular e cultura democrática até o fim dos anos 1960, sofreu uma reestruturação profunda após 1973 com a repressão e a imposição da lógica mercadológica, por meio de privatizações, instituição de taxas e valorização salarial da iniciativa privada. Isso foi articulado com expulsões de professores e reitores, nomeação de militares em cargos chaves, perseguições, torturas, assassinatos, valorização da formação técnica-instrumental e desvalorização das humanidades e de seu pluralismo, vistos como vetores do "marxismo". De acordo com Morales e Garber (2018), houve uma violenta estratégia de desarticulação das ciências sociais, que detinham um desenvolvimento maduro, autônomo e internacionalizado.[121]

Como discutido no capítulo 3, a disputa entre estilos profissionais e visões políticas diferentes dividiu a Faculdade de Economia da Universidade do Chile em duas. Após a ascensão do regime autoritário chileno, no início de outubro a *Facultad de Economía Política* e o CESO foram definitivamente fechados e seus professores se exilaram em embaixadas em

e científicas na América Latina, como a Universidad de Chile, Universidad Nacional de Ingenería de Lima (Peru), as Editoras *Siglo XI* (México) e *Universitaria* (Chile), e centros de pesquisa como o Colégio de México, com o qual os cepalinos organizaram seminários e publicações.

[121] Motta (2015) ressalta o caso emblemático da Universidade Técnica do Estado no Chile, bombardeada pelo Exército após o golpe para expulsar estudantes que resistiam em seu interior. Dentre os presos, estava o militante de esquerda Victor Jara, professor da universidade, que seria assassinado no Estádio Nacional do Chile.

Santiago (CADERNAS, 2015).[122] A repressão também atingiu a Universidade Católica, comandada pelos *Chicago Boys*. Foi nomeado um novo reitor, o vice-almirante Jorge Swett, que alçou os *gremialistas* — que já eram uma força estudantil consolidada na universidade e aliados dos *Chicago Boys*, tendo vencido todas as eleições para a *Federación de Estudiantes de la Universidad Católica* (FEUC) entre 1968 e 1972 — aos maiores postos da estrutura administrativa da universidade. Além disso, comandou a expulsão de diversos professores de esquerda ligados à democracia cristã, pessoas de confiança de Raúl Silva Henríquez e outros que não apoiavam o regime (HUNEEUS, 1998).

A Universidade Católica foi fortalecida pela ditadura, principalmente via assinatura de 14 convênios de pesquisa entre o Instituto de Economia e a *Oficina de Planificación Nacional* (ODEPLAN), dirigida pelos *gremialistas* (HUNEEUS, 1998). Como já vimos, nem mesmo as instituições internacionais escaparam da repressão, principalmente a FLACSO e a CEPAL. Vários intelectuais e políticos buscaram arranjos institucionais para protegerem suas atividades de pesquisa e suas próprias vidas, além de sobreviver financeiramente. Nesse contexto, os centros de pesquisas privados — os *think tanks* — proliferaram no Chile. Na América Latina, esse fenômeno não era novo, embora sua intensidade tenha aumentado de forma notória a partir das décadas de 1970 e 1980, com especial força no Chile.

No Brasil, a literatura destaca, por exemplo, o papel do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS), fundado em 1961 por empresários e militares brasileiros, que teria contribuído para a criação das condições do golpe contra João Goulart em 1964. Vários membros do IPÊS participaram como assessores do Ministério do Planejamento chefiado por Roberto Campos e de outros órgãos do governo (LOUREIRO, 1997; RAMÍREZ, 2010; 2011). Na Argentina, a historiografia vem destacando os casos da *Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas* (FIEL), criada em 1964, da *Fundación Mediterránea* (IEEREAL-FM), criada em 1967 e do *Centro de Estudios Macroeconómicos de Argentina* (CEMA), criado em 1978 (BIGLAISER, 2009; HEREDIA, 2004; 2015; RAMÍREZ, 2010; 2011). Essas instituições privadas absorveram os economistas que se formavam nas pós-graduações nos Estados Unidos e difundiram as ideias e políticas liberais na Argentina. Muitos membros da FIEL e da *Fundación Mediterránea* ocuparam cargos econômicos sob a liderança do Ministro da Economia Martínez de Hoz durante a última ditadura militar argentina (1976-1983) (HEREDIA, 2004; 2015; RESENDE, 2022). Já sob o governo Menem (1990-2001), Domingo Cavallo, do CEMA,

[122] Após o fechamento da *Facultad de Economía Política*, a única faculdade restante foi renomeada para *Facultad de Economía y Administración*. Em 2002, ocorreu a última alteração, passando a se chamar *Facultad de Economía y Negócios* (FEN).

foi Ministro da Fazenda. Também houve *think tanks* de oposição às ditaduras militares, tais como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), criado em 1969 por Fernando Henrique Cardoso, e o *Centro de Estudios de Estado y Sociedad* (CEDES) liderado por Guillermo O'Donnell na Argentina (MORALES, 2016; FAJARDO, 2022).

No Chile, também existiam alguns *think tanks* antes do golpe. Valdés (1995, p. 227) relembra do *Centro de Estudios Socioeconómicos* (CESEC), criado em 1963 por Agustín Edwards (proprietário do *El Mercúrio*), onde os *Chicago Boys* elaboraram a primeira versão do *El Ladrillo* para subsidiar a candidatura de Jorge Alessandri às eleições de 1970, além de ter contribuído para a campanha de terror contra Allende até seu fechamento nesse mesmo ano. Brunner e Barrios (1987) e Puryear (2016) identificam somente três centros de ciências sociais operantes no momento do golpe: o *Centro de Investigación y Desarrollo de la Educación* (CIDE) e o ILADES, vinculados aos jesuítas, e a *Corporación de Promoción Universitaria* (CPU), ligada ao PDC. Foi durante o regime militar chileno que o número de centros de pesquisa independentes cresceu de forma notável. Segundo Huneeus, Cuevas e Hernández (2014, p. 2), em 1985 existiam 43 *think thanks* no Chile, dos quais 16 foram criados entre 1974 e 1979 e 20 entre 1980 e 1985. Puryear (2016, p. 60) contabiliza 49 centros privados que empregavam 664 profissionais em 1988.

Essa ascensão dos *think tanks* deve ser entendida face às reorganizações forçadas do campo intelectual em geral e dos economistas em particular no país. Conforme Silva (1991), a repressão levou muitos chilenos ao exílio em diferentes partes do mundo, onde se inseriram em universidades, cursaram pós-graduação e realizaram pesquisas em centros privados. Orlando Letelier, por exemplo, trabalhou no *Institute of Policy Studies* em Washington até seu assassinato a mando do governo Pinochet em 1976; intelectuais de esquerda e democratas cristãos também fundaram o *Instituto por el Nuevo Chile* em Rotterdam, na Holanda (HUNEEUS *et al*, 2014, p. 15). Internamente, com as universidades atacadas e os partidos políticos suspensos, muitos acadêmicos e políticos criaram seus próprios *think tanks*, com apoio financeiro externo.[123] Já mencionamos no capítulo anterior o surgimento do *Instituto Chileno de Estudios Humanísticos* (ICHEH), financiado pela fundação alemã *Konrad Adenauer*, e a importância da criação da *Academia de Humanismo Cristiano* (AHC), financiada pela Fundação Ford, para a proteção de vários centros acadêmicos. Após seu retorno do exílio,

[123] Um interlocutor da pesquisa, ex-ministro do governo Patricio Aylwin, também destacou isso, chamando atenção para a importância das instituições multilaterais em Santiago: "*las condiciones aquí en Chile eran condiciones muy difíciles, era prácticamente imposible tener una vinculación universitaria o muy estrecha. Y se va a aparecer un organismo internacional importante con el cual poder establecer un convenio*" (ENTREVISTA H).

conforme vimos no capítulo anterior, Gabriel Valdés fundou o *Centro de Estudios del Desarrollo* (CED) em 1981 (HUNEEUS *et al*, 2014, p. 15). Ademais, na década de 1980, foram fundados o *Centro de Estudios Sociales y Educación* (SUR) e o *Centro Latinoamericano de Economía y Política Internacional* (CLEPI), por iniciativa de Sergio Bitar, ex-Ministro da Mineração do governo Allende (PURYEAR, 2016).

Dentre os centros privados de oposição, a *Corporación de Estudios para Latinoamérica* (CIEPLAN) alcançou proeminência e é reconhecida pela literatura como o principal grupo de economistas de oposição (SILVA, 1991; 2009; DOMÍNGUEZ, 1997; GÁRATE, 2012; HUNEEUS, CUEVAS, HERNÁNDEZ, 2014; PURYEAR, 2016; MAILLET *et al*, 2016; MORALES, 2016; 2018; MORALES; GARBER, 2017; GARBER, 2020; MORALES; MONASTERIO, 2020). Para Silva (1991, p. 403), a CIEPLAN promoveu "*the first open (tolerated) activities opposing the military government and the neoliberal technocracy*". O antecedente da instituição foi o *Centro de Estudios de Planificación Nacional* (CEPLAN), fundado em 1970 como parte da Universidade Católica, após Alejandro Foxley e outros economistas do grupo organizarem um seminário sobre planejamento econômico em 1969. Conforme Morales e Monasterio (2020) e Garber (2020), inicialmente a CEPLAN objetivou discutir e monitorar os aspectos econômicos do experimento de transição democrática para o socialismo, capitaneado pela Unidade Popular no governo de Salvador Allende. De acordo com os autores, esse interesse decorria dos anseios do Partido Democrata Cristão, no campo da oposição, de compreender o processo de transformação da economia chilena, bem como forjar uma alternativa econômica e social que rejeitasse tanto o capitalismo liberal como o socialismo.

Em meio ao clima hostil instaurado pelo golpe, quando José Pablo Arellano e René Cortázar foram impedidos de continuar atuando como professores na Universidade Católica, a instituição se tornou um *think tank* em 1976, passando a monitorar as políticas econômicas do regime militar chileno (GARBER, 2020). Os "Monges" da CIEPLAN, como foram apelidados por Fernando Henrique Cardoso devido às suas ligações com a Democracia Cristã, possuíam um capital intelectual semelhante ao dos *Chicago Boys* devido ao seu treinamento nas mais prestigiosas universidades dos Estados Unidos.[124] Sua oposição ao regime foi aflorada, sobretudo entre 1976 e 1984, quando publicaram seus estudos em revistas de oposição (*Hoy*,

[124]Alejandro Foxley (Doutor pela Universidade de Wisconsin); Ricardo Ffrench-Davis (Doutor pela Universidade de Chicago); Oscar Muñoz e Manuel Marfán (Doutores pela Universidade de Yale); Ernesto Tiroini e René Cortázar (Doutores pelo *Massachusetts Institute of Technology*-MIT); Patrício Meller (Doutor pela Universidade da Califórnia); Eduardo Aninat, José Pablo Arellano e Jorge Marshal (Doutores pela Universidade de Harvard); Andrés Velasco (Doutor pela Universidade de Columbia); e finalmente, Pablo Piñera (Mestre pela Universidade de Boston) (SILVA, 1991; p. 407; ROJAS, 2014, pp. 89-92; MAILLET *et al*, 2016; VERGARA, 1977b).

Mensaje, *Ercilla*, *Analisis*), como registrado no livro *Modelo económico chileno: trayectoria de una crítica* (ARELLANO *et al*, 1982). Em um dos artigos mais impactantes, republicado na revista *Mensaje*, René Cortázar e Jorge Marshall (1982, p. 310) denunciaram a brutal subestimação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) oficial, o que implicava que, ao contrário do crescimento dos salários reais de 70% entre 1970 e 1979 propagandeado pelo regime, houve diminuição de 17% no período.[125]

Outro processo fundamental na criação e consolidação da CIEPLAN foi o persistente financiamento da Fundação Ford, mesmo após a fundação fechar seu escritório de Santiago em 1975 (MORALES, 2016; 2018; MORALES; GARBER, 2017; 2018; MORALES; MONASTERIO, 2020; GARBER, 2020). Com o objetivo de conhecer detalhadamente a via chilena do socialismo, a Fundação Ford concedeu diversas bolsas para pesquisadores do antigo CEPLAN a partir de 1971 (MORALES; GARBER, 2018). É importante ressaltar também o apoio de outras instituições filantrópicas, de fomento à pesquisa e multilaterais, como o *International Development Research Centre* (IDRC), do Canadá, a *Swedish Agency for Research Cooperation* (SAREC), da Suécia, o PREALC e o PNUD (GARBER, 2020, p. 4408). O papel da Fundação Ford na garantia de uma relativa autonomia de pesquisa e pluralismo em contextos autoritários também é sinalizado no caso do Brasil (ANDRADA; BOIANOVSKY, 2020; FERNÁNDEZ; SUPRINYAK, 2019; SUPRINYAK; FERNÁNDEZ, 2021). Além disso, por meio da "diplomacia acadêmica", a Fundação criou efetivos laços transnacionais de solidariedade e cooperação entre *think tanks* latino-americanos. Morales (2016) exemplifica essa dimensão por meio da análise das interrelações entre a CIEPLAN, no Chile, o CEBRAP, no Brasil e o CEDES, na Argentina.[126]

A valorização do saber especializado dos economistas na tomada de decisões tecnocráticas nos âmbitos governamentais, tanto em ambientes autoritários como democráticos (MARKOFF; MONTECINOS, 1993), tem sido um fenômeno amplamente identificado em países da América Latina, como no Brasil (SOLA, 1998; LIMA; LOUREIRO, 1994; LOUREIRO, 1997; DOMÍNGUEZ, 1997; KLÜGER, 2017) e na Argentina (DOMÍNGUEZ, 1997; HEREDIA, 2004; 2015; BIGLAISER, 2009; NOVARO; PALERMO, 2007). Há trabalhos que destacam que, no governo de Patricio Aylwin, os membros da CIEPLAN aprofundaram a tecnocratização das decisões políticas e econômicas herdada dos *Chicago Boys*.

[125] Como era comum na época, o estudo foi avaliado pela censura oficial, que advertiu os economistas que seriam presos se o publicassem, o que terminou não ocorrendo (GARBER, 2020, p. 4408).

[126] A relação entre a Fundação Ford e a CIEPLAN também é considerada um caso de "dominação filantrópica", pois teria contribuído para a concepção de uma democracia limitada e a manutenção do modelo econômico da ditadura. Para mais detalhes, ver Morales (2018) e Morales e Garber (2018).

Eles teriam subordinado as melhorias das condições sociais aos objetivos de crescimento econômico e estabilidade, com limitada participação popular, evitando confrontos por meio de uma "política de acordos" com grupos conservadores (SILVA, 1991; 2009; GÁRATE, 2012; 2020). Devido à capacidade de mobilização de recursos políticos, os economistas da CIEPLAN, assim como outros líderes latino-americanos, também têm sido denominados como *technopols* (DOMÍNGUEZ, 1997; OSSANDÓN, 2011; MAILLET *et al*, 2016; JOIGNANT, 2020).[127]

Essas categorizações estão ligadas à controvérsia sobre as inclinações neoliberais dos economistas da CIEPLAN. Para boa parte da literatura, quando esses economistas participaram dos governos da *Concertación de los Partidos por la Democracia*,[128] mantiveram o modelo econômico neoliberal do regime de Pinochet, o que foi reforçado pela adesão ao Consenso de Washington (MOULIAN, 1997; SILVA, 2009; GARÁTE, 2012; 2020; MORALES; GARBER, 2017; MORALES, 2018; GARBER, 2020).[129] Os últimos três trabalhos sinalizam que, durante a segunda metade da década de 1980, aprofundou-se a moderação, por meio da qual esses economistas reconheceram aspectos positivos do legado econômico do regime militar, como a modernização empresarial, dinamismo econômico e inserção externa do país.

Ao contrário dessa visão que os caracteriza como neoliberais, outros trabalhos chamam atenção para as mudanças ocorridas no pensamento desses economistas e para a ênfase neoestruturalista dos governos da *Concertación* no Chile na década de 1990. Na principal obra sobre as origens, história e influência do neoestruturalismo, Fernando Ignacio Leiva (2008) enfatiza que o conjunto de conceitos e propostas do neoestruturalismo influenciou significativamente o discurso econômico na América Latina. O enfoque teria encontrando

---

[127] Segundo a definição de Joignant (2020), esse termo denota uma elite de economistas, cientistas sociais e cientistas políticos que detêm os capitais intelectuais e políticos imbricados na sua atuação pública. No Chile, os *technopols* se caracterizaram por uma grande capacidade de inserção nos cargos dirigentes da Democracia Cristã e de partidos socialistas durante a década de 1980, com posterior ascensão aos governos da *Concertación*, dentro dos quais se notabilizaram por um discurso que combinava a tentativa de construção de uma racionalidade na ação do Estado e pragmatismo, evitando uma ruptura.

[128] Foxley foi escolhido para o Ministério da Fazenda e Pablo Piñera como Vice-ministro da Fazenda. Ffrench-Davis assumiu a Direção de Estudos do Banco Central. Jorge Marshall ocupou o cargo de Vice-ministro de Assuntos Econômicos e Juan Pablo Arellano o de Diretor de Orçamentos. Ernesto Tironi ingressou no governo como Administrador Geral da *Corporación de Fomento de la Producción* (CORFO) e Eduardo Aninat como Coordenador da Dívida Externa (SILVA, 1991, p. 407).

[129] O termo Consenso de Washington foi cunhado em um documento escrito por John Williamson, que elencou conclusões sobre reformas econômicas desejáveis surgidas de uma reunião convocada pelo *Peterson Institute for International Economics*, realizada em Washington no ano de 1989. As conclusões explicitaram certa concordância em torno de um conjunto particular de políticas econômicas liberais receitadas em diferentes momentos e por diferentes agências durante a década de 1980 para lidar com o problema da dívida externa da América Latina. As propostas do documento foram listadas em dez áreas: 1) disciplina fiscal; 2) prioridade do gasto público; 3) reforma fiscal; 4) taxa de juros; 5) câmbio real competitivo; 6) liberalização comercial; 7) abertura à inversão estrangeira direta (IED); 8) privatizações; 9) desregulação; e 10) fortalecimento dos direitos de propriedade (WILLIAMSON, 1990).

ressonâncias evidentes nos governos da *Concertación* no Chile entre 1990 e 2005 e nos governos de centro-esquerda que fizeram parte da virada "pós-neoliberal" dos anos 2000, especialmente no Brasil. No caso chileno, o autor é categórico ao afirmar a influência direta da abordagem da CEPAL e a participação direta de muitos economistas cepalinos em ministérios e cargos nas administrações de Patricio Aylwin (1990-1993), Eduardo Frei Ruiz-Tagle (1994-1999) e Ricardo Largos (2000-2005) (LEIVA, 2008, pp. 71-73).

Já Morales e Monasterio (2020), estudando especificamente as mutações intelectuais dos monges da CIEPLAN, defendem que, em função da práxis política em meio à transição democrática e da reorganização do pensamento das esquerdas pós-queda do Muro de Berlim, essas economistas revisaram suas ideias rumo ao neoestruturalismo, cristalizado no lema oficial *crecimiento con equidad*. Os monges da CIEPLAN teriam adaptado gradualmente o modelo herdado da ditadura, instituindo o controle de capitais e realizando reformas trabalhista e tributária que proporcionaram maior poder de barganha aos trabalhadores e elevação dos gastos sociais. Assim, para os autores, a CIEPLAN "*no renunció a la crítica [...] mantuvieron una cierta coherencia [...] tratando de buscar un modelo alternativo de desarrollo para Chile y formulando una suerte de 'neoestructuralismo aplicado'*" (p. 134), que superasse "*los falsos dilemas y las tensiones establecidas entre el estructuralismo cepalino y la imposición de las ideologías y metodologías neoliberales en Chile como en América Latina*" (p. 142).

Dessa forma, os economistas cieplaninos permaneceram críticos ao extremismo dos *Chicago Boys*, principalmente em sua fase "pura" (1975-1982) (FFRENCH-DAVIS, 2010), porém se adaptaram às mudanças de contexto, demandando maior participação do Estado, estímulos à exportação, regulação das tarifas externas e maior relevância da indústria. As mudanças nas ideias econômicas foram influenciadas pelo contexto da segunda metade dos anos 1980. Morales e Monasterio (2020) citam a alteração importante da política econômica da ditadura conduzida pelo Ministro da Fazenda Hernán Büchi em sua fase pragmática (1982-1989), que absorveu proposições críticas da CIEPLAN e levou à melhora dos indicadores econômicos. Ademais, ressaltam o impacto da queda do Muro de Berlim em 1989 e do fim da União Soviética, além do clima de globalização dos anos 1990 e das próprias constrições do processo de transição democrática controlado pelos militares e grupos empresariais. Isso também é reconhecido por trabalhos que conceberam esses economistas como neoliberais, ainda que enfatizem a continuidade do modelo e a priorização da estabilidade econômica em detrimento das crescentes demandas de participação popular.

Trata-se de um argumento legítimo, porém sem o necessário tratamento crítico da categoria neoliberalismo. Se entendêssemos esse último como um movimento generalizado de

aplicação integral ou parcial de um determinado conjunto de políticas econômicas liberais, que envolve, por exemplo, o controle dos gastos públicos, privatizações e aberturas comercial e financeira em um contexto de globalização (HARVEY, 2005; KLEIN, 2007), classificaríamos todos os governos e *policy makers* da América Latina pós-1990, com raras exceções, como neoliberais, independentemente das suas trajetórias intelectuais ou da correlação de poderes na sociedade. Por outro lado, se tomamos o neoliberalismo como um movimento teórico e político heterogêneo de promoção das ideias de livre mercado, construído por redes transnacionais de autores e instituições específicas, cujas ideias se entrelaçam às particularidades nacionais (PLEHWE, 2009; BURGIN, 2012), podemos admitir a existência de atores críticos, como os economistas da CIEPLAN, que se orientam a partir de uma perspectiva reformista, mesmo que sua atuação no governo reproduza algumas políticas liberalizantes em função das restrições impostas pelo contexto.

Antes de avançarmos para o detalhamento das relações construídas no âmbito da sociabilidade intelectual e política entre CEPAL e CIEPLAN e suas consequências em termos do surgimento do neoestruturalismo, é preciso caracterizar e discutir essa última categoria. Nesse sentido, a próxima seção se guia pelas seguintes questões: Afinal, o que é neoestruturalismo? Qual seu contexto histórico? Quais as diferenças e semelhanças com respeito ao estruturalismo e ao neoliberalismo? Quais suas influências intelectuais?

5.2 A literatura sobre a CEPAL entre o estruturalismo, o neoliberalismo e o neoestruturalismo

De modo a contextualizar e problematizar a categoria ‘neoestruturalismo’ — do ponto de vista teórico e histórico — e dar sentido às discussões das seções seguintes, responder às perguntas anteriores é fundamental. Existe uma ampla historiografia sobre o neoestruturalismo cepalino (LUSTIG, 1987; FFRENCH-DAVIS, 1988; BITAR, 1988; ROSALES, 1988; ROSENTHAL, 1996; 2004; LOVE, 1996; 2005; BIELSCHOWSKY, 2000; 2009; VITAGLIANO, 2004; PAIVA, 2006; RODRÍGUEZ, 2009; BETETA; MORENO-BRID, 2012; BÁRCENA; PRADO, 2015; 2019; MALLORQUÍN, 2017; SILVA, 2017; BOIANOSVKY, 2019; OCAMPO, 2019; CALDENTEY, 2022). Apesar de volumosa, essa bibliografia deve ser manejada com cautela, dada a expressiva participação de funcionários da própria instituição, como Ricardo Bielschowsky e Estebán Perez Caldentey, além de ex-Secretários Executivos, como Gert Rosenthal (1988-1997), José Antônio Ocampo (1998-2003) e Alícia Bárcena (2008-2022). Apesar de oferecerem detalhes internos reveladores, metodologicamente faz-se necessário tomar cuidado com “leituras oficiais” do

neoestruturalismo. Além disso, devido à sua estreita conexão com o tempo presente, a história desse fenômeno é muitas vezes interpretada à luz dos problemas e debates econômicos latino-americanos do século XXI (BÁRCENA; PRADO, 2015; OCAMPO, 2019).

De forma geral, o neoestruturalismo é concebido como uma resposta institucional e intelectual da CEPAL aos problemas de inflação, endividamento externo e baixo crescimento na década de 1980, além do fim da União Soviética e da difusão das reformas do Consenso de Washington nos anos 1990 (LOVE, 1996). Mais especificamente, os diagnósticos e propostas de políticas públicas da abordagem neoestruturalista da CEPAL foram expressas, por exemplo, no documento intitulado *Transformación productiva con equidad: la tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el Caribe en los años noventa* (CEPAL, 1990). O objetivo da estratégia seria associar o aumento das taxas de crescimento econômico dos países da América Latina a uma maior equidade social.

Mas em que medida a agenda neoestruturalista da CEPAL da década de 1990 difere do estruturalismo da década de 1950 e das propostas neoliberais? Em entrevista, Fernando Fajnzylber (1994, p. 207) indicou que as similaridades entre o neoliberalismo e a agenda da CEPAL eram apenas coincidências. O autor salientou as diferenças, argumentando que o neoestruturalismo surgiu na década de 1980 a partir do amplo diálogo e profunda sensibilidade às especificidades da realidade latino-americana, enquanto o neoliberalismo tentava ajustar a realidade aos pressupostos de um modelo teórico. Além disso, na proposta da CEPAL, a equidade era tema fundamental do desenvolvimento econômico, com influência na competitividade, ao passo que na perspectiva neoliberal, o problema da pobreza seria resolvido pelos mecanismos de mercado e por programas de alívio. Para o autor, o neoestruturalismo coloca o progresso técnico no centro da sua estratégia, algo não priorizado pelo neoliberalismo. Ademais, enquanto os neoliberais propunham a inserção internacional de forma genérica, a CEPAL privilegiava a competitividade autêntica, com incorporação do progresso técnico, em contraposição àquela baseada em recursos naturais e baixos salários. Se a proposta neoliberal prezava pela neutralidade setorial no crescimento econômico, a Comissão propunha a articulação produtiva, atenta às especificidades setoriais, entre indústria, agricultura e serviços. Finalmente, a proposta da CEPAL enxergava a democracia como valor intrínseco à *transformación productiva con equidad*, ao passo que no neoliberalismo, na perspectiva de Fajnzylber, a questão do regime político era relegada ao campo das preferências, no sentido de que não havia uma identificação unívoca e clara com a necessidade de um regime político em particular.

Para Bielschowsky (2009, p. 184), há uma grande confluência teórica entre o neoestruturalismo e o estruturalismo. Para o autor, "*El prefijo neo viene al caso para indicar la adaptación a los tiempos de apertura y desregulación, pero la base analítica de la nueva etapa sigue siendo estructuralista*". As preocupações centrais do estruturalismo — como progresso técnico, heterogeneidade da estrutura produtiva, instabilidade macroeconômica, subemprego e informalidade, vulnerabilidade externa, desigualdade na distribuição de renda e percepção do Estado como instrumento fundamental na promoção do desenvolvimento — teriam sido conservadas pelo novo enfoque. Por outro lado, o neoestruturalismo, a partir da experiência da CEPAL na década de 1980, estaria mais preocupado com objetivos e políticas macroeconômicas de curto prazo, como estabilidade de preços, equilíbrio fiscal, instabilidade dos fluxos de capitais internacionais, endividamento externo e a regulação do sistema financeiro.

Apesar de semelhanças, é preciso destacar os diferentes significados dos termos e a relação com outras propostas dentro do arcabouço teórico do neoestruturalismo. Rodríguez *et al* (1994) explicitam que o progresso técnico é conceituado de forma diversa no neoestruturalismo. No estruturalismo, a partir de uma concepção neoclássica (Solow), o progresso técnico estaria incorporado aos bens de capital, que seriam o motor do crescimento da produção industrial e do desenvolvimento econômico.[130] Assim, o progresso técnico seria exógeno, em relação tanto às atividades produtivas e empresas quanto aos sistemas produtivos da periferia. Diferentemente, a partir de uma perspectiva neoschumpeteriana e inspirada nas experiências do Leste Asiático, no neoestruturalismo o progresso técnico seria essencialmente endógeno e atrelado à capacidade inovativa. Em outras palavras, não se trata de algo somente incorporado às máquinas e equipamentos, mas se refere também a aspectos como capacidade de criação de novos bens, organização interna das empresas, adaptação a diferentes contextos e acumulação de conhecimentos. No que diz respeito às relações internacionais, Morales e Monasterio (2020) salientam que o neoestruturalismo deixa de ver a relação centro-periferia a partir da ótica de que os maiores prejudicados seriam os países subdesenvolvidos, passando a

[130] Apesar do apontamento de Rodríguez *et al* (1994) de que o conceito de progresso técnico no estruturalismo era igual ao de Solow, cabe contextualizar que nos anos 1950, como discute Boianovsky (2018), o modelo mais influente era o de Harrod-Domar, que argumentava que a taxa de crescimento econômico de uma economia é determinada pelo produto entre a taxa de poupança (representando a taxa de acumulação de capital) e a relação produto-capital. Isso deu origem à noção de "fundamentalismo do capital", uma espécie de dogma que colocaria a acumulação física de capital como grande determinante do crescimento econômico. Entretanto, para o autor, o surgimento dessa interpretação adveio das apropriações dos economistas da Economia do Desenvolvimento nos anos 1950, não existindo evidências nos textos originais de Roy Harrod e Evsey Domar.

concebê-la como caracterizada por assimetrias de compromissos internacionais, as quais podem ser disputadas.

Em relação ao neoliberalismo e ao Consenso de Washington, a literatura em geral aponta que a CEPAL não se tornou neoliberal, mas sim respondeu a um cenário histórico, propondo políticas econômicas alternativas de curto e longo prazo que aliviassem os pesados custos das imposições do FMI e do Banco Mundial (LUSTIG, 1988; BITAR, 1988; VITAGLIANO, 2004; ROSENTHAL, 2004; RODRÍGUEZ, 2009). Expressando esse mesmo argumento para os anos 1990, Bielschowsky (2000, pp. 63-64) entende que a CEPAL "não colocou-se contra a maré das reformas, ao contrário, em tese tendeu a apoiá-las, mas subordinou sua apreciação do processo ao critério da existência de uma 'estratégia' reformista que pudesse maximizar seus benefícios e minimizar suas deficiências a médio e longos prazos".

Em uma das obras mais críticas sobre as origens, influência e insuficiência da resposta do neoestruturalismo aos problemas atuais, Leiva (2008) questiona a narrativa celebratória dos defensores do enfoque, economistas cepalinos contemporâneos, segundo a qual as inovações teóricas do neoestruturalismo seriam evidências irrefutáveis da capacidade de adaptação e do pragmatismo da Comissão frente às novas circunstâncias históricas, e também da sua capacidade de oferecer uma alternativa teoricamente coerente ao neoliberalismo. Pelo contrário, na perspectiva do autor, o neoestruturalismo não constitui uma verdadeira alternativa ao neoliberalismo uma vez que, apesar das diferenças, a abordagem não forma um paradigma coerente, possuindo inúmeras deficiências, contradições e omissões de aspectos relevantes do contexto político e econômico do capitalismo no século XXI, como a desconsideração das relações políticas e de classe.

Em um mesmo sentido crítico, Carcanholo (2008) entende que CEPAL, nos anos 1990, atrelou-se aos preceitos do Consenso de Washington ao apostar na 'reforma das reformas', para utilizar o linguajar cepalino, e não na ruptura com as reformas neoliberais. A CEPAL passou a disseminar uma concepção do papel do Estado voltado à correção das falhas de mercado e não como promotor do desenvolvimento econômico por meio do controle de capitais, do comércio exterior e do estímulo ao mercado interno. Além disso, em sua visão, na década de 1990 a Comissão defendeu as reformas de abertura comercial e financeira, as quais continuaram reverberando em vulnerabilidades e crises periódicas das economias subdesenvolvidas. O autor também considera que o próprio Consenso de Washington passou por revisões que já admitem, como a CEPAL, intervenções do Estado no âmbito do marco regulatório da abertura comercial e do sistema financeiro, sem alterar a liberdade de capitais.

Em comum, podemos perceber que as análises de Leiva e Carcanholo problematizam o enfoque a partir de uma visão do presente. Ainda que o primeiro discuta as origens históricas do neoestruturalismo, suas categorias intelectuais são lidas de maneira a subsidiar os debates econômicos contemporâneos e, em última análise, transformar a realidade. Em particular, visando problematizar a associação da CEPAL com o 'neoliberalismo' nos anos 1990 proposta por Carcanholo (2008), deve-se ter em conta que se trata de um termo controverso. O neoliberalismo é normalmente definido como um movimento conservador iniciado na década de 1970 durante os governos de Ronald Reagan nos Estados Unidos e Margaret Thatcher na Grã-Bretanha, que teve como antecedente o "experimento de Chicago" na ditadura chilena, estendendo-se aos anos 1990 com o Consenso de Washington (HARVEY, 2005; KLEIN, 2007). De uma perspectiva que considera a influência das ideias na formulação das políticas econômicas, é mais claro entender as propostas contidas no Consenso de Washington, cinquenta anos mais tarde, como tributárias desse movimento ideológico chamado neoliberalismo.[131]

Entretanto, o conceito se torna menos palpável quando analisamos o fenômeno do ponto de vista das trajetórias intelectuais de diferentes autores, suas influências e sua atuação política em determinados contextos. Burgin (2012) traça sua origem ao pós-Grande Depressão, quando intelectuais, políticos e homens de negócios se articularam política e financeiramente com vistas a reformular as bases filosóficas do liberalismo, principalmente por meio da heterogênea *Mont Pelèrin Society*, criada em 1947. Essa instituição testemunhou a ascensão de uma nova geração de economistas da Universidade de Chicago — entre eles Milton Friedman, George Stigler, Aaron Director e Allen Wallis — que definiram a tarefa de reformulação do liberalismo a partir de ângulos estritamente econômicos. Plehwe (2009) enfatiza que as ideias do "pensamento coletivo neoliberal" possuem uma forte dimensão transnacional e transdisciplinar que se manifestou de diferentes maneiras nos contextos nacionais da França, Alemanha,

[131] O termo "Consenso de Washington" também tem uma história controversa, sendo usado de diferentes maneiras ao longo do tempo. John Williamson (2009) argumenta que a intenção inicial do texto *What Washington Means by Policy Reform* (WILLIAMSON, 1990) não era propor uma agenda de reformas econômicas a serem seguidas pelos países da América Latina. Ao contrário, o objetivo era propor que as instituições credoras dos países latino-americanos em Washington aliviassem o peso da dívida externa, dado que naquele ano ele havia testemunhado no Congresso dos Estados Unidos a favor do Plano Brady. O autor também considera que o Consenso de Washington não se inspirou de maneira alguma nas experiências neoliberais de Ronald Reagan e Margaret Tatcher, pois com exceção das privatizações, não estava de acordo com as teses de "Estado Mínimo", "monetarismo" e "economia do lado da oferta". Em anos recentes, apesar de defender as direções apontadas pelo Consenso de Washington, Williamson (2004; 2009) vem reconhecendo que as políticas econômicas são complexas e podem variar de país para país, bem como mostrando a importância de políticas econômicas anticíclicas e dos esforços de redução da desigualdade social. Ainda que esses trabalhos recentes não deixem de ser uma defesa do autor frente à conotação ideológica adquirida pelo termo, servem também para mostrar as nuances históricas de identificação do Consenso de Washington com o neoliberalismo.

Inglaterra e Estados Unidos. Na América Latina, essa expansão do neoliberalismo foi operacionalizada por meio de diversas articulações transnacionais e nacionais de autores e *think tanks* (RAMÍREZ, 2010; FRIDERICHS, 2019).

Embora o estudo do neoestruturalismo a partir das preocupações do presente seja legitimo e relevante, ele difere da nossa abordagem, pautada na reconstrução histórica de seu surgimento no contexto chileno das décadas de 1970 e 1980. Neste sentido, a partir dos casos da CEPAL e da CIEPLAN — que possuíam trajetórias diferentes dos típicos promotores do neoliberalismo — buscamos evidenciar suas adaptações no contexto histórico particular da ditadura chilena.

Para Rodríguez (2009, p. 511), o termo "noestruturalismo" foi cunhado por economistas brasileiros e argentinos que não tinham relações diretas com a CEPAL na década de 1980, e que se autodefiniam como "neo-estruturalistas" ao proporem novos enfoques para a inflação a partir da ideia de inflação inercial. Assim como no caso do "estruturalismo" na década de 1950 (BOIANOVSKY, 2012; FAJARDO, 2022), o termo utilizado nos debates inflacionários passou a expressar um conjunto de propostas mais amplas. Há consenso na historiografia de que Fernando Fajnzylber desempenhou um papel decisivo na gestação da agenda neoestruturalista da CEPAL.

Entretanto, no final da década de 1980, uma série de textos a respeito do neoestruturalismo foram publicados por autores com alguma vinculação à CEPAL. Em 1987, Nora Lustig — professora do *Centro de Estudios Económicos* do *Colegio de México* e representante das Nações Unidas nos escritórios da CEPAL no México e América Central — publicou o artigo "*Del estructuralismo al neoestructuralismo: la búsqueda de un paradigma heterodoxo*". No ano seguinte, a *Revista da CEPAL* publicou três artigos sobre o tema. Ricardo Ffrench-Davis, economista da CIEPLAN, publicou o artigo intitulado "*Esbozo de un planteamiento neoestructuralista*". Sergio Bitar — presidente do *think thank* chileno *Centro Latinoamericano de Economía y Política Internacional* (CLEPI) — em trabalho encomendado pela Divisão de Desenvolvimento Econômico da CEPAL, escreveu "*Neoliberalismo versus neoestructuralismo*". Osvaldo Rosales, funcionário do ILPES, contribuiu com o texto "*Balance y renovación en el paradigma estructuralista del desarrollo latinoamericano*". Finalmente, em 1991, Osvaldo Sunkel organizou a publicação do livro *El desarrollo desde dentro*: *un enfoque neoestructuralista para la América Latina*.

Convém destacar que alguns desses trabalhos não tentaram definir o neoestruturalismo por meio do lançamento de um conjunto de contribuições teóricas e propostas específicas próprias, inspiradas no estruturalismo. Na verdade, esforçaram-se por categorizar, a partir da

leitura dos movimentos acadêmicos e políticos, propostas “neoliberais” e “neoestruturalistas”, exercendo um papel importante na história da conceituação do termo (LUSTIG, 1987; BITAR, 1988). Diferentemente, Ffrench-Davis (1988), Rosales (1988) e Sunkel (1991) propuseram, nos planos teórico e prático, um conjunto de ideias que poderiam contribuir na construção de uma abordagem neoestruturalista.

Embora Fernando Fajnzylber apareça como protagonista na formulação do neoestruturalismo, a literatura detalhada na penúltima seção desse capítulo atribui diferentes pesos à influência dos diversos autores que contribuíram para a formação dessa abordagem alternativa (VITAGLIANO, 2004; PAIVA, 2006; BIELSCHOWSKY, 2000; 2009; SILVA, 2017; PERÉZ CAMPO, 2019; BÁRCENA; TORRES, 2019). Isto implica conceber o neoestruturalismo como um fenômeno intelectual de múltiplas fontes, atrelado às condições históricas da América Latina e aos desafios da CEPAL. Conforme evidenciaremos, uma das suas origens pode ser traçada a partir da sociabilidade intelectual e política estabelecida entre a CEPAL e a CIEPLAN, o que nos leva a apontar nuances na relação entre a CEPAL e os *think tanks*, tal como concebida por Hodara (1987). O autor é categórico ao relacionar o declínio intelectual e institucional da CEPAL a partir dos anos 1970 ao surgimento dos centros da pesquisa, que possuíam um quadro técnico especializado e academicamente qualificado nos grandes centros de pós-graduação do mundo. Em suas palavras:

> *la profesión de economista se tornó más técnica y especializada en los gobiernos y en los centros académicos de América Latina. Estos economistas descubrieron y propalaron, desde la región, las presuntas debilidades del análisis económico cepalino y rompieron en gran medida su monopolio doctrinario* […] *la CEPAL no se enfrentó a esta crítica proveniente de la región ni tuvo la audacia de proyectarse a los centros académicos. Teniendo a los gobiernos como principal "cliente" y fuente de legitimidad, la CEPAL siguió cultivando, en este tramo tecnoeclesiástico, una neutralidad esterilizante, por su carácter "intergubernamental". No supo leer el giro de los tiempos* (HODARA, 1987, pp. 75-76).

Não há dúvidas de que o declínio da influência da CEPAL respondeu ao avanço dos centros de pesquisa independentes na região e no Chile em particular. Entretanto, há que se matizar a reação da CEPAL a esses centros. A relação entre a CEPAL e a CIEPLAN, exposta no presente trabalho, está mais alinhada à interpretação de Rosenthal (2004, p. 205), que aponta o surgimento de uma maior interação entre a Comissão e vários membros desses *think tanks* ao longo do tempo.

Não existe na historiografia um trabalho que aborde de maneira específica e detalhada os laços entre essas duas instituições durante o regime militar chileno, embora algumas

contribuições ofereçam perspectivas importantes. De um lado, destacamos o trabalho de Street (1985), ainda no calor dos acontecimentos, que considerou os economistas da CEPAL e da CIEPLAN como os únicos que estariam analisando empiricamente e esboçando estratégias alternativas ao monetarismo do Cone Sul. O autor afirma, entretanto, que "*the groups are well known to each other, but have worked separately*" (STREET, 1985, p. 926). De outro lado, o estudo fundamental de Leiva (2008) sobre o neoestruturalismo sinaliza que, no contexto repressivo do Chile, a CEPAL e a OIT foram importantes para a continuidade do trabalho intelectual dos economistas por meio do estabelecimento de relações com líderes de oposição e diversos centros de pesquisa independentes, como a CIEPLAN, o *Centro de Estudios de Desarrollo* e o *Chile Siglo XXI*. Em sua visão, *"It is not surprising therefore, that ECLAC and neostructuralism held a high level of influence in the first three of the Concertacion governments after the end of the military regime*" (LEIVA, 2008, p. 70).

Embora esta última leitura se aproxime de nossa perspectiva, devemos também estabelecer as diferenças entre as visões do autor e o argumento desenvolvido no restante do capítulo. Talvez pelo fato de que seus objetivos fossem outros, Leiva (2008) não discutiu concretamente como os economistas da CEPAL e da CIEPLAN desenvolveram suas relações durante a ditadura chilena. Nas seções a seguir, debruçaremo-nos sobre novas evidências que atestam o alvorecer e a maturação da sociabilidade intelectual e política entre os economistas da CIEPLAN e da CEPAL como condição fundamental para o surgimento do neoestruturalismo. Como veremos na próxima seção, essa relação remonta ao nascimento da CIEPLAN como *think tank,* em meados dos anos 1970.

5.3 O alvorecer da relação entre CEPAL e CIEPLAN na segunda metade da década de 1970

Nos anos iniciais após a criação da CIEPLAN em 1976, a CEPAL e a instituição mantiveram contatos por meio de eventos, acordos de cooperação, consultorias, etc. Uma primeira evidência disso é o Informe Anual das atividades da CEPAL dos anos 1976 e 1977, que indicou que a CEPAL e a CIEPLAN financiaram juntas o evento *Mesa Redonda-América Latina y el nuevo orden económico internacional* no dia 19 de novembro de 1976 (CEPAL, 1977, p. 76). Embora não tenha sido possível averiguar o teor e seus desdobramentos, este evento, organizado tão rapidamente após a criação da CIEPLAN, além de evidenciar os contatos entre os economistas, pode ser interpretado como uma das múltiplas ações voltadas ao fortalecimento do novo centro de pesquisa. Ademais, em 1978, a CIEPLAN também participou, ao lado de órgãos de planejamento e outros centros de pesquisa, do *Programa de Cooperación*

entre Organismos de Planificación, 1978-1979, colaborando para a revisão da bibliografia dos cursos ofertados pelo ILPES aos governos da América Latina (CEPAL, 1978c).

A ligação institucional entre as duas instituições também ocorreu por meio do Secretário Executivo da CEPAL, Enrique Iglesias, que desde 1976 fez parte do Conselho Assessor da CIEPLAN, ao lado de outras figuras da intelectualidade latino-americana, tais como Albert Hirschman, Albert Fishlow, Fernando Henrique Cardoso, Victor Tokman e Guillermo O'Donnel (FOXLEY; MUÑOZ, 1976; FFRENCH-DAVIS; PIÑERA, 1976b). Também era comum a participação dos economistas da Comissão nos eventos da CIEPLAN e vice-versa. Os cepalinos Iglesias e Norberto González, por exemplo, participaram do seminário *The International Economy and Developing Countries*, organizado pelo *think tank* em maio de 1978 (FFRENCH-DAVIS; TIRONI, 1982).

Também é importante considerar a transmissão de documentos e trabalhos da CIEPLAN para a CEPAL, o que era facilitado pelos contatos pessoais. Neste sentido, podemos apontar uma certa proximidade de Prebisch com Ricardo Ffrench-Davis, a quem agradeceu por correspondência o envio de uma lista de trabalhos sobre comércio e desenvolvimento (FFFRENCH-DAVIS, 1980). Ademais, como demonstra outra carta, Nicólas Flaño, vice diretor da CIEPLAN à época, enviou trabalhos apresentados em uma reunião da instituição a Prebisch (FLAÑO, 1981). Em um sentido similar, a biblioteca da CEPAL recebia e organizava em seu acervo diversas publicações da CIEPLAN, como notas técnicas, *Apuntes CIEPLAN*, *Estudios CIEPLAN* e *Colección Estudios CIEPLAN* (BIBLIOTECA DE LA CEPAL, 1981, p. 159). Ainda que não devam ser superestimadas, essas evidências demonstram como havia um intercâmbio de documentos, trabalhos e ideias. Isso se torna ainda mais importante ao considerarmos a quantidade de trabalhos de economistas da CIEPLAN citados pelos membros da Comissão no período, indicando um contato íntimo de consulta manual aos textos, uma vez que não havia facilidade de acesso por meios digitais.

Apesar das limitações inerentes às fontes, as evidências anteriores revelam o envolvimento institucional da CIEPLAN com as atividades da CEPAL e vice-versa. De forma mais significativa, essa colaboração ocorreu por meio de vários estudos encomendados pela Comissão à CIEPLAN, na forma de consultorias acerca de temas como pobreza, políticas sociais e gastos governamentais. Pilar Vergara (1977a) realizou para o ILPES um estudo sobre pobreza rural com especial interesse no caso do Chile, sistematizando e discutindo os limites de uma metodologia de identificação e mensuração da pobreza absoluta. Esse trabalho foi

republicado na série *Estudios CIEPLAN* no mesmo ano (VERGARA, 1977b).[132] A autora concebeu que, historicamente, as políticas públicas de distribuição de renda praticadas via mercado e preços não foram capazes de identificar os grupos mais necessitados. Neste sentido, argumentou que "*las políticas redistributivas deben ser selectivas, en el sentido de favorecer a grupos sociales y económicos específicos*" (VERGARA, 1977a, p. 2).

O mesmo tipo de consultoria ocorreu com o estudo encomendado a Ernesto Tironi em 1979 sobre políticas governamentais contra a pobreza e acesso aos serviços públicos (TIRONI, 1979a). O trabalho resultante foi republicado na *Colección Estudios*, com autorização da CEPAL, no primeiro ano da publicação (TIRONI, 1979b). Tironi buscou analisar o fenômeno da pobreza em suas dimensões teórica e empírica, pontuando a incapacidade da teoria neoclássica para entendê-lo e oferecer soluções, bem como justificando a importância da intervenção estatal como estratégia para superar esse problema. Também enfatizou a necessidade, devido aos recursos escassos, de priorizar no curto prazo políticas públicas específicas e focadas na erradicação da pobreza, enquanto ao longo do tempo seria fundamental a implementação de políticas mais abrangentes. Por fim, em outro estudo encomendado, José Pablo Arellano (1981a) analisou as possibilidades e os efeitos dos gastos sociais na América Latina. O estudo foi parcialmente reescrito e publicado na *Colección Estudios CIEPLAN* no mesmo ano (ARELLANO, 1981b). O autor enfatizou que os gastos públicos sociais subsidiados, dadas as restrições orçamentárias, deveriam ser focados na reestruturação dos serviços públicos – saúde, moradia, redes de esgoto, ensino superior e seguridade social — para que atingissem a maior cobertura possível na população especificamente pobre (ARELLANO, 1981a, p. 27).

Em todos esses estudos solicitados pela CEPAL aos economistas da CIEPLAN, podemos perceber uma preocupação comum com a necessidade, dada a urgência dos problemas sociais e a limitação de recursos fiscais, de desenhar e aplicar políticas econômicas e sociais seletivas e focalizadas. Ainda que propor políticas mais seletivas para o combate à pobreza e outros problemas sociais não estivesse em contradição com o paradigma estruturalista, uma vez que esses problemas sempre foram alvo de preocupação por parte dos economistas cepalinos, essas análises representavam uma mudança importante em relação ao esforço generalizado de intervenções do Estado durante os processos de substituição de importações na América Latina. O tema da pobreza era uma preocupação cada vez maior a nível internacional e originou vários

[132] A série *Estudios CIEPLAN* foi uma publicação esporádica de textos produzidos no âmbito da instituição entre 1976 e 1979 e não deve ser confundida com a revista *Colección Estudios CIEPLAN*, que circulou entre 1979 e 1997 (CIEPLAN, 2016).

estudos no Chile,[133] como os do economista René Cortázar no âmbito da CIEPLAN e, como já vimos, de Sérgio Silva na ODEPLAN e na CEPAL (SILVA, 1974). A preocupação da Comissão com o tema da pobreza era reflexo das angústias do período e da tentativa de readequação de seu referencial analítico.

A ênfase na superação da pobreza e outras questões sociais por meio implementação de políticas sociais mais seletivas se tornaria parte indissociável da agenda neoestruturalista da CEPAL nos anos 1990, assim como do próprio novo governo democrático no Chile. Neste sentido, argumentamos que essas consultorias proporcionaram um acúmulo de experiências importante para as mudanças internas da CEPAL. Como evidência desses laços duradouros construídos em torno do tema, em 1991 a CEPAL publicou um artigo institucional na *Colección Estudios* que media a pobreza no Chile em 1987 em torno de 38% da população ou 5,5 milhões de pessoas em números absolutos, diagnosticando um substancial aumento em relação ao ano de 1970, quando a pobreza alcançava 17% da população. Frente a esse cenário, em consonância com o lema do novo governo chileno de "*crecimiento con equidad*", a CEPAL ressaltou a urgência de uma estratégia de "*desarrollo con equidad*" (CEPAL, 1991, p. 107).

Ainda que sejam claras as interações entre as instituições já durante a segunda metade dos anos 1970, na década seguinte essa sociabilidade intelectual e política se aprofundou. Evidentemente, isso foi estimulado pela crise econômica e financeira do regime militar chileno e suas consequências para um movimento de relativa abertura política, com o avanço da oposição.

5.4 A dupla filiação de Aníbal Pinto e Joseph Ramos e o olhar da CEPAL sobre o caso chileno

O aprofundamento dos laços entre a CEPAL e a CIEPLAN ocorreu por meio de diversos mecanismos e canais. Destaca-se, nesse primeiro momento, a filiação simultânea de alguns economistas em ambas as instituições. Além de Enrique Iglesias ter feito parte do Conselho Assessor da CIEPLAN desde seu primeiro ano, Aníbal Pinto e Joseph Ramos ingressaram no centro de pesquisa no início da década de 1980. Como exposto no capítulo 3, Aníbal Pinto (Diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico da CEPAL, 1970-1979) e Joseph Ramos (Subdiretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico da CEPAL, 1982-1990) eram

[133] Cabe mencionar que, na década de 1970, a partir da presidência de Robert McNamara, o Banco Mundial reorientou seus esforços de financiamento a projetos de investimentos das décadas anteriores para o alívio da pobreza absoluta dos 40% da população mais pobre, que se tornou o grande objetivo do banco (MEIER, 2005, p. 5).

representantes de duas gerações de economistas com diferentes estilos teóricos e profissionais. Fruto disso, o modo de inserção desses economistas no debate público chileno por meio do mundo social católico de oposição também foi diferente. Enquanto a autoridade e o prestígio de Aníbal Pinto o levaram a ocupar variados espaços no mundo social católico, de onde realizou críticas radicais às políticas neoliberais, Ramos tendeu a se posicionar de forma mais moderada. Embora tenha realizado críticas importantes — ao autoritarismo no ICHEH, e ao desemprego na *Mensaje* — sempre o fez de maneira cautelosa. Esses diferentes estilos profissionais e geracionais também se refletiram nos importantes textos publicados por eles em veículos de divulgação acadêmica da CIEPLAN, em particular na *Colección Estudios*.

Os textos de Aníbal Pinto reforçam seu papel como um intelectual importante da oposição. Pinto recorreu à história para organizar os argumentos que aplicava ao contexto em que vivia. Essa é uma característica proeminente do artigo "*Estado y Gran Empresa: de la precrisis hasta el Gobierno de Jorge Alessandri*", produzido no âmbito do programa de pesquisa da CIEPLAN denominado *Estrategias de Desarrollo y Democracia*. O autor analisou a história econômica chilena de maneira retrospectiva, organizada a partir da relação entre Estado e empresários desde princípios do século XX até o governo de Jorge Alessandri (1958-1964). O autor deixou claras as implicações dessa análise para o presente: recuperar a "memória histórica" e "*ayudarnos a entender mejor lo que sucede con posterioridad y a descifrar las incógnitas angustiosas que ha dejado planteadas el voluntarismo ortodoxo en su empeño por implantar su propio molde 'a-histórico*' (PINTO, 1985, p. 6). As comparações entre os acontecimentos do passado e o contexto da ditadura são fartos, como por exemplo, o paralelo entre a intransigência na defesa do padrão ouro nos anos 1930 e "*el 'ajuste automático' patrocinado por la ortodoxia monetarista cincuenta años más tarde*" (p. 16).

O argumento principal do texto é que, por diferentes meios e arranjos com empresários e outros grupos políticos, o Estado foi fundamental na promoção da industrialização e do desenvolvimento, em especial a partir da ascensão da Frente Popular em 1938, quando passou a exercer suas funções como Estado empresário (atuando no investimento produtivo) e Estado programador (criando oportunidades para o fortalecimento do setor privado). Pinto considerou que o Estado programador gerou diversificação e fortalecimento do desenvolvimento empresarial privado desde a década de 1930, a ponto de possibilitar o surgimento de uma candidatura política alternativa à presidência, de Jorge Alessandri. Entretanto, a experiencia de liberalização de importações que levou à crise de 1961 e 1962 teria demonstrado que a grande empresa privada "*concreta y no schumpeteriana - si requería una batería más adecuada de*

estímulos y correctivos […] *necesitaba en mayor medida de la brújula, el lazarillo, y en último término, la asociación y liderato definidos del poder público y sus agencias*" (pp. 37-38).

Em outro texto, intitulado "*La ofensiva contra el estado-empresário*" (1987), Pinto identificou uma ofensiva contra o Estado articulada por um amplo conjunto de atores políticos do mundo e do Chile. No plano internacional, ressaltou os ventos vindos dos Estados Unidos e da Inglaterra, influenciados pelo "velho liberalismo econômico" de Adam Smith e da Escola Austríaca, de Hayek e outros. No Chile, identificou a influência "*de la escuela de Chicago y de instituciones como el Fondo Monetario y el Banco Mundial, cuyos recursos e influencias la respaldan poderosamente*" (PINTO, 1987, p. 117). Para criticar essa "ofensiva", lamentou que as contribuições do Estado para o desenvolvimento econômico chileno fossem ideologicamente desconsideradas *"del examen 'economicista' – tan difundido en el presente – que se resiste a considerar factores ajenos a la 'eficiencia contable'*" (p. 121). Por outro lado, repreendeu a rapidez com a qual o governo militar estaria promovendo o processo de privatizações no Chile. Para o autor, "*el proceso ha sido tan rápido y con tan mínima transparencia que, al tiempo de escribir estas notas – fines de 1986 – es imposible formarse una idea clara y global del huracán privatizador*" (p. 126). O autor entendia que a *Corporación de Fomento de la Producción* (CORFO) — órgão do Estado chileno responsável pela coordenação e administração das empresas estatais — lideraria as tarefas do desenvolvimento, seja a industrialização ou em alguns setores a 'reindustrialização', durante o futuro retorno à democracia, pois a tarefa excederia as possibilidades do setor privado.

Essa assertividade ao discutir o papel do Estado guarda claras relações com o momento de relativa abertura política em meio a um longo e conflituoso processo. No texto "*Consensos, disensos y conflictos en el espacio democratico-popular*" (PINTO, 1983b) — publicado sob o mesmo título na revista *Mensaje* (PINTO, 1983c) — o autor identificou áreas de consenso e discordância no espectro político da esquerda para tornar viável uma alternativa "democrática e popular" ao regime, que passaria pelas contribuições da esquerda socialista e dos partidos reformistas, especialmente do PDC, além da subordinação das Forças Armadas ao poder civil e um protagonismo maior da Igreja.

O consenso das forças progressistas abarcaria, na visão do autor, a oposição integral e drástica ao modelo econômico e social do regime, além do compromisso com a ordem democrática. O objetivo primordial do novo regime seria atender as necessidades materiais, sociais e culturais da população. Para alcançar este objetivo, o autor era consciente de que havia diferentes caminhos dentro do campo progressista. Esboça, porém, algo como uma agenda mínima: a congruência em torno de uma política de geração de emprego, reconstruindo setores

tradicionais e estimulando os informais. Pinto também considerava central a drástica mudança da reforma previdenciária de 1980, abandonando o sistema de capitalização sem cair, entretanto, nos velhos problemas do sistema prévio de repartição.

Mesmo que, em outros textos, Aníbal Pinto tenha afirmado e reforçado a importância do papel do Estado e da retomada da industrialização por ele conduzida no Chile, o autor tinha consciência de que o projeto democrático também exigiria cuidados. Em primeiro lugar, pontuou a necessidade de manutenção dos "equilíbrios básicos" da macroeconomia, com estabilidade de preços, renda, moeda, gastos públicos, etc. O resultado do desrespeito a esses equilíbrios seria "*una espiral inflacionaria y un desajuste externo que ninguna batería de expedientes administrativos (control de precios, subsidios, racionamiento extensivo, etc.) puede contener*" (PINTO, 1983b, p. 118). Ademais, a industrialização deveria incorporar as "críticas positivas", "*no contra la industrialización, claro está, sino que vis a vis diferentes aspectos y modalidades negativas de su traducción latinoamericana y chilena*" (p. 122). Também sinalizou que era fundamental adotar um maior realismo quanto ao setor externo, "*admitiendo que su descuido constituyó en el pasado el flanco más vulnerable para su prosecución y solidez*" (p. 123). A nova estratégia deveria evitar "*las distorsiones de distinto grado y naturaleza acarreadas por una práctica proteccionista a ultranza que perduró más allá de las contingencias que pudieron imponerla en el passado*" (p. 123), sem retornar às experiências de liberalização radical do comércio exterior.

Em resumo, a postura de Aníbal Pinto nas publicações da CIEPLAN reforça algumas das conclusões alcançadas nos capítulos precedentes. Alinhado com seu estilo teórico e profissional associado ao estruturalismo latino-americano das décadas de 1950 e 1960, o autor demonstra um grande apego à história para compreensão da realidade chilena e uma crítica incansável às políticas neoliberais implementadas pela ditadura no país. Além disso, embora o contexto houvesse mudado, Pinto enxergava no Estado e no processo de industrialização as bases para qualquer estratégia de desenvolvimento futuro. Nota-se que tentava preservar elementos essenciais da tradição cepalina, porém admitindo, de maneira secundária, a importância de questões como a manutenção de equilíbrios macroeconômicos básicos. Essa atitude combativa do autor, que exibia um grau significativo de continuidade com o pensamento estruturalista do passado, como vimos, tornava-se cada vez mais isolada em meio à heterogeneidade dos economistas no interior da Comissão e ao clima intelectual dos economistas chilenos.

A interação entre as ideias dos economistas da CEPAL e da CIEPLAN em busca de uma nova síntese para o desenvolvimento econômico latino-americano, com especial atenção ao

Chile, é também evidenciada na análise do papel de Joseph Ramos. Ramos participou de um livro organizado pela CIEPLAN, intitulado *Politicas macro-economicas: una perspectiva latino-americana* (1986), no qual publicou o artigo "*Políticas de estabilización*". A obra foi resultado de trabalhos colaborativos em seminários e palestras na instituição. Na introdução, Cortázar (1986, p. 13) destacou a participação do cepalino Osvaldo Sunkel e do Diretor do PREALC Victor Tokman, que era muito próximo à CEPAL, como comentadores dos trabalhos nos seminários. Também é possível visualizar uma "diretriz organizadora" a partir da qual os diferentes autores desenvolveram sua análise macroeconômica. Segundo Cortázar (1986, p. 113), o livro visa se descolar de perspectivas "*excessivamente rígidas y dogmáticas",* no sentido de que

> *las hipótesis neoclásicas, monetaristas, keynesianas, neokeynesianas o estructuralistas sean, en varios de los trabajos, presentadas no como paradigmas globales y excluyentes sino como modelos analíticos tentativos, capaces de iluminar aspectos parciales, y en algunas ocasiones complementarios, de una realidade histórica cambiante* (CORTÁZAR, 1986, p. 11).

Esse sentido pragmático, de mescla de elementos teóricos e propostas de diferentes "paradigmas" para análise dos problemas econômicos e proposição de novas políticas, é uma característica fundamental do trabalho de Joseph Ramos e de outros representantes da nova geração de economistas da CEPAL. Afastados das ideias clássicas do estruturalismo latino-americano, passaram a aplicar novas teorias e ferramentas aos problemas latino-americanos bem como incorporar uma série de temas e preocupações derivados da aplicação das políticas neoliberais no Chile, tais como inflação, equilíbrio fiscal, controle monetário, abertura comercial e financeira, endividamento externo, redução do papel do Estado etc.

A colaboração de Ramos com a CIEPLAN também se deu por meio da publicação de um artigo na *Colección Estudios* em 1987, em parceria com o pesquisador da instituição José Pablo Arellano. No trabalho intitulado *Fuga de capitales en Chile: magnitud y causas*, estimaram a magnitude da fuga de capitais no início da década de 1980 em menos de 1 bilhão de dólares no Chile, considerada como baixa em relação às experiências de Argentina e Uruguai (ARELLANO; RAMOS, 1987, p. 66). Para explicar isso, os autores enfatizam que, ao contrário desses últimos países, no Chile havia controle de capitais que exigia sua permanência por pelo menos dois anos no país. No contexto de liberalização comercial pós-1975, com a sobrevalorização real do peso chileno, a deterioração da balança comercial fez aumentar a saída de capitais, que foi compensada pelos altos níveis da taxa de juros doméstica no país associados

à alta confiança dos investidores na economia chilena. Por isso, até 1981, não houve registro de fuga de capitais no país.

Segundo Arellano e Ramos, os investidores exageraram em sua confiança na economia do Chile, desconsiderando problemas estruturais como baixas taxa de investimento, taxa de juros altas, dívida externa crescente, etc. Quando houve a desvalorização da moeda em 1982, após um breve período de liberdade de movimentação, foi instituído novamente o controle de capitais, que encerrou a fuga. A partir da experiência, os autores discutiram ponderadamente em quais contextos os controles de capitais seriam úteis. De acordo com eles, a experiência chilena demonstrou não serem necessários quando existe confiança na economia, e também que os "*controles por sí mismos no pueden sustituir por largo tiempo los equilibrios macroeconómicos básicos*" (pp. 71-72). Por outro lado, os autores enfatizaram o papel central dos controles de capitais em contextos de crise de confiança, como em 1982 e 1983, indicando a importância de uma intervenção estatal focada na correção da dinâmica do mercado em momentos específicos.

Ainda que o artigo traga uma protocolar nota dissociando as opiniões dos autores e de suas instituições, argumentamos que as publicações dos cepalinos ligados à CIEPLAN voltadas à análise das políticas econômicas neoliberais, em particular do Chile, evidenciam como as instituições, separada e conjuntamente, debruçavam-se sobre a problematização e crítica dessas experiências. Basta lembrar, como discutido no capítulo 3, que a CEPAL também se mobilizou institucionalmente para entender a implementação das políticas neoliberais durante as ditaduras militares do Cone Sul, tarefa na qual Joseph Ramos foi um dos principais protagonistas por meio da publicação do estudo monográfico *Estabilización y liberalización económica en el Cono Sur* (1984). Esse trabalho recebeu comentários de vários outros economistas da CEPAL, o que evidencia a ressonância do documento na instituição.[134]

O trabalho de Joseph Ramos também oferece diversas evidências da confluência intelectual entre a CEPAL e a CIEPLAN e sua canalização via relações interpessoais. De um lado, sua comparação baseou-se em "*estudios de base sobre cada una de las tres experiencias*" (RAMOS, 1984a, p. 2) desenvolvidos por outros economistas da Divisão de Desenvolvimento Econômico e por consultores da CEPAL.[135] De outro, o autor destacou o "*diálogo contínuo, intenso e itinerante que he mantenido sobre estos temas a lo largo de los últimos años*" (p. 2)

[134] Podemos citar Reynaldo Bajraj, Manuel Balboa, Andrés Clement, Carlos Díaz de la Guardia, Norberto González, Richard Lynn Ground, Rodolfo Hoffmann López, Carlos Massad, Sergio Molina, Héctor Soza, Larry Willmore, Andrés Bianchi e Roberto Zahler (RAMOS, 1984a, p. 2).

[135] Para o caso do Uruguai, Wonsewer e Sarachaga (1980), Wonsower e Notado (1981) e Mezerra (1981). Na Argentina, a análise ficou a cargo de Sourrouille e Lucángeli (1983).

com diversos economistas da CIEPLAN, como René Cortázar, Ricardo Ffrench-Davis, Alejandro Foxley e Lovell Jarvis. Cinco anos depois, o documento foi expandido e publicado como livro sob o título *Política económica neoliberal en países del Cono Sur de América Latina, 1974-1983*. Nessa versão, o autor ainda agradeceu o diálogo com outros economistas da CIEPLAN, como José Pablo Arellano e Patrício Meller (RAMOS, 1989a, p. 10). Além disso, vale notar que o estudo de base para o caso chileno, intitulado *Políticas económicas y procesos de desarrollo: la experiencia de Chile desde 1973*, foi encomendado pela CEPAL a Ernesto Tironi (RAMOS, 1984a, p. 130), um dos fundadores da CIEPLAN (FFRENCH-DAVIS; TIRONI, 1982).

Ramos realizou uma sistematização profunda de diferentes aspectos econômicos e sociais associados às reformas comercial, financeira, trabalhista e previdenciária, aos seus resultados distributivos e setoriais, bem como à redefinição dos papéis do Estado e do Mercado. Para o autor, as políticas neoliberais melhoraram a eficiência microeconômica, mas criaram instabilidades macroeconômicas e sociais que poderiam ser evitadas se os formuladores da política econômica não tivessem uma concepção tão idealizada do agente econômico e do mercado e mostrassem maior consideração pelos aspectos distributivos.

Apesar da crítica aos postulados do neoliberalismo e sua incidência nas políticas económicas e reformas implementadas no Cone Sul, Ramos não adotava uma postura dogmática. O autor reconheceu que, embora "*la crítica neoliberal a la estrategia de desarrollo que la antecedió en el Cono Sur bordea muchas veces lo caricaturesco – es decir, que la intervención estatal es mala e ineficiente per se –, habría también que admitir que tiene mucho de verdad*" (RAMOS, 1984a, p. 185). Para ele, o diagnóstico neoliberal e as políticas propostas "*apuntaban en la dirección correcta*" (p. 186), pois quando a resposta à Grande Depressão se tornou uma estratégia deliberada de desenvolvimento econômico, gerou muitas ineficiências. Ainda que a resposta neoliberal tenha sido problemática, os diagnósticos e os fracassos das tentativas de enfrentamento serviriam, na visão do autor, como "*lecciones para el futuro*". Segundo ele:

> *Habría que buscar un aprovechamiento del mercado y de la iniciativa privada sustancialmente mayor que el observado en el período pre-neoliberal. Por otra parte, la injerencia del Estado tendría que ser cualitativamente más activa que en el período neoliberal, a partir del abandono de la visión idealizada del mercado. Dicha intervención debiera procurar mantener los precios claves próximos a sus valores de equilibrio y evitar efectos distributivos de naturaleza regresiva de largo plazo. La necesidad de establecer un justo equilibrio entre mercado y acción estatal, sobre la base de un diagnóstico realista de las virtudes y deficiencias de uno y otra constituye la gran lección de las experiencias económicas protagonizadas por los países del Cono Sur en el transcurso del último medio siglo. El logro de tal equilibrio configura*

> *el principal desafío a que habrá de hacer frente cualquier estrategia económica futura*. (RAMOS, 1984a, p. 198)

Apesar dos temas e preocupações comuns, não se pode dizer que os economistas da CEPAL estavam, neste momento, preocupados com a definição dos contornos de uma proposta neoestruturalista. Ainda assim, o trabalho de Ramos demonstra que existia um paulatino reconhecimento no interior da Comissão de que era preciso ir além das ideias estruturalistas tradicionais, e que apesar de que as políticas econômicas neoliberais tivessem problemas, havia aprendizados claros com os quais a CEPAL esbarraria inevitavelmente no futuro, e que deveriam ser alvo de análise e progressiva incorporação. Essa mobilização institucional e intelectual da CEPAL para a compreensão e problematização das políticas neoliberais demonstra uma vez mais o papel de oposição dos economistas da instituição em meio ao contexto chileno. O esforço de Ramos em realizar um balanço dos aspectos positivos e negativos das políticas neoliberais, condicionado por seus vínculos e contatos com os economistas da CIEPLAN, seria repetido também por outros economistas da Comissão – constituindo-se, no médio prazo, como uma das fontes por trás do surgimento do neoestruturalismo no final dos anos 1980.

5.5 A resposta da CEPAL aos temas da reforma financeira e abertura comercial

Como vimos no primeiro capítulo, as mudanças do contexto econômico nas décadas de 1970 e 1980 representavam um desafio à CEPAL, que deveria dar uma resposta institucional aos seus países-membros em relação aos temas urgentes da conjuntura. Neste sentido, a introdução das reformas financeiras e comerciais implementadas pelos *Chicago Boys* no Chile levaram a CEPAL a problematizar suas concepções e seus efeitos, bem como propor formas de lidar com a crescente integração dos países com o exterior, seja na dimensão financeira ou comercial. Para essa tarefa, os laços entre a CEPAL e a CIEPLAN também foram importantes.

Para entender isso, focamos em duas figuras proeminentes. De um lado, Roberto Zahler — economista da CEPAL, formado pela Universidade de Chicago e vinculado ao PDC — cujas críticas, no âmbito do ILADES, às concepções econômicas e éticas do neoliberalismo e sua aplicação no Chile foram discutidas no início do capítulo 4. Figura com trânsito no mundo social católico de oposição, Zahler colaborou ativamente com a CIEPLAN no período, participando de publicações organizadas pelo *think tank* com foco em assuntos articulados com seu trabalho no interior da CEPAL sobre temas monetários e financeiros. Desses contatos resultou o convite para integrar o primeiro conselho do Banco Central independente do Chile,

em 1989. De outro lado, destacamos o papel de Ricardo Ffrench-Davis — economista da CIEPLAN, também formado pela Universidade de Chicago e filiado ao PDC — que desenvolveu desde meados da década de 1970 uma relação duradoura com as atividades da CEPAL por meio de consultorias à Comissão e publicações sobre diferentes aspectos da abertura comercial. Esses dois personagens-chave nos ajudam a compreender não somente outros canais de influência recíproca entre as instituições e seus papéis de oposição crítica às políticas econômicas da ditadura chilena. Assim como no caso de Joseph Ramos, como produtos do processo de americanização da Economia na América Latina, esses economistas também foram personagens importantes na transformação intelectual da CEPAL nas décadas de 1970 e 1980, trazendo para dentro da Comissão reflexões e aprendizados sobre a reforma financeira e a abertura comercial.

Iniciemos pelo caso de Zahler. No interior da CEPAL, o economista participava na condição de Assessor Regional Principal em Política Monetária e Financeira em um projeto em parceria com o PNUD, coordenado por Carlos Massad – outro democrata cristão formado na Universidade de Chicago. Neste projeto, intitulado *Implicaciones para América Latina del sistema monetario y financiero internacional*, esses economistas desenvolveram uma série de estudos sobre diferentes aspectos do sistema financeiro internacional, endividamento externo, implementação de programas de ajuste externo e resultados das políticas econômicas neoliberais, com especial foco no Chile (MASSAD; ZAHLER, 1977; 1984; ZAHLER, 1980; 1986a; 1986c).[136]

Embora não tenha trabalhado oficialmente na CIEPLAN, Zahler manteve uma ligação profissional e política forte com seus membros. Nos anos da ditadura militar chilena, em particular na segunda metade da década de 1980, o economista publicou importantes textos sob a égide do *think tank*. Um dos mais notáveis foi o artigo "*Estrategias financieras latinoamericanas: la experiencia del Cono Sur*" (1988), publicado na *Colección Estudios*. Analisando as reformas financeiras aplicadas no Chile, Argentina e Uruguai a partir da segunda metade da década de 1970, Zahler (1988, p. 118) concebeu que essas reformas partiram do diagnóstico de uma "repressão financeira", como parte indissociável da industrialização por substituição de importações, que impunha ao sistema financeiro uma série de ineficiências e

[136] São estes os estudos aos quais nos referimos no capítulo 2, quando indicamos que no 18º *Período de Sesiones* da CEPAL, em abril de 1979, a Secretaria Executiva respondeu a delegação de um país que demandava maior profundidade na análise da dívida externa, informando que esses estudos já estavam sendo desenvolvidos (CEPAL, 1980b, pp. 70-71).

controles. Para o autor, as reformas não geraram os resultados esperados e criaram uma série de outros desequilíbrios.

Com a diretriz de desregulamentação dos controles e das políticas estatais e concessão de liberdade aos agentes financeiros privados, as novas medidas estimularam a especulação financeira sem desenvolver um mercado de capitais de longo prazo. A captação de recursos se caracterizou pelo aumento da poupança externa, ao passo que a poupança doméstica e os investimentos caíram, principalmente no Chile, em função da divergência entre as taxas de juros internas (mais elevadas) e externas. Assim, houve sobrevalorização cambial e aprofundamento de uma dinâmica de especulação financeira a taxas de juros internas elevadas, com repercussões no lado "real" da economia na crise do início dos anos 1980. Portanto, para o autor, a simples desregulamentação e implementação de uma taxa de juros "livre" não seriam condições suficientes para um sistema financeiro equilibrado.

Mesmo com essa avaliação crítica profunda, em um movimento semelhante a outros economistas cepalinos que refletiam sobre as políticas neoliberais no período — como Joseph Ramos — Roberto Zahler não condenava, em si própria, a tentativa de implementar um sistema financeiro mais liberalizado, desde que não apresentasse "*los graves inconvenientes observados en las experiencias recientes del cono sur*" (p. 138). Para uma proposta futura, estabeleceu que seria importante o controle dos desequilíbrios macroeconômicos antes da implementação das reformas financeiras e que seria necessário um papel mais ativo do Estado na regulação do sistema financeiro, com particular atenção à concentração da propriedade de bancos e empresas. Além disso, a reforma financeira deveria ser baseada em uma desregulação gradual, pois um processo rápido tendia a incentivar mais o consumo do que a poupança interna, inibindo uma integração financeira harmoniosa com o exterior.

O pragmatismo do autor reflete também seu entendimento das transformações teóricas no campo da macroeconomia no período. Assim como Joseph Ramos, Zahler também publicou um artigo no livro *Políticas macroeconómicas: una perspectiva latino-americana*, organizado pela CIEPLAN. O autor agradeceu os comentários de cieplaninos como José Pablo Arellano e Manuel Marfán, bem como as sugestões recebidas em um evento sobre macroeconomia realizado na instituição (ZAHLER, 1986b, p. 155). Salientou que as mudanças nas políticas econômicas na América Latina estariam relacionadas a desenvolvimentos teóricos vindos do Norte, em particular a importância dada ao controle dos meios de pagamento pela crítica monetarista ao keynesianismo, o nascimento do enfoque monetário do balanço de pagamentos e, finalmente, a teoria das expectativas racionais, associada aos "novos-clássicos" Robert Lucas, Thomas Sargent e Neil Wallace.

No que diz respeito à literatura sobre política monetária, a avaliação do enfoque monetário do balanço de pagamentos era bastante negativa.[137] Além disso, o autor argumentou que a situação da política monetária nos países industriais era muito diferente da América Latina, e que por isso as formulações inspiradas no contexto dos primeiros seriam insuficientes para a compreensão dos problemas dos segundos. Entretanto, no caso da teoria das expectativas racionais, o autor enxergou alguma utilidade: uma vez que os empresários estão atentos às mudanças na política monetária, seria "*un error suponer que aquél no reaccionaría ante estás, al intentar optimizar su situación económica particular*" (p. 184). De forma prática, seria importante que as estimações e projeções da oferta de dinheiro fossem condicionadas às informações e reações de expectativas dos agentes econômicos.

A análise das reformas financeiras era fundamental para as mudanças das ideias da CEPAL no período. Em uma entrevista, Iglesias (2001) definiu suas atividades na Comissão pela busca de um "novo paradigma" que pudesse garantir a sobrevivência da CEPAL e manter sua relevância. Para ele, durante o governo Allende, os grandes "gurus do pensamento" haviam saído para o governo, e os funcionários que ficaram eram resistentes a mudanças. Dentre os novos temas que considerava importante para a mudança das ideias cepalinas, Iglesias destacou uma novidade: a criação dos "estudos monetários".

Ainda que não explicite o significado desse termo, o autor exemplifica essas atividades com base nos trabalhos de Carlos Massad, Roberto Zahler e Nicolás Eyzaguirre, que neste período, conforme vimos no capítulo 3, passaram a estudar mais sistematicamente o desenho das políticas monetárias, o sistema financeiro, os processos de ajuste da dívida externa, etc. Para o ex-Secretário Executivo, muitas pessoas na CEPAL resistiram à renúncia do velho paradigma cepalino e viram isso como uma violação dos seus princípios. Para Fajardo (2024), como prova desses embates e dificuldades de renúncia, as contratações de Roberto Zahler e Carlos Massad provocaram reações negativas por parte de outros economistas da CEPAL. Por isso, na perspectiva da autora, o mencionado projeto de Zahler e Massad funcionava como uma "unidade paralela" que serviu como uma das ações promovidas por Iglesias para se aproximar do FMI, ainda que a CEPAL seguisse criticando os programas de ajuste recomendados pela instituição no contexto da crise da dívida externa latino-americana. Iglesias afirmou que

[137] O autor considerou que a interpretação da abordagem na região implicou em problemas no manejo da política monetária. Ao colocar a oferta monetária como um elemento passivo, dependente das mudanças nas reservas internacionais em um contexto de diferenciais de taxas de juros, desconsiderou-se que uma parte da demanda por dinheiro fosse usada para fins especulativos. Em segundo lugar, o enfoque se preocupou apenas com o resultado global e não com a composição do balanço de pagamentos, incentivando déficits em conta corrente. Por último, a implementação do enfoque associado à liquidez externa elevou bruscamente os preços dos ativos, contribuindo para a crise.

mudanças teriam ajudado a aumentar a respeitabilidade da Comissão perante o "*mundo nuevo que estaba llegando de economía ortodoxa*" (IGLESIAS, 2001).

Zahler saiu da Comissão para integrar o Conselho do Banco Central do Chile após a promulgação da lei nº 18.840 de 10 de outubro de 1989, que instituía a autonomia do banco. Já sob o regime democrático, o economista se tornaria Presidente do Banco Central (1991-1996), substituindo o também cepalino Andrés Bianchi, que foi o primeiro Presidente do Banco Central autônomo (1989-1991). Vale destacar que, após a saída de Zahler, quem o substituiu foi justamente seu colega Carlos Massad. O fato que os três primeiros presidentes do Banco Central autônomo do Chile — formatado institucionalmente a partir da influência de uma proposta ortodoxa — tenham sido economistas com grande vinculação com a CEPAL durante a ditadura chilena é uma expressão da magnitude das transformações dos estilos profissionais e do pensamento econômico da Comissão no período. Esses economistas, especialmente Roberto Zahler, foram importantes para a aproximação e adaptação das ideias da Comissão em relação às reformas financeiras neoliberais. Mesmo que aberto às propostas liberalizantes, Zahler não endossava uma confiança radical nas ideias de mercado livre, propondo uma postura mais gradualista, com maior participação do Estado na correção dos desequilíbrios provocados pelo mercado.

Para evidenciar mais sua proximidade com a CIEPLAN, torna-se importante a análise a participação de Zahler no *Encuentro Anual de Economistas Chilenos* em 1987, cujo discurso foi reproduzido na *Colección Estudios*. Zahler (1987) elaborou argumentos contrários à proposta de mudança constitucional que visava garantir a autonomia do Banco Central, citando que havia inconveniências e perigos em um Banco Central independente. Mencionou, por exemplo, que a criação de moeda no setor privado é também determinante da expansão monetária, configurando uma fonte potencial de desequilíbrios macroeconômicos; que a proposta impunha uma rigidez que impediria respostas rápidas em momentos de crise econômica, como a que ocorreu em 1982; que era indesejável a concentração excessiva de poder em um órgão sem responsabilização política e poderiam ocorrer problemas de coordenação com outras políticas econômicas. Anos depois, ao assumir a presidência do Banco Central independente, Zahler retificou: "*En el caso de nuestra institución se comprueba entre los especialistas de las más diversas inclinaciones ideológicas, un creciente acuerdo acerca de la conveniencia de disponer de un Banco Central autónomo*" (BIANCHI, 2016, p. 16).

Explicar os motivos dessa mudança nos ajuda a reforçar a atitude crítica do autor aos *Chicago Boys* e sua aproximação política com os economistas da CIEPLAN. As críticas de Zahler à independência do Banco Central ocorreram em um contexto de negociação entre o

governo militar chileno e a oposição, encabeçada por Alejandro Foxley — futuro Ministro da Fazenda no governo de Patricio Aylwin — para a formação do conselho do Banco Central, que inicialmente não resultaram em um acordo, com confrontos abertos entre as partes (HUNEEUS, 2007, p. 448). Ademais, a exposição de Zahler no evento foi uma resposta ao primeiro expositor, Sergio de la Cuadra — *Chicago Boy*, vice-presidente do Banco Central entre 1977 e 1981, presidente do Banco Central e Ministro da Fazenda em 1982 — que defendeu vigorosamente a independência do banco (CUADRA, 1987). Dessa forma, em um contexto de conflito aberto entre governo e oposição sobre os rumos da redemocratização em geral e dessa medida em particular, Zahler se manifestou contrário à visão oficial de independência do Banco Central. A publicação de sua intervenção na revista da CIEPLAN não é desproposital, uma vez os economistas da CIEPLAN permaneceram publicamente contrários à lei até próximo da sua promulgação, em outubro de 1989.[138]

Entretanto, após discussões mais acaloradas, alcançou-se uma solução de compromisso, tendo em vista a proximidade do fim do regime, para formar um conselho pluralista composto por cinco membros, desenhado para testar na prática como funcionaria a independência do Banco Central (HUNEEUS, 2007, p. 448; BIANCHI, 2008, p. 11). A *Concertación* indicou dois economistas da oposição: Roberto Zahler, do PDC, e Juan Eduardo Herrera, do *Partido por la Democracia* (PPD). O governo também indicou dois membros de sua confiança, o General Enrique Seguel, ex-Presidente do Banco Central (1985-1988) e Ministro da Fazenda em 1989, e Alfonso Serrano, ex-Ministro do Trabalho e da Seguridade Social (HUNEEUS, 2007). A escolha de Roberto Zahler como indicação da oposição, liderada por Foxley, reforça seu alinhamento político e intelectual com a CIEPLAN. Também mostra como Zahler era um economista mais sensível à incorporação de certas propostas aparentemente vinculadas ao neoliberalismo.

Um dos contrastes mais claros entre as experiências monetaristas e os postulados estruturalistas tradicionais era, como ocorria no Chile, a ultra liberalização comercial. As experiências de abertura comercial liberalizantes colocavam em xeque a substituição de importações liderada pelo Estado e o controle do comércio exterior. Tratava-se de uma afronta aos intensos esforços da CEPAL neste tema, que desde a década de 1950 se havia mobilizado institucional e politicamente para demandar projetos de integração regional no âmbito

[138] As opiniões contrárias dos economistas da CIEPLAN foram manifestadas publicamente até agosto de 1989. Alejandro Foxley, Ricardo Ffrench-Davis, Joaquín Vial e Carlos Ominami publicaram artigos criticando o projeto no *El Mercúrio* e na *La Segunda*. Foxley garantia que a lei seria mudada imediatamente após o início do novo governo democrático (BIANCHI, 2016, p. 25)

comercial e financeiro para o aprofundamento da industrialização (FAJARDO, 2022). Conforme vimos no capítulo 2, a crítica institucional da CEPAL na matéria de abertura comercial foi explícita nos *Estudios Económicos*.

O economista da CIEPLAN Ricardo Ffrench-Davis foi outro autor fundamental na interação entre as ideias da CEPAL e da CIEPLAN, em particular no tema da inserção comercial das economias latino-americanas. Nascido em 1936, Ffrench-Davis se graduou em *Ingeniería Comercial* na Universidade Católica do Chile e fez doutorado em Economia na Universidade de Chicago, como estudante das primeiras turmas enviadas da Universidade Católica em 1956, ao lado de outros *Chicago Boys* como Sergio de Castro, Rolf Lüders e Pablo Baraona (VALDÉS, 1995, p. 165; FFRENCH-DAVIS, TIRONI, 1982). Ffrench-Davis foi contratado pela Universidade Católica no início da década de 1960, mas se tornou um *Chicago Boy* dissidente, participando do *Centro de Estudios y Planificación Nacional* (CEPLAN), que se tornaria a CIEPLAN a partir de 1976. No governo de Patricio Aylwin, assumiu o cargo de Diretor de Estudos do Banco Central (SILVA, 1991).

No final da década de 1970, Ffrench-Davis publicou um artigo na *Revista da CEPAL* intitulado "*Exportaciones e industrialización en un modelo ortodoxo, Chile 1973-1978*". Uma versão anterior do trabalho foi apresentada na *Reunión Informal sobre Industrialización y Desarrollo*, organizada pela CEPAL em outubro de 1978. Segundo Ffrench-Davis (1979), a expansão das exportações durante o regime militar chileno se deu em condições muito diferentes de outras experiências exportadoras de sucesso, como as da Coreia do Sul e do Brasil. Ao contrário do Chile — que experimentou uma intensa exploração de recursos naturais, um contexto de depressão da atividade econômica e liberalização irrestrita do comércio exterior — a promoção das exportações nessas outras experiências complementou a substituição de importações (com proteção seletiva), com o mercado interno em intensa expansão e altas taxas de investimento e estímulos por parte do Estado. Ffrench-Davis entendeu que o Chile havia alcançado a "etapa fácil da promoção de exportações", e que seu aprofundamento futuro requereria pragmatismo, integração entre as exportações e a estrutura industrial, um papel ativo do Estado e negociações com outros países e empresas transnacionais.

As ligações entre Ffrench-Davis e a CEPAL foram ainda mais profundas. Em 1976, trabalhou ao lado de José Piñera como Assessor Regional em Políticas de Promoção das Exportações da CEPAL. Juntos, Ffrench-Davis e Piñera publicaram um documento de distribuição limitada intitulado *Políticas de promoción de exportaciones en países en desarrollo* (1976), apresentado em um seminário sob o mesmo nome financiado pela CEPAL, pelo BIRD e pelo PNUD. No documento, os autores buscam uma ponderação de estratégias

distintas, posicionando-se contra uma visão influente do passado "*en favor de la sustitución de importaciones, que culminó, por no considerar los costos del proceso, en una sobreprotección para algunos productos en desmedro de otros*" (FFRENCH-DAVIS; PIÑERA, 1976a, p. 77). Esse mesmo texto seria publicado pela CIEPLAN no mesmo trimestre com a autorização da CEPAL (FFRENCH-DAVIS; PIÑERA, 1976b).

Piñera obteve Doutorado em Economia em Harvard, e nos anos posteriores se tornaria um dos mais poderosos ministros da ditadura chilena. Ocupou os cargos de Ministro do Trabalho e Seguridade Social (1978-1980) e Ministro da Mineração em 1981 (HUNEEUS, 2007, pp. 210-211), sendo responsável pela elaboração da reforma trabalhista, da reforma da previdência que instituiu o regime de capitalização, e da reforma da mineração. Uma carta dele a Gabriel Valdés Subercaseaux — então Subsecretário Geral do PNUD (1971-1981) – evidencia que Piñera preferiu a oferta de Enrique Iglesias para trabalhar neste projeto na CEPAL do que incorporar-se ao *Center for Latin American Development Studies* de Paul Roseinstein-Rodan na Universidade de Boston (Piñera, 1974). Embora Piñera tenha trabalhado brevemente na CEPAL, isso demonstra a heterogeneidade e a influência da americanização da Economia na instituição, com Enrique Iglesias contratando economistas recém-formados nos Estados Unidos para reajustar seu pensamento ao contexto de dificuldades intelectuais e políticas.

Os vínculos entre Fffrench-Davis e a CEPAL prosseguiram. Em 1987, o autor realizou uma consultoria para a Divisão Conjunta da CEPAL e da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) sobre a geração de vantagens comparativas e dinamismo industrial. O documento, de circulação restrita, criticou as ideias de livre comércio propagandeadas pelo "neoliberalismo", apoiadas no modelo de Heckscher-Ohlin (FFRENCH-DAVIS, 1987, p. 4). Partindo da crítica a esse modelo, o autor esboçou um conjunto de políticas que seriam importantes para a aquisição de vantagens comparativas, não no sentido automático proposto pelo modelo – "*la escuela ortodoxa supone que las ventajas comparativas son facilmente identificadas en el mercado*" (p. 50) – mas sim a partir de um esforço do Estado nos níveis interno e externo que possibilitasse que a estrutura produtiva dos países alcançasse novas vantagens comparativas que envolvam complexidade tecnológica.

Internamente, o autor considerou importante que o Estado atuasse na infraestrutura pública, garantindo investimentos em água, energia e portos, que influenciariam a percepção dos agentes econômicos sobre as vantagens comparativas "adquiríveis", bem como o investimento em saúde pública, educação e capacitação técnica, que seriam fundamentais no aumento da produtividade do trabalho, pois além de afetar a demanda, incidiriam diretamente

no “perfil” da vantagem comparativa absorvida no sistema produtivo. Nesse mesmo sentido, o Estado deveria concentrar seus esforços na geração de infraestrutura científica e em uma política nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Do ponto de vista das medidas no plano externo, o autor propôs, assim como no artigo precedente, uma ação concentrada, seletiva e racional no desenho das políticas de comércio externo para a promoção das exportações de distintos setores econômicos, a partir de critérios como externalidades, economias de escala e especialização. A estratégia mais uma vez envolveria a complementariedade entre a substituição de importações e a promoção de exportações:

> *hay dos factores estructurales que inciden sobre la dosificación de los esfuerzos substituidores de importaciones y de los promotores de exportaciones. Estos consisten en el grado de avance nacional en la sustitución de importaciones y en las condiciones que caracterizan a los mercados externos. A mayor grado de avance del proceso substitutivo, mayor prioridad reviste la complementación con la promoción de importaciones. La oportunidad con que se reconozca esa situación tiene un impacto determinante sobre la eficiencia de la interrelación con el exterior, el que se acentúa aceleradamente con el transcurso del tiempo cuando se trata de economías relativamente más pequeñas* (FFRENCH-DAVIS, 1987, p. 48).

Os papéis de Zahler e Ffrench-Davis, envolvidos com a CIEPLAN, na discussão de temas financeiros e comerciais urgentes da América Latina do ponto de vista privilegiado do contexto chileno, onde tais transformações eram vivenciadas em sua plenitude, são importantes por várias razões. Em primeiro lugar, evidenciam a contínua aderência da CEPAL ao contexto chileno, que levou dois de seus economistas a se envolverem nos tópicos mais controversos do regime autoritário chileno, como a reforma financeira, o Banco Central, e as políticas de liberalização comercial. Em segundo lugar, ilustram a importância dos laços que conectavam os economistas da CEPAL e da CIEPLAN para a crítica das políticas neoliberais e a proposição de novas políticas inspiradas nos aprendizados retirados dessas experiências. Em terceiro lugar, contribuíram para o processo de mudança institucional que ocorreu na Comissão por meio da aproximação e adaptação do pensamento econômico da CEPAL às políticas e reformas econômicas monetaristas cada vez mais influentes na região.

Além disso, podemos constatar como a resposta institucional e intelectual da CEPAL às reformas econômicas se manifestava, internamente, na renovação do seu quadro técnico com a ascensão de uma nova geração de economistas com pós-graduação nos Estados Unidos. É importante notar que, com exceção de Andrés Bianchi e José Piñera (com formação respectivamente em Yale e Havard), todos os outros economistas discutidos nesta seção obtiveram seus doutorados em Economia na Universidade de Chicago. Neste sentido, embora

Rosenthal (2001) negue que a Escola de Chicago tenha chegado à CEPAL ao mesmo tempo que chegou ao Chile, pode-se qualificar essa afirmação. Se identificamos caricaturalmente a Escola de Chicago com os preceitos ideológicos do livre mercado — tal como defendidos na prática pelos *Chicago Boys*– Rosenthal teria razão. Entretanto, há que matizar essa concepção em três sentidos. Em primeiro lugar, a identificação única e exclusiva da Escola de Chicago com o neoliberalismo é problemática, uma vez que a Universidade de Chicago não era monolítica (REDER, 1982; PECK, 2011).[139] Em segundo lugar, ainda que José Piñera não tenha se formado em Chicago, desempenhou papel notável nas reformas implementadas pelo regime Pinochet. Dessa forma, se por *Chicago Boys* entende-se os *policy makers* do governo Pinochet, economistas com formação em outras universidades também podem ser considerados como parte do grupo, por seu papel relevante no governo – caso também de Jorge Cauas, formado em Columbia. Por último, nem todos os estudantes chilenos da Universidade de Chicago eram adeptos das concepções do livre mercado, embora tenham sido submetidos ao mesmo treinamento – como nos casos de Massad, Ffrench-Davis e Zahler.[140] Um atributo político fundamental para explicar essa divergência, como já explanado, eram os vínculos desses estudantes chilenos com o Partido Democrata Cristão e com o mundo social católico de oposição (VALDÉS, 1995).

Em suma, as evidências aqui discutidas sinalizam como os economistas da CEPAL, influenciados pela interação com a CIEPLAN, terminaram por se apropriar criticamente das políticas neoliberais, propondo alternativas, em particular nos temas da reforma financeira e da abertura comercial, como base para a formulação de políticas econômicas futuras alternativas, que culminariam na estratégia neoestruturalista ao final da década de 1980.

---

[139] Para uma discussão sobre as diferentes concepções teóricas e metodológicas da Escola de Chicago e suas implicações, ver Resende (2021).

[140] É necessário esclarecer que os esforços dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, na forma de assistência técnica entre universidades estadunidenses e latino-americanas, tiveram resultados diferentes em cada país, sendo o caso dos *Chicago Boys* e a dominação das ideias neoliberais na profissão de economista no Chile uma exceção. Para uma análise comparativa da multiplicidade de fatores domésticos que influenciaram os resultados dos convênios entre a Universidade de Chicago e as universidades locais do Chile, Argentina, e Uruguai, consultar Biglaiser (2002). Valdés (1995) demonstra que a exportação da influência dos Chicago Boys, em convênios similares, encontrou espaço na Argentina apenas na Universidade de Cuyo. Para o Brasil, ver o estudo de caso do acordo entre a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade de Vanderbilt realizado por Suprinyak e Fernández (2021). O recente estudo de Guiot-Isaac (2024) sobre esse processo na Colômbia evidencia que a tentativa de aplicação do modelo de convênio realizado na Universidade Católica do Chile, ocorreu apenas na *Universidad del Valle*, em Cali, em um pequeno intervalo de tempo. Os alunos demonstravam reservas quanto ao alto grau de abstração teórica ensinada, enxergando maior utilidade nas habilidades matemáticas. Ademais, os estudantes enviados para realizar mestrado na Universidade de Chicago não concluíram seus cursos.

5.6 Os laços entre a CEPAL e a CIEPLAN como fonte para o surgimento do neoestruturalismo ao final da década de 1980

Embora não tenha sido um processo definido *a priori*, ao final da década de 1980 a revisão e renovação das ideias econômicas realizadas pela CEPAL e pela CIEPLAN e sua contraparte em propostas de políticas econômicas desagua na formulação do enfoque sobre o desenvolvimento econômico chamado de neoestruturalismo. Se, por um lado, os antecedentes desse processo remontavam ao final da década de 1970, por outro, representou um momento histórico particular, no qual economistas da CEPAL, com importante participação de seus colegas da CIEPLAN, promoveram de forma articulada iniciativas destinadas a formular propostas neoestruturalistas. Nosso propósito final é demonstrar como essa abordagem surgiu de um movimento intelectual heterogêneo, advindo de múltiplas fontes teóricas e propostas, no qual a rede de contatos institucionais e pessoais construída pelos economistas da CEPAL e a da CIEPLAN desempenhou um papel importante.

Enfatizando o peso das contribuições de Fernando Fajnzylber, Mallorquín (2017, p. 7) afirma que outros trabalhos publicados à época "*fueron en vano, para entonces, el neoestructuralismo ya ocupaba, institucionalmente un lugar de predominio en la CEPAL*". Consideramos forte essa afirmação de que o neoestruturalismo já estava consolidado na Comissão em 1987/1988, uma vez que a *Revista da CEPAL* ainda publicava trabalhos de autores vinculados à instituição que propunham visões distintas do que seria essa nova abordagem. O trabalho do autor é uma exceção na literatura, que tende a considerar a importância de outras fontes teóricas. Bielschowsky (2009) reconhece que as ideias de Fanjnzylber foram acolhidas por Gert Rosenthal — Secretário Executivo entre 1988 e 1997 — mas adverte que Osvaldo Sunkel, por meio da organização do livro *El desarrollo desde dentro: un enfoque neoestructuralista para la América Latina* (1991), também contribuiu no início da etapa neoestruturalista. De modo semelhante, Vitagliano (2004), Paiva (2006, pp. 57-58) e Silva (2017) reconhecem as contribuições de Sunkel, Ffrench-Davis e Sérgio Bitar para o surgimento da abordagem, embora ainda carregassem um foco nos processos de ajuste da década de 1980 e não uma agenda de desenvolvimento de longo prazo, como seria o caso de Fajnzylber e da CEPAL a partir da década de 1990. Diferentemente, Ocampo (2019, p. 54) argumenta que a proposta central de reestruturação produtiva para inserção internacional da agenda CEPAL adveio das ideias de Sunkel. Por outro lado, Bárcena e Torres (2019, p. 33) ressaltam a multiplicidade de autores que contribuíram para a abordagem: Osvaldo Sunkel, Fernando

Fajnzylber, Ricardo Ffrench-Davis, José Antonio Ocampo, Joseph Ramos e Nora Lustig, todos *"actores clave en la formulación del enfoque neoestructuralista*".

Ademais, Bielschowsky (2009, p. 180) observa que, após a publicação de *Transformación productiva con equidad*, uma série de outros documentos foram elaborados no interior da Comissão nos primeiros anos da década de 1990, coordenados por Fajnzylber, Ffrench-Davis e Joseph Ramos, com a colaboração de Osvaldo Rosales. A partir de 1992, quando Ffrench-Davis tornou-se Assessor Regional Principal da CEPAL, ele teria, junto a outros economistas, contribuído com vários estudos sobre a implementação de políticas para uma gestão econômica estável dos países latino-americanos, particularmente em relação aos controles de capitais (p. 183). Isso evidencia que, institucionalmente, outros autores participaram do processo de construção da abordagem neoestruturalista na década de 1990, que continuou sendo aperfeiçoada e aprofundada em suas distintas dimensões.

No que se refere aos esforços e às contribuições dos economistas da CEPAL e da CIEPLAN para o surgimento do neoestruturalismo na segunda metade da década de 1980, devemos primeiramente enfatizar a iniciativa institucional da Comissão na organização da *Reunión de expertos sobre Crisis y Desarrollo de América Latina y el Caribe* (evento que ficou conhecido como "CEPAL Técnica"), realizada entre os dias 29 de abril e 3 de maio de 1985 na sede da CEPAL em Santiago. Trata-se de um momento em que a instituição propôs um amplo esforço de reflexão sobre a crise do desenvolvimento latino-americano e possíveis elementos de uma nova estratégia para o futuro. Esse evento foi um dos grandes marcos no processo de renovação da instituição nos anos 1980 e advento do neoestruturalismo. Para Bitar (1988, p. 47), os documentos dessa reunião constituíam, naquele momento, o estado da arte do pensamento neoestruturalista. Assinalando a importância do evento para a renovação das ideias e propostas da Comissão, Rosenthal (2004, p. 215) entende que foi uma oportunidade de combinar políticas de curto prazo com uma agenda de reflexão para o desenvolvimento de longo prazo.

Enrique Iglesias — que já havia deixado a Secretaria Executiva da CEPAL neste momento para assumir o Ministério das Relações Exteriores do Uruguai, mas que organizou e participou da reunião (ROSENTHAL, 2004, p. 404) — relembra em entrevista que o evento foi importante no processo de conciliação entre as ideias da ortodoxia econômica e da heterodoxia cepalina:

> *Yo convoqué una conferencia CEPAL Técnica en el año ochenta y cinco, precisamente para debatir todo eso […] dónde se presentaron muchos documentos y interpretaciones con vistas a encontrar una respuesta a todo eso. La CEPAL a partir*

> *de ese momento empieza una tarea de incorporación de las lecciones que venían surgiendo de los éxitos y los fracasos de la ortodoxia económica con los éxitos y fracasos de la heterodoxia económica* (IGLESIAS, 2001, min 134-136).

Além do relato de Iglesias, a tentativa de formular bases para uma nova estratégia econômica pode ser evidenciada pela análise do guia de orientação para as discussões na reunião, que enfatiza aspectos centrais do neoestruturalismo (CEPAL, 1985a). O documento enumerou as preocupações da Comissão em torno dos condicionantes estruturais e conjunturais da crise dos anos 1980 e um balanço dos processos de renegociação da dívida externa em termos de êxitos, custos e alternativas. Além disso, um objetivo claro era reavaliar as contribuições e limitações da "teoria do desenvolvimento" e buscar ideias e propostas que favorecessem um desenvolvimento autônomo com maior equidade no contexto de regimes democráticos, conciliando redução da inflação, manutenção do equilíbrio externo, aumento do crescimento econômico e melhoria da distribuição de renda e das condições sociais. As provocações contidas no guia sinalizaram também a necessidade de maior sistematização dos desafios da adaptação tecnológica e da formulação de políticas setoriais baseadas nas articulações entre setores produtivos e instituições de pesquisa tecnológica. Por fim, apontou para reflexões sobre resultados prováveis da *concertación social* e como combinar a democratização, a participação e o fortalecimento das instituições democráticas com a condução política firme necessária para a superação da crise (p. 7)

Para ajudar na tarefa de reflexão sobre temas tão complexos, a CEPAL convocou "*expertos vinculados tanto al sector público, como al privado, a ámbitos académicos y laborales, y a organizaciones internacionales y regionales*" (CEPAL, 1985b, p. 1). Dentre um amplo leque de participantes que ultrapassou 100 pessoas,[141] a Comissão convocou um seleto grupo de economistas, sociólogos e cientistas políticos para contribuírem com textos sobre os temas que circunscreviam o evento. Dentre esses intelectuais, estavam o brasileiro Edmar Bacha, os argentinos Raúl Prebisch, Juan Carlos de Pablo e Carlos Díaz-Alejandro, e o chileno Alejandro Foxley, economista e líder intelectual da CIEPLAN. Para além de Foxley, Ricardo Ffrench-Davis, ainda que não tenha escrito um texto, também participou das discussões do evento.

As ideias e as propostas contidas no texto de autoria de Alejandro Foxley, intitulado *Crisis económica y democratización: transiciones en América Latina*, são simbólicas da

[141] Da CEPAL participaram importantes nomes como Fernando Fajnzylber, Andrés Bianchi, Joseph Ramos, Adolfo Gurrieri, Enzo Faletto, Oscar Altimir e Armando Di Fillippo. Entretanto, a maioria dos participantes eram externos à Comissão, como Yves Berthelot, Sergio Bitar, Joseph Hodara, Maria da Conceição Tavares, David Ibarra, Hélio Jaguaribe, David Pollock, Luis Faroppa, Victor Tókman, Gonzalo Martner e Juan Samovía.

intrínseca articulação entre as discussões sobre políticas econômicas e as crises dos regimes autoritários da América Latina – particularmente do Cone Sul na década de 1980 – e uma agenda de reflexões e propostas para o futuro, relacionadas às perspectivas de retorno à democracia dos países da região. Foxley (1985) explica a crise dos países latino-americanos a partir da problemática do amplo acesso ao crédito devido à liquidez internacional, que associado às reformas comerciais e financeiras liberalizantes, promovidas em alguns países "*por economistas pertenecientes a la escuela monetarista*" (p. 6), estimulou uma dinâmica de endividamento das empresas e do país como um todo, gerando queda do produto, elevação dos níveis de desemprego e deterioração das condições sociais. Esses problemas teriam sido aprofundados pelos programas de ajuste recessivo do FMI.

Para Foxley, a profunda crise econômica e social estava imbricada na instabilidade dos sistemas políticos dos países da América Latina, explicada pela massiva confrontação entre diferentes grupos políticos e sociais e falta de acordos mínimos amplos.[142] Projetando sua análise para os desafios da reconstrução democrática, o autor propôs reflexões para que os regimes democráticos fossem capazes de lidar com a crise econômica e construir um futuro mais estável do ponto de vista econômico e político. Invertendo o argumento defendido por "neoconservadores" — inspirados na realidade dos países desenvolvidos — de que era necessário frear o aumento do poder das organizações sociais e instituições corporativas, Foxley enfatiza que, dada a debilidade dos grupos sociais na América Latina, o fortalecimento dessa estrutura seria uma das bases de um sistema político mais estável.

Para ele, a expressão institucionalizada das demandas, interesses e aspirações coletivas da sociedade daria maior previsibilidade ao sistema político, afastando mudanças bruscas "populistas" ou "ameaçadoras" e possibilitando sua construção coletiva de longo prazo. Nas suas palavras, seria preciso "*atenuar la incertidumbre mediante mecanismos de acción concertada*" (pp. 26-27), por meio da construção de amplos consensos políticos e coalizões partidárias, o que seria determinante na superação da crise econômica, no estímulo ao investimento privado e no aumento da eficiência do sistema econômico. Na condução da política econômica nas novas democracias, Foxley aconselha pragmaticamente a adoção de

[142] Na visão do autor, as soluções autoritárias, que são frequentemente evocadas como soluções mágicas para esse problema, padecem das mesmas deficiências. Para ele, as catástrofes econômicas e sociais das ditaduras do Chile, do Brasil, da Argentina e do Uruguai no início da década de 1980 desmentem o mito de que, em regimes autoritários, é possível garantir maior disciplina social e eficiência econômica. Isso é explicado pelo fato de que, em governos militares, haveria uma inércia na correção dos erros de política econômica, uma vez que o caminho escolhido é visto como o melhor possível devido à "superioridade científica" dos economistas que os aconselham, o que se soma à rigidez da tomada de decisões da própria estrutura burocrática dos militares e à necessidade de se mostrar mais "eficientes" que governos democráticos anteriores, perseguindo uma mesma direção.

políticas viáveis, "*antes de modelos económicos globales que pretendan resolver simultáneamente todos los problemas*", as quais devem contar com o apoio de setores econômicos e políticos "chaves", formulando políticas que permitam um desenvolvimento "autossustentável" e uma sociedade "mais justa" e "estável" (FOXLEY, 1985, p. 27).

Conforme vimos na segunda seção deste capítulo, a literatura enfatiza que tanto os governos da *Concertación* durante a redemocratização chilena nos anos 1990 quanto a abordagem neoestuturalista da CEPAL incorporaram a importância da *concertación social* para a elaboração de políticas públicas. Nesse sentido, embora Alejandro Foxley não fale em termos de neoestruturalismo, suas propostas nesse evento sobre a necessidade de acordos políticos entre diferentes grupos sociais e o pragmatismo das políticas econômicas foram importantes para o surgimento dessa abordagem. Embora não devamos exagerar a importância desse fato isolado, a escolha de Alejandro Foxley para integrar este pequeno grupo, em um momento em que desempenhava papel de intelectual público no Chile defendendo as mesmas ideias sobre a transição democrática, demonstra os laços entre a CEPAL e a CIEPLAN e a influência do contexto chileno na formação do neoestruturalismo.

Para além do papel desse evento organizado pela CEPAL e a importante participação de Alejandro Foxley, outro personagem-chave para entender o envolvimento dos economistas da CIEPLAN na formulação das propostas neoestruturalistas foi Ricardo Ffrench-Davis, que como vimos anteriormente, constituiu uma relação de longo prazo com a CEPAL desde meados da década de 1970 e se tornaria um dos precursores do novo enfoque na segunda metade da década de 1980. Na já citada consultoria realizada por ele à Divisão Conjunta da CEPAL e à ONUDI, encontramos uma pequena seção no final do texto intitulada *Esbozo de un planteamiento neo-estruturalista*, que propõe uma abordagem baseada em políticas seletivas para a aquisição de vantagens comparativas, à luz dos problemas teóricos e empíricos enfrentados tanto pelo neoliberalismo quanto pelo estruturalismo. Nas palavras do autor:

> *Luego del retroceso experimentado por el análisis del desarrollo económico, bajo el peso del monetarismo, a nuestro juicio corresponde retomar la tradición estructuralista, incorporándole una preocupación sistemática por el diseño de políticas económicas. Los equilibrios macroeconómicos, la coordinación del corto con el largo plazo, la concertación entre los sectores público y privados, la construcción de estructuras productivas y de gestión que tenga incorporadas en sí una mayor igualdad, y consideraciones respecto de estrategias y políticas que posibilitan una mayor autonomía nacional, son aspectos que poseen gran relevancia. Es lo que entonces puede denominarse de "neo-estructuralismo". Su rasgo más destacado es el de políticas selectivas en contraposición con las políticas teóricamente "neutras" del neoliberalismo* (FFRENCH-DAVIS, 1987, p. 2).

Consciente dos limites e das dificuldades de definir o que seria neoestruturalismo, o autor abordou os avanços da nova estratégia. Apesar de beber da fonte intelectual do estruturalismo, o novo enfoque avançava no sentido de maior desenho, instrumentalização e implementação de políticas econômicas. Postulados estruturalistas continuariam centrais, como, por exemplo, a heterogeneidade estrutural e a análise da vinculação das economias latino-americanas ao exterior, a relevância das variáveis externas, a centralidade dos termos de intercâmbio, etc. Entretanto, para o autor, o estruturalismo pecou em aspectos como reconhecer a relevância de políticas econômicas de curto prazo, os limites do déficit fiscal e da expansão monetária, e a necessidade de instrumentos de regulação e organização adequadas do sistema financeiro (p. 53). Para Ffrench-Davis, o neoestruturalismo se opunha de forma concreta às experiências neoliberais das ditaduras do Cone Sul nos anos 1970 e 1980 e aos programas de ajuste da dívida externa. A estratégia neoestruturalista surgia como alternativa a

> *argumentaciones y políticas aplicadas en el Cono Sur en los años setenta, y en tres o cuatro naciones latinoamericanas en los años ochenta (el caso más distintivo es el de Chile)* […] *Síntesis del enfoque neoliberal son, por ejemplo: la nueva condicionalidad presente en el Plan Baker; el conjunto de planteamientos teóricos y de políticas que conforma el enfoque monetario de la balanza de pagos, y las propuestas de "profundización o liberalización financiera"* (FFRENCH-DAVIS, 1988, p. 39).

Em sua visão, a nova abordagem criticava a forma na qual o neoliberalismo tratava o ajuste externo necessário, sempre promovendo a queda da demanda, da produção e do investimento. Ao contrário, o novo enfoque propunha que o ajuste se desse apenas sobre uma parte da demanda (consumo e importações), preservando a produção e os investimentos nacionais. A tentativa de retirar aprendizagens das experiências liberais é notória. Segundo o autor, o neoestruturalismo teria "*componentes comunes con el enfoque contrapuesto. Un ejemplo crucial es el de la presencia del mercado. No se trata de que se le acepte o se le rechace, sino de la dosificación que se le otorgue*" (p. 38). Em termos de formulação de políticas econômicas, estabelece que, ao contrário do neoliberalismo — que pressupõe um governo passivo e políticas supostamente neutras — o neoestruturalismo enfatiza um governo ativo, cujas intervenções por meio de políticas públicas seletivas se orientariam prioritariamente "*para generar mayor equidad*" e estimular atividades intensivas em mão-de-obra (p. 41). Além disso, longe da perspectiva privatizadora do "paradigma neoliberal", a nova abordagem admitiria múltiplas formas de propriedade, com uma combinação de empresas públicas e privadas, nacionais e internacionais. Outras diferenças seriam a proposta de um sistema financeiro regulado com foco em investimentos produtivos preferenciais (com controles de

capitais) e inserção internacional gradual (seletiva e com tarifas heterogêneas com vistas a estimular determinados setores), bem como prioridade a acordos de integração comercial, ao passo que o neoliberalismo prezava por um sistema financeiro desregulado com taxas de juros livres destinadas a promover a poupança e livre movimentação de capitais em um contexto de liberalização financeira.

A participação direta dos economistas da CIEPLAN, junto aos da CEPAL, nas iniciativas da formulação do neoestruturalismo também pode ser evidenciada a partir de um relato recente de Ffrench-Davis, no qual recorda ter participado de um grupo de economistas organizado por Sunkel:

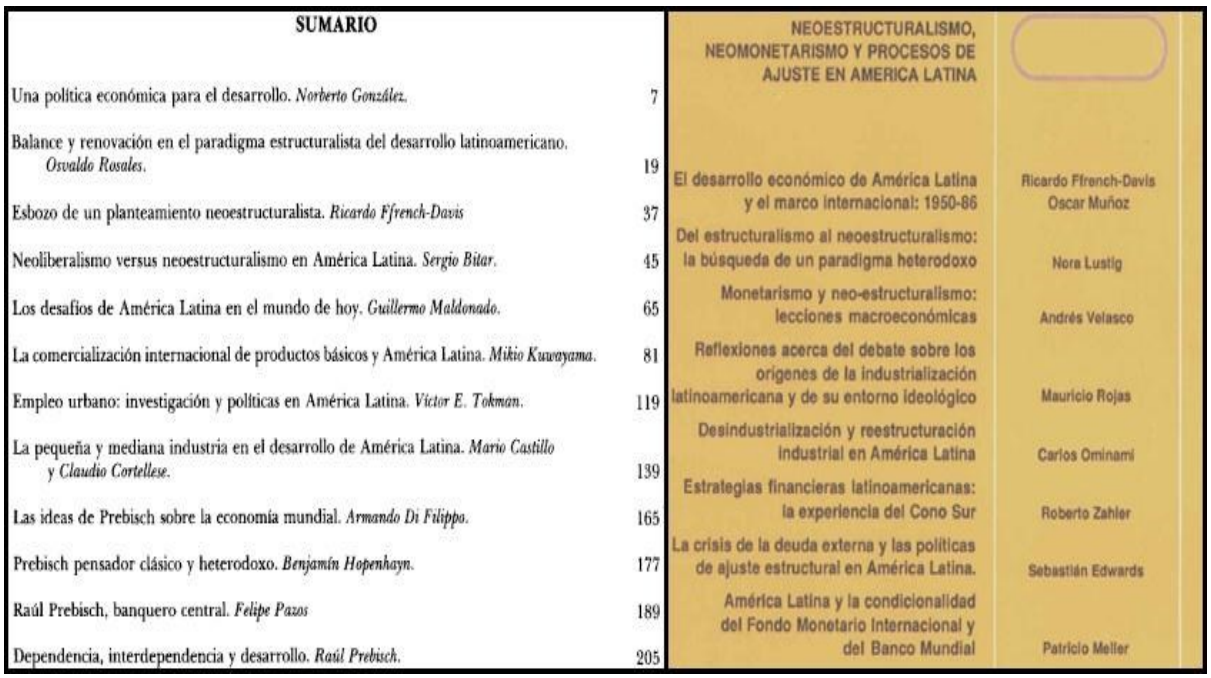
> *Hacia fines de los años ochenta, antes de la existencia formal del consenso de Washington, que ya se aplicaba parcialmente en respuesta a la crisis de la deuda* […] *organizó un grupo de trabajo sobre el tema "del desarrollo hacia adentro al desarrollo desde dentro". Sunkel convocó a un grupo de destacados economistas de América Latina para pensar y analizar, en conjunto, los desafíos del desarrollo de una región que venía saliendo de la crisis de la deuda y un Chile que retornaba a la democracia; tuve el honor de participar en esa actividad. Fueron diálogos muy motivadores y fructíferos, pues el conjunto de especialistas avanzaba desde el estructuralismo hacia el neoestructuralismo, para enfrentarse sólidamente con el neoliberalismo que campeaba en Washington y en varios países de la región y en ámbitos académicos, empresariales y públicos* (FFRENCH-DAVIS, 2019, p. 61).

As discussões no referido grupo — realizadas no *think tank Corporación de Investigaciones para el Desarrollo* (CINDE) e financiadas pelo *International Development Research Centre* (IDRC) do Canadá — deram origem ao já citado livro *El desarrollo desde dentro* (1991). O grupo foi composto por economistas cepalinos como Osvaldo Sunkel, Nicolo Grigo, Joseph Ramos, Nora Lustig, Ennio Rodríguez e José Antônio Ocampo (além de Victor Tókman do PREALC). Ademais, por parte da CIEPLAN, houve a participação de Fffrench-Davis e Oscar Muñoz (SUNKEL, 1993, pp. 425-428). Isso nos ajuda a reforçar o argumento de que os trabalhos da CEPAL e da CIEPLAN compartilhavam o mesmo enfoque e a tentativa de equilibrar críticas e lições, sendo permeados por uma rede subjacente, de natureza interinstitucional e interpessoal, que incluía diversos economistas das duas instituições.

Finalmente, outro aspecto interessante é a sincronia da publicação de vários textos dedicados à temática do neoestruturalismo em veículos de divulgação tanto da Comissão quanto da CIEPLAN, com ativa participação de autores ligados à CEPAL na *Colección Estudios CIEPLAN* e de autores ligados à CIEPLAN na *Revista da CEPAL*. De um lado, conforme ilustrado na Figura 18, os artigos de Ffrench-Davis, Sergio Bitar e Osvaldo Rosales foram publicados em abril de 1988, no número 34 da *Revista da CEPAL*. De outro lado, a CIEPLAN

havia publicado, um mês antes, o número 23 da *Colección Estudios*, exclusivamente dedicado ao tema do neoestruturalismo, contendo o artigo de Nora Lustig (1988) além de contribuições de outros dois autores que trabalhavam na CEPAL: Roberto Zahler e Carlos Ominami (também vinculado à CIEPLAN). Vale destacar que o número 23 da *Colección Estudios* também contou com um artigo de Patrício Meller, economista da CIEPLAN, que no ano seguinte foi republicado na *Revista da CEPAL* nº 37 (MELLER, 1989).

Figura 18 - Sumários da Revista da CEPAL nº 34 e da *Colección Estudios* CIEPLAN nº 23



SUMARIO

Una política económica para el desarrollo. *Norberto González.*	7
Balance y renovación en el paradigma estructuralista del desarrollo latinoamericano. *Osvaldo Rosales.*	19
Esbozo de un planteamiento neoestructuralista. *Ricardo Ffrench-Davis*	37
Neoliberalismo versus neoestructuralismo en América Latina. *Sergio Bitar.*	45
Los desafíos de América Latina en el mundo de hoy. *Guillermo Maldonado.*	65
La comercialización internacional de productos básicos y América Latina. *Mikio Kuwayama.*	81
Empleo urbano: investigación y políticas en América Latina. *Víctor E. Tokman.*	119
La pequeña y mediana industria en el desarrollo de América Latina. *Mario Castillo y Claudio Cortellese.*	139
Las ideas de Prebisch sobre la economía mundial. *Armando Di Filippo.*	165
Prebisch pensador clásico y heterodoxo. *Benjamín Hopenhayn.*	177
Raúl Prebisch, banquero central. *Felipe Pazos*	189
Dependencia, interdependencia y desarrollo. *Raúl Prebisch.*	205

NEOESTRUCTURALISMO, NEOMONETARISMO Y PROCESOS DE AJUSTE EN AMERICA LATINA

El desarrollo económico de América Latina y el marco internacional: 1950-86	Ricardo Ffrench-Davis Oscar Muñoz
Del estructuralismo al neoestructuralismo: la búsqueda de un paradigma heterodoxo	Nora Lustig
Monetarismo y neo-estructuralismo: lecciones macroeconómicas	Andrés Velasco
Reflexiones acerca del debate sobre los orígenes de la industrialización latinoamericana y de su entorno ideológico	Mauricio Rojas
Desindustrialización y reestructuración industrial en América Latina	Carlos Ominami
Estrategias financieras latinoamericanas: la experiencia del Cono Sur	Roberto Zahler
La crisis de la deuda externa y las políticas de ajuste estructural en América Latina.	Sebastián Edwards
América Latina y la condicionalidad del Fondo Monetario Internacional y del Banco Mundial	Patricio Meller

Fonte: Elaboração própria

Dessa forma, devemos notar também o reconhecimento, por parte dos cepalinos, da *Colección Estudios* como um lócus legítimo de reflexão sobre essa nova abordagem, que ganhara o nome de neoestruturalismo. Embora os artigos de Carlos Ominami[143] e Patrício Meller não tenham discutido o neoestruturalismo em termos teóricos, seus autores abordam temas centrais das experiências latino-americanas — a desindustrialização no caso de Ominami

[143] Carlos Ominami nasceu no Chile em 1950. Em 1969, iniciou o curso de *Ingeniería Comercial* na Universidade do Chile. Entre 1968 e 1975, participou do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) e exilou-se na França após o golpe de 1973, onde concluiu o curso universitário e posteriormente o Doutorado em Economia na Universidade Paris X-Nanterre (BIBLIOTECA DEL CONGRESO NACIONAL DE CHILE, 2023). Ominami foi economista do Programa de Relações Internacionais da América Latina da CEPAL entre 1984 e 1987, e simultaneamente participava da área de Economia e Relações Internacionais da CIEPLAN (OMINAMI, 1988, p. 87). Entre 1989 e 1990, foi vice-presidente do *Partido por La Democracia* (PPD) e Coordenador Adjunto da área de Economia do programa de governo da *Concertación de Partidos por la Democracia*. Após a vitória de Patricio Aylwin, assumiu o Ministério da Economia do Chile até 1992.

(1988) e os processos de ajuste estrutural e o problema da "dupla condicionalidade" derivada da atuação do FMI e do Banco Mundial em Meller (1988)[144] — a partir de uma perspectiva crítica, mas também como fonte de reflexão para a proposição de novas políticas, em um procedimento analítico que marcou a sociabilidade intelectual e política entre a CEPAL e a CIEPLAN desde finais da década de 1970. É interessante pontuar a importância dessa sociabilidade inclusive para a proposta de "ajuste com crescimento" em detrimento das recomendações ortodoxas do FMI, uma das contribuições mais reconhecidas da CEPAL na década de 1980.

Neste momento histórico particular, as concepções e propostas da abordagem neoestruturalista envolviam uma aguda heterogeneidade do ponto de vista teórico, mas também diversos aspectos convergentes, que se uniram em uma plataforma programática comum. No que diz respeito às diferenças, recapitulamos do capítulo 3 que a proposta de Fajnzylber — inspirando-se no enfoque neoschumpeteriano e na experiência asiática — tinha uma ênfase especial na constituição de um núcleo endógeno de tecnologia na América Latina e um papel mais incisivo do Estado na promoção de políticas tecnológicas para a inserção internacional. Já a abordagem do "desenvolvimento desde dentro" de Sunkel, embora também pontuasse a importância da dimensão tecnológica, destacava-se mais pela discussão sobre as políticas macroeconômicas de curto prazo, abertura comercial, reforma financeira e mudança do papel do Estado à luz das insuficiências do estruturalismo clássico.

Ao redor dessas principais propostas, havia um conjunto de economistas chilenos mais diretamente ligados à dinâmica do contexto de redemocratização do país. Sérgio Bitar (1988) — participando do movimento de renovação do pensamento socialista do país — apontou que os caminhos do neoestruturalismo deveriam lidar com os aspectos monetário e financeiro, as novas relações comerciais no âmbito mundial e latino-americano, a superação dos programas de ajuste externo e o estímulo a uma concertação social entre diferentes grupos em um contexto democrático e de equidade. Ffrench-Davis (1988), muito próximo a Sunkel, definiu o neoestruturalismo fundamentalmente pelo manejo mais cuidadoso e seletivo dos instrumentos de política econômica do Estado em contraposição ao neoliberalismo. Já a ênfase de outros dois

[144] Meller criticou as condicionalidades impostas pelas duas instituições, de modo que fossem compatíveis com o alívio dos impactos da transferência de recursos líquidos para o exterior. Argumentou que as condicionalidades deveriam ser alteradas nos seguintes sentidos. Primeiramente, os programas de ajuste deveriam evitar o impacto recessivo, por exemplo, com cotas adicionais de crédito quando as variáveis reais da economia ultrapassassem determinados níveis. Em segundo lugar, os países latino-americanos deveriam elaborar seus próprios programas de ajuste. Por último, os programas de ajuste do FMI e do Banco Mundial deveriam se ocupar das condicionalidades das variáveis externas, em moeda estrangeira (condicionalidade em dois níveis), relaxando as metas internas (MELLER, 1988).

economistas da CIEPLAN, Alejandro Foxley (1985) e Patrício Meller (1988), concentrava-se em aspectos específicos do neoestruturalismo, respectivamente a importância dos acordos políticos para a implementação mais harmoniosa e eficiente das políticas econômicas e a oposição aos programas de ajuste estrutural do FMI e Banco Mundial.

Por último, houve autores que não formularam propostas específicas, mas organizaram o debate e avaliaram as discussões daquele contexto. Rosales (1988), vinculado à CEPAL, defendeu as ideias da Comissão sobre a substituição de importações contra as críticas neoliberais, mas também assinalou a necessidade de maior atenção às variáveis de curto prazo, a importância dos acordos políticos no âmbito da sociedade civil e uma inserção internacional mais estratégica. Já Lustig (1987), de uma posição mais acadêmica, reconhecia a importância da renovação do pensamento estruturalista, porém advertia que o neoestruturalismo padecia do defeito contrário do estruturalismo: muita ênfase no curto prazo e pouca no longo prazo.

Em que pesem essas diferenças teóricas e de ênfase, parece-nos que a convergência entre certas ideias e percepções são substanciais. Podemos destacar como aspectos comuns o reconhecimento das insuficiências do estruturalismo cepalino das décadas de 1950, a percepção das inadequadas respostas das políticas econômicas neoliberais e a necessidade de uma inserção internacional mais ativa e estratégica das economias latino-americanas. O neoestruturalismo se basearia em esforços mais seletivos do Estado para a preservação dos equilíbrios macroeconômicos, promoção de políticas setoriais/tecnológicas e políticas sociais para a superação da pobreza e alcance da equidade. Além disso, diferentes autores focaram no imperativo da redução dos conflitos políticos e sociais internos em prol de uma concertação em torno dos objetivos e esforços comuns para o êxito da estratégia neoestruturalista. Foi a predominância desses aspectos convergentes — compartilhados pelos economistas da CEPAL e da CIEPLAN e mobilizados nos debates do contexto latino-americano e chileno — em detrimento das diferenças que possibilitou o surgimento da abordagem neoestruturalista nos anos 1990.

5.7 Considerações parciais

Com base nas discussões realizadas neste capítulo, podemos argumentar que, durante o regime militar chileno, a CEPAL e a CIEPLAN — cada instituição com sua própria história e seus condicionantes — mantiveram uma efervescente sociabilidade intelectual e política, atuando na problematização das transformações socioeconômicas produzidas pelas políticas econômicas dos *Chicago Boys*. Como sintoma da heterogeneidade existente dentro da CEPAL,

um grupo particular de economistas construiu uma rede interinstitucional e interpessoal com os economistas da CIEPLAN, que se expressou de diferentes formas: por filiações simultâneas nas duas instituições, publicações de trabalhos individuais ou em coautoria em veículos de divulgação científica da outra instituição, participação dos economistas cepalinos em eventos da CIEPLAN e vice-versa, consultorias da CIEPLAN à CEPAL em temas diversos como abertura comercial, pobreza e políticas sociais.

Todo esse intercâmbio intelectual e político em torno de ideias e propostas alternativas, fundamentalmente durante a década de 1980, certamente se relacionava não somente ao caso do Chile, mas também ao conjunto de transformações e dilemas do desenvolvimento econômico que afetavam toda a América Latina. Entretanto, o contexto econômico e político chileno se tornou um grande marco para a reflexão econômica dos economistas dessas duas instituições, o que foi fundamental para o surgimento do neoestruturalismo. Cabe ressaltar que, com exceção do uruguaio Enrique Iglesias e do estadunidense Joseph Ramos, todos os economistas cepalinos aqui discutidos — Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel, Roberto Zahler, Carlos Massad, Andrés Bianchi, Carlos Ominami — eram chilenos, o que traz novas evidências sobre o processo de "chilenização da CEPAL" já identificado por Dosman (2008).

As discussões do capítulo solidificam nosso argumento de que durante o regime autoritário chileno, enquanto a CEPAL tentava se manter institucionalmente neutra, os economistas da CEPAL desenvolveram estratégias de inserção no debate público e ligações com grupos de oposição, seja na imprensa ou em centros de pesquisa. Mais do que confirmar essa oposição, as evidências recuperadas nos dois últimos capítulos nos ajudam a caracterizar sua natureza. Devemos afastar de imediato qualquer noção *a priori* de que, por sua tradição de pensamento estruturalista e associação das suas ideias com projetos de desenvolvimento econômico e governos de esquerda na América Latina, a CEPAL teria rejeitado completamente as políticas econômicas neoliberais, sem nenhum tipo de concessão, com o objetivo de defender o legado estruturalista. Além de minimizar a natureza da CEPAL enquanto instituição das Nações Unidas, essa visão caricatural obscurece o fato de que a Comissão já vinha adaptando suas principais teses aos diferentes contextos desde os anos 1960.

Na verdade, entendemos que havia no interior da CEPAL diferentes estilos de oposição, que dependiam da combinação de dois fatores: a geração à qual pertencia o economista em questão e o veículo de divulgação de suas ideias (imprensa ou publicações acadêmicas). De modo geral, enquanto os economistas de uma geração mais antiga, como Aníbal Pinto, Raúl Prebisch e Sérgio Molina, tendiam a utilizar a imprensa para realizar críticas sistemáticas com uma linguagem enfática, os economistas pertencentes à nova geração, como Ramos, Zahler, e

Ffrench-Davis, adotavam uma postura mais moderada em suas publicações acadêmicas sob os auspícios da CIEPLAN, combinando suas críticas com reflexões sobre os aspectos positivos da experiência neoliberal.

As evidências do capítulo também permitem lançar novos olhares sobre alguns aspectos da historiografia discutida nas duas primeiras seções. Em primeiro lugar, lançam luz sobre como a CEPAL se adaptou às transformações do campo dos economistas no Chile, quando o fortalecimento das ciências sociais ocorrido nas décadas anteriores, sobre o qual a Comissão teve grande influência, deu lugar a um contexto repressivo, no qual novas formas institucionais foram necessárias, com notoriedade para os *think thanks*. Em segundo lugar, sem discordar totalmente da visão da literatura de que os *think tanks* concorriam com a CEPAL e contribuíram para o declínio de sua influência, podemos introduzir algumas nuances e qualificações a partir do caso da relação entre a CEPAL e a CIEPLAN, na qual os laços institucionais e interpessoais construídos, bem como um estilo profissional compartilhado por um grupo específico de economistas cepalinos, contribuíram não só para um esforço conjunto de oposição ao regime chileno, mas também para as mudanças do pensamento da Comissão. Finalmente, recuperamos evidências de que a relação entre as instituições representou uma das fontes intelectuais por trás do surgimento do neoestruturalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora fundada em 1948 com o objetivo de estudar os problemas econômicos da América Latina e assessorar os governos da região na matéria, a atuação e as ideias da CEPAL escaparam em vários sentidos dos limites institucionais no âmbito dos quais foi projetada. Em primeiro lugar, adentrou, mais do que se imaginava, nas especificidades dos problemas nacionais, regionais e setoriais da realidade econômica e social dos diferentes países da região. Em segundo lugar, apesar das variações de sua influência ao longo das décadas, tornou-se uma referência incontornável para a discussão sobre desenvolvimento econômico na região. Em determinados momentos, influenciou os movimentos intelectuais e políticos definindo os termos e a agenda do debate econômico. Em outros, da rejeição às suas ideias e propostas surgiram novas abordagens e plataformas políticas.

O lançamento de seus tentáculos, com diferentes graus de alcance, nos contextos nacionais é também importante porque nos lembra que eles partiram de uma origem, de Santiago, que não foi meramente um enclave institucional. O espírito que expressamos ao longo desta tese foi justamente esse. Apesar de que o campo de atuação da CEPAL englobava toda a América Latina, a instituição passou por um processo de "chilenalização" no sentido de que foi progressivamente condicionada pelos processos econômicos e políticos do contexto chileno. A investigação acerca da atuação da Comissão no contexto do regime autoritário chileno, que permitiu a ascensão dos *Chicago Boys*, demonstrou como a CEPAL não foi uma mera espectadora das transformações ocorridas ao redor de sua sede, mas sim uma instituição capaz de responder aos desafios políticos e intelectuais à sua própria maneira.

Embora a historiografia não tenha ignorado o tema totalmente, oferecia caminhos esparsos e insuficientes para a compreensão sobre a atuação da instituição nesse contexto. Na trajetória da pesquisa, observamos como explicações simples e até mesmo intuitivas — como, por exemplo, que a CEPAL não teve um papel relevante devido a sua natureza institucional, ou que por representar uma determinada tradição de pensamento econômico contrária aos *Chicago Boys*, teria se oposto frontalmente à ditadura — podem ocultar elementos fundamentais e resultar em caricaturas. Assim, a contribuição mais geral da tese foi analisar como a relação da Comissão com o contexto chileno produziu dinâmicas complexas, marcadas por variadas nuances e camadas analíticas.

Não tendo tido, de maneira alguma, a pretensão de sugerir que a atividades da CEPAL durante o período de estudo e as mudanças das ideias econômicas cepalinas tenham sido determinadas pelo contexto chileno, o trabalho aponta que a vinculação da Comissão com os

contextos nacionais (especialmente o chileno) não pode ser subestimada, podendo enriquecer as pespectivas transnacionais sobre a história da instituição e ainda colocar sua atuação sob novos prismas analíticos. Dessa forma, contribuições mais específicas deste trabalho referem-se, por exemplo, à difusão da americanização da Economia no interior da Comissão, ao envolvimento dos membros da Comissão com os economistas da Democracia Cristã chilena e a construção de relações intelectuais e políticas com atores e grupos progressistas da Igreja Católica do Chile.

Se é certo que, durante o governo Pinochet, a CEPAL experimentou as vicissitudes de um contexto francamente hostil às suas ideias e à sua própria existência, as origens da sua crise intelectual e de prestígio remontam provalmente à década anterior. Podemos relacionar essa crise com os problemas reais da industrialização latino-americana e aos correlatos processos de radicalização política, o surgimento de novas abordagens teóricas que questionavam severamente o paradigma cepalino e o caminho reformista proposto pela instituição — como a Teoria da Dependência de inspiração marxista e a crítica neoliberal, propagendeada no Chile pelos *Chicago Boys* — e ainda a reorganização do campo intelectual na América Latina a partir dos regimes autoritários e da maior influência das ideias e dos padrões acadêmicos norte-americanos. Todos esses processos se entrucruzaram com os acontecimentos no Chile, aprofundando o quadro ideológico e a natureza dos dilemas que a CEPAL precisava enfrentar.

Nem mesmo a blindagem institucional nada desprezível das Nações Unidas (maior do que dispunham as universidades, professores e intelectuais independentes) garantiu um ambiente tranquilo à instituição. A repressão e as intimidações tanto à instituição quanto a seus membros chegavam de várias formas e exigiram um posicionamento ativo de Enrique Iglesias para não somente proteger seus funcionários quanto atuar em diversas outras frentes, apoiando a luta pelos direitos humanos no Chile. Mesmo não sendo absoluta, essa natureza institucional deu à CEPAL uma grande margem de atuação, conferindo liberdade para a produção intelectual de seus economistas. Por outro lado, tinha como contrapartida um determinado ordenamento institucional e jurídico que implicava compromissos e regras a serem cumpridos. Assim, enquanto no plano das ideias as contradições entre o pensamento da CEPAL e as ideias econômicas que informavam as ações da ditadura eram evidentes, a esfera institucional da Comissão possuía suas próprias engrenagens, o que se expressou na cooperação técnica prestada a diversos projetos do governo chileno – por vezes à sombra da atuação dos grandes economistas. Essas nuances tornam difícil a categorização da CEPAL como oposição à ditadura e também mostram que a instituição precisou se adaptar àquele contexto.

As políticas neoliberais chilenas foram uma preocupação transversal em diferentes dimensões. Do ponto de vista institucional e de sua atuação pública, mostramos como o caso chileno foi acompanhado de perto, mais do que outros países, nos relatórios institucionais da CEPAL. Por meio desses documentos, a instituição posicionava-se frente aos temas de maior interesse nacional e principais debates econômicos. Mesmo com uma linguagem ambígua em determinados momentos, a Comissão elevou o tom de suas críticas principalmente em momentos de crise, avaliando as várias políticas e as consequências do modelo econômico. A referida dupla face da natureza da CEPAL — a necessidade de suas funções executivas e a liberdade conferida a seus membros — nos leva a uma camada um pouco mais profunda: uma instituição é composta por pessoas, cada qual com suas próprias visões, nem sempre coincidentes umas com as outras. Em termos concretos, a Comissão apresentava, no período em análise, grande heterogeneidade intelectual e profissional. Para além de ajudar a compreender as mudanças de ênfase nos relatórios institucionais, esse fato demonstra outro canal pelo qual o contexto chileno penetrava na CEPAL: por meio da reflexão e da discussão entre economistas de diferentes filiações teóricas.

Embora apresentassem diferentes perspectivas, algumas mais críticas que outras, é notório como os economistas da CEPAL posicionavam-se contrariamente à política da ditadura por diversos ângulos. Neste sentido, enquanto a CEPAL, do ponto de vista institucional, não poderia se declarar como oposição, as avaliações elaboradas por seus economistas não deixavam margens para dúvidas. Esse interesse fez com que alguns economistas extrapolassem os muros e portões da sede da Comissão e se aventurassem no debate público, estabelecendo conexões profundas com outros setores da sociedade, como o mundo social católico de oposição e os novos *think tanks* dedicados à pesquisa sobre temas econômicos e sociais. Mesmo não sendo os principais protagonistas da oposição à ditadura, por meio do aprofundamento dos seus vínculos com esses atores políticos e intelectuais, alguns economistas cepalinos endossaram iniciativas e participaram de espaços de oposição, amplificando assim suas críticas às políticas econômicas dos *Chicago Boys*.

Ademais, a relação entre a CEPAL e o contexto chileno não era unidirecional, com a instituição analisando e agindo sobre o contexto. A influência no sentido inverso também foi recorrente, desempenhando papel fundamental para as mudanças de longo prazo do pensamento da CEPAL. Observamos uma mudança progressiva nos posicionamentos da Comissão entre 1973 e 1990 rumo à discussão de políticas econômicas de curto prazo, o que era acompanhado de uma certa ambiguidade nas avaliações do modelo econômico chileno. Uma força propulsora dessas mudanças foi o processo de americanização da Economia como disciplina acadêmica na

América Latina. Economistas com pós-graduação nas principais universidades norte-americanas, e com escassa identificação com as ideias estruturalistas da CEPAL, adentraram a instituição e assumiram crescentemente posições de influência intelectual e institucional.

O processo de reflexão crítica dos economistas da CEPAL em relação às políticas neoliberais e os aprendizados dela retirados, que teve seu auge nas relações estabelecidas com a CIEPLAN, possibilitaram a busca por alternativas que resultou na criação da abordagem neoestruturalista, combinando dimensões do pensamento estruturalista dos anos 1950 e 1960 com várias ideias então mobilizadas pelos neoliberais no debate público. Dessa forma, a chilenização da CEPAL e a transformação do seu quadro técnico contribuíram para a transformação do escopo do pensamento econômico da instituição por meio do abandono/adaptação das grandes teses do passado e sua modernização face aos problemas econômicos e sociais mais urgentes relacionados aos contextos latino-americano e chileno. O surgimento do neoestruturalismo também é importante por mostrar como a Comissão, partindo de uma crise intelectual e de prestígio profunda em princípios da década de 1970 — agravada pela ditadura Pinochet — foi capaz se adaptar em meio às dificuldades, originando ao final da década de 1980 perspectivas para caminhar a partir de bases mais firmes.

Apesar do esforço empreendido no trabalho, evidentemente a tese possui algumas limitações e dimensões que poderiam ter sido mais exploradas. Em primeiro lugar, face a algumas evidências isoladas, não foi possível compreender sistematicamente qual foi o papel da CEPAL no processo de redemocratização do país na segunda metade dos anos 1980. Em segundo lugar, a discussão sobre a heterogeneidade da CEPAL, realizada de modo a evidenciar o impacto do processo de americanização da Economia, deixou fora da discussão intelectuais e grupos que também realizaram contribuições importantes no período, como os sociológos da instituição. O trabalho também é uma base para outras questões relevantes que serão retomadas em trabalhos futuros, como, por exemplo, a análise dos vínculos da CEPAL com outros centros acadêmicos importantes durante a ditadura e a democracia, como a FLACSO e o Centro de Estudios de Desarrollo. Outra possibilidade refere-se à relação entre as fundações filantrópicas em geral, e a Fundação Ford em particular, e os projetos da CEPAL no contexto da ditadura chilena. Por fim, uma das implicações da relação estabelecida entre CEPAL e CIEPLAN seria compreender os possíveis laços dos economistas da Comissão com o governo de Patricio Aylwin e os demais governos da *Concertación* no Chile durante a década de 1990.

Da discussão realizada nesta tese, ainda que baseada na reconstrução de um contexto histórico específico, emergem questões que podem ser relevantes também para os problemas e dilemas da realidade contemporânea. As violações dos direitos humanos, sob várias

modalidades, e as ameaças à democracia — que outrora pareciam apenas parte de um doloroso passado que ainda não havíamos superado — são ainda problemas que desafiam as relações internacionais e as sociedades latino-americanas. Nesse sentido, em tempos de guerras, autoritarismos e conservadorismos, a experiência da atuação da CEPAL e de outros grupos de oposição no contexto da ditadura chilena pôe em relevo a importância da conservação da liberdade acadêmica, da defesa dos direitos humanos, dos valores democráticos e éticos, da organização dos grupos políticos e da importância do diálogo para a construção de propostas para a superação dos problemas econômicos e sociais.

REFERÊNCIAS

Entrevistas realizadas e critérios de seleção

Entrevista A: Economista da CEPAL e da CIEPLAN durante a ditadura.

Entrevista B: Economista da CEPAL no período de interesse.

Entrevista C: Economista formado na Universidade de Chicago e ex-Ministro da Fazenda do governo Pinochet.

Entrevista D: Economista de um *think tank* e que trabalhou na CEPAL no período.

Entrevista E: Funcionário da CEPAL durante o regime autoritário.

Entrevista F: Economista que exerceu um cargo diretivo na CEPAL.

Entrevista G: Pesquisador(a) sobre o campo intelectual e a história política do Chile.

Entrevista H. Economista da CEPAL no período e ex-ministro do governo Patrício Aylwin.

Entrevista I: Sociólogo da CEPAL durante a ditadura.

Entrevista J: Ex-membro do ILADES e pesquisador (a).

Entrevista K: Economista que exerceu algum cargo diretivo na CEPAL.

Entrevista L: Economista da CEPAL no período.

Entrevista M: Economista da CEPAL no período.

Entrevista N: Pesquisador(a) sobre a história intelectual chilena e o papel dos *think tanks*.

Entrevista O: Sociólogo da FLACSO durante o regime autoritário chileno.

Entrevista P: Economista da CEPAL no período.

Arquivos e bibliotecas consultados

Archivos FLACSO - Biblioteca Nicanor Parra - Universidad Diego Portales (UDP)

Archivo General Histórico del Ministerio de Relaciones Exterior de Chile

Archivo Nacional de Chile

Archivo de Trabajo Dr. Raúl Prebisch/CEPAL

Archivo Institucional José Besa/CEPAL

Archivo Jaime Guzmán. Link: https://archivojaimeguzman.cl/index.php/informationobject/browse?topLod=0&sort=relevance&query=revista+mensaje&repos=

Archivo Patrimonial Raúl Silva Henríquez – Universidad Católica Silva Henríquez (UCSH). Link: http://repositorio.ucsh.cl/handle/ucsh/2580

Biblioteca Central de la Universidad Alberto Hurtado (UAH)

Biblioteca del Congreso Nacional de Chile

Biblioteca Nacional de Chile

Biblioteca Hernán Santa Cruz/CEPAL

Papeles de la dictadura - Centro de Investigación Periodística (CIPER)/ Centro de Investigación y Proyectos Periodísticos de la Universidad Diego Portales (CIP UDP).
Link: https://www.ciperchile.cl/papeles-de-la-dictadura/.

Fontes documentais

ALDUNATE, Jaime Antúnez. *Entrevista al académico de número Don Andrés Bianchi Larre*. Santiago: Academia Chilena de Ciencias sociales, Políticas y Morales, 2020. Disponível em: https://acspm.cl/conversaciones/entrevista-al-academico-de-numero-don-andres-bianchi-larre/. Acesso em 2 jun. 2024.

ARANEDA, Danny Gonzalo Monsálvez. Legitimación e institucionalización: El poder militar disciplinario en Chile: bandos y decretos ley (1973-74). *Estudios-Centro de Estudios Avanzados*. Universidad Nacional de Córdoba, n. 44, p. 185-206, 2020.

ARCHIVO CHILE. Historia Político Social- Movimento Popular. *Fernando de la Cruz Olivares Mori*. Centro de Estudios Miguel Enriquez, 2009. Disponível em: <https://www.archivochile.com/Memorial/caidos_mir/O/olivares_mori_fernando.pdf>. Acesso em: 14 out 2023.

ARELLANO, José Pablo. *Gasto público social y pobreza en América Latina*. Santiago: CEPAL, 1981a. E/CEPAL/PROY.1/R.48.

ARELLANO, José Pablo. *Gasto público social y sus beneficiarios en América Latina*. Santiago: *Colección estudios CIEPLAN,* v.6, p. 149-173, 1981b.

ARELLANO, José Pablo et al. *Modelo económico chileno*: trayectoria de una crítica. Editorial Aconcagua, 1982.

ARELLANO, José Pablo; RAMOS, Joseph. Fuga de capitales en Chile: magnitud y causas. *Colección estudios CIEPLAN*, n. 22, p. 63-76, 1987.

AUTORA NÃO IDENTIFICADA. Opiniones injustas sobre Raúl Prebisch. *El Mercurio*. Santiago, 7 jun. 1973, 1973. Extraído de Sobre nº 140, Arquivo de Trabajo Prebisch, Biblioteca Hernán Santa Cruz, CEPAL.

BANCO CENTRAL DE CHILE. *Roberto Zahler: Ex-Presidente del Banco Central de Chile*. Disponível em: https://web.archive.org/web/20080612014108/http://www.bcentral.cl/acerca/autoridades/historicas/08b.htm. Acesso em 24 jan. 2022. 2022

BARAONA, Pablo. *Economía y Nueva Institucionalidad*. In: DIPRES. Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos. Santiago: Ministerio de Hacienda, p. 387-376, 1978

BARAONA, Pablo. El mercado y la intervención estatal como instrumentos de la política social. In: FRANCO, Rolando; ZAVALA, Jose Carlos Cuentas (coords.). *Desarrollo Social en los 80*. Santiago: CEPAL, ILPES, UNICEF, p. 249-254, 1983.

BELLO, Simón. *Chile y la integración latinoamericana: Reflexiones a propósito del retiro de Chile del Pacto Andino*. *Mensaje*. Santiago, v. 25, n. 255, p. 606-608, 1976. Disponível em: https://repositorio.uahurtado.cl/static/pages/docs/1976/n255_606.pdf. Acesso em 1. nov. 2022.

BENAVENTE, David. *A medio morir cantando*: 13 testimonios de cesantes. Santiago de Chile: PREALC-OIT, 1986.

BIANCHI, Andrés. América Latina: Crisis económica y ajuste externo. *Documento de Trabajo nº 68*. Centro de Estudios Públicos, n.24, p.1-50, 1986a.

BIANCHI, Andrés. América Latina: Crisis económica y ajuste externo. *Estudios Públicos*, n.24, p.1-50, 1986b.

BIANCHI, Andrés; DEVLIN, Robert; RAMOS, Joseph. El proceso de ajuste en la América Latina 1981-1986. *El trimestre económico*, v. 54, n. 216, p. 855-911, 1987.

BIANCHI, Andrés. Discurso del señor Andrés Bianchi Larre al asumir la Presidencia del Banco Central de Chile. *Boletín mensual del Banco Central*, nº 742, p.3107-3108, 1989

BIANCHI, Andrés. La Autonomía del Banco Central de Chile: Origen y Legitimación. Santiago, *Documentos de Política Económica (Banco Central de Chile)*, n. 26, 25p, 2008.

BIANCHI, Andrés. Prólogo. In: BIANCHI, Andrés (comp). *La deuda externa latinoamericana*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1985.

BIANCHI, Andrés. La independencia del Banco Central de Chile: los años iniciales. NAUDON, Alberto; ÁLVAREZ, Luis. In: *25 años de Autonomía del Banco Central de Chile*. Santiago, p. 13-28, 2016.

BIANCHI, Andrés. La CEPAL en los años setenta y ochenta. In: CEPAL. *La CEPAL en sus 50 años*: notas de un Seminario Conmemorativo. Santiago: CEPAL, p. 43-52, 2000.

BIBLIOTECA DE LA CEPAL. *Indice de revistas que se reciben regularmente en la biblioteca*. Santiago: CEPAL, 1981. E/CEPAL/BIB/L.24.

BIBLIOTECA DEL CONGRESO NACIONAL DE CHILE. Carlos Ominami Pascua. *Reseñas biográficas parlamentarias*. Disponível em: https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_parlamentarias/wiki/Carlos_Ominami_Pascual. Acesso em 25 abril 2023.

BIBLIOTECA DEL CONGRESO NACIONAL DE CHILE. Sebastián Piñera Echenique. *Presidentes de la República de Chile*. Santiago: BCN, 2024. Disponível em: https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_biograficas/wiki/Sebasti%C3%A1n_Pi%C3%B1era_Echenique. Acesso em 13 nov. 2024

BIBLIOTECA NACIONAL DE CHILE. Memoria Chilena. Análisis, 2024a. Disponível em: https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-96756.html.

BIBLIOTECA NACIONAL DE CHILE. Memoria Chilena. Periodismo de oposición: Hoy, 2024b. Disponível em: https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-96760.html.

BRUNNER, José Joaquín. Los intelectuales en Chile. *Mensaje*, v. 31, n. 311, p. 423-429, 1982.

BITAR, Sergio. Neoliberalismo versus neoestructuralismo en América Latina. *Revista de la CEPAL*, n.34, p. 45-63, 1988.

CANALES, Filma. Familiares de detenidos desaparecidos: De la muerte a la vida. *Mensaje*, v. 29, n. 292, p.479-484, 1980.

CARIOLA, Carmen; SUNKEL, Osvaldo. *Un siglo de historia económica de Chile, 1830 y 1930: dos ensayos y una bibliografía: dos ensayos y una bibliografía*. Madrid, Ediciones Cultura Hispánica, 1982.

CARVALHO, Maurício. Huelga de hambre en la Cepal. 28 de junio de 1977. *Hoy*. Extraído de Fondo Família Fernando Ortiz, Archivo de Fondos y Colecciones, Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, 1977.

CEPAL. America Latina: el nuevo escenario regional y mundial. *Cuadernos de la CEPAL*, nº 1. Santiago: CEPAL, 1975d.

CEPAL. Crisis economica y politicas de ajuste, Estabilizacion y crecimiento. *Cuadernos de la CEPAL*, nº 48. Santiago: CEPAL, 1986b.

CEPAL. *Comentarios sobre el* i*nforme de la dependencia común de inspección*. CEPAL. E/CN.12/960/Add.1. Quito: ONU,1973b.

CEPAL. *Equidad y transformación productiva*: un enfoque integrado. Naciones Unidas: Santiago, 253p, 1992.

CEPAL. *Escritos de Aníbal Pinto Santa Cruz, 1946-1993*: Bibliografía existente en la Biblioteca de la CEPAL. Bibliografia compilada por José Besa García. Santiago, 1994.

CEPAL. *Estudio Económico de América Latina 1949*. Santiago de Chile: CEPAL, 1951.

CEPAL. *Estudio Económico de América Latina*. Santiago de Chile: CEPAL, 1956.

CEPAL. *Estudio Económico de América Latina*. Santiago de Chile: CEPAL, 1968.

CEPAL. *Estudio Económico de América Latina*. Santiago de Chile: CEPAL, 1972.

CEPAL. *Estudio Económico de América Latina*. Santiago de Chile: CEPAL, entre 1973a e 1990a.

CEPAL. Guía para orientar los debates de los puntos del temario de la reunión. *Reunión de expertos sobre Crisis y Desarrollo de América Latina y el Caribe*. 21 de marzo de 1985. Santiago: CEPAL, 1985a. LC/L.329 (Sem 22/2).

CEPAL. Informe anual (31 de marzo de 1973 - 28 de febrero de 1974). 28 de febrero de 1974). *Consejo Económico y Social*, Documentos Oficiales: 57° Período de Sesiones. Suplemento n° 7. E/5495. E/CN.12/972/Rev.1. Nueva York: ONU, 1974b.

CEPAL. Informe anual (10 de marzo de 1974 - 6 de mayo de 1975). *Consejo Económico y Social*. Documentos Oficiales: 59° Período de Sesiones. v. 1, Suplemento n° 9. E/5608. E/CEPAL/989/Rev.1. Nueva York: ONU, 1975b.

CEPAL. Informe anual (10 de marzo de 1974 - 6 de mayo de 1975). *Consejo Económico y Social*. Documentos Oficiales: 59° Período de Sesiones. v. 2, Suplemento n° 9. E/5608. E/CEPAL/989/Rev.1. Nueva York: ONU, 1975c.

CEPAL. Informe anual (7 de mayo de 1975 – 6 mayo de 1976). *Consejo Económico y Social*. Documentos Oficiales: 61º Período de Sesiones. Suplemento nº 10.E/5784. E/CEPAL/1016. Nueva York: ONU, 1976b.

CEPAL. Informe anual (7 de mayo de 1976 - 6 de mayo de 1977). *Consejo Económico y Social*. Documentos Oficiales: 63° Período de Sesiones. v.1, Suplemento n° 11. E/5945. E/CEPAL/1030/Rev.1. Nueva York: ONU, 1977b.

CEPAL. Informe anual (7 de mayo de 1977 - 6 de mayo de 1978). *Consejo Económico y Social*. Documentos Oficiales: 64° Período de Sesiones. v.1, Suplemento n° 11. E/1978/51. E/CEPAL/1051. Nueva York: ONU, 1978b.

CEPAL. Informe anual (8 de mayo de 1978 - 26 de abril de 1979). *Consejo Económico y Social*. Documentos Oficiales. v.1, Suplemento n° 16. E/1979/51. E/CEPAL/1083/Rev.1. Nueva York: ONU, 1980b.

CEPAL. Informe bianual sobre las actividades de la Comisión desde el 27 de abril de 1979. *Consejo Económico y Social*. Documentos Oficiales: 19° Período de Sesiones de la CEPAL. E/CEPAL/G.1163. Montivideo: ONU, 1981b.

CEPAL. Informe anual (16 de mayo de 1981 - 6 de abril de 1984). *Consejo Económico y Social*. Documentos Oficiales. Suplemento n° 12. E/1984/22. LC/G1310. Nueva York: ONU, 1984b.

CEPAL. *Informe de actividades de la Comisión desde abril de 1984.* 20º Período de Sesiones de la CEPAL. México, D.F: ONU, 1986b.

CEPAL. La economía de América Latina en 1982: evolución general, política cambiaria y renegociación de la deuda externa. *Cuadernos de la CEPAL*, nº 47. Santiago: CEPAL, 1984c.

CEPAL. *Osvaldo Sunkel*. Santiago: CEPAL 2024. Disponível em: https://www.cepal.org/es/equipo/osvaldo-sunkel. Acesso em 15 mar. 2024.

CEPAL. Políticas de ajuste y renegociación de la deuda externa en América latina. *Cuadernos de la CEPAL*, nº 48. Santiago: CEPAL, 1984d.

CEPAL. *Raúl Prebisch*. Santiago: CEPAL 2024. Disponível em: https://www.cepal.org/es/equipo/raul-prebisch. Acesso em 15 mar. 2024.

CEPAL. *Panorama Económico de América Latina*. Santiago de Chile: CEPAL, entre 1985c e 1990c.

CEPAL. *Programa de Cooperación entre organismos de planificación, 1978-1979*. Santiago: CEPAL, 1978c.

CEPAL. Proyecto de informe. *Reunión de expertos sobre Crisis y Desarrollo de América Latina y el Caribe*. Documento de Sala de Conferencias nº 27. 3 de mayo de 1985. Santiago: CEPAL, 1985b.INT-0415. C.2.

CEPAL. *Transformación productiva con equidad*: La tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el Caribe en los años noventa. Naciones Unidas: Santiago, 180p, 1990.

CEPAL Una estimación de la magnitud de la pobreza en Chile, 1987. *Colección Estudios CIEPLAN*, v.31, p. 107-129, 1991.

CEPAL; ILPES; UNICEF. *Temario del Simposio Internacional sobre Políticas de Desarrollo Social de América Latina en la década de los ochenta*. Santiago: CEPAL, 1982

CENTRAL NACIONAL DE INTELIGENCIA (CNI). Memorandum. MINISTERIO DE LA JUSTICIA, 1982. ARCHIVO ADMINISTRACIÓN (1973 - 1989). Extraído de Papeles de la dictadura (CIPER/CIP UDP). Disponível em: https://journaliststudio.google.com/pinpoint/document-view?collection=dde1fa4b375f1cdb&p=1&docid=184658f58d5d022e_dde1fa4b375f1cdb&dapvm=2

CORTÁZAR, René. Introducción. In: ARELLANO, José Pablo *et al*. *Políticas macro-economicas*: una perspectiva latinoamericana. Santiago: CIEPLAN, p. 9-13 1986.

CORTÁZAR, René; MARSHALL, Jorge. Índice de precios al consumidor en Chile: 1970-1978. *Colección Estudios CIEPLAN*, n. 4, p. 159-201, 1980.

CORTÁZAR, René; FOXLEY, Alejandro; TOKMAN, Víctor E. *Legados del monetarismo***,** Argentina y Chile. Buenos Aires: PREALC/OIT. Ed. Solar, 1984.

CORTÁZAR, René; MARSHALL, Jorge. Índice de precios al consumidor en Chile: 1970-1978. In: ARELLANO, José Pablo et al. *Modelo económico chileno*: trayectoria de una crítica. Santiago: Editorial Aconcagua, p. 298- 310, 1982.

COVIÁN, Luis Danús. Exposición del Director de la Oficina de Planificación Nacional (ODEPLAN) de la República de Chile. In: FRANCO, Rolando; ZAVALA, Jose Carlos

Cuentas (coords.). *Desarrollo Social en los 80*. Santiago: CEPAL, ILPES, UNICEF, p.383-386, 1983.

CUADRA, Sergio de la. Exposición de Sergio de la Cuadra. Panel sobre la independencia del Banco Central. *Colección Estudios CIEPLAN*, v.22, p. 177-179.

DE CASTRO, Sergio. *El ladrillo*: bases de la política económica del Gobierno Militar Chileno. Santiago de Chile: Centro de Estudios Públicos, 1992.

DE CASTRO, Sergio. *Exposición sobre el Estado de la Hacienda Pública*. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1981.

DE CASTRO, Sergio. Ministro· de Castro: El Esquema Proteccionista Fracasó· en Chile.: El Mercurio, 29 de agosto de 1976. In: DIPRES. *Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos*. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1976.

DE CASTRO, Sergio de. Ministro de Economía: Nuestro Objetivo es la Transformación Económica. La Patria, 1° de julio de 1975. In: DIPRES. *Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos*. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978.

DONNELLY, Leo. ¿Descuido o contradicción?. *Mensaje*, v. 30. n. 299, 1981.

EL DIÁRIO. Sergio Molina Silva. *Biblioteca Nacional de Chile*. 16 maio 1990. Archivo de Referencias Críticas, 1990. Disponível em: <http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/bnd/628/w3-article-183606.html>. Acesso em 11. out. 2022.

EL MERCURIO. Senado. Sesión aniversário de la CEPAL. *El Mercurio*. Santiago, 31 maio. 1973, 1973. Extraído de Sobre nº 140, Arquivo de Trabajo Prebisch, Biblioteca Hernán Santa Cruz, CEPAL.

FAJNZYLBER, Fernando. A empresa internacional na industrialização da América Latina. In: SERRA, José. América Latina: Ensaios de interpretação econômica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.171-207, 1976.

FAJNZYLBER, Fernando. *Apertura, progreso técnico y competitividad.* In: "The International Standing Brazil in the 90's", São Paulo, Brasil, p. 1-24, 1990a. Extraído de Archivo Institucional José Besa, Biblioteca Hernán Santa Cruz, CEPAL.

FAJNZYLBER, Fernando. Chile y los mercados mundiales: estrategias para una plena inserción. *Ambiente y desarrollo*, v. VII, n.1, p. 31-34, 1991. Extraído de Archivo Institucional José Besa, Biblioteca Hernán Santa Cruz, CEPAL.

FAJNZYLBER, Fernando. Competitividad internacional: evolución y lecciones. *Revista de la CEPAL*, n. 36, p.7-24, 1988.

FAJNZYLBER, Fernando. *El desafío económico y social de Chile*. p. 1-11, 1990b. Extraído de Archivo Institucional José Besa, Biblioteca Hernán Santa Cruz, CEPAL.

FAJNZYLBER, Fernando. *Industrialización en América Latina*: de la “caja negra" al casillero vacío". Naciones Unidas: Santiago: Cuadernos de la CEPAL, n.60, 1990c.

FAJNZYLBER, Fernando. *La industrialización trunca de América Latina*. México: Editorial Nueva Imagen, 1983.

FERNÁNDEZ, Fernando. La CEPAL y el neoliberalismo: entrevista a Fernando Fajnzylber. *Revista de la CEPAL*, n.52, p. 207-209, 1994.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. [Correspondência]. Destinatário: Raúl Prebisch, 18 abril. 1980. Extraído de Archivo Institucional José Besa, *Biblioteca Hernán Santa Cruz*, CEPAL.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo Esbozo de un planteamiento neoestructuralista. *Revista de la CEPAL*, n.34, p. 37-44, 1988

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. Exportaciones e industrialización en un modelo ortodoxo: Chile, 1973-1978. *Revista de la CEPAL*, n.9, p. 99-119, 1979.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. *Generación de ventajas comparativas y dinamismo Industrial*. Santiago: CEPAL, 59p, 1987. LC/R. 559.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. Osvaldo Sunkel y el desarrollo o crecimiento incluyente. In: BÁRCENA, Alicia; TORRES, Miguel. *Del estructuralismo al neoestructuralismo: la travesía intelectual de Osvaldo Sunkel*. Santiago: CEPAL, 2019, p. 59-76, 2019.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. *Pacto Andino y libre comercio*. *Mensaje*. Santiago, v. 25, n. 253, p. 503-507, 1976. Disponível em: https://repositorio.uahurtado.cl/static/pages/docs/1976/n253_503.pdf. Acesso em 1. nov. 2022.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo; PIÑERA, José. Políticas de promoción de exportaciones en países en desarrollo. *Seminario sobre Politicas de Promoción de Exportaciones*. Santiago: CEPAL/ONUDI, 77p, 1976a. ST/CEPAL/Conf.59/L.2.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo; PIÑERA, José. Promoción de exportaciones y desarrollo nacional. Santiago: *Estudios CIEPLAN*, n.2, 1976b.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo; TIRONI, Ernesto. *Latin America and the New International Economic Order*. London: Macmillan Press, 1982.

FLAÑO, Nicolás [Correspondência]. Destinatário: Raúl Prebisch, 7 set. 1981. Extraído de Archivo Institucional José Besa, *Biblioteca Hernán Santa Cruz*, CEPAL.

FOXLEY, Alejandro. A focal point in the discussion on the strategy of growth with equity In: International Labour Organization (ILO). *PREALC, 25 years*, p. 81-82, 1993.

FOXLEY, Alejandro. Inflación con recesión: las experiencias del Brasil y Chile. *Colección Estudios CIEPLAN*, v.1, p.7-61, 1979.

FOXLEY, Alejandro. Crisis económica y democratización: transiciones en América Latina. *Reunión de Expertos sobre Crisis y Desarrollo de América Latina y el Caribe*. 13 de marzo de 1985. Santiago: CEPAL, 1985. INT-0429. C.1.

FOXLEY, Alejandro; MUÑOZ, Oscar. Políticas de empleo en economias heterogéneas. *Estudios CIEPLAN*, n.1, 1976.

FRANCO, Rolando; ZAVALA, Jose Carlos Cuentas (coords.). *Desarrollo Social en los 80*. Santiago: CEPAL, ILPES, UNICEF, 438p, 1983.

FERRER, Aldo. La política regional de inversiones y la estrategia integracionista. *Mensaje*. Santiago, v. 14, n. 139, p. 105-110, 1965. Disponível em: https://www.mensaje.cl/biblioteca/?swpquery=ferrer&criterio=todos. Acesso em 10. ago. 2022.

FUNDACIÓN PATRICIO AYLWIN AZÓCAR. *Informe "La Consulta Nacional del 4 de Enero de 1978"*. Santiago: Fundación Patricio Aylwin Azócar, 1978, 92p.

FURTADO, Celso. *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial*, Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1978.

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

HURTADO, Alberto. Una nueva revista**.** *Mensaje*, v.1, n. 1, janeiro, p.52-54, 1951. Disponível em: < https://www.mensaje.cl/biblioteca/?swpquery=1951&criterio=ano>. Acesso em Acesso em 04 set. 2021.

ILADES. *Análisis Económico*. Santiago de Chile: ILADES/Georgetown University, v.1, n.1 1986.

ILADES. *Análisis Económico*. Santiago de Chile: ILADES/Georgetown University, v. 5, n.1, 1990.

ILADES. La evolución del pensamiento de CEPAL: consideraciones éticas. *Documento de trabajo para el seminario Criterio para el desarrollo integrado en América Latina Panamá, agosto de 1975*. Santiago de Chile: ILADES, 1975. Extraído da Biblioteca Central de la Universidad Alberto Hurtado (UAH).

IGLESIAS, Enrique. *A 40 años del golpe en Chile: Enrique Iglesias recuerda las gestiones para salvar a perseguidos por la dictadura de Pinochet*. Montevideu: LARED21, 2013.Disponível em: https://www.lr21.com.uy/politica/1127899-40-anos-golpe-chile-enrique-iglesias-victimas-dictadura-pinochet. Acesso em 29 maio 2023.

IGLESIAS, Enrique. [Correspondência]. Destinatário: Gabriel Valdés, Subercaseaux, 26 set. 1974. Extraído do Fondo Gabriel Valdés, gvs_0474, *Archivo Nacional de Chile*, 1974.

IGLESIAS, Enrique. *Nota diplomática al Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile.* 22 dez. 1973. Extraído do Fondo Organismos Internacionales, v. 625, Archivo General Histórico del Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile, 1973.

IGLESIAS, Enrique. *Nota diplomática al Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile*. 5 jan. 1976. Extraído do Fondo Organismos Internacionales, v. 735, Archivo General Histórico del Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile, 1976.

IGLESIAS, Enrique. La búsqueda de un nuevo consenso económico en América Latina. In: IGLESIAS, Enrique. *El legado de Raul Prebish*. Washington D.C: Inter-American Development Bank, p. 67-102, 1993.

IGLESIAS, Enrique V. La CEPAL y el proceso de integración en América Latina: exposición del Secretario Ejecutivo de la CEPAL, Sr. Enrique Iglesias con ocasión de su visita a la ALALC el 26 de noviembre de 1976, Montevidéu, 1976b.

IGLESIAS, Enrique. Perspectivas acerca del desarrollo em América Latina (Síntesis). *Mensaje*. Santiago, v. 25, n. 254, p. 550-553, 1976a. Disponível em: https://repositorio.uahurtado.cl/static/pages/docs/1976/n254_550.pdf. Acesso em 11. out. 2022.

IGLESIAS, Enrique. Perspectivas del desarrollo económico en América Latina. In: ZAÑARTU, Mario (ed.). *Problemática actual del desarrollo económico*. Santiago de Chile: ILADES/ICHEH, 35-42, 1977. Extraído da Biblioteca del Congreso Nacional de Chile.

IGLESIAS, Enrique V. Oral history interview with Enrique Iglesias, 2001. *United Nations Intellectual History Project.* New York, Ralph Bunche Institute for International Studies, The Graduate Center, University of New York, 3 recordings, 267 min, nov.2001. Entrevista concedida a Louis Emmerij.

ILIC, S; JHA, C.S; SOKIRKIN, A.F. Informes de la Dependencia Común de Inspección. *Informe sobre las actividades de la Comisión Económica para América Latina*. Consejo Económico y Social, Naciones Unidas. E/4935, 1970.

INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION. Governing Body. *Report of The Fact-Finding and Conciliation Commission On Freedom of Association Concerning The Case Of Chile*. GB.1976/4/9, ILO: GENEVA, 1975. Disponível em: https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/1975/75B09_227.pdf. Acesso em 25 fev. 2024.

INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION (ILO). *PREALC, 25 years*,1993.

JORGE, Valencia Restrepo. Jorge Méndez Munévar in Memoriam. *Revista Desarrollo y* Sociedad, n. 39, p. 1-13, 1997.

LAPPE, Frances Moore; COLLINS, Joseph. Los 8 mitos del hambre. *Mensaje*, v. 29, n. 294, p.636-643, 1980.

LUSTIG, Nora Claudia. Del estructuralismo al neoestructuralismo: la búsqueda de un paradigma heterodoxo. *Colección Estudios CIEPLAN*, n.23, p. 35-50, 1987.

LÜDERS, Rolf. La Comisión Económica para América Latina: sus políticas y su influencia. *Estudios de Economía*, v. 4, n. 1, p. 67-104, 1977.

MASSAD, Carlos; ZAHLER, Roberto. Dos estudios sobre endeudamiento externo. Santiago: *Cuadernos de la CEPAL*, n.19, 1977.

MASSAD, Carlos; ZAHLER, Roberto. El proceso de ajuste en los años ochenta: la necesidad de un enfoque global. *Revista de la CEPAL*, n.23, p. 85-110, 1984.

MELLER, Patricio. America Latina y la condicionalidad del Fondo Monetario Internacional y del Banco Mundial. *Colección Estudios CIEPLAN*, v.23, p. 195-237, 1988.

MELLER, Patricio. En torno a la doble condicionalidad del FMI y del Banco Mundial. *Revista de la CEPAL*, n. 37, p. 73-87, 1989.

MELLER, Patricio. PIÑERA, Sebastián. ¿Es necesario una ocupación tan alta?. *Mensaje*, v. 26, n. 256, p. 44-47, 1977.

MEMORIA VIVA. *Olivares Mori Fernando de la Cruz*. Disponível em: https://memoriaviva.com/nuevaweb/detenidos-desaparecidos/desaparecidos-o/olivares-mori-fernando-de-la-cruz/. Acesso em 14 out. 2023.

MÉNDEZ, Jorge. Presentación del Director del Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social. In: FRANCO, Rolando; ZAVALA, Jose Carlos Cuentas (coords.). *Desarrollo Social en los 80*. Santiago: CEPAL, ILPES, UNICEF, p.371-375, 1983.

MÉNDEZ, Jorge; HURTADO, Alvaro García. Consideraciones económicas para la política social y consideraciones sociales para la política económica. In: FRANCO, Rolando; ZAVALA, Jose Carlos Cuentas (coords.). *Desarrollo Social en los 80*. Santiago: CEPAL, ILPES, UNICEF, p.189-222, 1983.

MÉNDEZ, Jorge. La economía, ¿una ciencia social?. *Mensaje*, v. 31, n. 311, p. 416-418, 1982. Disponível em: https://repositorio.uahurtado.cl/static/pages/docs/1982/n311_416.pdf. Acesso em 29 set. 2022

MILL, S.T. Cuatro años de Gobierno: balance y perspectivas económicas. *Mensaje*, v. 26, n. 262, p. 459-465, 1980.

MINISTERIO DE DEFENSA DE CHILE. *Memorandum*. Ministerio: DEF.CNI. DIGEDER, nº 14, 1982. Disponível em: https://journaliststudio.google.com/pinpoint/document-view?collection=dde1fa4b375f1cdb&p=1&docid=184658f58d5d022e_dde1fa4b375f1cdb. Acesso em 23 fev. 2024.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE CHILE. *Nota diplomática nº 16007 a Comisión Económica para a América Latina.* 12 set. 1974. Extraído do Fondo Organismos Internacionales, v. 657, Archivo General Histórico del Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile, 1974.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE CHILE. *Nota diplomática a Comisión Económica para a América Latina*. 9 jan. 1976. Extraído do Fondo Organismos Internacionales, v. 735, Archivo General Histórico del Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile, 1976a.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE CHILE. *Nota diplomática nº 745 a Comisión Económica para a América Latina*. 13 jan. 1976. Extraído do Fondo Organismos Internacionales, v. 735, Archivo General Histórico del Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile, 1976b.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE CHILE. *Nota diplomática nº 10039 a Comisión Económica para a América Latina.* 26 jun. 1980. Extraído do Fondo Organismos Internacionales, v. 913, Archivo General Histórico del Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile, 1980.

OMINAMI, Carlos. Desindustrialización y reestructuración industrial en América Latina: los ejemplos de Brasil, Argentina y Chile. *Colección Estudios CIEPLAN*, v. 23, p. 87-115, 1988.

PINOCHET, Augusto. [Correspondência]. Destinatário: Raúl Silva Henríquez, 11 nov. 1975. *Archivo Patrimonial Raúl Silva Henríquez*, Universidad Católica Silva Henríquez (UCSH), 1975. Disponível em: http://repositorio.ucsh.cl/bitstream/handle/ucsh/2668/Carta-11-noviembre-1975.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 12 jan. 2025.

PINOCHET, Augusto. *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1974-11 de septiembre de 1975*. Santiago: Talleres Gráficos de Gendarmería de Chile, 1975.

PINOCHET, Augusto. *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1977-11 de septiembre de 1978*. Santiago: Talleres Gráficos de Gendarmería de Chile, 1978.

PINOCHET, Augusto. *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1979-11 de septiembre de 1980*. Santiago: Talleres Gráficos de Gendarmería de Chile, 1980.

PINTO, Aníbal. Apertura al exterior. *Mensaje*, v. 30, n. 298, p.176-181, 1981a. Disponível em: https://repositorio.uahurtado.cl/static/pages/docs/1981/n298_176.pdf. Acesso em 28 set. 2022.

PINTO, Aníbal. Chile-Real y Chile-Ficción. *Mensaje*, v. 31, n. 312, p. 480-481, 1982a. Disponível em: https://repositorio.uahurtado.cl/static/pages/docs/1982/n312_480.pdf. Acesso em 03. out. 2022.

PINTO, Aníbal. Chile: el modelo ortodoxo y el desarrollo nacional. *El Trimestre Económico*, v. 48, n. 192, v. 4, p. 853-902, 1981d.

PINTO, Aníbal. Comentário del artículo “La interacción entre los estilos de desarrollo y medio ambiente en América Latina”. *Revista de la CEPAL*, n. 12, p. 55-58, 1980.

PINTO, Aníbal. Consensos, disensos y conflictos en el espacio democratico-popular. *Mensaje*, v. 32, n. 319, p. 259-266, 1983c. Disponível em: https://www.mensaje.cl/biblioteca/?swpquery=consensos%2C%20disensos&criterio=todos. Acesso em 20 dez. 2019.

PINTO, Aníbal. Consensos, disensos y conflictos en el espacio democratico-popular . *Colección Estudios CIEPLAN*, n. 10, p. 113-124, 1983b.

PINTO, Aníbal. El desafío ortodoxo y las ideas de Medina Echavarría. *Revista de la CEPAL*, n.35, p. 93-100, 1988.

PINTO, Aníbal. El modelo ortodoxo y el desarrollo nacional. *Mensaje*, v. 30, n. 297, p.104-109, 1981b. Disponível em: https://repositorio.uahurtado.cl/static/pages/docs/1981/n297_104.pdf. Acesso em 20 dez. 2019.

PINTO, Aníbal. Estado y gran empresa: de la precrisis hasta el gobierno de Jorge Alessandri. *Colección estudios CIEPLAN*, n. 16, p. 5-40, 1985.

PINTO, Aníbal. Falsos dilemas y opciones reales en la discusión latinoamericana actual. *Revista de la CEPAL*, n.6, p. 27- 46, 1978.

PINTO, Aníbal. La "Apertura al exterior" en la América Latina. *Revista de la CEPAL*, n.11, p. 33-60, 1980.

PINTO, Aníbal. *La CEPAL: escenarios de referencia y perspectivas*. CEPAL (discusión interna), 1982c.

PINTO, Aníbal. La inflación y el modelo ortodoxo. *Mensaje*, v. 30, n. 299, p. 104-109, 1981b. Disponível em: https://repositorio.uahurtado.cl/static/pages/docs/1981/n299_256.pdf. Acesso em 17 set. 2022.

PINTO, Aníbal. La intemacionalización de la economía mundial y la periferia. Significados y consecuencias. *Revista de la CEPAL*, n.9, p.47-70, 1979.

PINTO, Aníbal. La ofensiva contra el estado-económico. *Colección estudios CIEPLAN*, n. 21, p. 117-127, 1987.

PINTO, Aníbal. Ideas para la reconstrucción de la democracia. *Mensaje*, v. 33, n 326, p. 52-54, 1984. Disponível em: https://www.mensaje.cl/biblioteca/?swpquery=Ideas%20para%20la%20reconstrucci%C3%B3n%20do%20pa%C3%ADs%20em%20democracia&criterio=todos. Acesso em 17 set. 2022.

PINTO, Aníbal. Metropolización y terciarización: malformaciones estructurales en el desarrollo latinoamericano. *Revista de la CEPAL*, n.24, p.17-38, 1984.

PINTO, Aníbal. Notas sobre Keynes y el keynesianismo en Chile. In: ACADEMIA DE HUMANISMO CRISTIANO. *J.M Keynes a cien años de su nacimiento*. Santiago, p. 20-27, 1983d.

PINTO, Aníbal. Notas sobre los estilos de desarrollo en América Latina. *Revista de la CEPAL*, Santiago, n.1, p. 97-128, 1976.

MENSAJE. *Políticas socio-económicas a futuro*. Ricardo Lagos, Hermógenes Perez de Arce, Edgardo Boeninger, Aníbal Pinto, Juan Eduardo Herrera, Nicólas Flaño. *Mensaje*, v. 32, n. 317, p. 125-129, 1984.

PINTO, Aníbal. Razones y sinrazones de la recesión. *Mensaje*, v. 31, n. 307, p. 120-124, 1982b. Disponível em: https://repositorio.uahurtado.cl/static/pages/docs/1982/n307_120.pdf. Acesso em 10 out. 2022.

PIÑERA, José. [Correspondência]. Destinatário: Gabriel Valdés, Subercaseaux, 15 mar. 1974. Extraído do Fondo Gabriel Valdés, 6VS-0340/1, *Archivo Nacional de Chile*.

PIÑERA, Sebastián; MELLER, Patricio. Pobreza, distribución del ingreso y el rol del Estado. *Mensaje*, v. 26, n. 263, p. 566-571, 1977.

PREBISCH, Raúl. Biosfera y Desarrollo. In: SUNKEL, Osvaldo; GLIGO, Nicolo. *Estilos de desarrollo y medio ambiente en la América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, p. 67-90, 1980a.

PREBISCH, Raúl. Biosfera y Desarrollo. *Revista de la CEPAL*, n.12, p.73-88, 1980b.

PREBISCH, Raúl. ¿Confrontará Europa la crisis de América Latina?. *Mensaje*. Santiago, v. 12, n. 116, p. 53-55, 1963. Disponível em: https://www.mensaje.cl/biblioteca/?swpquery=prebisch&criterio=todos. Acesso em 10. ago. 2022.

PREBISCH, Raúl [Correspondência]. Destinatário: Andrés Bianchi, 3 abril. 1974a. Extraído de *Archivo Institucional José Besa*, *Biblioteca Hernán Santa Cruz*, CEPAL.

PREBISCH, Raúl [Correspondência]. Destinatário: Enrique Iglesias, 24 jun. 1974b. Extraído de Archivo Institucional José Besa, *Biblioteca Hernán Santa Cruz*, CEPAL.

PREBISCH, Raúl [Correspondência]. Destinatário: Alfonso Santa Cruz, 22 nov. 1976a. Extraído de Sobre nº 148, Arquivo de Trabajo Prebisch, *Biblioteca Hernán Santa Cruz*, CEPAL.

PREBISCH, Raúl [Correspondência]. Destinatário: Aníbal Pinto, 22 abril. 1981c. Extraído de Archivo Institucional José Besa, *Biblioteca Hernán Santa Cruz*, CEPAL.

PREBISCH, Raúl [Correspondência]. Destinatário: Benjamín Hopenhayn, 1 mar. 1976b. Extraído de Sobre nº 148, Arquivo de Trabajo Prebisch, *Biblioteca Hernán Santa Cruz*, CEPAL.

PREBISCH, Raúl [Correspondência]. Destinatário: Jorge Cauas, 5 jan. 1978b. Extraído de Archivo Institucional José Besa, *Biblioteca Hernán Santa Cruz*, CEPAL.

PREBISCH, Raúl [Correspondência]. Destinatário: Ruth Erika von Nell, 21 ago. 1980c. Extraído de Archivo Institucional José Besa, Biblioteca Hernán Santa Cruz, CEPAL.

PREBISCH, Raúl [Correspondência]. Destinatário: Willy Brandt, 25 fev. 1980d. Extraído de Archivo Institucional José Besa, Biblioteca Hernán Santa Cruz, CEPAL.

PREBISCH, Raúl [Correspondência]. Destinatário: Raúl Saéz, 8 out. Extraído de Sobre nº 140, Arquivo de Trabajo Prebisch, *Biblioteca Hernán Santa Cruz*, CEPAL.

PREBISCH, Raúl. [Correspondência]. Destinatário: Osvaldo Sunkel. 23 nov. 1979a. Extraído de Archivo Institucional José Besa, *Biblioteca Hernán Santa Cruz*, CEPAL.

PREBISCH, Raúl. Crítica al capitalismo periférico. *Revista de la CEPAL*, n.1, p.7-74, 1976.

PREBISCH, Raúl. Diálogo acerca de Friedman y Hayek: desde el punto de vista de la periferia. *Revista de la CEPAL*, n.15, p.161-182, 1981c.

PREBISCH, Raúl. El pensamiento de von Hayek. *Hoy*. Santiago, n º 208 (15 a 21 de julio), p. 29-36, 1981d. Extraído de Biblioteca Nacional de Chile, Sala Medina, Caja 19-3013.

PREBISCH, Raúl. Entrevista a Raúl Prebisch. In: Balance Critico y Perspectivas - Diálogo Norte-sur. Editorial Nueva Imagen, p. 45-47, 1982a. Extraído de Archivo Institucional José Besa, Biblioteca Hernán Santa Cruz, CEPAL.

PREBISCH, Raúl. Estructura socioeconómica y crisis del sistema: reflexiones al cumplirse nuestros primeros treinta años. Revista de la CEPAL, n.6, p.167-264, 1978a.

PREBISCH, Raúl. La crisis monetaria y la UNCATAD. *Mensaje*. Santiago, v. 21, n. 207, p. 53-55, 1972. Disponível em: https://www.mensaje.cl/biblioteca/?swpquery=prebisch&criterio=todos. Acesso em 10. ago. 2022.

PREBISCH, Raúl. La CEPAL: 30 años después. *Qué Pasa*. Santiago. 1977. Entrevista concedida à revista *Qué Pasa*. Extraído de Archivo de Trabajo Dr. Raúl Prebisch/CEPAL. Sobre n º 151.

PREBISCH, Raúl. La periferia latinoamericana en la crisis global del capitalismo. *Revista de la CEPAL*, n.26, p.65-90, 1985.

PREBISCH, Raúl. Las ideas del Doctor Friedman. *Hoy*. Santiago, n º 207 (8 a 14 de julio), p. 33-43, 1981e. Extraído de Biblioteca Nacional de Chile, Sala Medina, Caja 19-3012.

PREBISCH, Raúl. La visión de Prebisch. *Hoy*. Santiago (3 a 9 de junio), 1981g. Extraído de Archivo de Trabajo Dr. Raúl Prebisch/CEPAL. Sobre n º 167.

PREBISCH, Raúl. Hacia una teoría de la transformación. *Revista de la CEPAL*, n.10, p.195-216, 1980e.

PREBISCH, Raúl. Las teorías neoclásicas del liberalismo económico. *Revista de la CEPAL*, n.7, p.171-192, 1979c.

PREBISCH, Raúl. Monetarismo, aperturismo y crisis ideológica. *Revista de la CEPAL*, n.17, p.143-160, 1982b.

PREBISCH, Raúl. Planificación y democracia. *Mensaje*. Santiago, v. 11, n. 115, p. 681-693, 1962. Disponível em: https://www.mensaje.cl/biblioteca/?swpquery=prebisch&criterio=todos. Acesso em 10. ago. 2022.

PREBISCH, Raúl. Por el camino equivocado. *Hoy*. Santiago (6 a 12 de junio), 1979b. Extraído de Archivo de Trabajo Dr. Raúl Prebisch/CEPAL. Sobre n º 160.

PREBISCH, Raúl. Un recuerdo histórico de la periferia latino-americana. *Revista de la CEPAL*, n.18, p.7-23, 1982b.

PREBISCH, Raúl. "El Plan Monetario no funciona". *La Capital*. Mar del Plata (16 de deciembre), 1981f. Extraído de Archivo de Trabajo Dr. Raúl Prebisch/CEPAL. Sobre n º 167

RAMOS, Joseph. Curriculum Vitae Joseph Rafael Ramos Quiñones. Santiago: Universidad de Chile, 2011. Disponível em: https://econ.uchile.cl/uploads/academico/cv_es_jramos.pdf. Acesso em 27. set. 2022.

RAMOS, Joseph. En torno a medio morir cantando. *Mensaje*, v. 35, n. 351, p. 317-318, 1986. Disponível em: https://repositorio.uahurtado.cl/static/pages/docs/1986/n351_316.pdf. Acesso em 27. set. 2022.

RAMOS, Joseph. Estabilización y liberalización económica en el Cono Sur. Santiago: CEPAL, *División de Desarrollo Económico*, 233 p, 1984a.

RAMOS, Joseph; FIGUEROA, Marcelo. La relación entre crecimiento económico y régimen político: la experiencia latinoamericana. Santiago de Chile: Instituto Chileno de Estudios Humanísticos, p.1-49, 1981.

RAMOS, Joseph. *Labor and Development in Latin America*. Columbia University Press, Nueva York, 1970.

RAMOS, Joseph. Las tercera vía del desarrollo hoy: ¿conjunto vacío, sueño nostálgico o desafío aún vigente?. In: Ramos, Joseph. *Más allá de la economía, más acá de la utopía*. Santiago: CIEPLAN, p.17-41, 1991b

RAMOS, Joseph. Prefácio: Confesiones. In: Ramos, Joseph. *Más allá de la economía, más acá de la utopía*. Santiago: CIEPLAN, p. 9-15, 1991a

RAMOS, Joseph. Políticas de estabilización. In: ARELLANO, José Pablo *et al*. *Politicas macro-economicas*: una perspectiva latinoamericana. Santiago: CIEPLAN, p. 17-59 1986.

RAMOS, Joseph. La planificación y el mercado durante los proximos diez años en América Latina. *Revista de la CEPAL*, n. 31, p. 153–160, 1987

RAMOS, Joseph. La macroeconomía neokeynesiana vista desde el Sur. *Revista de la CEPAL*, n.38, p. 7-60, 1989b.

RAMOS, Joseph. Urbanización y mercado de trabajo. *Revista de la CEPAL*, n.24, p.63-82, 1984b.

RAMOS, Joseph. Políticas de estabilización y ajuste en el Cono Sur, 1974-1983. *Revista de la CEPAL*, n. 25, p. 85-108, 1985.

REPÚBLICA DE CHILE. Junta de Gobierno. *Acta nº 28*. 5 nov 1973. Actas Junta Militar (1973 - 1977). Extraído de Papeles de la dictadura (CIPER/CIP UDP). Disponível em: https://journaliststudio.google.com/pinpoint/document-view?collection=dde1fa4b375f1cdb&p=1&docid=d3eebc6d7eb7be5c_dde1fa4b375f1cdb. Acesso em 15 out. 2023.

REPÚBLICA DE CHILE. Ministerio de Relaciones Exteriores. *Funcionarios CEPAL*. 22 jun. 1976, Santiago, 1976a. Ejemplar nº3, hoja nº1, RR.EE. (SUBSEC) SEC nº635. CANCILLERÍA (J. DINGES - ARCHIVOS CHILE). Extraído de Papeles de la dictadura (CIPER/CIP UDP). Disponível em: https://journaliststudio.google.com/pinpoint/document-view?collection=dde1fa4b375f1cdb&p=1&docid=def6b8703d082bcb_dde1fa4b375f1cdb. Acesso em 15 out. 2023.

REPÚBLICA DE CHILE. Dirección de Inteligencia Nacional. Propone salída de funcionarios rusos. 8 out. 1976b, Santiago, 1976b.Ejemplar nº1, hoja nº1, DINA (S)nº. H. 204545. CANCILLERÍA (J. DINGES - ARCHIVOS CHILE). Extraído de Papeles de la dictadura (CIPER/CIP UDP). Disponível em: https://journaliststudio.google.com/pinpoint/document-view?collection=dde1fa4b375f1cdb&p=1&docid=2ca347c02e28ca0e_dde1fa4b375f1cdb. Acesso em 15 out. 2023.

REPÚBLICA DE CHILE. Ministerio de Relaciones Exteriores. *Informe nº 45*. Director Jurídico. 10 abril 1979. Santiago, 1979. ARCHIVO ADMINISTRACIÓN (1973 - 1989). Extraído de Papeles de la dictadura (CIPER/CIP UDP). Disponível em: https://journaliststudio.google.com/pinpoint/document-view?collection=dde1fa4b375f1cdb&p=1&docid=49106e930ecf931a_dde1fa4b375f1cdb. Acesso em 15 out. 2023.

REPÚBLICA DE CHILE. 1981. Ministerio de Relaciones Exteriores. *Solicita información sobre el Sr. Pedro Alejandro Castillo Yañez*. 2 jun. 1981, Santiago, 1981. RR.EE. (DIMULTI) OF RES. nº 333. ARCHIVO ADMINISTRACIÓN (1973 - 1989). Extraído de Papeles de la dictadura (CIPER/CIP UDP). Disponível em: https://journaliststudio.google.com/pinpoint/document-view?collection=dde1fa4b375f1cdb&p=1&docid=76798a3162d006d9_dde1fa4b375f1cdb&page=1. Acesso em 15 out. 2023.

ROSALES, Osvaldo. Balance y renovación en el paradigma estructuralista del desarrollo latinoamericano. *Revista de la CEPAL*, n.34, p. 19-36, 1988.

ROSENTHAL, Gert. Oral history interview with Gert Rosenthal, 2001. *United Nations Intellectual History Project*. New York, Ralph Bunche Institute for International Studies, The Graduate Center, University of New York, 2 recordings, 214 min, jan. 2001. Entrevista concedida a Thomas George Weiss.

SECRETARÍA EXECUTIVA DE LA CEPAL. *Boletín interno nº 2*. 21 set 1973. Sala CEPAL. Biblioteca Hernán Santa Cruz. Santiago: CEPAL, 1973.

SILVA HENRÍQUEZ, Raúl. Exposición del Cardenal Silva Henríquez. In: 30 años de la CEPAL. *Revista de la CEPAL*, n. 6, p. 282, 1978.

SILVA HENRÍQUEZ, Raúl. ORTEGA, Miguel. Pacto Andino y Solidaridade. In: *El cardenal nos ha dicho (1961-1982)*: selección y notas del Padre Miguel Ortega. Santiago: Editorial Salesiana, p. 238-251, 1982.

SILVA, Sergio Molina. Algunos rasgos de la extrema pobreza. *Mensaje*, v. 25, n. 234, p. 564-567, 1974a. Disponível em: https://repositorio.uahurtado.cl/static/pages/docs/1974/n234_564.pdf. Acesso em 03. out. 2022

SILVA, Sergio Molina. Bases para un programa contra la pobreza en un sistema político democrático. In: FRANCO, Rolando; ZAVALA, Jose Carlos Cuentas (coords.). *Desarrollo Social en los 80*. Santiago: CEPAL, ILPES, UNICEF, p.233-239, 1983.

SILVA, Sergio Molina. Economía: nueva receta para un mal endémico. *Mensaje*, v. 23, n. 230, p. 285-292, 1974b. Disponível em: https://repositorio.uahurtado.cl/static/pages/docs/1974/n230_285.pdf. Acesso em 03 out. 2022.

SILVA, Sergio Molina. Empleo, remuneraciones y necesidades básicas. *Mensaje*, v. 31, n. 312 p.470-474, 1982, Disponível em: http://repositorio.uahurtado.cl/static/pages/docs/1982/n312_470.pdf. Acesso em 20 set. 2022

SILVA, Sergio Molina. Entrevista al Académico de Número Sergio Molina Silva. Santiago: Academia Chilena de Ciencias Sociales, Políticas y Morales, 2014. Disponível em: https://acspm.cl/conversaciones/entrevista-al-academico-de-numero-sergio-molina-silva/#more-6647. Acesso em 17.out. 2022.

SILVA, Sergio Molina. La economía chilena en la coyuntura internacional. *Mensaje*, v. 24, n. 236, p.2-5, 1975a. Disponível em: https://repositorio.uahurtado.cl/static/pages/docs/1974/n236_02.pdf. Acesso em 04 out. 2022.

SILVA, Sergio Molina. La encrucijada actual de la política económica. *Mensaje*, nº v. 24, n. 243, p. 439-444, 1975b. Disponível em: https://repositorio.uahurtado.cl/static/pages/docs/1975/n243_439.pdf Acesso em 10. out. 2022

SILVA, Sergio Molina. La nueva política económica. *Mensaje*, v. 23, n. 226, p.11-19, 1974c. Disponível em: https://repositorio.uahurtado.cl/static/pages/docs/1974/n226_11.pdf. Acesso em 04 out. 2022.

SILVA, Sergio Molina *et al*. Mapa de la extrema pobreza en Chile. Santiago: ODEPLAN/Instituto de Economía Universidad Católica de Chile, 1974.

Sunkel, Osvaldo; PAZ, Pedro. *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*. Ciudad de México: Siglo Veintiuno, 1970.

SUNKEL, Osvaldo; GLIGO, Nicolo. *Estilos de desarrollo y medio ambiente en la América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1980, 663p.

SUNKEL, Osvaldo. La consolidación de la democracia y del desarrollo em Chile. *Revista de la CEPAL*, n. 47, p. 35-54, 1992.

SUNKEL, Osvaldo. La inflación chilena: un enfoque heterodoxo. *El Trimestre Económico*, v. 25, n° 4, p. 570-599, 1958.

SUNKEL, Osvaldo. La interacción entre los estilos de desarrollo y medio ambiente en América Latina. In: SUNKEL, Osvaldo; GLIGO, Nicolo. *Estilos de desarrollo y medio ambiente en la América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, p. 9-64 1980a..

SUNKEL, Osvaldo. La interacción entre los estilos de desarrollo y medio ambiente en América Latina. *Revista de la CEPAL*, n. 12, p. 17-53, 1980b.

SUNKEL, Osvaldo. La reforma universitaria en un contexto de desarrollo y dependencia. *Mensaje*. Santiago, v. 18, n. 179, p. 214-2013, 1969. Disponível em: https://www.mensaje.cl/biblioteca/?swpquery=sunkel&criterio=todos. Acesso em 10. ago. 2022.

SUNKEL, Osvaldo. Pasado, presente y futuro de la crisis económica internacional. *Revista de la CEPAL*, n. 22, p. 81-106, 1984.

TIRONI, Ernesto. *Políticas económicas y procesos de desarrollo: la experiencia de Chile desde 1973*. CEPAL, 1981.

TIRONI, Ernesto. *Políticas gubernamentales contra la pobreza*: el acceso a los bienes y servicios básicos. Santiago: CEPAL, 97p, 1979a.

TIRONI, Ernesto. *Políticas gubernamentales contra la pobreza*: el acceso a los bienes y servicios básicos. Colección Estudios CIEPLAN, v.2, p. 76-140, 1979b.

TOKMAN, Victor. Prólogo. In: BENAVENTE, David. *A medio morir cantando*: 13 testimonios de cesantes. Santiago de Chile: PREALC-OIT, p.9, 1986.

TOKMAN, Victor. The maturity of PREALC (1973-1993). In: International Labour Organization (ILO). *PREALC, 25 years*, p.37-39, 1993.

TOMASSINI, Luciano. El informe Brandt: un programa para sobrivivir. *Mensaje*, v. 29, n. 291, p. 441-443, 1980. Disponível em: https://repositorio.uahurtado.cl/static/pages/docs/1980/n291_441.pdf.Acesso em 11 out. 2022.

TREVIÑO, Jesús A. *Conversación con Osvaldo Sunkel*. Monterrey, Universidad de Monterrey, 2000. Disponível em: <https://urbanauapp.org/wp-content/uploads/sunkel.pdf>. Acesso em 10 set. 2024.

UNITED NATIONS. *Report of Economic and Social Council* (Report of Secretary-General prepared by Ad Hoc Working Group on the situation of Human Rights in Chile to General Assembly). Doc. A/31/253 (8 October 1976).

UNIVERSIDAD DE CHILE. Aníbal Pinto Santa Cruz. *Dirección de Comunicaciones de la Universidad de Chile*. Disponível em: https://www.uchile.cl/presentacion/historia/grandes-figuras/premios-nacionales/humanidades/anibal-pinto-santa-

cruz#:~:text=Naci%C3%B3%20en%20Santiago%20en%201919,Econ%C3%B3mico%22%20entre%201948%20y%201956. Acesso em 12. ago. 2022.

VALDÉS, Gabriel. Premio de las Naciones Unidas a Iglesia Chilena. Santiago, *Mensaje*, v. 28, n. 276, p.39-40. 1979. Disponível em: <https://repositorio.uahurtado.cl/static/pages/docs/1979/n276_39.pdf>. Acesso em 02 dez. 2022.

VERGARA, Pilar. *Naturaleza, localización geográfica y condicionantes fundamentales de la pobreza rural*. Santiago: ILPES/CEPAL, 226p, 1977a.

VERGARA, Pilar. Naturaleza, localización geográfica y condicionantes fundamentales de la pobreza rural. Santiago: *Estudios CIEPLAN*, 113p, 1977b.

ZAHLER, Roberto. El neoliberalismo en una versión autoritaria. In: ILADES. *Del liberalismo al capitalismo autoritario (Contribución de ILADES al "Objetivo General" de las Orientaciones Pastorales 1982/85 de la Conferencia Episcopal de Chile)*. Santiago de Chile: ILADES, p. 9-52, 1983. Extraído da Biblioteca de la Universidad Católica Silva Henríquez (UCSH).

ZAHLER, Roberto. Estrategias alternativas de apertura: un modelo de simulación. In: CEPAL. *América Latina: sistema monetario internacional y financiamiento externo*. Santiago: PNUD/CEPAL, p. 231-276, 1986a. RLA/77/021.

ZAHLER, Roberto. Estrategias financieras latinoamericanas: la experiencia del Cono Sur. *Colección estudios CIEPLAN*, n. 23, p. 117-143, 1988.

ZAHLER, Roberto. Exposición de Roberto Zahler. Panel sobre la independencia del Banco Central. *Colección Estudios CIEPLAN*, v.22, p. 179-184, 1987.

ZAHLER, Roberto. Politica monetaria y financeira. In: ARELLANO, José Pablo *et al*. *Politicas macro-economicas*: una perspectiva latinoamericana. Santiago: CIEPLAN, p. 153-213 1986b.

ZAHLER, Roberto. Políticas recientes de liberalización y estabilización en los países del Cono Sur: el caso chileno, 1974-1982. In: CEPAL. *América Latina: sistema monetario internacional y financiamiento externo*. Santiago: PNUD/CEPAL, p. 305-342, 1986c. RLA/77/021.

ZAHLER, Roberto. Repercusiones monetarias y reales de la apertura financiera al exterior: el caso chileno, 1975-1978. *Revista de la CEPAL*, n.10, p.137-164, 1980.

ZAÑARTU, Mario (ed.). *Problemática actual del desarrollo económico*. Santiago de Chile: ILADES/ICHEH, 35-42, 1977. Extraído da Biblioteca del Congreso Nacional de Chile.

Bibliografia

AGARWALA, Amar Narain; SINGH, Sampat Pal. *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Celso Furtado, 2010.

ALACEVICH, Michele; BOIANOVSKY, Mauro. Writing the History of Development Economics. History of Political Economy, v. 50, n. S1, p. 1-14, 2018.

ALACEVICH, Michele. The birth of development economics: Theories and institutions. History of Political Economy, v. 50, n. S1, p. 114-132, 2018.

ALMODOVAR, António; TEIXEIRA, Pedro. The ascent and decline of Catholic economic thought, 1830–1950s. *History of Political Economy*, v. 40, n. 5, p. 62-87, 2008.

AMORIM, Ricardo Luiz Chagas. Macroeconomia neoclássica contemporânea: novos-keynesianos e novos-clássicos. *Ensaios FEE*, v. 23, n. 1, p. 29-56, 2002.

ANDRADA, Alexandre FS; BOIANOVSKY, Mauro. The political economy of the income distribution controversy in 1970s Brazil: debating models and data under military rule. *Research in the history of economic thought and methodology*: Including a Symposium on Economists and Authoritarian Regimes in the 20th Century. Emerald Publishing Limited, p. 75-94, 2020.

ANGELL, Alan. Chile, 1958-c. 1990 (cap. 6) In: BETHELL, Leslie (org). *Historia de América Latina: El Cono Sur desde 1930*. Barcelona: Crítica, vol. 15, p. 255-213, 2002.

ARIDA, Persio. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. In: GALA, Paulo; REGO, José Márcio. (orgs.). *A História do Pensamento Econômico como teoria e retórica*: ensaios sobre metodologia em economia. São Paulo: Editora 34, p.11-46, [1983] 2003.

ARIDA, Pérsio (org.). *Inflação zero*: Brasil, Argentina e Israel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ARROW, Kenneth; DEBREU, Gérard. Existence of an Equilibrium for a Competitive Economy. *Econometrica*, v. 22, n.3, p. 265-290, 1954.

ASSAF, Matheus. *Tracing Mathematical Economics: Essays in the History of (Deparments of) Economics*. 2022. 200f. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, USP, São Paulo, 2022.

AUSTIN, Robert. Armed forces, market forces: Intellectuals and higher education in Chile, 1973-1993. *Latin American Perspectives*, v. 24, n. 5, p. 26-58, 1997.

A12. Saiba a história dos Concílios Gerais da Igreja. 04 set. 2013. Disponível em: https://www.a12.com/redacaoa12/igreja/historia-dos-concilios-gerais-da-igreja. Acesso em 11 fev. 2025.

BACKHOUSE, Roger Edward; TRIBE, Keith. Introduction. In: BACKHOUSE, R. E. & TRIBE, K. *The history of economics*: a coursefor students and teachers. Agenda Publishing, 2018.

BACKHOUSE, Roger. Revisiting Samuelson's Foundations of Economic Analysis. *Journal of Economic Literature*. v. 53, n. 2, p. 326-350, 2015.

BACKHOUSE, Roger. United States, Economics in (1945 to Present). In: DURLAUF, Steven N; BLUME, Lawrence E. (orgs.). The New Palgrave Dictionary of Economics. 2.ed. Palgrave Macmillan: London, 2008.

BÁRCENA, Alicia; PRADO, Antonio. *Neoestructuralismo y corrientes heterodoxas en América Latina y el Caribe a inicios del siglo XXI*. Santiago: CEPAL, 2015.

BÁRCENA, Alicia; TORRES, Miguel. Osvaldo Sunkel: una semblanza intelectual. In: BÁRCENA, Alicia; TORRES, Miguel. *Del estructuralismo al neoestructuralismo: la travesía intelectual de Osvaldo Sunkel*. Santiago: CEPAL, p. 15-46, 2019.

BÁRZAGA, Horacio Alfredo Espino. *La Economía social de mercado en América Latina*: caracterización de la circulación y transplante del modelo jurídico ordoliberal. 2013. 606f. Tese (Doutorado em Ciência Jurídica). Universidad Internacional de Andalucía, 2013.

BANAVENTE, David. *A medio morir cantando*: 13 testimonios de cesantes. Santiago de Chile: PREALC-OIT, 1986.

BETETA, Hugo; MORENO-BRID, Juan Carlos. El desarrollo en las ideas de la CEPAL. Economía Unam, v. 9, n. 27, p. 76-90, 2012.

BIANCHI, Andrés; MITSUHIRO, Kagami; MUÑOZ, Oscar. The role of government in economic development: A comparison of Asia and Latin America. *Institute of Developing economies*. Joint Research Programme No.77, 1989.

BIANCHI, Ana Maria. Challenges of doing Research in the History of Economic Thought: a Latin American perspective. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 48, p. 215-28, 2018.

BIANCHI, Ana Maria. Para auditórios diferentes, diferentes argumentos: retórica econômica nos primórdios da escola latino-americana. In: GALA, Paulo; REGO, José Márcio (orgs.) *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica: ensaios sobre metodologia em economia*. São Paulo: Editora 34, p. 231-2510, 2003.

BIANCONI, Renata; COUTINHO, Mauricio C. O desenvolvimento como processo de mudança cultural: as conexões entre excedente e estruturas sociais na visão de Celso Furtado. *Nova Economia*, v. 29, n. spe, p. 1141-1169, 2019.

BID. *40 años del Banco Intermericano de Desarrollo*: más que un banco. BID: New York, 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). *Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000, v. 1, p. 13-68, 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Sesenta años de la CEPAL: estructuralismo y neoestructuralismo. *Revista de la Cepal*, n. 97, p. 173-194, 2009.

BIGLAISER, Glen. The internationalization of Chicago's economics in Latin America. *Economic Development and Cultural Change*, v. 50, n. 2, p. 269-286, 2002.

BIGLAISER, G. The internationalization of ideas in Argentina's economics. In: MONTECINOS, V.; MARKOFF, J. (org.). *Economists in the Americas*. Edward Elgar Publishing, 2009. p. 63-99.

BIRNS, Laurence (ed). *The end of Chilean democracy*: an IDOC dossier on the coup and its aftermath. New York: The Seabury Press, 1974.

BLAUG, Mark *Economic Theory in Retrospect*. 4.ed. Cambridge: Cambridge University Press, [1962] 1985.

BLAUG, Mark. The Formalist Revolution of the 1950s. In: SAMUELS, Warren; BIDDLE, Jeff; DAVIES, John (eds.). *A Companion to the History of Economic Thought*. Malden, MA: Blackwell Publishing, p. 395-410, 2003.

BLOMSTROM, Magnus; HETTNE, Bjorn. Development *Theory in Trasition*.*The Dependency Debate & Beyond*; Third World Responses, Zed Books, Londres, 1984.
BOIANOVSKY, Mauro. Between Lévi-Strauss and Braudel: Furtado and the historical-structural method in Latin American political economy. *Journal of Economic Methodology*, 2015, vol. 22, no 4, p. 413-438.

BOIANOVSKY, Mauro. Beyond capital fundamentalism: Harrod, Domar and the history of development economics. *Cambridge Journal of Economics*, v. 42, n. 2, p. 477-504, 2018.

BOIANOVSKY, Mauro. Celso Furtado and the structuralist-monetarist debate on economic stabilization in Latin America. *History of Political Economy*, v. 44, n. 2, p. 277-330, 2012.

BOIANOVSKY, Mauro. Contributions to economics from the" periphery" in historical perspective: The case of Brazil after mid-20th century. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo; BOIANOVSKY, Mauro; COUTINHO, Maurício. *A History of Brazilian Economic Thought*. Routledge, p. 9-38, 2023.

BOIANOVSKY, Mauro; HOOVER, Kevin D. In the Kingdom of Solovia: the rise of growth economics at MIT, 1956-70. *History of Political Economy* (Annual Supplement). n.46, p. 198-228, 2014.

BOIANOVSKY, Mauro. Macroeconomía a la latinoamericana: Sunkel y la búsqueda de un modelo estructuralista. In: BÁRCENA, Alicia; TORRES, Miguel. *Del estructuralismo al neoestructuralismo: la travesía intelectual de Osvaldo Sunkel*. Santiago: CEPAL, p. 77-94, 2019.

BOIANOVSKY, Mauro. Samuelson on Populist Democracy, Fascist Capitalism and the Vicissitudes of South American Economic Development (1948–1997***).*** *Research in the History of Economic Thought and Methodology: Including a Selection of Papers Presented at the 2019 ALAHPE Conference*. Emerald Publishing Limited, 2021.

BOSI, Alfredo. Economia e humanismo. *Estudos Avançados* (USP), v. 26, n. 75, p. 249-266, 2012.

BOSI, Alfredo. Jacques-Chonchol: o Chile ontem e hoje. *Estudos Avançados*, v. 8, p. 247-257, 1994.

BOULDING, Kenneth. E. After Samuelson, Who Needs Adam Smith?. *History of Political Economy*, v. 3, n. 2, p.225-37, 1971.

BRUNNER, José Joaquín; BARRIOS, Alicia. *Inquisición, mercado y filantropía*: Ciencias sociales y autoritarismo en Argentina, Brasil, Chile y Uruguay, Santiago, FLACSO, 1987.

BURGIN, Angus. *The great persuasion*: Reinventing free markets since the depression. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2012.

CALDWELL, Bruce; MONTES, Leonidas. *Friedrich Hayek y sus dos visitas a Chile*. Estudios Públicos, n. 137, p. 87-132, 2015.

CAMACHO, Ildefonso. Populorum progressio: desarrollo integral y humanismo cristiano. *Veritas*, n. 37, p. 123-148, 2017.

CANCINO, Hugo. La Iglesia Católica y su contribución a la reconstrucción de la democracia en Chile 1973-1989. *Revista del CESLA*, n. 2, p. 40-62, 2001.

CARLIN, Wendy; SOSKICE, David. Macroeconomics and the wage bargain. Oxford: Oxford University Press, 1990.

CARVALHO, André Roncaglia de. A second-generation structuralist transformation problem: the rise of the inertial inflation hypothesis. *Journal of the History of Economic Thought*, 2019, vol. 41, no 1, p. 47-75.

CADERNAS, Juan Cristóbal. Una historia sepultada: El Centro de Estudios Socioeconómicos de la Universidad de Chile, 1965–1973 (a 50 anos de su fundación), 1965–1973. *De Raíz Diversa*, v. 2, n.3, p. 121–40, 2015.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington. *Análise Econômica*, v. 26, n. 49, 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, [1969] 1970.

CARDOSO, Fernando Henrique.The originality of a copy: CEPAL and the Idea of Development. *CEPAL Review*, n. 4, p.7–40, 1977.

CHAOUCH, Malik Tahar. La Compañía de Jesús y la teología de la liberación: convergencias y divisiones sociopolíticas del catolicismo contemporáneo en América Latina. *Historia y Grafía*, n. 29, p. 95-129, 2007.

CIEPLAN. *40 años*, Santiago: CIEPLAN, 2016

CLAVEL, Patrícia Arancibia; PÁEZ, Francisco Balart. *Sergio de Castro*: el arquitecto del modelo económico chileno. Editorial Biblioteca Americana, 2007.

CHERRIER, Béatrice. Towards a History of Economics at MIT, 1940-1972. *History of Political Economy*, v. 46 (Annual Suplemment), p. 15-44, 2014.

COATS, A. W Bob. In: Economics as a profession COATS, A. W Bob: *The Sociology and Professionalization of Economics*: British and American Economic Essays,.Volume II. Routledge, p. 214-216, [1992] 2005.

COATS, A. W. The sociology of economics and scientific knowledge, and the history of economic thought. In: SAMUELS, W.; BIDDLE, J.; DAVIS, J. B. (Ed*.). A companion to the history of economic thought*. Massachusetts: A. Blackwell Publishing, p.507-522, 2003.

CONWAY, Martin. Catholic Politics or Christian Democracy? The Evolution of Inter-war Political Catholicism. In: KAISER, Wolfram; WOHNOUT, Helmut (eds.). *Political Catholicism in Europe, 1918-45*. New York: Routledge, v.1, p. 193-206, 2004.

CORAZZA, Gentil; KREMER, Rodrigo Leite. Friedman e o monetarismo: a velha teoria quantitativa da moeda e a moderna escola monetarista. *Análise Econômica*. Porto Alegre. Vol. 21, n. 40 (set. 2003), p. 65-87, 2003.

COVIELLO, Ramiro. *The role of ECLAC's experts in the economic planning of the third Peronist government* (Argentina, 1973-1974). In: 6ª Conferência Latino-Americana de História do Pensamento Econômico, Bogotá, 2017.

COVIELLO, Ramiro. "Expertise y confianza": los expertos de la CEPAL en el tercer gobierno peronista (1973-1976). *Sociohistórica*, n. 44, p. 84-84, 2019.

COUTINHO, Mauricio C. Economia de Minas e economia da mineração em Celso Furtado. *Nova Economia*, 2008, vol. 18, p. 361-378.

CRISTI, Renato. Jaime Guzmán. *El pensamiento político de Jaime Guzmán*. Santiago de Chile: Editorial LOM, 2000.

CUNHA, Alexandre Mendes.; BRITTO, Gustavo. When development meets culture: the contribution of Celso Furtado in the 1970s. *Cambridge Journal of Economics*, v. 42, n. 1, p. 177-198, 2018.

CUNHA, Patrícia Helena Fernandes. *Heterodoxos? Ortodoxos? Os falsos moedeiros falsos: subsídios à história do pensamento econômico brasileiro sobre políticas de estabilização*. 2000.316f. Tese (Doutorado em Economia) — Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2000.

DALBONI, Filipe Mendes. *O solidarismo de Heinrich Pesch e a Doutrina Social da Igreja entre Rerum Novarum e Quadragesimo Anno*. 2024. 114f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2024.

DÉLANO, M; TRASLAVIÑA, H. *La herencia de los Chicago boys. Santiago*: Las Ediciones del Ornitorrinco, 1989

DEVÉS, Eduardo Valdés. Pensamiento Socialcristiano y Circulación de las Ideas: Redes a través de las cuales se Importaron y se Exportaron Ideas durante los Largos 1960s en Chile. *História: Questões & Debates*, v. 53, p. 121-149, 2010.

DEVÉS, Eduardo. *El pensamiento latinoamericano en el siglo XX*: desde la CEPAL al neoliberalismo (1950-1990). Buenos Aires: Editorial Biblos, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, tomo II, 2000a.

DEVÉS, Eduardo et al. La CEPAL: red internacional, actor internacional y promotora de la integración. *Sociologías*, v. 3, n.2, p. 233-251, 2000b.

DEVLIN, Robert. Los bancos comerciales y el desarrollo de la periferia: congruencia y conflicto. *Revista de la CEPAL*, n° 9, p.71-88, 1979

DEVLIN, Robert. Los bancos transnacionales, la deuda externa y el Perú. *Revista de la CEPAL*, nº 14, p.151-186, 1981.

DEVLIN, Robert. *Debt and Crisis in Latin America*: The Supply Side of the Story.Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1989.

DI FILIPPO, Armando. *El desarrollo y la integración de América Latina*: una odisea inconclusa. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2021.

DOMÍNGUEZ, Jorge I. (Ed.). *Technopols*: Freeing politics and markets in Latin America in the 1990s. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1997.
DOUSTDAR, Neda Mohtadi. *O paranismo atualizado*: a democracia cristã e o planejamento no primeiro governo Nei Braga. 2010. 329 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

DOSMAN, Edgar J. *The Life and Times of Raúl Prebisch*, 1901-1986. Québec: McGill-Queen's University Press, 2008.

DURANTEZ, Lorenzo Rodríguez. La planificación francesa. *Revista de administración pública*, n. 38, p. 391-424, 1962.

DUSSEL, Enrique. *Historia de la iglesia en América Latina*: Medio milenio de coloniaje y Liberación (1492-1992). Madrid: Mundo Negro-Esquila Misional,1992.

EDWARDS, Sebastián; MONTES, Leonidas. Milton Friedman in Chile: Shock Therapy, Economic Freedom, and Exchange Rates. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 42, n. 1, p. 105-132, 2020.

EDWARDS, Sebastián. *The Chile Project*: The Story of The Chicago Boys and the Downfall of Neoliberalism. Princeton University Press, 2023.

FAJARDO, Margarita. *The World That Latin America Created:* The United Nations Economic Commission for Latin America in the Development Era. Cambridge; London: Harvard University Press, 2022.

FAJARDO, Margarita. Development beyond the golden era: CEPAL in the global 1970s. In: FERNS, Nicholas; VILLANI, Angela (eds.). *International Organizations and Global Development*. 73–94. Vol. 3 of *Yearbook for the History of Global Development*. Berlin and Boston: De Gruyter Oldenbourg, p. 73-94, 2024.

FERNÁNDEZ, Francisco Lopéz. *ILADES*: testimonio de una historia (1965-1998) Santiago de Chile: Universidad Alberto Hurtado, 2021.

FERNÁNDEZ, Ramón Garcia; SUPRINYAK, Carlos Eduardo. Manufacturing pluralism in Brazilian economics. *Journal of Economic Issues*, v. 53, n. 3, p. 748-773, 2019.

FERRARI FILHO, Fernando. " Keynesianos", monetaristas, novos-clássicos e novos-keynesianos: uma crítica pós-keynesiana. *Ensaios FEE*, v. 17, p. 78-101, 1996.

FERRER, Aldo. *La economia argentina*: las etapas de su desarrollo y problemas actuales Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1963.

FÈVRE, Raphaël. Introduction. In: FÈVRE, Raphaël. *A Political Economy of Power*: Ordoliberalism in Context, 1932-1950. Oxford University Press, 2021.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. *Entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad: tres décadas de política económica en Chile*. 3.ed. Santiago: Lom Ediciones, 2003.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. *Economic reforms in Chile*: From dictatorship to democracy. 2ª ed, Basingstoke, Hampshire; New York: Palgrave Macmillan 2010.

FIGUEIREDO, Maria Clara da Silveira Prado. *Escrita e resistência*: análise da revista APSI em oposição à ditadura militar durante o plebiscito chileno de 1988. 2023. 207f. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 2023.

FISCHER, Fritz. Informe y efectos de la Comisión Brandt. *Nueva Sociedad*, v. 55, p. 57-64, 1981.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Legitimidade e credibilidade: impasses da política econômica do governo Goulart. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 34, p. 587-622, 2004.

FONTAINE, Arturo. *Los economistas y el presidente Pinochet*. Santiago: Zig-Zag, 1988

FOURCADE, Marion. *Economists and Societies*: Discipline and profession in the United States, Britain, and France, 1890s to 1990s. Princeton: Princeton University Press, p. 185-236, 2009.

FOURCADE, Marion. The construction of a global profession: The transnationalization of economics. American Journal of Sociology, v. 112, n. 1, p. 145-194, 2006.

FOURCADE, Marion; OLLION, Etienne; ALGAN, Yann. The superiority of economists. *Journal of Economic Perspectives*, v. 29, n. 1, p. 89-114, 2015.

FOXLEY, Alejandro. *Latin American experiments in neoconservative economics*. Berkeley: University of California Press, 1983.

FREITAS, Marcel de Almeida; NORONHA, Inês de Oliveira. O. Comunidades eclesiais de base. In: FREITAS, Marcel de Almeida; NORONHA, Inês de Oliveira. *Movimentos sociais e educação*: mútuas influências. Belo horizonte: Editora UEMG, p. 195-210, 2023.

FRIDERICHS, Lidiane Elizabete. *A atuação política dos think tanks neoliberais brasileiros e argentinos*: os casos do Instituto Liberal, do Instituto de Estudos Empresariais e do Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina (1983-1998). 2019. Tese (Doutorado em História). Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio do SINOS, UNISINOS. 2019.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e estagnação na América Latina: um enfoque estruturalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 17. ed. São Paulo: Companhia das Letras, p.117-136, [1959] 2007.

FUSER, Claudia. *A economia dos Bispos*: o pensamento econômico da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (1952/82). 1985.257f. Dissertação (Mestrado em Economia) — Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1985.

GARBER, Camilo. Los giros intelectuales de CIEPLAN (1979-1989): De la crítica a la adopción del neoliberalismo y su concepción de democracia. *Izquierdas*, n. 49, p. 4404-4424, 2020.

GABAY, Ruth Eliana. Revisitando a Raúl Prebisch y al papel de la CEPAL en las ciencias sociales de América Latina. *Iconos. Revista de Ciencias Sociales*, n. 31, p. 103-113, 2008.

GÁRATE, Manuel. *La revolución capitalista de Chile*: 1973-2003. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2012.

GÁRATE, Manuel. El nuevo estatus del economista y el papel de los think tanks en Chile: el caso de Cieplan. In: ARIZTÍA, Tomás (ed.). *Produciendo lo social*. Usos de las ciencias sociales en el Chile reciente. Santiago: Universidad Diego Portales, 2020.

GILMAN, Nils. Modernization Theory as a Foreign Policy Doctrine: The MIT Center for International Studies. In: GILMAN, Nils. *Mandarins of the future*: Modernization Theory in Cold War America. Baltimore: Johns Hopkins University Press, p.155-202, 2003.

GODOY, José Henrique Artigas de. A práxis de Lebret: economia humana, desenvolvimentismo católico e a industrialização do Nordeste. *Religião & Sociedade*, v. 36, p. 188-219, 2016.

GODOY, José Henrique Artigas de. Dom Helder Câmara e Louis-Joseph Lebret: Desenvolvimentismo e Práxis Progressista Católica nas Décadas de 1950 e 1960. *Dados*, v. 63, n. 1, p. 1-41, 2020.

GOODWIN, Craufurd. History of Economic Thought. In: DURLAUF, Steven. N; BLUME, Lawrence. E. (eds.). *The New Palgrave Dictionary of Economics online*. 2.a ed. London: Palgrave Macmillan, 2008.

GÓMEZ, Máximo Pacheco; CHAIN, Reinaldo Sapag; CASTRO, Ascanio Cavallo; KLENNER, Hernán Montealegre. *Rol del Cardenal Raúl Silva Henríquez*. Golpe militar en Chile. Sus Te Deum durante la dictadura. Edición Digital, 2012.

GÓMEZ DE BENITO, Justino. *Proyectos de Iglesia y proyectos de sociedad en Chile (1961–1990): análisis de las orientaciones pastorales de la Iglesia en Chile*. Santiago: Ediciones San Pablo, 1995.

GOROSTIZA, José Luis Ramos; JIMÉNEZ, Luis Eduardo Pires. Los Economistas Españoles frente a la Planificación Indicativa del Desarrollismo. In: *IX Congreso Internacional de la Asociación Española de Historia Económica*, Murcia (Espanha), 2008.

GUIOT-ISAAC, Andrés. Becoming Economic Experts: Philanthropic Foundations and the Internationalization of Economics in Colombia During the 1960s. In: ÁLVAREZ, André; HURTADO, Jimena. *A History of Colombian Economic Thought*: The Economic Ideas that Built Modern Colombia. London; New York: Routledge, pp. 133-155, 2024.

HALL, Peter A. *The political power of economic ideas*: Keynesianism across nations. Princeton: Princeton University Press, 1989. p. 361-391.

HALSMAYER, Verena. From exploratory modeling to technical expertise: Solow's growth model as a multipurpose design. *History of Political Economy* (Annual Suplemment), v. 46, n, p. 229-251, 2014.

HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005

HEREDIA, Mariana. *Cuando los economistas alcanzaron el poder (o cómo se gestó la confianza en los expertos)*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2015.

HEREDIA, Mariana. El proceso como bisagra. Emergencia y consolidación del liberalismo tecnocrático: FIEL, FM y CEMA. *Empresarios, tecnócratas y militares. La trama corporativa de la última dictadura*. Buenos Aires: Siglo XXI, v. 197, 2004.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*: o breve Século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HODARA, Joseph. El capitalismo periférico tardío según Prebisch: reflexiones. *El Trimestre Económico*, v. 55, n.219, p. 579-604, 1988.

HODARA, Joseph. *Prebisch y la Cepal*: sustancia, trayectoria y contexto institucional. 1. ed. Ciudad de México: El Colegio de México, 1987.

HUNEEUS, Carlos. *La oposición en el autoritarismo*: El caso del Partido Demócrata Cristiano durante el régimen del general Pinochet en Chile. Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales, v. 61, n. 227, p. 247-271, 2016.

HUNEEUS, Carlos. Tecnócratas y políticos en un régimen autoritario: los" Odeplan Boys" y los" Gremialistas" en el Chile de Pinochet. *Revista de Ciencia Política*, v. 19, 1998.

HUNEEUS, Carlos. *The Pinochet regime*. London: Lynne Rienner Publishers, 2007

HUNEEUS, Carlos. Un partido con un alto grado de institucionalización: el PDC en Chile. *Christian Democracy in Latin America*, p. 1-34, 2003.

HUNEEUS, Carlos; CUEVAS, Rodrigo; HERNÁNDEZ, Francisco. Los centros de investigación privados (think tank) y la oposición en el régimen autoritario chileno. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, v. 23, n. 1, p. 73-99, 2014.

JARA, Maximiliano. *Centro de Estudios Públicos. Ideias y acción política*: pensar la transición a una nueva democracia (1980-1990). 2019. 280f. Tesis (Magíster en História). Instituto de Historia — Facultad de Historia, Geografía y Ciencia Política, Pontifícia Universidad Católica de Chile, 2019a.

JARA, Maximiliano. *El origen del Centro de Estudios Públicos*: importando el liberalismo para em transición ideológica, 1980-1982. Historia 396, v. 9, n. 1, p. 225-253, 2019b.

JOHNSON, H. G. The monetary approach to balance of payments theory and policy: explanation and policy implications. *Economica*, v. 44, n. 175, p. 217-229, 1977.

JOHNSON, H. G; FRENKEL, J. A. (ed.). The monetary approach to the balance of payments. London: George Allen & Unwin; Toronto: University of Toronto Press, 1976.

JOIGNANT, Alfredo. La razón de Estado: usos políticos del saber y gobierno científico de los technopols en Chile (1990-1994). In: ARIZTÍA, Tomás (ed.). *Produciendo lo social*. Usos de las ciencias sociales en el Chile reciente. Santiago: Universidad Diego Portales, p. 311-348 2020.

KAY, Cristóbal. *Latin American theories of development and underdevelopment*. New York: Routledge, 1989.

KLEIN, Caroline Rippe De Mello. *Roberto Campos e o ordoliberalismo alemão*: idéias e planejamento para o Brasil (1963-1987).2013.209f. Dissertacao (Mestrado em História). Sao Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2013.

KLEIN, Naomi. *The Shock Doctrine*: The rise of disaster capitalism. New York: Metropolitan Books/Henry Hold and Company, 2007.

KLÜGER, Elisa. *Meritocracia de Laços*: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil. 2017. 851f. Tese (Doutorado em Sociologia) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2017.

KURZ, Heinz. *Whither the history of economic thought? Going nowhere rather slowly*?. The *European Journal of the History of Economic Thought*, v. 13, n. 4, p. 463-88, 2006.

LEIVA, Fernando Ignacio. *Latin American Neostructuralism*: The Contradictions of Post-neoliberal Development. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

LESSA, Carlos. O último triênio. In: LESSA, Carlos. *Quinze anos de política econômica*. 2.ed. Brasiliense, p. 118-139, 1981.

LOVE, Joseph. Economic Ideas and Ideologies in Latin America since 1930. In: BETHELL, Leslie (org.). *Ideas and Ideologies in Twentieth Century Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

LOVE, Joseph. The rise and decline of economic structuralism in Latin America: new dimensions. *Latin american Research Review*, v. 40, n. 3, p. 100-125, 2005.

LOUREIRO, Maria Rita.; LIMA, Gilberto Tadeu. A internacionalização da ciência econômica no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 14, n. 3, p. 31-50, 1994.

LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no governo*: gestão econômica e democracia. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LÖWY, M. *O que é cristianismo de libertação*. São Paulo: Expressão Popular/ Perseu Abramo, 2016.

MAILLET, Antoine; TORO, Sergio; OVILARES, Alejandro; RODRÍGUEZ, María Ignacia. *Los monjes fuera del monasterio*: CIEPLAN y su producción intelectual durante cuatro décadas de política chilena. Política. Revista de Ciencia Política, v. 54, n. 1, p. 189-218, 2016.

MALLORQUÍN, Carlos. ¿De dónde viene el «neoestructuralismo latinoamericano»?. *Estudios Críticos del Desarrollo*, v. VII, n. 13, p.13-49, 2017.

MANKIW, Nicholas Gregory. *A quick refresher course in macroeconomics*. Havard: National Bureau of Economic Research, 1990.

MARCUZZO, M. C. Is history of economic thought a “serious” subject?. *Erasmus Journal for Philosophy and Economics*, v. 1, n. 1, p. 107-23, 2008.

MARKOFF, John; MONTECINOS, Verónica. The ubiquitous rise of economists. *Journal of Public Policy*, v. 13, n. 1, p. 37-68, 1993.

MARZÁN, César F. Rosado. The Limits of Human Rights for Labour Rights: A Retrospective Look at the Case of Chile. IN: ILO. *The ILO from Geneva to the Pacific Rim: West Meets East*. London: Palgrave Macmillan UK, 2016. p. 206-230.

MEDEIROS, Fágner João Maia. A gênese do enfoque de estilos de desenvolvimento na América Latina. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 16, n. 29, p. 77-103, 2021a.

MEDEIROS, Fágner João Maia. Crise e transformação na última fase do pensamento de Raúl Prebisch (1976-1989): do tecnocrata modernizador para um crítico do capitalismo. 276f. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) — Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2021b.

MEDEIROS, Fágner João Maia. O discípulo (Furtado) e o mestre (Prebisch), a inversão dos papéis. *História Econômica & História de Empresas*, v.24, n.1, p. 131-160, 2021c.

MEDEIROS, Fágner João Maia; CURI, Luiz Felipe Bruzzi. The young Raúl Prebisch and his 1919 translation of Adolph Wagner: clues to a relativist critique. *CEPAL Review*, n. 140, p. 145-164, 2023.

MEIER, Gerald M. Early Development institutions In: MEIER, Gerald M. *Biography of a subject*: An evolution of development economics. New York: Oxford University Press, p. 41-52- 2005.

MENARES, René O. Muller; BELMAR, Luiz E. Poblete; LEIVA, Miguel E. Ramírez (coomps). *Chile y el mundo con los ojos de Mensaje. Silencios y reencuentros*, 1975-1988. Volumen 2. Ediciones Revista Mensaje, 2015.

MESQUITA, Mário M.C. Inflação, estagnação e ruptura. In: ABREU, Marcelo (org.). *A Ordem do Progresso*: dois séculos de política econômica no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, p.179-196, 2014

MEZZERA, Jaime. *El proceso de apertura uruguayo en la esfera rea*l. E/CEPAL/INT.17, 1981.

MIROWSKI, Phillip; HANDS, D. Wade. A paradox of budgets: the postwar stabilization of American neoclassical demand theory. In: MORGAN; RUTHERFORD. From interwar pluralism to postwar neoclassicism. *History of Political Economy (Annual Supplement)*, v. 30, p. 260-292, 1998.

MORGAN, Mary; RUTHERFORD, Malcom. American Economics: the character of the transformation. In: MORGAN; RUTHERFORD. From interwar pluralism to postwar neoclassicism. *History of Political Economy (Annual Supplement)*, v. 30, p. 1-26, 1998.

MISNER, Paul. *Catholic Labor Movements in Europe*: Social Thought and Action, 1914–1965. Washington: Catholic University of America Press, 2015.

MOYANO, Cristina. Diálogos entre el exilio y el interior. Reflexiones en torno a la circulación de ideas en el proceso de renovación socialista, 1973-1990. *Izquierda*, n. 9, pp.31-46, 2011.

MOYANO, Cristina. *El MAPU durante la dictadura*: saberes y prácticas políticas para una microhistoria de la renovación socialista en Chile 1973-1989. Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2010.

MOYANO, Cristina. La intelectualidad de izquierda renovada en Chile durante los años 80. *Revista de Historia***,** v. 23, n. 2, p. 9-34, 2016.

MONTES, Leonidas. Milton Friedman y sus visitas a Chile. *Estudios Públicos*, n. 141, p. 121-171, 2016.

MONTECINOS, Verónica. Economics: the Chilean History. In: MONTECINOS, V.; MARKOFF, J. (org.). *Economists in the Americas*. Edward Elgar Publishing, p. 142-194, 2009.

MORALES, Juan Jesús. Dominación filantrópica y gobernabilidad democrática: el caso de la Fundación Ford y CIEPLAN en Chile (1976-1990). *Historia* (Santiago), v. 51, n. 1, p. 141-163, 2018.

MORALES, Juan Jesús; Garber, Camilo. El consenso económico-social democrático fue posible. El papel de los economistas de Cieplan en el Chile de la transición (1988-1991). *Millcayac-Revista Digital de Ciencias Sociales*, v. 4, n. 7, p. 71-94, 2017.

MORALES, Juan Jesús; GARBER, Camilo. El quiebre de las ciencias sociales en Chile. Testimonios y repercusiones del 11 de septiembre de 1973 en documentos de la Fundación Ford. *Izquierdas*, n. 40, p. 139-164, 2018.

MORALES, Juan Jesús; MONASTERIO, Roberto Ibacache. Democracia, sociedad y neoestructuralismo en el Chile de la transición (1988-1994): el papel de los economistas da la CIEPLAN. In: FALERO, Alfredo; QUEVEDO, Charles; SOLER, Lorena (coords.). *Intelectuales, democracia y derechas*. Buenos Aires: El Colectivo; CLACSO, p. 131-159, 2020.

MORALES, Juan Jesús. Entre la ciencia y la política: la forja de una élite intelectual latinoamericana. *Revista de Ciencia Política*, v. 54, n. 1, p. 157-188, 2016.

MORALES, Juan Jesús. *José Medina Echavarría: vida y sociología*. 2012. 997f. Tese (Doutorado em Sociologia) — Facultad de Cienciales Políticas y Sociología, Universidad Complutense de Madrid, 2012.

MORGAN, Mary S. Economics. In: PORTER; Theodore; ROSS; Dorothy (eds*.). The Cambridge History of Science:* The Modern Social Sciences, Volume 7. Cambridge: Cambridge University Press, p. 275-305, 2003.

MORGAN, Mary. *The History of Econometric Ideas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As políticas universitárias das ditaduras militares do Brasil, da Argentina e do Chile. Ditaduras militares*. Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 37-60. 2015.

MOULIAN, Tomás. *Chile actual*: anatomía de un mito. Santiago: Arcis universidad, 1997.

MOULIAN, Tomás. *Fracturas*: de Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende (1938-1973). Santiago: Lom Ediciones, 2006.

MULLER, René; POBLETE, Luis; RAMÍREZ, Miguel (Orgs.): Chile y el mundo con los ojos de mensaje. Silencios y reencuentros, 1975-1988. *Mensaje*, v. III, 594 p, 2015.

NAVARRO, Juan Pablo. La renovación del Partido Socialista, 1979-1990. *Revista Divergencia*, v. 5, n. 7, p. 13-26, 2016.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A ditadura militar argentina*: 1976-1983: do golpe de estado à restauração democrática. São Paulo: Edusp, 2007.

OCAMPO, José Antonio. Osvaldo Sunkel, el estructuralismo y el neoestructuralismo. In: BÁRCENA, Alicia; TORRES, Miguel. *Del estructuralismo al neoestructuralismo: la travesía intelectual de Osvaldo Sunkel*. Santiago: CEPAL, p. 47-57, 2019.

ORTEGA, Eduardo Frei. *Historia de una alianza política*: el Partido Socialista de Chile y el Partido Democrata Cristiano, 1973-1988. Universidad Catolica de Chile. Santiago: Lom Ediciones, 1992.

OSSANDÓN, José. Economistas en la elite: entre tecnopolítica y tecnociencia. In: JOIGNANT, Alfredo; GUELL, Pedro. *Notables, tecnócratas y mandarines*. Elementos de una sociología de las élites en Chile (1990-2010). Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2011.

PABLO, Juan Carlos de. *Economists and economic policy*: Argentina since 1958. Buenos Aires: Universidad del CEMA, 1999.

PAIVA, Suzana Cristina Fernandes de. *Estratégias de política Industrial e Desenvolvimento Econômico*: ideias e ideais de Fernando Fajnzylber para a América Latina. 2006. 315f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

PASTORE, Affonso Celso; ALMONACID, Rubén D. *Gradualism or shock treatment*: considerations on the cost of stabilization. Santiago: ILPES/CEPAL, 1975.

PAULA, João Antônio; CERQUEIRA, Hugo Eduardo Araújo; ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta. Nações e estilos de economia política. *Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 27, pp. 357-74, 2007.

PAULA, João Antônio Pensamento econômico e história do pensamento econômico do Brasil. In: SAES, A. M.; RIBEIRO, Maria Alice Ribeiro; SAES, F. A. M. (orgs.). *Rumos da História Econômica no Brasil*: 25 anos de ABPHE. São Paulo: Alameda Editorial, pp. 433-500, 2017.

PAULA, João Antônio *Capítulos de história do pensamento econômico do Brasi*l. São Paulo: Hucitec: ABPHE, 2021.

PADRÓS, Enrique Serra. A Igreja Católica e as ditaduras do Cone Sul (1960-1980). *Outros Tempos*, v. 12, n. 20, p. 74-94, 2015.

PTAK, Ralf. Neoliberalism in Germany: Revisiting the Ordoliberal Foundations of the Social Market Economy. In: MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (ed.). *The Road from Mont Pelerin*: The Making of the Neoliberal Thought Collective. Boston: Harvard University Press, p. 98-138,2009.

PECK, Jamie. Orientation: In Search of the Chicago School. In: VAN HORN, Robert; MIROWSKI, Phillip; STAPLEFORD, Thomas. *Building Chicago economics*: New perspectives on the history of America's most powerful economics program. New York: Cambridge University Press, 2011.

PEDROSO, Márcia Naiar Cerdote. *O pensamento econômico de Louis-Joseph Lebret e Celso Furtado: perspectivas desenvolvimentistas para o nordeste brasileiro (1955-1964)*. 2024. 303f. Tese (Doutorado em Economia) — Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

PÉREZ CALDENTEY, Esteban Pérez. Osvaldo Sunkel (1929-). In: ODISIO, Juan; ROUGIER, Marcelo (coords.). *El desafío del desarrollo*: trayectorias de los grandes economistas latinoamericanos del siglo XX. Santander: Editorial de la Universidad de Cantabria, p. 327-366, 2022.

PINTO, Anibal. Centro-periferia e industrializacíon. Vigencia y cambios en el pensamiento de la CEPAL. *El Trimestre Económico*, v. 50, n. 2, p. 1043-1076, 1983a.

PINTO, Aníbal. *Chile: um caso de desarrollo frustrado*. Santiago: Colección America Nuestra, 1959.

PINTO, Anibal. *Chile: uma economia difícil.* Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1964.

PINTO, Aníbal. Concentración del progreso técnico y de sus frutos en el desarrollo latinoamericano. In: *El trimestre económico*, México, D.F.: Fondo de Cultura Económico, vol. 32, n. 125, p. 3-69, 1965.

PINTO, Anibal; SUNKEL, Osvaldo. Latin American Economists in the United States. *Economic Development and Cultural Change*, v. 15, n. 1, p. 79-86, 1966.

PINTO, Aníbal. Naturaleza e implicaciones de la heterogeneidad estructural de la América Latina. In: *El trimestre económico*, México, D.F.: Fondo de Cultura Económico, v. 37, n. 145, jan/ mar, p. 83-100, 1970.

PINTO, António Costa; FINCHELSTEIN, Federico (eds.). *Authoritarianism and Corporatism in Europe and Latin America*: Crossing Borders. New York: Routledge, p. 110-142, 2019.

PINTO, António Costa. Corporatism and 'organic representation' in European dictatorships. In: PINTO, António Costa (org.). *Corporatism and Fascism*: The Corporativist Wave in Europe. New York: Routledge, p. 1-41, 2017.

PLEHWE, Dieter. Introduction. In: MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (ed.). *The Road from Mont Pelerin*: The Making of the Neoliberal Thought Collective. Boston: Harvard University Press, p. 149-163, 2009.

POBLETE, Hernán Moreno. *Expedientes policiales: caso Carmelo Soria y otros homicidios*. Universidad de Santiago de Chile, 2013.

POLAK, Jacques J. Monetary analysis of income formation and payments problems. *Staff Papers-International Monetary Fund*, v. 6, n. 1, p. 1-50, 1957.

POLAK, Jacques J.; BOISSONNEAULT, Lorette. Monetary analysis of income and imports and its statistical application. *Staff Papers-International Monetary Fund*, v. 7, n. 3, p. 349-415, 1960.

POLLACK, Marcelo. *The New Right in Chile*. New York: St Martín Press, 1999.

POLLARD, John. Corporatism and ‘organic representation’ in European dictatorships. In: PINTO, António Costa (org.). *Corporatism and Fascism*: The Corporativist Wave in Europe. New York: Routledge, p. 42-59, 2017.

POLLOCK, David H. Some changes in United States attitudes towards CEPAL over the past 30 years. *CEPAL Review*. p. 57-80, 1978.

PREBISCH, Raul, *Capitalismo Periférico, Crisis y Transformación*. Fondo de Cultura Económica, México, 1981a.

PREBISCH, Raúl. Cinco etapas de mi pensamiento económico. In: CEPAL. *Raul Prebisch:* un aporte al estudio de su pensamiento. Santiago de Chile: CEPAL, 1987.

PREBISCH, Raúl. *El desarrollo de América Latina y sus principales problemas*. Santiago de Chile: CEPAL, 1949.

PREBISCH, Raúl. Por uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, v. 1, p. 451-488, [1963] 2000.

PURYEAR, Jeffrey. *Pensando la política*: intelectuales y democracia en Chile 1973-1988. Santiago: CIEPLAN Corporación de Estudios para Latinoamerica, 2016.

QUEZADA, Rubén Gómez; ROBINEST, André Hubert; DEL RÍO, Ignácio Sepúlveda; VALDÉS, José Vial. Cincuenta años de historia de Chile vistos desde la Revista Mensaje. De la sociedad tradicional a la construcción de la sociedad nueva. Volumen I. Ediciones Universitarias Universidad Católica del Norte, 2008.

QUEVEDO, Willian Alfredo Chapman. El concepto de sociabilidad como referente del análisis histórico. *Investigación y desarrollo*, v. 23, n. 1, p. 2-37, 2015.

RAMÍREZ, Hernán. *Dinero y sotanas*: una perspectiva de la imbricación de la Iglesia católica en el proceso político brasileño (1961-1970) a través de las fuentes del Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS). Estudios-Centro de Estudios Avanzados. Universidad Nacional de Córdoba, n. 42, p. 51-70, 2019.

RAMÍREZ, Hernán. Precursores del “consenso": itinerarios de algunas ideas en Brasil y Argentina, 1961-1991. *América Latina en la Historia Económica*, n. 34, p. 269-296, 2010.

RAMÍREZ, Hernán. *Corporaciones en el poder. Institutos económicos y acción política en Brasil y Argentina: IPÊS, FIEL y Fundación Mediterránea*. Carapachay: Lenguaje Claro, 2011.

RAMOS, Joseph: *Política económica neoliberal en países del Cono Sur de América Latina, 1974-1983*, México, D.F: Fondo de Cultura Económica, 1989a.

REDER, Melvin Warren. Chicago economics: permanence and change. *Journal of Economic Literature*, v. 20, n. 1, p. 1-38, 1982.

RESENDE, Marcos Taroco. *Liberalismo e tecnocracia*: Política econômica, economistas e suas disputas nas ditaduras militares do Chile (1973-1982) e da Argentina (1976-1982). Porto Alegre: Editora Fi, 2022.

RESENDE, Marcos Taroco. Um Minotauro às margens do lago Michigan: a Escola de Chicago enquanto objeto historiográfico. In: *49º Encontro Nacional de Economia* (ANPEC),2021. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2021/submissao/files_I/i1-bc6e6864402424489a18a32dc31cbf05.pdf. Acesso em 3 fev. 2023.

RIZVI, S. Abu Turab. Postwar Neoclassical Microeconomics. In: SAMUELS, Warren; BIDDLE, Jeff; DAVIES, John(eds.). *A Companion to the History of Economic Thought*, Malden. MA: Blackwell Publishing, p. 377-394, 2003.

RÍOS, Mario Alberto Gaviria. La comprensión del desarrollo a partir de la encíclica Populorum Progressio. *Páginas: Revista académica e institucional de la UCPR*, n. 78, p. 5, 2007.

ROJAS, Felipe Alejandro Guerrero. *Os economistas chilenos*: o perfil social de uma elite política no período de 1958 a 2013. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

RODRÍGUEZ, Octavio; BURGUEÑO, Oscar; HOUNIE, Adela; PITTALUGA, Lucia. CEPAL: viejas y nuevas ideas. Revista Montevideo: *Quantum*, v. 1, n. 2, 1994.

RODRÍGUEZ, Octavio. *O Estruturalismo Latino-Americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ROSENSTEIN-RODAN, Paul N. Problems of industrialisation of eastern and south-eastern Europe. *The economic journal*, v. 53, n. 210-211, p. 202-211, 1943.

ROSENTHAL, Gert. ECLAC: a commitment to a Latin American way toward development. In: BERTHELOT, Y (org.). *Unit and diversity in development ideas: perspectives from the UN Regional commissions*. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press, p. 168-232, 2004.

ROSENTHAL, Gert. La evolución de las ideas y las políticas para el desarrollo. *Revista de la CEPAL*, n.60, p. 7-20, 1996.

SAMUELS, Warren. The history of economic thought as intellectual history. *History of Political Economy*, v. 6, n. 3, p. 305-23, 1974.

SAMUELSON, Paul Anthony. *Foundations of Economic Analysis*. Cambridge: Harvard University Press, 1947.

SAMUELSON, Paul Anthony. International Trade and Equalization of Factor Prices. *Economic Journal*, v.58, p. 163–184, 1948.

SAMUELSON, Paul Anthony. *Worldwide stagflation*. Nova York: Morgan Guaranty Survey, 1974.

SANHUEZA, Alejandro Cerda; SEPÚLVEDA, Oscar. Una aproximación a la eclesiología de las orientaciones pastorales de la Iglesia chilena. *Cuadernos de teología*, v. 1, n. 2, p. 128-154, 2009.

SAN JUAN, P. Jorge Velásquez; BIANCHI, Erika Tello. *Cincuenta años de historia de Chile vistos desde la Revista Mensaje*. La construcción de la sociedad no deseada. Volumen II. Ediciones Universitarias Universidad Católica del Norte, 2010.

SANTA CRUZ, Hernán. La Comisión Brandt, último y fallido esfuerzo para revivir el diálogo Norte-Sur. In: SANTA CRUZ, Hernán. *Cooperar o perecer*: el dilema de la comunidad mundial. Tomo III: El eclipse del Tercer Mundo. Santiago: CEPAL, p. 157-159, 2024.

SANTOS, Theotônio dos. *A Teoria da dependência*: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SANTOS, Rodrigo Bley. notas históricas sobre o princípio de subsidiariedade. *Revista Pensamento Jurídico*, v. 12, n. 2, 2018.

SARGENT, Thomas. The end of four big inflations. *NBliK Conference Paper n*° 890. Nova York: National Bureau of Economic Research, 1981.

TANCREDO, Fabrizio Grandi Monteiro de. O princípio da subsidiariedade: as origens e algumas manifestações. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, n. 46, p. 169-214, 2005.

SCHALLENMUELLER, Christian Jecov. *Tradição e Profecia*: o pensamento político da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e seu contexto social e intelectual (1952-1964). 2011. 157f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SCHNOOR, Antje. *Santa desobediencia: Jesuitas entre democracia y dictadura en Chile, 1962-1983*. Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2019.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *History of Economic Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 1954.

SERRA, José. Aníbal Pinto e o desenvolvimento latino-americano. *Economia e Sociedade*, v. 7, n. 1, p. 1-18, 1998.

SERRA, José; TAVARES, Maria da Conceição. Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil. In: TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, p.152-207, [1972] 1983.

SICSÚ, João. Keynes e os novos-keynesianos. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 19, p. 329-349, 2022.

SILVA, Vinícius Figueiredo. *A problemática do desenvolvimento revista: industrialização e neoestruturalismo da CEPAL*. 2007. 121f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

SILVA, Isadora Pelegrini. *A teoria da dependência de Celso Furtado*. 118 p. 2020. Dissertação (Mestrado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

SILVA, H. La burla de Augusto Pinochet a las Naciones Unidas. *Resistencia chilena MAPU-campesin*o, Comisón Exterior nº 12, set-out/1977, p.54-59. Disponível em: https://journaliststudio.google.com/pinpoint/document-view?collection=dde1fa4b375f1cdb&p=1&docid=4dc3fd1eb72ae64d_dde1fa4b375f1cdb&page=1. Acesso em: 23 fev. 2024.

SILVA, Patricio. *In the name of reason*: Technocrats and politics in Chile. Pennsylvania: Pennsylvania University State Press, 2009.

SILVA, Sergio Molina. *El proceso de cambio en Chile*: la experiencia 1965-1970. Editorial Universitaria, 1972.

SILVA, Sergio Molina *et al*. *Mapa de la extrema pobreza en Chile*. Santiago: ODEPLAN/Instituto de Economía, Universidad Católica de Chile, 1974.

SILVA, Patricio. Technocrats and politics in Chile: from the Chicago Boys to the CIEPLAN Monks. *Journal of Latin American Studies*, v. 23, n. 2, p. 385-410, 1991.

SILVA, Sandro Ramon Ferreira da. *Teologia da Libertação*: revolução e reação interiorizadas na Igreja. 2006. 142F. Dissertação (Mestrado em História) — Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006

SIMONSEN, Mário Henrique. *Inflação: gradualismo x tratamento de choque*. Rio de Janeiro: Apec Editora, 1970.

SOLA, Lourdes. *Idéias econômicas, decisões políticas*. São Paulo: Edusp, 1998.

SOURROUILLE, Juan; LUCÁNGELI, Jorge. *Política económica y procesos de desarrollo: la experiencia argentina*. CEPAL, 1983.

STREET, James H. Monetarism and Beyond: The Dilemma of the Southern Cone Countries: A Review Article. *Journal of Economic Issues*, v. 19, n. 4, p. 923-937, 1985.

SUNKEL, Osvaldo. Discurso de Recepción de Don Sergio Molina Silva. *Academia de Ciencias Sociales, Políticas y Morales*, 2005. Disponível em: https://acspm.cl/wp-content/uploads/2021/02/Recepcion_Sergio-Molina-Silva.pdf. Acesso em 12 nov. 2024.

SUNKEL, Osvaldo. *El desarrollo desde dentro*: un enfoque neoestructuralista para la América Latina. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

SUNKEL, Osvaldo. *Development from Within*: towards a neostructuralist approach for Latin America. Boulder: Lunne Rienner, 1993.

SUZIGAN, Wilson; PAIVA, Suzana Cristina Fernandes de. Competitividade sistêmica – a contribuição de Fernando Fajnzylber. *História econômica & História de empresas*, v. 7, n. 2, 2004.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo; FERNÁNDEZ, Ramón Garcia. The Vanderbilt Boys and the Modernization of Brazilian Economics, *History of Political Economy*, p. 893-924, 2021.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo; FERNÁNDEZ, Ramón García. Funding Policy Research under 'Distasteful Regimes': The Ford Foundation and the Social Sciences in Brazil, 1964–71. *Journal of Latin American Studies*, v. 54, n. 3, p. 405-430, 2022.

TAMAYO Juan José. *Para comprender la teología de la liberación*. Estella: Verbo Divino, 1989.

TEIXEIRA, Pedro; ALMODOVAR, António. Catholic economic thought. In: DURLAUF, Steven N.; BLUME, Lawrence E. (eds.). *The New Palgrave Dictionary of Economics online*. 2.ed. London: Palgrave Macmillan, 2008.

TRIBE, Keith. From Public Knowledge to Institutional Discourse. In: TRIBE, Keith. *Constructing economic science*: the invention of a discipline 1850-1950. Oxford University Press, p. 3-74, 2022.

TAMAYO, Víctor Muñoz; MOYANO, Cristina. "Guatones" y "chascones". Facciones y unidades generacionales en la Democracia Cristiana durante la dictadura de Pinochet (1973-1989). *Revista de Historia* (Concepción), v. 31, p. 1-41, 2024.

TORRES, Miguel (comp.). *Fernando Fajnzylber*: una visión renovadora del desarrollo de América Latina. Santiago: CEPAL, 2006.

VALDÉS, Fernando Vial; VARAS, Marcelo Lufin; DÍAZ, Juan Daniel Soto. Revista Mensaje en el periodo 1973-1990: protagonistas, contenidos y líneas temáticas de artículos en el ámbito de la economía. In: SAN JUAN, P. Jorge Velásquez; BIANCHI, Erika Tello. *Cincuenta años de historia de Chile vistos desde la Revista Mensaje*. La construcción de la sociedad no deseada. Volumen II. Ediciones Universitarias Universidad Católica del Norte, p. 541-568, 2010.

VALDÉS, Juan Gabriel. *Pinochet's Economists*: the Chicago School of economics in Chile. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

VALENZUELA FEIJÓO, Juan C. *Aníbal Pinto (1919-1996)*. In: ODISIO, Juan; ROUGIER, Marcelo (coords.). El desafío del desarrollo: trayectorias de los grandes economistas latinoamericanos del siglo XX. Santander: Editorial de la Universidad de Cantabria, p.73-112, 2022.

VALÉRIO, Mairon Escorsi. *O continente pobre e católico: o discurso da teologia da libertação e a reinvenção religiosa da América Latina (1968-1992)*. 2012. 354f. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas Campinas, 2012.

VAN KLAVEREN, Alberto. Luciano Tomassini: académico y artífice 1935-2010. *Estudios Internacionales*, p. 143-147, 2010.

VELLA, Stephen. Newspaper. In: DOBSON, Miriam; ZIEMANN, Benjamin (ed.). *Reading primary sources*: the interpretation of texts from nineteenth and twentieth century history. New York: Routledge, p.192-2008, 2009.

VERGARA, Ángela. "Trabajadores pobres e informales": Economistas, organismos internacionales y el mundo del trabajo en América Latina (1960-1980). *Revista latinoamericana de trabajo y trabajadores*, n. 4, p. 1-25, 2022.

VERGARA, Pilar. *Auge y caída del neoliberalismo en Chile*: Un estudio sobre la evolución ideológica del régimen militar. Santiago: Programa FLACSO, 1984.

VIANA, Henrique; PELEGRINI, Isadora. *Celso Furtado, crítico da "colonialidade"*. *Revista Katálysis*, 2024, vol. 27, p. e95244.

VIANCOS, María Carolina Vargas (1990). El caso Chileno en la Asamblea General y la Comisión de Derechos Humanos de la Organización de las Naciones Unidas. *Revista Chilena de Derechos Humanos,* p.12-31-, 1990.

VILLAROEL, Simon Ernesto Ñancupil. *Religión y política: impacto de la teología de la liberación en Chile*. 62f. 2018. Informe final (Licenciatura em Historia) - Facultad De Filosofía y Humanidades, Universidad de Chile, 2018.

VITAGLIANO, Luís Fernando. *A Cepal no Fim do Milênio*: A resposta aos "programas de ajustes" neoliberais. 2004. 270f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2004.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Pensamento Social e Igreja Católica na América Latina. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, n. 22, p. 89-106, 2009.

WEINTRAUB, E. Roy. Bourbaki and Debreu. In: WEINTRAUB, E. Roy. *How Economics Became a Mathematical Science*, Durham & London: Duke University Press, p. 101-154, 2012.

WILLIAMSON, John. After the Washington Consensus: Latin American growth and sustainable development. *Seminar on Latin American Financing and the Role of Development* Banks. Belo Horizonte: IDB, BMG, ALIDE**,** p. 30-31, 2006

WILLIAMSON, John. A short history of the Washington Consensus. *Law and Business Review of Americas***.**, v. 15, p. 7, 2009.

WILLIAMSON, John. What Washington Means by Policy Reform. In: WILLIAMSON, John (Ed.) *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*. Washington, DC: Peterson Institute for International Economics, 5-20, 1990.

WINCH, Donaldo. Intellectual history and the History of Economics. In: WHATMORE, Richard; YOUNG, Brian. (eds.). A Companion to Intellectual History. John Wiley & Sons, p.170-83, 2016.

WONSEWER, Israel; NOTARO, Jorge. *La liberalización de los precios y los mercados y la reducción y reorientación de la acción económica del Estado*. E/CEPAL/IN.13, 1981.

WONSEWER, Isarel; SARACHAGA; Darí. *La apertura financiera em Uruguay*. CEPAL, 1980 1980.

ZALDÍVAR, Trinidad. *Economistas de la U: una biografía, 1934-2009*. Departamento de Economía, Universidad de Chile, 2009.